

Gênero na
Amazônia



Belém, n. 16-18, julho/dezembro, 2020



Construindo a Rede de Estudos
de Gênero na Amazônia

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero



Coordenação

Maria Angelica Motta Maués (UFPA)
Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

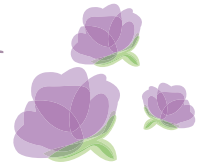
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecilia Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 16-18, julho/dezembro, 2020



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Cristina Alves Maneschy é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França. Realiza pesquisas sobre gênero, desenvolvimento e meio ambiente.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/PPGCS/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Professora Adjunto 4/UFPA, com experiência na área de Antropologia, atuando nos seguintes temas: gênero, casamento, conjugalidade, afetividade, sexualidade, namoro e diversidade sexual. Líder do grupo de estudos e pesquisas com crianças, infâncias e juventudes/JUERÊ. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades – GEPEM/UFPA, ambos inscritos no GDP/CNPq.

Adelma Pimentel é PHD em Psicopatologia e psicologia do desenvolvimento pela UEVORA-PT. Docente da faculdade de Psicologia/UFPA. Coordenadora do NUFEN (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas). Linha de pesquisa: fenomenologia – teoria e clínica.

Copyright ©-2019-2020/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Cristina Alves Maneschy
Maria Angelica Motta-Maués
Telma Amaral Gonçalves

Web Designer

Leandro Machado de Sousa

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Copidesque e Tradução

Ana Paula Alvares Costa (inglês e espanhol)

Revisão Técnica

Ana Carolina Álvares Branco

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 16-18 (jul./dez. 2020). - Belém: GEPEM, 2020.

ISSN 2238-8184

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.generonaamazonia.com/www.generonaamazonia.ufpa.br

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; www.observeregional-gepem.com

Fanpage: www.facebook.com/projetogepem **Instagram:** @gepemufpa

Sumário/Sumario/Contents

APRESENTAÇÃO 13

Maria Cristina Maneschy

Identidade, Cultura, Comunicação, Arte e Sexualidades

Abigail: protagonismo feminino em contexto patriarcal, a partir de uma personagem bíblica 19

Abigail: protagonismo femenino en un contexto patriarcal, basado en un personaje bíblico

Abigail: female protagonism in a patriarchal context, from a biblical character

Maria Cristina Maneschy

Maria Luzia Miranda Álvares

Colonialidade do Saber, Poder e Ser: um ensaio sobre a idosa marajoara, a cidadania, os silenciamentos e suas memórias 31

Colonialidad del Saber, Poder y Ser: un ensayo sobre la mujer anciana en el Marajó, ciudadanía, silenciamiento y sus memorias

Coloniality of Power, Knowledge and Being: an essay on the elderly woman from Marajó, citizenship, subalternity and her memories

Rodolfo Cunha Barbosa

Ana Maria Smith-Santos

Pâmela Beatriz Ferreira Pelegrini

Trabalhadoras Domésticas na Tv: análise das representações em telenovelas 49

Trabajadoras del Hogar en las Telenovelas: análisis de representaciones en telenovelas

Domestic Workers in TV: analysis of representations in soap operas

Lorena Esteves

Camila Leal

Daniela Cal

Rosalv Brito

Vozes Negras e Indígenas na Literatura Latino-Americana Contemporânea: uma questão de identidade 65

Voces Negras e Indígenas en la Literatura Latinoamericana Contemporánea: una cuestión de identidad

Black and Indigenous Voices in Contemporary Latin American Literature: a question of identity

Francelina Barreto de Abreu

As Faces da Mulher Amazônica: a negritude em Dalcídio Jurandir 77

Los Rostros de las Mujeres Amazónicas: la negrura en Dalcídio Jurandir

The Amazonian Women's Faces: the blackness in Dalcídio Jurandir

Alinnie Oliveira Andrade Santos

Marlí Tereza Furtado

Um Estudo Teórico Reflexivo do Conto Acauã à Luz dos Estudos Sobre Gênero Sob a Perspectiva do Feminino 91

Un Estudio Teórico Reflexivo del Cuento de Acauã Basado en Estudios de Género Desde la Perspectiva de las Mujeres

A Reflective Theoretical Study of the Acauã Tale About Gender Studies from a Feminine Perspective

Joyce Cristina Farias de Amorim

José Guilherme de Oliveira Castro

Não Somos Iracema! Vozes de Mulheres Indígenas: dos estereótipos à resistência 105

¡No somos Iracema! Voces de Mujeres Indígenas: de los estereotipos a la resistencia

We are Not Iracema! Voices of Indigenous Women: from stereotypes to resistance

Jairo da Silva e Silva

Para além do Arco-Íris: a relação dos homens gays com a cultura material na 18ª Parada do Orgulho LGBTI de Belém 117

Más allá del Arco iris: la relación de los hombres homosexuales con la cultura material en el 18° Desfile del Orgullo LGBTI en Belém.

Beyond the Rainbow: the relationship of gay men with material culture at the 18th LGBTI Pride Parade in Belém.

José Carlos Almeida da Rosa

Fabiano de Souza Gontijo

Erotização e Sexualização do Corpo: representações sociais da mulher brasileira 131

Erotización y Sexualización del Cuerpo: representaciones sociales de la mujer brasileña

Eroticization and Sexualization of the Body: social representations of brazilian women

Carmentilla Martins

Dábila de Cássia Brito de Miranda

Cidadania, Participação Política, Trabalho e Desenvolvimento

Representação Política, Gênero e Estereótipos: análise de aspectos discursivos da atuação das vereadoras de Belém e de Manaus no Facebook 149

Representación Política, Género y Estereotipos: análisis de aspectos discursivos del desempeño de las concejales de Belém y Manaus en Facebook

Political Representation, Gender and Stereotypes: analysis of discursive aspects of the performance of councilors from Belém and Manaus on Facebook

Nathália Kahwage

Danila Cal

“Outras Lutas além do Fogão”: o movimento de mulheres na Região Guajarina-Pa, na década de 1990. 163

“Otras Luchas más allá de la Estufa”: el movimiento de mujeres en la Región Guajarina-Pa, en la década de los 1990.

“Other Struggles Beyond the Stove”: the women’s movement in the Guajarina-Pa Region, in the 1990.

Antonia Lenilma Meneses de Andrade

Luiz Augusto Pinheiro Leal

Cidadania Negada pela Torneira ou pelo Poço: mulheres marajoaras e suas dificuldades para acessar a água em Breves-PA 177

Ciudadanía Negada por el Grifo o el Pozo: las mujeres marajoaras y sus dificultades para acceder al agua en Breves-PA

Citizenship Denied by Tap or Well: marajoaras women and their difficulties to access water in Breves-PA

Ana Maria Smith Santos

Elizandra Gomes de Lima

Enquadramentos da “Pec das Domésticas” no Jornalismo 189

Marcos de la “Pec de las Trabajadoras del Hogar” en Pediorismo
Frameworks of the “Pec of Domestic Workers” in Journalism

Danila Cal

Maria Luiza Lopes

Thaís Rezende

O Perfil das Vítimas de feminicídio na Região Metropolitana de Belém do Pará a partir das Reportagens do Caderno Policial do Jornal “Diário do Pará”, no Período de 2006 a 2015 207

El Perfil de las Víctimas de Femicidio en la Región Metropolitana de Belém do Pará a partir de los Informes de la Sección Policial del Diario “Diário do Pará”, de 2006 a 2015

The Profile of the Victims of Femicide in the Metropolitan Region of Belém do Pará from the Reports in the Police Section of the Newspaper “Diário do Pará”, from 2006 to 2015

Ana Doroteia Santos Dias

Uma Reflexão Sociológica do Desemprego entre as Mulheres no Brasil 223

Una Reflexión Sociológica del Desempleo entre Mujeres en Brasil

A Sociological Reflection of Unemployment among Women in Brazil

Ivanete Modesto do Amaral

Implicações sobre Desigualdade Ambiental Presente na Cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu” 239

Implicaciones para la Desigualdad Ambiental en la Cartilla “El Día en que la Vegetación Desaparecida”

Implications About Environmental Inequality in the Booklet “The Day in which Mata Disappeared”

Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa

Carla Cilene Siqueira Moreira

Tânia Guimarães Ribeiro

Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará 249

¿Desarrollo y Equidad de Género? Experiencia de un Proyecto de Generación de Ingresos para Mujeres en una Reserva Marina Extractiva en Pará

Gender Development and Equity? Experience of an Income Generation Project for Women in an Extractive Reserve in Pará

Ana Patrícia Reis da Silva

Maria Cristina Maneschy

Juventude Rural no Trabalho da Agricultura Familiar na Comunidade do Espírito Santo do Itá, Santa Isabel - PA 263

Juventud Rural en el Trabajo de Agricultura Familiar en la Comunidad Espirito Santo do Itá, Santa Isabel - PA

Rural Youth in the Work of Family Agriculture in the Espirito Santo do Itá Community, Santa Isabel - PA

Matheus Gabriel Lopes Botelho

Ruth Helena Cristo Almeida

Saúde, Violência e Resistências

Mulheres em Situação de Rua: o perfil das mulheres acolhidas no Abrigo João de Deus - Belém - PA 285

Mujeres em Situación de Calle: el perfil de las mujeres acogidas en el Abrigo João de Deus - Belém - PA

Women in a Street Situation: the profile of women received in the João de Deus Shelter - Belém - PA

Adriana Clícia Ferreira Ramos

Jessica da Silva de Sousa

Maria Goreth dos Santos Soeiro

Caracterização dos Delitos Contra a Mulher, no Âmbito Doméstico e Familiar em Belém-Pará 301

Caracterización de los Delitos Contra las Mujeres en el Ámbito Doméstico y Familiar en Belém-Pará

Characterization of Crimes Against Women in the Domestic and Family Environment in Belém-Pará

Alethea Maria Carolina Sales Bernardo

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Silvia dos Santos de Almeida

A Romantização do Abuso pelas Histórias de Ficção 309

La Romantización del Abuso por Parte de las Historias de Ficción

The Romanticization of Abuse by Fiction Stories

Alice Cáritas Almeida Amarante

Doença Falciforme, Ancestralidade e Aconselhamento Genético: relações de gênero e direitos reprodutivos no Estado do Pará, Amazônia 325

Enfermedad de Células Falciformes, Ancestralidad y Asesoramiento genético: relaciones de género y derechos reproductivos en el Estado de Pará, Amazonía

Sickle Cell Disease, Ancestry and Genetic Counseling: gender relations and reproductive rights in the State of Pará, Amazonia

Ariana K. L. S. da Silva

Roseane B. T. Oliveira

Lígia A. Filgueiras

A Implementação de Políticas Públicas no Combate à Violência Contra as Mulheres no Pará (2015-2018) 335

La Implementación de Políticas Públicas en la Lucha Contra la Violencia Contra las Mujeres en Pará (2015-2018)

The Implementation of Public Policies in the Fight Against Violence Against Women in Pará (2015-2018)

Carla Ramirez

Raquel Serruya Elmescany

Políticas Públicas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência no Estado do Pará: da proposta orçamentária à implementação dos serviços 349

Políticas Públicas de Atención a Mujeres Víctimas de Violencia en el Estado do Pará: desde la propuesta de presupuesto hasta la implementación de los servicios

Public Policies to Assist Woman Victims of Violence in the States of Pará: From the budget proposal to the implementation of services

Elcione da Silva e Silva

Maria Luzia Miranda Alvares

O Empoderamento Feminino no Processo de Rompimento do Ciclo de Violência Doméstica 369

El Empoderamiento Femenino en el Proceso de Romper el Ciclo de la Violencia Domestica

Women's Empowerment in the Breakdown Process of Domestic Violence Cycle

Mariana Ferreira Bezerra

Carla Figueiredo Marinho Saldanha

"Uma Aparência Sã e Florescente": representações da saúde feminina nos jornais paraenses (1910 - 1920) 381

"Una Apariencia Saludable y Floreciente": representaciones de la salud de la mujer en los periódicos de Pará (1910 - 1920)

"A Healthy and Flourishing Appearance": representations of women's health in the Pará newspapers (1910 - 1920)

Yasmin Carina Nunes Nogueira

Franciane Gama Lacerda

Gestoras e os Casos de Sexismo, Machismo e Invisibilidade nas Escolas do Campo 399

Gestores y Casos de Sexismo, Machismo e Invisibilidad en las Escuelas Rurales

Managers and Cases of Sexism, Machismo and Invisibility in Rural Schools

Alandienis Souza Santos

Anna Maria Alves Linhares

"Que Mulher Capoeira!": trajetórias de resistência feminina na capoeira no Pará do século XXI 409

"¡Que Mujer Capoeira!": trayectorias de resistencia femenina en la capoeira en el Pará del siglo XXI

"What a Capoeira Woman!": the trajectory of female resistance in the capoeira of Pará in the 21st century

Luciane de Sena Camões

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

..... 425

Mulheres Amazônicas – Democracia, Resistências, Construção de Saberes

Os estudos de gênero trouxeram avanços científicos hoje considerados indispensáveis nas ciências humanas. De fato, o enfoque das relações sociais de gênero e de suas desigualdades levou as/os pesquisadoras/es a problematizarem a noção de sujeito universal inerente à maioria das análises até então. Com efeito, reviu-se a concepção de indivíduo que esteve na base da formação das modernas democracias fundadas nos direitos dos cidadãos. Compreendeu-se que a participação individual na arena política e no exercício dos direitos civis, como o direito de votar e ser votado, constituiu-se sem atenção às desigualdades que pesavam especialmente sobre as mulheres e que restringiam seu acesso à cidadania. Constatou-se que a cultura patriarcal não deixou de plasmar a cidadania moderna, ao deixar de fora categorias sociais desprovidas de meios para atuar plenamente nas esferas públicas, dentre as quais, as mulheres. Assim, originalmente o conceito de cidadão aplicou-se ao homem, branco, de classe média ou alta, e desembaraçado das tarefas do cuidado cotidiano com crianças, com pessoas dependentes, com as lides domésticas, todas estas tarefas sem valor nos mercados, embora indispensáveis à vida. Permaneceu intocada a tradicional divisão sexual do trabalho nas sociedades e suas respectivas fronteiras e hierarquias.

A análise social com enfoque de gênero explicitou o caráter hierárquico e assimétrico subjacente à construção de feminilidades e masculinidades e quebrou ou retificou a noção de identidades uniformes. Nesse sentido, as marcas sociais foram sendo privilegiadas nas pesquisas a fim de dar conta da multiplicidade de práticas e representações de mulheres e homens, pautadas em diferenças de etnia, raça, status, geração, sexualidade e orientação religiosa. Vale sempre lembrar que esse campo de pesquisa reflete, no plano teórico, as críticas elaboradas pelos movimentos feministas, em suas diferentes ondas. Ao mesmo tempo, os estudos contribuem para iluminar caminhos no enfrentamento prático das múltiplas opressões nas relações de gênero.

No contexto atual de crise econômica e sanitária global, em uma pandemia que desconhece fronteiras, o tema do cuidado com a vida, a saúde coletiva, a sustentabilidade ambiental, a vulnerabilidade e a pobreza emergem ao primeiro plano das preocupações. Igualmente, ressalta-se o papel incontornável das políticas públicas de proteção social para a gestão desta e de futuras pandemias, bem como de eventos climáticos de grande escala. Evidentemente, isso se dá a contragosto dos setores econômicos e políticos que prosseguem na defesa dos mecanismos de mercado para gerenciar as crises, aferrando-se à ideia do Estado mínimo como caminho necessário. As pesquisas de gênero e feministas, cujos quadros de referência contestam a centralidade do econômico na vida social, têm portanto um lugar privilegiado no entendimento dos dilemas do presente.

A partir dessa linha de abordagem do social, há interesse em questões como estas: A) Como políticas de austeridade, que cortam e congelam gastos sociais, afetam homens e mulheres, em suas condições sociais e culturais particulares? B) Que categorias de mulheres e pessoas LGBTQI+ são mais vulneráveis a fatores como desemprego, ausência de proteção social e discriminações de toda ordem? C) Como desenvolver a dimensão de gênero implícita nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, definidos pela ONU?

Por outro lado, vale lembrar que o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável compreendem a associação entre crescimento econômico e promoção das liberdades substantivas dos

seres humanos. Quando o mundo tem cada vez mais claro que a Amazônia é rica em conhecimentos sobre os recursos da sua natureza, a pesquisa sobre os portadores desses conhecimentos, sob a ótica de gênero, promove os caminhos da sustentabilidade.


A sociedade brasileira tem avançado na construção de sua jovem democracia, mas muitas fragilidades ainda resistem. Dentre as causas dessa situação, destacam-se as desigualdades baseadas no gênero, que se manifestam em muitos indicadores sociais de desenvolvimento. Diferentes países, organizações governamentais e da sociedade civil, instituições multilaterais e corporações têm interesse em aprimorar suas ações de superação desses problemas. É inegável que o progresso teórico e metodológico da pesquisa embasada pelo olhar da teoria crítica de gênero e pelos feminismos tem ajudado a melhorar os instrumentos analíticos. Um exemplo notável é dado pelos censos demográficos de diferentes países, hoje mais sensíveis para apreender como as mulheres e os homens vivem, trabalham e participam da vida social e política, em suas diferenças e desigualdades. Não obstante todos os avanços, processos de inferiorização das mulheres seguem firmes, com especificidades regionais, sociais e culturais que merecem atenção e justificam a realização de pesquisas.

Desde o seu primeiro número, a **Revista Gênero na Amazônia** publica artigos de autoras e autores da região e de fora, fomentando a visibilidade e o intercâmbio. A presente edição corresponde às edições 16 (2º semestre de 2019), 17 e 18 (1º e 2º semestre de 2020). A união de três edições deve-se às restrições advindas com a pandemia para a realização das tarefas necessárias às publicações. Aqui estão reunidos artigos que foram selecionados dentre os trabalhos apresentados no *V Encontro Amazônico sobre Mulheres e Relações de Gêneros*, promovido pelo GEPEM/UFPA. O encontro ocorreu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2019, no campus da UFPA, em Belém, tendo sido uma das atividades que marcaram a comemoração dos 25 anos do GEPEM.

Nos artigos ora publicados, tem-se uma amostra da produção acadêmica na Amazônia sobre a temática das relações de gênero e suas várias implicações na dinâmica das sociedades. Em diferentes tópicos e abordagens, os artigos trazem contributos à temática geral do Encontro, que pode ser sintetizada na seguinte pergunta: Quais as formas de resistência das mulheres amazônicas às injustiças sociais e de que modo elas apontam alternativas societárias, ou inspiram políticas públicas e programas de qualidade de vida válidos para o conjunto das populações?

O **V Encontro Amazônico sobre Mulheres e Relações de Gêneros** contou com o apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), do Governo do Estado, através da Chamada Nº 001/2019 - Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação. A iniciativa da FAPESPA inseriu-se nos objetivos do Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica 2015-2019, do Estado do Pará.

Vale notar que um dos objetivos do referido Plano é a criação de ambientes de inovação no Pará. Estudos voltados à compreensão da situação social das mulheres nesta região, em sua diversidade, lançam luzes para que se alcance a superação de desigualdades e entraves ao acesso e à difusão de conhecimentos, tecnologias e inovações. E, nesse sentido, contribuem na criação de ambientes estimuladores da criatividade social. Sabe-se que em muitos meios socioculturais são mulheres que produzem e transmitem conhecimentos associados aos recursos da biodiversidade. Elas enfrentam barreiras não apenas socioeconômicas, como também socioculturais e políticas. Os estudos aqui apresentados trazem elementos que colaboram para o conhecimento desses potenciais.



Este número da Revista apresenta 28 artigos, agrupados em três eixos: 1) Identidade, Cultura, Comunicação, Arte e Sexualidades; 2) Cidadania, Participação Política, Trabalho e Desenvolvimento; 3) Saúde, Violência e Resistências.

A primeira seção - **Identidade, Cultura, Comunicação, Arte e Sexualidades** - traz nove artigos. Abordam imagens e representações sobre relações de gênero, poder e sexualidades, sempre considerando o peso da cultura patriarcal. Em diferentes graus, focalizam a produção social da diferença, articulando as categorias de gênero, raça, classe e idade, marcadores sociais que configuram os sistemas de classificação social. Há, também, enfoques sobre lugares de mulheres nas artes, na comunicação e na literatura. Finalmente, abordam questões relativas aos corpos e às sexualidades.

A segunda seção - **Cidadania, Participação Política, Trabalho e Desenvolvimento** – também congrega nove artigos. Eles contribuem para o tema da diversidade como princípio básico da cidadania, contemplando o efetivo direito à diferença e a eliminação da discriminação e da violência. Há enfoques sobre participação feminina em movimentos sociais e na política formal. Por outro lado, há artigos que se voltam a especificidades do desenvolvimento na região amazônica, considerando a participação de mulheres no mercado de trabalho, os saberes tradicionais e as práticas produtivas em diferentes comunidades.

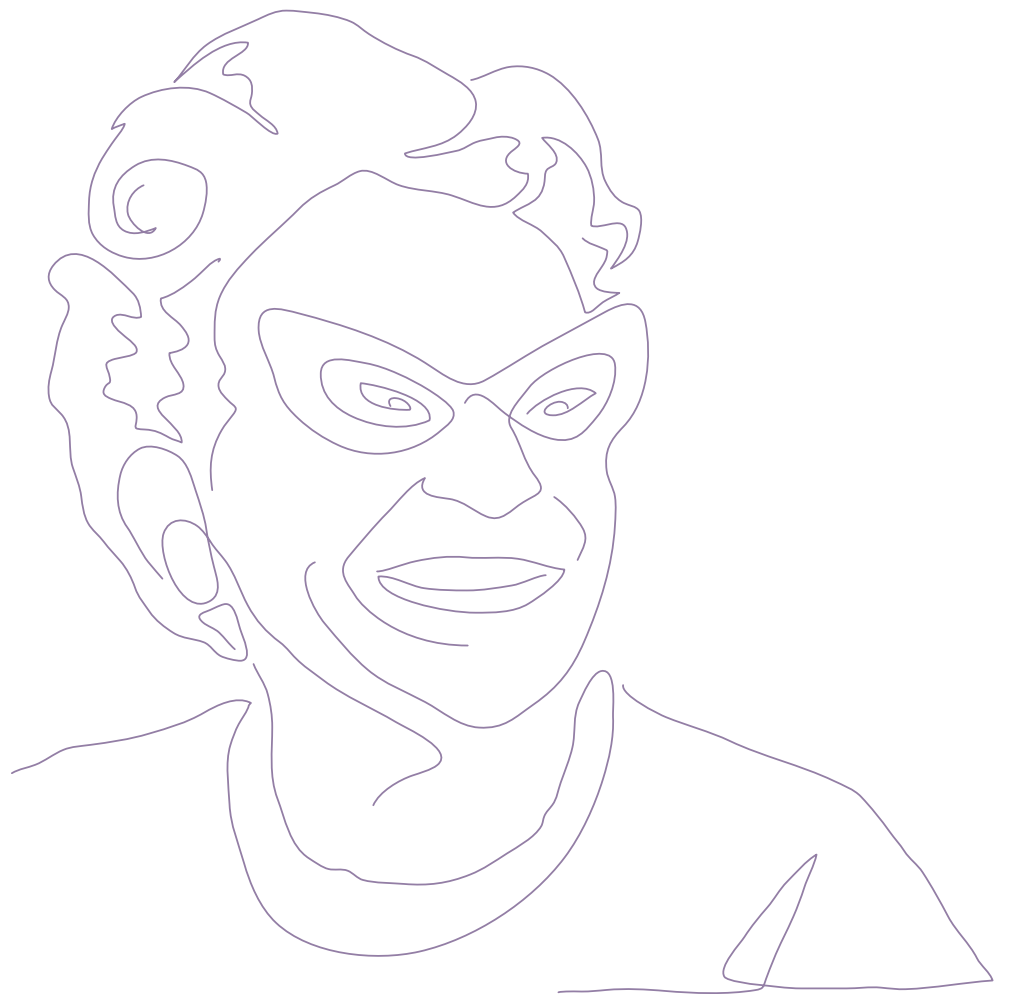
Finalmente, a terceira seção - **Saúde, Violência e Resistências** – traz dez artigos. São estudos que focalizam, em diferentes enfoques e tempos históricos, a interface entre essas três dimensões, discutindo como atingem as mulheres e afetam suas relações sociais e saúde. Políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos problemas de saúde e violência e formas de resistência são alvo de artigos que compõem a seção.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2020.

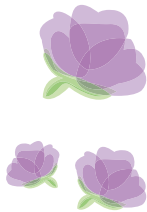
Maria Cristina Alves Maneschy

Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França.





Seção



A



Identidade, Cultura,
Comunicação, Arte e
Sexualidades



Abigail: protagonismo feminino em contexto patriarcal, a partir de uma personagem bíblica

Abigail: protagonismo femenino en un contexto patriarcal, basado en un personaje bíblico

Abigail: female protagonism in a patriarchal context, from a biblical character

Maria Cristina Maneschy
Maria Luzia Miranda Álvares

Resumo: Reflexão sociológica sobre protagonismo de mulheres em contexto patriarcal, pela análise da personagem bíblica Abigail, retratada no livro de Samuel (1Sm 25, 1-43). Nos limites do papel “esposa”, ela impediu um massacre, episódio crucial na trajetória de Davi, rei de Israel. A abordagem inspira-se em teólogos sobre cristianismo e a posição das mulheres e em teóricas feministas sobre gênero e poder. Duas leituras sociológicas são possíveis. 1) A narrativa enfatiza o padrão tradicional, mulheres e homens nos papéis convencionais, havendo espaços de reação. 2) Mulheres desconstruíam na prática a ordem de gênero. Abigail, sem exércitos e cargos, reverteu decisão de conflito com argumentos de paz e perdão. Ela questionou as relações de gênero além de seu tempo, mas persiste silêncio histórico desse poder sobre homens e armas.

Palavras-chave: Gênero. Poder. Mulher. Patriarcado. Abigail.

Resumen: Reflexión sociológica sobre el papel de la mujer en un contexto patriarcal, a través del análisis del personaje bíblico Abigail, retratado en el libro de Samuel (1Sm 25, 1-43). Ella evitó una masacre, un episodio crucial en la trayectoria de David, rey de Israel. El enfoque está inspirado en teólogos sobre el cristianismo y la posición de las mujeres y en teóricas feministas sobre género y poder. Dos lecturas sociológicas posibles: 1) La narrativa enfatiza el perfil tradicional, mujeres y hombres en roles convencionales, con espacios de reacción. 2) Las mujeres deconstruyeron el orden de género. Abigail, sin ejércitos, revirtió el conflicto con argumentos de paz y perdón. Ha cuestionado las relaciones de género más allá de su tiempo, pero persiste el silencio histórico de su poder sobre hombres y armas.

Palabras clave: Género. Poder. Mujer Patriarcado. Abigail.

Abstract: Sociological reflection on the protagonism of women in a patriarchal context. It focus the biblical character Abigail, portrayed in the book of Samuel (1Sm 25, 1-43). Within the bounds of the “wife” role, she prevented a massacre, a crucial episode in the trajectory of David, king of Israel. The approach draws on theologians on christianity and the position of women, and on feminist theorists on gender and power. Two sociological readings are possible. 1) The narrative emphasizes the traditional gender pattern, women and men in conventional roles; nevertheless, there was scope for reaction. 2) Women deconstructed the gender order. Abigail, without armies and positions, reversed a conflict arguing for peace and forgiveness. She questioned gender relations beyond her time. A historical silence about her power over men and weapons remains.

Keywords: Gender. Power. Woman. Patriarchy. Abigail.

Maria Cristina Maneschy – Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mail: cristina@ufpa.br

Maria Luzia Miranda Álvares – Professora e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero – GEPEM/UFPA. E-mail: luzia@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Propõe-se aqui uma reflexão sociológica sobre o protagonismo de mulheres em sociedades de forte desigualdade de gênero e presença de um sistema patriarcal, que legitima a dominância dos homens sobre as mulheres em diferentes instituições sociais. O foco central deste artigo é a personagem bíblica Abigail, retratada em um episódio que compõe o livro de Samuel (1Sm 25, 1-43), no Antigo Testamento¹. Abigail viria a ser uma das esposas de Davi, monarca do Reino Unificado de Judá e Israel. O período de seu reinado situa-se entre os anos 1003-970 a.C., conforme os relatos bíblicos e, também, com apoio em dados arqueológicos.² Davi é uma das grandes figuras do Antigo Testamento, aquele que quando jovem derrotou o gigante Golias com uma pequena pedra e, ainda, a quem se atribui a autoria de grande parte dos Salmos.

Considera-se aqui a passagem do livro na qual Davi e Abigail se conhecem, com o objetivo de desenvolver uma reflexão sociológica sobre relações de gênero naquele contexto. Toma-se o texto bíblico como texto clássico, fazendo uma analogia com o sentido que o sociólogo Robert Nisbet (2000)³ atribui ao termo ao se referir aos clássicos da Sociologia, comparando-os com obras de arte. Ou seja, trata-se de um texto antigo cuja importância para o conhecimento da vida social vai além de uma contribuição para a história das ciências que se voltam para o humano. Textos clássicos, na acepção de Robert Nisbet, merecem a leitura, pois são sempre suscetíveis de gerar conhecimentos válidos sobre a sociedade da época e, por extensão, são capazes de inspirar a produção de conhecimentos sobre sociedades de outros tempos e lugares, estimulando ainda a criatividade. É nesse sentido que, em caráter inicial, lançamos esta reflexão construída sobre a pequena passagem que apresenta a personagem Abigail e o episódio no qual ela exerceu um poder ativo que deixou marcas na vida de Davi. A longa história de Davi está narrada nos livros 1 e 2 de Samuel. Consideramos que o episódio com Abigail lança luzes críticas sobre o tema do poder inscrito nas relações de gênero e sobre o protagonismo de mulheres em ambientes de forte desigualdade nessas relações.

Este texto começa com a interpretação dada por alguns teólogos e teólogas sobre o entendimento cristão a respeito da posição social das mulheres. Essas abordagens teológicas descortinam possibilidades de interpretação que interessam também no plano sociológico. Em seguida, apresenta os conceitos sociológicos básicos empregados na análise: gênero e patriarcado. Descreve-se, então, o episódio em foco. Enfim, indicam-se duas leituras sociológicas possíveis sobre o protagonismo da personagem.

1. Abordagem Teórico-Methodológica

Uma primeira observação faz-se necessária. Os textos bíblicos são, em primeiro lugar, material de fé e não testemunhos histórico-documentais comprovados por dados objetivos conforme os padrões da ciência da História. Muitos textos são reuniões de tradições orais, inclusive de culturas diferentes, e escritos em épocas posteriores. Há, como se sabe, toda uma ciência que faz a exegese dos textos bíblicos. Os textos bíblicos são alvo de estudos que os situam no quadro dos processos que diferentes povos do Oriente Médio viviam, em primeiro lugar os judeus. São processos políti-

¹ Todas as referências bíblicas neste texto foram extraídas da “Nova Bíblia Pastoral”, Ed. Paulus, 2014.

² Verbete “David”, em Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/David>. Consulta em 08 de novembro de 2019.

³ *A Sociologia como uma forma de arte*. Originalmente publicado em 1962.

cos e econômicos, migrações, exílios, contatos e trocas interculturais, aculturações, expansionismos e subjugações de povos etc. São processos que marcaram as histórias concretas das quais emergiram os textos que compõem a Bíblia. Muitos textos foram escritos por escribas, para lembrar tradições e manter viva a identidade cultural judaica.

Frisando os limites de nosso conhecimento na matéria, pois não somos especialistas em textos bíblicos, esclarecemos que para a análise aqui proposta, é bastante lembrar que os textos bíblicos são também expressões culturais das sociedades em que foram produzidos. E, sobretudo, eles são fontes de valores e visões de mundo que fazem parte do legado cultural judaico-cristão que embasou a formação da cultura ocidental, em suas compreensões de natureza versus cultura, concepções de humanidade, de direitos, as formas de conceber trabalho e futuro etc. É, portanto, nesse sentido de expressão de valores e padrões culturais, que uma leitura sociológica como a aqui proposta encontra justificativa.

A abordagem sobre o episódio de Abigail considera os personagens no quadro das relações sociais de gêneros vigentes então, isto é, relações moldadas pelas construções sociais acerca de masculino e feminino e dos papéis que correspondiam a homens e mulheres em sua sociedade. Parte-se da famosa conceituação de Joan Scott sobre gênero:

... o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder, no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 2019, p. 69)⁴

O gênero, portanto, é um campo muito importante na estruturação do poder, em especial do poder político. Scott reforça sua argumentação recorrendo à análise do sociólogo Pierre Bourdieu, que destaca a força peculiar de todo poder que assenta sobre percepções culturais de diferenças biológicas entre categorias de pessoas. Com efeito, gênero tem a ver com papéis e identidades conferidos pela cultura aos sexos masculino e feminino, com base em atributos biológicos. Assim, gênero refere-se também à existência de fronteiras no interior do corpo social. Fronteiras legitimadas por elementos da natureza são muito resistentes. Elas vão se manifestar em diferentes esferas da sociedade, nos campos da produção e da reprodução social, nas atividades realizadas no plano público, no plano da política, assim como no plano mais privado da domesticidade e do parentesco. Em cada uma dessas esferas, também operam outros eixos de classificação social, como as classes, as etnias e as raças. As formas históricas de construção das fronteiras são variadas. Elas não são apenas separações, pois comportam desigualdades sociais.

A leitura feminista sobre as relações de gêneros, por sua vez, vai focar na crítica das discriminações e opressões de gênero. A filósofa Silvia Federici (2019) assim argumenta, agregando ainda a ideia de que a leitura feminista busca um melhor entendimento sobre o trabalho reprodutivo – os cuidados com as pessoas, suas comunidades e o ambiente do qual dependem – que é atribuído precipuamente às mulheres. Federici cita Peter Linebaugh, para quem o trabalho reprodutivo “é a pedra sobre a qual a sociedade é construída e pela qual todo modelo de organização deve ser testado” (FEDERICI, 2019, p. 381). Na linha de pesquisadoras feministas como Nancy Fraser (2016), Federici está propondo a análise crítica das fronteiras de gênero e de suas desigualdades. E,

⁴O artigo de Scott foi originalmente publicado em 1986.

também, propondo uma inversão da ordem hierárquica com que as essas fronteiras são justificadas ideologicamente, isto é, a primazia da produção sobre a reprodução social e dos assuntos das esferas públicas sobre as domésticas. Os estudos elucidam a artificialidade de todas as separações socialmente construídas e como, ao mesmo tempo, estão ancoradas.

O conceito de patriarcado considera que os elementos de separação entre masculino e feminino enraízam-se nas principais instituições de uma sociedade, reforçando a posição social subalterna das mulheres. Segundo Walby (1990), referida por Giddens (2012, p. 444), o patriarcado é “um sistema de estruturas e práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Walby identifica que essas estruturas são independentes, mas interagem para reproduzir o sistema como um todo (Citada por Giddens, 2012, p. 444). Dentre as estruturas estão as relações de produção no lar, o Estado patriarcal, a violência masculina e as instituições culturais patriarcais, tais como a religião e a educação.

As fronteiras de gênero, a despeito de sua fixidez, são desafiadas pelas mudanças históricas. Gênero e poder se constroem reciprocamente, diz Scott (2019, p. 74). E essa construção é dinâmica. As próprias categorias “homem” e “mulher” conhecem variações. Isso significa que são “categorias transbordantes”, pois apesar de parecerem fixadas, “elas contêm ainda em si definições alternativas negadas ou reprimidas” (SCOTT 2019, p. 75).

Portanto, a história política das sociedades se dá também em termos de gênero, uma vez que os espaços de exercício da política são espaços sexuados. Na sociedade de Abigail, são espaços masculinos por excelência. É preciso ter em mente que esse campo é palco de contestações, como demonstram Scott (2019), Fraser (2016) e Federeci (2019), entre tantas outras. As categorias homem e mulher contêm em si, como diz Scott, definições alternativas. Portanto, mesmo onde há forte restrição à mobilidade e à voz das mulheres nos espaços coletivos e nas esferas públicas da coletividade, há reações ao afastamento das mulheres do exercício do poder formal, à violência masculina etc. Nessa perspectiva é que se desenvolve aqui a análise do episódio envolvendo Abigail.

Dentre as perguntas de pesquisa histórica sobre gênero que Scott levanta, algumas têm especial interesse para os objetivos deste artigo.

Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana? (...) Já houve conceitos de gênero realmente igualitários sobre os quais foram projetados ou mesmo baseados sistemas políticos? (SCOTT, 2019, p. 75).

Em suma, a análise aqui empreendida toma os personagens em suas posições e relações de gêneros. Leva em consideração a força do gênero na estruturação das relações sociais, pois se trata de uma sociedade patriarcal. Ao mesmo tempo, indaga-se em que medida a narrativa expressa a existência de visões alternativas sobre a categoria mulher, ainda que fossem visões reprimidas. E, portanto, indaga-se se a narrativa aponta para um conceito de gênero igualitário e capaz de influenciar no sistema político, na linha da pergunta de Scott (2019).

Tanto o episódio em si, como é narrado no Livro de Samuel, quanto o fato de os autores do texto – escribas de Jerusalém, ligados às elites religiosas e políticas – o terem incluído no livro são interpretados como indicadores dessas duas possibilidades que o referencial teórico sobre gênero indica. A primeira é de que naquela sociedade havia visões alternativas às da tradição sobre a ca-

tegoria mulher. A segunda remete ao ideal de um conceito mais igualitário de gênero que também estava presente. Um ideal igualitário de gênero contempla as capacidades sociais de homens e mulheres nos diferentes campos e vislumbra mais intercâmbios de conhecimentos, práticas, valores, conexões etc.

2. Elementos da Perspectiva Cristã sobre as Mulheres e Seu Lugar Social

A ideia original de desenvolver esta reflexão partiu de uma pregação que ouvimos em outubro de 2019. O autor é um pastor e teólogo batista, brasileiro. A pregação data de junho de 2015 e se intitula “Celebrar por ser Mulher – Superbonita”.⁵ Tece considerações acerca de um conjunto de mulheres retratadas em diferentes passagens da Bíblia, dentre as quais está Abigail. A fala do pastor objetivava prestar homenagem à “sabedoria das mulheres” e, de modo particular, ressaltar que elas “engrandecem a mensagem do Evangelho” (Kivitz, 2015). Ou seja, as mulheres não estariam lá apenas como partícipes, mas através de suas experiências de vida como mulheres, de seus dizeres e espiritualidade, elas imprimiram uma marca muito importante no desenvolvimento da fé, argumenta o autor.

A explanação de Kivitz (2015) despertou-nos para esta reflexão sobre relações de gênero e protagonismo feminino a partir de Abigail, personagem notável, menos conhecida fora do meio religioso do que outras figuras femininas de destaque na Bíblia. Evidentemente, em primeiro lugar a mulher mais conhecida é Maria, mãe de Jesus. Mas há, também, Maria Madalena, uma das mais fiéis seguidoras de Jesus, dentre outras. Como dito acima, o episódio que Abigail protagonizou é descrito em poucas páginas. Contudo, Ed René Kivitz (2015), ao falar de Abigail, destacou o poder momentâneo, mas eficaz, que ela exerceu sobre homens prontos para o que seria um conflito sangrento, evitando tal desfecho. Que poder foi esse? Como ele foi possível no quadro cultural do judaísmo antigo, que limitava tanto a mobilidade quanto a voz das mulheres, independente da classe social? Eram sociedades marcadas pelo patriarcado, no sentido de legitimarem a submissão feminina em diferentes esferas da vida coletiva.

Há uma literatura importante que explora, do ponto de vista teológico, como o cristianismo renovou o conceito de mulher, ao renovar o próprio conceito de humano. A visão sobre a mulher teve um significado peculiar na grande transformação que o Evangelho pretendia representar. Dentre os teólogos que destacaram o tema da nova visão da mulher, tem-se Timothy Keller (2013), pastor e teólogo presbiteriano americano, que frequentemente em suas falas lembra como no judaísmo tradicional o testemunho de uma mulher pouco valia em um tribunal, de maneira justamente a sublinhar a novidade da perspectiva evangélica naquele mundo patriarcal. Em um sentido similar, o teólogo russo e sacerdote cristão ortodoxo, Alexandr Mien, assim se expressou, tendo por base o contexto judaico, romano e grego dos tempos bíblicos:

No mundo pré-cristão, as mulheres quase sempre não passavam de servas mudas, cuja vida só conhecia o trabalho extenuante e as obrigações de casa. Não é à-toa que uma oração judaica dizia: ‘Agradeço-te, ó Deus, por não me teres feito mulher’... (MIEN, 2002, p. 105).

Por outro lado, Timothy Keller ressalta em suas análises sobre o Antigo Testamento, que o Deus do judaísmo, em suas intervenções, muitas vezes havia revirado o sentido das instituições

⁵ Kivitz, Ed René (2015). Celebrar por ser Mulher – Superbonita. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aMOM62HYoZU>. Publicada em 22 de junho de 2015. Consulta em 10 de outubro de 2019.

humanas. Interpretando o sentido das Escrituras, Timothy Keller argumenta que suas páginas contêm muitas críticas às instituições humanas, apontando suas limitações a partir de dentro, isto é, dos próprios princípios culturais que as legitimavam. Segundo Timothy Keller, instituições como a escravidão, o casamento, a religião e as práticas políticas foram frequentemente abordadas em sua relação com o transcendente. Dessa maneira, evidenciaram-se injustiças que elas continham, ainda que não se rompessem as instituições na prática. É assim que, em sociedades fortemente hierarquizadas, muitos textos bíblicos destacaram deveres de justiça social. E, em muitas passagens, apontou-se para o caráter transitório dos poderes humanos, com suas iniquidades (KELLER, 2013).

Pode-se tomar como exemplo o próprio livro de Samuel (1Sm), que inicia com uma breve passagem da vida de Ana, mulher que influenciaria indiretamente a história de Davi, pois ela seria mãe do profeta Samuel, aquele que por orientação do próprio Deus identificaria o jovem Davi e o escolheria para reinar sobre Israel. Ana era uma das duas esposas de um homem chamado Elcana. Ela era estéril e, portanto, duplamente frustrada, vivendo uma culpabilidade pessoal e social por não preencher o papel esperado de mãe. O marido, no entanto, “a amava” (1Sm, 1-8) a ponto de despertar ressentimento da outra esposa, mãe de vários filhos, que é descrita como provocando e humilhando Ana. Em uma das visitas anuais da família ao Templo, Ana fez a promessa de que se tivesse um filho, o consagraria a Deus. Ela finalmente engravidou e, por ocasião da entrega da criança ao guardião do Templo para que fosse criado para o serviço de Deus, o texto narra a oração em forma de cântico que Ana fez para agradecer. Além de alegria e louvor, suas palavras precisamente exaltam o poder divino revertendo os poderes e as hierarquias terrenas, situando-as em plano secundário diante dos desígnios divinos. Eis algumas frases elucidativas, ditas por uma mulher, que até pouco tempo “vivia amargurada”:

(...)
 Javé faz o pobre e faz o rico,
 Ele pode humilhar e também exaltar.
 Levanta da poeira o fraco,
 Tira do lixo o indigente
 E faz que se assentem com os príncipes,
 Dando-lhes em herança um trono glorioso.
 (...)
 Pois não é pela força que o homem triunfa.
 (1Sm 2, 1-10)

Justamente a parte supostamente mais frágil daquela família, Ana, entoaria esse cântico que ficou registrado no texto bíblico e que fala bem mais do que dela própria. A notar a crítica do poder que se alcança pelo emprego de força. Seu filho Samuel veio a ser um poderoso líder religioso, junto a quem Davi iniciou sua longa carreira. Em suma, essa narrativa bíblica, seguindo-se o argumento de Timothy Keller, desvela no interior daquele universo cultural elementos de crítica às instituições e aos costumes; na linguagem religiosa, o cântico de Ana expressa clamores por justiça existentes.

Essa argumentação merece atenção, uma vez que os textos da tradição bíblica também expressam a cultura patriarcal, apresentam as mulheres e os homens em seus lugares tradicionais e atribuem virtudes a essas divisões, em desfavor das mulheres. É o que bem destaca a teóloga feminista brasileira Ivone Gebara, que se engaja em um “trabalho de desconstrução da teologia patriarcal”. Essa teologia, segundo ela, é marcada por uma simbologia masculina:

Sabemos também o quanto o mundo simbólico do cristianismo, e particularmente da teologia escrita, é dominado pela simbologia masculina. Deste ponto de vista, a teologia, em todos os seus aspectos, também se torna um lugar privilegiado de ação em vista de uma revolução do simbólico. É exatamente esta a razão pela qual as teólogas feministas se engajam num trabalho de desconstrução da teologia patriarcal e de construção de uma teologia mais inclusiva. (GEBARA, 2000, p. 112)

Nesse mesmo sentido, a teóloga feminista romena Elisabeth Schüssler Fiorenza refere-se à emergência, há pouco mais de três décadas, dos “estudos bíblicos feministas” como uma nova área de pesquisa. A autora indica que apesar das grandes diferenças entre eles, a maioria desses estudos concorda que a Bíblia é escrita em linguagem androcêntrica e que ela se origina de sociedades, culturas e religiões patriarcais. Porém, ela também destaca que, graças ao processo interpretativo feminista, abre-se outro potencial: “a bíblia pode funcionar como uma visão espiritual e como recurso em lutas por emancipação e libertação” (FIORENZA, 2009, p. 24). Evidentemente, ela reconhece que tal sucesso não pode obscurecer o “reverso negativo dessa façanha” (FIORENZA, 2009, p. 24).

3. A Ação de Abigail

Durante sua juventude, Davi comandou muitas expedições militares, envolveu-se em batalhas por território, sobretudo entre israelitas e filisteus. Várias dessas expedições estão traçadas em Sm1.⁶ Em um de seus deslocamentos, Davi acampou com a tropa de cerca de 600 homens em um deserto próximo à localidade de Carmel. Aí morava Nabal, rico criador de ovelhas e cabras, homem apresentado como “muito poderoso” e, também, “rude e mau em obras”. Abigail era a esposa de Nabal. Ela é apresentada como “sensata e muito bonita”.

Precisando de víveres, Davi enviou mensageiros até Nabal, que se encontrava nas redondezas por ser época de tosquia das ovelhas. Foram pedir-lhe mantimentos, lembrando na mensagem que pastores que trabalhavam para Nabal haviam estado próximo das tropas, tendo sido bem tratados e recebido proteção. No entanto, o pedido foi negado com veemência por Nabal, com a justificativa de que ele desconhecia quem era Davi e suspeitava que pudessem ser aproveitadores: “Será que vou pegar meu pão, minha água e as ovelhas que abati para meus tosquiadores, e entregar a homens que nem sei de onde vêm?” (1Sm 25, 10-11). Os mensageiros retornaram e relataram o ocorrido a Davi, cuja reação foi convocar 400 de seus homens para ir até a propriedade de Nabal e lá matar todos os homens que encontrassem.

Contudo, um dos rapazes que presenciaram o encontro avisou Abigail do que ocorrera. O texto descreve, então, a pronta e meticulosa reação de Abigail, tomada sem que o marido soubesse.

... Abigail pegou duzentos pães, dois odres de vinho, cinco ovelhas preparadas, cinco medidas de trigo tostado, cem cachos de uvas passas, mais duzentos doces de figo, e carregou tudo sobre os jumentos. Depois disse a seus rapazes: ‘Vão na frente, que eu irei em seguida’. (1Sm 25, 18-19).

⁶ Na introdução aos livros de Samuel, na edição da Bíblia aqui utilizada, consta a seguinte informação quanto ao contexto histórico dos livros. Tratava-se de um período em que os reis de Jerusalém buscavam ampliar seu território e domínio na região. É, também, o período em que nasce de fato um Estado em Jerusalém e em que se fazia necessário respaldar as conquistas e dar uma identidade a esse Estado. Nesse movimento insere-se a iniciativa dos escribas de Jerusalém de reunir tradições da região, orais e escritas. Os livros de Samuel são frutos dessa iniciativa (p. 302).

Durante a viagem, ela encontrou justamente com Davi e seus homens em marcha rumo a sua casa. O texto narra a atitude e os argumentos dela para dissuadi-lo, que podem ser interpretados como uma diplomacia de paz.

Prostrada aos pés de Davi, ela disse: Meu senhor, a culpa é minha. Deixe que sua serva lhe fale (...) Agora, meu senhor, pela vida de Javé e pela sua: é Javé que o impediu de derramar sangue e de fazer justiça por suas próprias mãos. (...) Esta bênção que sua serva lhe trouxe seja dada aos rapazes que o acompanham. Eu lhe peço: perdoe a falta de sua serva, que Javé não deixará de lhe dar uma casa estável. Porque meu senhor combate as guerras de Javé e nada de mal lhe acontecerá em toda a sua vida. (...) Quando Javé cumprir tudo o que prometeu a meu senhor, o bem sobre você, ele o constituirá chefe sobre Israel. Então meu senhor não há de ficar perturbado nem com remorsos por ter derramado sangue sem motivo, ou por ter feito justiça com as próprias mãos. Quando Javé tiver feito o bem a meu senhor, você se lembrará de sua serva. (1Sm 25, 24-31)

O resultado imediato foi a anuência à demanda de Abigail. Nas palavras de Davi:

‘Bendita seja a sua sabedoria! Bendita seja você que me impediu de derramar sangue, fazendo justiça com minhas próprias mãos!’ (...) ‘Volte em paz para casa. Veja, eu ouvi sua voz e atendi ao que você pediu’. (1Sm 25, 33-35)

Assim interveio Abigail, mudando o curso de um episódio sangrento e interferindo positivamente na trajetória do futuro rei. Abigail misturou humildade (“sua serva”), atribuição a si própria da culpa, pedido de perdão, dádiva e, sobretudo, apelo à racionalidade de Davi, alertando para que zelasse por sua biografia, sem derramar sangue inútil, ele que estava destinado a ser rei de Israel em concordância com o plano divino.

Eis, pois, o exercício efetivo do poder por uma mulher sobre um conjunto de homens armados para o conflito, sobre o comandante, bem como sobre seu marido, que ignorava a própria vulnerabilidade diante do ataque que se avizinhava. Abigail lançou mão de argumentos e posturas de paz e concórdia, aqui interpretadas como uma diplomacia da paz. Uma leitura teológica permite discernir na atitude de Abigail a característica concepção cristã de poder como serviço, como diálogo e reconhecimento do outro e não como domínio e sujeição.

4. Sobre Protagonismo Feminino em Contexto Patriarcal: leituras sociológicas

Abigail tornou-se uma das esposas de Davi após a morte de Nabal. E ela deixa, então, a cena principal do livro. Duas leituras sociológicas são possíveis a partir do episódio. Na primeira leitura, considera-se que a narrativa enfatiza o padrão tradicional de relações sociais de gênero, com mulheres e homens atuando dentro dos papéis convencionais. Registra, no entanto, a iniciativa de uma mulher fazendo-se ouvir pelo poderoso interlocutor. Na segunda, pode-se interpretar uma mulher desconstruindo, na prática, a ordem hierárquica de gênero, mesmo que de modo temporário. O registro de sua história no texto bíblico já é um sinal de uma desconstrução possível. Sugere a possibilidade de outro modelo de relações sociais de gênero, com novos entrecruzamentos das fronteiras do feminino e do masculino e favorecendo novos intercâmbios de saberes, habilidades e maneiras de agir.

De fato, olhar a sociedade sob o prisma das relações sociais de gênero significa tratar de fronteiras socialmente construídas, como se discutiu acima (Fraser, 2016). O encontro entre Abigail e Davi deu-se nos marcos dessas fronteiras. Mas, Abigail avançou além do papel feminino de então. Em um momento de conflito, ela agiu sozinha perante um exército para defender a casa e a família, lançando mão de uma inteligência política que se mostrou superior à prática que seria adotada por Davi, que era a resposta bélica a um gesto ofensivo. Sem armas ou posição pública reconhecida, reverteu uma decisão de combate com argumentos de paz e perdão. É lícito concluir, portanto, que ela questionou a estreiteza das relações de gênero para além de seu tempo, desconstruindo-a em certo sentido.

Seguindo o entendimento de Scott (2019) sobre a dinâmica das relações de gêneros, a narrativa aponta um transbordamento do sentido tradicional dado às categorias de mulher e homem e seus papéis e poderes. A narrativa aponta, indiretamente, para a possibilidade de superação dos estreitos limites das fronteiras de gênero. Mostra a diplomacia de Abigail e seu contra poder, exercido sob a forma do reconhecimento de seu interlocutor e do colocar-se à disposição para servi-lo em suas necessidades. Não estaria esse texto abrindo caminho para a construção de conceitos de gênero mais igualitários, conforme uma das indagações de pesquisa de Scott (2019)? Junto com os conceitos, aponta para novas práticas também. Abigail tratou a ofensa sob um ângulo mais abrangente que o convencional. Além disso, o próprio fato de os autores do texto registrarem o episódio aparentemente diminuto no livro de Samuel é também, sociologicamente falando, uma expressão da dinâmica concreta em que gênero e poder se constroem. Não é processo linear de dominação e sujeição. O espaço atribuído ao feminino encontra algum espaço em uma teologia masculina, como disse Gebara (2000).

Abigail iluminou essas possibilidades. Ela mostrou a validade da voz da mulher e de sua abordagem do problema. Abigail induziu um chefe a aquiescer a outra forma de resposta: entendimento no lugar da lógica das armas. Desse modo, ela atuou segundo um protocolo coerente com anseios de justiça mais ampla. Em suma, no encontro entre Davi e Abigail mantiveram-se os campos separados de gênero, as fronteiras. Mas, nas palavras de Pierre Bourdieu, referidas por Joan Scott (2019), o caráter de “ilusão coletiva” dessas divisões ficou momentaneamente claro. E, portanto, abria-se o caminho para sua desconstrução.

Antes de concluir, vale fazer referência a outra breve passagem do Antigo Testamento que tem interesse para uma análise crítica das relações de gênero em contexto patriarcal. Trata-se do livro Provérbios, cuja conclusão apresenta o que seria um tipo ideal feminino. O texto enaltece a figura da mulher “de valor”, isto é, virtuosa (Pr 31, 10-31). Os atributos que caracterizam sua virtude inscrevem-se todos na posição social da esposa, mãe e cuidadora da família. Todavia, o texto dá à personagem tamanha força pessoal – e social – que também possibilita uma leitura crítica das relações de gênero naquele contexto. Com efeito, as virtudes da mulher de valor estão como que a transbordar os limites da posição e, portanto, das hierarquias sociais ligadas ao gênero.

Em primeiro lugar, fala-se uma mulher à frente dos negócios da família, não apenas gerenciando as atividades de produção, inclusive a mão de obra, como também comercializando os produtos e sendo ela mesma artesã. Ela é, ademais, previdente e generosa.

Ela procura a lã e o linho, e suas mãos realizam o trabalho com dedicação. Ela é como navios mercantes, que de longe lhe trazem o alimento. É noite ainda quando ela se levanta, para preparar o alimento de sua família e para dar ordens

às criadas. Ela examina um terreno e o compra (...) Ela sabe que seus negócios vão bem, e mesmo de noite sua lâmpada não se apaga. (Pr 31, 13-20)

Ela fabrica tecidos para vender, e fornece cinturões para os comerciantes. (Pr 31, 24)

A notar a bela metáfora que compara a mulher a “navios mercantes”, a sublinhar sua capacidade de multiplicar recursos que beneficiam, em última instância, a toda a cidade. É o que sugere esse trecho: “Dêem a ela o fruto de seu trabalho, e que suas obras a louvem nos portões da cidade”. (Pr 31, 31) Ela também pratica a caridade, virtude central naquela cultura, pois ela “abre a mão para o pobre e estende o braço para o indigente” (Pr 31, 20).

Cabe ao marido exercer função pública no conselho de anciãos. Mas, o texto sublinha ser ela a fonte do prestígio de que dispõe o cônjuge na função: “Seu marido é respeitado nas reuniões, quando se assenta com os anciãos da cidade” (Pr 31, 23).

Assim como na história de Abigail, a descrição elogiosa da mulher de valor está quase que a denunciar a estreiteza da ordem social de gênero que divide e hierarquiza, pois a sabedoria se constrói em todo o tecido da sociedade. A mulher ideal tem uma posição na cidade, um papel na educação. O homem ocupa a função política, mas é reconhecidamente apoiado pela força da mulher que cuida não só das tarefas domésticas no sentido contemporâneo, mas das tarefas da produção e da reprodução nas quais, de fato, ela é descrita como grande protagonista. A sabedoria ultrapassa as fronteiras entre espaço público e privado, está no masculino e no feminino.

CONCLUSÕES

O que significam esses registros, o que dizem aquelas ações e pensamentos de mulheres milênios atrás, sobre dominação e resistência? E, sobretudo, o que ainda dizem elas sobre a construção de mundos novos? Por novo, pode-se concordar com a proposta da filósofa Nancy Fraser (1997): sociedades em que a equidade de gênero seja um componente essencial da justiça.

O olhar sociológico aqui proposto enfoca o contexto institucional da época de Abigail, em que operavam barreiras específicas sobre as mulheres. A ação de Abigail pode ser lida conforme lentes tradicionais de relações de gênero enfatizando, todavia, seu notável protagonismo dentro dos papéis socialmente definidos de mulheres casadas, conforme sua posição social. Ela desafiou barreiras de gênero, sem que necessariamente os papéis sociais fossem revolucionados. E teve influência decisiva no desfecho sereno da situação.

A narrativa de Abigail pode ser lida como desconstrução do gênero? Sim. Ela trouxe para a negociação habilidades sociais que se mostraram adequadas na produção de uma saída pacífica para o conflito. Sua racionalidade falou mais alto e evitou mortes injustas e o peso que isso teria na carreira de um rei que havia sido escolhido por orientação divina. Suspendendo as fronteiras da convenção, Abigail aplicou uma inteligência política moldada por valores de paz e serviço ao outro.

Abigail evidenciou no mundo antigo os limites da exclusão feminina dos espaços da política. A exclusão empobrece mais do que enriquece a condução dos assuntos públicos e, por conseguinte, a promoção da qualidade da vida para todos. Na linguagem de hoje, a exclusão das mulheres opõe-se ao desenvolvimento das sociedades, dos países. Essa lição da narrativa aponta na direção da desconstrução do gênero, naquilo que ele tem de sujeição, de separação e de silêncio. Lição válida e mais do que necessária no presente!

REFERÊNCIAS

- FEDERICI, Sílvia. 2019. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, p. 379-394.
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. 2009. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. São Bernardo do Campo, Nhanduti Ed.
- FRASER, (N.). 1997. After the Family Wage: a Postindustrial Thought Experiment, In: Nancy Fraser (org.). *Justice Interruptus: Critical Reflexions on the Postsocialist Condition*, Londres, Routledge.
- FRASER, Nancy. 2016. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, 100. July/Aug, p. 99-117.
- GEBARA, Ivone. 2000. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis, Vozes.
- KELLER, Timothy. 2013. *Justiça generosa; a graça de Deus e a justiça social*. São Paulo, Vida Nova.
- KIVITZ, Ed René. 2015. *Celebrar por ser Mulher – Superbonita*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aMOM62HYoZU>. Publicada em 22 de junho de 2015. Consulta em 10 de outubro de 2019.
- MIEN, Aleksandr. 1998. *Jesus, Mestre de Nazaré; a história que desafiou 2.000 anos*. Vargem Grande Paulista, Ed. Cidade Nova.
- NISBET, Robert. 2000. A sociologia como uma forma de arte. *Plural, Sociologia*, USP. São Paulo, 7: 111-130. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75487/79038>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
- Nova Bíblia Pastoral*. 2014. São Paulo, Ed. Paulus.
- SCOTT, Joan. 2019. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, p. 49-80.
- WALBY, S. 1990. *Theorizing Patriarchy*. Oxford, Blackwell, 1990. Citado por: GIDDENS, Anthony. 2012. *Sociologia*. Porto Alegre, Penso, 6. ed.



Colonialidade do Saber, Poder e Ser: um ensaio sobre a idosa marajoara, a cidadania, os silenciamentos e suas memórias

Colonialidad del Saber, Poder y Ser: un ensayo sobre la mujer anciana en el Marajó, ciudadanía, silenciamiento y sus memorias

Coloniality of Power, Knowledge and Being: an essay on the elderly woman from Marajó, citizenship, subalternity and her memories

Rodolfo Cunha Barbosa

Ana Maria Smith-Santos

Pâmela Beatriz Ferreira Pelegrini

Resumo: A Modernidade/Colonialidade, fenômeno no qual sobrevivem aspectos subjetivos do extinto Colonialismo no “Sul” global, silencia e subalterniza grupos e sujeitos alheios à sua dinâmica. O artigo objetiva desenvolver um ensaio sobre as memórias de mulheres idosas da Ilha do Marajó, articulando uma discussão que abrange os eixos de Modernidade/Colonialidade, decolonialidade de gênero, cidadania, participação social e políticas públicas. Os relatos apresentados foram extraídos da tese de doutorado de uma das autoras e de entrevistas realizadas no decorrer de projetos de extensão desenvolvidos junto a idosas atendidas pela política de assistência social do município de Breves (Pará). Discutindo sobre o lugar socialmente ocupado por mulheres idosas após o advento da Modernidade, evidenciou-se, com a pesquisa, que as mulheres idosas em questão constroem trajetórias de (re)existências, “bordas e agências” (SMITH-SANTOS, 2019).

Palavras-chave: Decolonialidade. Memória. Envelhecimento e gênero. Cidadania. Marajó.

Resumen: Modernidad/Colonialidad, fenómeno en el que aspectos subjetivos del colonialismo extinto sobreviven en el "Sur" global, silencian y subordinan grupos y sujetos ajenos a su dinámica. El artículo tiene como objetivo desarrollar un ensayo sobre la memoria de las ancianas de Marajó, articulando una discusión que abarque los ejes de Modernidad/Colonialidad, descolonialidad de género, ciudadanía, participación social y políticas públicas. Los informes presentados fueron extraídos de tesis doctoral de una de las autoras y de entrevistas realizadas durante proyectos de extensión desarrollados con mujeres ancianas asistidas por la política de asistencia social del municipio de Breves (Pará). Discutiendo el lugar socialmente ocupado por las ancianas después del advenimiento de la Modernidad, se hizo evidente, con la investigación, que las ancianas en cuestión construyen trayectorias de (re)existencias, “fronteras y agencias” (SMITH-SANTOS, 2019).

Palabras clave: Decolonialidad. Memoria. Envejecimiento y género. Ciudadanía. Marajó

Abstract: Modernity/Coloniality, a phenomenon in which subjective aspects of extinct Colonialism survive in the global "South", has silenced and subordinated groups and subjects alien to its dynamics. The article aims to develop an essay on memories of elderly women from Marajó Island, articulating a discussion that covers the axes of Modernity/Coloniality, gender decoloniality, citizenship, social participation and public policies. The reports presented were extracted from the doctoral thesis of one of the authors and from interviews carried out during extension projects developed with elderly women assisted by the social assistance policy of the municipality of Breves (Pará). Discussing the place socially occupied by elderly women after the advent of Modernity, it became evident, with the research, that the elderly women in question build trajectories of (re)existences, “borders and agencies” (SMITH-SANTOS, 2019).

Keywords: Decoloniality. Memory. Ageing and gender. Citizenship. Marajó.

Rodolfo Cunha Barbosa – Graduando da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB). Bolsista PIBEX/2020. E-mail: rodolfochbarbosa29@gmail.com

Ana Maria Smith-Santos – Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (CUMB/UFPA). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Assistente Social pela UFPA. E-mail: anasmiths@ufpa.br

Pâmela Beatriz Ferreira Pelegrini – Graduanda da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB). Bolsista EIXO TRANSVERSAL/2020. E-mail: beatrizfpelegrini@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver um ensaio sobre as memórias de mulheres idosas marajoaras, articulando uma discussão teórica que abrange os eixos de Modernidade/Colonialidade, decolonialidade de gênero, cidadania, participação social e políticas públicas. Buscamos apreender, interpretar e discutir registros de memórias à luz de diferentes questões que se encontram incidindo na sociedade moderna sobre o viver de mulheres idosas marajoaras, formulando também discussões com eixos característicos do pensamento decolonial, como representações sociais de silenciamento e subalternidade que foram construídas na colonização da América Latina e ainda hoje se apresentam, tendo sobrevivido ao fim dos tempos do colonialismo, e manifestando-se ainda cotidianamente de forma subjetivas em diversas dimensões da vida humana.

Teóricos cruciais como Walter D. Mignolo e Anibal Quijano desenvolveram nos últimos anos, por meio do grupo de estudos denominado “Modernidade/Colonialidade”, um debate de caráter sócio-histórico e interdisciplinar no sentido de desmistificar um conjunto de relações que foram construídas junto aos processos de colonização do continente denominado como América. Suas reflexões evidenciam que a sociedade é marcada por relações de exploração e de poder fincadas no racismo, na subalternização de colonizados, além do silenciamento de culturas, de memórias, das práticas e saberes de minorias, tendo tais traços fundados à essência do pensamento moderno e eurocêntrico.

A construção da Modernidade, na leitura decolonial, se deu através de um preço, que não foi pago por aqueles que colonizaram, mas pelos sujeitos que por eles foram alcunhados como os “outros”, sujeitos principalmente de descendência indígena e negra, no versar dos teóricos primordiais, mas também considerando as relações de gênero, nas considerações de pensadoras feministas decoloniais que também desenvolvem temáticas relacionadas ao citado grupo de estudos, tais como Rita Segato e especialmente Maria Lugones. Tais autoras, ao reconstituir algumas considerações formuladas nos inícios dos estudos decoloniais, evidenciaram algumas oportunidades de debate no que se refere ao lugar dado ao gênero em interrelação com concepções raciais.

Em consonância com essa discussão, buscamos também traçar um debate com base em autores que discutem questões referentes à sabedoria, conhecimento, participação social e representatividade em espaços de decisão, dentro da sociedade contemporânea, que têm na base de sua construção este caráter de colonialidade, seja no poder, no saber ou no ser, entre diferentes sujeitos e grupos sociais.

Consideramos que, ao recorrermos a estas considerações, torna-se possível estabelecer ligações com a visão da sociedade e do Estado sobre a mulher idosa, sobretudo em relação ao contexto marajoara, lócus do estudo e da atividade de extensão desenvolvidos pelos autores deste texto. Partimos da compreensão de que há indícios de subalternidade e silenciamento na vida das mulheres idosas do Marajó-PA, mais especificamente da cidade de Breves-PA.

Foi por meio das narrativas de suas memórias que se evidenciou como se deu a relação das interlocutoras com as políticas públicas de seu município. Suas considerações denunciaram as suas exclusões em diferentes espaços da sociedade, pelo fato de estarem na condição de mulheres, atoras sociais pertencentes a grupos historicamente posicionados nas *bordas*¹, por serem idosas, negras,

¹ Termo debatido na tese de doutorado de Smith-Santos (2019, p. 32), na qual explicita: “Estou considerando, a partir deste estudo, que as *bordas* são dadas por inúmeras práticas, ações, silenciamentos, imposições sociais, condições materiais e falta de acesso à determinadas políticas públicas. [...] Os silenciamentos destinados às muitas mulheres, bem como as relações de subalternidades, foram percebidos, implícita e explicitamente, em meio a tantos desrespeitos e ceticismo referentes aos direitos das mulheres no Brasil”.

portadoras de ancestralidade ribeirinha e afroindígena. Seus relatos contribuem para perpetuar um cabedal infinito de agências e memórias ligadas a processos de migração, (re)existências, enfrentamentos, manifestações culturais e reprodução da existência.

A metodologia utilizada para a construção deste escrito aderiu uma perspectiva relacional e interdisciplinar. Procedeu-se primeiramente com uma pesquisa bibliográfica que buscou abranger a formação social dos povos da América Latina através do Colonialismo e a perpetuação de traços dessa estrutura social nas vivências protagonizadas hoje pelas mulheres idosas, mais especificamente amazônicas, negras ou afro-indígenas. Para que pudéssemos ampliar nosso norte de discussão, também realizamos entrevistas semiestruturadas, as quais nos permitiram captar relatos das mulheres interlocutoras da pesquisa, aliada à análise e discussão de outros relatos que já haviam sido colhidos na construção da tese de doutorado de Smith-Santos (2019), coautora do presente escrito. Com base nisso, foi possível refletir, de modo teórico e empírico, sobre a vivência de mulheres que empreendem no seu cotidiano processos contínuos de (re)existência e *agências*; que lhes permitem reproduzir sua existência frente a um cenário que a elas relegou a figura de ser o “outro”, como mulheres que não se situam dentro da lógica moderno ocidental.

Os diálogos traçados junto às idosas participantes desta pesquisa se deram nas ocasiões de ações extensionistas de projetos pertencentes à Faculdade de Serviço Social (FACSS) do Campus Universitário do Marajó-Breves-PA, da Universidade Federal do Pará (UFPA), referentes às Memórias de Idosos no Marajó, tendo como eixos centrais a valorização de saberes, a interpretação e estudo em caráter antropológico e da História Oral sobre trajetórias de vida marcadas pelo contato ou pela ausência da abrangência de políticas públicas, bem como as dificuldades enfrentadas por mulheres idosas no acesso a recursos básicos, como, por exemplo, água tratada para o consumo. É oportuno mencionar ainda sobre tais projetos o desenvolvimento de um eixo que busca, por meio de atividades audiovisuais, como o cinema e a fotografia, apreender histórias e memórias dos sujeitos idosos e suscitar a discussão de políticas públicas, exercício da cidadania e o direito ao envelhecimento junto aos idosos que frequentam os serviços públicos da Assistência Social do município lócus da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas e observações simples permitiram entender como se dá a vivência cotidiana das sujeitas idosas, além de compreender parte de suas perspectivas sobre ser e resistir na realidade. O embasamento teórico alcança as contribuições de Maria Lugones e Rita Segato, autoras de grande relevância nos Estudos Decoloniais, principalmente na área de gênero e raça. Recorremos também às colocações de Walter Dignolo para o debate acerca das relações de poder e subalternização herdadas dos processos de colonização dos povos do Sul.

Deste modo, aliando a pesquisa bibliográfica relacionada aos eixos como a colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero, nos ocupamos na tentativa de traçar elos com o campo de Estudos do Envelhecimento, para que, através de interpretação de relatos de sujeitas que o vivenciam, pudéssemos trazer o debate sobre subalternização, cidadania e a perpetuação de modos “outros” de viver; que se posicionam na contramão da lógica metonímica moderno-ocidental e eurocêntrica, pois este *pensar e existir nas bordas* é o que revela a força contida em mulheres que lutam, rememoram, reconstróem cenas do passado e marcam seu espaço na sociedade de hoje.

Este trabalho se subdividirá em cinco seções de discussão, a contar com a presente Introdução, sucedida de um capítulo articulador dos eixos de decolonialidade e relações de gênero, uma seção seguinte tocante às discussões entre geração, saberes, modos de vida e cidadania, bem como

uma seção que evidencia os relatos colhidos junto às idosas interlocutoras da pesquisa, seguido pelas Considerações Finais.

1. Decolonialidade e Gênero: um debate sobre a construção da Modernidade no “Sul Global”

O pensador decolonial Walter Dignolo (2017) caracteriza a Colonialidade como “o lado mais escuro da modernidade”, tratando do processo de construção da América sob as diretrizes da colonização europeia, e neste processo introjetou-se aos povos originários a marca de ser o “outro”, ou seja, serem o grupo não reconhecido em suas práticas, saberes e relações sociais enquanto parte de um cânone que o próprio colonizador inventou, com base na ideia de raça.

A Colonialidade, então, pode ser entendida, com base nos autores do grupo latino-americano de estudos Modernidade/Colonialidade, como um conjunto de processos de caráter subjetivo que continuam a se manifestar em nossas relações contemporâneas, sendo uma herança que contraria a ideia de que estariam absolutamente extintas as marcas de um regime colonial. Sabe-se que oficialmente o período histórico conhecido como “Colonialismo”, característico dos projetos de colonização de metrópoles do autointitulado “Velho Mundo” sobre as colônias do também por elas denominado de “Sul Global”, considera-se como ultrapassado. No entanto, relações de caráter colonial se manifestam, segundo os pensadores fundantes do grupo Modernidade/Colonialidade, em diversas dimensões da vida humana, sendo elas, primordialmente, o poder, o saber e o ser

O pensamento da Modernidade supõe a superação de padrões de poder fundados pela dominação colonial, em diversos âmbitos da vida social. A Colonialidade é a representação de que esses padrões não foram superados, e continuam sendo perpetuados pelo apagamento que a universalização de práticas e conceitos que a modernidade traz. Os pensadores da Colonialidade buscam identificar, informar e criticar esses padrões de dominação que continuam presentes nas relações sociais, políticas, ecológicas, internas e internacionais, fundadas pelo sistema-mundo moderno. A modernidade está ligada à colonialidade, e não pode existir sem que esta exista (DIAS, 2014, p. 3-4).

No entanto, também se encontra imbricada nestas relações de subalternização historicamente construídas entre as figuras de colonizador e colonizado o que posteriormente pensadoras feministas decoloniais, a partir do pensamento de Maria Lugones, denominam como “Colonialidade de gênero”, reparando alguns elementos apontados nas teorizações primordiais referentes às manifestações da Colonialidade. Walter Dignolo cita questões relacionadas à dominação na esfera das relações de gênero, como se pode notar em seus escritos sobre a obscuridade trazida pelos processos de construção da modernidade na América, ao anotar:

Uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais [...]. Um sistema que impôs o conceito de “mulher” para reorganizar as relações de gênero/sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações “normais” entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre o “homem” e a “mulher” [...]. (MIGNOLO, 2017, p. 11).

As considerações traçadas por Maria Lugones (2014) explicitam de forma mais acentuada que as dimensões de gênero citadas pelo primórdio do pensamento decolonial de certa forma deixaram às escuras, quanto ao gênero feminino, a ideia de raça que foi debatida como fator essencial na compreensão dos processos de Colonialidade. Porém, como situa Lugones (2014), não se trata de eleger alguma primazia para as questões de gênero ou raça na abordagem do pensamento decolonial, mas, sim, de trazer à tona a existência de um entrecruzamento entre tais questões quando se analisa o processo de construção da Modernidade/Colonialidade – ideias que não podem ser dissociadas e consideradas de forma isolada uma em relação à outra.

Lugones (2014) versa que, inicialmente, as teorias decoloniais não davam evidências de como estava implicado o gênero nestas relações de poder, buscando tornar nítido o lugar do gênero na discussão traçada pelo grupo. Conforme Dias (2014, p. 2), Maria Lugones “acrescentou o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade, do ser, do poder e do saber [...] e também a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade”.

Desta forma, aos preceitos básicos relacionados à manifestação do legado social colonial, o poder, o saber e o ser, foi adicionada, a partir de Lugones, a dimensão da colonialidade de gênero. Evidencia-se, por seu pensamento, como foram utilizadas as concepções de gênero dentro destes processos de silenciamentos das sujeitas compreendidas pelo europeu como sendo o “outro”. Foram varridas identidades diversas, fazendo com que, subjetivamente, o colonizado carregasse para si a ideia de que viver conforme os padrões da modernidade seria a única alternativa válida e possível. Ainda nas palavras de Dias (2014, p. 12),

É importante também para fazer-se uma reflexão sobre as sociedades atuais, para compreender o quanto de colonial ainda existe nessas sociedades, o quanto esses conceitos são naturalizados e até que ponto as crenças e sistemas atuais são realmente válidos e livremente construídos.

Visa-se, portanto, compreender como estes processos são reproduzidos na contemporaneidade de nossas relações, enxergando como a colonialidade manteve também como um de seus legados o patriarcalismo nas relações de gênero, o qual, para Lugones (2012 *apud* DIAS, 2014, p. 12) só se faz possível de ser desconstruído quando se decoloniza o ser e o saber, com base nos postulados do feminismo decolonial. Deste modo, entende-se que a desconstrução da colonialidade do gênero tem estrita ligação com processos de (re)existência praticados por mulheres na sociedade atual.

De acordo com Gomes (2018, p.77), falar sobre a categoria gênero em uma análise decolonial significa visualizar que o ideário social sobre o gênero “foi construído no performativo da Colonialidade, tendo a raça e o racismo como informadores dessa construção”, ao que consideramos pertinente somar o ato de tratar sobre processos de (re)existência a esta Colonialidade através das práticas cotidianas do viver.

2. Geração, Sabedoria e Cidadania: considerações sobre a mulher idosa

A construção da Modernidade/Colonialidade, à medida que deixa marcas latentes ainda hoje na sociedade quanto às relações sociais anteriormente citadas referentes a origens, identidades e gênero, relega também (em um nível mais geral) à subalternização a sabedoria dos sujeitos da terceira idade. É aqui que se localiza nossa tentativa de traçar o elo entre os eixos de decolonialidade e gera-

ção, visto que a Colonialidade é intrínseca à Modernidade, processo que gerou consequências que se projetam nas questões de raça, gênero e classe pela marcha da colonização; e da mesma forma, com a construção e um cânone moderno ocidental e científico de razão, tomando-a como único padrão possível nas linhas abissais de poder, promoveu-se uma separação dos elos que ligavam o saber dos idosos ao que era considerado como conhecimento.

Nas palavras de De Paula (2016, p. 262), “a partir da modernidade, os laços que uniam conhecimento, sabedoria e velhice foram se perdendo com o tempo, à medida que o capitalismo avançava”. Nesse sentido, entendemos que o processo de construção da modernidade, que significa também a consolidação do capitalismo, irradia suas consequências sobre a questão da geração, visto que a valorização da ciência eurocêntrica como padrão promoveu uma invisibilização do que outrora era, em várias sociedades, concebido como conhecimento válido: a sabedoria dos mais velhos como experiência de vida.

Simultaneamente à opressão e gênero, a qual Laura Segato (2012, p. 108) aponta ter se intensificado com a modernidade, ao anotar que “a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões”, vemos caracterizar-se nesse período histórico uma opressão e a impossibilidade de figurar como aceito pela estrutura social hierárquica o saber da pessoa idosa.

Adentrando um pouco mais na discussão traçada por De Paula (2016), observa-se que na contemporaneidade já não há uma expressiva associação dos idosos com a concepção e sabedoria, além de que, embora os avanços na ciência e prevenção à saúde tenham permitido que a expectativa de vida subisse e continue em ritmo crescente, configura-se uma problemática ao termos um quadro social no qual a pessoa idosa vive por mais tempo; entretanto isso não significa que viva de uma forma melhor, acontecendo, na verdade, o contrário em muitos casos. “Atualmente, os idosos já não são associados à sabedoria e alguns indicadores sociais sugerem que, embora vivam mais tempo, a população idosa vive pior” (DE PAULA, 2016, p. 262). Tal quadro diverge, inclusive, da tendência histórica de que a sabedoria sempre esteve ligada à “busca da melhor maneira possível de viver”, seja consigo mesmo ou com os outros.

A modernidade vem trazer a quase impossibilidade de qualquer sabedoria, mesmo na idade avançada. Na modernidade ocorre algo inquietante no campo do saber. A entrada em cena do conhecimento científico vai determinar uma separação que antes não havia: a separação entre conhecimento e erudição, de um lado, e sabedoria, de outro, sendo que esta ocupará agora um lugar muito menor no universo cultural. (DE PAULA, 2016, p. 269).

Faz-se necessário reafirmar que todo este processo não teve apenas bases epistêmicas e filosóficas no campo do saber, mas também forte base no campo econômico, uma vez que o advento do capitalismo moderno passou a dar prestígio ao conhecimento apenas “na medida em que pode contribuir para o ‘progresso’, para o desenvolvimento do capital.” (DE PAULA, 2016, p. 271).

As consequências deste processo foram a configuração de um quadro cada vez maior de exclusão social, que afetou, simultaneamente, vários segmentos sociais, dentre os quais destacamos a mulher idosa. Conforme discute Bilac (2014), nossa sociedade ainda se faz carregada de concepções errôneas sobre o envelhecimento, tendo trocado sua associação com a sabedoria pela representação de invalidez, de doença, de solidão e de improdutividade, cujo senso comum aplicado

sobre eles é da imagem de “peso social”. Complementando essas considerações, Silveira e Nader (2014, p. 3) visualizam que esta representação sobre a velhice tem fortes raízes na constituição da globalização do sistema capitalista, “marcado pela instantaneidade e descartabilidade”.

Scott (2010, p. 16) pontua que “Gênero e Geração [...] implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes”. A discussão de políticas públicas e cidadania evidencia um campo onde se pode relativizar a presença da equidade. Seus avanços e recuos estão embasados ao atendimento de interesses sociais diversos. Dependendo do grupo social no qual se localiza um ser, isto pode até mesmo se caracterizar com um fator de estímulo à negação de sua própria condição de ser, devido às implicações trazidas pelo cotidiano. Não raro é em nossa sociedade o fato de que idosos sejam relutantes em reconhecerem a si próprios como integrantes deste grupo etário ou portadores de tal alcunha, dado que percebem a maneira desmoralizadora com que a sociedade frequentemente trata o sujeito que se encontra na velhice.

Nessa perspectiva, podemos compreender que, além da já existente visão diferenciada direcionada à geração idosa, dentro desse recorte ainda se visualizam diferentes papéis sociais entre homens e mulheres relacionados ao acesso a recursos, acesso a emprego, educação, moradia e renda, além da autonomia decisória. Considerando este panorama desigual, Nunes-Rocha (2010, p. 149) afirma que

as mulheres brasileiras [...] se ao mesmo tempo demandam políticas públicas universais, relativas ao acesso à saúde, educação, justiça, trabalho, entre outras esferas; há também que se considerarem as especificidades de cada segmento feminino, como por exemplo, para as mulheres negras [...], idosas. Políticas universais e políticas específicas ou setoriais não são contraditórias como muitos assim as definem; ao contrário, interagem e se complementam.

Podemos visualizar um cenário relativo quanto ao pleno exercício da cidadania e acesso a direitos através das políticas públicas, visto que estas, ao longo de seu desenvolvimento no Brasil, caracterizam-se, no versar de Mattei (2012), por permanecem concentradas aos interesses de uma parcela da população. Ferreira, Leeson e Melhado; (2019, p. 2) suscitam que, devido ao crescimento populacional e o aumento da longevidade, a questão da velhice fez com que surgissem “desafios e dilemas às políticas públicas”. Considerando que as mulheres idosas são um grupo social que demanda políticas públicas específicas, nos cabe questionar qual é o lugar dado a este grupo no que tange ao direcionamento de políticas pelo Estado.

Conforme Motta (2011, p. 14), a sociedade delega às mulheres mais jovens o exercício dos papéis mais dinâmicos e socialmente esperados, afirmando ainda que as políticas sociais mais básicas – relativas à educação, trabalho, saúde, proteção à violência – são pensadas primordialmente para a mulher jovem, visualizando relações de gênero em um caráter limitado, tendo como base apenas a dimensão patriarcal. Diante disso, a autora busca evidenciar que “as velhas também existem”, e sua existência contemporânea contraria muitos dos estereótipos socialmente criados sobre elas e sobre as gerações anteriores. Reforça ainda o caráter heterogêneo, multifacetado e plural do termo “mulher idosa”, pondo em foco as diferenças entre idosas “pobres, ricas e remediadas; brancas pretas e pardas; mais velhas, menos velhas, conservadas; bem femininas, ou, até, parecendo homens” (MOTTA, 2011, p. 2). Oferece um destaque para os conceitos de gênero e geração como

elementos fundantes de sociabilidades, nas quais estão imbricadas relações de poder, dominação e subordinação. A condição tradicionalmente dada à mulher, ainda segundo a mesma autora, tem como características:

Domesticidade e repressão social e sexual, desestímulo ou dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, desigualdade de formação e de condições de trabalho em relação às dos homens, negação aparente de interesse e capacidade para a política e uma apropriação social do seu corpo expressa no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas. Em resumo, a expectativa obrigatória de uma feminilidade que significava obediência e conformismo. (MOTTA, 2011, p. 2).

Compreende-se, assim, ser este o padrão orientador da vida das mulheres que hoje são idosas, sobretudo nas relações sociais construídas pela modernidade no chamado “Sul Global”. Diante de um cenário que herda tantas desigualdades, outros autores contribuem com o debate de como se configuraram as políticas públicas referentes a intersecções de gênero e geração, sem deixar de levar em conta o recorte étnico-racial, que também se localiza num expressivo quadro de desigualdades em nosso tempo. Essas considerações também evidenciam que se trata de um cenário de lutas, avanços e recuos, pois coexistem olhares que se voltam à emancipação em simultaneidade com as marcas desiguais que a modernidade instalou sobre direitos, cidadania e participação social.

Avançando nesse sentido, tomamos como base algumas proposições de Bilac (2014), ao anotar que, para que houvesse uma preocupação maior com o processo de envelhecimento dentro das políticas do Estado Brasileiro, foram necessárias pressões da sociedade civil, visto que, por muito tempo, tais questões estiveram alijadas de um caráter social mais amplo, relegadas aos âmbitos específicos da saúde e da Previdência Social. Desse modo, destaca a autora que, de modo geral, “apesar das políticas sociais de atenção às pessoas idosas brasileiras assegurarem as necessidades básicas e a proteção dos direitos humanos, elas não foram eficientemente aplicadas” (BILAC, 2014, p. 67).

Frente a isso, as lacunas que marcam o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil para este grupo social deixam sobreviver traços de vulnerabilidade social e processos de discriminação historicamente herdados. A mulher idosa sofre diversas discriminações simultaneamente, seja por sua idade, por seu gênero, por sua classe social ou por sua raça. Assim, junto a questões de vulnerabilidade, observamos, com base em Renk, Badalotti e Winckler (2010, p. 378), que as formas de violência que recaem sobre mulheres idosas são percebidas em diversos contextos, como o “cerceamento e vigilância estrita em relação às viúvas, com restrição e pressão familiar visando impedimento de estabelecer novo casamento”; e questões de ordem de alienação de benefício econômico, pois “O direito à aposentadoria [...] tornou-se o mecanismo de exploração de muitas mulheres” (RENK; BADALOTTI; WINCKLER, 2010, p. 378).

Ainda nos direcionando a processos discriminatórios quanto aos modos de vida e práticas sociais de mulheres idosas, cabem as colocações de Pereira e Lozano (2012, p. 590) afirmando que no contexto amazônico, em diversos momentos, “o trabalho da mulher não é reconhecido, apesar de fundamental dentro da organização familiar”, pois algumas mulheres são vistas de maneira como se estivessem “apenas ‘ajudando’ seus maridos ou seus pais”, demonstrando uma visão machista que se nega a visualizar os papéis desempenhados pela figura feminina e idosa em diversos espaços, tais quais os afazeres domésticos.

Voltando à reflexão sobre a problematização das políticas públicas direcionadas à mulher idosa, evidencia-se que este campo, assim como o dos direitos para as mulheres, são também arenas de lutas por espaços de poder (OLIVEIRA, 2012). As estratégias de participação feminina tornam-se combates árduos “contra a hegemonia do poder masculino que impera na sociedade brasileira, ainda patriarcal, neoliberal e racista” (OLIVEIRA, 2012, p. 123). Reforça-se, dessa maneira, que sendo a estrutura opressora de gênero fundada no Estado, é relativizado o lugar das políticas para mulheres, visto também derivarem da mesma estrutura.

Caracterizando o estado do Pará, Oliveira (2012) aponta a existência de um expressivo número de mulheres chefes de família, o que demanda geração de políticas voltadas ao trabalho e renda. As chefes de família geralmente lidam com a falta de acesso a crédito, titulações de moradia e terra, dificuldades no acesso à água, além da divisão sexual do trabalho, que é ainda um entrave para o exercício da cidadania das mulheres amazônicas. Nesse sentido, “a mulher é sujeito importante e estratégico na implementação de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2012, p. 125), visando também uma assistência social que viabilize sua autonomia frente à vulnerabilidade social. Questionando sobre o futuro das mulheres ao precisarem da Previdência Social e da aposentadoria, Oliveira (2012, p. 136) aponta esses fatores como “relevantes para a implementação de políticas públicas”.

Ao visualizar este cenário dinâmico que abriga uma série de lutas por direitos e cidadania, frente ao quadro ainda desigual que marca as vidas de mulheres idosas, podendo pensá-los na realidade amazônica, é possível traçar conexões com a importância de evidenciar as narrativas das sujeitas que vivenciam historicamente o desenrolar das subalternizações até aqui retratadas. Somado a isso, ao trazer seus relatos, trajetórias de vida e memórias relacionadas à cidadania, à participação e à presença nos diversos espaços sociais, desenvolvendo diferentes práticas, relacionadas ao trabalho, educação, acesso a recursos, lazer, dentre outros eixos, significa também evidenciar os outros modos de vida, que muitas vezes podemos caracterizar como “processos de (re)existência”, pois trazem, além de uma história de *bordas e agências*,² a perpetuação de seus saberes, suas culturas, suas concepções sobre a vida, suas crenças e práticas ancestrais. Todo este conjunto de elementos é o que forma o cabedal infinito da memória das mulheres idosas marajoaras. Tomando como metodologia a coleta de relatos com mulheres idosas marajoaras, podemos reforçar que a cultura intergeracional se retroalimenta, destacando-se aí a cultura da conversa. Neri e Oliveira (2018, p. 667) explicam que esta cultura tem a ver com o “saber experiencial aprendido no cotidiano social, através da oralidade”, sendo elo de perpetuação das diferentes gerações, expressando e transmitindo vivências, saberes, valores e hábitos, enraizando culturas. Suas memórias sobre o trabalho, quando nos permitem visualizar a realização de funções igualmente atribuídas a homens, contrariam o “discurso biológico que associa a anatomia do corpo feminino a uma insana fragilidade física”, realizando atividades “consideradas masculinas” para sobreviver (OLIVEIRA, 2018, p. 668-669).

Ademais, o fato de o pensamento decolonial em sua essência nos deixar cientes de que o preceito fundamental sobre o qual se fundou a Colonialidade foi a ideia da raça, tal qual advoga o grupo Colonialidade/Modernidade,³ já nos pareceria bastante para enveredar, no recorte de nossa

² O termo *agência* também foi empregado na pesquisa de tese de Smith-Santos (2019, p. 35): “a *agência* que me refiro está relacionada à resistência, às vezes planejada, outras vezes realizada em virtude de se proteger de determinados posicionamentos da sociedade local, ou mesmo da sua família, bem como para se resguardar das diversas violências vividas no âmbito familiar.

³ Segundo Barbosa e Maso (2014), este grupo é formado por intelectuais, em sua maioria, latino-americanos. Em 2002, Arturo Escobar batizou o grupo com este nome.

pesquisa, também pela questão étnico-racial ao discutir sobre mulheres idosas, sobretudo no contexto amazônico, atravessado por uma ancestralidade de identidades afro-indígenas.

Cabe-nos reforçar mais nitidamente a justificativa para este direcionamento. Assim, destacamos que, para Lugones (2014, p. 935), “a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis”. E, por isso, afirmar uma análise sobre mulheres negras, fazendo uma intersecção de gênero e raça, somando-se aqui ao recorte geracional cujo elo aos demais eixos visamos, além de se contrapor e este caráter separador inerente à Modernidade, evidencia e denuncia, justamente nessa intersecção, “a ausência das mulheres negras” (LUGONES, 2014, p. 935) nos escritos de influências eurocêntrica. Tal contraposição permitiu a Lugones direcionar seu olhar a organizações sociais que resistem e enfrentam a lógica da Modernidade capitalista, e é neste mesmo sentido que buscamos, neste texto, evidenciar os saberes e memórias relativas às trajetórias de vida de mulheres idosas marajoaras, sobretudo negras ou afro-indígenas, visualizando experiências “outras” que evidenciem (re)existências firmadas por bordas e agências.

3. Narrativas de Memórias e Saberes: o retrato do silenciamento

As experiências vivenciadas por mulheres idosas marajoaras são importantíssimas para identificarmos e reconhecermos as suas contribuições para a história do espaço onde vivem e resistem, bem como para retratar as diversas nuances dos silenciamentos e subalternidades das quais são alvo. Para este artigo, selecionamos relatos de duas mulheres idosas participantes de Projetos de Extensão atuantes Campus Breves da Universidade Federal do Pará, e relatos de duas mulheres idosas cujas entrevistas se deram na construção da tese de Smith-Santos (2019). A escolha ocorreu levando em consideração o fato de serem elas mulheres idosas negras, e por suas falas suscitarem fatos relacionados aos silenciamentos e violações de direitos⁴.

A dinâmica de organização dos Projetos de Extensão foi pensada de maneira a articularmos momentos culturais com debates a respeito dos direitos e experiências de vida, numa tentativa de trabalhar com as narrativas de memórias inerentes às vivências no município lócus da pesquisa. Na primeira atividade, que denominamos de “Tarde de Cinema”, reunimos em torno de 60 idosos participantes do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do município de Breves. Ao final da exibição de um vídeo e de uma mostra de fotografia sobre lugares públicos antigos, abrimos espaço para a escuta dos idosos. Tanto as mulheres quanto os homens foram ouvidos, e nos relataram com nostalgia as lembranças dos tempos em que eram jovens, sua ligação com o município, sobre as famílias ou empresas com as quais mantinham relação empregatícia, as escolas e os espaços mais frequentados nos tempos das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Através desses relatos, conseguimos identificar algumas relações de exploração da mão de obra feminina e o descaso do Poder Público com as necessidades das mulheres. D. Serafina, de 70 anos, rememora as dificuldades que os ribeirinhos tinham para acessar os serviços médicos, em uma declaração proferida no decorrer de entrevista realizada em atividade dos Projetos de Extensão:

Eu lembro, assim, que a gente morava em Corcovado...⁵ eu, desde criança sou de lá. Então, quando a gente vinha... todos os portos, tinha locais aí, onde todo mundo saía... era que encostava aqueles barquinhos. As pessoas que tinham

⁴ Os nomes das idosas são fictícios, a fim de preservar suas identidades.

⁵ Localidade do meio rural de Breves.

recurso é que tinham um motor [...]. Então, encostava tudo no porto municipal [...]. Eu tenho muitas pessoas que, quando vinham nos barcos, tinham bebê dentro dos barcos, porque não dava tempo de chegar aqui no hospital. Quando, também, a minha cunhada teve dois [filhos] dentro do barco e um perto da prefeitura. Não deu tempo de chegar no hospital. Tinha que pegar a maca [...] carregar e levar lá pro hospital. Essa [foto] aí, que me lembro (D. SERAFINA, 2019).

Nesse depoimento, nota-se que a ausência do Estado em promover política pública de saúde é sentida com mais frequência pelas mulheres devido necessitarem do atendimento pré-natal e durante o parto. Isso mostra a falta de estrutura no hospital e, ao mesmo tempo, a não sensibilização das gestões públicas quanto aos problemas pelos quais as mulheres marajoaras mais sofriam e ainda hoje estão expostas. Tanto nas localidades mais distantes quanto nas mais próximas do núcleo urbano, é visível o não atendimento adequado para o pré-natal, e, nos partos, nesses casos, as mulheres são obrigadas a realizarem deslocamentos para locais com mais estruturas, como os centros urbanos mais próximos de suas residências.

Num outro relato colhido durante a atividade de extensão, D. Madalena, de 82 anos, refere-se aos tempos em que se mudou para Breves, sendo chamada por uma família de bons recursos materiais no município; e o agravante desta situação é devido ter sido recrutada ainda na infância.

Eu era empregada na casa do pai do seu Giuliano, do Vitor. Eu era ama do filho dele. Aí, nós vínhamos buscar água aqui na frente do hospital velho. Aí, tinha outros moradores, tinha a outra rua. Tinha os funcionários. [...] Quando dava 9h, eu fazia merenda pro menino e eu vinha trazer aqui. Todo dia, a gente vinha buscar água aqui na frente. Era só uma torneira que tinha. Aqui [apontando para a foto], era em fileira de baldes. Aqui saia muita confusão do pessoal por causa de água... um botava o balde, outro tirava... aí, eu tinha 11 anos. Às vezes, quando eu terminava do trabalho, eu me lembrava da água, aí, a outra empregada, a gente trabalhava só numa casa, eu era babá e ela trabalhava na casa... aí, a dona Selma era empregada não lembro aonde⁶ (D. MADALENA, 2019).

D. Madalena é uma idosa negra; seu relato nos remete ao debate de raça e gênero para a compreensão dos porquês sobre os processos de exploração de mão de obra serem mais agravantes para as meninas negras, como foi o seu caso. Nesse sentido, Smith-Santos (2019) cita Marta Machado e Márcia Lima ([s.d.], p. 2).

De fato, as autoras remetem a necessidade de ao interpretar a exploração de mulheres negras nos trabalhos domésticos, é preciso ter a compreensão deste ‘conjunto de questões’ em torno da raça, de gênero e da diferença de classes que produzem ‘efeitos sociais e históricos, em especial para as mulheres negras, ocupantes “privilegiadas” desses postos de trabalho’. Quanto às empregadas domésticas que residem no emprego, há outros aspectos apontados pelas autoras: ‘a falta de limites entre local de trabalho e casa; entre público e privado; entre relação patrão-empregado e a construção de afetos em relações tão desiguais’. (MACHADO; LIMA, [s.d.], p. 2, *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 175).

⁶Todos os nomes citados pela interlocutora foram alterados para preservar o sigilo da identidade.

No caso de D. Madalena, em seu relato, é possível identificar o problema de se demandar responsabilidades a uma menina para cuidar de outra criança; e o fato de ser uma criança negra que ali ocupava esse posto nos mostra a naturalização deste tipo de prática em muitas famílias brasileiras que se ancoram nessas relações de “afetos” construídas entre si. Ao mesmo tempo, percebemos uma maior responsabilidade por também ter sido conduzida a assumir tarefas domésticas.

Quanto às entrevistas extraídas da tese de Smith-Santos (2019), uma das interlocutoras participantes da pesquisa foi D. Jesus, mulher negra de 81 anos, separada, com dois filhos e hoje vive sozinha. Conta com a ajuda de sua vizinha, que também é idosa, em caso de emergência; seu filho reside em Breves, mas já é casado. Identificamos que sua trajetória de vida foi constituída de muitos deslocamentos: os motivos são variados, em busca de trabalho quando jovem. Ao todo, fez nove deslocamentos em busca de educação e trabalho, ou devido ter se casado. Sua primeira experiência de trabalho ocorreu quando se mudou para a casa da sua madrinha, em Belém, em torno dos seus 8 anos de idade. Inicialmente, a intenção era estudar, porém, aos poucos foi obrigada a realizar tarefas domésticas. Na ocasião, não foi matriculada em uma escola, só assistia aula particular, o que a ajudou apenas aprender a escrever seu nome. A mãe de sua madrinha era quem mais fazia pressão para não permitir seu estudo, uma vez que a ensinaria a escrever cartas para possíveis namorados.

O emprego doméstico, em muitos casos, é a solução para algumas famílias em vulnerabilidade social que não tem como promover o sustento dos filhos; daí, o recurso seria enviar suas filhas às famílias abastadas, a fim de ter um lar para morar e poder se alimentar; porém, tais famílias encaram este arranjo como uma facilidade para conseguir mão de obra barata e submissa. A subserviência vem muito dos vínculos de possível parentesco que estas meninas têm juntos de seus patrões/parentes. Smith-Santos (2019, p. 174) cita Sabóia (2000, p. 3):

No mundo todo, milhões de crianças trabalham na obscuridade de casas fechadas, como empregadas domésticas. O trabalho doméstico é uma das formas de exploração mais difundidas e menos pesquisadas, envolvendo muitos riscos para as crianças. De cada dez, nove são meninas, presas em um ciclo de tarefas extenuantes, praticamente, em regime de escravidão. Há crianças trabalhando como domésticas na África, na Ásia, na América Latina, no Oriente Médio e em regiões do sul da Europa.

A naturalização da ideia de que à mulher cabe o trabalho no lar tem perdurado por longos anos e continua fazendo com que meninas, em âmbito nacional e internacional, sejam ensinadas a darem continuidade aos serviços domésticos. Elas são condicionadas a aprenderem inúmeras tarefas desde cedo, bem como são conformadas a agirem de forma a subordinar-se, principalmente quando moram no lar em que trabalham.

Ainda nos direcionando à questão do trabalho doméstico, notamos que Martins, Luz e Carvalho (2010, p. 2), alicerçados em Bourdieu (1995), ressaltam que a “dominação masculina e a submissão feminina foram construções sociais que se naturalizaram”, como resultantes de uma transposição de diferenças sexuais biológicas em diferenças sociais (p. 2). Nesse sentido, o quadro que relega às mulheres as tarefas domésticas tem por base “relações de poder assimétricas” entre os gêneros. Evidencia-se, então, a “reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho” no que permanecem parâmetros laborais retrógrados (MARTINS; LUZ; CARVALHO, 2010, p. 3).

O processo de envelhecimento em nosso tempo histórico, infelizmente, não é devidamente compreendido por grande parte da sociedade. Junto a isso, há uma série de discriminações, bem como estereótipos e estigmas sobre a figura dos mais velhos. Brunnet *et al.* (2013, p. 101) anotam que a fase da velhice ainda é socialmente visualizada como sinônimo de “decadência física, perda de papéis sociais e com a associação de outras imagens culturalmente negativas, como o comprometimento cognitivo, o deterioramento emocional e o empobrecimento econômico”. Por vezes, ocorre de a visão negativa carregada pelo senso comum sobre o que é ser idoso(a) exercer influência na visão que os próprios sujeitos da terceira idade têm de si mesmos, acreditando numa suposta invalidez que o mundo do trabalho moderno aponta nas idades mais avançadas. Ouvindo o que tiveram a dizer as interlocutoras de nossa pesquisa, pudemos refletir sobre estas considerações. O relato de D. Jesus chega a ser tocante sobre o significado do envelhecimento em sua vida:

A velhice para mim, eu acho assim, é uma doença. É porque eu tenho vontade de fazer as coisas, hoje em dia tudo é pago, porque antes quando eu estava mais nova eu roçava o meu quintal, eu limpava, queimava lixo, fazia tudo. Agora eu não posso mais porque dói o meu braço. O osso da gente fica frágil, a gente quer pegar um peso assim, mas não dá para arriar, o meu principalmente, eu acho. E tem dia que a gente amanhece fraca [ênfase na palavra]. Hoje em dia eu amanheço e digo: “Oh meu Deus, me dê força, coragem, disposição para eu viver a minha vida, até o dia que eu deva viver. Não me deixe esmorecer, não me deixe perder a memória” [termina o tom de oração], que eu tenho medo assim de perder a memória. Esquecida eu sou um pouco, mas tem gente que perde a memória, eu não quero ser assim. Se for para ficar assim, Deus que sabe, eu entrego não mãos d’Ele. Eu sempre digo, a velhice para mim é doença, porque se fosse ficar velho e ficasse forte para fazer tudo o que quisesse, mas a gente fica frágil [dá ênfase nessa palavra]. Muitas vezes já fica esperando que os outros façam para ti. Eu subia na caixa d’água, limpava, lavava, hoje em dia eu não posso mais [lamenta], quem faz é meu neto (D. JESUS, 2018 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 62).

A modernidade, que tem como um de seus pressupostos os constantes rearranjos e reconfigurações, exigindo que os sujeitos estejam continuamente se adequando a novos padrões, sobretudo no que diz respeito a processos produtivos, emprega uma supervalorização da faixa etária jovem em detrimento da velhice, pois a primeira é, em senso comum, entendida como estrita indicadora de produtividade, enquanto a segunda permanece sendo associada à dependência, descartabilidade e à ausência da realização de papéis sociais requeridos pela lógica ocidental do mercado.

Na narrativa de D. Jesus, aparece uma preocupação com o estado da velhice, associada à questão da perda de suas forças e, até mesmo, a ansiedade em preservar as suas faculdades mentais e continuar sendo ativa para ser independente. Acreditamos que isso possa ser explicado pelo fato desta idosa residir sozinha desde o casamento de seu filho, uma vez que é separada do esposo, quando seus filhos ainda estavam pequenos.

A etnografia realizada para a pesquisa de Smith-Santos (2019) nos fez conhecer também D. Rosa, idosa negra de 72 anos. Vive em um bairro de periferia, mora com seu esposo de 89 anos que tem deficiência visual. Esta senhora cuida sozinha dele, apesar de residir ao lado de seus filhos. Nas visitas realizadas em sua residência, foi possível identificar o cuidado redobrado que esta senhora tinha que ter com seu marido, apesar de sua idade.

Um exemplo do retrato do descaso, ou mesmo, silenciamento vivido por D. Rosa, é o fato de ser analfabeta, porém não se sente em condições de aprender a ler, como é retratado na seguinte narrativa:

eu quero aprender a ler, mas é que ainda não consegui. Minha mana eu conheço todo o tipo de letra, mas eu tenho medo de juntar e não dar certo. O meu nome eu sei escrever sim, eu fico reinando⁷ porque é que eu conheço as letras, mas não sei juntar (D. ROSA, 2017, *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 240).

Sua dificuldade em ler é externalizada nessa narrativa, na qual procura explicar que essa dificuldade está associada ao fato de ter sido a irmã mais velha e, por tal razão, recebia a responsabilidade de, desde criança, cuidar dos irmãos mais novos. Ao sair da infância, assumiu um trabalho doméstico na adolescência, e, ao mesmo tempo, seu pai de criação via como desnecessário aprender a ler por ter risco de escrever cartas para namorado.

Entretanto, um fator alarmante quanto à dificuldade de aprendizagem diz respeito aos anos já vividos participando do CRAS, porém não houve um resultado efetivo para sua vida. Levando em consideração o que foi observado em campo, a idosa provavelmente vai continuar tendo dificuldades de aprender, e esse quadro só poderia mudar se a gestão municipal se empenhasse em destinar profissionais capacitados para atender a demanda desses idosos, o que não tem ocorrido atualmente no município de Breves.

A construção do modelo de sociedade moderno-ocidental apenas reforça a característica de considerar infância e juventude como fases majoritariamente, ou mesmo, exclusivamente propícias a estarem participando do ambiente escolar. Peres (2011, p. 631), evocando Philippe Ariès (1981), pontua que “o surgimento da sociedade moderna industrial e a universalização da educação escolar seriam os principais determinantes da delimitação da infância como fase diferenciada da vida adulta”. Assim, nossa educação visa formar aquele que, no futuro, será o trabalhador considerado produtivo, e, portanto, adotou métodos adaptados às idades iniciais, num projeto que alijou fortemente a pessoa idosa – a qual não era mão de obra interessante à produção – do acesso à educação, por estarem próximos ou já acessando a aposentadoria.

Pensar uma educação voltada ao idoso seria “desperdício” a partir da visão capitalista, o que explica a falta de uma educação específica para a pessoa idosa no atual contexto. Peres (2011) ainda destaca o surgimento de educação para adultos como derivada da necessidade de especializar a classe operária, que portava modos de trabalho considerados primitivos e ignorantes pela lógica do moderno ocidental ligada ao trabalho, tornando possível visualizarmos a relação com a colonialidade nos âmbitos da educação e o trabalho da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que aqui apresentado teve por objetivo desenvolver uma pesquisa sobre as experiências de mulheres marajoaras da terceira idade, buscando, por meio da análise de relatos, memórias e lembranças, suscitar um debate teórico que fosse capaz de alcançar o pensamento decolonial, suas ramificações quanto ao recorte de gênero, bem como discussões a respeito dos espaços ocupados por tais mulheres na sociedade e sua relação com as políticas públicas do lugar de vivência.

⁷ Segundo o dicionário *Papa Chibé*, *reinar* significa irritar, porém o termo empregado pela interlocutora pode estar relacionado a pensar. Cf: <https://artepapaxibe.wordpress.com/dicionario>.

Nesse sentido, procuramos traçar elos nas intersecções das relações de gênero com dimensões étnico-raciais, subalternidade e relações de poder, bem como a dominação, que recaem sobre a mulher na contemporaneidade. Este cenário desigual é lido como consequência do processo de construção da Modernidade, que traz consigo, na leitura dos pensadores que nos embasaram aqui, a Colonialidade, a qual sobrevive até hoje e se manifesta de diversas formas. Recorrer a pensadoras feministas decoloniais foi crucial, visto que elas realizam uma abertura teórica para eixos antes não explorados por tais estudos, dando novas perspectivas para visualizarmos os processos que fundam a estrutura social hoje.

A importância de se debater sobre gênero, cidadania, raça e envelhecimento é dar visibilidade à discussão sobre grupos sociais que historicamente sofreram e, ainda hoje, sofrem um expressivo conjunto de opressões e violações, que incluem também o acesso aos direitos. Com este ensaio, buscamos pontuar sobre o papel da modernidade como uma tendência a promover a invisibilização através da aplicação de concepções isoladas no que tange aos diferentes grupos, como, por exemplo, tratar sobre as questões de gênero pretendendo uma falsa universalidade da figura feminina, ignorando os aspectos étnico-raciais e, especialmente, o aspecto da geração, que nas abordagens dos trabalhos científicos que discutem sobre representatividade, cidadania e direitos ainda configuram uma certa lacuna a ser preenchida.

Nesse sentido, o que visamos com esta pesquisa foi traçar rumos que possam conectar os eixos aqui citados, mesmo que de maneira prematura, para uma melhor compreensão, sobretudo, no espaço da Amazônia Marajoara. Pudemos, portanto, iniciar uma reflexão sobre qual é o lugar social dado ao idoso na modernidade, considerando gênero, raça, classe, relações intergeracionais, saberes e modos de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Regiane R.; MASO, Tchella F. Possíveis contribuições de Aníbal Quijano para as relações Internacionais. In: ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais do ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. *Anais...* UFGD, 2014.

BILAC, Doriane Braga Nunes. *Envelhecimento e políticas compensatórias: o benefício de prestação continuada no município de Palmas, Tocantins*. 2014. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRUNET, Alice Einloft *et. al.* Práticas sociais e significados do envelhecimento para mulheres idosas. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 99-109, jul. 2013.

DIAS, Letícia Otero. O feminismo decolonial de María Lugones. In: ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais do ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. *Anais...* UFGD, 2014. p. 1-16.

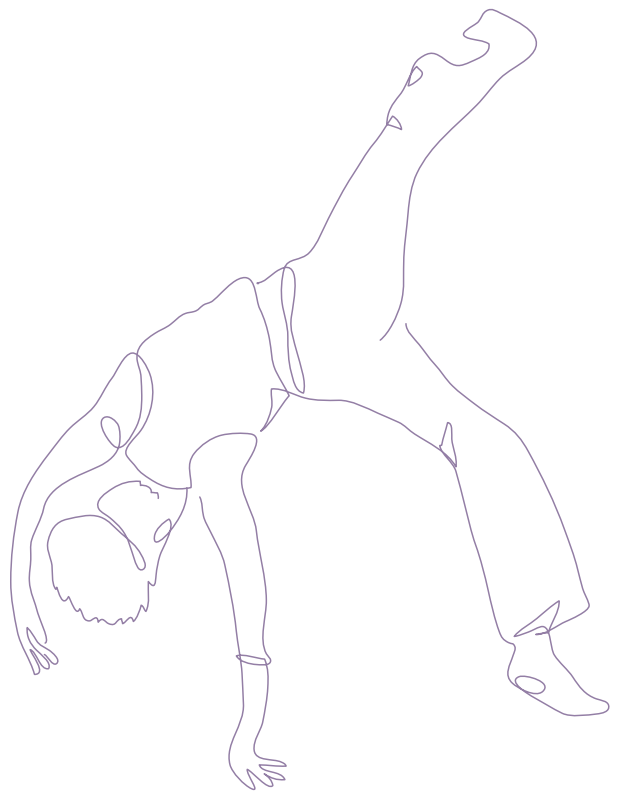
FERREIRA, João Paulo; LEESON, George; MELHADO, Vivian Ramos. Cartografias do envelhecimento em contexto rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2019.

- GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.
- MARTINS, Conceição Garcia; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. Relações de gênero no trabalho doméstico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...*, 2010. p. 1-10.
- MATTEI, Rejane Esther Vieira. O Estado e a modernidade no século XXI: uma análise do modelo de Estado e das políticas públicas no Brasil. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, SP, v. 12, n. 22, p. 111-126, jan./jun. 2012.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.
- MOTTA, Alda Britto da. As velhas também. *Ex aqueo*, Vila Franca de Xira, n. 23, p. 13-21, 2011.
- NERI, Isabell Theresa Tavares; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Interculturalidade Crítica: aprender a decolonizar a educação com saberes de mulheres ribeirinhas da Amazônia. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 655-678, out. 2018 / jan. 2019.
- NUNES-ROCHA, Lourdes de Maria Leitão. Entrevista especial com Lourdes Maria Bandeira: feminismo, relações de gênero, étnico-raciais e geracionais e políticas públicas para as mulheres. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 14, n. 1, p. 147-151, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, Solange. A luta pelos direitos e as políticas públicas para as mulheres no Pará. In: COSTA, Delaine Martins; AZEVEDO, Patrícia; SOUZA, Rosimere de (Orgs.). *Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram*. Rio de Janeiro: IBAM, 2012. p. 121-144.
- DE PAULA, Marcos Ferreira. Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 262-280, jun. 2016.
- PEREIRA, Marie-Anne Stival; LOZANO, Leal. Um olhar de gênero e de geração nos universos rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 589-592, ago. 2012.
- PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 631-662, set./dez. 2011.
- RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, SC: Ed. Mulheres, 2010. p. 367-390.
- SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: _____; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina, SC: Ed. Mulheres, 2010. p. 15-33.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES [on-line]*, n. 18, p. 106-131, 2012.



SILVEIRA, Luciana; NADER, Maria Beatriz. Envelhecimento e gênero: construções sociais que orientam práticas violentas. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2014. Rio de Janeiro. *Anais...* ANPUH-RIO, 2014. p. 1-9.

SMITH-SANTOS, Ana Maria. *Mulheres idosas entre bordas e agências: migração, política pública de assistência social e sociabilidade (Marajó-PA)*. 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.



Trabalhadoras Domésticas na Tv: análise das representações em telenovelas¹*Trabajadoras del Hogar en las Telenovelas: análisis de representaciones en telenovelas**Domestic Workers in TV: analysis of representations in soap operas***Lorena Esteves****Camila Leal****Danila Cal****Rosaly Brito**

Resumo: Investigamos as representações de trabalhadoras domésticas em telenovelas da TV Globo, antes e após a promulgação da PEC das Domésticas (66/2012). Analisamos as novelas “Avenida Brasil” (2012), “A regra do Jogo” (2015) e “A Dona do Pedaço” (2019), identificando como são construídas as personagens das trabalhadoras, os contextos sociais, bem como as relações de poder e questões interseccionais, considerando que as novelas são centrais na tematização das realidades socioculturais brasileiras. Como aporte teórico, trabalhamos com Telenovelas (MATTELART, 1989; LOPES, 2003; HAMBURGER, 2011), Interseccionalidade (hooks, 2015; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2004), Relações de Poder (CAL, 2016) e a mulher negra na sociedade brasileira (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2015). Os resultados apontam para a reprodução de estereótipos, invisibilidade interseccional e tensionamentos nas relações de poder entre patrões e trabalhadoras.

Palavras-chave: Telenovelas. Interseccionalidade. Relações de Poder. Trabalhadoras Domésticas.

Resumen: Investigamos las representaciones de las trabajadoras del hogar en las telenovelas de TV Globo, antes y después de la promulgación de PEC das Domésticas (66/2012). Analizamos las telenovelas “Avenida Brasil” (2012), “A Regra do Jogo” (2015) y “A Dona do Pedaço” (2019), identificando cómo se construyen los personajes de los trabajadores, los contextos sociales, así como las relaciones de temas de poder e interseccionalidad, considerando que las telenovelas son centrales para la tematización de las realidades socioculturales brasileñas. Como aporte teórico, trabajamos con Telenovelas (MATTELART, 1989; LOPES, 2003; HAMBURGER, 2011), Interseccionalidad (HOOKS, 2015; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2004), Relaciones de Poder (CAL, 2016) y las mujeres negras en la sociedad brasileña (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2015). Los resultados apuntan a la reproducción de estereotipos, invisibilidad interseccional y tensión en las relaciones de poder entre patronos y trabajadores.

Palabras clave: Telenovelas. Interseccionalidad. Relaciones de poder. Trabajadores domésticos.

Abstract: We investigated the representations of domestic workers in TV Globo soap operas, before and after the promulgation of PEC das Domésticas (66/2012). We analyzed the soap operas “Avenida Brasil” (2012), “A Regra do Jogo” (2015) and “A Dona do Pedaço” (2019), identifying how the characters of the workers are constructed, the social contexts, as well as the relations of power and intersectional issues, considering that soap operas are central to the thematization of Brazilian sociocultural realities. As a theoretical contribution, we work with Telenovelas (MATTELART, 1989; LOPES, 2003; HAMBURGER, 2011), Intersectionality (HOOKS, 2015; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2004), Power Relations (CAL, 2016) and the black women in Brazilian society (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2015). The results point to the reproduction of stereotypes, intersectional invisibility and tension in the power relations between bosses and workers.

Keywords: Telenovelas. Intersectionality. Power relations. Domestic workers.

¹ Este trabalho possui o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, por meio do projeto de pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico” e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, por meio de bolsa auxílio de demanda social.

Lorena Esteves – Doutoranda do Curso de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da UFPA (PPGCOM/UFPA). Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) e do grupo de pesquisa Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia. E-mail: estevesjornalismo@gmail.com

Camila Leal – Estudante do curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista do Projeto de pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). E-mail: leal.jornal@gmail.com

Danila Cal – Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação (FACOM), da UFPA. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) e membro do grupo de pesquisa Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia. E-mail: danilagentical23@gmail.com

Rosaly Brito – Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação (FACOM), da UFPA. Vice-líder do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) e membro do grupo de pesquisa Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia. E-mail: rosalysbrito@gmail.com

INTRODUÇÃO

As heranças do colonialismo e da escravização – o sexismo, o patriarcalismo, o racismo e o capitalismo em suas formas atualizadas – repercutem estruturalmente nas relações sociais e instituições, permanecendo no cotidiano da sociedade brasileira. Esse processo histórico nos ajuda a compreender as bases das desigualdades de gênero, raça e classe (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; FIGUEIREDO, 2019). Nesse sentido, o trabalho doméstico representa um ponto de confluência entre essas desigualdades, e a figura da trabalhadora doméstica, uma das principais representações da mulher negra no Brasil (GONZALEZ, 1984; BRITES, 2013; CAL, 2016; DANTAS, 2016).

Partimos da premissa de que os discursos midiáticos se configuram como interpretações sociais, culturais e políticas (MAIA, 2018) e que, portanto, participam dos processos de constituição de identidades e questionamento ou reforço a estereótipos e a relações de poder. Neste capítulo, dedicamo-nos a explorar as representações das trabalhadoras domésticas em telenovelas² da Rede Globo para compreender como são construídas essas personagens, os contextos sociais, bem como as relações de poder e questões interseccionais que as atravessam, considerando que as telenovelas são bens simbólicos fundamentais na tematização das realidades socioculturais brasileiras (LOPES, 2003; HAMBURGUER, 2011).

Ao discutir “representação midiática”, Rousiley Maia (2018) destaca que se trata de um conceito multifacetado, com distintas tradições teóricas. Segundo a autora, na acepção mais básica, representação “envolve a produção de sentido, por meio da qual os seres humanos se constituem e se fazem ‘presentes’ ou ‘tornam visível’ o mundo social – objetos, pessoas, eventos, normas, etc.” (MAIA, 2018, p. 62). Ela defende uma forte vinculação social na representação midiática que considera “parte do discurso cultural político no domínio mais amplo da luta social” (p. 65), de tal forma que pode fornecer elementos para “‘moldar’ perspectivas culturais” e modos como sujeitos e grupos se veem e são vistos.

Nesta análise, focalizamos, em especial, as novelas “Avenida Brasil” (2012), “A Regra do Jogo” (2015) e “A Dona do Pedaço” (2019), todas exibidas na faixa de horário das 21h e em períodos significativos da discussão e da implementação das leis que buscaram a equiparação dos direitos entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores. A Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, conhecida como a PEC das Domésticas, foi votada em 2012 na Câmara dos Deputados e, em 2013, no Senado, o que gerou a Emenda Constitucional nº 72/2013 e também a Lei Complementar nº 50/2015, que regulamentava alguns dos direitos ainda não vigentes em 2013. A escolha por a “A Dona do Pedaço” ocorreu por considerar a exibição já num período em que a ampliação dos direitos trabalhistas das domésticas estava legalmente consolidada. Contudo, a superação dos entraves sociais e simbólicos relacionados à aceitação e ao respeito à ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas ainda permanece um desafio.

Consideramos, portanto, a análise das telenovelas fundamentais para a compreensão do processo de debate público sobre a PEC das Domésticas e seus desdobramentos, por meio da observação das representações das trabalhadoras domésticas. Isso porque as telenovelas pautam relações entre os domínios do privado e do público, possibilitando um transbordamento e a politização

²Telenovela é o nome genérico que se dá à narrativa ficcional televisiva no Brasil, independentemente de seu formato ser telenovela em sentido estrito, minissérie, caso especial, ou outro (LOPES, 2003, p. 17). Neste capítulo, também pode ser referida, simplesmente, como novela, nome pelo qual é popularmente conhecida.

de temáticas relacionadas ao cotidiano, atuando, desse modo, como um painel de discussão sobre questões sociais (LOPES, 2003; MATTELART, 1989).

1. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira

Para contextualizar a condição da mulher negra na sociedade brasileira, é necessário entender o processo de colonização do país. O período colonial é marcado pela escravização de homens e mulheres negros e indígenas que passaram por um processo de coisificação e desumanização, transformados em mercadorias e vendidos para trabalharem nas fazendas, lavouras e também nas unidades domésticas de famílias brancas, descendentes de povos europeus (NASCIMENTO, 2019). Às mulheres negras, cabiam os papéis de trabalhadoras braçais no campo, reprodutoras de novos escravos, objetos sexuais de seus senhores e mucamas que lavavam, passavam, cuidavam dos afazeres domésticos e cozinhavam (GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2019).

A opressão de gênero, na conjugação com as intersecções de raça e classe, na contemporaneidade, produz hierarquias que colocam mulheres negras em posição de maior desvantagem na escala de privilégios (GONZALEZ, 1984; SAFFIOTI, 1987; CARNEIRO, 2011). “O trabalho doméstico é um caso exemplar da conjugação da discriminação interseccional: a força de trabalho é recrutada entre mulheres, as quais geralmente provêm daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização” (BRITES, 2013, p. 428).

Lélia Gonzalez (1984), ao falar, na década de 1980, sobre o lugar da mulher negra na cultura brasileira, identifica três representações, oriundas do processo de escravização/colonização: a mulata, a doméstica e a mãe-preta. A autora assinala que, no período do carnaval, a mulher negra transforma-se na mulata “rainha do samba”, “deusa da Marquês de Sapucaí”. Fora desse período, é a doméstica. “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano” (GONZALEZ, 1984, p. 230). A outra figura da mulher negra na sociedade brasileira é a mãe-preta, a “bá”, vista pelos brancos como exemplo de amor incondicional pelos filhos das mulheres brancas e que, hoje, representa a figura da babá (GONZALEZ, 1984).

É comum observarmos que essas lógicas e subjetividades se reproduzem por meio da mídia. “Nas novelas, nas peças de teatro, as trabalhadoras domésticas são, quase sempre, representadas por atrizes negras” (SAFFIOTI, 1987, p. 53). A propaganda também contribui para perpetuar estereótipos sobre as mulheres pobres e racializadas (CRENSHAW, 2002, p. 178). Falando sobre racismo cinematográfico, bell hooks ressalta que “mesmo quando a representação das mulheres negras está presente nos filmes, nossos corpos e seres estão lá para servir – aprimorar e manter mulheres brancas como objeto do olhar falocêntrico” (hooks, 2019, p.221).

Não obstante o fato de que muitos temas de importância social podem aparecer como pano de fundo de diversos enredos ficcionais, muitas vezes, não há a “tentativa de enfrentamento de determinada questão”. O tema de importância social serve apenas como recurso dramático, como aspecto de composição de um dos personagens, não há “qualquer tentativa de evidenciar e trabalhar tal tema na dimensão social” (OLIVEIRA; PAVAN, 2004, p. 10). A seguir, discute-se a trajetória do gênero telenovela no Brasil e se problematizam as representações que ela faz circular massivamente.

2. Telenovela: entre a catarse e o debate público

Provavelmente nenhum outro gênero na televisão brasileira cumpriu tão bem o papel de integrar o país de ponta a ponta quanto a telenovela. Ela ofereceu chaves de leitura que permitiram ao Brasil imaginar-se a si mesmo por meio da teleficção, tecendo uma comunidade imaginada, no sentido que lhe é atribuído por Benedict Anderson³.

A centralidade que a televisão assume na vida do país desde meados dos anos 1960, conforme Maria Immacolata Lopes (2003), é mais um paradoxo em uma nação constituída e representada reiteradamente pelos seus contrastes abissais – entre riqueza e pobreza, modernidade e arcaísmo, sul e norte, litoral e interior, campo e cidade. É fato, segundo a autora, que a televisão reproduz, no plano das representações, diversos matizes de desigualdade e discriminação. “Mas, também é verdade que ela possui uma penetração intensa na sociedade brasileira, devido a uma capacidade peculiar de alimentar um *repertório comum* por meio do qual pessoas de classes, gerações, sexo, raça e regiões diferentes se posicionam e se reconhecem umas às outras” (2003, p. 18).

Embora tenha sido inaugurada em 1950, a televisão brasileira só passou a ter dimensão nacional em meados da década seguinte. O extraordinário sucesso alcançado pelas novelas está intrinsecamente associado à afirmação da Rede Globo, nascida em 1965, como a maior rede de TV do país e uma das mais importantes do mundo⁴. O modelo integrativo da Globo e seu padrão de modernidade de consumo, associado ao apoio ostensivo dos governos militares a técnicas modernas de gerenciamento e marketing e a uma forte equipe de autores de novelas vindos do cinema e do teatro, provocou um “deslumbramento eletrônico” junto à população (MATTELART, 1989; LOPES, 2003). As novelas lideraram essa massificação da audiência e passaram a ser “o seu cinema em casa” (HAMBURGER, 2011).

A história das novelas se confunde com a própria história da TV no Brasil, de acordo com Esther Hamburger (2005). “A grande importância da telenovela é que ela se tornou um fórum de discussão, uma pauta de temas raciais, sexuais e de gênero”, assinala Lopes em entrevista a Clara Meirelles (2008, p. 9). Para a autora, essa pauta regula as intersecções entre a vida pública e a vida privada, permitindo que dramas privados se expressem em termos públicos e vice-versa (LOPES, 2003). Os estudiosos desse gênero concordam que a novela seja, ao mesmo tempo, uma vitrine de produtos dos mais variados tipos, incitando os telespectadores ao consumo do que está em cena, e um painel de discussão de temas sociais. “A novela é de certa forma a caixa de ressonância de um debate público que a ultrapassa” (MATTELART, 1989, p. 111).

A questão é o encaminhamento dado à discussão desses temas. Michèle e Armand Mattelart apontam que, desde o fim dos anos 1970, a produção das novelas e da TV brasileira de modo geral foi confrontada pela pressão permanente exercida por uma espécie de *apartheid* social vigente no país, em que uns viviam efetivamente no ritmo da modernização e outros estavam estagnados social e financeiramente, mas, a despeito disso, “criaram suas próprias formas de resistência cultural” (1989, p. 116). A verossimilhança de um suposto viés inclusivo nas novelas,

³ O autor inglês argumenta que, no século XVIII, o jornal e o romance cumpriram importante papel no processo de emergência dos estados nacionais europeus, oferecendo às respectivas sociedades um sentimento de pertencimento à nação como uma comunidade imaginada. Ambos, e em particular o jornal, criaram uma concepção nova de simultaneidade não espacial, possibilitando o surgimento de comunidades imaginadas seculares e transtemporais (ANDERSON, 2008).

⁴ No mais recente ranking das TVs do mundo, divulgado em 2020, a Rede Globo de Televisão passou a ocupar a segunda posição, atrás apenas da rede americana gigante ABC, de propriedade do grupo The Walt Disney Company. Informação disponível em <https://www.dm.jor.br/brasil/2020/06/globo-supera-cbs-e-se-torna-a-segunda-maior-emissora-do-mundo-record-e-a-28a/>. Acesso em 17 Jul. 2020.

de acordo com Hamburger (2011), não se dá por critérios realistas, já que contradições sociais básicas e a própria pobreza durante muito tempo estiveram ausentes das narrativas, protagonizadas por personagens brancos.

No que tange às trabalhadoras domésticas, elas sempre estiveram presentes como personagens nas novelas. No entanto, dada a inferiorização de seu lugar social, era uma presença impregnada de preconceitos e invisibilizações. “Quase anuladas como figurantes que abrem portas e atendem telefones, cobiçadas como objeto de desejo erótico, ridicularizadas como representantes típicas das mulheres das classes populares, envolvidas em movimento de ascensão social” (MACEDO, 2016, p. 3).

Ao analisar a recepção da novela “Cheias de Charme”, exibida em 2012 pela Rede Globo, que, pela primeira vez, tinha como protagonistas trabalhadoras domésticas, Renata Macedo (2016) admite que, a despeito de estereótipos recorrentes ligados a essas profissionais, a TV teve que incorporar transformações nessas personagens de modo geral.

Ainda assim, são claros e inquietantes os limites dessas transformações nas novelas “Avenida Brasil” (2012), “A Regra do Jogo” (2015) e “A Dona do Pedaço” (2019), como veremos no próximo tópico, identificando como são construídas as personagens das trabalhadoras, os contextos sociais, bem como as relações de poder e questões interseccionais.

3. Objetos Analisados: novelas *Avenida Brasil*, *A Regra do Jogo* e *A Dona do Pedaço*

Para analisar as representações sobre trabalhadoras domésticas nas novelas investigadas, partimos da metodologia da *ingenuidade consentida*, proposta por Maria Lourdes Motter e Daniela Jakubaszko (2007, p. 4, grifos no original), “que consiste em pensar, sentir e ver a telenovela pela perspectiva do *telespectador-observador*, como num processo de pesquisa da observação participante” (2007, p. 4).

Para termos melhor entendimento a respeito das personagens, além das descrições das novelas catalogadas a partir dos sites *Memória Globo*, *Gshow* e *Teledramaturgia*, analisamos as cenas das empregadas disponíveis no *Globoplay*, plataforma que disponibiliza as obras produzidas pela Globo, dentre outras, e também no *Youtube*. A busca foi feita a partir das palavras-chave “Nome da trabalhadora – nome da Novela”, a partir das quais conseguimos catalogar e assistir: 45 cenas de “Avenida Brasil”, 13 cenas de “A Regra do Jogo” e 26 cenas de “A Dona do Pedaço”.

“Avenida Brasil” (2012) conta a história de Rita (Débora Falabella), uma jovem que, desde os 11 anos, planeja um acerto de contas com a madrasta. Rita, órfã de mãe, era criada com muito amor pelo pai Genésio (Tony Ramos). Tudo muda quando ele se casa com Carmen Lúcia, a Carminha (Adriana Esteves), mulher ambiciosa e dissimulada, mas que se passava por esposa doce e dedicada⁵.

“A Regra do Jogo” (2015) narra a história de Romero Rômulo (Alexandre Nero), um bandido que finge ser herói do povo. Ele integra a maior facção criminoso do país. Apesar de enganar as pessoas, o mau-caráter é ludibriado por Atena (Giovanna Antonelli), uma estelionária com quem vive um relacionamento conturbado. A trama gira em torno de um crime não

⁵ Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/avenida-brasil.htm>>. Acesso em: 09/11/2019.

solucionado, uma chacina, que envolve todo o elenco principal. Os efeitos da chacina movem a narrativa que também fala de virgindade, traição e violência doméstica⁶.

Em “A Dona do Pedaco” (2019), Maria da Paz (Juliana Paes) vem de uma família de justiceiros profissionais, os Ramirez, da cidade de Rio Vermelho, Espírito Santo. Desde pequena, ela gosta de fazer bolos, mas o pai, Ademir (Genézio de Barros), quer transformá-la em uma justiceira. Ela acaba se apaixonando por Amadeu (Marcos Palmeiras), advogado, porém, membro do clã rival nos negócios dos Ramirez, os Matheus. Seu romance é impedido pelas famílias que não aceitam e provocam uma tragédia que acaba com o casal impedido de ficar junto e o sequestro das sobrinhas de Maria. Ela começa uma nova vida com a promessa de reencontrar as sobrinhas e grávida de sua filha Josiane (Agatha Moreira), que, diferente da mãe, tem um caráter duvidoso⁷.

Objetivando identificar como se deu a trama em torno das trabalhadoras domésticas dessas novelas, possíveis estereótipos de gênero, raça e classe que colocassem as trabalhadoras domésticas em posições de subalternidade, foram analisadas as personagens Zezé e Janaína, de “Avenida Brasil”; Dinorah e Conceição, de “A Regra do Jogo”; e Edilene, “A Dona do Pedaco”. As categorias investigadas foram: a) A construção das personagens, para identificar quem são, onde moram, qual a história dessas personagens; b) Interseccionalidade, para identificar como são abordados os sistemas discriminatórios que criam desigualdades estruturantes das posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes; c) Relações de poder, para identificar as tensões entre empregadas e patrões e de que maneira se dão, qual discurso é reproduzido nas novelas.

a. A Construção das Personagens

A partir das informações coletadas nos sites *Memória Globo* e *Teledramaturgia* e com base nas seqüências das cenas observadas no *Globoplay*, foi possível elaborar um resumo das personagens, com mais detalhes da história de cada uma: Zezé, Janaína, Edilene e Dinorah, porém não foi possível identificar muitas características sobre a história de Conceição, por não ter grande participação na trama.

Janaína (*Avenida Brasil*) é interpretada pela atriz Claudia Missura. Ela é uma mulher branca. Aparenta estar na casa dos 30. Utiliza uniforme no trabalho. Trabalha na casa de Tufão (Murilo Benício) há anos na esperança de dar um futuro melhor para o seu filho, Lúcio (Emiliano D’Avila), aguentando, inclusive, os maus tratos da patroa Carminha. Janaína, por sua vez, também emprega uma trabalhadora doméstica em sua casa, Zulmira (Rose Lima), que é negra. A relação com Carminha muda quando descobre que a patroa seduziu seu filho e o está utilizando para acobertar seus crimes.

Zezé (*Avenida Brasil*) é interpretada por Cacau Protásio. Ela é uma mulher negra. Aparenta estar na casa dos 30. Utiliza uniforme no trabalho. Ela é a outra empregada doméstica da mansão de Tufão. É muito fiel à sua patroa Carminha, embora esta a trate mal na maioria das vezes, criticando os seus serviços. A participação de sua personagem na trama se resume ao que a família de Tufão está fazendo ao longo da novela. Ela serve de ponte para o drama principal.

Zezé e Janaína estão juntas na maioria das cenas. Vivem falando da vida dos patrões. Janaína possui sua própria história, o amor pelo filho Lúcio e o medo de que ele acabe se desvirtuando, principalmente a partir do momento em que se apaixona por Carminha. Ao final da novela, Zezé continua trabalhando para a família e Janaína vai embora com o filho Lúcio.

⁶ Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/a-regra-do-jogo.htm>>. Acesso em: 09/11/2019.

⁷ Disponível em: <<http://teledramaturgia.com.br/a-dona-do-pedaco/>>. Acesso: 09/11/2019.

Dinorah (A Regra do Jogo) é interpretada pela atriz Carla Cristina Cardoso. Ela é negra. Aparece estar na casa dos 30, e utiliza roupas como bermuda e camiseta para trabalhar. É a empregada de Feliciano (Marcos Caruso) e trabalha na cobertura do patrão há anos sem ser paga. É a empregada que destoa das outras analisadas. Por não ser paga, Dinorah age como membro da família, senta e assiste tv, dá sua opinião sobre a vida dos patrões e é bastante debochada. Faz parte do núcleo cômico da novela. Não usa uniforme. A relação entre ela e Feliciano é outro fator interessante, porque ambos demonstram ter carinho um pelo outro. Ela faz questão de fazer as coisas para ele e ele a trata de maneira carinhosa, chamando-a de querida.

A história de Dinorah se passa toda no núcleo familiar dos patrões e o ponto alto da sua trajetória é quando finalmente o patrão paga os salários atrasados. Mesmo ficando rica, ela prefere continuar a ser empregada de Feliciano. Foi a única novela que retratou de maneira aberta a importância e os direitos e benefícios que as trabalhadoras domésticas garantiram com a nova legislação. Apesar do papel, Dinorah não chega nem a ser citada entre os personagens no portal *Memória Globo*.

Conceição (A Regra do Jogo) é interpretada pela atriz Séfora Rangel. É uma mulher branca. Aparece ter 30 anos e usa uniforme no trabalho. É casada com Nonato (Ilya São Paulo), o motorista da família Stewart, para quem trabalha. Descobre que ele teve um caso com uma das patroas, mas perdoo. Aparece pouco na trama, por isso não foi possível identificar muito a respeito dela. Diferente de Dinorah, que tinha seu núcleo fixo e aparecia na maioria dos episódios, seu ponto alto de participação na novela é quando revela que seu marido é pai dos filhos da patroa, porque esta está a ponto de se casar. Aparentemente, ela não podia contar pois estava sendo chantageada pelo noivo da patroa.

Edilene (A Dona do Pedaco) é interpretada por Cynthia Senek. Ela é uma mulher que, no contexto brasileiro, pode ser lida socialmente como parda⁸, por ser negra de pele clara. É jovem, na sinopse da novela, possui 21 anos. Está sempre utilizando o uniforme no trabalho. É uma jovem pobre, filha do motorista Cosme (Osvaldo Mil), que trabalha na casa de Otávio (José de Abreu) e Beatriz (Natália do Valle), uma família rica. Otávio, velho rico que figura a imagem do homem mulherengo, fica interessado pela beleza da jovem. No início, ela fica receosa, mas acaba cedendo e se torna amante do patrão. Ela gosta dele, mas, mais que isso, vê nele uma oportunidade de deixar de ser pobre e mudar de vida. Acredita que dar um filho para ele o fará largar a esposa e ficar com ela. Ela sempre encontra com ele em motéis e, enquanto ele toma banho, fura as camisinhas. Até que fica grávida. Quando conta para ele, não recebe a reação que esperava, ele exige que ela aborte o bebê e ela chora dizendo que não quer, mas acaba cedendo. Depois de pedir indicação a uma amiga, vai a uma clínica clandestina, sofre hemorragia e morre no hospital. O patrão esconde de todos sua participação na morte da moça.

Ao observar as personagens e suas histórias, de forma geral, pode-se compreender que a vida delas geralmente gira em torno da trama dos patrões. A personagem Dinorah, por exemplo, tem sua trajetória de vida invisibilizada, parece não ter família e nem amigos, o mesmo acontece com Zezé. Quando ganham destaque, há algum fato ligado à história dos patrões. Ou seja, elas não têm história própria, vivem em função dos personagens principais.

⁸ O pardo é uma construção social que marca um processo de genocídio que estuprou mulheres negras e indígenas e que se baseou em séculos de teorias racistas e eugenistas (WESCHENFELDER; LINHARES DA SILVA, 2018; GOMES, 2019). No entanto, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ainda utiliza cinco categorias de tipificação da sociedade: branca, preta, amarela, parda e indígena. A somatória da população preta e parda é o que configura, hoje, a população negra do país. O Estatuto da Igualdade Racial (LEI N° 12.288/2010) define como “população negra o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010, Art. 1, IV).

Rosana Mauro (2019) analisou a construção discursiva televisual da mulher popular nas telenovelas “Avenida Brasil” e “A Regra do Jogo”, dentre várias tipologias femininas populares, mencionou as trabalhadoras domésticas. Segundo a autora, um traço distintivo entre trabalhadoras domésticas brancas e negras é que as últimas apresentam suas histórias sempre ao redor dos patrões, sem um investimento na intimidade delas (MAURO, 2019). As trabalhadoras domésticas brancas, no caso Janaína e Conceição, possuem um maior atuação fora da casa dos patrões, com a própria residência tendo algum espaço na trama: “as primeiras têm o âmbito pessoal mais explorado e se veem livres do emprego doméstico (...), as negras estão mais presentes ao ambiente de trabalho, não têm vida pessoal evidente e tendem para a comédia” (MAURO, 2019, p. 232). Tanto Zezé quanto Dinorah possuem atuações com expressão cômica: Zezé pela subserviência à patroa Carminha e pelo modo como a defende, pelas fofocas, e Dinorah por se comportar com intimidade na casa do patrão, onde comanda o controle remoto da TV e responde com deboche às ordens do restante da família, dizendo que só serve ao Seu Feliciano, o patrão.

Em relação às temáticas abordadas, para visualizar a importância das personagens na trama, tentamos identificar se havia um caráter pedagógico nas telenovelas analisadas, como discutido por Motter & Jakubaszko (2007), que identificam dois tipos de discursos pedagógicos:

O primeiro seria aquele que convida o leitor à reflexão. Quando o diálogo é um convite ao pensar, leva o leitor a uma experiência, uma vivência, que se realiza em última instância como aprendizagem e transformação. O segundo, ao contrário, assume uma forma monológica, unívoca e dogmática, de maneira a fechar qualquer possibilidade de reflexão, portanto, de transformação (MOTTER; JAKUBASZKO, 2007, p. 58).

A partir desse caráter pedagógico, é possível observar que a trajetória da personagem Edilene leva à reflexão sobre o tema “aborto clandestino” e os riscos em relação à vida da mulher. Outra possibilidade de tematização pedagógica é o tema dos “direitos trabalhistas das domésticas”, por meio da virada na história de Dinorah em “A Regra do Jogo”. Entretanto, cabe destacar, esses temas apareceram de modo pontual em relação à trama principal. Os direitos das trabalhadoras domésticas são, em geral, um assunto invisibilizado, apesar do período de exibição das tramas ser compatível com as discussões sobre a PEC das Domésticas (Quadro 1):

Quadro 1 - Dados gerais das novelas analisadas e repercussão da PEC 22/2012 no período

Novela	Direção	Período	Repercussão da PEC no período
Avenida Brasil	João Emanuel Carneiro	26/03/2012 a 20/10/2012	Emenda Constitucional nº 66/2012 - Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.
A Regra do Jogo	João Emanuel Carneiro	31/08/2015 a 12/03/2016	Lei Complementar 150 /2015 - Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Alguns benefícios : Adicional noturno, FGTS, Indenização em caso de dispensa sem justa causa, seguro - desemprego, salário - família, auxílio creche e pré escola, seguro contra acidentes de trabalho.
A Dona do Pedaço	Walcyr Carrasco	20/05/2019 a 22/11/2019	Sem discussão política por conta dos direitos já regulamentados.

Fonte: Autoria Própria.

A temática é abordada num único episódio de “A Regra do Jogo”, quando Dinorah, finalmente, recebe 30 anos de salários e demais direitos atrasados, após o seu patrão, Feliciano, herdar uma herança milionária ao enviuvar da sua mulher chamada Claudine (Maria Padilha), que morre na noite de núpcias. Feliciano está no quarto da empregada com pacotes de dinheiro na mão e diz⁹: “Então aqui está: 2002, esse é o décimo terceiro de 2003, 2004, 2005, 2006. Tá tudo aqui. Agora, tem as férias atrasadas de cinco anos, quatro anos! 2007, 2008, 2009, 2010. Isso aqui é férias, não confunde. E aqui tem as horas extras que eu não te pago há tanto tempo. Você pode conferir que estão todos os recibinhos aqui”, diz Feliciano. Dinorah, emocionada, responde “Não precisa de hora extra não, Seu Feliciano!”. Ele diz, “Claro que precisa, pelo amor de Deus! Depois você vai me processar **porque a lei das domésticas manda pagar as horas extras**. Agora, presta atenção que aqui eu retirei do banco só para você ver que o dinheiro existe. Ficou com o olho arregalado, sabe o que é que é? Isso tudo aqui é fundo de garantia. Agora isso vai ficar comigo, porque eu vou depositar no banco [o fundo de garantia], fica tranquila. E agora tem uma coisinha aqui é o mais importante. Teu salário atrasado de todos os anos que você trabalhou aqui em casa. Tá tudo contado”. A cena continua com ele dizendo que é dinheiro suficiente para que ela não precise mais trabalhar na vida ao que ela responde que prefere continuar trabalhando com ele.

Apesar do potencial desta cena ter um caráter pedagógico sobre os novos direitos da trabalhadora doméstica, a ideia de que uma trabalhadora doméstica fica rica ao receber todos os direitos devidos pelo patrão, convergiu com o discurso corrente na sociedade de que garantir direitos básicos às trabalhadoras domésticas era “dar mais do que o necessário”, o que desvirtua a discussão sobre a PEC das Domésticas.

Em momentos pontuais, os direitos das trabalhadoras domésticas são mencionados na novela “A Dona do Pedaço” sem grandes tensionamentos, como no caso da patroa de Edilene que fala que seus empregados têm um bom convênio médico, em referência ao fato de Edilene estar passando mal. Em outro momento, o pai de Edilene questiona o excesso de trabalho da jovem, mas ela responde dizendo que a patroa paga hora extra. Esses temas não são problematizados a ponto de estimular um processo de reflexão ou aprendizagem social a respeito dos novos direitos das trabalhadoras domésticas.

Não há, portanto, considerando o escopo das personagens analisadas, o que Motter e Jakubasko (2007) chamam de “tematização”, que seria “quando uma telenovela tematiza uma questão de importância social, quer dizer que ela assume a discussão de determinado tema de modo frontal, ocupando ele grande espaço e importância dentro da trama; torna-se, durante toda a telenovela, ou em grande parte dela, o foco central” (p.09).

b. Interseccionalidade

Para não correremos o risco de trabalhar de forma monocategorial, com a categoria genérica de mulher e homogeneizar diferentes experiências, ou, mais arriscado ainda, tomar como referência as mulheres brancas e ocidentais, utilizamos a interseccionalidade como um dos critérios de análise. Compreendemos que a discriminação contra as trabalhadoras domésticas, especialmente no Brasil, é interseccional (HIRATA, 2016; BIROLI & MIGUEL, 2015; DANTAS, 2016). As experiências

⁹ Cena do episódio do dia 08/02/2016. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4797653/>>. Acesso em: jun. 2019.

de opressão, quando estamos falando de mulheres negras, não podem ser enquadradas separadamente, ou seja, serem mutuamente exclusivas (GONZALEZ, 1984; DAVIS, 2016; hooks, 2015).

Segundo Kimberlê Crenshaw (2002), a interseccionalidade refere-se à associação de sistemas múltiplos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. “Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (p. 177).

As trabalhadoras domésticas, em geral, sofrem o que Crenshaw (2002) denomina de subordinação estrutural, pois são as mais afetadas pelas políticas governamentais, em decorrência da sua posição na estrutura socioeconômica. Na ausência do Estado para atender às demandas de saúde e cuidado, são as mulheres, sobretudo as negras, que se veem compelidas a assumir serviços que deixam de ser prestados, como o de cuidar de idosos, doentes e crianças. As mulheres com boa condição financeira, geralmente brancas, contratam outras mulheres para assumirem esses serviços de cuidados.

Na análise das novelas, podemos observar que as questões de gênero, raça e classe se atravessam, repercutindo estereótipos que recaem diretamente sobre as trabalhadoras domésticas. Todas são mulheres pobres e a maioria é negra, conforme quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 - Marcas de interseccção das personagens

Personagem	Cor		Uso de uniforme
	Branca	Negra	
<u>Zezé</u>		X	Sim
<u>Janaína</u>	X		Sim
<u>Dinorah</u>		X	Não
<u>Conceição</u>	X		Sim
<u>Edilene</u>		X	Sim

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estereótipos de gênero, raça e classe evidenciam-se fortemente na escolha das personagens, todas mulheres, a maioria negras, reproduzindo uma divisão sexual e racial do trabalho que é fruto de uma desigualdade ontológica entre homens e mulheres, ativando restrições e desvantagens pautadas pela diferenciação sexual e racial (BRITES, 2000; BIROLI; MIGUEL, 2015).

A objetificação sexual é outro marcador de estereótipos encontrados, por exemplo na personagem da Edilene que se relaciona com o patrão Otávio. A temática do aborto tratada em “A Dona do Pedaco” também pode ser analisada como um marcador de gênero, classe e raça. Edilene engravida de Otávio, seu patrão, e ele a obriga a abortar, mobilizando o poder que exerce sobre ela e seu corpo, como fica claro no capítulo em que ele diz que arranja um carro, um flat, uma boa mesada para ela, mas ela recusa. Ele diz que depois que a Vivi (sua filha) casar, eles se resolvem, manda ela “pegar” o dinheiro e “consertar a situação”. Ela diz “e se eu não quiser consertar?”, ele diz “eu vou ficar muito bravo com você”, ela chora e diz que não quer tirar o filho, mas acaba realizando o procedimento e morre.

Sobre a questão racial, evidencia-se em vários momentos, a começar pelo fato de a maioria das personagens ser negra (Zezé, Dinorah e Edilene), reproduzindo um estereótipo social que as subalterniza e as coloca em condição de trabalhadoras braçais, alijadas de intelectualidade e restritas a serviços considerados de menor valor, assim como naturaliza a divisão sexual e racial do trabalho (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2003; DAVIS, 2016). Além disso, "geralmente, as empregadas domésticas negras são historicamente relacionadas em suas representações a adjetivos pejorativos como atrevidas e fofoqueiras" (MAURO, 2019, p. 107).

Dinorah (*A Regra do Jogo*) é um exemplo de reprodução de estereótipos sociais, pois é uma mulher negra que, apesar de não ser paga pelo patrão, um homem branco, mantém-se submissa a ele, chegando inclusive a dispor de recursos próprios para atender às regalias do mesmo, como comidas e bebidas caras. Após receber os pagamentos atrasados, apesar de ter condições econômicas, ela se mantém submissa ao patrão, demonstrando que aquele era o "lugar natural" daquele corpo negro ocupar, o papel de servir.

Em contraposição, todos os patrões nas três novelas são brancos, reproduzindo um imaginário social de superioridade branca, demarcando lugares sociais hierarquizados¹⁰. Importante destacar também que Janaína, trabalhadora doméstica na casa de Tufão, possui, por sua vez, uma empregada doméstica negra, com quem reproduz, em boa parte, o tratamento que recebe da patroa Carminha.

A classe é uma categoria que emerge em diversas situações nas novelas, não no sentido do enfrentamento de um imaginário social constituído, mas, mais uma vez, reproduzindo estereótipos. Com base na análise, algumas cenas entre as patroas e as empregadas também deixam clara a mensagem da superioridade dos ricos. Por exemplo, quando Janaína (*Avenida Brasil*) passa a falar com Carminha da mesma forma que a patroa fala com as empregadas, Carminha a desmoraliza e a humilha por sua posição, como se Janaína não fosse boa o bastante para que ela se desse ao trabalho de dar ouvidos ao que a empregada estava falando.

Quanto à moradia, todas as personagens reproduzem o imaginário social do *status* de uma pessoa de classe economicamente baixa. Zezé, Janaína e Conceição moram em bairros de periferias nas favelas e, quando não estão de uniformes, vestem roupas simples. Dinorah e Edilene moram na casa dos patrões, onde possuem um pequeno quarto, enquanto os patrões moram em mansões ou grandes casarões, como o caso dos patrões de Edilene, Zezé, Janaína e Conceição, e coberturas luxuosas como os patrões de Dinorah.

Segundo Gonzalez (1984), essa distinção de espaços reitera a evidente separação dos espaços físicos entre brancos e pretos, ricos e pobres, desde a época colonial. A autora reitera que o lugar do grupo branco são moradias saudáveis, situadas em "belos recantos da cidade ou do campo", cercadas por policiamento. Já o lugar do negro é o oposto: "da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais'", os quais também têm a presença de policiamento, mas no intuito de reprimir e amedrontar (p. 232).

O lugar ocupado pelas trabalhadoras domésticas reflete essa lógica, reafirmada pela contínua naturalização dessas distinções de classe e raça nas telenovelas. O uniforme, que marca também a diferença e a desigualdade em relação aos patrões (DANTAS, 2016; CAL, 2016), era utilizado

¹⁰ Importante ressaltarmos que "A Regra do Jogo" e "Avenida Brasil" são do autor João Emanuel Carneiro e "A Dona do Pedaço", de Walcir Carrasco. Os três autores são homens e brancos, um indício de falta de representatividade de gênero, raça e classe em espaços de poder e tomadas de decisão, como são os ocupados pelos autores das novelas e que podem se refletir na reprodução de estereótipos nos personagens.

por quatro das cinco personagens. Segundo Dantas (2016), o uniforme demarca que aquele corpo que circula pelos espaços da casa não faz parte do cenário, é externo a ele, transita por entre os cômodos com a finalidade de estar em serviço. Sinaliza, portanto, uma diferença de classe social. “Marcadas pelo uniforme, pelo ‘quarto de empregada’, ou pelos espaços em que circulam e utilizam da casa percebemos a dinâmica do trabalho e a desigualdades das trabalhadoras em relação aos patrões” (DANTAS, 2016, p. 136-7).

Observam-se a reprodução de estereótipos e a invisibilidade interseccional (CRENSHAW, 2002), universalizando e naturalizando a divisão sexual/racial do trabalho doméstico, que hierarquiza as relações sociais, entre ricos e pobres, homens e mulheres, negros e brancos, subalternizando as mulheres que conjugam a intersecção das opressões.

c. Relações de Poder

Sabendo que aos negros foram destinados, em sua grande maioria, papéis que representavam posições subalternas ou consideradas de segunda classe pela sociedade, no que se refere à complexidade dos personagens nas telenovelas (ARAÚJO, 2004; FARIA; FERNANDES, 2007, p.11), nesta categoria buscamos identificar como se dão as relações de poder entre empregadas e patroas/patrões. Nesse sentido, buscamos identificar se as novelas estão contribuindo para uma modificação das relações de poder entre empregadas e patrões de maneira mais respeitosa e igualitária ou reproduzindo relações de poder baseadas nas desigualdades interseccionais.

Por relações de poder, consideramos tanto uma face observável relacionada à capacidade de impor a própria vontade a outro quanto uma dimensão latente na vida social, a partir da qual os sujeitos internalizam os pressupostos da dominação (CAL, 2016). Além disso, importante ressaltar a dimensão da resistência considerando a dimensão produtiva do poder, que faz com que “se abra (...) todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A partir das cenas das novelas, percebemos que, em “Avenida Brasil”, Carminha, a patroa, trata as trabalhadoras Zezé e Janaína em condições análogas às de escravizadas. Zezé, apesar de ser a mais fiel das empregadas, é a que mais sofre maus-tratos pela patroa, como em uma cena em que a trabalhadora é obrigada a pegar na tampa de uma panela quente porque a patroa diz que não precisa de pano para pegar. Mesmo sofrendo tantas humilhações, ela se mantém fiel à patroa, em posição de submissão.

Janaína é branca e, Zezé, negra, apesar de as duas serem pobres, fica perceptível como a história de Janaína é mais desenvolvida. Quando não estão na casa dos patrões, Zezé bate à porta da casa de Janaína para contar as fofocas e, assim, o público fica conhecendo Zumira, a empregada de Janaína, que reage e não aceita com passividade as tentativas de humilhação por parte da patroa, a quem se refere ‘de igual para igual’.

As cenas entre as duas, Zumira e Janaína, são tratadas como um dos alívios cômicos da novela. Por trás do humor, a mensagem passada ao público é de que é hilário uma empregada ter outra empregada, utilizando a estratégia da ridicularização para aliviar a temática (GONZALEZ, 1984). Além disso, ainda que não possamos dizer que a intenção do roteirista foi dar destaque à personagem Janaína ou que isso tenha relação com a cor da pele, há um crescimento da personagem ao longo da história, ao ponto de ela passar a questionar a patroa e a enfrentá-la, enquanto Zezé permanece submissa e maltratada pela patroa do início ao fim, até que Carminha seja desmascarada.

Em “A Regra do Jogo”, identificamos um comportamento diferenciado de Dinorah como trabalhadora doméstica, que responde e trata os membros da família para quem trabalha como iguais, com exceção de Feliciano, para quem atua como serviçal. Faz tudo por ele, guarda sua comida e cuida de suas roupas. Tem orgulho por servi-lo, ainda que não receba salário durante a maior parte da novela. A relação de afeto que nutre pelo patrão faz com que a relação de submissão e de aceitação perdure ao ponto de ela ficar anos sem receber pelo trabalho. Essa relação de ambiguidade entre ser ou não ser da família, marca das relações no trabalho doméstico por ocorrer no ambiente íntimo dos lares (CAL, 2016). Tanto que, quando Dinorah recebe seu dinheiro, o que a deixa rica, prefere continuar como empregada da casa do patrão, refletindo relações comuns entre domésticas e patrões, envoltas entre a contradição de tensões e afetos (BRITES, 2000; DANTAS, 2016).

Em “A Dona do Pedaço”, ao mesmo tempo em que se evidencia a objetificação do corpo de Edilene por Otávio, há também a reprodução do estereótipo da mulher pobre inconformada com sua posição que tenta subir na vida às custas de um relacionamento com um homem rico. Contudo, Edilene é obrigada pelo patrão a se submeter a um procedimento de aborto, o que demonstra que a tentativa de controlar a situação por parte de Edilene era ilusória e frágil.

No entanto, em alguns momentos, há sinais de resistência, como acontece com Janaína que, a partir de determinado momento de “Avenida Brasil”, não aceita mais o tratamento de Carminha ou quando Conceição, em “A Regra do Jogo”, revela para todos os convidados, em pleno casamento da patroa, que seu marido é o pai dos filhos dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as histórias nas três telenovelas, de forma geral, observamos que a construção das personagens, bem como suas relações sociais, reproduzem estereótipos de gênero, raça e classe, naturalizando uma divisão sexual e racial do trabalho que é fruto da desigualdade estrutural entre homens e mulheres, especialmente em países com histórico de colonização como o Brasil. A superioridade do rico sobre o pobre e do branco sobre o negro também é naturalizada, e algumas vezes ridicularizada, perpetuando preconceitos existentes no seio da sociedade brasileira. A objetificação dos corpos das mulheres, vistos como disponíveis para o sexo ou para o trabalho é uma das maiores críticas aos papéis desempenhados pelas trabalhadoras domésticas.

Mais do que buscar “o melhor sentido da representação”, o que se mostraria pouco produtivo (MAIA, 2018, p. 70), estivemos interessadas em compreender as relações entre representação midiática e significados sociais e culturais a partir da análise das personagens trabalhadoras domésticas em novelas do horário nobre (21h) exibidas durante e após a discussão e posterior aprovação da PEC das Domésticas, considerando as telenovelas como bens simbólicos fincados no cotidiano e que também incidem sobre ele ao tematizar e problematizar questões sociais. Observamos que elas adquirem de modo bastante pontual e limitado um caráter pedagógico em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas.

Em geral, as personagens são secundárias, destituídas de uma discussão mais profunda a respeito de suas posições na sociedade e identidades enquanto mulheres/negras, principalmente exercendo a função de trabalhadoras domésticas. A vida delas se concentra em torno, principalmente, da trama dos patrões e só ganha destaque quando há algum fato ligado à história deles. Nessas situações, concluímos que há distinções importantes entre o desenvolvimento de persona-

gens trabalhadoras domésticas negras e brancas e que relações opressivas são reproduzidas quando a trabalhadora doméstica branca se torna patroa de uma trabalhadora negra. Contudo, isso não se dá sem conflitos.

Observamos que as telenovelas, apesar de possuírem o caráter de entretenimento, também podem assumir o papel crítico e pedagógico de trazer à tona questões pertinentes ao cotidiano da sociedade. No entanto, é necessário avançar muito nas discussões sobre o tratamento dispensado às trabalhadoras domésticas nas telenovelas para que revelem os tensionamentos e estimulem o olhar crítico aos estereótipos, fomentando a reflexão e posterior aprendizagem e transformação, principalmente após aprovação da lei que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20.2: 27-55.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. *Institui o Estatuto da Igualdade Racial*; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 27 Abr 2020.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de pesquisa*, 43.149: 2013, p.422-451.

_____. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: Edufba/Compós, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17.49: 2003, p. 117-133.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo. Selo Negro, 2011.

CONRADO, Mônica Prates. A questão racial no Brasil sob a perspectiva de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. *Humanitas*, v. 20, n. 1/2, 2004, p. 83-98.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. *Afro-Ásia*, n. 52, 2015.

DANTAS, Luísa Maria Silva. *As domésticas vão acabar?: Narrativas biográficas e o trabalho como duração e interseção por meio de uma etnografia multi-situada: Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA*. 2016. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DO NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra, 1978.

FARIA, Maria Cristina; FERNANDES, Danubia. Representação da identidade negra na telenovela. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, *E-Compós*, vol. 9, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. A marcha das mulheres negras conclama por um novo pacto civilizatório. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 203-222.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 1, 2019, p. 66-78.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2.1, 1984, p. 223-244.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 82: 2011, p. 61-86.

_____. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2005.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/ Revista franco-brasileira de geografia*, 2016, 26.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, 2015, 193-210.

_____. *Olhares Negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação – construção de sentidos sobre discursos da vida pública e da vida privada brasileira passam pela telenovela. *Comunicação & Educação*. São Paulo, n. 26, 2003, p. 17-34, jan/abr.

MACEDO, Renata Mourão. Espelho mágico: produção e recepção de imagens de empregadas domésticas em uma telenovela brasileira. *Cadernos Pagu*, 2016, ISSN 1809-4449.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Editora Senac. 2000.

MAIA, Rousiley. Representação na mídia, construção da identidade e conflitos sociais: por uma abordagem teórica do reconhecimento. In: MAIA, Rousiley. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 59-86.

MATTELART, Michèle e Armand. *O carnaval das imagens: a ficção na TV*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAURO, Rosane. *A construção discursiva televisual da mulher popular na telenovela: um estudo sobre as personagens de Avenida Brasil e A Regra do Jogo*. 2019, 316f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-11062019-170554/pt-br.php>>. Acesso em 01 ago. 2020.

MEIRELLES, Clara Fernandes. Entrevista com Maria Immacolata Vassallo de Lopes. *E-compós*, Brasília, v. 11, n. 2, maio/ago, 2008.

MOTTER, Maria Lourdes; JAKUBASZKO, Daniela. Telenovela e realidade social: algumas possibilidades dialógicas. *Comunicação & Educação*, v. 12, n. 1, 2007, p. 55-64.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: DE HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OLIVEIRA, Dennis de; PAVAN, Maria Angela. Identificações e estratégias nas relações étnicas na telenovela “Da Cor do Pecado”. *Revista RAÇA BRASIL*. n. 73, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *PNAD Contínua Trimestral do IBGE*. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 08 Nov 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo. Editora Moderna, 1987.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, n. 227, 2018, p. 308-330.

Vozes Negras e Indígenas na Literatura Latino-Americana Contemporânea: uma questão de identidade

Voces Negras e Indígenas en la Literatura Latinoamericana Contemporánea: una cuestión de identidad

Black and Indigenous Voices in Contemporary Latin American Literature: a question of identity

Francelina Barreto de Abreu

Resumo: O presente artigo se propõe a tecer um olhar sobre a construção da identidade feminina negra e indígena na atual conjuntura da literatura latino-americana. O trabalho apresenta um recorte a partir da figura feminina que representa a mulher negra no poema *Me gritaron negra*, de Victória Santa Cruz, e a indígena, em *Metade cara, metade máscara* (2019), de Eliane Potiguara. A escolha destas obras visa combater o caráter histórico de exclusão e silenciamento destinado a estas mulheres na história e na literatura sul-americana. Os textos evidenciam o enfrentamento ao sofrimento causado pelo racismo reafirmando sua identidade. Esta é uma pesquisa bibliográfica, e como aporte teórico-metodológico, foram escolhidos os autores Maldonado-Torres (2007), Quijano (2005), Bosi (2002), Perrot (2007), que corroboram com este estudo.

Palavras-chave: Identidade. Mulher negra/indígena. Racismo. Literatura latino-americana.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo mirar la construcción de la identidad femenina negra e indígena en el contexto actual de la literatura latinoamericana. La obra presenta un corte de la figura femenina que representa a la mujer negra en el poema *Me gritaron negra*, de Victória Santa Cruz, y la mujer indígena, en *Mitad rostro, mitad máscara* (2019), de Eliane Potiguara. La elección de estas obras tiene como objetivo combatir el carácter histórico de exclusión y silenciamiento destinado a estas mujeres en la historia y la literatura sudamericana. Los textos muestran el enfrentamiento del sufrimiento causado por el racismo, reafirmando su identidad. Se trata de una investigación bibliográfica y como aporte teórico y metodológico se eligieron los autores Maldonado-Torres (2007), Quijano (2005), Bosi (2002), Perrot (2007), que corroboran este estudio.

Palabras clave: Identidad. Mujer negra/indígena. Racismo. Literatura latinoamericana.

Abstract: This article aims to look at the construction of black and indigenous female identity in the current context of Latin American literature. The work presents a cut from the female figure that represents the black woman in the poem *Me gritaron negra*, by Victória Santa Cruz, and the indigenous, in *Half face, half mask* (2019), by Eliane Potiguara. The choice of these works aims to combat the historical character of exclusion and silencing destined for these women in South American history and literature. The texts show the confrontation of the suffering caused by racism, reaffirming its identity. This is a bibliographic search and the authors Maldonado-Torres (2007), Quijano (2005), Bosi (2002), Perrot (2007) were chosen as the theoretical and methodological contribution, which corroborate this study.

Keywords: Identity. Black/indigenous woman. Racism. Latin American literature.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi construído tomando como base a representação do feminino na literatura latino-americana contemporânea. Para a análise, escolhemos fazer um recorte na representação tanto da mulher negra quanto da indígena, por observar o caráter histórico de exclusão e silenciamento a que foram e são submetidas. A representante da literatura negra é Victória Santa Cruz, em seu poema *Me gritaron negra* (1960), e a indígena escolhida por sua constante luta e representação de seu povo é Eliane Potiguara, em *Metade cara, metade máscara* (2019). A escolha destas obras se deu em função da necessidade de apontarmos a relevância de estudos contemporâneos que tenham como objeto de análise a mulher negra e a indígena.

Observamos nestas narrativas uma transformação na voz discursiva, para uma breve comparação, tomamos o romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1890. Nesta obra, temos a representação feminina construída pela perspectiva masculina, o que inclui toda a carga social do período histórico representado. De acordo com Michelle Perrot (2007, p. 16), durante muitos séculos “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual”, como ocorre nesta e em muitas outras obras.

Em contrapartida, percebemos em *Me gritaron negra* (SANTA CRUZ, 1960) a própria representatividade da mulher negra que sente/vive o preconceito e passa a utilizar a poesia como ferramenta de luta contra as violências sofridas. Da mesma forma, escolhemos *Metade Cara, metade máscara* (POTIGUARA, 2019) pelas denúncias sociais apresentadas contra a mulher indígena, não somente a esta, mas a todos os povos indígenas que permanecem até os dias atuais vítimas da colonização. Mais de quinhentos anos se passaram desde que se iniciou, em nosso continente, esse processo e, como a própria autora denuncia, isso permanece.

A escolha da obra de Eliane Potiguara se deu devido às fortes críticas e denúncias que a autora tece em seu livro, apontando o descaso do governo para com a população indígena brasileira. Um exemplo do descuido para com os povos indígenas se reflete nos casos de violências praticadas contra eles. Nos últimos dias, foi noticiado o assassinato de Paulo Guajajara¹, líder indígena que lutava pela defesa da Terra Indígena Arariboia, no Estado do Maranhão. Mais uma vítima dos constantes crimes cometidos contra indígenas no nosso país.

Desta forma, tanto na poesia de Victória Santa Cruz como no livro de Eliane Potiguara, percebemos uma estrita relação dos relatos com as vivências das autoras. Potiguara saiu muito cedo de suas terras e presenciou as mais diversas formas de dominação para com seus “irmãos” indígenas. Por sua vez, Victória, aos cinco anos, sofre pela primeira vez racismo, sem nem mesmo compreender o significado do termo *negra*.

Assim, ao analisarmos a poesia e o livro, nos detemos em tecer nossa observação sobre o processo de construção da identidade de mulheres negras e indígenas na América Latina contemporânea, perpassando pelo contexto sociocultural e histórico latino-americano.

1. Minha História das Mulheres Negras e Indígenas

Perrot, em *Minha história das mulheres* (2007), apresenta um direcionamento que nos norteia no entendimento da construção da história das mulheres ao longo do tempo. A autora deixa explícito

¹ Mais informações sobre o assassinato podem ser encontradas em: <https://bityli.com/0ts9e>. Acesso em 20 out. 2020.

desde as primeiras páginas a dificuldade de um relato histórico temporal feminino devido ao enorme silenciamento e exclusão a que estiveram submetidas as mulheres.

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. (PERROT, 2007, p. 20).

Em consonância à citação, observamos que as mulheres tiveram seus rastros apagados e levaram muitos séculos para adquirirem a percepção de seu espaço como ser social de igual valor ao masculino, “[...] elas mesmas, mergulhadas em silêncios impostos e sufocadas por imagens distorcidas, por muito tempo desprezaram a importância de sua história” (PERROT, 2007, p. 10). E os fatores que contribuíram para isso são os mais variados possíveis. Nas linhas seguintes, há uma síntese do percurso histórico:

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. (PERROT, 2007, p. 11)

Assim, é perceptível que, influenciadas pelos fatores sociais, elas se abstiveram de construir sua história pelo preconceito a que estiveram submissas. No século XVIII, a visão estabelecida se aproximou da animalização, a dificuldade de falarem sobre si perdurou no século seguinte, no qual, por fim, tiveram acesso à educação. Apenas no século XX passam a tomar posse da construção do discurso feminino como meio de luta contra a desigualdade de gênero.

Ao se tratar da mulher negra e indígena, a situação torna-se um pouco mais complexa, envolve, além do fator gênero, a questão racial. Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 117), a ideia de raça é “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”; explica as relações entre brancos, negros e índios e se estende para a relação de gênero. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117). Ainda de acordo com o autor:

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, p. 118)

É sobre este início da colonização do território americano que o escritor colombiano William Ospina produz seu romance. A obra de Ospina, escrita em 2008, retrata o período de chegada dos colonizadores espanhóis na América. O escritor apresenta todo o cenário de destruição dos povos

indígenas, demonstrando, desde os primeiros anos da colonização, a submissão e o extermínio ao qual foram submetidos.

Na narrativa *El país de la Canela* (2008), temos a presença da indígena Amaney. A personagem é descrita em situação de total submissão ao colonizador branco. Com ele, teve um filho mestiço, a quem criou como ama de leite, sendo-lhe retirado o direito da maternidade. Silenciada, a indígena passa longos anos mantendo a farsa e, apenas depois da morte do espanhol, pai de seu filho, ela se assume como mãe do narrador, “minha mãe verdadeira era ela mesma: a índia de pele escura” (OSPINA, 2008, p. 12 tradução nossa)².

Como se já não bastasse todo o sofrimento imposto pelo silenciamento, sofreu, ainda, com a rejeição do filho: “Toda a minha infância eu a quis como uma mãe: bastou que pretendesse ser de verdade para que a minha devoção se transformasse em algo próximo ao desprezo” (OSPINA, 2008, p. 12 tradução nossa). No relato, o filho segue expondo o fim da vida da indígena: “Amaney, minha mãe índia, minha mãe, morreu sozinha como morreu sua raça sem sequer se queixar, porque não havia no céu e na terra ninguém diante do qual pudesse se queixar, abandonada por seus deuses e rejeitada pelo seu próprio sangue” (OSPINA, 2008, p. 223)³. Terminou morrendo triste e solitária, pois havia sido tirada de sua tribo e rejeitada pelo único parente que lhe restara, o filho.

Dois pontos da citação são relevantes: o primeiro evidencia o silenciamento da indígena, ela não tem o direito de criar o menino como seu filho e suporta tudo sem dizer nada, pois deveria permanecer calada para, assim, receber o merecimento de conviver com o menino como ama de leite. O segundo externa o mesmo tema, silenciamento, aplicado a toda a sua raça. A quem ela poderia pedir ajuda? Todos estavam mortos, escravizados e retirados de seu lar, por isso permaneceu calada até o momento de sua morte.

Para Verena Stolke (2006, p. 18), em relação ao processo de colonização, os usurpadores “se apropriaram de terras indígenas, submeteram a população local a trabalhos forçados nas minas e a serviços pessoais de vários tipos, empenharam-se em colonizar suas mentes e sujeitaram mulheres indígenas a todas as maneiras de abuso sexual”. Essa visão nos aproxima das denúncias realizadas por Eliane Potiguara, atualmente.

A autora indígena expõe todo o reflexo histórico-social da conquista da América. Igualmente, critica todos os danos pela destruição e êxodo indígena. A situação não é muito diferente mais de cinco séculos depois, como denuncia Potiguara.

As mulheres indígenas também vão trabalhar como operárias mal remuneradas ou nas grandes plantações dos latifundiários, em um sistema de cativoiro, trocando seu trabalho por latas de sardinhas e nunca conseguindo pagar suas dívidas com o contratante. Outras vezes, vão morar com homens sem caráter que as transformam em objeto de cama e mesa, submetidas a agressões físicas e parindo dezenas de filhos, para viverem, miseravelmente, nas casas de palafitas da Amazônia, dentro e fora do Brasil, ou sobrevivem em favelas contaminadas moral, social, política e fisicamente. Muitas vezes, trabalham somente pelo prato miserável de comida. (POTIGUARA, 2019, p. 30)

² “mi madre verdadera era ella misma: la india de piel oscura” (OSPINA, 2008, p. 12).

³ “Amaney, mi madre india, mi madre, había muerto a solas como murió su raza sin quejarse siquiera, porque no había en el cielo ni en la tierra nada ante lo cual pudiera quejarse, abandonada por sus dioses y negada por su propia sangre” (OSPINA, 2008, p. 223).

Neste sentido, percebemos que muitos anos se passaram desde o início da conquista, no entanto, as mazelas causadas à mulher indígena permanecem as mesmas. Apesar das transformações ocorridas na sociedade latina, a relação de dominação, imposição de cultura e destruição física e cultural permanece.

O mesmo acontece com os negros, desde que foram trazidos da África. Sofreram com o afastamento de suas terras, cultura e povos. Vitimados pela escravidão que se estendeu pelo discurso conquistador de dominação e dizimou inúmeras pessoas. E o fator cor da pele foi determinante, como evidencia Nelson Maldonado-Torres:

Novas identidades foram criadas no contexto da colonização europeia nas Américas: europeu, branco, índio, negro y mestiço, para nomear apenas as mais frequentes e óbvias. Uma característica deste tipo de classificação social consiste em que a relação entre sujeitos não é horizontal e sim vertical. Isto é, algumas identidades denotam superioridade sobre outras. E tal grau de superioridade se justifica em relação com os graus de humanidade atribuídos as identidades em questão. Em linhas gerais, quanto mais clara seja a pele da pessoa, mais próximo se estará de representar o ideal de uma humanidade completa. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 132)⁴

O grau de humanidade das pessoas passa a ser estabelecido pela tonalidade da pele, quanto mais clara a pele do ser humano, mais humano ele seria no período colonial. Dado interessante se considerarmos que as piores atrocidades cometidas neste continente foram praticadas por brancos. Nossa intenção não é corroborar no sentido de qual a raça é “superior”, mas deixar claro o nível de preconceito e injustiças sociais a que indígenas e negros/as estiveram sujeitos.

Sobre a relação de gênero no sistema escravocrata, Ângela Davis (1992, p. 10) afirma que “o sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos”. Em momento algum houve um tratamento diferenciado para as escravas negras, ao contrário, a preocupação era o benefício da força de trabalho. A indígena Amaney, de pele escura, conseguiu acompanhar o crescimento do filho na condição de ama de leite, no entanto, inúmeras escravas negras foram brutalmente separadas de seus filhos, que foram vendidos a terceiros como “bens rentáveis”. Como é descrito no romance *Um defeito de cor* de Ana Maria Gonçalves. Na obra contemporânea da escritora brasileira, temos a narração de como filhos e pais negros foram separados durante o processo de compra e venda de escravos no Brasil.

Neste breve percurso, observamos a preocupação de Perrot (2007) na construção/recuperação da história das mulheres ao longo dos séculos, o que nos permitiu discutir o tratamento recebido, os espaços e as possibilidades de representação ao longo dos séculos. Seguindo com uma breve explanação da chegada da escravidão na América, na qual foram vitimados e dizimados negros/as e indígenas. A situação de escravidão, pelo viés raça, demonstrou sucintamente as mais variadas

⁴Nuevas identidades fueron creadas en el contexto de la colonización europea en las Américas: europeo, blanco, indio, negro y mestizo, para nombrar sólo las más frecuentes y óbvias. Un rasgo característico de este tipo de clasificación social consiste en que la relación entre sujetos no es horizontal sino vertical. Esto es, algunas identidades denotan superioridad sobre otras. Y tal grado de superioridad se justifica en relación con los grados de humanidad atribuidos a las identidades en cuestión. En términos generales, entre más clara sea la piel de uno, más cerca se estará de representar el ideal de una humanidad completa. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 132)

situações de violência e exploração a que estas mulheres estiveram submetidas. No tópico seguinte, adentraremos nas obras de Victória Santa Cruz e Eliane Potiguara, para observarmos a construção histórica da identidade destas mulheres na literatura latino-americana contemporânea.

2. Vozes Negras e Indígenas na Literatura Latino-Americana: uma questão de identidade

A proposta de demonstrar as vozes negras e indígenas nas obras contemporâneas latino-americanas se deu em função de que “a literatura atua como um elemento de transgressão ao poder da língua [...], mas também opera como uma forma de subversão às esferas do poder institucionalizado [...] por figurar como um espaço de denúncia contra a injustiça social” (BRAGA, 2009, p. 1). Propicia, dentre inúmeras outras possibilidades, que mulheres passem a se representar.

Em obras como *Iracema* (1991), de José de Alencar, por exemplo, temos a tentativa de uma representação do feminino que é benéfica no sentido de nos apresentar um caminho, uma direção. No entanto, a perspectiva e a sensibilidade mudam quando mulheres negras e indígenas utilizam a própria voz para representar a si mesmas, a seus povos, as suas dores. A crítica apresentada por quem sentiu na pele o racismo é diferente, é intensa e comovente, é um contrapor às esferas de poder, um reconhecimento de si.

Em *Iracema* (1991), temos a idealização da mulher indígena e da valorização do indianismo e nacionalismo referentes ao período romântico em vigor. A indígena é representada como a “virgem dos lábios de mel”, o caráter romantizado da narrativa aponta esta percepção. A construção da personagem pelo autor não escapa da estrutura literária clássica adquirida do conquistador.

Mesmo heroicizado romanticamente, com a marca impressa da valentia, estava sempre sob a mira do olhar determinante do colonizador. Não possuía a validade da natureza pura, pois sua valentia fora herdada da influência medieval, que o colonizador inseriu no contexto e o escritor tomou para si como baliza [...] Não foi impresso, no entanto, a figura humanizada, a exemplo das demais com as quais dividiu enredo. Foi, antes de tudo, um emblema, cerzido com as cores locais e que escondia, sob seus pontos em relevo, o constante matiz de nativo selvagem a quem o não índio deveria civilizar, impondo sua cultura. (SANTOS, 2009, p. 21)

Segundo Luzia Aparecida dos Santos (2009), o romance não consegue romper com os padrões literários colonizadores. A forma de construção da narrativa, bem como a apresentação da personagem, segue os conceitos europeus sobre a técnica de produção da obra.

Em contrapartida, em *Metade cara, metade máscara* (2019) temos uma narrativa que visa demonstrar a identidade da mulher indígena rompendo, desde o princípio da obra, com os padrões literários canônicos do herói/heroína romantizado, por apresentar um livro composto de textos e poesias.

Minha dúvida acerca desse trabalho, passa exclusivamente pela forma e NÃO PELO CONTEÚDO, pois este trabalho entremeia textos e cânticos. Alguém já me criticou dizendo, como? Textos e poesia? Mas minha poesia são choro e exaltação, são cânticos, são cantigas que ilustram os meus textos analíticos contidos nessas histórias, entende??? Eu analiso e choro, eu analiso e grito, eu

analisar e cantar. Eu berro!!! E tenho esse direito de analisar e fazer o que quiser depois... Não são poesias como a literatura formal baseadas nos conceitos que os europeus querem. Quero quebrar essa forma. (POTIGUARA, 2002, *apud* GRAÚNA, 2013, p. 182)

A forma como Eliane Potiguara constrói sua obra não a qualifica como pertencente a um determinado gênero estudado e reconhecido por compartilhar certas características. Ao contrário, como afirma em entrevista, sua literatura visa quebrar com as formas e conceitos de outrora. A identidade da mulher indígena contemporânea vem sendo apresentada desde a estrutura da narrativa.

Retomando *Iracema* (1991), temos uma personagem que se apaixona pelo invasor e, com ele, acaba tendo um filho mestiço; o desdobramento da história termina com a morte da personagem. Em *Metade cara, metade máscara* (2019), como se pode ver na descrição de Cunhantaí e Juripiranga, temos um “casal que é separado no processo de expulsão das terras e por todos os desdobramentos do colonialismo e neocolonialismo” (POTIGUARA, 2019, p. 23). Os traços de luta e sofrimento pelo choque de culturas e na luta pelas terras se assemelham em ambas as obras, o que externa personagens indígenas que lutam por seus ideais, demonstrando uma postura de combate, e não mais de silenciamento.

Ressaltamos a relevância da outra parte da narrativa de Eliane Potiguara, chamada por ela de **textos**. Nesses fragmentos, a voz indígena feminina é testemunha das injustiças sociais e todos os tipos de violência a que são submetidos atualmente os indígenas no Brasil, e, mais especificamente, a mulher indígena.

O processo de colonização e neocolonização dos povos indígenas do Brasil os conduziu ao trabalho semiescravo [...] *causou* o desmatamento, o assoreamento dos rios, a poluição ambiental e a diminuição da biodiversidade local, entre outros estragos. As invasões trouxeram as enfermidades, a fome, o empobrecimento compulsório da população indígena. E mais: as dificuldades locais levaram muitas pessoas à migração, a submissão ao trabalho semiescravo e a péssimas condições de moradias (favelas, casas de palafitas na periferia dos centros urbanos). (POTIGUARA, 2019, p. 43, grifo nosso)

A situação das famílias “desaldeadas ou desestruturadas” leva as mulheres indígenas a se tornarem vítimas de “abusos, assédio, violência sexual”; quando não se submetem a casamentos para “viverem miseravelmente nas casas de palafitas”, são destinadas a outra forma de escravidão, “é a constatação da presença delas em prostíbulos e em zonas de meretrício, onde vendem seu corpo por migalhas” (POTIGUARA, 2019, p. 31). A autora segue denunciando que o governo não consegue desenvolver políticas que atendam aos povos indígenas, evitando todos esses danos irremediáveis a eles. Ainda segundo a autora, a influência do colonizador/usurpador mudou a posição social da mulher indígena na tomada de decisões nas tribos.

[...] antes do processo de escravidão, a mulher indígena tinha o mesmo papel de decisão que os pais, maridos, irmãos. A sua palavra era a palavra final para decidir a guerra intertribal, uma decisão ou uma assembleia política. Com a chegada dos estrangeiros, a mulher passou a retaguarda e permanece até hoje servindo de mão de obra escrava, ou submetendo-se à neocolonização como objeto sexual e descartável. (POTIGUARA, 2019, p.58)

De fato, percebemos a inversão da postura da mulher na sociedade indígena, visto que, semelhante a todas as mulheres da sociedade colonizadora, elas tiveram sua voz e posição de decisão retiradas, sendo destinadas ao silenciamento. No entanto, a própria autora nos revela, por meio de sua representatividade, que a mulher indígena retoma sua voz; agora não clama apenas em sua aldeia, mas em todo o mundo. A sua voz está escrita na história e na literatura deste continente, expressando sua identidade, e, segundo a própria autora, “o papel da mulher na luta pela identidade é natural, espontâneo e indispensável” (POTIGUARA, 2019, p. 46).

Neste mesmo percurso de observação, partimos para o feminino negro, representado por Bertoleza e Rita Baiana em *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. A percepção das duas personagens é bem distinta. Bertoleza é a “crioula trintona, escrava de um velho cego” (AZEVEDO, 1997[1890], *on-line*), representando a força de trabalho.

Como sempre, era a primeira a erguer-se e a última a deitar-se; de manhã escamando peixe, à noite vendendo-o à porta, para descansar da trabalhadeira grossa das horas de sol; sempre sem domingo nem dia santo, sem tempo para cuidar de si, feia, gasta, imunda, repugnante, com o coração eternamente emprenhado de desgostos que nunca vinham à luz (AZEVEDO, 1997[1890], *on-line*).

Efetivamente, a personagem do século XIX evidencia a exploração das negras escravas. Em contrapartida, há, no romance, uma descrição diferente para Rita Baiana. A personagem é representada com destaque direcionado a seus atributos de beleza e sensualidade, conduzindo ao entendimento de que a mulher negra neste período é ilustrada pela exploração ora do trabalho, ora da sensualidade.

No século XX, em *Me gritaron negra* (1960), há uma inversão de valores. As marcas do racismo permanecem enfáticas, mas a mulher que fora silenciada em Bertoleza, ou sensualizada com Rita Baiana, é apresentada por uma perspectiva completamente diferente. No texto de Victória Santa Cruz, a voz feminina transita para o reconhecimento e valorização de sua raça. É vítima do preconceito, mas não silencia, não se limita, não tem medo de clamar. “De repente algumas vozes na rua gritaram comigo. Negra!” (SANTA CRUZ, 2013[1960], *on-line*). A surpresa inicial da personagem se dá em função de se tratar de uma menina de sete anos que não compreende o significado de ser “negra”. Mas, a partir desse momento, consegue perceber que o termo é utilizado de forma negativa.

Por acaso sou negra? – me disse
 Sim.
 O que é ser negra?
 Negra!
 Eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.
 Negra!
 E me senti negra,
 Negra!⁵

Evidentemente, a personagem percebeu que ser negra era, naquela concepção gritada, algo ruim e, nesse instante, retrocedeu, se sentia rejeitada e se envergonhava por ser assim. A tentativa

⁵ ¿Soy acaso negra? - me dije ¡Sí! ¿Qué cosa es ser negra? ¡Negra! Y yo no sabía la triste verdad que aquello escondía. ¡Negra! Y me sentí negra, ¡Negra! (SANTA CRUZ, 2013[1960], *on-line*)

de alisar os cabelos e passar maquiagem no rosto demonstram a negação de si e a tentativa de uma aceitação social. Nas linhas seguintes do poema, entretanto, percebemos a mudança temporal e, com ela, a compreensão da importância de ser negra, de se reconhecer como tal.

E vou rir daqueles,
Que por evitar-segundo eles-
Que para evitar algum desgosto
Chamam os negros de gente de cor
E de que cor!
NEGRO
E que lindo soa!

NEGRO
E que ritmo tem!
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO
Finalmente
Finalmente compreendi

FINALMENTE
Eu não desisto
FINALMENTE
Eu avanço segura

FINALMENTE
Avanço e espero
FINALMENTE
E agradeço aos céus porque quis Deus
Que negro fosse minha cor (SANTA CRUZ, 2013[1960], *on-line tradução nossa*)⁶.

Por fim, a personagem percebe que ser negra é motivo para se orgulhar e resistir. Para Alfredo Bosi, a resistência em “seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir” (2002, p. 118). A comprovação do ato de resistir está nas linhas finais do poema quando grita como soa lindo a palavra **negro**. Externando seu orgulho, as marcas de sua ancestralidade, as lutas históricas e a resistência que o ser negro traz consigo no sangue.

A mulher negra carrega como marca de sua identidade o orgulho de ser, de si. Livre das amarras da escravidão, conquistou, por meio de muita luta, de muito grito, o reconhecimento e o

⁶ Y voy a reírme de aquellos, que por evitar -según ellos- que por evitarnos algún sinsabor/Llaman a los negros gente de color ¡Y de qué color! NEGRO ¡Y qué lindo suena! NEGRO ¡Y qué ritmo tiene! NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO/ NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO/ NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO/ NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO/AL fin/Al fin comprendí/AL FIN/Ya no retrocedo/AL FIN/ Y avanzo segura/AL FIN/Avanzo y espero/AL FIN/Y bendigo al cielo porque quiso Dios/ que negro azabache fuese mi color (SANTA CRUZ, 2013[1960], *on-line*)

respeito por ser o que é, negra. O preconceito ainda persiste, são batalhas diárias, mas que nunca mais serão razão para o silenciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, nessas poucas páginas, traçamos um breve percurso histórico, buscando demonstrar o estabelecimento da identidade das mulheres negras e indígenas, por meio de suas vozes na literatura latino-americana contemporânea. Esse instrumento a que elas se apossaram, a voz – seja poética, seja narrativa –, vem demonstrando uma transformação da representação do discurso feminino, construído a partir de si, na literatura. Como afirma Perrot (2007, p. 15), “Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas”. Ativas no sentido de não mais silenciar, de clamar por seus direitos, por seu espaço, por respeito e representatividade.

As denúncias apresentadas por Potiguara (2019) assustam pelos relatos de todos os tipos possíveis de violências narradas, e, ao mesmo tempo, corroboram na tentativa de transformarmos as políticas públicas de assistência aos povos indígenas, visto que, infelizmente, comprovamos as afirmativas do descaso ao acompanhar os noticiários diariamente. A própria autora é testemunha das injustiças a que são submetidas as mulheres indígenas e é uma representante que prova ser possível transformar essa realidade por meio da voz que grita contra as mazelas acometidas a seu povo.

Nos tempos atuais, é hora do desafio. Extirpar o monstro que nos mata dia a dia é dura tarefa. Primeiro se sofre calado. Há os que se acostumam com a dor, a opressão e a repressão social e política, desembocando no desequilíbrio ou na loucura. Mas há os que clamam, depois de invernos. Há os que berram! (POTIGUARA, 2019, p. 59)

A voz que retrata a violência, a intolerância, a desigualdade e as injustiças sociais sofridas pelos indígenas desde o início da colonização é a ferramenta que permitirá as transformações necessárias.

Da mesma forma, as mulheres negras, representadas pelas personagens citadas ao longo do texto, também precisam se erguer todos os dias para enfrentar o racismo e a desigualdade social, a luta por espaço no mercado de trabalho, nas universidades, no campo literário e na sociedade como um todo; não é tarefa fácil, mas ainda é o único caminho para extinguir o silenciamento e a visão deturpada que se constituiu historicamente sobre o corpo feminino negro.

A identidade da mulher negra e da indígena ganha sustentação quando elas, as autoras de suas próprias histórias, ultrapassam os limites de outrora e assumem para si a responsabilidade para falar de suas dores, seus sofrimentos e para reafirmar a força que carregam e que as caracterizam como mulheres, guerreiras e sobreviventes.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Iracema*. 24ª. edição. São Paulo: Ática, 1991.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30 ed. São Paulo: Ática, 1997[1890]. Disponível em: <http://www.culturatura.com.br/obras/O%20Corti%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRAGA, Elda Firmo. Literatura, poder e contra-poder. *Revista Hispanista*, n. 397, 2009.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 118-135.
- CRUZ, Victória Santa. Me gritaron negra. 1960. In: Portal Geledés. *Me gritaron negra! A poeta Victoria Santa Cruz*. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/me-gritaron-negra-a-poeta-victoria-santa-cruz/>. Acesso em: 20 out. 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça, e classe*. 1ª ed. Grã Bretanha: The Women's Press, 1992.
- GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. 2ª ed., Belo Horizonte MG: Mazza Edições, 2013.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.
- OSPINA, William. *El país de la canela*. Bogotá, Colombia: Grupo editorial norma, 2008.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumín, 3ª ed. 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.
- SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2006, vol.14, n.1, p.15-42.



As Faces da Mulher Amazônica: a negritude em Dalcídio Jurandir

Los Rostros de las Mujeres Amazónicas: la negrura en Dalcídio Jurandir

The Amazonian Women's Faces: the blackness in Dalcídio Jurandir

Alinnie Oliveira Andrade Santos

Marlí Tereza Furtado

Resumo: Dalcídio Jurandir é conhecido por ser o autor dos romances do Ciclo do extremo Norte. A história central do Ciclo é a de Alfredo. Filho de uma negra, D. Amélia, e de um branco, Major Alberto, o menino vive em constante conflito na busca de sua própria identidade, ora entristecendo-se pela cor da mãe, ora aceitando-a e sentindo orgulho dela. A convivência, em Belém, com a família materna, principalmente com as mulheres Mãe Ciana, Magá e Isaura, contribuiu para que Alfredo pudesse aceitar melhor sua mãe. Essas personagens negras vivem na capital com o esforço do próprio trabalho, como também auxiliam na fuga dos bandoleiros que planejavam revoltas pelo interior. Este trabalho objetiva observar a representação dessas mulheres negras analisando suas trajetórias, principalmente no que se refere à postura transgressora delas diante do sistema social em que estavam inseridas.

Palavras-chave: Personagem feminina. Dalcídio Jurandir. Negritude.

Resumen: Se sabe que Dalcídio Jurandir es el autor de las novelas del Ciclo del extremo norte. La historia central del Ciclo es la de Alfredo. Hijo de una mujer negra, D. Amélia, y un hombre blanco, el Mayor Alberto, el niño vive en constante conflicto en la búsqueda de su propia identidad, a veces entristecido por el color de su madre, a veces aceptándola y sintiéndose orgulloso de ella. La convivencia, en Belém, con la familia materna, principalmente con las mujeres Mãe Ciana, Magá e Isaura, contribuyó a que Alfredo aceptara mejor a su madre. Estos personajes negros viven en la capital con el esfuerzo de su propio trabajo, además de ayudar en la fuga de bandidos que planeaban revueltas en el interior. Este trabajo tiene como objetivo observar la representación de estas mujeres negras analizando sus trayectorias, principalmente en lo que respecta a su actitud transgresora hacia el sistema social en el que se insertaron.

Palabras clave: Personaje femenino. Dalcídio Jurandir. Negrura.

Abstract: Dalcídio Jurandir is known for being the author of the “Ciclo do Extremo Norte” (Extreme North Cycle)’s novels. The cycle’s central narrative is Alfredo’s. The son of a black woman, D. Amélia, and of a white man, Major Alberto, the boy lives in a constant conflict in the search of his own identity, sometimes getting sad because of his mother’s color, or accepting it and being proud of it in other times. The coexistence, in Belém, with his mother’s family, especially with women like Mãe Cigana, Magá and Isaura, has contributed to Alfredo’s best acceptance of his mother. These black female characters live in the state capital with the effort of their own work, and also help “bandoleiros”, groups of people who planned riots in the countryside, in their escape. This work objectifies to observe the representation of these black women analyzing their trajectories, mainly with the regard to their transgressive posture in the social system in which they were inserted.

Keywords: Female characters. Dalcídio Jurandir. Blackness.

Alinnie Oliveira Andrade Santos – Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (2018). Membro do Grupo de Pesquisa “A Amazônia em Narrativas e a Narrativa de Dalcídio Jurandir”. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC/PA. E-mail: alinnie.oliveira@gmail.com

Marlí Tereza Furtado – Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Líder do Grupo de Pesquisa “A Amazônia em Narrativas e a Narrativa de Dalcídio Jurandir”. Professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. E-mail: marlitf@ufpa.br

INTRODUÇÃO

1. O Escritor Dalcídio Jurandir

Dalcídio Jurandir foi um escritor brasileiro extremamente consciente de sua escrita e do papel desta na e para a literatura brasileira. Fugindo do retrato da região feito por grande parte de seus antecessores e sem posicionar a natureza à frente do homem, o autor paraense rompeu com certa tradição literária sobre a Amazônia consolidada a partir de Euclides da Cunha e foi um grande inovador e renovador dessa literatura. Dessa forma, o escritor produziu uma literatura empenhada nas questões sociais, tal qual a produzida na primeira metade do século XX, em outros lugares do Brasil, e não voltada somente para o cotidiano da região amazônica.

Os romances do chamado **Ciclo do Extremo Norte**, de Dalcídio Jurandir – **Chove nos Campos de Cachoeira** (1941), **Marajó** (1947), **Três Casas e um Rio** (1958), **Belém do Grão Pará** (1960), **Passagem dos Inocentes** (1963), **Primeira Manhã** (1967), **Ponte do Galo** (1971), **Os Habitantes** (1976), **Chão dos Lobos** (1976) e **Ribanceira** (1978) –, são ambientados na Amazônia paraense e apresentam temáticas que envolvem o homem dessa região.

Willie Bolle (2012) considera o Ciclo como uma enciclopédia da Amazônia, ambientada tanto no contexto rural como no urbano, mas com uma forte marca dos hábitos e costumes da periferia:

O cenário da ação dos romances do Ciclo é a região do delta do rio Amazonas. Os três primeiros (**Chove nos Campos de Cachoeira**, **Marajó**, **Três Casas e um rio**), passam-lhe na ilha do Marajó, nas vilas de Cachoeira e Ponta de Pedras e em seu entorno. O quarto romance (**Belém do Grão-Pará**) localiza-se na capital Belém, nos bairros centrais. Os cinco romances seguintes (**Passagem dos Inocentes**, **Primeira Manhã**, **Ponte do Galo**, **Os habitantes** e **Chão dos Lobos**) passam-se nos subúrbios de Belém. O trânsito de personagens, nesses livros, entre a grande cidade e a ilha do Marajó sublinha o caráter híbrido da cultura da periferia, onde se misturam as formas de vida urbana e ribeirinha. O local do último romance do Ciclo **Ribanceira** (1978) é a vila de Gurupá, situada num ponto estratégico de acesso ao interior da Amazônia.

O tempo da ação dos romances é a década de 1920 a 1930, que foi uma época de crise. A região amazônica sofreu, então, de forma traumática o fim do boom da borracha (1912), entrando numa longa fase de declínio e de estagnação da economia. (BOLLE, 2012, p. 16)

Na concepção de Vicente Salles (1992), o que faz do **Ciclo do Extremo Norte** um conjunto de romances que traça um painel da verdadeira realidade da Amazônia paraense é o fato de Dalcídio ter nascido e crescido na região, o que possibilitou a ele vivenciar as experiências, tanto no meio rural como no urbano, retratadas em sua obra:

Já se disse que sua obra se baseia, antes de tudo, numa longa experiência pessoal sem, no entanto, carregar os seus romances com o pitoresco e o documento exigido pelo figurino regionalista. Isto é verdade porque Dalcídio Jurandir não mergulha no seu universo regionalista fazendo saltos ornamentais. Ele não extrai desse universo qualquer imagem idealizada. As experiências foram vividas e, por isso, permitiram-lhe fazer com autenticidade a literatura do cotidiano, nos campos de Marajó, como nos bairros pobres de Belém. Não é capaz de exprimir

a tradição amena, determinada pelo conformismo; revela-nos, a sua obra, dimensões inéditas do homem em seu contexto rural e/ ou (sub) urbano. (SALLES, 1992, p. 368)

Em seu livro sobre Euclides da Cunha, ao falar sobre aqueles que o sucederam, Francisco Foot Hardman (2009) menciona a produção ficcional de Dalcídio Jurandir e também o considera como um escritor que distanciou sua obra tanto dos escritos de Euclides como daqueles que o homenagearam, trazendo assim estabilidade para a prosa da região:

Será, no entanto, com o escritor, jornalista e militante comunista Dalcídio Jurandir (1909-1979), natural da Ilha de Marajó, que essa representação romanesca na trilha realista conhecerá estabilidade temática, equilíbrio estético e continuidade histórica. De seus onze romances, dez versam sobre a Amazônia, constituindo o que foi chamado de **Ciclo do Extremo Norte**, com narrativas em cenários da ilha de Marajó, além do interior do Estado do Pará e de Belém, começando com o premiado **Chove nos Campos de Cachoeira** (1941) e terminando com **Ribanceira** (1978), intercalados, entre outros, por **Marajó** (1947), **Três casas e um rio** (1958) e **Belém do Grão-Pará** (1960). Em Dalcídio, a lentidão dos ritmos equatoriais adquire textura, sem concessões ao pitoresco. (...). Seus personagens possuem papéis sociais definidos. Mas seus romances não se “nacionalizaram” como os de escritores nordestinos, isto é, permaneceram à margem, no rodapé da história literária brasileira, como caso exemplar de um regionalismo de boa qualidade. (HARDMAN, 2009, p. 31).

Apesar de possuir uma vasta produção como romancista, Dalcídio Jurandir é um escritor desconhecido do grande público. Na maioria das histórias literárias brasileiras, ele é apenas brevemente citado e enquadrado como um escritor regionalista. Ou seja, ignorando todos os avanços que a literatura que retrata a Amazônia adquiriu com o escritor paraense, como a ruptura com a tradição literária amazônica, apenas levam em consideração o fato de Dalcídio ser um escritor nascido no norte do Brasil e que ambienta as suas obras nesse local, como se tais aspectos fossem mais importantes que toda a complexidade da sua narrativa¹.

De uma forma geral, os romances de Dalcídio Jurandir estão centrados em três personagens masculinas. **Em Chove nos Campos de Cachoeira**, pontapé inicial do **Ciclo do Extremo Norte**, temos o desenrolar dos dramas de Eutanázio, com sua paixão não correspondida por Irene. **Marajó** conta a história de Missunga, o jovem filho do Coronel Coutinho, herdeiro de todas as suas propriedades. Alfredo, por sua vez, aparece em nove das dez obras do **Ciclo**, as quais narram a sua trajetória desde a infância até a chegada da fase adulta.

Mesmo com esse protagonismo masculino, há uma quantidade considerável de personagens femininas que auxiliam tanto no desenrolar do enredo como no desenvolvimento dos dramas dos homens, não se limitando a apenas essa contribuição, mas também trazem para a narrativa as suas próprias histórias e, dessa maneira, ajudam no retrato da Amazônia que o escritor paraense desejava apresentar por meio de sua obra.

¹ Histórias Literárias como **A Literatura no Brasil** (1959), de Afrânio Coutinho, **História Concisa da Literatura Brasileira** (1970), de Alfredo Bosi, **História da Literatura Brasileira** (1997), de Luciana Stegagno Picchio, **A Literatura no Brasil: origens e unidade** (1999), de José Aderaldo Castello e **História da Literatura Brasileira: da carta de Caminha aos contemporâneos** (2011), de Carlos Nejar apenas mencionam as obras de Dalcídio Jurandir, enfatizando que se trata de uma produção essencialmente regional, ignorando quaisquer outros aspectos.

Dessa forma, este trabalho objetiva observar a representação das mulheres negras da família de Alfredo, Mãe Ciana, Magá e Isaura, presentes sobretudo no romance **Belém do Grão Pará**, a fim de analisar as suas trajetórias, principalmente no que se refere à postura transgressora delas diante do sistema social em que estavam inseridas.

2. O Romance Belém do Grão Pará

No quarto romance do **Ciclo do Extremo Norte, Belém do Grão Pará**, Alfredo vai morar na capital paraense na casa da família Alcântara para dar continuidade aos seus estudos. Pelos aspectos históricos descritos na obra, pode-se inferir que a história se passa na década de 1920, por volta do ano de 1922, período após o Ciclo da Borracha, dos anos áureos da *Belle époque* e dez anos depois do fim do governo do intendente Antônio Lemos².

Nesse momento, então, a cidade de Belém vive um período de declínio econômico, o qual pode ser constatado na situação social da família Alcântara, que tinha anteriormente uma posição elevada e de respeito naquela sociedade, frequentando a “corte” do intendente, e nos anos 1920, no governo de Lauro Sodré³, aparece desprovida de qualquer resquício do status social que outrora ostentara. Assim, esse romance não trata somente da primeira experiência de Alfredo em Belém, mas também, como atesta Benedito Nunes, uma obra que mostra a história dos Alcântaras, relacionada com a situação de ruína da cidade nesse período:

Quem lê *Belém do Grão Pará*, como um romance dos Alcântara (o casal Seu Virgílio/Dona Inácia e a filha Emilinha), lê a inteira cidade dos anos 1920, tal como a tinham deixado, após o início da decadência econômica, conseqüente à crise da borracha, que culminara em 1912, as reformas do intendente (prefeito) Antonio Lemos. (NUNES, 2009, p. 322).

Essa família é composta por D. Inácia, Seu Virgílio e a filha do casal, Emília. Seu Virgílio, nos tempos de Lemos, havia sido administrador do Mercado de São Brás. Ainda no governo do intendente, conseguiu um simples emprego de funcionário público federal na Alfândega, o que nos aponta para a sua falta de ambição. Com essa família vivem ainda Libânia e Antonio, empregados e crias da casa, que vivem uma situação de miséria e quase escravidão, subjugados pelas vontades dos patrões.

Marlí Furtado defende a ideia de que, em **Belém do Grão Pará**, a capital paraense, espaço no qual será ambientada a obra, é como mais uma personagem no romance, dado o enorme desejo do menino em se mudar do Marajó para Belém:

E agora entra em cena, como espaço central e com força de personagem, a cidade de Belém, primeiramente musa de Alfredo, a quem aparecera sempre com nuances de espaço encantado, onde ele poderia realizar sonhos e se distanciaria do cotidiano repetitivo e pobre de Cachoeira, especialmente aquele do quilinho de carne comprado todos os dias no mercado. (FURTADO, 2010, p. 114)

² Antônio José Lemos (1843-1913) foi intendente de Belém entre 1897 e 1911. Foi o administrador responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade de Belém.

³ Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) foi governador do Estado do Pará em dois momentos: de 1891 a 1897 e 1917 a 1921.

Além do convívio com as Alcântaras, o menino Alfredo se depara com a família da sua mãe, que vive e trabalha em Belém: são suas tias, prima e primos, os quais o ajudam a aceitar sua origem negra e se orgulhar de ser filho de D. Amélia, como veremos no tópico a seguir.

3. Isaura, Magá e Mãe Ciana: transgressão pelo trabalho e atuação social

Por meio do olhar de Alfredo, o narrador nos mostra os diferentes ofícios dos membros dessa família. Todos, homens e mulheres, trabalham em uma atividade específica, o que surpreende e frustra o menino simultaneamente, pois pensa que se todos os seus parentes se dedicam a um emprego, ele, como pertencente a essa família, também deve encontrar a sua ocupação:

Ali na Rui Barbosa, da Mãe Ciana à Violeta, todas sabiam coisas, suas artes, suas curiosidades. Família muito bem apreciada, seu sangue, dela ele era; tio na cana do leme dum barco, tio soldado no Rio de Janeiro e vários ofícios e viagens, a prima na costura, a Ciana no cheiro, a Magá na tartaruga e tacacá, os primos na mobília e no motor, e ele, filho de branco e de preta, que ofício era pra ele, agora naquele Barão? (JURANDIR, 1960, p. 112).

Dessa forma, trataremos neste tópico de três personagens femininas pertencentes a essa família: Isaura, Magá e Mãe Ciana. Veremos como essas mulheres negras transgridem o sistema social por garantirem sua subsistência por meio do seu próprio trabalho.

Apesar de se envolver em várias atividades – como decoração, que lhe garante as entradas para o cinema Olímpia –, Isaura é costureira, muito requisitada na cidade, o que faz com que esteja sempre indo de um lugar ao outro, atendendo suas clientes. Vejamos como o narrador a retrata:

Isaura trazia as novidades da costura, da freguesia, da Rui Barbosa. Tinha a boca larga, o sorriso se abrindo devagar e de repente escancarando-se a risada um pouco desagradável para Alfredo por ser dum assim-assim de mau modo, malineza, desfazendo das pessoas. Seus olhos esbugalhavam num luze-não-luze de azedume, enjoo, ressentimento. O cabelo alto de mulata, mal sentado, mal penteado. Não raro sem pintura, por isso pálida e a deixar ver na boca, na mão, nas faces, este e aquele sulco de contrariedade e fadiga. (JURANDIR, 1960, p. 90-91).

É interessante observar que esse excerto mescla a aparência física de Isaura, tais como a “boca larga” o “cabelo alto de mulata”, com certos aspectos do seu trabalho, como “as novidades da costura”. Ao final, vemos que seu rosto deixa transparecer uma “fadiga”, o que remete ao cansaço devido ao seu trabalho excessivo.

Em muitas vezes em que Isaura aparece na narrativa, ela está sempre em movimento, trabalhando, entregando suas costuras, ou indo até as clientes, ou costurando vestidos na sua casa. Um exemplo disso é que ela faz as Alcântaras e Alfredo esperarem por ela no cinema, pois estava com trabalhos pendentes: “Teriam de ficar na sala de espera porque Isaura viria com algum atraso. Acabava um vestido e teria ainda de ajeitar a cesta de flores de uma vizinha.” (JURANDIR, 1960, p. 137).

Com a morte do pai, um funileiro, Isaura sentiu-se na obrigação de ajudar no sustento da casa, de tomar para si a obrigação que era do pai. Antes de ele falecer, já moça, a filha cuidava dos afazeres

domésticos e do pai doente. Mesmo anos depois do falecimento dele, a jovem ainda vivia de luto, sua vida mudara completamente: da alegria pela convivência com ele à tristeza lacônica por sua ausência. O apego tanto ao trabalho quanto às Alcântaras era uma forma de conviver com sua dor:

Era um luto permanente, surdo, cheio de silenciosas evocações de uma camaradagem entre pai e filha durante anos, quando o velho (...) secou o peito no sustento dos filhos (...). Foi o velho funileiro adoecer, desenganado dos médicos, Isaura, já moça, tomava conta da casa. O pai expirou; “quarto”, enterro e ela de olhos secos, acudindo os irmãos, a calma em pessoa. Mas aos poucos, todos da família viam-lhe o secreto abatimento, as mudanças. Aqueles seus modos alegres, quando levava o pai ao cinema, ao largo de Nazaré em tempo da festa, saindo de um teatrinho entrando noutra, correndo no aeroplano e subindo na montanha russa apesar dos protestos do velho, e o gosto em vestir, no passear, no jogar entrudo pelo carnaval, tudo isso se acabou. A família via-lhe a magreza, os olhos fundos, o desarranjo. os acessos de impaciência e raiva, horas e horas na máquina, sem dizer: Violeta, me traz um caribé! A “paixão pelo pai”, como diziam os irmãos, resistia aos anos. Ou já se tornava num hábito, em que Isaura se escondia e se gastava, apegando-se, sem saber porque e com muita contrariedade, à casa dos Alcântaras. (JURANDIR, 1960, p. 145-146).

É justamente por intermédio da amizade de Isaura com Emilinha que Alfredo vai morar em Belém na Gentil, com os Alcântaras. Essa amizade, cheia de desavenças e discussões, é uma parte importante do cotidiano de Isaura. Ela vivia entre brigas e reconciliações com a amiga, o que deixa todos intrigados com esse comportamento. Novamente, o narrador usa o olhar de Alfredo para mostrar ao leitor essa relação, sobretudo nos momentos de confronto entre elas:

Pôde ele observar melhor a prima. Com ele, mostrava-se atenciosa, um descanso de voz, aquele modo sempre fácil de aprovar tudo que era o mesmo que desaprovar. (...). Não era raro gracejar, brincar mesmo, abandonada à sua repentina alegria, a tal extremo que parecia falsa. Se tivesse de contradizer, fazia sorrindo, num jeito quase carinhoso. Mas daí a um acesso de raiva, não durava um segundo e sempre provocado por Emília. Transfigurava-se, a voz numa rispidez cortante, o branco dos olhos dilatava-se, gomoso, as pálpebras inchavam. Gorda, com seus braços gordos e olhos alarmados, Emília retirava-se do bate-boca. A magra encolhia o peito, os olhos de boi malignos, saboreando a própria raiva. Alfredo não sabia entender. Por vezes, tentava ver em Isaura uma pessoa doente ou cheia dum inexplicável desprezo pelos Alcântaras a quem estava presa não se sabia bem por quê. Por que semelhante amizade, temperada de furor e desgosto? Ou tudo era por hábito ou próprio das duas amigas aquele furioso e pegajoso desentendimento? Nunca os Alcântaras na presença do primo, atacavam a costureira. (JURANDIR, 1960, p. 103-104).

Emilinha presenteia a amiga com uma blusa bordada. Isaura, no entanto, percebe as intenções da filha de D. Inácia com esse agrado (não quer ser vista com a amiga costureira mal vestida) e, para se vingar da amiga por não ter usado o sapato novo na sua festa de aniversário, não usa a blusa nova para ir ao cinema, mas sim a “cerzida, com aquele suor visível debaixo do braço.” (JURANDIR, 1960, p. 141).

Essa atitude deixa Emília furiosa, uma vez que ela queria que a prima de Alfredo estivesse bem vestida, como uma das estratégias de manter as aparências sobre a condição financeira da família Alcântara. Como seus planos foram frustrados, as duas iniciam uma briga no bonde, na volta do cinema.

— Não fizeste o meu pedido, Isaura, cadê a blusa?

Isaura acenou para a d. Inácia dizendo que queria sentar com ela, trocassem de lugar. Mas aí, apertando-lhe o braço, Emília deteve a costureira.

— E tu? Achaste que o cimento da sala de casa ia gastar o salto do teu sapato novo? E assim, baixo, enraivecendo-se, começaram a bater boca no bonde sem que a madrinha mãe pudesse perceber. Já por último, Emília acusava a amiga de não ter cumprido a promessa de fazer a festa do aniversário no 160. Sem lhe dar qualquer explicação, fez no 72.

— Mas não foram os meus irmãos que fizeram a festa? Tu davas o barril de chope, fazias as despesas? E por que não em minha própria casa? Ora essa! (JURANDIR, 1960, p. 144).

Isaura tinha consciência social, tinha noção de sua origem e da necessidade de trabalhar para se sustentar. Entendia que suas roupas não condiziam com as de Emilinha e com as das outras mulheres que frequentavam o Cinema Olímpia. Percebia a amizade interesseira da amiga e o incômodo de Emilinha com suas roupas mais simples. E por isso brigavam constantemente. Isaura aproveitava sempre para ironizar a situação.

Podemos observar o tom irônico de Isaura no dia da festa de aniversário de Emília. A festa foi custeada pela amiga e seus irmãos – apesar de a filha dos Alcântaras tentar encobrir isso – desde o chope até o nome da moça na coluna social do jornal:

Isaura interrompeu a conversa para mostrar a parte do jornal — comprado pelo irmão — que trazia as notas sociais:

Fazem anos hoje:

As senhoritas

Jovenília Soares Pinho

Sirena Sousa

Maria de Nazaré Cunha

Claudia Vasconcelos Souto Maior

Merandolina Gusmão

Emília Alcântara

Isaura, intimamente: embaixo de todas a pobre! Nem ao menos no meio, e que crueldade! Emília enxugando o suor da valsa que dançara, olhou para a amiga, adivinhando-lhe o escárnio. E disse alto:

— Eu já tinha pedido para riscarem meu nome daí desse jornal. Não quero. (JURANDIR, 1960, p. 247-248).

Emilinha sente-se ofendida e desdenha por estar em último na lista, pois o seu nome no jornal era uma das muitas formas de manter as aparências. Isaura, por sua vez, mesmo que intimamente, chama a amiga de “pobre”, termo que assombrava e amedrontava a Alcântara, pois desejava urgentemente uma ascensão social. Há ainda um caráter dúbio no “pobre”, mencionado por Isaura: refere-se tanto à condição financeira de Emília, como pode ter sido uma demonstração de pena da amiga. Em ambas possibilidades, apresentam o desnível social de Emilinha e sua ilusão na fuga da ruína e miséria.

Enquanto Emilinha, pobre como a amiga, fica esperando por um casamento vantajoso para sair do ostracismo social, Isaura trabalhava todos os dias, buscando se manter pelo seu próprio esforço. Ela é transgressora pois, não há a menção no romance de ela estar em busca de um casamento, mas há inúmeras descrições de seu ofício como costureira, mostrando-nos sua autonomia e independência financeira, algo não muito comum para as mulheres da época.

Magá, mãe de Isaura, apesar de não ter o mesmo destaque na obra que sua filha, também é um exemplo de transgressão presente no **Ciclo do Extremo Norte**. Conforme a descrição do romance, ela era uma excelente cozinheira e obtinha êxito em garantir o seu sustento por meio desse trabalho.

Sua principal ocupação era vender tacacá – comida típica do Pará – na rua, atividade que não agradava os filhos em função de ela já estar envelhecendo. No entanto, ela se recusa a parar, pois não queria, de forma alguma, depender deles. Ela impõe sua vontade diante deles e permanece com o seu trabalho:

Alfredo, uma tarde, passou pela Quintino, canto com a S. Jerônimo, no ponto da tacacazeira. Lá estava Magá no seu ofício. (...). Esse ofício dela de canto de rua, aos filhos não agradava tanto. Por gosto deles, Magá já era pra ter deixado aquela canseira. “Eu, mas eu, que vou me atracar no rabo de vocês, à custa de vós? Vê la meus formosura. Uma osga! Mas deixem ir ganhando o meu cruzado.” (JURANDIR, 1960, p. 110-111).

Além disso, Magá também preparava Tartaruga sob encomenda. Era unanimidade entre todos que o prato era delicioso e essa reputação fazia com que os serviços dela fossem muito requisitados, sobretudo pelos “brancos”, os mais ricos e importantes da sociedade.

Magá ir preparar uma tartaruga numa dessas casas de branco, pra um banquete político ou chegada dum general. A preta, os jasmims na cabeça, cheirando a cheiro da Mãe Ciana, sua mãe, tinha entrada de gala na cozinha, afastando de sua frente as cozinheiras da casa, já enrolando as mangas: cadê a inocente? E lhe traziam a tartaruga. Mas nunca ninguém arrastava ela até a boca do corredor, ao pé da sala de jantar, para receber os parabéns. os agrados lá da mesa. “Pra lá com essa pavulage, eras! repetia e logo entre a criadagem, diante mesmo da dona da casa, soltava a sua adivinha bem salgada, uma das suas de fazer toda a cozinha dizer: “Mas ah! Mas ah!” e era um alívio, agora todos rindo, pois a Magá antes, ao fazer a tartaruga, era trombuda, ninguém piasse, que nem pajé em sessão. A própria dona da casa, de Magá queria distância. Virgem de Nazaré livrasse da Magá, nesta hora, ter um aborrecimento e largar tudo no meio, indo embora, como algumas vezes fazia. (JURANDIR, 1960, p. 111-112).

Percebemos, nesse excerto, o contraste entre o comportamento da mãe de Isaura e o ambiente de onde era solicitado o seu serviço. Ela não se deslumbrava com as tentativas de elogios, querendo apenas fazer o seu trabalho sem ser incomodada. Também não se intimidava com o fato de estar cozinhando para pessoas ricas, se ficasse aborrecida, iria embora sem se importar com as consequências do seu ato. Magá executava seu ofício de forma tão eficaz que conseguiu o respeito de todos, independentemente de seu nível social e do preconceito com sua etnia.

Mãe Ciana, por sua vez, trabalhava com papéis de cheiros e ervas aromáticas e medicinais, que lhe conferiram a alcunha de feiticeira. Antes de se dedicar somente a esse ofício, ela se envolveu em diferentes atividades, tais como vendas de tacacá, mingau e açai. Isso nos mostra que ela sempre esteve voltada a diversos trabalhos como uma forma de sobreviver.

Algumas vezes, em suas perambulações pela cidade, Alfredo encontra com Mãe Ciana e conversa com ela. Esses encontros com ela são também um encontro com a sua origem negra, pois ela deixa claro para ele que toda a família descende de escravizados, inclusive ele: “Pensa que os escravos já acabaram? Eu venho da escravidão. Eu, tua avó, tua mãe, tu também. Tu tens no sangue. Nossos parentes pensaram nos engenhos. Só nos engenhos? Hum!” (JURANDIR, 1960, p. 210).

Conviver com a sua família negra faz com que o menino Alfredo crie laços e se aproxime mais de seus parentes. Se nos romances anteriores (**Chove nos Campos de Cachoeira e Três Casas e um Rio**) o menino vive um drama por ter uma mãe negra, em **Belém do Grão Pará** inicia-se nele um processo de aceitação tanto da sua cor⁴ como a da mãe. Vejamos um trecho do romance em que aparece o menino conversando com as três mulheres: Isaura, Mãe Ciana e Magá:

A Magá soltava as suas, aqui era um nome carinhoso, ali um cabeludo, os fiados do tacacá, e ter de encomendar um tucupi ainda... Sacudiu a saia.

— Por que tu não vai lá tomar teu tacacá, meu corninho? Olha que a tua parentada na cidade é nós. Aqui esta negralhona do tacacá é tua família. E eu te quero um homem.

Entrava a Mãe Ciana, pousando a cesta do cheiro na cabeça de Alfredo e a calombosa mão nos lábios dele, abençoando. (...). Alfredo vai, então, estende as entradas para Isaura.

— Que é isso? Mas não, primo, é delas. Que sempre mandem buscar. Deixo. E tu... escrevo pra tua mãe, não sai. Depois conversamos, sim? (JURANDIR, 1960, p. 351).

⁴No último romance da saga, **Ribanceira**, vemos Alfredo admitindo a sua negritude sem nenhum problema, pois nesse momento aceita completamente a sua cor e a sua origem. Vejamos os trechos em que isso ocorre:

“— Faço parte do tição. Mancha?

— Mas o senhor?

Com esse cabelo fino, a boca fina, as feições?

— Mancha?

— O senhor só está advogando a causa alheia, Secretário. Do senhor que não.

— Minha mãe. Meus tios. Não é uma pena?” (JURANDIR, 1978, p. 144).

“Alfredo leva na conta de gracejo, seguindo com o ramo de oliveira na mão. Na calçada do Mercado aquela negra alta, a Nhá Barbra.

— Meu branco, tanto que eu queria um particular com o Senhor. Pode?

— Me chamando de branco, Nhá Barbra? Me repare na pele. Somos do mesmo mocambo. Sim?” (JURANDIR, 1978, p. 228).

Esses pequenos gestos – oferecer um tacacá, dar a benção – fazem com que o menino sinta apreço por essa parte da sua família, que mostra um aspecto muito importante da sua origem. Aceitar a sua cor é compreender também a sua história e é algo que ajuda o menino no futuro a viver na periferia de Belém.

Se, pelo trabalho, Mãe Ciana transgride o sistema social, sucumbe diante de seu Lício, companheiro de longos anos, com quem amarga um relacionamento abusivo. Quando se conheceram, ele insistiu para que se relacionassem, porém, com o passar dos anos, seu Lício a deixa de lado, preferindo se envolver nas manifestações populares a dar atenção para a sua mulher. Ela, por sua vez, fazia tudo para agradá-lo para que ele passasse a maior parte do tempo em casa:

“Ah, essa Mãe Ciana que não me sai de junto”... Ela o procurava ou recebia com ralhó; que boca feia tinha agora a santa velha, os beiços, revirados, reluziam e deles saía um cuspe grosso, as mesmas recriminações, a voz ralhante. Debaixo de tudo isso, aqueles mimos babujados para que seu Lício não desgarrasse: uma dor de cabeça que mal falava e lá vinham chás e emplastos, mingau quentinho ali na rede sem mesmo ele lavar o dente, a preparar-lhe o banho e a pôr no ombro dele a toalha toda cerzidinha mas muito bem passada e cheirosa, a curar-lhe as frieiras, e cortar-lhe a unha do pé e sem esperar em troca este carinho, nem um só; não havia um desejo, um suspiro, um pensamento de seu Lício que Mãe Ciana, adivinhando, não dissesse: eu faço. Para ela, bastava a atenção dele em se deixar servir. Mas ninguém quisesse ver em Mãe Ciana uma humildade rastejante, adulara, não. Ela, no seu melhor carinho, servia sempre de cara franzida, resmunguenta, como fosse obrigada e pronta a lhe dizer: mas, diabo, te põe daqui de dentro de casa, preguei teu pé? (JURANDIR, 1960, p. 263).

Com esse trecho, podemos perceber que o envelhecimento de Mãe Ciana é um dos motivos pelos quais seu Lício perde o interesse por ela. A mulher, no entanto, comporta-se de forma submissa na presença dele, fazendo as atividades domésticas com o intuito de servi-lo. A Mãe Ciana que se sujeita às vontades do homem amado em nada lembra a mulher que anda pelas ruas vendendo seus papéis de cheiro, que defende a luta do povo, pois tem consciência de ser descendente de escravizados que sofreram nas mãos dos brancos.

Apesar de Mãe Ciana também acreditar nas revoltas do povo, não era justo a maneira como seu Lício a tratava. Ele não era capaz de retribuir o afeto e cuidado que ela lhe devotava. Duas situações mostram a forma grosseira como ele a tratava. A primeira refere-se a um momento em que lembra aspectos dessa relação, quando ele lhe deu um presente:

Sandália essa que foi assim: seu Lício viajou pro Maranhão numa barca e logo voltou. Pensa que avisou que ia, disse assim: olha, porcaria, vou ali e volto”? Quando apareceu de volta, disse de cara lambida, disse, escorrido:

— Estive na terra do camarão, te trouxe isto. Vê se presta. (JURANDIR, 1960, p. 324).

A segunda é a lembrança de Isaura quando ele, bêbado, joga a cesta de cheiros da mulher, fazendo ela ter um grande prejuízo no seu trabalho:

Isaura, então, para si mesma, recordou que uma vez, seu Lício, num lance de bebedeira, lançara o cesto de cheiros no fundo do quintal, na Bernal do Couto, espalhando aromas pela vizinhança, com os pirralhos ajuntando os papelinhos. Era uma pessoa muito contraditória, aquele seu Lício, pensou Isaura, um seu velho pensamento. (JURANDIR, 1960, p. 343).

Seu Lício, um dos líderes do movimento popular, comunista, que defendia a igualdade entre as pessoas, chama a sua mulher de “porcaria”, tratando-a com um desprezo que, além de ela não merecer, não se ajustava com os ideais que ele tão bravamente defendia.

Durante a Transladação, romaria que acontece na véspera do domingo do Círio de Nazaré, Mãe Ciana ganha certo destaque na narrativa. Enquanto acompanha a procissão – triste porque o seu amado não está lhe acompanhando –, ela faz um retrospecto de toda a sua vida, mas sempre preocupada com seu Lício, que estava levando Jerônimo para longe de Belém, um dos líderes da revolta no Guamá, e Etelvina, sua noiva. Assim como o fluxo da transladação, era o fluxo dos pensamentos de Mãe Ciana.

A transladação avançava. Mãe Ciana, atrás, entre as velas, a reza das irmandades, no lado de uns pretos altos e de muito silêncio. Seu terço na mão, a figa no pescoço, o chalé no ombro, Mãe Ciana tinha um medo. Pensou seu Lício, no Ver-o-Peso ou Porto do Sal, podia estar numa dificuldade, com a polícia no calcanhar, apanhado ao embarcar escondido aqueles dois. O barco já estaria de viagem? Nossa Senhora não castigava? Ela não mandava a polícia atrás dos fugidos, pegar seu Lício, encafiar o pobre de seu Lício na São José? podia, isto sim, levantar um tempo no rio, na hora a travessia, naquelas águas, um desses feios tempos soprado por boca de Nossa Senhora aborrecida com uma viagem daquelas nas vésperas do Círio. Noivo e noiva, coitados, isso nunca mereciam. Que em paz viajassem, custava? A Virgem de Nazaré ia dizer não? (JURANDIR, 1960, p. 324-325).

Mãe Ciana preocupa-se com os fugitivos, pois toda a sua família envolveu-se nessa fuga. A primeira ajuda foi na manutenção do esconderijo em Belém e, depois, no planejamento do dia perfeito para a fuga definitiva para longe da cidade. Isaura contava as novidades para D. Inácia, demonstrando saber todos os passos da revolta:

Isaura entrara de bom humor, dizendo que as providências para a partida do noivo iam bem. Bastava que seu Lício conseguisse uma ocasião boa para Guamá a fim de avisar os companheiros. Contou que Mãe Ciana estava muito exaltada contra o que diziam os jornais, lidos em voz alta pela Gualdina. (JURANDIR, 1960, p. 243).

Dessa maneira, Mãe Ciana e Isaura são transgressoras também, pois ajudam na fuga do bandedeiro do Guamá. Enquanto D. Inácia apenas comenta e teoriza sobre as revoltas que estavam eclodindo no país e como desejaria participar delas, caso fosse homem, as duas não veem o seu gênero como um impedimento e ajudam tanto a esconder o casal fugitivo como na fuga de Belém.

Isaura, Magá e Mãe Ciana enfrentam o sistema social em que se inserem por meio da sua força de trabalho, pois encontram esse caminho para sobreviverem. Podemos fazer um contrapon-

to com as Alcântaras, mulheres brancas, que estão em uma situação financeira desfavorável e têm em seu Virgílio o único mantenedor da casa. Em nenhum momento vemos algum interesse delas de também trabalhar para ajudar nas despesas, tampouco quando o patriarca perde o emprego e a família fica sem sua única fonte de renda. As negras, no entanto, desde muito novas exercem atividades fora de casa. Esse quadro nos remete à citação de Angela Davis (2016) sobre o trabalho das mulheres negras:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 24).

Como vimos, as parentes de Alfredo têm consciência de que a história das suas vidas perpassa pela escravidão e é justamente esse um dos motivos que as impulsiona a trabalhar fora de casa e por conta própria. Na sociedade traçada no **Ciclo do Extremo Norte**, eram poucas as opções para uma mulher se manter: morar com seus pais, ainda solteira, e depender deles, ou o casamento, dependendo, assim, do marido. As que fugiam desse parâmetro eram, na maioria das vezes, esmagadas por essa sociedade e caíam na prostituição, como é o caso de outras personagens femininas do **Ciclo**.

Isaura, Magá e Mãe Ciana, por sua vez, rompem com esse sistema em benefício próprio e usam a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Essas três personagens dentro do **Ciclo** se destacam por alcançar um nível de autonomia e independência incomum para as mulheres da época. Elas seguem a trajetória de transgressão que acompanhou grande parte das mulheres negras após a escravidão: o trabalho fora de casa para sustento próprio e de seus familiares. Apesar disso, elas seguiram alguns dos ofícios que eram destinados à mulher, naquela época, tais como: costureira, professora e cozinheira. É importante mencionar que elas eram donas de seus próprios negócios, diferente de muitas mulheres da época que trabalhavam fora de casa como assalariadas, o que contribuía para a maior autonomia das parentes de Alfredo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **Ciclo do Extremo Norte**, projeto literário arquitetado por Dalcídio Jurandir, objetivava levar hábitos e costumes da Amazônia para o texto literário, sem perder o enfoque na descrição de dramas que poderiam estar presentes em qualquer outra obra, possuindo, assim, um caráter universal.

Ambientados na região amazônica, os romances dalcidianos narram a vida dos sujeitos moradores da região, sem um discurso grandiloquente que oscila entre o inferno verde e o paraíso perdido, nem tampouco mostrando o indivíduo subordinado à terra (esta maior do que ele), mas evidenciam os dramas e problemas dos seus personagens.

Em relação aos seus personagens, como vimos, apesar de três homens ocuparem o protagonismo das narrativas – Alfredo, Eutanázio e Missunga –, as mulheres presentes nas obras contribuem tanto para o enredo e os dramas dos personagens centrais como também colaboram para a narrativa como um todo ao trazerem à cena as suas próprias histórias.

Assim, as personagens, tais como Mãe Ciana, Magá e Isaura, circulam pelas obras, entram em contato com as centrais, incrementando seus enredos e assumindo, em certos momentos, um papel de destaque ao evidenciar os seus próprios dramas. Em outras palavras, elas não são apenas um suporte para os acontecimentos que envolvem os protagonistas homens, mas também se destacam nas narrativas por meio das suas próprias trajetórias, quer sejam elas de enfrentamento do sistema patriarcal ou de submissão a ele.

As personagens femininas da família negra de Alfredo são um importante exemplo de transgressão dentro da obra dalcídiana, pois elas vivem da força do seu próprio trabalho especializado – Isaura é costureira, Magá é cozinheira e Mãe Ciana trabalha com cheiros –, de tal forma que são solicitadas a prestar seus serviços junto aos mais ricos e importantes da cidade e, apesar de trabalharem em constante movimento pela cidade, conseguem viver uma vida tranquila, longe da miséria. É importante mencionar que, enquanto seus parentes homens são empregados assalariados, essas mulheres são donas de seu próprio negócio, ou seja, o lucro desse trabalho pertence a elas em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- BOLLE, Wille. Uma Enciclopédia mágica da Amazônia? O Ciclo romanesco de Dalcídio Jurandir. In: LEÃO, Allison (org.). *Amazônia: Literatura e cultura. Manaus*: UEA edições, 2012.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 44 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1999. 2 vols.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 1999. 6 vols.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FURTADO, Marlí Tereza. *Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- HARDMAN, Francisco Foot. *A Vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.
- JURANDIR, Dalcídio. *Ribanceira*. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- NEJAR, Carlos. *História da Literatura Brasileira: da Carta de Caminha aos contemporâneos*. São Paulo: Leya, 2011.

NUNES, Benedito. Conterrâneos. *In*: NUNES, Benedito. *A Clave do Poético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

SALLES, Vicente. Chão de Dalcídio. *In*: JURANDIR, Dalcídio. *Marajó*. 3 ed. Belém: CEJUP, 1992, p.360-381.

Um Estudo Teórico Reflexivo do Conto Acauã à Luz dos Estudos sobre Gênero Sob a Perspectiva do Feminino

Un Estudio Teórico Reflexivo del Cuento de Acauã Basado en Estudios de Género Desde la Perspectiva de las Mujeres

A Reflective Theoretical Study of the Acauã Tale About Gender Studies from a Feminine Perspective

Joyce Cristina Farias de Amorim
José Guilherme de Oliveira Castro

Resumo: O presente artigo se propôs a realizar uma análise, à luz da concepção de gênero, do conto *Acauã*, do livro *Contos Amazônicos* (1893), do escritor Inglês de Souza. O intuito foi observar como se dá e se constrói a representação do feminino no conto do século XIX. A análise se baseia na observação do dito e do não dito sobre as personagens femininas ao longo da tecitura literária, sob o olhar do contemporâneo e da ideia sobre dominação masculina que, segundo Bordieu, está de tal maneira ancorada no inconsciente das pessoas. A presente análise se construiu e se constituiu com base em pressupostos teóricos como Bordieu (2012), Hall (2006), Bauman (2005), Butler (2003), Borrillo (2010), Spivak (2010) e Beauvoir (1970).

Palavras-chave: Literatura. Representação. Gênero. Feminino.

Resumen: El presente artículo propone un análisis, a la luz de la concepción de género, del cuento *Acauã*, del libro *Amazon Stories* (1893), del escritor inglés de Souza. El objetivo era observar cómo se hace y se construye la representación de lo femenino en el cuento del siglo XIX. El análisis se basa en la observación del dicho y lo no dicho sobre los personajes femeninos a lo largo de todo el tejido literario, bajo la mirada de los contemporáneos y la idea de la dominación masculina que, según Bordieu, está tan anclada en el inconsciente de las personas. Este análisis se construyó y constituyó sobre supuestos teóricos como Bordieu (2012), Hall (2006), Bauman (2005), Butler (2003), Borrillo (2010), Spivak (2010) y Beauvoir (1970).

Palabras clave: Literatura. Representación. El género. Mujer.

Abstract: This article proposes an analysis, in the light of the gender conception, of the tale *Acauã*, from the book *Amazon Stories* (1893), by the English writer de Souza. The aim was to observe how the representation of the feminine in the tale of the 19th century is done and constructed. The analysis is based on the observation of the saying and the unspoken about the feminine characters throughout the literary weaving, under the gaze of the contemporary and the idea of male domination which, according to Bordieu, is so anchored in people's unconscious. This analysis was built and constituted based on theoretical assumptions such as Bordieu (2012), Hall (2006), Bauman (2005), Butler (2003), Borrillo (2010), Spivak (2010) and Beauvoir (1970).

Keywords: Literature. Representation. Gender. Feminine.

Joyce Cristina Farias de Amorim – Doutoranda em Comunicação, linguagens e cultura – PPGCLC/Unama. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade e do Grupo de pesquisa Interfaces do Texto Amazônico. Docente vinculada à Seduc-Pa. <http://lattes.cnpq.br/4653194728338812>.
E-mail: joyce.crisamorim@hotmail.com

José Guilherme de Oliveira Castro – Doutor em Teoria Literária. Docente vinculado ao PPGCLC/Unama. Pesquisador do Grupo de pesquisa Interfaces do Texto Amazônico. <http://lattes.cnpq.br/4564267097302078>.
E-mail: jgpsico.letras@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, é possível observar o papel e o lugar da mulher sendo invisibilizados e subalternizados nos mais diversos (não) registros, e na Literatura não foi muito diferente. Seja na condição de autora, seja na condição de personagem. As diferentes representações do feminino na literatura brasileira revelam, em termos de linhas gerais, uma face da história de opressão e subalternização das mulheres a partir do conservadorismo sócio-histórico na cultura das relações de gênero. Sendo assim, a presente análise se constrói e se constitui a partir desse entendimento, tomando como objeto de estudo o conto *Acauã* do escritor Amazônico, Inglês de Sousa.

Ainda que se considere uma obra que explora a diversidade mítica e cultural amazônica, ressalta-se aqui que a intenção consiste em realizar uma releitura da obra sob a perspectiva do feminino, a proposta não foi explorar o contexto regional e imaginário amazônico, porém não tem a intenção de desconsiderá-lo. A ideia é propor reflexões e/ou caminhos reflexivos para um patamar ainda mais amplo de discussão sobre os estudos de gênero, com o auxílio dos pressupostos teóricos utilizados como referência para a construção deste artigo. Por isso a relevância da discussão.

Em termos de linhas gerais, a produção literária de autoria feminina apresenta características muito próximas e/ou próprias da literatura de testemunho. Entende-se que escritoras narraram, na maioria das vezes, suas próprias histórias de vida, de maneira real e/ou fictícia ou ainda por meio de uma fusão entre o real e o fictício. As vozes femininas narram, dão testemunho sobre dores, sofrimentos e traumas. Muitas vezes, exercem o papel de narradora de si, em outras, dão vozes a personagens. Nota-se que “os estudos acerca do testemunho na literatura têm crescido consideravelmente”¹. E

Esse crescimento se liga, sem dúvida, à onda (multi)culturalista. Em princípio, aliás, ‘literatura’ seria oposto de ‘testemunho’ – e vice-versa. Este um ponto nodal do debate. Por isso mesmo, as considerações acerca da ‘literatura de testemunho’ envolvem questões de gênero, de valor, de saberes, que, mais uma vez, tensionam os limites entre estética e ética, entre verdade e ficção, entre realidade e representação. O debate em torno do testemunho na literatura requer acerrar-se não só de estudos literários [...], mas de boas doses de Filosofia [...], Psicanálise [...], Direito [...], História [...] etc.¹

Com base neste pressuposto, compreende-se que a noção de literatura de testemunho ultrapassou as barreiras conceituais iniciais de que “a noção fundadora de testemunho vem da chamada ‘literatura do Holocausto’, emblemática pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial”¹. Resguarda-se tal concepção inicial, pois justifica a origem desta, pode-se assim dizer, categoria de literatura, mas que tal concepção se ampliou e passou pressupor e agregar outros entendimentos. Em suma, segundo Salgueiro, existem muitas modalidades de testemunho, “seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.)¹.”

Faz-se importante considerar que, ainda que discussão maior sobre literatura de testemunho ocorra num momento que se distancia do tempo do conto em questão, não descarta, muito menos impossibilita, a compreensão da narrativa em questão sob os moldes da literatura de

testemunho. Pois o foco, neste estudo, também se dá pela observação da dor, do sofrimento de uma das personagens. Dores que se traduzem na voz de um narrador que testemunha a história de vida de uma das personagens fictícia, a Aninha. A análise não consiste somente sobre ela, mas especialmente.

Sobre o autor do conto *Acauã*, Herculano Marcos Inglês de Sousa, conhecido simplesmente como Inglês de Sousa, destacou-se tanto na literatura como na política, na docência e na área jurídica. Nasceu em Óbidos, Estado do Pará, em 28 de dezembro de 1853, mas se mudara do Estado ainda na infância, e faleceu aos 65 anos no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1918.

Inglês de Sousa realizou seus primeiros estudos ainda no Pará, porém

A vida profissional e literária de Inglês de Sousa foi ela desenvolvida no Sul do país, não sendo muito difundida no Pará, onde só era conhecida nos meios culturais, mas, é interessante assinalar, quase todos os seus romances e contos giraram em torno da Amazônia, de seus costumes, de suas gentes, o que imprime um sabor todo especial à descrição envolvendo o comportamento das pessoas [...]².

O escritor marcaria não só o início do Naturalismo no Brasil, mas marcaria um espaço para a literatura de expressão amazônica no contexto nacional. No âmbito da literatura, o conjunto da obra de Inglês de Sousa não prima pela quantidade, mas pela qualidade, pois publicara somente cinco obras literárias, sendo elas quatro romances *O Cacauleta* (1876), *História de um pescador* (1876), *O Coronel Sangrado* (1877) e *O Missionário* (1891), e o escritor encerraria sua produção literária com um livro de contos intitulado *Contos Amazônicos* (1893), do qual faz parte o conto objeto desta análise.

O discurso apresentado na obra de Inglês de Sousa é aquele formado a partir do imaginário local, na cultura do entre-lugares³, em que os sujeitos estão inseridos para moldarem sua identidade, já que é preciso está inserido no espaço para se compreender o mesmo. Isso se constata na própria formação de vida do próprio escritor, que nasceu no Pará, e escreveu sobre a Amazônia, mesmo não residindo grande parte de sua vida neste lugar, mas, por meio de sua obra, vê-se um homem que aparenta nunca ter partido, pois não se desligara de suas raízes.

Em suma, o presente artigo discute inicialmente a figura e a condição feminina diante de uma cultura patriarcal, permeada por um discurso dominante, à luz dos pressupostos sobre o ser feminino, vias de regra, o de ser mulher. Num segundo momento, analisa-se, dialogicamente a partir dos pressupostos teóricos, a representação do feminino no conto *Acauã*.

1. A (In)sustentável Leveza do Ser... Feminino: uma breve discussão teórica e histórica

É por meio de uma referência conotativa à obra de Milan Kundera⁴, inspiração para o título e para a discussão deste tópico. Pois, esta análise, assim como a emblemática trama de Kundera, entranha-se pela profundidade e pela complexidade, bem como se constrói em meio a conceitos que sugerem, simultaneamente, leveza e peso. Mas enquanto Kundera propõe reflexões sobre o amor e suas vicissitudes, este tópico caminha para a discussão do que é ser feminino e do que é ser mulher. Kundera aqui é inspiração para a tecitura e reflexões (d) neste desta análise.

Ao se pensar sobre questões que envolvem o ser mulher ao longo do tempo, bem como identificar pensamentos/comportamentos que se propõem como ruptura contra a dominação

masculina, logo surge um dos nomes mais representativos, o de Simone de Beauvoir⁵. Aquela que foi/é considerada um dos maiores nomes do feminismo moderno. Autora de frases que marcariam o seu nome na história, e a faria necessariamente presente nas discussões sobre os estudos de gênero, em especial com a frase “ninguém nasce mulher, torna-se”. Os pressupostos de Beauvoir são indispensáveis a qualquer estudo sobre o tema.

Judith Butler⁶, filósofa contemporânea, é também um importante nome para os estudos sobre gênero, e uma grande referência para os estudos da teoria *queer*. No seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, que se divide em três capítulos, a escritora discorre sobre uma genealogia crítica das categorias de gênero em campos discursivos muito distintos. E, inspirada nos discursos de Beauvoir, Kristeva, Irigaray, Foucault e Witting, Butler fala o quão é melindrosa a questão de tentar definir uma identidade do ser mulher e do ser feminino, pois muito depende de questões outras, que podem interferir e/ou contribuir para essa compreensão como o contexto histórico, o político, o ideológico, entre outros. Entende-se ser uma compreensão complexa, mas possível. Por exemplo, uma definição, num determinado contexto, não necessariamente caberá em outros. Toda e qualquer compreensão se faz necessário considerar muitos fatores. Segundo Butler

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada⁶.

Já Beauvoir⁵, em seu livro *O segundo sexo: fatos e mitos*, inicia uma intensa e reflexiva indagação sobre o que é ser mulher, proporcionando as mais sugestivas e diversas compreensões e olhares. Seja do ponto de vista biológico e/ou social, os sentidos imbricam-se e se (con)fundem.

Que é uma mulher? ‘*Tota mulier in utero: é uma matriz*’, diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres, os conhecedores declaram: ‘Não são mulheres’. Embora tenham um útero como as outras. [...] Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher [...]’⁵.

Beauvoir⁵ instiga a pensar que há diferenças do que é ser mulher do ponto de vista biológico e do ponto de vista social. Diferem-se. Inclusive, além do questionamento, faz afirmações, possibilitando a compreensão de que o ser mulher e o ser feminino não são intrínsecos. Segundo a própria escritora e filósofa ligada ao pensamento existencialista, “o próprio enunciado do problema sugere uma resposta”⁵.

Para compreender melhor a proposta da discussão deste artigo, com base em Beauvoir⁵, um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que eles ocupam na humanidade, mas se for uma mulher, sim. Se, do ponto de vista da autoria, não resta dúvida de que é isso que ocorre, enquanto autor/narrador sobre uma figura/personagem feminina, como ele a descreveria? Qual é/seria a representação feminina aos moldes do olhar masculino? Embora previsível, as respostas são as mais sugestivas possíveis, e geralmente são permeadas por um olhar misógino e sexista, e é por esse viés de discussão que se envereda esta análise.

Ressalta-se que a ideia, ao longo deste artigo, não é propor respostas, mas reforçar questionamentos, propor novas reflexões, ou, talvez, se somar a outras reflexões já propostas ao longo

da história, e, assim, com a força destas indagações, fragilizar, dirimir, desconstruir e reconstruir o discurso hegemônico, com o intuito de romper com o pensamento de dominação masculina/patriarcal ainda resistente e insistentemente instituída.

Outro nome importante é o de Pierre Bordieu⁷ que, em seu livro *A Dominação Masculina*, disserta sobre a necessidade de se pensar na necessidade do processo de des-historicização.

Realmente, é claro que o eterno, na história, não pode ser senão produto de um trabalho histórico de eternização. O que significa que, escapar totalmente do essencialismo, o importante não é negar as constantes e as invariáveis, que fazem parte, incontestavelmente, da realidade histórica: é preciso reconstruir a história do trabalho histórico de des-historização, ou, se assim preferirem, a história da (re) criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde que existem homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos⁷.

O teórico que discute sobre violência simbólica não descarta o quão emblemático é esse processo

Ao trazer à luz as invariantes trans-históricas da relação entre os 'gêneros', a história se obriga a tomar como objeto o trabalho histórico de des-historicização que as produziu continuamente, isto é, o trabalho constante de diferenciação a que homens e mulheres não cessam de estar submetidos e que os leva a distinguir-se masculinizando-se ou feminilizando-se. Ela deveria empenhar-se particularmente em descrever e analisar a (re) construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos 'gêneros' e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual 'normal', isto é, distanciada da ignonímia da 'contranatureza'⁷.

Bordieu⁷ afirma que a história deveria se empenhar e se aprofundar nos estudos de gênero, sugerindo que tudo o que está ligado a ideia que se tem sobre homem e mulher, e sobre a sexualidade heteronormativa foram construídos e instituídos social e historicamente, e aceitos como padrão, como natural, como normal, e que tudo que foge disso é entendido como não aceitável. O que sugere ser necessário se fazer uma (re)construção social, histórica, de conceitos, entre outros. Mas Bordieu⁷ aponta uma pequena luz no fim do túnel, não como saída, mas como possibilidade para iluminar o caminho das discussões, afirmando que

Uma verdadeira compreensão das mudanças sobrevindas, não só na condição das mulheres, como também nas relações entre os sexos, não pode ser esperada, paradoxalmente, a não ser de uma análise das transformações dos mecanismos e das instituições encarregadas de garantir a ordem dos gêneros⁷.

Ainda segundo Bordieu⁷

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão,

sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do esforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar⁷.

E, assim, por entender ser um tema predominantemente, porém não necessariamente exclusivo, de preocupação de teóricas e ativistas femininas/feministas, Bordieu⁷ se justifica ao engendrar pelo assunto

Se me aventurei, pois, depois de muita hesitação e com a maior apreensão, por um terreno extremamente difícil e quase que inteiramente monopolizado hoje pelas mulheres, é porque eu tinha o sentimento de que a relação de exterioridade na simpatia em que eu me havia colocado poderia permitir-me produzir, com o apoio do imenso trabalho estimulado pelo movimento feminista, e também dos resultados de minha própria pesquisa a respeito das causas e dos efeitos sociais da dominação simbólica, uma análise capaz de orientar de outro modo não só a pesquisa sobre a condição feminina, ou, de maneira mais relacional, sobre as relações entre gêneros, como também a ação destinada a transformá-las⁷.

Entende-se aqui a necessidade de se estender essa preocupação. Bordieu⁷ concorda que “o movimento feminista contribuiu muito para uma considerável ampliação da área política ou do politizável, fazendo entrar na esfera do politicamente discutível ou contestável”, mas alerta, segundo sua própria compreensão, de que

[...] o movimento feminista não deve mais deixar-se encerrar apenas em formas de luta política rotuladas de feministas, como a reivindicação de paridade entre os homens e as mulheres nas instâncias políticas [...] estas lutas correm o risco de redobrar os efeitos de uma outra forma de universalismo fictício, favorecendo prioritariamente saídas das mesmas áreas do espaço social que os homens que ocupam atualmente as posições dominantes⁷.

Essa é uma questão tênue dentro do movimento feminista, discutida também por Butler.

A questão do ser mulher/ser feminino perpassa por diversas discussões que envolvem também discussões sobre identidade, o que culmina sutilmente para o campo da indissociabilidade. E a identidade é um tema de interesse das mais diversas áreas do conhecimento, o que reforça seu caráter polissêmico, difícil até mesmo defini-la ou delimitá-la. Por isso, este envereda pelas concepções de Bauman⁸ e Hall⁹, que asseguram que o conceito de identidade é demasiadamente complexo, mas imprescindível para a compreensão do ser, do sujeito, do ponto de vista de suas subjetividades e coletividades.

Bauman⁸ diz que “a atenção intensa que hoje se dá ao tema da identidade é em si mesma um fato cultural de grande importância”, e isso é que também sustenta a importância desta pesquisa no campo da literatura e do social. E como o intuito é propor reflexões e observar os processos de construção do feminino, tais considerações se fazem importante. O objetivo é oferecer uma pesquisa contínua, mostrando possibilidades plurais de reflexão.

Estamos observando, nos últimos anos, uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de “identidade”. O conceito tem sido submetido, ao mesmo tempo, a uma severa crítica. Como se pode explicar esse paradoxal fenômeno? Onde nos situamos relativamente ao conceito de “identidade”? está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada⁹.

Não há identidade una, singular, e muito menos estática. Pelo contrário, é múltipla e efêmera. E isso ajuda a entender de certo modo a complexidade que gira em torno da definição do ser feminino e/ou do ser mulher.

2. Os Diferentes Fios Representativos do Ser Feminino na Tecitura Literária Acauã

À luz da concepção da literatura de testemunho, o narrador, no conto *Acauã*, seria um tipo de testemunha *testis*, seria aquele que vê e registra os fatos¹⁰, já a personagem Aninha seria a *superstes*, que é aquela que dá, dentre outros, o testemunho da superação da morte e da resiliência da vida¹⁰. No caso de Aninha, embora um sofrimento visível, descrito pelo narrador, ela permanece em silêncio, e que o seu silêncio também fala. Faz-se necessário dizer que a ideia que se tem sobre o testemunho da *superstes* é que este leva o fatal ao nível da sobrevivência¹⁰.

Não se trata de uma história real, mas de uma narrativa tecida por fios míticos que se realizam no imaginário amazônico. O que incorre no risco de que

[...] é por conta da imaginação que muitas acusações são feitas contra o testemunho. Ou seja, antes de se criticar a literatura (com seu evidente compromisso com a imaginação), a própria narrativa testemunhal, que se quer ‘primeira’, atestação, fonte original da realidade, mesmo esta narrativa é descartada por muitos historiadores, como não sendo fonte fidedigna para o historiador¹¹.

Mas o conto, objeto deste estudo, é analisado sob uma perspectiva da verossimilhança.

Faz-se necessário considerar que, no universo amazônico, de acordo com Loureiro¹², as pessoas encontram explicações e justificativas para tudo o que acontece por meio do imaginário local, que se construiu e se constrói a partir da relação do homem com a natureza e com os outros. Algo explícito na narrativa de Inglês de Sousa, em que as ações ocorrem num espaço social motivado, explicado e vivido a partir da existência de uma mitologia, algo que não desapareceu no decorrer da história da Amazônia e, também, que acompanhou a evolução do pensamento humano, mais do que acompanhar, transformou.

A percepção/compreensão da representação do feminino no conto se dá por meio de um olhar do contemporâneo sobre as personagens, sem explorar intensivamente o regional e, ao mesmo tempo, sem desconsiderá-lo. A intenção foi observar o processo de construção identitária das personagens femininas na narrativa inglesiana, obra do final do século XIX, trazendo a discussão para tempos recentes em que muitas (des)(re) construções estão ocorrendo e num contexto em que lutas por equidade tem se intensificado.

2.1 O Feminino em Acauã: um olhar sobre as personagens para além das fronteiras literárias de expressão amazônica

Hegemonicamente, ao longo da história a mulher foi/é considerada como um ser inferior ao homem, por diferentes fatores de caráter social, político, ideológico entre outros. Em termos gerais, a mulher foi/é subjugada, silenciada, excluída, estereotipada. Atualmente, observa-se que em diversos campos, a mulher tem conseguido se firmar, adentrando espaços que durante muito tempo lhe foram negados.

Na literatura, por exemplo, é notório que muitas obras de autoria feminina vêm ganhando mais e novos espaços e conceitos, e as que foram excluídas no passado passaram a ganhar (maior) visibilidade e reconhecimento, mesmo que tardiamente. E o quanto é importante que mais mulheres conquistem esses espaços.

O presente estudo busca reforçar aqui a força e a importância da representação da mulher na literatura, principalmente a brasileira, muito embora a análise da figura feminina não seja como autora, como a que produz, mas enquanto personagem(s), e sobre o que se produziu sobre ela, a mulher na literatura sob a ótica masculina, proporcionando uma discussão a partir de um determinado contexto literário, com atravessamentos das experiências, da(s) voz(es), do(s) olhar(es) e da vida de quem tece este artigo.

Acauã, do livro *Contos Amazônicos*¹³, é uma narrativa que se constitui no entrelace de dois campos distintos, o do real e o do imaginário cotidiano da vida amazônica, ou seja, trata-se da vida de ribeirinhos amazônidas movida/permeada por lendas e mitos que movem o seu cotidiano, suas crenças, seus valores e, também, suas relações sociais. O contexto é amazônico. É a Amazônia que não é singular, mas pluri, e merece um foco maior e mais significativo nas/das mais diferentes áreas de estudos. Até porque há outras formas de percebê-la, vê-la, defini-la, e, por isso, a lógica de entender não só uma Amazônia, mas várias. Segundo Loureiro¹²

A margem do rio, entre o rio e a floresta, é o lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia transfigurados em enigmas do mundo. Oferece interrogações sobre origens e destinos. É quando o rio deságua no imaginário. Onde se pode ler a multiplicidade dos ritmos da vida e do tempo, observar as indecisões da fronteira entre o real e o imaginário, o espontâneo maravilhamento diante dos acasos. O sentido privilegiado da contemplação conduz ao jogo estético, pela quimera de olhar as coisas ante o mistério que delas emana e pelo que nelas se exprime, nesse vago e gratuito prazer da imaginação que não busca um porto, embora numa viagem de vagos destinos. Uma viagem que não precisa levar a nenhuma parte. A margem do rio não existe lógica para ser coerente. Nela estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os manguezais simbólicos de nossa cultura, as raízes submersas da alma cabocla¹².

Mas fugindo deste desafio de desbravar a enigmática Amazônia, descrita por Loureiro, este estudo segue por outra margem. O foco é dado às personagens, um olhar dado à narrativa como o de quem busca informações outras, sentidos outros, sem mexer nos detalhes da obra, mas de quem observa à paisana, metaforicamente sentado(a) à margem de um rio, o movimento, as vozes, as descrições, as características presentes e insinuadas, e, porque não, insinuantes.

Em relação ao conto *Acauã*, a trama gira em torno de um homem viúvo, Jerônimo, que mora com sua filha legítima, Aninha, e que encontra um bebê, Vitória, num certo dia e num contexto enigmático, e a adota como filha. A história se desenrola num contexto típico do imaginário amazônico, numa comunidade ribeirinha, permeada por mistérios surpreendentes. Mas a análise se ancora, principalmente, nas entrelinhas dos comportamentos e das atitudes das personagens Aninha e Vitória e na relação com o pai, Jerônimo. Havia entre Aninha e Vitória uma relação enigmática/misteriosa que causava estranhamento entre todos e que possibilita/sugere as mais diferentes impressões e entendimentos. Conforme pode ser notado na fala do narrador:

As duas companheiras afetavam a maior intimidade e ternura recíproca, mas o observador atento notaria que Aninha evitava a companhia da outra ao passo que esta a não deixava. A filha do Jerônimo era meiga para com a companheira, mas havia nessa meiguice um certo acanhamento, uma espécie de sofrimento, uma repulsão, alguma coisa como um terror vago, quando a outra cravava-lhe nos olhos dúbios e amortecidos os seus grandes olhos negros¹³.

As personagens que foram criadas como irmãs, ao longo da narrativa, pela voz do narrador, aparentam ter uma relação algumas vezes conflituosa, e outras vezes amistosa. Em algumas situações, se observam características de subalternidade de Aninha em relação à Vitória. O que sugere um comportamento misógino desta última. As palavras ‘companheira’, ‘intimidade’ e ‘ternura recíproca’ sugerem uma possibilidade de relação amorosa entre elas, inclusive de relacionamento abusivo, se se considerar as expressões ‘que esta a não deixava’, ‘terror vago’, ‘sofrimento’, ‘repulsão’ e ‘quando a outra cravava-lhe nos olhos dúbios e amortecidos os seus grandes olhos negros’.

Considerando o contexto histórico da obra, é possível compreender que a possibilidade de tal relação pudesse suscitar polêmica à época, pois seria mais aceitável entender a relação somente pelo sentido mítico, explicável e justificável pela lenda do pássaro *Acauã*, do que uma relação homoafetiva. Algo semelhante a uma situação de gravidez indesejada, cuja responsabilidade é atribuída ao boto, outro símbolo mítico, e tal aceitação seja vista como natural pelo imaginário amazônico. Mas, no caso da homossexualidade, esta seria de alguma forma menos aceitável que a gravidez de uma amante e/ou na adolescência, por exemplo, considerando o pensamento conservador da época que traz em suas raízes comportamentos e atitudes homofóbicas, considerando que a homossexualidade era vista, até a década de 90, como doença. Muito embora trazer esta discussão para os dias atuais, se faz necessário dizer que é, ainda, lidar com fortes preconceitos. Neste sentido, Bordieu⁷ alerta para se pensar a (re)construção do pensamento, do ponto de vista social e histórico, em torno da questão de gênero e de suas práticas/orientações sexuais. De acordo com Borrillo¹⁴, “a homofobia é inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades”. Pois, “à origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher, esta se encontra na naturalização da diferença entre dois sexos”¹⁴, ou seja, a dita ordem natural dos sexos é o que determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar a do masculino, inclusive pela lógica da subordinação, tanto psicológica, quanto cultural. E ainda segundo Borrillo¹⁴, “[...] a dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível”, até porque tal violência é apresentada pelo dominador e na-

tural, inevitável e necessariamente aceita pelo dominado. Em relação ao sexismo, este caracteriza-se, precisamente, por uma constante objetificação da mulher, bem como acrescenta P. Bordieu¹⁴:

[As mulheres] existem, em primeiro lugar, pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos acolhedores, atraentes e disponíveis. Espera-se que elas sejam “femininas”, ou seja, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, reservadas e, até mesmo, invisíveis. E a pretensa “feminilidade” não passa, na maior parte das vezes, de uma forma de complacência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, particularmente em matéria de ampliação do ego. Por conseguinte, a relação de dependência para com os outros (e não só dos homens) tende a tornar-se constitutivo de seu ser¹⁴.

E é no extremo dessa condição em que se encontra a personagem Aninha. A condição subalternizada, na qual Aninha está inserida, é percebida pelo comportamento de medo e de subserviência em relação à Vitória e, também, em algumas situações em relação ao pai, que queria impor à filha casamento não desejado, e isso, é claro, em algumas falas do narrador, como quando diz que “nas relações de todos os dias, a voz da filha da casa era mal segura e trêmula; a de Vitória, áspera e dura. Aninha, ao pé de Vitória, parecia uma escrava junto da senhora”¹³.

Em seu livro *Pode o subalterno falar?*, Spivak¹⁵ tem como uma de suas preocupações centrais a de desafiar os discursos hegemônicos e também as crenças dos (seus) próprios leitores e produtores de saber e conhecimento. E, ao concluir a sua interrogativa inicial, a teórica se refere ao fato de a fala do subalterno ser sempre intermediada pela voz do outro. Como ocorre na narrativa *Acauã*, pois Vitória era a ‘dona’ das vontades de Aninha. Decidia por ela.

A obra de Spivak¹⁵ é uma referência não apenas para os estudos pós-coloniais, mas também para os estudos culturais e para a crítica feminista, principalmente ao indagar as formas de repressão dos sujeitos subalternos, interrogando, até mesmo, a própria cumplicidade dos intelectuais contemporâneos nessa questão. É comum para a escritora encontrar cumplicidade de condições subalternas de personagens femininas em diferentes narrativas literárias. Spivak¹⁵ confirma que ‘a questão da mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto e que se faz necessário “acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas”. Ainda nos seus escritos, Spivak¹⁵ discorre no seu último tópico sob a égide da crítica feminista, propondo questionamentos de cunho reflexivo, inclusive, em torno do discurso dos suicídios sancionados e a natureza dos rituais para os mortos. Seus estudos giram em torno desses e de outros diversos questionamentos e deixa claro que não traz respostas objetivas, mas propõe discussões outras. Segundo as palavras da própria autora

Evidentemente, meu tratado não é exaustivo. Minhas leituras são, mais propriamente, um exame interessado e imperito, de uma mulher pós-colonial, sobre a fabricação da repressão – uma contranarrativa construída da consciência da mulher e, portanto, do ser da mulher, da mulher com um ser bom, do desejo da mulher boa e, assim, do desejo da mulher. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, testemunhamos o lugar móvel da mulher como um signifiante na inscrição do indivíduo social¹⁵.

Embora sob uma égide diferente à discutida e exemplificada nos escritos de Spivak¹⁵, no conto *Acauã*, a personagem Aninha no dia do seu casamento passa por uma espécie de ritual de transformação. Não fora uma escolha de Aninha, mas a passagem sugere sacrifício. E, assim, ao ver Vitória

Aninha soltou um grito de agonia e caiu com estrondo sobre os degraus do altar. [...] A pobre noiva, toda vestida de branco, deitada sobre os degraus do altar-mor, estava hirta e pálida. Dois grandes fios de lágrimas, como contas de um colar desfeito, corriam-lhe pela face. [...] Então convulsões terríveis se apoderaram do corpo de Aninha. Retorcia-se como se fora de borracha. O seio agitava-se dolorosamente. Os dentes rangiam em fúria. Arrancava com as mãos o lindo cabelo. Os pés batiam no soalho. Os olhos reviravam-se nas órbitas, escondendo a pupila. Toda ela se maltratava, rolando como uma frenética, uivando dolorosamente. De repente, a moça pareceu sossegar um pouco, mas não foi senão o princípio de uma nova crise. Inteiriçou-se. Ficou imóvel. Encolheu depois os braços, dobrou-os a modo de asas de pássaro, bateu-o por vezes nas ilhargas, e, entreabrindo a boca, deixou sair um longo grito que nada tinha de humano, um grito que ecoou lugubrememente pela igreja:

– Acauã!¹³.

Embora seja uma referência à lenda do Acauã, uma cuidadosa (re)leitura pode (re)abrir outras discussões, além das que aqui se fazem. Foi possível, inclusive, perceber, de certa forma, nas duas personagens, exemplos de duas representações distintas do ser mulher. Se por um lado, Aninha representa a imagem frágil, vulnerável, suscetível, submissa, entre outros estereótipos já instituídos historicamente à imagem da mulher, por outro lado, Vitória é a representação da própria luta feminista, a força, o vigor, a independência, e, embora a personagem pareça representar uma mudança do comportamento e do pensamento feminino e reforçar a ideia de ressignificação nas relações de gênero, percebe-se que o preconceito e os estereótipos também se ressignificaram, ou seja, ao mesmo tempo que Vitória representa um ser feminino sob o viés da luta feminista, a sua postura em relação à Aninha pode ser comparada a comportamentos atribuídos, geralmente, aos homens, o que faz dela, segundo o que está implícito na fala do narrador, uma aberração, conforme podem ser observadas no trecho a seguir

Vitória era alta e magra, de compleição forte, com músculos de aço. A tez era morena, quase escura, as sobrancelhas negras e arqueadas; o queixo fino e pontudo, as narinas dilatadas, os olhos negros, rasgados, de um brilho estranho. Apesar da incontestável formosura, tinha alguma coisa de masculino nas feições e nos modos. A boca, ornada de magníficos dentes, tinha um sorriso de gelo. Fitava com arrogância os homens até obrigá-los a baixar os olhos¹³.

A passagem descrita acima também propõe/sugere uma ideia de demonização da mulher. Aquela que foge dos princípios da mulher submissa, instituída pelo patriarcado, e que é considerada a própria representação da bruxa dos tempos da idade média, que era contrária à igreja. Inclusive, as características atribuídas à Vitória fazem uma sugestiva comparação à figura mítica da Medusa.

Em suma, embora o ser feminino e o ser mulher se mantenham sob uma linha tênue de diferença, é aqui usado de certo modo como sinônimo no caso de Aninha, e opostos em relação à Vitória. Aninha representa a imagem do ideal do que se espera sobre a mulher numa visão e discurso instituídos social e historicamente pela dominação masculina, conforme discutido em Spivak¹⁵ e Bordieu⁷, mas, em contrapartida, Vitória traz uma representação do que contraria o pensamento/discurso misógino e, a partir dele, é vista como uma aberração, um monstro, metaforicamente sugerido na narrativa, inclusive tais atribuições podem ser feitas à crítica e à luta feminista, se se seguir a lógica do pensamento misógino, bem como se se considerar Vitória como uma personagem lésbica.

Percebe-se que, mesmo percorrendo contra a correnteza dos estereótipos arraigados, não se pode negar a importância que os estudos sobre gênero e do movimento feminista têm alcançado. Quando outrora se estagnava no campo do silêncio e da invisibilidade, hoje se fazem ouvir e, cada vez mais, se fazem presente. Muitas são as contribuições teóricas sobre o assunto, bem como o ativismo de muitos movimentos sociais e políticos.

Dessa forma, a presente análise se coloca como contribuição para os demais debates e estudos sobre gênero e literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fora dito, explícita e/ou implicitamente ao longo deste trabalho, a intenção não foi apresentar respostas exatas ou verdades absolutas sobre ser feminino e/ou ser mulher, mas suscitar novos questionamentos, outras reflexões.

Butler e Beauvoir revelam a complexidade que gira em torno da definição do gênero feminino, que não necessariamente possa ser ou ter o mesmo sentido que ser mulher, embora, em alguns contextos, um pareça não anular o outro, entende-se que, em outros, precisam ser revistas, analisadas e que podem ter sentidos opostos. Aqui, fora usado enquanto sinônimos, como no caso de Aninha, mas com sentido oposto como no caso de Vitória. Mas é bom lembrar de que não se trata de uma regra.

Há uma série de discussões feitas sobre a questão do feminino subversivo e à crítica feminista em torno da tentativa de compreender melhor as questões de gêneros, em especial o feminino.

Análises de narrativas literárias, como esta, não possibilitam respostas de caráter definitivo, elas possibilitam algo muito maior, muito mais amplo. E quanto aos teóricos que embasam este artigo, direta ou indiretamente, alertam de que é preciso entender o que acontece(u) para que a caminhada/luta continue e se ressignifique no presente.

As lutas feministas, segundo o próprio Bordieu, trouxeram essas questões para o campo do politicamente discutível, e isso por si só representa um significativo avanço. Acrescenta-se ainda que muitas vezes passaram a ser ouvidas, mas reconhece-se que há muito a se fazer. Mas que, de certa forma, olhar e discutir o processo de mudanças que tem ocorrido tem proporcionado aos dias de hoje muitos outros questionamentos importantes e necessários; trazem novas experiências e reflexões, o que mostra que questionar move e sugere continuidade, enquanto que respostas indicam o fim, o que não fora a intenção deste.

REFERÊNCIAS

- ¹ SALGUEIRO, Wilbert. *O que é literatura de testemunho* (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). Matraga, Rio de Janeiro, v. 19, n.31, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610>. Acesso: 01 jul 2019. p. 291, 284.
- ² MEIRA, Clóvis. *Relembrações de Inglês de Sousa*. Artigo do jornal *O Liberal*. Belém, domingo, 23 de setembro de 1990.
- ³ BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- ⁴ KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- ⁵ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo I: fatos e mitos*. 1970. p. 7, 9.
- ⁶ BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17-18.
- ⁷ BORDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 100-107, 138-139.
- ⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 44.
- ⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006. p. 103.
- ¹⁰ BRITO JUNIOR, Antonio Barros de. *A literatura e o local da diferença: entre testemunho e arquivo*. Revista Landa, UFRGS, v. 2, n. 1, 2013. p. 61-63.
- ¹¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psic. Clínica, Rio de Janeiro. v. 20, n. 1, p. 9, 65-82, 2008.
- ¹² LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 2002. p. 160-165,
- ¹³ SOUSA, Inglês de. *Contos Amazônicos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ¹⁴ BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 30.
- ¹⁵ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 80-98.



Não Somos Iracema! Vozes de Mulheres Indígenas: dos estereótipos à resistência*¡No Somos Iracema! Voces de Mujeres Indígenas: de los estereotipos a la resistencia**We are Not Iracema! Voices of Indigenous Women: from stereotypes to resistance***Jairo da Silva e Silva**

Resumo: Este trabalho se constitui como parte dos resultados parciais do projeto de pesquisa “Discurso e Redes de Memória Indígena na Região do Baixo Tocantins”, desenvolvido no Instituto Federal do Pará (IFPA/Campus Abaetetuba), cujo principal objetivo é investigar as redes de memórias discursivas que significam a identidade indígena, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise do discurso francesa. As materialidades analisadas formam um arquivo disponível para elaboração de oficinas pedagógicas sobre variadas temáticas indígenas. Assim, durante esse percurso, enveredou-se pelas questões das vozes de mulheres indígenas, em específico, quando comparadas à representação da mulher na obra *Iracema* (ALENCAR, 1965). Desta forma, pretende-se apresentar a proposta didática “Não somos Iracema!” como possibilidade didática de expressão da voz feminina indígena a partir da literatura em interface com outras áreas.

Palavras-chave: Proposta didática. Mulheres indígenas. Literatura indígena. Discurso.

Resumen: Este trabajo es parte de los resultados parciales del proyecto de investigación “Discurso y Redes de Memoria Indígena en la Región Baixo Tocantins”, desarrollado en el Instituto Federal de Pará (IFPA/Campus Abaetetuba), cuyo principal objetivo es investigar redes de memorias discursivas que significan la identidad indígena, bajo la perspectiva teórico-metodológica del Análisis del Discurso Francés. Las materialidades analizadas conforman un archivo disponible para la elaboración de talleres pedagógicos sobre diversos temas indígenas. Así, durante este recorrido retomó el tema de las voces de las mujeres indígenas, en particular, al compararlo con la representación de la mujer en la obra *Iracema* (ALENCAR, 1965). De esta forma, pretendemos presentar la propuesta didáctica “¡No somos Iracema!” como posibilidad didáctica de expresar la voz femenina indígena desde la literatura en interfaz con otras áreas.

Palabras clave: Propuesta didáctica. Mujeres indígenas. Literatura indígena. Discurso.

Abstract: This work is part of the partial results of the research project “Discourse and Indigenous Memory Networks in the Baixo Tocantins Region”, developed at the Federal Institute of Pará (IFPA/Campus Abaetetuba), whose main objective is to investigate networks of discursive memories that signify indigenous identity, under the theoretical-methodological perspective of the French Discourse Analysis. The analyzed materialities form an archive available for the elaboration of pedagogical workshops on various indigenous themes. Thus, during this journey he took up the issues of the voices of indigenous women, in particular, when compared to the representation of women in the work *Iracema* (ALENCAR, 1965). In this way, we intend to present the didactic proposal “We are not Iracema!” as a didactic possibility of expressing the indigenous female voice from the literature in interface with other areas.

Keywords: Didactic proposal. Indigenous women. Indigenous literature. Discourse.

INTRODUÇÃO

Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes (FOUCAULT, 2012, p. 258).

Este texto trata dos desdobramentos de um projeto de pesquisa executado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA/Campus Abaetetuba). Tendo em vista o trabalho pedagógico desenvolvido como docente na área de linguagens em cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio, neste artigo descrevemos os resultados parciais do citado projeto, cujo principal objetivo é investigar as redes de memórias discursivas que significam a identidade indígena, sob os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do discurso de vertente francesa.

As materialidades analisadas formam um arquivo disponível para elaboração de oficinas pedagógicas sobre variadas temáticas indígenas. Durante esse percurso, enveredou-se pelas questões das vozes de mulheres indígenas, em específico, quando comparadas à representação da mulher na obra *Iracema* (ALENCAR, 1965). Desta forma, pretende-se apresentar a proposta didática “Não somos Iracema!” como possibilidade didática de expressão da voz feminina indígena, a partir da literatura em interface com outras áreas.

Quanto à organização, além desta parte introdutória, este texto é composto por outros três momentos: primeiramente, considerações sobre a opção teórico-metodológica, a análise do discurso de escola francesa, de acordo com estudos propostos por Foucault (2008) e Pêcheux (1990, 1997), além de contribuições dos estudos desenvolvidos por Gregolin (2001, 2003, 2006 e 2007). Em seguida, considerações sobre significados do discurso “ser indígena, ontem e hoje”. Na seção seguinte, apresentamos a proposta didática a partir das materialidades coletadas durante a execução do projeto. E, nas considerações finais, apresentamos as principais constatações, ponderações e perspectivas.

1. Análise do Discurso de Vertente Francesa: considerações indispensáveis

Conforme já exposto, o presente artigo fundamenta-se nas perspectivas teórico-metodológicas da Análise do Discurso de escola francesa (abreviadamente, AD), assim, faz-se necessário situar o leitor quanto a este campo de conhecimento.

Na década de 1960, o Estruturalismo estava em tamanha evidência e a Linguística era considerada a “ciência piloto”, servindo de base para outros ramos das ciências humanas. Até então, os estudos sobre a língua eram fechados em si mesmos, o sistema linguístico era estudado independentemente de influências externas, pois não eram consideradas partes da estrutura. Inspirado em Saussure, descrevia-se apenas os sistemas linguísticos, estudando a língua por ela mesma e ignorando o falante que fazia o uso desta língua e suas condições de produção (GREGOLIN, 2006b, p. 25-28).

Nos anos finais da década de 1960, o Estruturalismo passou a ser questionado, pois a Semântica, que empreendia os estudos para fora da frase, já apontava dificuldades de estudá-las dentro dos limites estruturais. Em 1969, Pêcheux publica *Análise Automática do Discurso*, texto que inaugura uma abordagem transdisciplinar, convocando uma teoria linguística, histórica e sobre o

sujeito, onde questiona a “ciência piloto” por meio da crítica ao “corte saussuriano” que operou a separação entre *langue* e *parole* e levou à eleição da primeira como objeto de estudos da Linguística. Portanto, a AD fundada por Pêcheux foi pensada “como uma ‘negação’ e uma ‘superação’ do gesto separador de Saussure” (GREGOLIN, 2003, p. 23).

Pêcheux não propôs uma nova linguística, mas uma maneira de compreender a linguagem não mais fixada na língua, descontextualizada do social. Os nomes fundamentais para sua base e influência são: Althusser, com a releitura das teses marxistas; Foucault, com a noção de formação discursiva, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso, memória discursiva, práticas discursivas); Lacan e sua leitura das teses de Freud sobre o inconsciente, com a formulação de que ele é estruturado por uma linguagem; Bakhtin e o fundamento dialógico da linguagem, que leva a AD a tratar da heterogeneidade constitutiva do discurso (GREGOLIN, 2003, p. 25).

Ao recorrer a estas regiões de conhecimento científico, a AD apresenta a linguagem como não transparente, pois a relação língua-discurso-ideologia garante sua materialidade, por isso é necessário pensar a questão da produção de sentidos e seus efeitos, o que implica afirmar que estes são históricos e sociais (teoria marxista), realizados por sujeitos (teoria freudiana) e realizáveis através da materialidade da linguagem (teoria saussuriana).

Compreendemos a AD, portanto, como um campo de estudo que oferece “ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história” (GREGOLIN, 2007, p. 13). Optamos trilhar por este percurso, por entender que nos permite a compreensão da produção de sentido (e seus efeitos) dos discursos que permeiam nosso cotidiano sobre o que significa ser indígena, e, principalmente, aprender como determinados discursos acontecem historicamente e produzem efeitos na sociedade.

A fim de atender aos objetivos propostos neste capítulo, como fundamentos do nosso gesto de análise, operamos as noções de interdiscurso e formação discursiva segundo Foucault (2008), Pêcheux (1990, 1997), além de contribuições dos estudos desenvolvidos por Gregolin (2001, 2003, 2006 e 2007).

1.2 Interdiscurso

Para a compreensão do funcionamento do discurso, da sua relação com o sujeito e com a ideologia, entendemos ser fundamental o conceito de interdiscurso. É por meio dele que se estabelece uma relação do discurso com outros múltiplos discursos, pois, ainda que inconsciente, ou esquecido, o sujeito utiliza “já-ditos”, os quais recebem novos significados e vão possibilitar o dizer. Ao discutir a relação entre o discurso e o “já-dito”, Pêcheux (1990) postula que os processos discursivos se constituem a partir de algo dito anteriormente, em outro lugar, proveniente de outros enunciadoreis.

O interdiscurso “designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (GREGOLIN, 2001, p. 18), ou seja, disponibiliza dizeres que afetam a produção de sentido e seus efeitos em determinada situação discursiva. “O objeto da teoria do discurso deve ser essa interdiscursividade, as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico” (GREGOLIN, 2006b, p. 32). Segundo Possenti (2005, p. 365), o conceito de interdiscurso está fundamentalmente relacionado ao conceito de memória discursiva:

A memória será evidentemente, discursiva. Talvez a melhor apresentação desta noção esteja em Courtine (1981). A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas. Assim, no domínio do discurso político, a memória discursiva remete a questões como: “do que lembramos, e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e do que não convém, a partir de uma posição numa conjuntura dada na redação de um panfleto, de uma moção, de uma tomada de posição?” (Courtine 1981: 53). Ou seja, remete ao modo como o trabalho de uma memória coletiva permite a retomada, a repetição, a refutação e também o esquecimento desses elementos de saber que são enunciados.

A noção de memória discursiva cunhada por Courtine (1981) foi formulada a partir da leitura de Foucault em sua *Arqueologia do Saber* (1969/2008), onde é dito que os enunciados possivelmente possuem um “domínio associado”. Courtine (1981) analisa que esse domínio associado consiste em uma “rede de formulações”, nas quais o enunciado se insere e se constitui. Para Foucault, qualquer formulação tem, em seu domínio associado, outras formulações, que são repetidas, refutadas, transformadas ou denegadas. “Enquanto uma enunciação pode ser recomeçada ou reevocada, enquanto uma forma linguística (ou lógica) pode ser reatualizada, o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas” (2008, p. 118), ou seja, para esse filósofo, nessa rede de reformulações, “não há enunciado que de uma forma ou de outra não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 111).

O dizer não significa apenas pelo que se tem a dizer, mas pelo conjunto de enunciações que o fizeram significar, pela memória de que está impregnado, mesmo que ausente ou esquecida. O que se diz, em dado momento histórico, já foi dito. Não somos os donos de nossos dizeres, pois significam pela história e para a língua e podem ser apreendidos por outras vozes. É a partir da memória discursiva que surge a possibilidade de toda formação discursiva fazer circular as “redes de formulações” outrora enunciadas.

1.3 Formação Discursiva

Segundo Gregolin (2006b), o conceito de formação discursiva (abreviadamente, FD) é um lugar teórico que torna visível a relação entre Pêcheux e Foucault na construção da teoria e análise do discurso. É central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD, por que sinaliza a constante refacção a que a teoria do discurso foi submetida na obra pêcheana, já que, por meio das reconfigurações desse conceito, ele trabalha a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso.

Formulado por Foucault (2008), como um dispositivo metodológico para a análise arqueológica dos discursos, não deve ser entendida como a “visão de mundo” de um determinado grupo social, mas como um domínio inconsistente, aberto e instável, dado a partir da dispersão, na heterogeneidade dos lugares que enunciados pelo sujeito, ressaltando-se a sua posição enquanto enunciator¹.

¹ No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Uma formação discursiva reúne objetos, modalidades enunciativas, conceitos e escolhas temáticas, estabelecendo o que pode e o que não pode ser dito/enunciado em determinadas práticas discursivas, “as modalidades de enunciação mostram a dispersão do sujeito, isto é, os diversos estatutos, lugares, posições que ele pode ocupar. Se alguém enunciou algo, só pôde fazê-lo mediante condições estritas que aparecem no regime regulador dos enunciados de uma época” (GREGOLIN, 2007, p. 08).

As palavras podem mudar de sentido ao passar de uma FD para outra. Concebidas como enunciado, são construções históricas atravessadas, “produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2006a, p. 42). Entender o conceito de FD em Foucault nos esclarece o que esse filósofo entende por discurso:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade (FOUCAULT, 2008, p. 135-136).

Para Foucault, a noção de discurso implica a ideia de prática. Essa é a intenção de sua arqueologia: estudar as práticas discursivas, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 136).

São essas condições do exercício da função enunciativa; são as regras de formação do discurso e as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e silenciamento de outros; são as relações históricas; são os lugares de onde se falam e as posições assumidas ao dizer. Essas são as questões apontadas por Foucault em sua arqueologia, pois, entre o enunciado e o que ele enuncia, não há tão somente uma relação gramatical ou semântica, mas uma relação que envolve sujeitos determinados historicamente e que também envolve a própria materialidade do enunciado (FOUCAULT, 2008, p. 55-56).

Convém ressaltar que, ao se descrever os discursos, na perspectiva foucaultiana, tem-se que levar em consideração as relações entre o sujeito que enuncia e o discurso, pois o que permite uma frase ser um enunciado é o fato de se poder assinalar-lhe uma posição de sujeito. Portanto, entender uma formulação linguística como um enunciado exige-nos em “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2008, p. 109).

Desta forma, ao compreender a noção de discurso segundo a proposta foucaultiana, apreendendo-o como prática social, determinada historicamente, é que pontuamos o discurso nacionalista como prática discursiva e processo histórico, motivando a análise de determinados enunciados preconceituosos, apreendendo, com efeito, as posições assumidas pelos sujeitos e as materialidades históricas que compõem essa prática, e, como determinados discursos acontecem historicamente e produzem sentidos na sociedade.

2. Considerações sobre Ser Indígena Ontem e Hoje

Na tentativa da compreensão do que significa ser indígena na atualidade, recorreremos aos Estudos Culturais², em especial, relevantes reflexões propostas por Stuart Hall (2013). Para este autor, os processos históricos e culturais são reconfigurados, impulsionados principalmente pelas grandes transformações, como o colonialismo e a globalização, por exemplo: “as identidades formadas no interior da matriz dos significados coloniais foram construídas de tal forma a barrar e rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossa sociedade ou de suas ‘rotas’ culturais” (HALL, 2013, p. 41).

Em se tratando das diversas sociedades indígenas, as dinâmicas que compreendem o colonialismo e, posteriormente, a globalização, procuram descaracterizar as suas respectivas autenticidades, promovendo, então práticas de dominação, de escravização, bem como de alienação intelectual, impostas por formações discursivas de práticas eurocêntricas, que submetem estes povos a violentas estratégias histórico-socioculturais de apagamento, de marginalização e, principalmente, de silenciamento; com efeito, é nessa perspectiva que o discurso nacionalista opera e constitui significados:

O discurso nacionalista, tem funcionado para a configuração de imagens, disfarces, relatos e processos que, ao mesmo tempo em que ocultam uma identidade, constroem outra. Máscaras ou maquiagens discursivas, posições de enunciação a serem ocupadas por um conjunto de indivíduos, ou por um sujeito que desse modo, propõe-se a ser o possuidor de um patrimônio, de uma história. Máscara ou maquiagem que esquece e encobre outros rostos, outras histórias, outras memórias, outras múltiplas memórias (ACHUGAR, 2006, p. 161).

De acordo com Bhabha (1998), o discurso nacionalista identifica e ressignifica os povos indígenas sob os critérios do ser exótico. Tendo como recorte a literatura brasileira, encontramos no Romantismo, por exemplo, o indígena caracterizado pelo instinto de nacionalidade, onde a imagem indígena:

Estava sempre sob a mira do olhar determinante do colonizador. Não possuía a validade da natureza pura, pois sua valentia fora herdada da influência medieval, que o colonizador inseriu no contexto e o escritor tomou para si como baliza. [...] Não foi impresso, no entanto, como figura humanizada, a exemplo das demais com as quais dividiu enredo. Foi, antes de tudo, um emblema, cerzido com as cores locais e que escondia, sob seus pontos em relevo, o constante matiz de nativo selvagem a quem o não índio deveria civilizar, impondo sua cultura (SANTOS, 2009, p. 21).

Ao conceber o indígena como um ser exótico, como o diferente, a prática discursiva romântica, amparada pela lógica eurocêntrica, silencia a expressividade e autenticidade destes povos, construindo, portanto, uma imagem distorcida. Para Kothe (2000, p. 80), “o indianismo é uma fantasia compensatória”, pois a imagem representada destes povos baseia-se apenas pela sua exterioridade,

²“Os Estudos Culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade” (HALL, *et al.* 1980, p. 7). Em síntese, os princípios que se constituem em pilares do projeto dos Estudos Culturais são: “a identificação explícita das culturas vividas como um projeto distinto de estudo, o reconhecimento da autonomia e complexidade das formas simbólicas em si mesmas; a crença de que as classes populares possuíam suas próprias formas culturais, dignas de nome, recusando todas as denúncias, por parte da chamada alta cultura, do barbarismo das camadas sociais mais baixas; e a insistência em que o estudo da cultura não poderia ser confinado a uma disciplina única, mas era necessariamente inter, ou mesmo anti, disciplinar” (SCHWARZ, 1994, p. 380).

onde silencia-se as marcas de interioridade destes sujeitos. Kothe (2000, p. 80) nos esclarece como funciona a tônica da lógica romântica:

Se é preciso apresentar como antepassado uma índia linda e maravilhosa ou índio corajoso e cavalheiresco, está-se mais no reino da fantasia, de querer que eles tivessem sido assim (e não os derrotados da história). [...] O índio é reduzido a um valente guerreiro, mas, quanto mais machão, mais ele é um índice da fraqueza e do infantilismo de quem o sonha (KOTHE, 2000, p. 80).

No entanto, há algumas décadas, em contraposição às práticas dominantes, vários indígenas brasileiros adotaram estratégias de (re)construção das identidades indígenas na contemporaneidade; entre essas estratégias, o uso do discurso literário como instrumento de luta, conscientização (e ressignificação da identidade) das mais variadas etnias indígenas contra as insígnias identitárias impostas pelo colonizador.

Munduruku (2014) assinala que, a partir da década de 1990, as produções literárias de escritores e escritoras indígenas começaram a conquistar um lugar mais acentuado no circuito literário do país. Para este intelectual indígena, atualmente, a intensa produção literária indígena busca se firmar no cenário nacional³:

[...] beira uma centena de títulos. São aproximadamente quarenta autores e autoras que lançam livros com alguma regularidade. Há centenas de “escritores indígenas anônimos” que mantêm *blog*, *sites*, perfis nas redes sociais. Há entidades indígenas preocupadas em utilizar a escrita como uma arma capaz de reverter situações de conflito, denunciar abusos internos e externos, mostrando que a literatura – seja ela entendida como se achar melhor – é, verdadeiramente, um novo instrumental utilizado pela cultura para atualizar a Memória ancestral (MUNDURUKU, 2014, p. 181).

Portanto, no contexto da literatura brasileira contemporânea, a escrita indígena está em constante movimentação, buscando superar a fratura colonial, e se insere como uma escrita que delinea a sua maneira peculiar quanto à forma de representação da realidade e de sua expressão artística, sem renunciar, contudo, às marcas da ancestralidade e, principalmente, de enunciar as barbáries impostas pela colonização.

Assim, a seção seguinte tem a intenção de analisar como ocorre essa articulação de ressignificação das identidades indígenas não apenas na literatura brasileira contemporânea, mas em outras formas artísticas e culturais. Para tanto, apresentamos como resultado parcial do projeto de pesquisa “Discurso e Redes de Memória Indígena na Região do Baixo Tocantins”, desenvolvido no Instituto Federal do Pará (IFPA/Campus Abaetetuba), a proposta de oficina pedagógica “Não somos Iracema!”⁴, como possibilidade didática de expressão da voz feminina indígena, a partir da literatura em interface com outras áreas.

³ Importa citar que, na Flip (Festa Literária Internacional de Paraty) deste ano [2019], entre os cinco livros mais vendidos na livreria oficial da organização da Feira, quatro livros são de autores negros, sendo o quinto, um autor indígena [Ailton Krenak]. Fonte: <https://bit.ly/3oy0ttY>. Aces. 30 ago. 2019.

⁴ Destinada a momentos de formação continuada de professores da rede pública, a eventos que tematizem sobre a questão, especialmente à comunidade do próprio Instituto Federal do Pará. Oportunamente, agradecemos aos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio, Meio Ambiente e Mecânica, que têm atuado incansavelmente com a realização deste projeto.

3. Não Somos Iracema! Vozes de Mulheres Indígenas: dos estereótipos à resistência

A literatura, assim como toda forma de arte é a grande esperança contra a barbárie. A arte, que deve sempre causar algum tipo de desconforto, serve para que não nos esqueçamos nunca de que somos humanos (AQUINO *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 19).

Com o tempo de duração mínima de duas horas, a oficina “Não somos Iracema!” tem como principal objetivo propor possibilidades de expressão da voz feminina a partir da literatura e da música, tendo como ênfase a mulher indígena; mais especificamente, objetiva: comparar distintas vozes indígenas femininas na literatura brasileira a partir da obra *Iracema*, de José de Alencar (1965/1991), e obras indígenas atuais; apresentar mulheres indígenas que atuam em várias áreas de saber e poder: literatura, artes visuais/plásticas, política, docência, jornalismo, cinema, música, etc.; praticar a (re)leitura e (re)escrita de vozes femininas indígenas na escola, pensando nas demais práticas sociais.

Para realização da oficina, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: apresentação da temática, realizado numa perspectiva dialógica; apresentação dos objetivos; breve reflexão sobre as funções da literatura e demais formas de arte enquanto grande esperança contra a barbárie; diálogos sobre os estereótipos acerca da mulher indígena a partir de leitura de dois recortes da obra *Iracema*⁵, de José de Alencar:

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que as asas da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida como a ema selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, de grande nação tabajara. O pé grácio e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas (ALENCAR, 1991, p. 10).

Iracema arrastando o passo trêmulo [...] aí parou: quando o grito da jandaia de envolta com o choro infantil a chamou à cabana, a areia fria onde esteve sentada guardou o segredo do pranto que embebera. A jovem mãe suspendeu o filho à teta; mas a boca infantil não emudeceu. O leite escasso não apoiava o peito. O sangue da infeliz diluía-se todo nas lágrimas incessantes [...] Põe no regaço um por um os filhos da Irara [...] os cachorrinhos famintos sugam os peitos avaros de leite [...] Iracema curte dor [...] mas os seios vão se intumescendo, e o leite ainda rubro do sangue de que se formou, esguicha [...] mata a fome do filho, ele agora é duas vezes filho de sua dor, nascido dela e dela também nutrido (ALENCAR, 1991, p. 91-92).

Em continuidade ao diálogo, recorreremos aos estudos de Santos (2009, p. 21), que nos esclarece que, mesmo heroicizado romanticamente, com a marca impressa da valentia, o indígena estava

⁵ Iracema, a virgem dos lábios de mel: O enredo de Iracema se dá quando Iracema vai a uma caçada, e encontra-se com os europeus, atirando uma flecha em Martim, por quem se apaixona, imediatamente quebra a flecha selando a paz entre os dois. Martim é convidado para se hospedar em sua tribo, e acaba por se apaixonar pela índia, destruindo o pensamento do pajé, pois ela é pura e não pode ter relações. Acaba fugindo com Martim e tendo um filho escondido, Martim a deixa, Iracema acaba morrendo de chorar e por ter que alimentar seu filho sozinha, amando muito o seu amado, mesmo abandonada acaba morrendo (ALENCAR, 1965/1991).

sempre sob a mira do olhar determinante do colonizador. Não possuía a validade da natureza pura, pois sua valentia fora herdada da influência medieval, que o colonizador inseriu no contexto e o escritor tomou para si como baliza. Não foi impresso, no entanto, a figura humanizada, a exemplo das demais com as quais dividiu enredo. Foi, antes de tudo, um emblema, cerzido com as cores locais e que escondia, sob seus pontos em relevo, o constante matiz de nativo selvagem a quem o não índio deveria civilizar, impondo sua cultura (SANTOS, 2009, p. 21).

Sequencialmente, apresentamos várias escritoras indígenas, iniciando por Márcia Wayna Kambeba, inclusive realizamos a leitura de um poema seu:

Ouve agora o que tenho a te falar,
Não sou “índio” e venho mostrar,
A palavra certa a pronunciar,
Povo, etnia, é como deves chamar.
“Índio”, eu não sou!
Sou Kambeba, sou Tembé,
Sou kokama, sou Sateré,
Resistindo na raça e na fé.
(KAMBEBA, 2019, *Online*).

Apresentamos Graça Graúna, Lia Minapoty Aripunãguá e Eliane Potiguara. De Potiguara, realizamos a leitura de alguns recortes do livro *Metade cara, metade máscara*, porém, não podemos deixar de destacar uma fala sua quando do momento de sua inquietação sobre o lugar da literatura indígena na atualidade.

Minha dúvida acerca desse trabalho, passa exclusivamente pela forma e NÃO PELO CONTEÚDO, pois este trabalho entremeia textos e cânticos. Alguém já me criticou dizendo, como? textos e poesia? Mas minha poesia são choro e exaltação, são cânticos, são cantigas que ilustram os meus textos analíticos contidos nessas histórias, entende??? Eu analiso e choro, eu analiso e grito, eu analiso e canto. Eu berro!!! E tenho esse direito de analisar e fazer o que quiser depois... Não são poesias como a literatura formal baseadas nos conceitos que os europeus querem. Quero quebrar essa forma (POTIGUARA, 2002, *apud* GRAÚNA, 2013, p. 182).

Em continuidade, adentramos na seção “Não somos Iracema”, com a apresentação de dois trabalhos da artista plástica Yacunã Ká Arfer Tuxá; a jornalista Renata Aratykyra Tupinambá; a atriz Zahy Guajajara; Sônia Guajajara, a primeira indígena a concorrer a um pleito presidencial; Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a se tornar deputada federal no Brasil; e, por fim, a rapper indígena Katú Mirim.

Para atingir os objetivos propostos, os diálogos são realizados a partir de exposição de *slides* (1 ou 2 *slides* para cada personalidade indígena) e apresentação de vídeos curtos (uma declamação de poesia indígena – 1min e 25s –, mais três vídeos da *rapper* indígena Katú Mirim – 9 min). Vale frisar que nossa perspectiva de diálogo é conduzida teoricamente segundo a proposta de análise do discurso, compreender a produção de sentidos e seus efeitos.

Após a parte de apresentação das mulheres indígenas mencionadas, apresentamos técnicas simples de rimas, motivando as/os participantes a produzirem suas próprias rimas, tendo como

foco as distintas vozes femininas indígenas. O público é dividido em grupos, deixando-os à vontade para escolherem quais personalidades indígenas apresentadas serão retratadas através de suas rimas. É importante o acompanhamento de cada pequeno grupo, com o intuito de orientá-los quanto à elaboração de suas rimas. O próximo momento talvez seja o mais prazeroso de se ver: a apresentação das produções das/dos participantes. Antes do encerramento da atividade, não podemos deixar de realizar a avaliação da oficina, pontuando conjuntamente o que aprendemos e o que ainda podemos aprender nas próximas oficinas, e, principalmente, em nossas relações sociais, afinal de contas: “Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade” (FOUCAULT, 2012, p. 258).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão a este momento de apresentarmos alguns resultados parciais do projeto de pesquisa “Discurso e Redes de Memória Indígena na Região do Baixo Tocantins”, destacamos, por fim, que todo o percurso trilhado é, por assim dizer, apenas uma parte do todo que formam as lutas dos indígenas na atualidade. A oficina “Não somos Iracema!” é uma gota d’água neste imenso oceano de combate à visão estereotipada sobre os indígenas. Parece que os povos indígenas ficaram paralisados no nosso imaginário. Até hoje tem gente achando que índio é quem veste um manto tupinambá e vai ao encontro dos portugueses, recém-chegados em suas caravelas.

Um quadro típico do século XVI, algo parecido à narrativa de uma reportagem da revista *Índio*, sobre a resposta dada por um indígena ao ser indagado sobre o uso de vestimentas ditas do branco. Certa vez, a antropóloga Carmen Junqueira contou uma história que retrata bem essa questão. Ela estava na aldeia Kamaiurá, no Parque Indígena do Xingu, e todos os jovens vestiam bermudões, em moda na época. O piloto do avião, que era amigo deles, falou com ar de crítica: “Ué, vocês estão vestidos, agora?”. Resposta de um indígena: “Como você, que não está usando roupa igual à do Pedro Álvares Cabral!” (MAGALHÃES, 2011, p. 09).

Nessa perspectiva, adotamos o entendimento de que o discurso contra-hegemônico deve ser entendido como um instrumento de luta e conscientização dos povos indígenas. A partir dos Estudos Discursivos, defendemos que os próprios indígenas sejam interlocutores de suas culturas e tradições: “[aos indígenas, a responsabilidade de] levar adiante essa herança é sabedoria. Quais rasteiras que devemos dar no neocolonizador, no opressor político-cultural para despertarmos a força interior e transformá-la em sabedoria e arma para o crescimento da humanidade e melhor qualidade de vida?” (POTIGUARA, 2004, p. 81).

Nessa luta diária, “podemos usar o discurso, nossa arma principal [...]” (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 15). Tecemos esse texto, com a esperança que tenha “[...] a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente, batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível” (FOUCAULT, 2014, p. 08). Que nessa luta cotidiana, a arma discursiva sirva “para referendar o que querem os poderosos (como fazem, inclusive, alguns colegas e escritores), mas também podemos usá-lo para desmascará-los ou, mesmo, para tirar-lhes o sossego” (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 15).

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. [1965]. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- AQUINO, Marçal. Entrevista ao site weblivros. In: NASCIMENTO, Magnólia Brasil. Superar as diferenças para encontrar-se no outro: a literatura espanhola na sala de aula brasileira. *Anuário Brasileiro de Estudos Hispânicos*, p. 19-24, 2007.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62, p. 9-128, 1981.
- DALCASTAGNÈ, Regina. O que o golpe quer calar: literatura e política no Brasil hoje. *Anuário de Literatura*, v. 23, n. 2, Florianópolis, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos: Ética, estratégia, poder-saber*, v. 4. MOTTA, Manoel Barros da (org.), 3. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na Idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto, 10. ed., São Paulo: Perspectiva, 2014.
- GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. 2. ed., Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- GRAÚNA, Graça. *Mulheres indígenas nos espaços culturais*. <https://bit.ly/3kzfx81>. Acesso em: 08 nov. 2019.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôscio Cabral (org.). *Teorias Linguísticas: novas problemáticas*. Uberlândia: EDUFU, 2003, v. 01, p. 21-34.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006a, p. 33-52.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006b.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 60-68.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart; HOBSON, Doroty; LOWE, David; WILLIS, Paul (org.). *Culture, Media, Language*. London/New York: Routledge/CCCS, 1980.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay kakyri Tama – Eu Moro na Cidade*. São Paulo: Pólen, 2013.

KOTHE, Flávio René. *O cânone imperial*. Brasília: EdUNB, 2000.

MAGALHÃES, Júlia. Ser índio. *Revista Índio*, nº 3, p. 9. 2011.

MUNDURUKU, Daniel. Literatura indígenas e as novas tecnologias da memória. In: MARTINS, Maria Sílvia Cintra (org.). *Ensaaios em interculturalidade literatura, cultura e direitos de indígenas em épocas de globalização*. Campinas: Mercado de Letras, 2014, p. 173-183.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et. al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990a, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et. al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990b, p. 331-318.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi, 2. ed., Campinas: Pontes, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. Trad. Eni Orlandi et al. 3. ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 353-392.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SCHWARZ, Bill. Where is cultural studies? *Cultural Studies*, 8 (3), 377-393, 1994.

Para além do Arco-íris: a relação dos homens gays com a cultura material na 18ª Parada do Orgulho LGBTI de Belém

Más allá del Arco iris: la relación de los hombres homosexuales con la cultura material en el 18º Desfile del Orgullo LGBTI en Belém.

Beyond the Rainbow: the relationship of gay men with material culture at the 18th LGBTI Pride Parade in Belém.

José Carlos Almeida da Rosa
Fabiano de Souza Gontijo

Resumo: Estudar os objetos que fazem parte das sociedades na contemporaneidade ajuda a compreender como a cultura material está inserida na vida das pessoas, fortalecem os seus processos de sociabilidades e contribuem com a ideia de pertencimento a um determinado coletivo social. Isso se torna mais complexo quando observamos essas materialidades em sua relação com as categorias de sexualidade entre homens gays belenenses. Essa pesquisa decorre de uma etnografia realizada durante a 18ª Parada do Orgulho LGBTI de Belém e teve como propósito analisar as vestimentas, calçados, marcas, cortes de cabelo e acessórios que foram utilizados por esses homens durante o evento, a partir do conceito do agenciamento dos objetos sobre as pessoas.

Palavras-chave: Cultura Material. Sociabilidades. Sexualidade. Parada do Orgulho LGBTI. Agenciamento.

Resumen: El estudio de los objetos que forman parte de las sociedades contemporáneas ayuda a comprender cómo la cultura material se inserta en la vida de las personas, refuerza sus procesos de sociabilidad y contribuye a la idea de pertenecer a un determinado colectivo social. Esto se vuelve más complejo cuando observamos estas materialidades en su relación con las categorías de sexualidad entre hombres gay de Belém. Esta investigación es el resultado de una etnografía en el 18º Desfile del Orgullo LGBTI en Belém y su propósito fue analizar la ropa, el calzado, las marcas, los cortes de pelo y los accesorios utilizados por esos hombres durante la marcha, basándose en el concepto de la agencia de objetos sobre las personas.

Palabras clave: Cultura Material. Sociabilidades. Sexualidad. Desfile del orgullo LGBTI. Agencia.

Abstract: The study of the objects that are part of contemporary societies helps us to understand how material culture is inserted in people's lives, strengthens their sociability processes and contributes to the idea of belonging to a certain social collective. This becomes more complex when we observe these materialities in their relationship with the categories of sexuality among gay men in Belém. This research is part of the result of an ethnography carried out at the 18th LGBTI Pride Parade in Belém and its purpose was to analyze the clothing, shoes, brands, haircuts and accessories, which were used by these men during the march, based on the concept of agency of the objects.

Keywords: Material Culture. Sociability. Sexuality. LGBTI Pride Parade. Agency.

José Carlos Almeida da Rosa – Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA). E-mail: jcarlosalmeida.rosa@gmail.com

Fabiano de Souza Gontijo – Professor Titular junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e à Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará (UFGA), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos ao CNPq pela bolsa. E-mail: fgontijo2@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Chegando na Parada do Orgulho: considerações iniciais

Ao som do hino nacional que foi interpretado à capela, em uma tarde de domingo quente e ensolarada, a partir do uso de discursos que ecoavam na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Vinte e Oito de Setembro, contra a atual conjuntura de uma política conservadora e preconceituosa que se perpetua no Brasil, iniciou-se mais uma Parada do Orgulho LGBTI na capital paraense, Belém, que, no ano de 2019, trouxe como temática a questão da dificuldade da empregabilidade para os atores sociais pertencentes ao movimento, com um foco principal voltado para pessoas travestis e transexuais, já que muitos ainda têm o caminho da prostituição como forma de sobrevivência.

No primeiro momento, ainda na concentração da manifestação, observamos as pessoas que ali estavam confraternizando uns com os outros, mas, também, atentos às palavras que eram proferidas por pessoas que se encontravam em cima do primeiro trio-elétrico, próximo à rua Vinte e Oito de Setembro, e que geraram gritos e palmas de aprovações ao proferido. Percebi que naquele instante o que ocorreu foi como uma espécie de catarse coletiva ou “(...) uma sensibilidade possível a certas pessoas que, mesmo sem se conhecerem, partilharam, num tempo-espço dado, de um mesmo processo cognoscente, ou melhor, de uma teia intersubjetiva de sentidos e de estruturas, formas, de sentir” (CASTRO, 2015, p. 104).

Desde já, ressalto que, ao longo do texto, contribuiremos com algumas impressões e afeições que tivemos no decorrer da manifestação enquanto observadores participantes, pois elas ajudarão a compor um melhor cenário dessa experiência etnográfica e também uma compreensão mais fácil dos relacionamentos que ali se faziam presentes, uma vez que entendemos que “esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).

O que chamou nossa atenção foi a forma como aqueles homens estavam vestidos e faziam o uso de acessórios, algo totalmente diferente do que pensávamos que encontraríamos antes de chegar pela primeira vez em uma Parada do Orgulho LGBTI – a imagem que tínhamos em mente era de que as pessoas que participavam iriam com trajes que faziam alusão às cores que compõem as bandeiras do Movimento, outras com fantasias que fazem referência a um fetichismo sexual, como é o caso dos homens com corpos musculosos trajando pequenas sungas, assim como acreditávamos que iríamos ver também diversas transformistas que utilizam do lúdico e do extravagante para compor suas vestimentas e performances.

Porém, a realidade foi *também* outra, a sensação que tivemos foi de que se estava em um tradicional bloco de rua no período do carnaval, em que as pessoas que caminham e dançam pelas ruas atrás dos trios-elétricos usam trajes que são comuns no dia-a-dia da sociedade belenense, como: bermudas, sandálias de dedo/sapatos fechados e camisas/camisetas básicas. Deste modo, tampouco, aquela realidade remetia à ideia que tínhamos sobre uma “parada gay” relacionado a tudo o que já havia visto por imagens das manifestações nas outras capitais do Brasil, como em São Paulo, por exemplo. Todavia, compreendemos que estamos lidando com realidades simbólicas e expressivas de vidas sociais bem diferentes e as pessoas agem a partir das suas percepções de mundo contextualmente construídas.

Após esse primeiro estranhamento, resolvemos continuar a pesquisa de acordo com algo parecido ao que Fredrick Barth nos propõe a fazer quando estamos realizando uma pesquisa de

campo, a saber: “devemos tentar olhar para nosso objeto de estudo sem que nossa visão seja excessivamente determinada pelas convenções antropológicas herdadas” (BARTH, 2000, p. 108). Então, prosseguimos a observação reunindo os dados que estavam fora de um estereótipo que tínhamos em mente, mas que me direcionou a entender de forma mais profunda e clara quem é o homem gay belenense contemporâneo que participa de um dos principais eventos do Movimento LGBTI na cidade. Assim, “a teoria e os conceitos antropológicos devem ser testados na análise da vida tal como ela ocorre em um determinado lugar do mundo. Qualquer lugar pode servir como provocação para desafiar e criticar a teoria antropológica” (BARTH, 2000, p. 108).

Durante a análise, conseguimos acompanhar uma conversa de duas pessoas que estavam ao nosso lado no evento, uma delas (que chamaremos de Rafael¹), comentou que bastava dar uma olhada ao redor que era perceptível que naquele local havia mais pessoas heterossexuais do que gays. Ao ouvir isso, nos questionamos sobre como aquele homem tinha tanta certeza ao afirmar aquilo, em que ele se baseava para dizer se uma pessoa que estava ali era ou não homossexual, já que estávamos em um evento voltado, preponderantemente, para as pessoas LGBTI²?

Somente a partir dessa conversa e das considerações que tivemos ao chegar pela primeira vez na Parada do Orgulho, que surgiu a inquietação para descobrir como as pessoas pertencentes ao movimento conseguiam reconhecer os seus pares a partir do uso da cultura material que estava presente naquele espaço-tempo que era aberto para que toda a sociedade participasse, sem um estereótipo definido que indicasse que uma determinada pessoa era ou não um homem gay.

Para conseguir responder a essas e outras questões, contamos com a participação do Rafael, que se identificou como um homem “gay”, tem entre 25 e 28 anos, é formado em jornalismo, possui um corpo forte, porém, não malhado, estava vestido no mesmo estilo de outros rapazes que estavam no evento (short curto preto com desenhos, camisa lisa simples e chinelos do modelo *slide/slider*³). Durante a nossa conversa, ele disse que todos os anos vai à Parada do Orgulho, porém nesse ano achou o evento “diferente”⁴, se referindo tanto às pessoas que estavam participando (segundo ele, a maioria que estava lá não era de pessoas LGBTI), e também quanto às situações políticas que envolveram a organização do evento (um dos “padrinhos” da Parada do Orgulho era ligado a um partido que apoiava o Governo Federal eleito em 2018).

A contribuição desse interlocutor foi fundamental para o desenvolvimento desse estudo, pois pessoas que já tiveram outras vivências com as manifestações anteriores “podem também supor, baseados na experiência passada, que somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social” (GOFFMAN, 2009, p. 11).

Assim, essa pesquisa objetiva fazer uma reflexão por meio das descrições que foram feitas a partir da técnica de observação em que, por vezes, parecem ser incoerentes em um primeiro momento dentro da pesquisa de campo, mas que, organizadas e analisadas em conjunto com as conversas que ocorreram com o interlocutor após o evento, são de importância para a compreensão que se tem da ideia sobre o pertencimento das pessoas a um determinado coletivo social mediante o uso dos objetos presentes dentro da Parada LGBTI de Belém e, com isso, conseqüentemente,

¹ Usaremos pseudônimos.

² Neste artigo utilizaremos o termo LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis e Intersexuais), pois foi a sigla que a organização da 18ª Parada do Orgulho de Belém utilizou na realização da manifestação, embora, a nível nacional, estejam sendo inseridas na sigla outras categorias, tais como *queer* e assexuado/as/es, além do sinal de adição “+” para contemplar a inserção de outras categorias.

³ Chinelos com tiras horizontais no peito do pé.

⁴ Colocaremos entre aspas palavras e trechos de falas das pessoas com as quais conversamos.

entender também a facilidade que existe de ocorrer um processo de sociabilidade entre os atores com os seus pares, uma vez que eles criam uma relação com as coisas que funcionam como marcadores identitários/sociais que atuam diretamente sobre essas pessoas e em seus relacionamentos.

1. O que Não é Visto mas Está Ali: uma questão de agência

Ao continuar acompanhando o diálogo que Rafael estava tendo com um outro rapaz durante a concentração da manifestação, ele explicou que sabiam e sempre sabem quando um homem é ou não homossexual. Posteriormente, já conversando com o interlocutor sobre o evento, comentamos que tínhamos escutado essa parte da sua fala e ficamos curiosos sobre a afirmação que ele tinha feito com tanta certeza. Então, Rafael respondeu que existem várias expressões corporais, elementos materiais, formas de falar, ações, entre outros exemplos que em alguns casos são perceptíveis e fáceis de identificar quando os homens são gays, já em outras ocasiões, pode ocorrer que não seja algo visível para outras pessoas, mas que sempre são fáceis de serem reconhecidos por outros rapazes homossexuais.

Desse modo, compreende-se que os exemplos que o interlocutor usa para identificar outros homens gays, se assemelha ao conceito de “fachada corporal”, que está ligado “(...) [à]queles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá” (GOFFMAN, 2009, p. 31).

Entre os exemplos de funções/categorias presentes nesta fachada, podemos citar questões relacionadas ao vestuário, aparência, atitudes, linguagem, gestos, olhares, uso de determinadas marcas, entre outros elementos que estão presentes, especificamente, no universo material e simbólico do homem gay e, conseqüentemente, provocam reconhecimentos e reações nos seus pares.

Diante disso, fazemos uma conexão com o pensamento de Alfred Gell (2005), que diz que as coisas são fontes de poder que exercem um agenciamento sobre os atores sociais, atraem o seu olhar por meio da tecnologia do encanto e com isso provocam reações nessas pessoas dentro de um determinado contexto. Ainda que o autor utilize este conceito de agência dentro do campo da antropologia das artes, para mostrar que um quadro age dentro de um ambiente e com as pessoas que com ele interage, conseguimos trazer essa mesma ideia para outras possibilidades, como é o caso do poder de agenciamento/encanto da cultura material sobre os homens gays e no âmbito de suas relações interpessoais.

O autor fala de “encanto” para tratar

de uma terminologia que quer expressar a premissa geral de que as sociedades humanas dependem do consentimento de indivíduos propriamente socializados por meio de uma rede de intencionalidades. Embora cada indivíduo busque (o que cada indivíduo assume ser) seu interesse próprio, todos esses indivíduos engendram algo a atender a necessidades que não podem ser compreendidas no nível do ser humano individual, mas somente no nível das coletividades e suas dinâmicas. (GELL, 2005, p. 45)

Logo, ao buscar a compreensão acerca dos objetos das pessoas que foram observadas na Parada do Orgulho, deve-se considerar que não se trata de analisar os casos de forma individual, porque, além de serem algo em comum entre os atores, eles funcionam e agem de forma conjunta dentro do coletivo, quer seja de modo consciente ou inconsciente, sobre as outras pessoas. Logo, “materialidade e agência funcionam simultaneamente e em registro não-dualista, pois pessoa e coisa encontram-se

fundidas e é o resultado dessa interação que é capaz de “chamar a atenção” (MIZRAHI, 2007, p. 234).

Isso também pressupõe uma experiência que busca fazer parte do mundo da vida com o outro de forma natural, ou seja, é algo que possui um sentido dentro de um meio social. Portanto, uma vez questionado sobre a sua fala, Rafael só consegue dizer de forma enfática quem pode ser ou não considerado um homem gay, por causa das vivências que ele já teve com as outras pessoas pertencentes ao coletivo.

Essa perspectiva pode ser relacionada também ao conceito de sociação (*Vergesellschaftung*), que “é constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem” (SIMMEL, 1983, p. 21). Neste caso, o que ficou perceptível no discurso do interlocutor sobre as vestimentas e acessórios que os homens gays utilizavam, foi uma reprodução de padrões que, aos olhos de outrem, provavelmente poderiam não ser perceptíveis, mas que, para ele e para os outros homens gays que ali estavam, conseguiam se compreender enquanto pertencentes ao mesmo grupo, já que os objetos utilizados por eles possuíam um interesse compartilhado por esses atores dentro de um determinado meio, que se transforma em uma prática social.

Desta forma,

A indumentária era uma espécie de pseudolinguagem que podia dizer quem éramos. Nessa condição, as coisas materiais eram adjuntos relegados ao estudo da linguagem, uma forma não falada de comunicação, capaz de dizer muito, se estivéssemos atentos a ela. (MILLER, 2013, p. 21)

De acordo com o depoimento do interlocutor, ocorre também a situação em que as próprias pessoas gays não conseguem se reconhecer enquanto pertencentes ao movimento por meio dos objetos que usam, neste caso, eles partem para uma espécie de “intuição”. Em casos como estes, “atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa” (BUTLER, 2003, p. 194).

Sobre a dificuldade deste reconhecimento a partir de uma cultura material, podemos considerar o termo “humildade das coisas”, de Daniel Miller (2013), que define que determinados símbolos são tão camuflados, invisíveis e periféricos aos olhos humanos que, por vezes, passam imperceptíveis dentro da sociedade. Com isso, o papel que esses objetos exercem no cotidiano e nas relações das pessoas não chegam a ser questionados. Quando ocorre casos como estes, compreende-se que, quanto maior for o silêncio dos objetos no meio social, maior é o seu poder de atuação, pois já são compreendidos como algo naturalizado entre as pessoas.

A questão da invisibilidade dos objetos referentes aos atores dentro do evento pode então ser considerada e explicada também, porque a “fachada (...) é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 2009, p. 29).

No momento em que o interlocutor diz que, em certos casos, o que ocorre é uma forma de intuição no reconhecimento dos seus pares, na verdade trata-se de um agenciamento dos objetos que não é possível observar de forma tão clara como em outros casos, mas que estão ali, mesmo que de maneira mais modesta, dependem de uma certa experiência e atenção do olhar do outro.

Nos próximos tópicos, discutiremos de forma mais detalhada o agenciamento que os objetos dos indivíduos presentes na Parada do Orgulho de Belém tiveram sobre outros atores e dentro das suas relações.

2. Coisas que Falam?

No decorrer da conversa, o interlocutor deu alguns exemplos de tipos de vestuários e calçados que são frequentes dentro do *closet* do homem gay e que contribuíram para que ele conseguisse reconhecer outros homens gays na Parada do Orgulho. Dessa forma, a preferência pelo uso de tais coisas podem ser explicadas porque “a ênfase encontra-se na ação humana, no fato de o indivíduo escolher, dentre uma infinidade de objetos, aqueles mais bem capazes de representar sua identidade social” (RIBEIRO, 2013, p. 346).

Dentre os elementos citados por Rafael, estão os shorts de pano ou tacetel⁵, que são bem curtos (mais ou menos acima dos joelhos ou no meio das coxas), possuem diversas cores, estampas e, normalmente, ficam bem justos nos corpos desses homens. Segundo ele, essa indumentária possui um estilo *vintage* dos anos de 1970-1980 e os gays da atualidade costumam usar bastante nas festas alternativas e LGBTI que ele frequenta.

De acordo com isso, podemos considerar que, em um ambiente que contém muito calor, música para dançar e agitação, como é o caso da Parada do Orgulho em Belém, esse tipo de peça torna-se algo essencial, pois possibilita que os atores se movimentem de maneira mais confortável, façam seus passos sensuais e sincronizados descendo até o chão com mais facilidade ao som de ritmos que exigem uma maior flexibilidade das pessoas, como é o caso do funk, brega-funk e algumas músicas pop, estilos que foram “tendência” durante todo o evento.

A partir disso, compreende-se que “a relação entre o artefato e o seu usuário envolve uma consideração da materialidade do primeiro em relação ao corpo do segundo. (...) Trata-se de um corpo em movimento e inserido em um contexto específico de dança” (MIZRAHI, 2007, p. 234). Esses materiais e os corpos dos atores naquele momento se integraram em um só movimento e, juntos, realizaram um jogo de perfeita combinação e conexão.

Além de ser um tipo de roupa apropriada para o evento, por conta das temperaturas elevadas daquela tarde na cidade e também por promoverem uma leveza, maior elasticidade e mais praticidade para que as pessoas conseguissem realizar os seus movimentos corporais sensuais, esses shorts carregam ainda certa simbologia sensual e intencionalidade sexual tanto para quem está usando – pois, pelo fato de serem bem curtos e justos aos corpos, valorizam e realçam as pernas e os glúteos –, como provocam sensações no outro que observa enquanto as pessoas dançam freneticamente.

Algo que percebemos em relação a essa indumentária é que a maior parte dos homens que a estavam usando tinham corpos magros e/ou “malhados”, possuíam pernas com formas e contornos bem definidos e, normalmente, seus membros inferiores estavam completamente depilados. Aqui é necessário enfatizarmos que esses corpos funcionam como símbolos culturais e são efeitos de uma dinâmica de poder que atuam de forma direta no processo de sociabilidade, já que, por si só, são geradores de códigos comunicativos.

Um fato curioso que chamava a atenção de quem percebia é que alguns indivíduos que estavam sem camisa e utilizavam esses shorts faziam questão de mostrar que, por baixo deles, usavam cuecas do estilo *jockstrap*⁶, modelo perceptível porque eles deixavam apenas o elástico da cueca aparecer um pouco mais acima dos shorts e não era possível ver a continuação da parte do tecido de trás da indumentária. Assim, quem conhecia ou não tal peça sabia que havia um interesse por

⁵Tecido feito com fibras sintéticas.

⁶ Modelo de cueca que é aberta na parte de trás, originalmente ela foi criada para proteger os testículos e o pênis dos atletas que praticavam esportes como o *rugby*, por exemplo. Com o passar do tempo, esses modelos se tornaram populares entre homens gays.

trás daquela vestimenta que, por si, já repassava uma mensagem. Essa situação, ao longo de toda a passeata, foi o exemplo de objeto mais próximo que pudemos perceber que passava a ideia de que uma Parada do Orgulho contava com elementos que remetiam ao apelo do universo erótico.

Neste tipo de exemplo, ficou bastante claro o poder de agência que essa peça provocou sobre os outros atores naquele contexto. Por mais sutil que elas pudessem estar ali, o vestuário chamava atenção de quem passasse por perto: algumas pessoas riram, outras se assustaram, uns ficaram apenas observando de forma curiosa, algumas pessoas olharam com repúdio, outros ainda com intenções eróticas, já, em certas ocasiões, surgiram comentários com quem estava ao lado, entre outras reações.

Desse modo, percebe-se que essa peça naquele contexto possuía um poder de atração e provocava sensações em outras pessoas, quer seja pelas experiências que eles já poderiam ter tido com a indumentária, quer pelo jogo simbólico de erotização e fetiche que estava contido ali ou apenas voltado para um lado mais cômico e de repúdio. O que é importante salientar aqui é que tanto quem observava, quanto quem também estava usando a vestimenta, eram agenciados por aquele objeto. Em relação à pessoa que a vestia, o agenciamento ocorre desde o momento em que escolhe colocar a peça em uma determinada ocasião que, por si só, possui um peso voltado para uma sexualização no imaginário popular. Assim, podemos considerar que essa pessoa

Às vezes, agir de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. Ocasionalmente, irão se expressar intencional e conscientemente de determinada forma, mas principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular (que não a de vaga aceitação ou aprovação), que provavelmente seja despertada naqueles que foram impressionados pela expressão. (GOFFMAN, 2009, p. 15)

Um outro exemplo que foi possível observar sobre uma expressão intencional e consciente dentro do evento foi o fato que a maioria dos homens estavam com as sobancelhas muito bem desenhadas com diferentes modelos: arqueadas, arredondadas, reta com risco nas pontas, reta curvada na ponta, entre outras formas (Rafael possuía um design arqueado); e segundo, é que a maioria dos rapazes usava camisas com o nome de grifes internacionais caras e conhecidas, com as marcas bem destacadas.

Em relação a essas vestimentas, é necessário considerar que, mesmo que as peças não fossem trajes originais das marcas estrangeiras, aparecer o nome delas nas camisas com um certo realce funcionava como um sinônimo de chamar atenção dos outros que estavam no evento pelo valor econômico e social que elas carregam dentro da nossa sociedade contemporânea capitalista. Naquele momento, em meio a uma multidão de pessoas, estar com uma peça com o logotipo chamativo de marcas como *Louis Vuitton*, *Dolce & Gabbana* e *Gucci*, por exemplo, seria uma forma que os rapazes poderiam ser vistos com mais facilidade por outros por transmitirem a ideia de possuírem uma posição socioeconômica elevada dentro de uma manifestação que era pública e que contava com a participação de pessoas de diversas classes sociais.

De acordo com as vestimentas e suas relações com as pessoas, Daniel Miller (2013) nos diz que devemos compreender que o que está sendo visto é apenas o que está externo aos atores sociais; logo, essas roupas nada mais são do que uma constituição das pessoas, ou seja, esses objetos formam as suas identidades, funcionando como a construção do “eu” e não condiz necessariamente com as realidades dessas pessoas.

Ao mesmo tempo que essa aparência de um “status econômico” estava presente nas camisas, em relação aos calçados dos atores era perceptível que eles não se importavam muito em manter esse mesmo símbolo de padrão socioeconômico elevado, já que, majoritariamente, estavam usando sandálias de borracha (estilo havaiana, mas que, em alguns casos, não eram da marca original), ou chinelos do tipo *slide/slider*, que foi sucesso na década de 1990 e, agora, também parecia ser “tendência” no meio dos rapazes.

Além disso, Rafael chamou atenção para o grupo de rapazes que estava usando sapatos de marcas caras como: o *Tênis Old School Vans, Nike, Cavaleira* e chinelos de couro, mas, em contrapartida, trajavam bermudas de cores mais escuras, na altura dos joelhos, camisas ou camisetas simples, de uma única cor e coladas em seus corpos, sem a necessidade de destacar a marca de grifes estrangeiras, ficando assim o propósito de que apenas os seus braços musculosos chamassem atenção no evento.

Neste caso, percebe-se que, para esses indivíduos, o que mais importava era que seus corpos fossem percebidos e que as suas peças ficassem em um segundo plano, passando o mais invisível possível e, nesse ponto, retomamos a discussão sobre o conceito de humildade das coisas elaborado por Daniel Miller (2013), que, por mais imperceptíveis e menos chamativas que elas pudessem parecer aos olhos das pessoas que as usavam e do outro que estava participando da Parada do Orgulho, essas peças acabaram exercendo um forte agenciamento para ambas as partes. Primeiro, no momento em que o dono da vestimenta a escolheu, pois havia uma certa intenção, consciente ou não, em preferir peças que evidenciassem os seus braços malhados e, segundo, em quem viu essa pessoa com a indumentária, considerando que foi atraída justamente pelo fato de serem justas aos corpos desses rapazes e chamavam atenção para o que eles queriam que fosse visto naquele momento.

De acordo com o interlocutor, no universo gay, há um “cuidado” maior em relação a escolha de suas roupas. Isso ocorre porque os homens homossexuais se preocupam um pouco mais com a imagem que pretendem passar e com a estética de seus corpos que eles pretendem mostrar. Em suma, casos assim podem ser compreendidos como uma aparência estereotipada desses homens, em que “provavelmente não são hereditárias, mas meras expressões da reação do corpo a condições externas, sujeitas a novos ajustamentos, sob novas condições” (BOAS, 2010, p. 91).

Além de uma aparência padronizada do homem gay que ganha novos ajustamentos com o passar do tempo, a cultura material também se renova e se ressignifica dentro de novas condições e contextos em que estão inseridas. Foi possível observar a “atualização” das coisas na Parada do Orgulho, tema que abordaremos nos próximos tópicos.

3. O que Há por Trás de um “Simple” Acessório? O Mercado Rosa e as “Coisas Gays”

Já ao entardecer, durante o percurso da marcha ao longo da Avenida Magalhães Barata rumo ao Mercado de São Brás, alguns detalhes minuciosos chamaram a nossa atenção, assim como a de quem estava ao redor – essas pessoas que passavam ficaram observando de forma curiosa e até mesmo revelando um certo estranhamento. O que mais nos provocou uma certa indagação não

foram os objetos em si, ainda que entendamos que, naquele ambiente, eles tinham um poder de agência bem forte, mas a forma com que eles estavam sendo usados pelos participantes, a composição do conjunto como um todo.

Esse foi o caso dos rapazes que possuíam características compreendidas como “masculinas” no jeito como se expressavam, estavam vestidos com roupas que podemos designar como voltadas para o público masculino, conforme os exemplos que foram descritos no item anterior, porém, em alguns casos, estes atores estavam com objetos e símbolos que normalmente são reconhecidos como “pertencentes ao universo e aos corpos femininos”, como, por exemplo, o uso dos longos cílios postiços, as unhas grandes pintadas e as maquiagens bem produzidas (no caso da maquiagem mais simples, o interlocutor salientou que, no momento, a “tendência” entre os homens gays era o uso do *Lip Tint*⁷). Havia também os atores que estavam utilizando os três itens ao mesmo tempo, porém seguiam com peças de “roupas masculinas”.

Foi justamente esta composição de união de elementos referentes aos “dois universos”, masculino e feminino, que fazia com que as pessoas fossem percebidas por meio das coisas que não estão presentes e não são comuns de serem vistas no cotidiano social. É importante salientar também a relação que essas pessoas possuíam com esses objetos, que parecia ser algo bem natural pela forma confortável com que eles estavam se relacionando com eles.

De acordo com Rafael, tal composição de vestimenta com o uso desses acessórios é mais comum de ser vista em locais que são especificamente para o público LGBTI. O interlocutor relatou também que, mesmo essas manifestações sendo voltadas para esse público, aquelas atitudes sempre chamavam a atenção de outros atores gays, seja de forma positiva ou não, alguns ainda julgavam essas pessoas com um olhar de reprovação e inferioridade dentro do próprio coletivo.

Sobre esse julgamento que ocorre com as pessoas gays dentro do próprio grupo, podemos relacionar ao pensamento de Judith Butler (2002), que diz que os corpos que importam desempenham um poder dentro da sociedade e, portanto, não podem ser vistos como algo separado das normas que regulam e governam a materialidade baseada em um pensamento heteronormativo, como uma prática social de repetição contínua. Assim, para que esses corpos passem a importar de maneiras diferentes, é necessário que haja uma ruptura com essa materialidade no que se entende enquanto uma oposição binária masculino/feminino, assim como deve ocorrer a ocupação de novos espaços, principalmente dentro do meio em que eles costumam socializar.

Sobre a questão que relatamos do estranhamento de homens utilizando coisas que são relacionadas ao “universo feminino”, é necessário refletir que, por trás de todo esse discurso, há uma relação de poder imposta por relações sociais baseadas em práticas reguladoras heteronormativas/heterossexuais que são constantemente reforçadas em nosso cotidiano e ao mesmo tempo excluídas, como é o caso dos estigmas que essas pessoas sofrem em razão do fato de que gêneros são atribuídos aos objetos. Diante disso, Butler nos diz que

a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se

⁷ Um tipo de batom versátil feito a base de líquido, gel e óleos.

conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (2003, p. 38)

Atentas a essa discussão sobre roupas sem gênero, há alguns anos, as marcas já tem se posicionado e abolido o conceito de roupas e acessórios que são feitas exclusivamente para homens ou para mulheres. Os próprios desfiles de modas têm mostrado essa tendência, como foi o caso da 47ª São Paulo Fashion Week (SPFW), que trouxe para as passarelas discussões sobre representatividade racial e de gênero⁸.

A partir dessa mudança do olhar mercadológico sobre a necessidade de se repensar a moda por meio dos debates sobre as questões de gênero e também a atenção empresarial sobre o consumo das pessoas pertencentes aos coletivos de pessoas LGBTQIA+, torna-se necessário produzir pesquisas que venham compreender quem são os consumidores que cada vez ganham mais espaço, possuem um poder de compra mais elevado, e entender que,

Embora o Estado e os movimentos sociais sejam as esferas a partir das quais tradicionalmente pensamos o fazer político, é preciso lembrar que as esferas do mercado e do consumo também constituem cenários públicos em que nossa capacidade de agência e ação política é exercida, independentemente de aderirmos ou não a noções como “sociedade do consumo”. Nessas esferas, também se negociam direitos, disputam-se significados, enfrentam-se ou reforçam-se desigualdades. (FACCHINI; FRANÇA; BRAZ, 2014, p. 123)

Também é importante atentar para o fato de que as empresas têm percebido que o *pink money*⁹ tem movimentado bastante o mercado nos últimos anos¹⁰ e com isso gerado um aumento de produtos e campanhas publicitárias voltadas para determinados nichos. Logo, é fundamental considerar que “o discurso publicitário não é uma prática atemporal. Como todo gênero discursivo, a publicidade possui uma história e se inscreve nas mutações de um corpus econômico e social.” (RIBEIRO, 2013, p. 344).

Fazendo uma conexão com isso, foi interessante observar, dentro da Parada do Orgulho, como os acessórios de décadas passadas retornaram e viraram tendência novamente, um dos exemplos que o interlocutor mencionou sobre a maneira como ele conseguia reconhecer um outro homem gay, precisamente por causa do uso das pochetes corriqueiras na década de 1990. Dentro do evento, por exemplo, era possível identificá-las nos mais variados tipos e cores. Uma observação curiosa a ser feita é que, diferente dos anos 90 – em que elas eram mais utilizadas nas cinturas das pessoas –, agora elas ficam sobretudo de forma transversal no tórax dos rapazes.

⁸ Ver mais em “SPFW aposta em marcas sustentáveis e sem gênero”. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/liquidacao-cia/spfw-2019-marcas-sustentaveis-sem-genero/>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

⁹ O “dinheiro rosa” descreve o poder de compra das pessoas pertencentes ao movimento LGBTI que consomem produtos e serviços de marcas voltados especificamente para o grupo.

¹⁰ Ver mais na matéria “Marcas investem no mercado LGBTI, que movimentou US\$ 3,6 trilhões em 2018”. Disponível no portal do jornal O Globo: <https://oglobo.globo.com/economia/marcas-investem-no-mercado-lgbti-que-movimentou-us-36-trilhoes-em-2018-23757617>. Acesso em: 21 de outubro de 2020; “Negócios voltados para o público gay fazem sucesso e dinheiro”, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/01/06/negocios-voltados-para-o-publico-gay-fazem-sucesso-e-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 21 de outubro de 2020; E ainda, “Para além do Pink Money: Diversidade é aposta das empresas para retomada competitiva no pós-pandemia”, disponível no site da CNN Brasil Business: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/06/12/para-alem-do-pink-money-apostar-na-diversidade-melhora-qualidade-da-retomada>. Acesso em 21 de outubro de 2020.

De acordo com Rafael, o uso desse acessório é indispensável na composição da vestimenta desses homens gays contemporâneos, pois, além de ser algo que está na moda, é também prático, pois eles conseguem levar tudo o que precisam dentro dela, tais como celular, carregador, carteira com dinheiro e documentos, chaves, maquiagem, lenço, perfume, cigarros, entre outras coisas que, segundo o interlocutor, são importantes de se ter em mãos quando se está fora de casa; ele continuou, dizendo que essas pochetes são fundamentais porque objetos que antes ficavam em seus bolsos não são mais perdidos de forma fácil enquanto dançam na balada, assim também como não são mais furtados, da forma que, como elas ficam transpassadas em frente aos seus peitos, evita-se que outras pessoas levem seus pertences sem que percebam.

Considerando que se trata de um produto unissex, perguntamos para o interlocutor se os homens gays tinham uma preferência por cor ou modelo dessas pochetes que serviria como um código para que eles se reconhecessem enquanto pares. Ele respondeu que não existiam modelos ou cores exatas, mas que eles costumavam usar as coloridas que melhor combinasse com as suas roupas. Diante da fala de Rafael, percebemos que esse acessório funciona como uma extensão das suas vestimentas e dos seus corpos, uma vez que eles os usam conforme o tom de suas roupas e coladas ao seus peitos; neste caso, também podemos perceber um exemplo de agenciamento das coisas sobre outras coisas.

Assim, compreendemos que estes objetos e os seres humanos não podem ser estudados separadamente, porque são construídos de forma mútua e não devem ser considerados como algo superficial, uma vez que exercem em “nós o que pensamos ser” (MILLER, 2013, p. 22-23). Sobre esses materiais que voltam a compor o armário do homem gay e os ajudam no processo de pertencimento dos pares, é importante analisar como eles têm se ressignificado na contemporaneidade, considerando a própria intencionalidade que carregam, os seus valores e memórias.

4. O “Picumã” do Poder

Ainda sobre os estilos e objetos que são referentes às décadas passadas e voltam a ser “tendência” nos dias de hoje, nessa última seção, abordaremos uma característica que está presente na vida da maioria dos homens gays e que talvez possa ser um dos símbolos mais importantes dentro de toda a composição da aparência dessas pessoas: seu cabelo, também conhecido como “picumã”¹¹, termo utilizado pelo interlocutor.

A forma que compreendemos enquanto fazíamos a pesquisa é que a ligação e a relação daquelas pessoas com os seus cabelos era bem expressiva, passava a impressão de algo relacionado a um dispositivo de poder que se misturava em meio às jogadas de cabelo que ganhavam vida e, aparentemente, faziam parte dos passos das coreografias dos rapazes que dançavam com as jogadas de cabeça para um lado e para o outro e também ajudavam na hora da conquista por meio da leve “passada de mão” nos fios de forma sutil, mas que, por trás, havia uma certa intenção. Assim, podemos relacionar esses cabelos como uma

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

¹¹ Significa cabelo na linguagem (pajubá ou bajubá) utilizada por muitas pessoas LGBTQIA+.

Segundo Rafael, os cortes de cabelo geralmente são diversificados, porém existe um estilo que é quase como um padrão do homem gay que são os cabelos raspados apenas nas laterais e a franja grande na frente. O modelo é conhecido como *undercut* e possui influência desde os tempos de *rockabilly*, dos anos de 1950. Por meio deste corte, é possível que as pessoas o utilizem de diversas formas, como: franja para o lado, por trás das orelhas, estilo topete, amarrados para cima, entre outros. Conforme foi possível observar durante o evento, normalmente esse estilo é utilizado por pessoas que possuíam cabelos bem lisos.

Um outro exemplo que também percebemos na diferença do uso dos cabelos pelos atores, é que a maioria dos homens com corpos mais “malhados”, aqueles que vão para desfilas seus corpos musculosos conforme descrevemos nos tópicos anteriores, utilizavam um estilo degradê, que lembra um *undercut* porém sem a franja longa, e com a diferença que o corte funciona como uma sequência de tons contínuos limitados ou não. Uma singularidade é que os rapazes que utilizavam este corte normalmente tinham barbas desenhadas, diferentemente dos que usavam o outro estilo, que possuíam o rosto liso, sem pelos.

Em ambos os casos, naquele ambiente, os modelos de cabelos assumiam um poder que estava presente de forma sutil naqueles corpos, mas que provocavam agenciamentos diferentes tanto em quem estava usando um certo modelo, como para o outro, chamando atenção seja em meio às coreografias de dança, como também na passada de mão entre os fios.


CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à agitação, o calor, o cheiro forte de fumaça de cigarro, alguns momentos de sufoco e corpos suados de todos os estilos se esbarrando, a Parada do Orgulho LGBTI de Belém é um exemplo de campo etnográfico curioso e ao mesmo tempo desafiador, pois é um contexto em que nos deparamos com uma diversidade de pessoas de diferentes cores/raças/etnias, classes, crenças, costumes e orientações sexuais que confraternizam juntos e em prol de uma mesma causa.

Observar a forma com que aqueles homens interagem e se reconhecem enquanto pares de um mesmo coletivo social por meio dos objetos e com os objetos, por mais difícil e complexo que possa parecer em um primeiro momento, aos poucos, as pessoas que estão “do lado de fora” observando a manifestação vão se familiarizando com aquele universo que está presente no cotidiano do belenense e, ao mesmo tempo, se desconstruindo de preconceitos que ainda fazem parte de uma sociedade cujas práticas sociais se pautam em grande medida pela heteronormatividade.

Diante de tudo o que foi visto, é interessante entender como os homens gays se reconhecem enquanto gays por meio de objetos que muitas vezes passam despercebidos no dia a dia na capital paraense (principalmente, para quem não faz parte do coletivo). Porém, o mesmo não pode ser dito no caso dos homens que se consideram gays, pois ficou claro no decorrer da conversa com o interlocutor e, partindo do início da concentração, quando ele diz para o amigo que eles sempre sabem quando outros rapazes são ou não gays, que tal reconhecimento parte das suas experiências com outras pessoas pertencentes ao coletivo.

A partir dessa fala, para entender melhor esse caso, partimos do conceito de agência trabalhado por Alfred Gell (2005), mas por meio de uma perspectiva de cultura material enquanto, em primeira instância, dispositivos de poder que atuam de forma direta no processo de encantamento e sociabilidade entre os atores. Assim, buscamos relacionar tudo o que tínhamos observado dentro



da pesquisa de campo, as nossas afetações e estranhamentos, para que fosse possível descrever o cenário de um dos principais eventos organizados pelo e para esse importante movimento social da cidade, junto ao olhar e a experiência que o interlocutor nos proporcionou por meio de suas contribuições que foram fundamentais para um melhor entendimento sobre o campo e os conceitos trabalhados.

Importante enfatizar que este é um primeiro estudo que conta com dados preliminares de uma pesquisa que está sendo desenvolvida dentro do universo de homens gays belenenses, porém, a partir de outros espaços que envolvem a relação da cultura material e o processo de sociabilidade por meio do conceito de agência.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrick. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 107-119.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que Importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Semiotical Blues: Artificios da Temporalidade Nostálgica. *Revista Eco-Pós*, v. 18, n. 3, 2015, p. 103-115.

FACCHINI, Regina ; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre Sexualidade, Sociabilidade e Mercado: olhares antropológicos contemporâneos. *Cadernos Pagu*, n. 42, 2014, p. 99-140.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005, p. 155-161.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GELL, Alfred. A Tecnologia do Encanto e o Encanto da Tecnologia. *Concinnitas*, v. 8, n. 1, 2005, p. 42-63.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILLER, Daniel. *Trecos, Troços e Coisas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MIZRAHI, Mylene. Indumentária Funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo local e o cosmopolita. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, 2007, p. 231-262.

RIBEIRO, Magda dos Santos. Por uma Biografia das Coisas: a vida social da marca Havaianas e a invenção da brasilidade. *Etnográfica*, v. 17, n. 2, 2013, p. 341-368.

SIMMEL, Georg. *Sociologia* (organizado por E. de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983.



Erotização e Sexualização do Corpo: representações sociais da mulher brasileira

Erotización y Sexualización del Cuerpo: representaciones sociales de la mujer brasileña

Eroticization and Sexualization of the Body: social representations of Brazilian women

Carmentilla Martins

Dábila de Cássia Brito de Miranda

Resumo: Considerando-se que as representações sociais são múltiplas formas de conhecer e se fazer conhecer, sendo essa diversidade decorrente da manifestação de distintas intencionalidades, propõe-se discutir aqui as representações sociais que erotizam e sexualizam a mulher brasileira na cidade de Oiapoque. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas para verificar na literatura como as mídias representam a mulher brasileira. Os dados empíricos refletidos foram coletados em duas viagens à cidade de Oiapoque, em maio de 2017 e outubro de 2018, quando foi aplicada a técnica da observação direta. Como resultados, as representações sociais que sensualizam e sexualizam as brasileiras têm desdobramentos diretos nos projetos migratórios dessas mulheres.

Palavras-chave: Representação Social. Mulheres Brasileiras. Migrantes. Erotização. Sexualização.

Resumen: Considerando que las representaciones sociales son múltiples formas de conocer y darse a conocer, una vez esta diversidad resultante de la manifestación de diferentes intenciones, se propone discutir aquí las representaciones sociales que erotizan y sexualizan a las mujeres brasileñas en la ciudad de Oiapoque. Para eso, se realizaron investigaciones bibliográficas de esta literatura sobre cómo los medios representan a las mujeres brasileñas. Los datos empíricos reflejados fueron recolectados en dos viajes a la ciudad de Oiapoque, en mayo de 2017 y octubre de 2018, cuando se aplicó la técnica de “observación directa”. Como resultado, las representaciones sociales que sensualizan y sexualizan a las mujeres brasileñas tienen consecuencias directas en los proyectos migratorios en sus vidas.

Palabras clave: Representación Social. Mujeres Brasileñas. Migrantes. Erotización. Sexualización.

Abstract: It is understood that social representations are multiple ways of knowing and making known, and this diversity resulting from the expression of different intentions. This text proposes to discuss the social representations that eroticize and sexualize Brazilian women in the city of Oiapoque. For this, bibliographical research was carried out of this literature on how the media represent the Brazilian woman. The reflected empirical data were collected in two trips to the city of Oiapoque in May 2017 and October 2018, when it was applied the technique of direct observation. As a result, the social representations that sensualize and sexualize Brazilian women have direct consequences on the migratory projects of these women.

Keywords: Social Representation. Brazilian Women. Migrants. Eroticization. Sexualization.

Carmentilla Martins – Doutora em Ciências Sociais, professora e pesquisadora na Universidade Federal do Amapá. E-mail: carmentilla.c@gmail.com

Dábila de Cássia Brito de Miranda – Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestranda no PPG em Estudos de Fronteiras pela UNIFAP. Áreas de interesse: Representações Sociais, Feminismo e Estudos Fronteiriços. E-mail: dabilabrito@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo são apresentados resultados parciais de uma pesquisa mais ampla a respeito das mulheres brasileiras em casamentos exogâmicos na Guiana Francesa. Para os limites deste texto, propõe-se discutir aqui as representações sociais que erotizam e sexualizam a mulher brasileira. Entende-se por representação social uma “[...] forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social [...]” (JODELET, 2001, p. 22).

A ideia é utilizar-se dessa conceituação para interpretar como se organiza a sociabilidade das brasileiras em suas experiências de vida quando se encontram em situação de imigração na Guiana Francesa. Tem-se a hipótese empírica de que o primeiro contato que essas mulheres tiveram com indivíduos da Guiana Francesa aconteceu na cidade de Oiapoque.

Sociabilidade refere-se à forma lúdica de associação, conceito apresentado por Simmel ao discutir a autonomização dos conteúdos sociais em relação aos indivíduos, processo pelo qual as intencionalidades e finalidades são liberalizadas, e as formas de associação passam a existir “[...] puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade” (Simmel, 2006, p. 64).

A migração de brasileiros e brasileiras para a Guiana Francesa iniciou-se em meados de 1960, ocasião em que indivíduos oriundos das mais diferentes regiões do Brasil ingressaram nessa coletividade territorial do ultramar da França para trabalhar na construção da base aeroespacial de *Kourou*. Cumpre lembrar que, nesse contexto, não havia exigências burocráticas e/ou legais para a entrada desse contingente de pessoas, facilidade que se sustentou por aproximadamente uma década (MARTINS, 2016), mas, atualmente, é exigido um visto para entrar na Guiana Francesa.

Nessa primeira onda migratória, a presença de mulheres migrantes era bem pequena, e, geralmente, aquelas que se aventuravam em um projeto migratório o faziam para acompanhar um homem, fosse marido ou outro membro familiar. Aproximadamente três décadas depois, um outro evento passou a atrair novos movimentos migratórios para território guianense: a garimpagem de ouro (DUARTE, 2016; PINTO, 2016).

Muitos desses novos migrantes, mesmo entrando sem os documentos requeridos pelas autoridades franco-guianenses, conseguiam se regularizar por meio de um contrato de trabalho ou casando-se com pessoas de nacionalidade francesa, sendo que nessa última situação a maioria dos imigrantes era formada por mulheres (HIDAIR, 2008). Esse fato teve como efeito problemas na sociabilidade das mulheres brasileiras imigradas para a Guiana Francesa, em especial com as mulheres francesas. A problemática transcende a vaidade que alimenta a rivalidade, pois o que Hidair (2008) capturou em sua pesquisa revelou que:

De um lado, as mulheres brasileiras de origem socioeconômica extremamente humilde, que abandonam seus lares em busca de melhores condições de vida e na esperança de enriquecer. De outro os homens metropolitanos – em situação profissional bem melhor do que a delas – que projetam nessas mulheres a ideia de que a vida sexual é mais liberada nos países quentes do que na Europa (HIDAIR, 2008, p. 137).

Argumenta-se que as representações sociais que sensualizam e sexualizam as brasileiras, tanto no passado, quanto no presente, têm desdobramentos nos projetos migratórios dessas mulheres para a Guiana Francesa, os quais na maioria das vezes começam nos encontros de finais de semana na cidade de Oiapoque, com os turistas provenientes daquela coletividade territorial. Nesse sentido, tomou-se como ponto de partida a dinâmica social na cidade de Oiapoque, local de encontro, socialização, partida e regresso de brasileiras em relação ao território francês.

O texto se inspira nas premissas teóricas de Denise Jodelet (2001; 2018) sobre representações sociais, as quais também forneceram a orientação metodológica para levantamento do material empírico. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que procurou desvendar as relações entre abordagem social, conceituação e características do objeto de reflexão. Também se utilizou da literatura para verificar como as mídias representam a mulher brasileira. Nos limites deste artigo, são analisadas também algumas propagandas sobre o turismo no Brasil e suas representações da mulher brasileira. Os dados empíricos refletidos foram coletados em duas viagens à cidade de Oiapoque, em maio de 2017 e outubro de 2018, cada uma com duração média de oito dias de permanência, quando foi aplicada a técnica da observação direta.

Como processo, as representações sociais produzem significados que tornam a realidade apreensível pela hermenêutica do mundo da vida, mas dessa apropriação emerge uma elaboração que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Têm operatividade devido às suas características informativas, cognitivas, ideológicas, normativas, as quais constituem crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. São objetos do aporte da antropologia, sociologia, história, e nas pesquisas desenvolvidas nesses campos elas são tomadas como “[...] operadores simbólicos e lógicos da vida social [...]” (JODELET, 2018, p. 428).

Na fronteira franco-brasileira, a migração transfronteiriça é histórica e, por isso, se enquadra na classificação de Coutinho, Bijos e Ribeiro (2018, p. 18), a qual aponta que 50% dos fluxos migratórios que acontecem numa mesma região são motivados pela territorialidade, “[...] sendo que os migrantes geralmente cruzam apenas uma fronteira, deslocando-se para um país vizinho ao seu de origem”. Examinar as representações sociais num contexto em que identidades nacionais encontram-se em interação, implica considerar como o indivíduo produz conhecimento e com ele opera num mundo real caracterizado por essa diversidade em articulação.

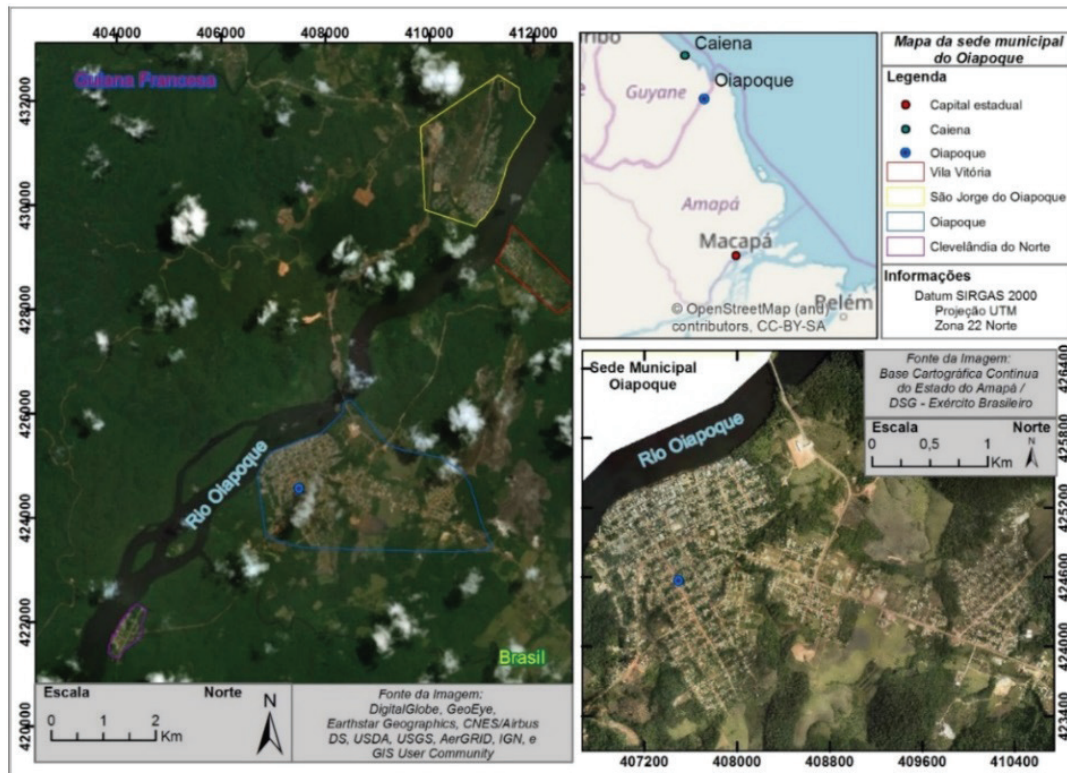
O texto está organizado em três seções. Na primeira parte, caracteriza-se a fronteira franco-brasileira para situar o leitor em relação ao locus da pesquisa. A seguir, são tecidas ponderações sobre o conceito de representações sociais e sua funcionalidade como saber prático nas vivências cotidianas. Na sequência, são feitas algumas inferências sobre o fenômeno da migração transfronteiriça na fronteira franco-brasileira. Nas considerações finais, indicam-se caminhos que conduzem a searas ainda carentes de escrutínio pela pesquisa, particularmente em áreas de fronteira internacional.

1. A Fronteira Franco-Brasileira: Oiapoque/Amapá-Saint Georges/Guiana Francesa

Entre Amapá e Guiana Francesa, localiza-se a fronteira que coloca como vizinhos um país sul-americano (Brasil) e um europeu (França). No Mapa 1, encontra-se a representação do espaço da fronteira franco-brasileira com a localização da cidade de Oiapoque e a vila de Saint Georges. A travessia de aproximadamente vinte minutos numa pequena embarcação motorizada através do rio Oiapoque garante a manutenção da mobilidade de pessoas entre as duas coletividades.

A faixa de fronteira brasileira possui cerca de 17 mil quilômetros de extensão, correspondendo a 27% do território nacional, e seu desenho inclui 11 estados fronteiriços, 10 países vizinhos e 32 cidades gêmeas (BRASIL, 2009); e dentre estas estão Oiapoque e Saint Georges ou São Jorge (Mapa 1), localidades assim classificadas devido ao alto grau de interação entre seus moradores.

Mapa 1 – Fronteira Franco-Brasileira



Fonte: Elaborado por Eduardo Q. de Lima (2018).

A cidade de Oiapoque é a sede do município homônimo, que tem uma população estimada em 27.270 habitantes (IBGE, 2019); do outro lado da fronteira está Saint Georges, com pouco mais de 4.000 habitantes (INSEE, 2015). Aos finais de semana, a cidade de Oiapoque fica bem movimentada devido à significativa presença de turistas vindos da Guiana Francesa.

Essa dinâmica acelerada se desenrola, em especial, na área que forma o bairro Central, o qual inclui a orla do rio Oiapoque, avenidas e ruas adjacentes¹. A observação revelou que a agitação advém da circulação de franceses e guianenses, público consumidor de diversas mercadorias: alimentos *in natura*, vestuário, perfumaria, bebidas, joias de ouro etc.; contudo, os serviços mais demandados são aqueles que oferecem entretenimento e lazer.

As limitações de possibilidades de diversão na cidade de Oiapoque induzem os migrantes de finais de semana a buscarem prazeres mais simples como comer, beber, dançar e encontros sexuais, de modo que restaurantes, bares, hotéis e pousadas são estabelecimentos comerciais que possibilitaram observar, nas conversas, as representações sociais relativas à erotização e sexualização da mulher brasileira. De acordo com Simmel (2006), entre os suportes das formas de interação social, um se destaca por ser

¹ Espaço definido como o conjunto que agrega a margem do rio, o muro de arrimo, as ruas Joaquim Caetano da Silva e Santos Dumont, as avenidas Barão do Rio Branco, Coaracy Nunes e Nair Guarani.

[...] o mais difundido de toda comunidade humana: a conversa. Aqui, o decisivo se expressa como a experiência mais banal: se, na seriedade da vida, os seres humanos conversam a respeito de um tema do qual partilham ou sobre o qual querem se entender, na vida sociável, o discurso se torna um fim em si mesmo [...] como *arte* de conversar (SIMMEL, 2006, p. 75, grifo do autor).

Portanto, as representações podem ser abordadas objetivamente em conversas e sua apreensão revela como desempenham a função de organizar sociabilidades. Arruda (2002, p. 138) assevera que a aposta é “[...] buscar captar um fenômeno móvel, por vezes volátil, por vezes rígido, cuja complexidade reforça a dificuldade da sua captação. Perceber uma representação social é fácil, mas defini-la, nem tanto”.

No desenvolvimento da pesquisa, os indícios coletados foram articulados para tornar a realidade inteligível, e, nesse sentido, cabe chamar a atenção para o argumento da autora sobre a existência de duas dimensões da vida social em que se manifestam as representações sociais: a consensual, que “[...] se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana [...]”; e a científica, “[...] com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna” (ARRUDA, 2002, p. 130).

Procurou-se delinear o processo de compartilhamento das representações sobre as mulheres brasileiras na cidade de Oiapoque, bem como designar os aspectos que lhes qualificam. A representação social é uma forma de saber prático que faz a conexão entre o sujeito e um objeto, mantendo com esse último uma relação de simbolização e de interpretação; na primeira função, ela denota o objeto, na segunda, lhe confere significado (JODELET, 2001). Conjectura-se que uma reflexão apoiada em representações sociais como categoria analítica deve atentar para a ideia de que elas se encontram nas bases sociais das formas de pensar, ver, sentir e agir.

A observação na cidade de Oiapoque revelou que os homens da França metropolitana e da Guiana Francesa simbolizam a mulher brasileira como sedutora e disponível ao relacionamento sexual. Na cidade de Oiapoque, de sexta-feira a domingo, ficam aflorados os desejos por lazer e diversão, seja a degustação de vinhos e cervejas; o saborear da carne e peixes; sejam os relacionamentos amorosos ou sexuais. Nos bares e restaurantes, os turistas se reúnem para ‘caçar’, termo que denomina a paquera com pretensão de fazer sexo. A expectativa das práticas sexuais pode ser captada na atitude dos administradores de pousadas e hotéis: a reserva de um conjunto de quartos para esse uso, com isso configurando uma área do estabelecimento destinada a esse público.

2. Representações Sociais como Categoria Analítica

Arruda (2002) afirma que a noção de representação social começa a ser utilizada nos idos de 1960 para explicar fenômenos relativos às formas como os indivíduos socializados atribuem significação à sua existência, objetificando sensações, sentimentos e práticas subjetivas. Nas ciências sociais, a noção de representação social torna-se relevante para entender o processo em que intencionalidades passam a produzir demandas coletivas.

Afirma também Arruda (2002) que a teoria das representações sociais é organizada em torno da premissa relativa a existência de múltiplas formas de conhecer e se fazer conhecer, ou seja, de se comunicar; sendo essa diversidade decorrente da manifestação de distintas intencionalidades.

Pode-se trazer à discussão um exemplo que Jodelet (2001) utiliza no caso das representações sociais da AIDS. Quando a síndrome surgiu, na década de 1980, não se sabia muito sobre

contágio, sintomas, sequelas e tratamento, mas esse início foi acompanhado da emergência de uma concepção moral e social que passou a funcionar no sentido de interpretar sua significação; e assim a visão moral converteu a AIDS em um estigma social que produziu o ostracismo dos portadores da síndrome e, ato contínuo, sua rejeição. Por outro lado, os estigmatizados ou excluídos foram induzidos à submissão ou revolta.

Com essas inferências, a autora explica que as representações sociais servem à atuação dos indivíduos sobre o mundo e sobre os outros, pois compõem um conjunto de ideias e concepções capazes de influenciar diretamente na estrutura de um objeto ou nas vidas das pessoas; e capazes também de criar um conhecimento que é compartilhado socialmente e interpretado em diferentes dimensões sociais. Contudo, a autora lembra que colocar em circulação uma determinada representação é um ato de vontade do indivíduo: para partilhar é preciso acreditar.

Nesse sentido, compreendendo-se as representações sociais como sistemas de interpretação que se possui do mundo, tem-se a erotização e sexualização da mulher brasileira publicizada através de diferentes meios de comunicação, tais como o rádio, televisão e internet, e de discursos como novelas, letras de músicas, notícias e propagandas.

Saberes anteriores que se atualizam em práticas existenciais também funcionam como campo estruturado e estruturante de representações sociais. Na busca de provocar algumas discussões sobre as questões relacionadas às representações da mulher brasileira, destaca-se a Carta de Pero Vaz de Caminha², primeiro documento escrito sobre o Brasil, na qual são citadas meticulosamente “as vergonhas” das mulheres indígenas, fomentando um imaginário de erotismo, beleza e sexualidade aflorada.

Nessa carta, a mulher indígena é retratada como exótica e, em certo trecho, ela é comparada à mulher europeia por meio de um discurso com forte apelo sexual: “E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”.

No romance *Iracema* (1865), de José de Alencar, o nacionalismo e o indianismo são consagrados como fundamentos da ancestralidade do povo brasileiro. A obra traz como alegoria da construção da história nacional o relacionamento amoroso e sexual entre o homem europeu e a mulher indígena. O corpo curvilíneo de Iracema é puro e doce, mas indutor aos prazeres da carne. A metáfora dos “lábios de mel” é usada para conotar que sua virgindade é a honra e o mel dos lábios é como o favo que a abelha fabrica no tronco da andiroba: tendo na doçura o veneno (ALENCAR, 1865).

O romance atribui centralidade tanto à beleza quanto aos sentimentos de Iracema em sua relação com Martín, uma paixão que lhe torna disposta ao sacrifício, pois mesmo sendo a matriz da nação Brasil, ela carrega o desejo de se relacionar com o colonizador guerreiro. Essa concepção foi identificada nas conversas com mulheres brasileiras entrevistadas na cidade de Oiapoque acerca de conseguir se casar com um francês. Cumpre ressaltar que, primeiramente, elas imaginam a união a um francês da França continental, e o guianense é uma opção tangencial (Diário de campo, maio de 2017, Oiapoque).

² Pero Vaz de Caminha, escreveu “A Carta” registrado suas impressões sobre a terra que depois foi chama de Brasil. Este é o primeiro documento escrito da história do Brasil. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

Outro exemplo é a obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a partir da qual foi se organizando uma matriz conceitual fundamentada na sexualização do desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. Bastante divulgada tanto nacional como internacionalmente, a obra acabou por se tornar referência no conhecimento sobre o Brasil e sua população, pois “[...] Ele fala do Brasil a partir de dentro e não como objeto natural. Seu pertencimento ao seu objeto dá ao seu texto uma impressão de autenticidade, de verdade imediata e interior” (REIS, 2003, p. 52).

Freyre (2006), ao etnografar as vivências cotidianas nos engenhos da região açucareira do Nordeste do Brasil, caracteriza o colonizador português como um tipo contemporizador no relacionamento com indígenas e negros, comportamento esse que decorria das imanências herdadas do período em que a península ibérica foi objeto de ocupação do Islã.

Dessa convivência dos ibéricos com os mouros, resultou a construção de representações sobre a mulher moura, de corpo curvilíneo, lábios carnudos e pele escura. A imagem da mulher moura veio a compor o pensamento do colonizador na fundação de uma sociedade nos trópicos, de maneira que o “[...] ambiente em que começou a vida brasileira foi quase de intoxicação sexual [...]”, com mulheres da terra se entregando nuas aos “[...] brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses” (FREYRE, 2006, p. 161).

O exotismo e o apelo sexual são explícitos nessas representações das mulheres indígenas, que são inseridas no contexto da colonização com seu interesse sexual no colonizador. Ao discutir a relação entre feminino e masculino em *Casa-Grande & Senzala*, Fátima Quintas argumenta que

A mulher índia, indefesa, logo se encantou diante da “excentricidade” do Ocidente. Atraiu-se por ninharias. O europeu trazia a “modernização”, o progresso, as vantagens de uma mágica civilização. Fechou os olhos essa mulher ingênua, para possíveis desacertos e lançou-se freneticamente à loucura da cupidez. De tudo fez para copular. E copulou. (QUINTAS, 2008, p. 25, grifos da autora).

Nesse trecho, tem-se a compreensão de como as índias foram colocadas no processo de colonização apenas como corpos, com interesses sexuais aflorados em busca do colono e do progresso que ele trazia. A autora ainda retrata, nesse primeiro momento, um quadro de intoxicação sexual, nos termos freyrianos, como se a libido da mulher se exacerbasse quase que ensandecidamente ante o potente pênis europeu (QUINTAS, 2008).

Essas abordagens contribuem para uma sexualização da mulher nativa, e no decorrer do processo histórico percebe-se que esse entendimento irá se estender às mulheres negras trazidas ao Brasil pelo escravismo colonial. Assim, as discussões demonstram a produção de um corpo colonial alvo da opressão dos colonizadores, um corpo visto como disponível (GOMES, 2013).

Essas representações sociais reforçam uma imagem da brasileira portadora de uma beleza exótica que seduz o colonizador provocando apetites sexuais desenfreados. Nessa direção, pode-se citar as pesquisas de Maria Badet (2016), que, desde 2008, estuda os conteúdos sobre o Brasil que circulam na mídia espanhola. A autora alega que o imaginário sobre o Brasil se forma a partir de sua projeção como um país tropical, onde as nativas ostentam uma exuberante nudez.

Ao avaliar 140 notícias, ela conseguiu identificar que 84 tinham como temática principal a imigração de brasileiros e brasileiras na Espanha, dentre as quais 15 se relacionavam à prostituição e profissionais do sexo. No decorrer da análise, Maria Badet (2016) percebeu que as imagens noticiadas evidenciavam o corpo das brasileiras, em especial a bunda. Outras 27 notícias tratavam daquelas

vitimadas pela violência doméstica. A autora aponta que o indicativo da nacionalidade das mulheres se constituía em elemento de qualificação da informação divulgada. Assim comenta:

Em resumo, este conjunto de notícias opta por ressaltar a figura feminina brasileira e associá-la a temáticas que podem ativar ideias ligadas ao imaginário sensual e erótico das mulheres brasileiras. Dito de outra maneira, a imagem que perpetua na mente de muitos estrangeiros de que a brasileira gosta de sexo, é uma mulher fácil e/ou está em busca de um relacionamento com um estrangeiro pode acabar por ser reforçada nos imaginários dos receptores dada a constante presença deste tipo de notícias nos meios de comunicação (BADET, 2016, p. 25).

Em outra pesquisa com 121 jovens espanhóis, a pesquisadora se dedica a capturar as continuidades do imaginário tropical e sensual da mulher brasileira, porém, o trabalho realizado demonstrou que a reflexão crítica e a oferta de conteúdos diversos também potencializam novas leituras e diferentes formas de ver o Brasil, a mulher e o homem brasileiros. Nessa circunstância, ela ressalta que:

Tanto ao analisar os conteúdos, como os processos de apropriação, comprova-se a importância midiática e social da mulher brasileira como representante do imaginário social do Brasil, sendo este muitas vezes associado ao erótico e sensual. Os resultados nos levam a pensar sobre o papel primordial das mídias para a construção de imaginários do Brasil menos estereotipados (BADET, 2016, p. 26).

A autora ainda argumenta que a mulher brasileira sensualizada e sexualizada está imersa no imaginário sobre o Brasil. Essa situação é encontrada nas propagandas de turismo: a mulher é mais um produto para deleite dos visitantes. Pode-se citar também o estudo de Mariana Gomes (2013), o qual aborda a questão do imaginário social da mulher brasileira em Portugal. Adotando a perspectiva de Foucault, saber, poder e subjetivação, além de examinar os discursos sobre o turismo no Brasil, ela pondera que as

[...] relações saber-poder produzem a sexualidade (hetero), o sexo (a existência de homem e mulher), o corpo (a existência do corpo feminino e masculino), o gênero (os papéis sociais de homem e mulher). Essas construções sobre o corpo são permeadas pelo biopoder – relações de poder exercidas através da gestão da vida, especialmente através da produção de sexualidade – e pelo poder patriarcal. O patriarcado moderno ocidental se constrói a partir da produção de dois sexos (homem e mulher) que correspondem a construções de sexualidades e papéis sociais (GOMES, 2013, p. 48).

A partir dos estudos de gênero, tem-se por definição que “Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 1996, p. 9). Com isso, tem-se uma estrutura de relação de poder entre esses sujeitos, e dentro da sociedade patriarcal existem papéis específicos para cada um.

Há representações dos homens subjacentes à estrutura de dominação sobre as mulheres, apoiadas em ideias, valores, crenças, símbolos, tradições, ritos constituídos em instituições estatais, religiosas, civis e comerciais. Isso se observa também em questões relativas à sexualidade humana.

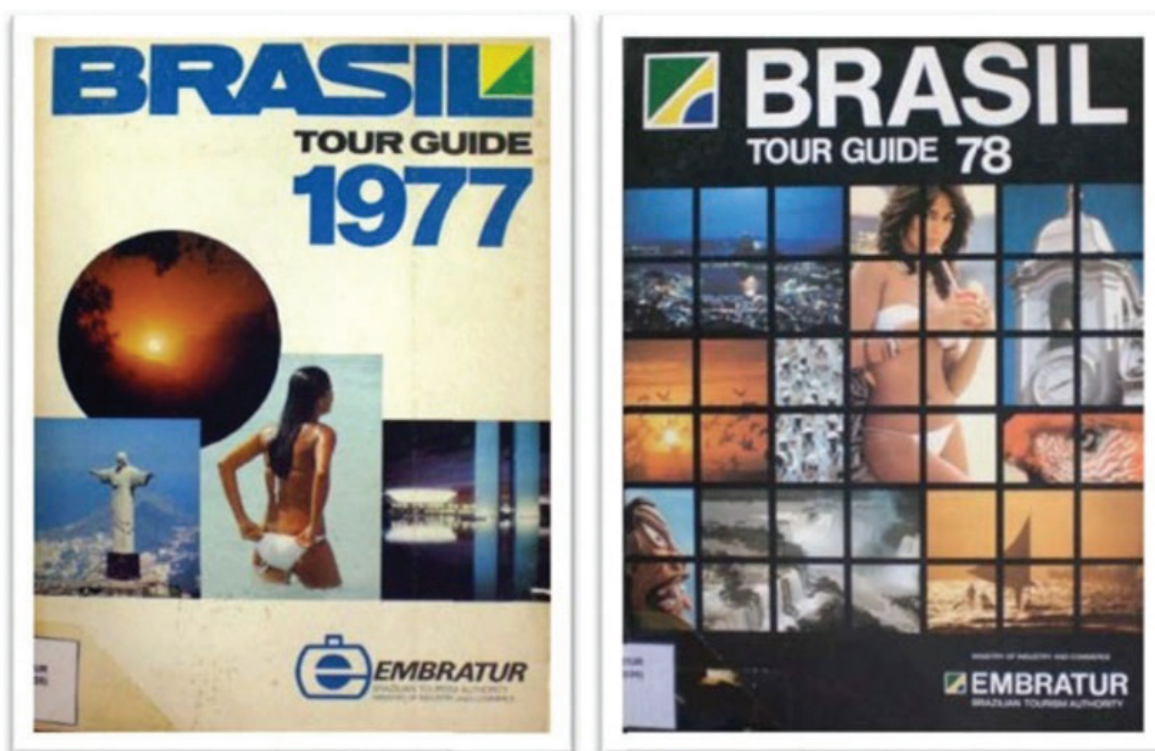
De acordo com Peres e Toledo (2011), existem linhas disciplinadoras – sexo/gênero/desejo – que generificam os corpos em masculino e feminino. Com isso, machos são eroticamente designados para os corpos femininos e fêmeas, do mesmo modo, aos corpos masculinos.

Dessa perspectiva, compreende-se que a erotização e sexualização da mulher brasileira “[...] intervêm na ação sobre o mundo social, na medida em que essa ação se apoia no conhecimento que os atores sociais têm deste mundo e de sua própria posição” (JODELET, 2018, p. 428). Como exemplo, citam-se as propagandas comerciais publicizadas pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), criada em 1966, durante o período da ditadura militar e subsidiada pelo governo brasileiro com o objetivo de implantar uma infraestrutura turística no Brasil.

Algumas peças publicitárias (Ilustração 1) divulgadas no exterior vendiam a imagem do Brasil tendo como aporte a mulher brasileira como um produto turístico. Especialmente nos anos 1970/80, as imagens de mulheres de biquíni, sem um contexto ou grandes explicações, expressam a valorização dos corpos femininos, particularmente o “bumbum”.

São imagens que incitam o pensamento criado pelo próprio colonizador, reiterado pelo colonizado: a simbolização do corpo da mulher brasileira em sensualidade e prazer sexual. A ideia de que as mulheres brasileiras são sensuais, exóticas, submissas e, principalmente, disponíveis para o sexo é explicitada pela afirmação de Jodelet (2001), de que o sentido simbólico atribuído por um sistema de pensamento tem sua efetividade não na sua circulação entre muitos indivíduos, e, sim, em como esse compartilhamento passa a ter efeitos nos indivíduos que também assim pensam, ou seja, como o grupo passa a pensar em relação ao objeto pensado.

Ilustração 1 - Propagandas do Turismo no Brasil divulgadas pela Embratur



Fonte: Guias da Embratur (1970; 1980)³

³ Cf. MONTOVANI, Flávia. No passado, Brasil já teve material oficial de turismo com apelo sexual. *G1*. São Paulo. 27/02/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-ja-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

A produção dessas representações repercutiu “[...] nas modalidades de elaboração dessas produções mentais sociais, mas também [n]à forma pela qual elas intervêm na linguagem e nas práticas sociais para gerar efeitos sociais” (JODELET, 2018, p. 430). Deste modo, fica evidenciado o poder de desvelar, constituir e instituir uma realidade que se reproduz em diferentes escalas espaciais.

Essa construção frente à mulher se encontra dentro do Brasil, mas historicamente foi exportada em diferentes meios para o cenário internacional. Temos a “mulher brasileira”, compreendida aqui como objeto de análise, como um produto em uma ação performática⁴ das relações históricas de poder, que envolvem outros elementos como os estereótipos sobre as mulheres brasileiras ligando gênero, raça e classe social.

Assim, pode-se compreender que esses estereótipos também são fruto do processo da colonização brasileira. Connell (1998) aponta que o colonialismo teve impacto na construção de uma ordem global de gênero, a qual construiu masculinidades diferentes e hierarquizadas entre homens da metrópole e homens das colônias, além de fomentar estigmas e violências contra as mulheres, criando, assim, um imaginário colonial associado ao erótico e exótico.

Essas concepções provenientes do imaginário colonial estão presentes sobre as mulheres no Brasil, no seu dia a dia, e em um cenário maior, pois esses estigmas são carregados como características natas das mulheres brasileiras; então, dentro de um projeto migratório, as mulheres brasileiras são identificadas e compreendidas através dessas representações sociais, que podem influenciar diretamente no projeto migratório de uma mulher compreendida como nacional brasileira.

3. Migração e Gênero

No que tange aos fluxos migratórios, a Guiana Francesa pode ser considerada como um local de imigração. No total, os imigrantes representam 35,5% dos habitantes, sendo os grupos mais expressivos os surinameses, os haitianos e os brasileiros. Hoje, esses indivíduos, respectivamente, ocupam as seguintes posições numa escala percentual: 13,8%, 8,8% e 8,7% da população (INSEE, 2015).

A mobilidade humana no espaço é um fenômeno que envolve “[...] frequências, distâncias, e formas diferenciadas, e é uma condição da migração [...]. Migrar, além da mobilidade geográfica, implica trocar o ambiente familiar e social [...]” (ARAGÓN, 2013, p. 215). Dessa perspectiva, entende-se que se mover/migrar é intrínseco à existência humana, tendo desdobramentos no tocante ao ambiente, à cultura, à sociedade, à política e à economia. Com as inovações tecnológicas que ampliaram a conectividade no espaço, o movimento passou a ser uma palavra que caracteriza os modos de perceber, pensar e sentir na contemporaneidade.

No tocante à migração e gênero, constata-se, dentro dos estudos migratórios, uma certa lacuna no que tange aos estudos migratórios que têm mulheres como protagonistas, devido à vigência da tese de o migrante ser sempre um homem; isso acabou por restringir “[...] as possibilidades da pesquisa empírica e produziu premissas teóricas equivocadas [...]” (PERES, 2004, p. 2). Cumpre chamar atenção para ressaltar que os temas mais interessantes aos pesquisadores eram voltados a aspectos laborais, demográficos, leis migratórias, ações dos estados entre outros.

⁴ Uma canção que se tornou “icônica” e que dá uma boa medida dessa representação é *Mulher Brasileira*, de Benito di Paula (1975), cuja letra, em certo trecho diz: Agora chegou a vez, vou cantar // Mulher brasileira em primeiro lugar // *(Diz rapaziada)* // [...] // Norte a sul do meu Brasil // *Caminha sambando* // *Quem não viu?* // *Mulher de verdade, sim senhor* // *Mulher brasileira é feita de amor*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/benito-di-paula44498/#:~:text=Composi%C3%A7%C3%A3o%3A%20Benito%20Di%20Paula>. Acesso em: 27. out. 2020.

Com a crescente relevância dos movimentos de mulheres e estudos de gênero, a temática mulheres e migração passou a ter mais relevância no cenário internacional, e debates sobre a temática se tornaram mais explorados. Percebe-se uma feminização da migração, não tanto por um aumento quantitativo no número de mulheres em situação migratória, mas sim pelo protagonismo delas na construção de projetos autônomos e redes migratórias no mundo todo.

No entanto, ainda que o ato de migrar traduza uma atitude, nos contextos em que a migração consiste em uma estratégia de busca por melhores condições de vida para si e para suas famílias, é relevante notar outro ponto: a vulnerabilidade e possíveis condições de exploração e de discriminação a que as mulheres migrantes ficam submetidas (SACKUR, 2015). Nessa direção, o excerto abaixo explicita a condição da mulher brasileira migrante na Guiana Francesa: “[...] a maioria dos homens metropolitanos usa e abusa de sua condição de superioridade para atrair as mulheres brasileiras sem o menor intuito de lhes oferecer uma relação estável [...]” (ALMEIDA, 2004 *apud* HIDAIR, 2008, p. 138).

Sobre isso, pode-se destacar as mulheres brasileiras migrantes em Portugal, as quais já possuem uma identificação própria, carregada de estereótipos específicos (simpatia, alegria, sexualidade aflorada e sensualidade) que condicionam posições que os brasileiros vão ocupar no mercado de trabalho e experiências que têm de enfrentar cotidianamente (PADILLA; GOMES; FERNANDES, 2010).

Destaca-se no trabalho de Mariana Gomes (2013) um exemplo presente na mídia portuguesa, que foi a reportagem de capa da revista *Focus*, com o título “Eles adoram-na, elas odeiam-na: Os segredos da mulher brasileira” (Ilustração 2). A reportagem, já no primeiro parágrafo, aborda os casamentos entre portugueses e brasileiras, definindo-as como oriundas das “Terras de Vera Cruz”, alusão direta ao processo de colonização.

Ilustração 2 - Imagens na revista *Focus*, capa da edição 565, de 2010



Fonte: Revista Focus (2010)⁵.

⁵ Cf. NAVARRO, Fernanda. *Mulher brasileira em Portugal*. 24 mar. 2015. Disponível em: <http://fernanda-navarro.blogspot.com/2015/03/mulher-brasileira-em-portugal.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

Nota-se a representação da mulher brasileira apenas com o corpo e um biquíni expondo o bumbum e as cores símbolos da brasilidade, o verde e o amarelo. O título da reportagem, além de reforçar uma ideia de rivalidade feminina com a frase “elas odeiam-na”, expõe que perpassa no imaginário da sociedade portuguesa a noção de que as mulheres brasileiras são promíscuas, inspiradoras dos pecados carnisais. Isso pode ser evocado na afirmação de Hidair (2008, p. 138), de que as brasileiras “[...] são acusadas de vender seus encantos aos homens franceses, que seriam suas pobres vítimas”.

Além de reforçar a ideia de que a brasileira migra para casar com o europeu, no caso da reportagem apresentada na revista *Focus*, temos o português, colonizador, e a ideia de que é submisso aos encantos da colonizada, pois “eles adoram-na”. Essa atribuição de significado funciona para desqualificar o sistema colonial como extremamente cruel em relação aos povos colonizados.

As representações sobre a mulher brasileira ainda são compreendidas como um corpo colonizado, estando à disposição sexualmente. Ocorre a reconstrução do imaginário colonial baseado na moral cristã ocidental que divide as mulheres em “Evas”, pecadoras, disponíveis sexualmente, não europeias; e “Marias”, esposas, mães, com pudor, europeias (VASCONCELOS, 2005).

Os vínculos que são estabelecidos entre essas representações e as migrantes brasileiras na Guiana Francesa têm influência na sua inserção no mercado de trabalho, na sua busca por moradia, por fim, na organização de sua sociabilidade. São mulheres em situação de discriminação, sujeitas a múltiplas violências.

É sabido que o perfil da imigrante brasileira é fundamentalmente composto por jovens que trabalham em espaços específicos voltados ao atendimento ao público e nos setores envolvendo limpeza e cuidados de crianças e idosos. E que carregam consigo essas representações sociais referentes à sua nacionalidade, que ora podem se orgulhar e demonstrar que são mais do que essa concepção de um corpo, ora podem se manter caladas aos estigmas que sofrem.

As representações sociais são concepções transcendentais às especificidades, são produzidas nas vivências sociais, sendo também sua expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações do que é ser mulher e brasileira, em algumas situações, são bem antigas, datando do período colonial no Brasil, quando colonizadores se aproveitavam das mulheres indígenas e negras para satisfazerem suas necessidades sexuais (FREYRE, 1998). Esse fato histórico relaciona a mulher brasileira ao sexo e à nudez. Essa herança colonial permanece viva na história oficial contada pelos portugueses, porque foi um discurso do colonizador em relação ao colonizado.

Percebe-se como as representações sociais sobre a categoria “mulher brasileira” influenciam diretamente no projeto migratório das brasileiras que saem do país, carregando estereótipos frente à sua própria nacionalidade. Como Jodelet (2001) destaca, as representações sociais se inserem em conjuntos de valores, cuja variação exprime a diversidade de grupos que lhes originam.

Como ocorreu dentro do processo histórico do Brasil essa representação dos corpos das mulheres brasileiras, essa visão do corpo colonizado, reiterado por questões de raça e classe social, notam-se ainda os resquícios desse pensamento voltado à exposição e exploração das mulheres brasileiras. Ainda hoje, há uma perspectiva voltada aos corpos, às curvas voluptuosas, à sensualidade, ao exótico.

Reforçada pela mídia brasileira e exportada para o cenário internacional, há, nos livros históricos, essa representação das mulheres brasileiras. Até mesmo dentro da Empresa Brasileira de Turismo verifica-se a contribuição das peças publicitárias que por décadas reforçaram a venda do turismo brasileiro a partir das mulheres desse país.

O reflexo disso foi a compreensão de um turismo sexual voltado para o Brasil, a busca pela mulher brasileira como um produto nacional aberto para o consumo, reforçado pela Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e pelo próprio governo brasileiro.

Dentro dessas representações sociais, tem-se um conjunto de características que reforçam maiores estigmas, como a erotização e sexualização de mulheres indígenas e negras. Além disso, ainda hoje há uma compreensão de que a mulher brasileira tem o ideário de buscar pelo marido europeu, o marido vindo do estrangeiro, e isso é visto dentro dos exemplos citados, em especial as peças publicitárias das revistas portuguesas.

Correlacionando as informações discutidas neste trabalho, percebe-se o quanto a representação social das mulheres brasileiras foi construída através de uma compreensão machista, patriarcal e colonizadora. Os corpos das mulheres brasileiras ainda são compreendidos como corpos coloniais disponíveis ao sexo e exóticos. E essa compreensão é pautada no processo histórico brasileiro e reforçada dentro dos meios de comunicação, rádios, novelas e peças publicitárias.

Assim, as mulheres brasileiras migrantes sofrem diretamente com os estigmas que o objeto de análise “mulheres migrantes” possui, influenciando diretamente no seu processo migratório, em suas vivências e em como vão reagir frente a possíveis discriminações e violências.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Iracema*. Brasil: Fundação Biblioteca Nacional, 1865.

ARAGÓN, Luís E. *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/Pitila/Downloads/Teoria_Das_Representa_Es_Sociais_e_Teori%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Pitila/Downloads/Teoria_Das_Representa_Es_Sociais_e_Teori%20(1).pdf). Acesso em: 23 set. 2019

BADET, Maria. A prevalência de imaginários estereotipados do Brasil no exterior e o papel das mídias na sua manutenção. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 24, n. 46, p. 59-75, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852016000100059&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDF. Brasília-DF: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/publicacoes/2970-2/>. Acesso em: 03 set. 2019.

CONNELL, Robert W. Masculinities and Globalization: Men and Masculinities. *Sage Journals*, vol. 1, n. 1, p. 3-23, 1998.

COUTINHO, Frederico de Moraes Andrade; BIJOS, Danilo; RIBEIRO, Henrique Marques. O estado da arte das discussões sobre migrações internacionais e políticas públicas. *Revista do Serviço Público-RSP*, v. 69, n. 2, Brasília, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3275>. Acesso em: 27 set. 2019.

DUARTE, Geraldine Rosas. Guiana Francesa: uma análise geo-histórica. *Confins*, v. 28, set. 2016. Disponível em: <http://confins.revues.org/11072>. Acesso em: 24 mar. 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. 51ª ed., rev. São Paulo: Global, 2006. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

GOMES, Mariana Selister. O imaginário social. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 867-900, dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21829905005.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

HIDAIR, Isabelle. Imigração brasileira na Guiana: entre elucubrações e realidade. *Antropolítica*, Revista Contemporânea de Antropologia, n. 24, p. 127-143, jan./jun. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/1958588/Imigra%C3%A7%C3%A3o_brasileira_na_Guiana_entreelocubra%C3%A7%C3%B5es_e_realidade. Acesso em: 26 set. 2019.

INSEE. Institut National de la Statistique et des Études Économiques. Analyses. Guyane. Antilles-Guyane Recensement de la population em Guyane. La démographie guyanaise toujours aussi dynamique. 2015. Disponível em: https://www.epsilon.insee.fr/jspui/bitstream/1/69354/1/IA_GUY_27.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Oiapoque*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>. Acesso em: 03 set. 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.


JODELET, Denise. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. *Soc. Estado*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 423-442, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000200423&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-18.

MANTOVANI, Flávia. No passado, Brasil já teve material oficial de turismo com apelo sexual. 2014. *G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-ja-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira. *Fronteiras & Debates*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/3409/carmentillav3n1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

NAVARRO, Fernanda. *Mulher brasileira em Portugal*. 24 mar. 2015. Disponível em: <http://fernanda-navarro.blogspot.com/2015/03/mulher-brasileira-em-portugal.html>. Acesso em: 25 set. 2019.



PADILLA, Beatriz; GOMES, Mariana e FERNANDES, Gleiciani. Ser Brasileira em Portugal: Imigração, Gênero e Colonialidade. Seminário de Estudos Sobre Imigração Brasileira na Europa, 1., 2010, Barcelona. *Anais [...]*. Barcelona, 2010.

PERES, Roberta G. As mulheres na migração internacional: as diferenças nas estratégias de homens e mulheres ao longo da trajetória migratória. Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP, XIV. 20-24 de setembro de 2004, Caxambu/MG. *Anais [...]*. Caxambu/MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1462/1427>. Acesso em: 27 set. 2019.

PERES, William S.; TOLEDO, Livia G. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Psicologia Política*, v. 11, n. 22, jul./dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006. Acesso em: 27 set. 2019.

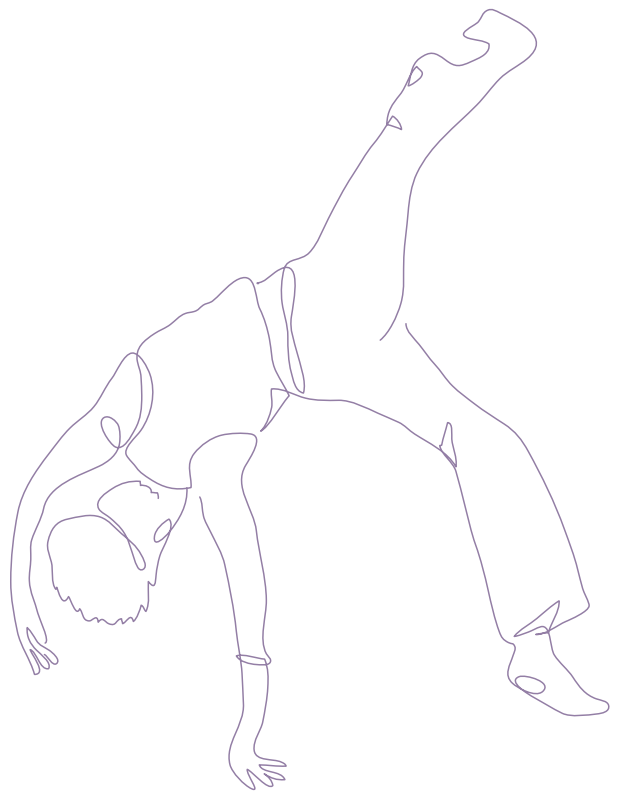
PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Migração de brasileiros para a Guiana Francesa: da sedução à realidade migratória. In FOUCK, Serge Mam Lam; COLLOMB, Gérard. (Responsabilité scientifique). *Mobilités, ethnicités, diversité culturelle: la Guyane entre Surinam et Brésil. Eléments de compréhension de la situation guyanaise*. Matoury/Guyane: Ibis Rouge Éditions, 2016.

QUINTAS, Fátima. *Sexo à Moda Patriarcal: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre*. Brasil: Global, 2008.

SACKUR, Stephen. Filipinas treinam empregadas domésticas para exportação. *BBC News Brasil*. 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150310_filipinas_empregadas_treino_fn. Acesso em: 02 jul. 2019.

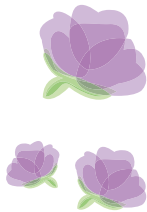
SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*; tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

VASCONCELOS, Vânia. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. *Revista Ártemis*, v. 3, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2209>. Acesso em: 27 set. 2019.





Seção



B



**Cidadania, Participação Política,
Trabalho e Desenvolvimento**



Representação Política, Gênero e Estereótipos: análise de aspectos discursivos da atuação das vereadoras de Belém e de Manaus no Facebook

Representación Política, Género y Estereotipos: análisis de aspectos discursivos del desempeño de las concejales de Belém y Manaus en Facebook

Political Representation, Gender and Stereotypes: analysis of discursive aspects of the performance of councilors from Belém and Manaus on Facebook

Nathália Kahwage

Danila Cal

Resumo: Objetiva-se compreender como as vereadoras de Belém (PA) e de Manaus (AM) utilizam os estereótipos para ressignificar o exercício da atividade política por meio dos vídeos postados em seus perfis pessoais e *fanpages* no Facebook. Considera-se o conceito ampliado de representação política, com a adesão de outras formas de fazer política e com ênfase na sua dimensão discursiva. O *corpus* é composto por 210 vídeos examinados, por meio de análise de conteúdo, entre 2015 e 2018. Conclui-se que o estereótipo central foi o de Mãe que se relacionou, principalmente, com temas da área social como Educação, Cidadania e Pessoas com Deficiência.

Palavras-chave: Representação política discursiva. Gênero. Estereótipos. Facebook.

Resumen: El objetivo es comprender cómo los concejales de Belém (PA) y Manaus (AM) utilizan estereotipos para replantear el ejercicio de la actividad política a través de videos publicados en sus perfiles personales y *fan pages* en Facebook. Se considera el concepto ampliado de representación política, con la adhesión de otras formas de hacer política y con énfasis en su dimensión discursiva. El *corpus* consta de 210 videos analizados, mediante análisis de contenido, entre 2015 y 2018. Se concluye que el estereotipo central fue el de *Madre*, el cual estuvo relacionado principalmente con temas del área social como Educación, Ciudadanía y Personas con Deficiencia.

Palabras clave: Representación política discursiva. Género. Estereotipos. Facebook.

Abstract: The objective is to understand how the councilors of Belém (PA) and Manaus (AM) use stereotypes to reframe the exercise of political activity through videos posted on their personal profiles and fan pages on Facebook. The expanded concept of political representation is considered, with the adherence of other ways of doing politics and with emphasis on its discursive dimension. The *corpus* consists of 210 videos analyzed, through content analysis, between 2015 and 2018. It is concluded that the central stereotype was that of *Mother*, which was mainly related to themes in the social area such as Education, Citizenship and People with Deficiency.

Keywords: Discursive political representation. Gender. Stereotypes. Facebook.

Nathália Kahwage – Mestra do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). E-mail: nathalia.kahwage@gmail.com

Danila Cal – Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), líder do Compoa. E-mail: danila@ufpa.br

INTRODUÇÃO

As ações individual e coletiva de grupos marginalizados podem levar à expansão do “espaço discursivo” (BIROLI, 2018) em ambientes comunicacionais não-tradicionais, como o das mídias sociais, para a valorização de experiências diferenciadas (PINTO; SILVEIRA, 2018), resignificando as relações de poder para além do sentido de dominação (*power over*), e, sim, também como empoderamento (*power to*), resistência (*power to*) e solidariedade (*power with*) (ALLEN, 2013, 1998; CAL, 2016). Os estereótipos atuam, nessa dinâmica, como atalhos comunicacionais (BIROLI, 2011) e estratégias de comunicação política (PANKE, 2016) capazes de promover, em certa medida, mais mobilidade aos sujeitos e grupos.

O alargamento na definição de *representação política* pode ser realizado sob uma perspectiva comunicacional, ou seja, discursivamente, pela observação dos *percursos* entre representantes e representados. É um *relacionamento* capaz de ocorrer em ambientes menos convencionais, como o on-line. É o que objetiva este artigo: compreender como as vereadoras de Belém e de Manaus utilizam os estereótipos para ressignificar o exercício da atividade política por meio dos vídeos postados em seus perfis pessoais e *fanpages* no *Facebook*. Panke (2016) organizou os três principais estereótipos femininos na política institucional: Mãe, Guerreira e Profissional. Eles serão guias metodológicos atravessados nas diferentes relações de poder. O **corpus** é composto por 210 vídeos das vereadoras de Belém da 18ª Legislatura (2017-2020): Blenda Quaresma (MDB); Marinor Brito (PSOL) e Simone Kahwage (PRB); e das vereadoras de Manaus (AM), da 17ª Legislatura (2017-2020): Glória Carratte (PRP); Joana D’arc (PR); Professora Jacqueline (PHS); e Professora Therezinha (Democratas). Desse total, 86 são das parlamentares de Belém e 124 são das parlamentares de Manaus. O recorte incluiu as postagens a partir do dia 04.08.2015 (data da primeira postagem que foi da vereadora Simone Kahwage) até o dia 08.03.2018 (Dia Internacional da Mulher). O método utilizado foi o de análise de conteúdo.

Destaca-se que as sete vereadoras estão situadas geograficamente na Amazônia, vivem a realidade da região e possuem experiências marcadas por particularidades locais, sejam elas vivências de opressão ou de enfrentamento. São elas: 1) Blenda Quaresma: do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido do espectro político centrista. Tem 34 anos, nasceu em Belém, é profissional liberal (bacharel em Direito e empresária) e ocupou, pela primeira vez, um cargo público em 2017, ao assumir uma das cadeiras da Câmara Municipal. Possui atuação política voltada, principalmente, para o esporte e a saúde. Realiza, com certa frequência, ações sociais em bairros periféricos da cidade, e possui grande vínculo com a figura do pai, o deputado estadual Dr. Wanderlan Quaresma (MDB); 2) Marinor Brito é líder do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), legenda de extrema-esquerda. É professora e assumiu um cargo público, pela primeira vez, em 1996, como vereadora. Tem 61 anos, nasceu em Alenquer, município no Baixo Amazonas, no Pará. Atua principalmente em questões culturais, direitos humanos, e questões de gênero; 3) Simone Kahwage é do Partido Republicano Brasileiro (PRB), legenda de centro-esquerda. Ocupou, pela primeira vez, um cargo público em 2017, ao assumir uma das cadeiras da Câmara Municipal. Tem 40 anos, nasceu em Belém, é casada, profissional liberal (administradora) e segue a linha conservadora. Na atuação anterior à eleição, desenvolvia trabalhos na área social de uma igreja evangélica, os quais permanecem no mandato parlamentar; 4) Glória Carratte é líder do Partido Republicano Progressista (PRP), na Câmara Municipal de Manaus. Mantém posicionamento partidário de apoio à gestão municipal de Arthur Neto (PSDB). O primeiro cargo

público foi ocupado em 2004, como vereadora. Está no quinto mandato. Tem 58 anos. É natural de Rondônia e casada com o ex-deputado estadual Miguel Carratte; 5) Joana D'arc Protetora é do Partido Republicano (PR), legenda de centro-direita. Assumiu, pela primeira vez, um cargo público em 2016, como vereadora da CMM. Tem 31 anos, nasceu em Manaus, é casada, ativista dos direitos dos animais, advogada e servidora pública concursada até sua eleição, em 2017. Foi a vereadora mais jovem de toda a história da CMM. A atuação em defesa da causa animal tem sido sua principal bandeira e slogan político antes mesmo de se tornar vereadora; 6) “Professora Jacqueline”, é do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), legenda de centro-direita. Seu primeiro mandato político foi para o cargo de vereadora de Manaus, durante o período 2013-2016, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS). Tem 56 anos, é casada, mãe e bacharel em Direito e em Pedagogia. Antes de se tornar vereadora, atuava como professora – fato que a motivou a defender, principalmente, a pauta da educação pública –; 7) Professora Therezinha é do Democratas, partido de centro-direita com filosofia conservadora-liberal. Tem 67 anos, é natural de Manaus, viúva e formada em Letras. Foi eleita, pela primeira vez, como vereadora, em 2012. É professora por formação e atuou na área de Educação por mais de 30 anos. Defende pautas da educação e pessoas com deficiência.

1. Mulheres na Política: entre estereótipos e relações de poder

A sub-representação feminina nos cargos eletivos da política formal, no Brasil, demonstra que a equivalência de direitos legais conquistados não necessariamente se traduz, na prática, em igualdade política. Alguns teóricos já observaram essa distorção de gênero (MIGUEL; BIROLI, 2011; MIGUEL; BIROLI, 2014; BIROLI, 2018; AUGUSTA, 2018), que também é identificada historicamente e estatisticamente. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres corresponderam a 52% dos eleitores nas eleições de 2018¹. Ainda assim, representaram apenas 43% dos filiados dos partidos², 30% dos candidatas³, 10% dos eleitos⁴ e possuem apenas 30% dos recursos disponibilizados pelos partidos políticos para as campanhas femininas.

Sob uma perspectiva regional, recorre-se ao ano de 2016, nas eleições municipais no Pará. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostraram que, em todo o Estado, dos 20.208 registros de candidatura, a maioria (13.885) foi de homens, o equivalente a 69%; enquanto que as mulheres eram pouco mais de seis mil do total de candidatas, isto é, 31% – dentro do mínimo de 30% que, por lei, os partidos políticos devem reservar às candidaturas femininas. As estatísticas⁵ do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA) apontaram ainda uma grande discrepância entre homens e mulheres eleitos: do total de 12.614 vereadores concorrendo, 1.494 se elegeram; enquanto que, das 6.003 candidatas, apenas 240 se tornaram vereadoras. Na Câmara Municipal de Belém, no mandato 2017/2020, eram três as representantes: Marinor Brito (PSOL), Simone Kahwage (PRB) e Blenda Quaresma (MDB). As referidas parlamentares são as únicas no total

¹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 24.08.2018.

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/porcentagem-de-filiadas-supera-a-de-candidatas-nos-partidos.shtml>. Acesso em: 24.08.2018.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/porcentagem-de-filiadas-supera-a-de-candidatas-nos-partidos.shtml>. Acesso em: 24.08.2018.

⁴ Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2016-10/apenas-12-das-mulheres-candidatas-foam-eleitas-para-prefeituras>. Acesso em: 24.08.2018.

⁵ Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/>. Acesso em 20.10.2017.

de 35 vereadores. Já na Câmara Municipal de Manaus, são quatro mulheres do total de 41 cadeiras na Casa: Glória Carratte (PRP); Joana D'arc (PR); Professora Jacqueline (PHS) e Professora Therezinha (Democratas).

As barreiras de caráter extralegal, e não perceptíveis formalmente, dificultam a carreira política feminina (PINTO; SILVEIRA, 2018; MATOS, 2018; PANKE; IASULAITIS, 2016; PANKE, 2016; MIGUEL; BIROLI, 2014; BIROLI, 2013; OKIN, 2008). A produção de gênero enquadra as mulheres em um lugar não-pertencente às carreiras políticas. Para algumas teóricas feministas, a divisão sexual do trabalho é a organizadora das relações sociais, de maneira a associar os estereótipos femininos ao espaço *privado*, menos valorizado sob a ótica capitalista neoliberal: a família, a vida doméstica, o cuidado; e com características consideradas, também, socialmente “inferiores”, como a docilidade, a fragilidade, a submissão, a emotividade. O espaço *público* – onde está a política institucional –, em contrapartida, configura-se em um *locus* de protagonismo masculino, relacionando estereótipos vantajosos aos homens: trabalho, prestígio, produção; além de assumirem características como liderança, virilidade, racionalidade, força, autoridade.

Os grupos com maior vulnerabilidade social são aqueles mais afetados pelos estereótipos, na medida em que têm as oportunidades restringidas. Paralelamente, as imagens tipificadas permitem que os constrangimentos e as violências contra esses grupos sejam socialmente toleráveis (BIROLI, 2011). É o que ocorre com as mulheres, por exemplo, nas instituições políticas. As imagens padronizadas de representações simbólicas (de pessoas ou ideias) fazem parte da dinâmica em que as identidades sociais e valores se definem. Biroli (2011) indica as vivências das relações sociais como recursos (matéria-prima) para a ocorrência dos estereótipos. E não fatores posteriores a elas. Dessa forma, se, tradicionalmente, as figuras masculinas são apontadas como as legitimadoras do espaço político, são essas que, comumente, virão à mente ao pensar em estereótipos de agentes políticos. Já as mulheres, no âmbito da política formal, em contrapartida, costumam ser associadas como “Primeira-dama”.

Ora, se “(...) gênero é uma construção simbólica, estabelecida sobre dados biológicos de diferença sexual” (LAMAS, 2013, p. 12), refere-se, então, a valores, convenções e crenças interpretados, e repetidos ao longo do tempo, por meio de códigos, símbolos e representações do binarismo sobre o que é o masculino e o que é o feminino. Em Biroli (2011), os estereótipos são compreendidos como artefatos morais e ideológicos inseridos nas relações de poder, em aspectos distintos: na confirmação ou na demonstração de que os interesses entre dominantes e subordinados podem não coincidir. Por serem artefatos ideológicos, acabam por beneficiar grupos hegemônicos.

Contudo, apesar de serem comumente associados a aspectos negativos, os estereótipos são também utilizados pelas mulheres como estratégia de comunicação e podem influenciar nos resultados eleitorais (PANKE; IASULAITIS, 2016). Podem ser vantajosos quando correspondem à imagem que o público espera de um representante. É o que foi verificado por Panke e Iasulaitis (2016) na análise da campanha das três latino-americanas concorrendo à Presidência da República, em 2014. A campanha⁶ de Dilma Rousseff foi a que mais se utilizou de estereótipos. Contudo, vale lembrar que são tipologias bem-sucedidas, pois se alinham ao ideal de “feminilida-

⁶Nela, a então candidata do PT conseguiu “perfeitamente articular os preconceitos do eleitorado” ao se apresentar, publicamente, como “gerentona eficiente e entendida de energia” e, paralelamente, utilizou expressões e simbologias que remetiam à “mãe do PAC, mãe dos pobres, avó e coração valente” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 412).

de”, limitando-se a papéis de submissão, docilidade. Panke (2016) traçou ainda as três principais tipologias das campanhas eleitorais de mulheres, na América Latina: a **Guerreira**, a **Mãe** e a **Profissional**⁷. De acordo com a autora, as imagens são propostas de acordo com a personalidade, o contexto e a estratégia. Há ainda um ponto em comum: “(...) os papéis da mulher na sociedade são muito parecidos em todos os países analisados” (2016, p. 115) sejam elas as próprias candidatas, as personagens ou as figurantes dos *spots*. Essas tipologias servirão de guia no nosso percurso metodológico, a ser discutido mais à frente.

Assim, os estereótipos, ainda que considerados dispositivos com teor ideológico e de estratégia eleitoral, não funcionam apenas como legitimadores da ordem social de dominação masculina. É possível identificar, em um mesmo contexto, nuances na mobilização de estereótipos, dada a dinâmica e a complexidade da sua produção: ora a favor de pessoas e ideias hegemônicas, ora como elementos de "subversão das hierarquias" (BIROLI, 2011, p. 81). Por esse ângulo, reforça-se que os estereótipos são mecanismos das relações de poder com caráter flutuante, e se moldam a cada episódio das interações sociais.

2. Representação Política: debates contemporâneos

O número e a diversidade de atores externos às instituições políticas têm se ampliado, ganhando reconhecimento social e governamental, além de força para intervir na atividade do representante ou denunciar erros da política formal (ALMEIDA, 2018). Observa-se que novos atores exercem representação por meio de arenas de tomada de decisão transnacionais; na luta por reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, que levam ao debate público temas como gênero, raça, sexualidade; e, ainda, na presença de organizações defensoras de uma causa: educação, animais, paz (ALMEIDA, 2018). São atividades de representar que não são legitimadas via eleitoral ou por *consentimento*, e sim por falarem em nome de interesses coletivos, ideias, valores.

Mansbridge (2009) nos mostra que o processo político em que decisões são tomadas também pode ser realizado por cidadãos comuns e em vários espaços de deliberação: assembleia representativa; assembleia pública; esfera pública; contextos mais informais de conversação cotidiana. Para a autora, a política também opera fora dos cargos decisórios e fora da representação formal, sendo discutida publicamente nas conversas do dia a dia. As reflexões de Mansbridge e Almeida abrem caminho para compreendermos a representação política de forma ampliada, sob o viés comunicacional, no qual se constrói um “relacionamento” (ALMEIDA, 2018) configurado, também, discursivamente e em ambientes não-convencionais – como os perfis e páginas das vereadoras no *Facebook*. Assim, representação política é, conforme Garcêz (2017) complementa, uma *atividade comunicacional e discursiva*, focada nos *percursos* constituintes da dinâmica representativa, e não nos resultados.

A abordagem da configuração discursiva das vereadoras de Belém e de Manaus é relevante em um espaço criativo e não convencional, como o *Facebook*, e pelo qual se observa, após a análise dos vídeos, a possibilidade de estabelecer outros discursos que não apenas o hegemônico, indicando o dinamismo das relações de poder e dos sujeitos cujas opressões, injustiças e desrespei-

⁷ A análise de Panke (2016) envolveu 216 *spots* de oito campanhas nas quais as candidatas conseguiram vencer: Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), Michele Bachelet (Chile), e Laura Chinchilla (Chile). + Argentina (2011), Brasil (2010), Chile (2013), Colômbia (2010), Costa Rica (2010), Guatemala (2011), México (2012) e Panamá (2009). Para chegar às tipologias femininas, a autora também realizou entrevistas com as candidatas desses países e com os seus consultores.

tos sofridos, dentro do âmbito da política formal, puderam, em certa medida, ser ressignificados. Compreende-se o *Facebook* como um ambiente onde as vereadoras gozam de maior autonomia na produção de conteúdos, pois voz e falas possuem maior espaço, e há ainda maior liberdade na organização de narrativas⁸.

3. Procedimentos Metodológicos

Dentre a variedade de opções nas mídias digitais (são mais de 200 sistemas de redes disponíveis na internet), o *Facebook*⁹ foi escolhido como ambiente comunicacional porque é uma plataforma com intenso fluxo de informação e com maior tráfego de acesso no mundo (CONTREIRAS, 2012). Já a escolha dos vídeos do *Facebook* como objeto foi impulsionada tanto pelo caráter de autonomia das vereadoras de Belém e de Manaus na produção e veiculação do conteúdo, quanto pelo fato dos recursos audiovisuais ainda serem poucos explorados nas pesquisas em comunicação política. É um espaço de forte caráter discursivo e interativo, com características que facilitam a interação nos ambientes de mídias digitais, o que abre espaço para possíveis trocas argumentativas (MAIA *et al.*, 2016).

Observaram-se, ainda, as mídias digitais como possíveis alternativas à divulgação de conteúdos e para a expressão discursiva de agentes políticas, em virtude da reduzida visibilidade midiática das mulheres na grande mídia e, ainda, em canais institucionais. A primeira versão da pesquisa *Global Media Monitoring Project*, realizada em mais de 70 países, com análises de jornais, rádio e televisão, constatou que apenas 15% dos sujeitos das notícias eram mulheres; em 2015, o número passou para 24% (um aumento de 3% em 20 anos). Além disso, os estudos conduzidos demonstram que, também na política, as mulheres alcançam menor visibilidade midiática. Ademais, há baixa visibilidade das mulheres na política nos canais institucionais oficiais, como o portal de notícias da Câmara Municipal de Belém. A pesquisa realizada por Kahwage *et al.* (2019) analisou o conteúdo de 45 matérias publicadas no canal oficial da CMB. Identificou-se, então, que a representação política das parlamentares na Câmara Municipal de Belém (Marinor Brito, Blenda Quaresma e Simone Kahwage) refletiu o contexto político de sub-representação feminina¹⁰.

O **objetivo geral** deste artigo¹¹ é compreender como as vereadoras de Belém e de Manaus utilizam os estereótipos para ressignificar o exercício da atividade política por meio dos vídeos postados em seus perfis pessoais e *fanpages* no *Facebook*. O **método** é o de análise de conteúdo. O **corpus** é composto por 210 vídeos das vereadoras de Belém da 18ª Legislatura (2017-2020): Blenda Quaresma (MDB); Marinor Brito (PSOL) e Simone Kahwage (PRB); e das vereadoras de Manaus (AM) da 17ª Legislatura (2017-2020): Glória Carratte (PRP); Joana D'arc (PR); Professora Jacqueline (PHS); e Professora Therezinha (Democratas). Desse total, 86 são das parlamentares

⁸ Diferentemente do que ocorre quando submetidas às rotinas produtivas do jornalismo (no âmbito da mídia tradicional) e seus embaraços, ou, até mesmo, nos canais institucionais. Nos ambientes formais, o cidadão precisa ser convocado a falar, e as regras da enunciação dependem de processos de produção mediados por terceiros.

⁹ Criado em 2004, por Mark Zuckerberg, o *Facebook* possui mais de um bilhão de usuários ativos mensalmente. Conforme dados do *SocialBakers*, de outubro de 2012, o Brasil é o 2º maior país em número de usuários do *Facebook*, e tem mais de 60 milhões de usuários ativos.

¹⁰ Foram eles: a baixa referência às vereadoras nas matérias; o reduzido conteúdo sobre questões femininas; as poucas vozes femininas (fontes) ouvidas nas matérias em detrimento das masculinas, majoritárias; e a voz institucionalizada das mulheres entrevistadas nas reportagens (KAHWAGE *et al.*, 2019).

¹¹ Vale ressaltar que este artigo compreende a um desmembramento da dissertação de mestrado de Nathália Kahwage, defendida no 1º semestre de 2019, pelo PPGCOM/UFPA e vinculada ao projeto de pesquisa “Comunicação, política e gênero: configurações discursivas das mulheres como sujeitos políticos em diferentes âmbitos comunicacionais” (PRO3074-2017, financiado pelo Edital ProDoutor UFPA), coordenado por Danila Cal.

de Belém e 124 são das parlamentares de Manaus. O recorte incluiu as postagens a partir do dia 04.08.2015 (data da primeira postagem que foi da vereadora Simone Kahwage) até o dia 08.03.2018 (Dia Internacional da Mulher). Para chegarmos ao recorte final¹², realizamos o cálculo amostral, mas mantendo o nível de confiança no método:

Vereadoras	Total corpus	% de vídeos	Total a ser analisada	Quantidade
BLENDA QUARESMA	39	8,5		18
MARINOR BRITO	112	24,3		51
SIMONE KAHWAGE	38	8,3		17
JOANA D'ARC	154	33,5		70
GLÓRIA CARRATTE	4	0,9		2
PROFESSORA JACQUELINE	52	11,3		24
PROFESSORA THEREZINHA	61	13,3		28
TOTAL GERAL (VIDEOS ANALISÁVEIS)	460	100,0		210
AMOSTRA (5% de amostral// 95% de erro de confiança)				210

Um livro de códigos foi desenvolvido com informações básicas e categorizadas para ser guia na análise de conteúdo dos vídeos. Criamos também dois quadros metodológicos com definições fundamentais sobre as teorias levantadas, e que serviram de apoio para o exame do material empírico. O livro e os quadros correspondem a duas temáticas: 1) Relações de poder; 2) Estereótipos. Finalmente, desenvolvemos um formulário para a análise de conteúdo. A categorização e a sistematização do material de análise tiveram auxílio do *app* online *Formulários Google*. Os dados obtidos nos formulários foram exportados para o *Excel*, em formato de planilhas. Realizamos um mapeamento de recorrências e regularidades nos vídeos, englobando tanto os pontos que mais chamaram a atenção e foram expostos diretamente nas imagens e na verbalização, quanto aqueles compreendidos simbolicamente ou por interpretação contextual. Examinamos a fala pública das vereadoras e marcas textuais que fizessem explícita, ou implicitamente, referência aos estereótipos de **Mãe, Guerreira e Profissional**¹³; além de elementos indicativos das relações de poder: *power to*,

¹² Os vídeos selecionados foram identificados após criarmos uma tabela com numeração para cada um deles, bem como o *link* de acesso.

¹³ As tipologias criadas por Panke (2016) se referem a padrões femininos em campanhas eleitorais para presidenciais. Contudo, as utilizamos por entender que é uma valiosa contribuição para a comunicação política e os estudos de estereótipos, constituindo-se em um dos poucos trabalhos nessa linha. Em especial, a tipologia **Mãe** é problemática, e reconhecemos isso, pois, ao acioná-la, corre-se o risco de cair na armadilha que a própria estereotípia cria, de aprisionamento, na qual características como solidariedade, gentileza, suporte, apoio e cuidado, ligam-se intimamente à figura maternal, por exemplo. Compreendemos que esses não são aspectos ligados obrigatoriamente às mães (mas que são frequentemente mobilizados pelo senso comum para fazer referências sobre o *feminino*), ainda assim, optamos por fazer uso da tipologia, pois se trata de um esquema metodológico já construído e organizado por Panke, e que nos auxiliou no percurso metodológico.

power over e *power with*. Para tanto, foram levadas em consideração algumas marcas textuais como o uso de pontuação ou de recursos da oratória e da retórica das parlamentares; referências a situações e habilidades específicas; posturas de questionamento, de concordância, de valorização e/ou de análise dos contextos em que estão inseridas na disputa de poder. Neste artigo, trabalhamos com três categorias: **1) Informações gerais** (autora do vídeo; data da postagem; a duração; o tempo; e o número de visualizações); **2) Estereótipos da candidata** (conforme Panke (2016), são a Guerreira; a Mãe; a Profissional; ou nenhuma – essa acrescentada por nós); ¹⁴**3) Relações de poder: Qual a principal?** (segundo Cal (2016) e Allen (1998, 2013), são três as principais definições sobre poder: *power over* (dominação); *power to* (resistência e empoderamento); *power with* (solidariedade)).

No primeiro quadro metodológico, observaram-se as marcas discursivas para a identificação de relações de poder, incluindo o tipo de relação de poder (*power over*, *power to*, *power with*); o aspecto central (dominação, resistência e subversão, solidariedade); as ideias norteadoras (CAL, 2016, p. 153); as marcas nos produtos audiovisuais; as marcas simbólicas (nos atributos físicos, vestimenta, gesticular, tom de voz, oratória). No segundo, as tipologias femininas mais frequentes, em campanhas eleitorais formuladas por Panke (2016). O aspecto central, as ideias norteadoras e a as marcas nos vídeos foram propostas da teoria da autora, cujas formulações foram adaptadas, nesta pesquisa, para mulheres já eleitas. Os aspectos gerais dos estereótipos são: 1) Guerreira (liderança e luta); 2) Mãe (afeto e cuidado); 3) Profissional (especializada e incansável).

4. Análise de Resultados

Os dados gerais referentes à quantidade de vídeos analisados no *Facebook* das sete vereadoras somadas e, ainda, os vídeos explorados por cada parlamentar estão conforme o quadro disposto abaixo:

Tabela 2 - Vídeos analisados

	BELÉM			MANAUS			
	Blenda Quaresma (MDB)	Marinor Brito (PSOL)	Simone Kahwage (PRB)	Glória Carratte (PRP)	Joana D'arc (PR)	Prof. ^a Jacqueline (PHS)	Prof. ^a Therezinha (DEM)
Nº total	18	51	17	2	69	25	28
% total	8,6%	24,3%	8,1%	1%	32,9%	11,9%	13,3%
GERAL	86 (40,9%)			124 (59,1%)			

Examinamos o estereótipo que as vereadoras de Belém e de Manaus acionaram com mais frequência, e como o posicionamento das parlamentares combate, neutraliza ou reforça os estereótipos de gênero. Os dados, dentro do *corpus* de 210 vídeos, apontaram o **estereótipo central** entre todas as vereadoras é o de **mãe**, com 96 ocorrências (45,7%); seguido do **profissional**, com

¹⁴ Identificamos as principais características nos vídeos que direcionaram ao enquadramento de cada vereadora em um estereótipo, levando em consideração aspectos centrais tipificadores e marcas textuais perceptíveis nas imagens e na linguagem. Um segundo tópico, com mesma temática, foi elaborado, mas apontando a tipologia com segundo maior peso.

65 (31%); e **guerreira**, com 44 (21%). **Não se enquadram**, na categoria, cinco vídeos (2,4%). Já a *tipologia secundária* mais recorrente nos vídeos foi a **profissional**, com 51 ocorrências (25%); **mãe**, com 39 (19,1%) e **guerreira**, com 22 (10,8%). Em termos comparativos entre as Câmaras Municipais, os resultados de 86 vídeos, apenas de Belém, sobre a *principal tipologia* são: **mãe**, 39 vídeos (44,3%); **guerreira**, 28 (31,8%); **profissional**, 18 (20,4%); **nenhum**, três (3,4%). Já para os 124 vídeos apenas de Manaus, as ocorrências são: **mãe**, 57 (45,9%); **profissional**, 49 (39,5%) e **guerreira**, 16 (12,9%). Além disso, 98 (46,6%) vídeos **não se enquadram** em nenhum estereótipo. A constatação demonstra similaridades com os resultados encontrados por Panke (2017), que identificou que apenas dois papéis estão em todos os países da América Latina por ela analisados: **Mãe** e **Guerreira**. Panorama que se aproxima, também, dos dados obtidos apenas com as vereadoras de Belém, e com a soma de todos 86 os vídeos postados pelo grupo. A *principal tipologia* foi a de **Mãe**, com 39 ocorrências (44,3%); seguida da **Guerreira**, com 28 vídeos (31,8%); e da **Profissional**, com 18 (20,4%). Três vídeos (3,4%) **não se enquadraram** em nenhum estereótipo principal. No caso das vereadoras de Manaus, a análise é um pouco distinta. Dos 124 postados pelo grupo, 57 vídeos (45,9%) foram identificados com a tipologia central de **Mãe**; seguida de **Profissional**, com 49 ocorrências (39,5%); e **Guerreira**, com 16 (12,9%). Já 98 vídeos (46,6%) **não se enquadraram** nos itens dispostos na categoria.

Referindo-se, ainda, apenas ao grupo belenense, duas das três vereadoras possuem a tipologia **Mãe** como a principal entre os vídeos analisados: Blenda Quaresma (MDB) e Simone Kahwage (PR). No geral, as parlamentares possuem em comum o forte discurso social, a proximidade com pessoas de comunidades, além da existência de um cenário, nos vídeos, agindo como componente fundamental do conjunto de “marcas” a guiar quem assiste, levando ao entendimento de determinados aspectos ou estruturas cognitivas de expectativas sobre o grupo **Mãe**. Ambas as parlamentares possuem, ainda, semelhanças em elementos da “feminilidade”, como o uso frequente de maquiagem, de roupas com estampas floridas e em tons de rosa.

Todavia, a tipologia **Mãe** se manifesta com algumas peculiaridades para cada uma: Blenda demonstrou o lado “materno” como fundamental na constituição de uma narrativa sobre si mesma como aquela que cuida ao fazer ações sociais, que “ouve” a comunidade. A principal temática, abordada nos vídeos postados no perfil social do *Facebook* dela, foi o **Assistencialismo**. Apresentou, ainda, grande simpatia, desenvoltura para lidar com o público e se mostrou também expansiva nos gestos e demonstrações de afeto. Já Simone Kahwage possui atributos como a discrição e o tom de voz suave e calmo, mas que, ainda assim, buscam transmitir liderança. A vereadora do PRB recorre à tipologia **Mãe** para “contar histórias”, sobretudo, aquelas emotivas, e representa os interesses das mulheres. Tal perspectiva se alinha com a principal temática debatida nos vídeos: **Mulheres**. Já entre as vereadoras de Manaus, três das quatro parlamentares recorrem à tipologia **Mãe** como a principal entre os vídeos analisados: Joana D’arc (PR); Professora Jacqueline (PHS); Professora Therezinha (Democratas). As parlamentares de Manaus apresentam similaridades quanto ao discurso social, a “marca” mais básica relacionada ao estereótipo materno, mas, também, o cuidado, a defesa de determinados grupos e a postura atenciosa. Possuem ainda em comum o enaltecimento da própria experiência como qualidade presente na tipologia e, conseqüentemente, no agir político. No entanto, mobilizar a imagem de **Mãe** teve nuances próprias em cada candidata. Joana D’arc (PR) focou na experiência como ativista para compor a figura materna que “cuida”, principalmente dos animais e do meio ambiente, e, portanto, devido à militância, possui aspectos progressistas

da representação política; Professora Jacqueline (PHS) ressalta a experiência como educadora e pedagoga para simbolizar a mãe que “educa”, utilizando-se desse “combo” **Mãe x Educação**, principalmente, em um contexto eleitoral; por fim, Professora Therezinha (Democratas) recorre ao estereótipo materno para reforçar o quanto é experiente e apta para “gerenciar”, principalmente, tratando-se de educação.

Na comparação dos vídeos das vereadoras de Belém e os das de Manaus que utilizam a tipologia **Mãe**, os elementos sonoros e visuais relacionados à “feminilidade”, estão mais presentes nas postagens das vereadoras de Manaus. É o contrário do observado nas parlamentares de Belém, que apresentaram traços mais marcantes visualmente, tanto no uso de palavras como “empoderamento”, “minha amiga”, “lugar de mulher também é na política” etc., quanto na simbologia da roupa (florida, justa, cor de rosa) e na aparência (batom vermelho, maquiagem pesada, cabelos escovados). Além disso, as vereadoras de Belém também foram as que, sob a tipologia **Mãe**, mostraram mais proximidade corporal com a população, na participação de eventos com as comunidades e na “ajuda” a esses grupos. Já as vereadoras de Manaus investiram mais na atuação institucional, dentro da Câmara, defendendo maior diversidade de temas e apresentando propostas e soluções. Já as duas únicas ocorrências do **tema Religião** associadas à figura de **Mãe**, foram em vídeos das parlamentares de Belém, em eventos evangélicos: Blenda Quaresma e Simone Kahwage.

Os dados gerais sobre as relações de poder presentes nos 210 vídeos das vereadoras de Belém e de Manaus revelaram 122 vídeos (58%) com a relação de poder *central* sendo mobilizado **power to**; 47 de **power over** (22,3%); e 42 **power with** (20%). Já a segunda relação de poder de maior recorrência é, também, a **power to**, com 36 ocorrências (17,1%); seguida de **power over**, com 5 (2,3%); e **power with**, com 1 (0,4%). Em termos comparativos entre as Câmaras Municipais, os resultados de 86 vídeos, apenas de Belém, indicaram que a *principal* relação de poder nesse grupo é: **power to**, com 46 ocorrências (53,4%); seguida de **power over**, com 23 (26,7%); e **power with**, com 17 (19,7%). Já para os 124 vídeos, apenas de Manaus, as ocorrências são: **power to**, com 73; **power with**, 25 e **power over**, 24. Ao examinar os dados gerais para as sete vereadoras, constatou-se a relação de poder **power to** como a principal associada à tipologia de **Mãe**, no tratamento da temática central **Cultura e Meio Ambiente**, contexto bastante impulsionado por Marinor Brito (PSOL) e Joana D’arc (PR). Na combinação de empoderamento com **power with**, observa-se mudança no estereótipo, que passa a ser o de **Profissional** para discorrer sobre **Meio Ambiente**. Já a segunda relação de poder de maior ocorrência, depois de **power to**, foi a de **power over**, também movida pela tipologia **Mãe**, só que, dessa vez, para abordar o assunto **Assistencialismo**.

As relações apresentadas demonstraram o caráter oscilante dos estereótipos dentro das relações de poder. Elas também são fluidas devido ao constante reajustamento de posições dos sujeitos a depender do recorte. Isto é, ainda que haja uma forma de poder que chame mais a atenção, em determinada situação, ela não finaliza em si mesma. A depender dos dispositivos (estereótipos), dos códigos (linguísticos, culturais, institucionais), da posição social dos indivíduos e dos diferentes níveis de autonomia, o “episódio interacional” (BRAGA, 2017) é singular dentro da própria pluralidade. Como já mencionado, a tipologia **Mãe** foi mobilizada em episódios diferentes e, apesar de ser o mesmo estereótipo, provocou impressões distintas quando na abordagem de temáticas divergentes. Foi “opressora” ao tratar de **Assistencialismo** e, em contrapartida, revelou-se de empoderamento quando se alterou o foco para **Cultura e Meio Ambiente**. Ademais, o olhar sob outra perspectiva demonstrou, ainda, que a imagem materna também pôde ser deixada de lado,

ainda que no mesmo contexto de empoderamento, para seguir no debate do mesmo tema (**Meio Ambiente**). Nesse caso, o estereótipo recorrido foi o da **Profissional**, que acabou por operar junto à outra forma de poder: **power with**. Os vídeos em questão, boa parte, são de autoria de Joana D'arc que, além de vereadora, é ativista, e liga-se ao aspecto central da “luta” de **power to**, e da “ação coletiva” do **power with**.

Mais da metade das relações de **power over** presentes nos vídeos do grupo de Belém foi atravessada por **power to**, mudando o estereótipo principal para **Mãe**, e enviesando o tema central, desta vez, para **Eleições**. A demonstração, nesse cenário, é de que a dominação surgiu como sujeição das vereadoras Blenda Quaresma (MDB) e Simone Kahwage (PR), no cenário político formal. Em todos, há concordância com acepções naturalizadas da marginalização da mulher na esfera pública (CAL, 2016), pois são silenciadas, nas próprias campanhas, por vozes masculinas. Porém, essa é uma perspectiva, já que o fato de concorrerem a uma vaga de vereadora e perseguirem projetos de vida que incluem a carreira política são formas de empoderamento. Em relação aos vídeos analisados do *Facebook* das vereadoras de Manaus, a principal relação de poder foi também **power to**, porém, as parlamentares utilizaram estereótipos diferentes das de Belém. **Mãe** e **Profissional** tiveram o mesmo número de ocorrências para essa forma de poder, e vieram acompanhadas de duas temáticas com o mesmo número de registros: **Meio Ambiente** e **Educação**. Isso significa que elas mobilizaram características maternas como a atenção, a escuta, a empatia e a sensibilidade, bem como marcas profissionais, associadas à disposição para trabalhar, para aprender, e que são incansáveis. Identificou-se ainda, assim como as vereadoras de Belém, **power to** associado à **power with**, mas, para isso, assumiu-se apenas a tipologia **Profissional**, e manteve-se somente a temática **Meio Ambiente**. É um reflexo, boa parte, em função dos vídeos de Joana D'arc (PR) que é militante da causa animal e, em suas postagens, costuma prestar contas, fiscalizar serviços, chamar seguidores para ajudar. São aspectos relativos ao perfil profissional, ao empoderamento e à solidariedade.

Acrescenta-se ainda que, em comparação com as vereadoras da capital paraense, as da capital amazonense mostraram mais mobilidade na relação de dominação, no que diz respeito ao reposicionamento de lugar como sujeito agente/paciente, ou seja, mostraram-se tanto dominadas quanto dominantes, de forma quantitativa; enquanto que o grupo de Belém mostrou-se nas relações de poder **power over** x **power over**, de forma mais frequente, incluso na posição de dominadas. Além disso, o estereótipo **Mãe** foi o mais utilizado. De maneira geral, apresentou-se como o estereótipo mais flutuante nas relações de poder, indicando que é o “principal papel da mulher latino-americana” (PANKE, 2016, p.135), o mais sacralizado e um dos mais limitadores à identidade da mulher. Contudo, pôde ser ressignificado na “teia de relações nas quais se inscrevem esses sujeitos” (CAL, 2016, p. 86) no ambiente comunicacional do *Facebook*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre representação política discursiva, teoria política feminista, relações de poder, estereótipos, comunicação e mídias digitais nos auxiliaram no debate e em tensionamentos importantes para a compreensão da ressignificação do exercício da atividade política das vereadoras de Belém e de Manaus, no ambiente não tradicional das mídias digitais. Destaque para o **estereótipo central**, recorrido pelas parlamentares nas postagens: o de **Mãe**. Seis das sete vereadoras em questão tiveram os vídeos classificados na tipologia e, em termos comparativos

entre os grupos de Belém e de Manaus, o estereótipo maternal também se sobrepôs sobre os demais de **Guerreira** e **Profissional**. É um padrão já indicado por Panke (2016): Mãe é a “imagem ideal” mais comum entre as mulheres da América Latina. Todas as vereadoras a apresentarem o estereótipo de **Mãe** como tipologia principal apresentaram temas relacionados à área social.

Percebeu-se ainda a mobilidade existente na utilização dos estereótipos e seus sentidos, ainda que se refiram à mesma tipologia. As parlamentares de Belém e de Manaus acionaram, com frequência, o estereótipo **Mãe**, porém com nuances distintas. As vereadoras da capital paraense mostraram, nos vídeos, mais proximidade corporal com a população, na participação de eventos com as comunidades e na “ajuda” a esses grupos. Já as vereadoras de Manaus investiram mais na atuação institucional, dentro da Câmara, defendendo maior diversidade de temas e apresentando propostas e soluções. Mais instigante ainda foi observar a fluidez e o caráter oscilante dos estereótipos (imagens negativas ou positivas) dentro das **relações de poder**, as quais também são *móveis*, devido ao constante reajustamento de posições dos sujeitos, nas próprias relações, e dos seus diferentes níveis de autonomia. Os dados gerais da análise sobre as **relações de poder** revelaram que a relação de poder *central*, mobilizada por elas, foi **power to** – é esse conceito, associado ao empoderamento e à resistência, que destacamos, pois também foi central quando analisadas, isoladamente, as vereadoras de Belém e de Manaus. O cruzamento com o estereótipo de **Mãe** foi o mais revelador. Ainda que seja umas das imagens mais “aprisionadoras” da mulher no ideal de feminilidade, e que, em todos os casos analisados, teve em comum as emoções e o afeto como centrais, se mostrou capaz de ser ressignificada, como ocorreu entre as vereadoras dos dois municípios. Ao ser mobilizada, em episódios diferentes, **Mãe** ora foi opressora, ao tratar de **Assistencialismo**; ora foi utilizada como ferramenta de empoderamento; ora como mecanismo de solidariedade, nas temáticas de **Cultura** e **Meio Ambiente**.

Estudar as relações de poder e os estereótipos, sob diferentes nuances, contribuiu para percebermos que as vereadoras, ainda que estejam em cargos decisórios, são passíveis de dominação em um espaço considerado a última instância do poder masculino (SARMENTO, 2017): a política formal. Porém, não se limitam ao contexto de subjugação. Complexificar as relações de poder e o uso dos estereótipos desloca as mulheres do lugar de vítimas ou passivas e as identifica, também, como sujeitas políticas atravessadas por poder nas diferentes formas: resistência, empoderamento e solidariedade.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Amy. Rethinking Power. *Hypatia*, v. 13, n. 1, p. 21-40, 1998.

_____. Feminist Perspectives on Power. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: CSLI, 2013. on-line.

ALMEIDA, Debora Rezende de. O conceito de representação política e suas variações contemporâneas. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini (org). *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 9, p. 7-38, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, p. 81-105, 2013.

_____. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Horizonte, 2013.

_____. *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo : Contexto, 2017.

_____. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina; RABELO, Leon et al. *Matrizes internacionais. A comunicação constrói a sociedade*. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

CAL, Danila. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: UFBA, 2016.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. A representação política em uma perspectiva comunicacional. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. *Anais...* Brasília: Compós, 2017.

LAMAS, Marta. (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, 2013.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 207-238.

MATOS, Marlise. Inclusão Democrática no Brasil Contemporâneo: Desafios de uma agenda inconclusa. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini (org). *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos de Gênero*, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio-ago. 2008.

PANKE, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*. Curitiba: UFPR, 2016.

PANKE, Luciana; IASULATTIS, Sylvia. *Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais*. Opin. Publica, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v22n2/1807-0191-op-22-2-0385.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim; SILVEIRA, Augusta. *Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)*. Opinião Pública, v. 24, p. 178-208, jan./abr.2018.



“Outras Lutas além do Fogão”: o movimento de mulheres na Região Guajarina-Pa, na década de 1990.

“Otras Luchas más allá de la Estufa”: el movimiento de mujeres en la Región Guajarina-Pa, en la década de los 1990.

“Other Struggles Beyond the Stove”: the women's movement in the Guajarina-Pa Region, in the 1990.

Antonia Lenilma Meneses de Andrade

Luiz Augusto Pinheiro Leal

Resumo: O lugar de atuação feminina foi, por muito tempo, limitado ao espaço doméstico, em oposição ao público. O lar, a família e, em resumo, “o fogão” constituía o único horizonte de ação feminina. Contrariando essa perspectiva, mulheres oriundas do meio rural fizeram nascer o Movimento de Mulheres da Guajarina, na região Nordeste do Pará, nos anos de 1990. Neste artigo, pretendemos analisar o processo de formação do MMG, demonstrando como o movimento se tornou um marco na organização de Lideranças femininas na região. Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral (THOMPSON, 2002), visando à valorização da oralidade presente nos movimentos sociais. Além disso, analisamos diferentes fontes escritas (folders, relatórios dos encontros, atas dos encontros e congressos) relativas ao período de investigação. Através da pesquisa, foi possível observar que o Movimento de Mulheres da Guajarina, evidencia uma ação feminina coletiva que rompeu com os padrões tradicionais associados ao lugar da mulher. O novo lugar, sem dúvida, iria “muito além do fogão”.

Palavras-chave: Mulher negra. Organização feminina. Gênero. Movimento Social.

Resumen: El lugar de actuación de la mujer estuvo, durante mucho tiempo, limitado al espacio doméstico, en contraposición al público. El hogar, la familia y, en definitiva, "la estufa" constituían el único horizonte de acción de la mujer. Contrariamente a esta perspectiva, las mujeres de las zonas rurales dieron origen al Movimiento de Mujeres Guajarinas en el noreste de Pará en la década de 1990. En este artículo pretendemos analizar el proceso de formación del MMG, demostrando cómo el movimiento se ha convertido en un hito en la organización de las mujeres líderes de la región. Como metodología para el desarrollo de la investigación, utilizamos la Historia Oral (THOMPSON, 2002), con el objetivo de valorar la oralidad presente en los movimientos sociales. Además, analizamos diferentes fuentes escritas (carpetas, informes de las reuniones, actas de las reuniones y congresos) en relación con el período de investigación. A través de la investigación se pudo observar que el Movimiento de Mujeres Guajarinas, evidencia una acción colectiva femenina que rompió con los patrones tradicionales asociados al lugar de las mujeres. El nuevo lugar sin duda iría "mucho más allá de la estufa".

Palabras clave: Mujer negra. Organización de mujeres. Género. Movimento Social.

Abstract: The place of female performance was, for a long time, limited to the domestic space, as opposed to the public. The home, the family and, in short, "the stove" constituted the only horizon of female action. Contrary to this perspective, women from rural areas gave birth to the Guajarina Women's Movement in the Northeast of Pará in the 1990s. In this article we intend to analyze the process of formation of the MMG, demonstrating how the movement has become a milestone in the organization of women leaders in the region. As a methodology for research development, we used Oral History (THOMPSON, 2002), aiming at valuing the orality present in social movements. In addition, we analyzed different written sources (folders, reports of the meetings, minutes of the meetings and congresses) regarding the period of research. Through the research it was possible to observe that the Guajarina Women's Movement, evidences a collective feminine action that broke with the traditional patterns associated with the place of women. The new place would undoubtedly go "far beyond the stove".

Keywords: Black woman. Women's organization. Gender. Social Movement.

Antonia Lenilma Meneses de Andrade – Mestre em Educação e Cultura PPGEDU/UFPA e professora de História na rede estadual de educação - SEDUC/PA. E-mail: lenilmameneses3@gmail.com

Luiz Augusto Pinheiro Leal – Professor Associado I da Universidade Federal do Pará e coordena o Grupo de Pesquisa História em Campo (GHISCAM/UFPA). E-mail: augustoleal@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O espaço de atuação feminina foi por muito tempo limitado ao espaço doméstico em oposição ao espaço público. O lar, a família e, em resumo, “o fogão” consistia nos únicos meios de ação para as mulheres. Contrariando essa perspectiva, especialmente pela iniciativa de mulheres oriundas do meio rural, nasceu o Movimento de Mulheres da Guajarina, na região Nordeste do Pará, nos anos de 1990. O movimento surgiu diante de uma conjuntura opressiva no meio rural e da organização da Comissão Pastoral da Terra-CPT, que atuava junto às comunidades da região, desde o início dos anos 1960 (ANDRADE, 2016).

O movimento refletia os anseios e esforços das mulheres do campo para se manifestarem nos espaços políticos de decisões. As dificuldades eram imensas, mas não apenas em relação ao inimigo comum, o agronegócio, que naquele momento se expandia de forma violenta na região (SACRAMENTO, 2007, p. 61). Internamente aos movimentos sociais, embora as mulheres estivessem sempre ao lado dos homens, na luta pela manutenção e organização dos territórios, nos momentos de decisão ou de representação, eram sempre os homens que ficavam com os cargos de visibilidade.

As mulheres ficavam limitadas ao espaço privado (PATEMAN, 1992). No intuito de construir espaços para a atuação das mulheres, o movimento ergueu bases para várias reivindicações sobre a realidade vivida por mulheres dos municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, Tailândia, Moju, Tomé-açu, Acará e Abaetetuba.

A necessidade de articulação por outra forma de luta contribuiu para que mulheres de diversas comunidades rurais, dos vários municípios da Região Guajarina, se unissem. Assim nasceu o Movimento de Mulheres da Guajarina. O movimento, desde então, passou a ser um espaço de mobilização e discussão sobre as lutas pautadas na territorialidade, cidadania, sindicalização, educação, violência no campo, violência doméstica, religião, saúde da mulher e relações gênero. Temáticas vivenciadas por todas as mulheres do campo, mas até o momento não tratadas como problemas comuns a todas as mulheres.

Neste artigo, pretendemos descrever e analisar a história de formação do Movimento de Mulheres da Guajarina como um marco na organização de lideranças femininas na região Nordeste paraense. Utilizamos, como metodologia, a História Oral (THOMPSON, 2002), visando à valorização da oralidade presente nos movimentos sociais. Além disso, analisamos documentos oriundos de diferentes fontes escritas (folders, relatórios dos encontros, atas dos encontros e congressos) relativas aos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, 2006, 2007 e 2011. A valorização desses instrumentos, para a pesquisa, foi imprescindível para captar a versão das mulheres sobre suas experiências nas lutas sociais.

Tal como os movimentos sociais dos anos de 1980/90, o movimento de mulheres contribuiu para a conquista de novos direitos sociais. Segundo GONN (2003), os movimentos sociais no Brasil, nas últimas décadas, caracterizam-se por uma complexidade crescente e por uma linha de pluralidade organizativa. Em relação ao espaço campestre, diversas ações de organização foram articuladas. Destacam-se, entre elas, as mobilizações políticas de comunidades tradicionais, tais como ribeirinhos, assentados da reforma agrária, mulheres agricultoras e quilombolas.

Esses movimentos sociais têm se consolidado fora dos marcos tradicionais de controle clientelista dos grupos dominantes. Por outro lado, os movimentos desenvolveram desdobra-

mentos das formas tradicionais de associações e lutas vinculadas a organização sindical e às formas de enquadramento urdidas pelo Estado (ALMEIDA, 2011), possuem um caráter libertário e autogestionário em suas ações.

Os movimentos sociais do espaço rural eram ocupados majoritariamente por homens. Contudo, as lutas, além de influenciarem na redução das desigualdades entre o espaço rural e o urbano, também tiveram efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos/as trabalhadores/as do campo e favoreceram o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. Entretanto, a presença e a participação das mulheres, no movimento, foram lentamente conquistadas. Elas “saíram do anonimato, do não reconhecimento como agricultora para iniciar sua inserção nas políticas públicas governamentais” (PORTELLA, 2004). Saíram do restrito espaço do mundo privado, familiar e doméstico para o campo de ação política aberta. Um processo lento e tenso que evidenciava ação feminina para “outras lutas além do fogão”, tema do 1º congresso do movimento de mulheres de Tailândia-PA, em 1999.

A formação de movimentos das mulheres, de forma geral, assinalou a participação feminina nos movimentos sociais de modo amplo. Isso significou a entrada de novas representações no espaço tradicionalmente ocupado pelos homens. As mulheres agricultoras ganharam maior visibilidade no espaço social e político brasileiro, transformando-se, por este modo, em “sujeitos políticos no cenário nacional” (NOBRE, 2002, p.40). No Pará, a experiência não foi diferente.

Segundo Cintrão (2006), os movimentos de mulheres rurais da década de 1980 são ainda embrionários e limitados geograficamente, mas contribuíram para as mobilizações populares visando a participação na organização da Assembleia Constituinte de 1988. Cintrão cita ainda, que nesse período os movimentos ganharam força e se ampliaram com estímulos e o apoio de organizações de âmbito nacional como a Confederação Nacional de Trabalhadores na agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), os conselhos Estaduais de direitos das mulheres e mesmo com a cooperação Internacional.

Através da Constituição de 1988, pela primeira vez foi colocada em pauta, em nível nacional, uma negociação de políticas públicas que considerasse a questão das mulheres rurais. A partir de então, os movimentos de mulheres desse seguimento ganharam visibilidade ampla e tiveram impulso para uma articulação nacional. No contexto das mobilizações pela constituinte, acontece, em 1988, o I encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (SILVA, 2006).

O encontro desencadeou a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais. Isso, entre outras coisas, permitiu a ampliação geográfica da mobilização feminina. Mulheres puderam se fazer mais presentes, e com voz, nos sindicatos de trabalhadores rurais em todos os Estados brasileiros. O fenômeno gerou um aumento progressivo da participação feminina nos movimentos. É nesse contexto que encontramos a mobilização feminina paraense através do Movimento de Mulheres da Guajarina.

1. Movimento de Mulheres da Guajarina: a ação de mulheres como organização

Em meados da década de 1990, se consolidaram vários coletivos de mulheres na região nordeste do Estado do Pará. Mais especificamente nos municípios de Concordia do Pará, Bujaru, Tailândia, Acará, Abaetetuba e Moju. Esse fenômeno de mobilização surgiu diante da or-

ganização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de ações dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais (STTR). Todos atuando na região desde o início dos anos 1960. Estas organizações estavam preocupadas em discutir a situação de violência no campo e formar sujeitos, mulheres e homens para as mobilizações de luta pela terra e outros direitos, através de uma organização política coletiva.

Na época, a equipe da CPT era constituída por Padre Sergio Tonneto, Irmã Rosa Figueiredo, Irmã Adelaide, Irmã Ivódia, Padre Amadeu e Padre Santiago. Estes párocos em Bujaru (Estatuto do Movimento de Mulheres da Guajarina, 1992). Na frente sindical, contava-se com Socorro Gomes, Gaída Silva, Lucia Lima, Irmã Ivódia, Cristina (secretária da FETAGRI). Segundo Irmã Rosa Figueiredo, freira da Congregação Sagrado Coração de Jesus, coordenadora geral da educação de jovens e adultos da Comissão Pastoral da Terra, na região Guajarina:

Os homens participavam dos Sindicatos, já tínhamos um trabalho com os jovens, clubes de mães em quase toda comunidade, então, era necessário fazer um trabalho mais político com as mulheres, já havia pressão de organismos internacionais para que isso acontecesse. No triênio que iniciou em 1990, nós tínhamos a meta, como linha de ação, organizar as mulheres da região, criar um movimento que as reunisse, mas não podia ser homens a organizar. Então quem ia começar? E foram a Socorro Lima, Gaída Silva que tomaram a frente, e foram muito importantes no processo de organização do Movimento. Foi feita uma espécie de proposta de desenho da criação do movimento. Foi identificado e mobilizado mulheres de vários municípios da região que tinham uma consciência crítica mais aprofundada. Reunimos com elas e começamos a discussão para formar uma coordenação provisória. A CPT, não atuava só no Bujaru. Era no Acará, Moju, Abaetetuba, Tailândia, já em Concórdia foi só depois. (Irmã Rosa Figueiredo. Entrevista concedida em agosto de 2015).

Para a Irmã Rosa, havia uma ausência das mulheres no processo de organização e participação dos trabalhadores rurais da região. As mulheres ficavam em casa, cuidando da família, para que os homens pudessem participar. Considerando que as causas das lutas eram para ambos, a ausência era reveladora de tensões de gênero em meio à luta comum a todos e todas interessadas.

Nos casos em que as mulheres já se faziam presentes em vários setores, como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações e cooperativas, elas tinham uma participação muito tênue, sem expressão ou voz eletiva. Não participavam de modo efetivo das tomadas de decisão e nem nas disputas por cargos de chefia. Essa situação pode ser observada na mensagem poética no folder do 1º Congresso de Mulheres que ocorreu na cidade do Acará em 1998, intitulada *Sou Mulher*:

Sou Mulher

Sou capaz de amar
Sou duas, sou três sou muitas.
Também tenho o direito de sonhar.

Sendo eu trabalhadora rural
Sei cuidar da terra dos filhos, do fogão, do quintal...
Sou mulher, bem brasileira.
Sou também da América Latina

Estou aqui para lutar pelo que é meu por direito.

Liberdade, igualdade e respeito.

Sou mulher, mãe, avó e menina.

Sou irmã, amiga e companheira.

Quero ocupar meu lugar, companheiro, [sic]

Nós temo [sic] cabeça e coração,

Se podemos gerar uma vida,

somos capazes, juntas com vocês,

de libertar nossa nação.

(Folder do 1º Congresso de Mulheres do Acará, 1998).

É possível observar, no conteúdo da poesia, uma consciência de luta, de busca por direito para todas as mulheres e mesmo, desde o título, uma afirmação de pertencimento à identidade de gênero. É importante ressaltar que o Movimento de Mulheres da Guajarina, foi um movimento composto por mulheres do espaço rural e da cidade. Contudo, as mulheres da cidade não conseguiram se firmar nas lutas tanto quanto as do meio rural. No folder, também podemos notar que as lutas não estavam desconectadas dos contextos políticos que permeavam o cenário internacional. Tratava-se de lutas com abordagens semelhantes às que eram desenvolvidas por toda a América Latina (STERNBACH, ARANGUREN e ALVAREZ, 1994, p. 10).

Embora seus esforços de ação fossem regionais, as questões políticas reivindicadas eram vinculadas a lutas mais amplas. Os encontros faziam parte de uma ampla plataforma de organização de mulheres latinas naquele período. Conhecidos como *Encuentros*, essas mobilizações são reveladoras do desenvolvimento de teorias e práticas feministas latinas. Geraram documentos que registram a ampliação e densidade das lutas, especialmente por serem disseminados por todas as regiões de mobilização feminina:

Embora nem todas as questões suscitadas e as lutas ideológicas travadas nos *Encuentros* tenham correlatos precisos em todos os contextos nacionais, eles serviram de plataforma para o desenvolvimento de uma linguagem política feminista latino-americana comum e de palcos para disputas políticas muitas vezes contenciosas sobre o que seriam as estratégias mais eficazes para se alcançar igualdade de gênero em países dependentes, capitalistas e patriarcais (STERNBACH, ARANGUREN e ALVAREZ, 1994, p. 3).

A linguagem política feminista latino-americana comum tem contribuído com a organização e conscientização das mulheres, a exemplo da poesia citada acima, SOU MULHER. Considerando o conjunto de demandas, a linguagem partilhada gera certa continuidade e permanência de ação mobilizadora. Os movimentos, por sua vez, não são apenas reativos, movidos somente por necessidades imediatas. No caso do Pará, como situado por Irmã Rosa Figueiredo: “o movimento surgiu como uma demanda regional, quando as mulheres se organizavam para terem direitos à sindicalização. A CPT foi uma boa parceira nisso. Era preciso se organizar e conscientizar as mulheres do seu papel nos seus espaços” (Irmã Rosa Figueiredo. Entrevista concedida em agosto de 2015).

De acordo com Gohn (2008), os Movimentos Sociais são empreendimentos coletivos que visam estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma inquietação social, consequência de situações de insatisfação e do desejo de novas formas e oportunidades de vida. Esses também eram

os desejos das mulheres paraenses daquele momento: participar do movimento social, sindicatos, associação, como seus maridos. Ansiavam, além disso, por ter acesso a bens e serviços que melhorassem as suas condições de vida e trabalho.

As ações do Movimento de mulheres da Guajarina propiciou um processo de inserção em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na vida pessoal e das localidades em que moravam as mulheres. As ações decorrentes dessa organização balizam interesses, identidades e projetos de grupos específicos. Esses objetivos variavam da geração de trabalho e renda à formação político-social. De acordo com Gohn (2008), os Movimentos sociais podem ser definidos como possuidores de um caráter sociopolítico e cultural conforme as relações vivenciadas e a conjuntura específica de cada mobilização. Essa constatação teórica pode ser observada no movimento da Guajarina. Conforme o excerto da Cartilha Antologia do Círculo de Cultura da década de 1990:

A mulher pobre trabalha muito, mas não possui dinheiro. Ela é explorada pelos opressores e muitas vezes em sua própria casa. Outras vezes é explorada como empregada por outra mulher, a patroa. É mulher sofre mais do que o homem, porque é obrigada pela necessidade a trabalhar na olaria, em casa, na roça, fazendo paneiro, caeira (...). Para ajudar o marido e não ver os filhos com fome. A mulher tem muito saber e muito valor. É importante quando o homem sabe reconhecer isso e então cuida de sua mulher com carinho. Eu acho muito bonito quando a mulher é unida com seu marido. Mas tem muitas mulheres oprimidas, desvalorizada pelo próprio marido, e não tem liberdade nem para sair de casa, de participar da Comunidade e do estudo. O sistema capitalista e neoliberal desvaloriza a mulher de vários modos e quer que ela se cale e não lute por nada. Eles, os capitalistas, não querem que a mulher pare para pensar nos seus direitos porque têm medo que elas descubram que são exploradas e assim se organizem para lutar. E tem mulher que obedece direitinho ao SISTEMA e “se enterra” na casa, na olaria, na roça. Mas um dia nós mulheres vamos conseguir o que queremos. Vamos ocupar o nosso lugar na família e na sociedade. Uma esperança de mudança é a participação em nosso Movimento e em outras organizações. É juntar com as companheiras e os companheiros para enxergar mais longe, se organizar e lutar pela vida. É ter consciência de seu saber e de seu valor. É ter coragem de sacudir as cinzas do fogão, do nosso corpo e entra de cheio no Movimento para transforma a sociedade. (Antologia do Círculo de Cultura-CPT/Guajarina. Círculo de Cultura da Comunidade do Cravo, Timboteua Cravo e Dona, 2000).

Podemos observar, através do texto, que as mulheres do Movimento da Guajarina foram encorajadas a se posicionar, a utilizar um discurso de igualdade de gênero frente às oportunidades e conquistas. Elas são convidadas a despertar para um novo tipo de ação política, questionando o seu status subordinado em razão do sexo. Subordinação presente na relação familiar, dentro da igreja e mesmo no interior dos sindicatos de esquerda em que participavam. A tomada de consciência de gênero, dentro da classe, se deu pela própria experiência de lutas em comum. Inicialmente pelo estímulo externo, mas pela junção entre vontade e necessidade de participação em um movimento específico da categoria. Conforme uma importante liderança de Concórdia, dona Antonina Borges, o movimento: *“nasceu quando nós mulheres percebemos nossa marginalização na sociedade, na família, no sindicato e sentimos quando era necessário buscar outra luta”* (Depoimento de Antonina Borges retirado da Cartilha do Círculo de cultura CPT – O POVO TEM QUE SABER, Comunidade do Cravo, 1999).

Portanto, o Movimento de mulheres se constituiu com a finalidade de dar concretude e visibilidade às demandas específicas de mulheres, no interior do Estado do Pará. Visava, desde o início, garantir a participação feminina nas decisões políticas que lhes dizia respeito e, particularmente, na luta pelo direito à terra.

2. Quando Mulheres Lançam a Rede: o sentido do Movimento.

A questão de compreender o momento em que surge uma demanda social está localizada na leitura do contexto em que esse fato se encontra. Quando se trata do Movimento de mulheres da Guajarina, estamos nos reportando a uma questão de luta pela terra, em primeiro plano, mas também estamos diante da luta pela igualdade de gênero. Uma luta que se pauta em homens e mulheres que, em alguns momentos, têm exercido papéis diferenciados, mas de modo naturalizado, na sociedade. Nesse sentido:

Entendemos por imagens de gênero configurações das identidades masculina e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam em grande parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são “prévias” a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseados, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens (CAPPELIN, 2000, p.130).

Cappelin (2000) defende que a questão de gênero perpassa por subjetividades que englobam o social e o cultural que produzem as identidades do homem e da mulher. Estes se localizariam em suas funções (fixas) desde tenra idade. Portanto, seus espaços seriam formalmente diferenciados. Gênero, em Scott (1995), possui uma definição bastante precisa. Segundo ela:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica elementos relacionados entre si (SCOTT, 1995, p. 60).

Diante desses apontamentos, a importância de entender as relações de gênero no espaço rural se dá na perspectiva de perceber que essas relações variam de acordo com os diferentes espaços e lugar de poder. Para Silva (2009), há diferenças entre o privado e o público. O primeiro significando espaços de submissão e, o segundo, poder. Com relação à mulher trabalhadora rural, o espaço público está mais distante de sua atuação, reservando-se ainda em muitos casos ao espaço privado. Nesses espaços, temos a possibilidade de aplicação do conceito de “espaço vivido”. Este consistiria em uma vivência cotidiana que é conceituada por Frémont (1980 *apud* MENESES E GAMA, 2012, p. 20) como uma experiência de vida que não acaba, pois está em constante movimento. Segundo Frémont:

O espaço vivido é uma experiência contínua. [...] O espaço vivido é um espaço movimento e um espaço-tempo vivido. [...] O espaço vivido é também, desde a mais tenra idade, um espaço social. [...]. Mais temos de constatar que, se o espaço vivido acende às conceitualizações racionais da inteligência, ao raciocínio num espaço cartesiano e euclidiano, também se revela portador de cargas mais obscuras, em que se misturam as escórias do afectivo, do mágico, do imaginário (FRÉMONT, 1980, *apud.* MENESES E GAMA, 2012, p. 5).

Desse modo, o espaço vivido possui um caráter particular a cada pessoa. Está diretamente ligado ao imaginário e ao espaço social. Ele é construído por uma série de acontecimentos em que onde homens e mulheres estão posicionados de maneiras diferentes. Logo, segundo o autor, o espaço vivido das mulheres distingue-se referente aos homens. Afinal, o espaço é constituído por encaixes de células fechadas e isoladas umas das outras, mas cuidadosamente distintas entre si: a cidade, a casa, o quarto etc. As mulheres vivem em espaço muito restritos, quase secretos, entre a casa e poucos espaços públicos.


Nesse espaço vivido é que se encontram algumas mulheres do campo que, como relata Frémont, possivelmente estão localizadas em um espaço menor, no foro íntimo, na casa, quintal ou na lavoura. Não obstante, é ela que assume uma série de tarefas que lhes são ensinadas desde muito jovens. Mesmo dentro desse contexto, algumas mulheres se destacaram com sua forma de lidar com as diferenças em relação ao gênero. É nesse caso que podemos visualizar as mulheres que lideraram o Movimento de Mulheres. As mesmas que lutaram e foram renegadas a uma condição de não lugar por serem mulheres e camponesas. Ainda sobre as mulheres, Gohn afirma:

As mulheres estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais, nas associações e bairro e associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores, como entidades articuladoras e os fóruns, nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão públicas compartilhadas existentes (GOHN, 1997, p. 133).

É possível observar, com base nos argumentos da autora, que tem crescido de forma favorável, o número de mulheres que querem sair do anonimato e protagonizar suas conquistas. Elas estão em diversos espaços e tem mostrado sua força e capacidade de liderança nos processos decisórios. Seja como líder sindical, como ministra ou presidente da república, as mulheres de um modo geral estão saindo da invisibilidade.

3. Ações do Movimento: momento de semear

A organização de Movimentos de Mulheres trabalhadoras rurais no cenário nacional não é recente. O marco histórico de sua atuação acontece a partir da década de 1980, conhecida como a Década da Mulher (TABAK, 1985, p. 2). Os primeiros movimentos específicos de mulheres rurais datam do início dos anos 1980. Muitos deles foram motivados ou nasceram nos espaços da Igreja Católica de tendência progressista. Outros pelos movimentos sindicais e por partidos



políticos. Esses movimentos tiveram visibilidade a partir das realizações de encontros, congressos, passeatas, caminhadas e outras formas de manifestação pública e coletiva. Alguns deles seguiram uma cronologia de organização que deram base para os movimentos que surgiram nos anos seguintes.

Segundo Aguiar (2016), durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas de mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, observou-se a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural. Elas atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. Para citar alguns, temos, somente no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres:

as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986 (AGUIAR, 2016, p. 16).

Na Região Nordeste foram realizados dois grandes eventos, um em 1984, no Estado de Pernambuco, e outro em 1986, na Paraíba. O primeiro foi 1º de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e, o segundo, o 1º Encontro das Trabalhadoras Rurais da Paraíba (MENESES e GUSMÃO, 2012). Encontros como estes, mesmo com suas características regionais, foram decisivos para a criação de dois grandes movimentos: Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), fundado em 1986 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), fundado em 1989. Além disso, ajudaram a fomentar movimentos que se consolidavam no Norte, no Estado do Pará, como o Movimento de Mulheres da Guajarina.

As questões de pauta da luta das mulheres nesses movimentos passavam primeiramente pelo reconhecimento da profissão como agricultora. Elas reivindicavam esse reconhecimento formal para que constassem em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (e não como doméstica ou dona de casa). Além dessa pauta específica, eram temas da luta feminina os direitos sociais, em especial a aposentadoria e o salário-maternidade; o direito de sindicalização e as questões da saúde da mulher. Ainda nessa década, foram feitas exigências complementares às primeiras, como a titulação da terra em nome do casal; o nome da mulher como chefe de família; e o direito das mulheres solteiras, ou chefes de famílias, de serem beneficiárias da Reforma Agrária.

Na Constituição de 1988, as mulheres rurais tiveram duas importantes conquistas: 1) a menção explícita ao direito das mulheres à terra, e 2) sua inclusão como beneficiárias da previdência social, com direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade. Tudo isso na condição de seguradas especiais. Contudo, para a implantação destes direitos, como política

pública para esse segmento, foram necessárias outras mobilizações e a ampliação da articulação com outros movimentos do campo (MENESES e GUSMÃO, 2012).

Os últimos anos de 1990 correspondem ao período em que as mulheres rurais mais aparecerem publicamente como *produtoras rurais* propriamente ditas. Agora, já reivindicando o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado.

4. Os Encontros e Congressos como Espaço de Organização e Coletivização das Lutas.

Nos anos de 1996 a 2003, 2006, 2007 e 2011, foram realizados encontros e Congressos, onde se reuniram todos os municípios que fazem parte da Guajarina. À temática desses congressos, focalizaram-se questões estruturais e conjunturais e aquelas específicas das trabalhadoras do campo. Em todos os encontros, buscava-se: a superação da pobreza e da violência no campo, o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero, assim como um reforço a autoafirmação da identidade de mulheres rurais (CPT, 2012).

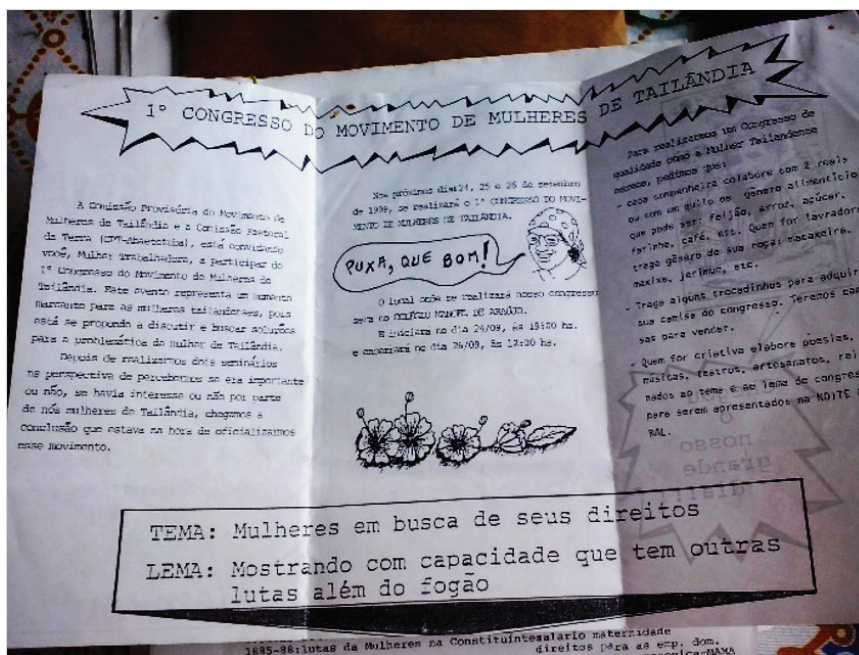
Organizados por um conjunto de ações coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra, os encontros avançaram, também, em relação ao aprofundamento na discussão sobre o papel das relações de gênero dentro das famílias e na sociedade. Era reivindicado mudanças na divisão sexual do trabalho, questionando a falta de poder feminino dentro de casa e denunciando a violência doméstica (SILIPRANDI, 2008).

Em março de 1996, ocorreu na cidade do Concordeia do Pará/PA, o primeiro Congresso regional de Mulheres da Guajarina (*Relatório do Congresso*, 1996). Nele, foram definidas as diretrizes do Movimento e as estratégias de ação para os próximos anos. Segundo o relatório da CPT, a maioria das mulheres presentes eram agricultoras. “Uma classe trabalhadora oprimida que vivia do suor do trabalho, acreditavam de verdade que as mulheres têm importância na sociedade, que só elas podem assumir” (CPT, 1996). Também foram definidos os objetivos que norteariam a vida do movimento, dentre os quais: a libertação das mulheres, violência contra a mulher e luta pela terra.

Outro congresso regional ocorreu em 1999, em Abaetetuba/PA, entre os dias 11 e 14 de novembro. Esse congresso teve como objetivo reunir todos os municípios que faziam parte do movimento de mulheres na região da Guajarina e apontar a importância das mulheres rurais na construção da nação brasileira. Participou Concordeia do Pará, Moju, Abaetetuba, Acará, Barcarena, Tomé-Açu e Tailândia. O encontro teve como tema: *Mulher: Uma força construindo o Brasil*.

Em 2000, ocorreu um novo encontro de formação. Dessa vez na cidade de Tailândia. O tema central, “*Mulheres em busca de direitos*”, vinha acompanhado de um lema de autoafirmação: “*Mostrando com capacidade que tem outras lutas além do fogão*” (Imagem I). Nele aparece a frase que nomeia esse artigo e ressalta a diferenciação entre os espaços de luta, do privado ao público. Entre os vários temas tratados nesse encontro, estava a questão da oficialização do movimento e a necessidade de agregar mais mulheres para o movimento.

Imagem I – Folder do 1º Congresso do Movimento de Mulheres de Tailândia



Fonte: Arquivo CPT (2016)

Em 2001, foi à vez da cidade do Acará sediar o congresso de mulheres. Nesse congresso, o tema era “mulher resgatando nossas lutas, nossa história”. O encontro contou com a presença de importantes lideranças: Padre Sérgio Tonetto, representante da CPT; Maria do Socorro Lima, coordenadora do Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da cidade (MMTCCB); Antonina Borges, Coordenadora do Movimento de mulheres do campo e da cidade Concórdia do Pará (MMCC); Lucimar do Socorro Costa, representante da articulação de Mulheres rurais da Guajarina; Raimundo Francisco, representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Acará; Raimundo Lucas e Claudio, ambos representantes do Partido dos trabalhadores; e o vereador, Eduardo Lima (*Relatório do Congresso de Mulheres no Acará*, 2001).

Nesse congresso, foi feita uma retrospectiva da história das mulheres nos movimentos sociais e políticos. Alguns dos temas abordados diziam respeito às ações do movimento feminista no século XX.

No que se refere à violência, esse foi um tema tratado em quase todos os congressos de mulheres, especialmente nos de 2000, 2003 e 2007. As participantes dos movimentos viam uma preocupação maior em relação às condições em que as mulheres agredidas ficavam sujeitas após sofrerem as agressões. Geralmente, sem nenhum acesso à políticas públicas que possibilitasse a elas ter algum tipo de apoio frente a violência sofrida. Assim, nos três últimos congressos, as pautas foram direcionadas à formação e informação sobre a lei Maria da Penha.

Em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, a Lei Maria da Penha dá cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificada pelo Brasil em 1994, e à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da Organização das Nações Unidas (ONU). (CINTRÃO e SILIPRANDI, 2011, p. 35).

Depois do primeiro congresso, aconteceram os de 2003, que contou com a presença de 2500 mulheres; o de 2006, com mais de 300 mulheres; e, por último, o de 2011, com cerca de 500 participantes. Nesses congressos municipais e regionais, as trabalhadoras rurais apresentaram pautas de reivindicações de todos os municípios e comunidades da região Guajarina, microrregião de Tomé-Açu/PA. Futuramente, elas serviriam para constituir a base de políticas públicas estaduais ou municipal.

Os Congressos também tiveram um forte caráter de denúncia. As trabalhadoras rurais chegaram a apresentar uma pauta de reivindicações para negociação com o governo. Grande parte dessas reivindicações voltou a integrar a pauta dos congressos seguintes, realizadas nos anos 2006 e 2011. Um ponto importante de diferenciação a partir de 2003 foi o tema do reconhecimento das comunidades rurais como terras quilombolas.

Atualmente, as mulheres do Movimento da Guajarina estão atuando em diversos setores e podem contabilizar algumas conquistas. Apesar de suas mobilizações ainda não terem sido suficientes para acabar com as desigualdades de gênero. Algumas conquistas que ocorreram ajudaram a mudar a realidade de várias mulheres na região. Entre as conquistas, podemos destacar:

- Documentação civil e trabalhista para todas as mulheres rurais;
- Acesso à terra, com apoio às mulheres assentadas;
- Políticas de apoio à produção na agricultura familiar através das Emater;
- Inserção de todas as mulheres da Guajarina no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PND'TR;
- Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais;
- Criação do Conselho Municipal de Mulheres;
- Sindicalização de 98% das mulheres do meio rural;
- Reorientação de pautas de lutas como a busca pela coletivização de terras quilombolas. (*Relatório do Seminário Ala Feminina do STTR/Mulheres da Guajarina em Abaetetuba, 2001*).

Tendo em conta o rompimento com os modelos tradicionais de organização social e as conquistas resultantes da organização das mulheres rurais na região nordeste do Pará, podemos dizer que o movimento de Mulheres Transformadoras do Campo foi bem sucedido. A partir dele, as mulheres constituíram um instrumento de luta para a conquista de direitos que lhes foram negados historicamente.

O resultado desta pesquisa revela um processo de ampliação da participação das mulheres em espaços de poder, como associações, partidos políticos, coordenação comunitária e liderança local. A história das mulheres no Movimento da Guajarina nos permite reconstruir alguns dos limites e rupturas da formação destas mulheres enquanto pessoas plenamente ativas na sociedade. Suas ações repercutiram dentro de vários espaços de luta e da organização social. A experiência adquirida através deste movimento fomentaria, nas décadas seguintes, outro movimento de extrema importância para a organização social e política da região: o movimento que mulheres quilombolas. Este, partindo de pautas comuns ao movimento de mulheres, articulou lutas próprias em torno da reivindicação das titulações coletivas de suas terras como territórios quilombolas (MALCHER, 2010). Trata-se de uma outra importante história das lutas populares que ainda precisa ser contada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres da Guajarina pode ser analisado como marco na fomentação de lideranças femininas na região. Ele forjou a base de sustentação para a participação efetiva de mulheres frente aos espaços de decisões e concretização de conquistas sociais. As histórias dessas mulheres nos permitem reconstruir alguns dos limites e rupturas no tempo histórico e sua formação enquanto sujeitos sociais ativos. Suas ações foram desenvolvidas dentro de vários espaços. Seja no movimento somente de mulheres, ou no movimento quilombola, essas pessoas se organizaram através de associações, igrejas e mesmo na própria comunidade.

O Movimento de Mulheres da Guajarina, representou, acima de tudo, um desejo de mudança das condições de milhares de trabalhadoras rurais da Microrregião de Tomé-Açu (Região Guajarina). Assim, ficou como uma semente plantada para o futuro. Representa o desejo de muitas mulheres que querem ver uma sociedade mais justa, para ambos os gêneros. O processo de luta ainda continua, pois em muitos espaços a violência contra as mulheres rurais ainda ocorre com muita frequência. A experiência de organização social relevada na trajetória do Movimento de Mulheres da Guajarina, evidenciam que a ação feminina rompeu com os padrões tradicionais associados ao lugar da mulher. O novo lugar, sem dúvida, vai “muito além do fogão”.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Venancio Porto Vilenia. *Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas*. 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em periódicos.ufsc.br > politica > article.
- ANDRADE, Antonia Lenilma Meneses de. *Mulheres quilombolas: Movimento, Liderança e Identidade*. 2016 (Dissertação de Mestrado).
- CAPPELIN, Paola; DELGADO, Didice; SOARES, Vera (Org.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CINTRÃO, Rosângela. SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PINTANGUY, Jacqueline. (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA: Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- DUARTE, R. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Trad. Antônio Gonçalves. Reivão & Antônio G. Mendes. Coimbra: Livraria Almeida, 1980.
- GOHN, Glória Maria da. *Teoria dos Movimentos Sociais paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 1. Ed. Edições Loyola São Paulo. 1997.

GOHN, M. da G. (Org). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MALCHER, Farias Maria Albenize. *Somos quilombolas: a organização de mulheres Negras Rurais em Santa Rita de Barreira*. 2017. Gt. Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br › anais.

MENEZES, Elisangela Ferreira e GAMA, Andrea Nogueira, A busca pela visibilidade: A Marcha das Margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. *Anais do V NEER*, UFMT, 2012. Site: www.geografia.ufmt.br/.../eixo%20%20GT2%20artigo%20.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *Almas da Terra: A violência com Campo paraense*. 2007. Universidade Federal do Pará. (dissertação de mestrado).

SCOTT, J. W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5. (Dec. 1986), pp. 1053-1075. Original inglês disponível em JSTOR: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILVA, Maria Evaneide Pantoja. *Socialização de Agricultoras do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, 2008* (Dissertação de mestrado).

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Diferenças de gênero no campo da Ciência: um ensaio de análise sobre a presença feminina no CNPQ. In: *VIII Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulher, 2008.

TABAK, Fanny. *A década da mulher como forma de participação e pressão Política - avaliação e balanço*. Trabalho apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS, GT Mulher e Política, 1985. Acesso em www.anpocs.com › 6147-fannytabak-decada › file.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

Cidadania Negada pela Torneira ou pelo Poço: mulheres marajoaras e suas dificuldades para acessar a água em Breves-PA

Ciudadanía Negada por el Grifo o el Pozo: las mujeres marajoaras y sus dificultades para acceder al agua en Breves-PA

Citizenship Denied by Tap or Well: marajoaras women and their difficulties to access water in Breves-PA

Ana Maria Smith Santos
Elizandra Gomes de Lima

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre as dificuldades das mulheres marajoaras residentes no núcleo urbano de Breves-PA de acessar a água, compreendendo tal problema como uma negação de uma cidadania plena. É resultante do estudo de doutoramento em Antropologia Social de uma das autoras e do projeto de pesquisa PIBIC – Prodoutor. As metodologias aplicadas foram a Etnografia e a História Oral, respectivamente, realizadas junto às idosas participantes dos Centros de Referência de Assistência Social municipais nos anos de 2014 a 2018 e em 2019. O debate interpreta o acesso à água como um direito humano e que as mulheres de periferia são as mais atingidas com a água de péssima qualidade. Foi possível identificar as estratégias diárias para adquirir água e realizar suas tarefas, constituindo-se numa problemática constante em suas vidas.

Palavras-chave: Cidadania. Acesso à água. Mulheres Marajoaras.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las dificultades de las mujeres Marajoara que viven en áreas urbanas de Breves-PA para acceder a la agua, que comprende tal problema como una negación de la ciudadanía plena. Es el resultado de un estudio de doctorado en Antropología Social por uno de los autores y el proyecto de investigación PIBIC – Prodoutor. As metodologías aplicadas fueron Etnografía e Historia Oral, respectivamente, llevado a cabo con los mujeres ancianas participantes del Centro Municipal de Referencia de Asistencia Social en los años 2014 a 2018 y en 2019. El debate interpreta que el acceso a la agua es un derecho humano y que las mujeres de la periferia son las más afectadas por la mala calidad del agua. Fue posible identificar las estrategias diarias para adquirir agua y realizar sus tareas, constituyendo un problema constante en sus vidas.

Palabras clave: Ciudadanía. Acceso al Agua. Mujeres Marajoaras.

Abstract: This article aims to reflect on the difficulties of Marajoara women who residents in the urban area of Breves-PA to access water, understanding this problem as a denial of full citizenship. It is the result of a doctoral study in Social Anthropology by one of the authors and the research Project PIBIC – Prodoutor. The applied methodologies were Ethnography and Oral History, respectively, carried out with elderly women participating in the Municipal Social Assistance Reference Centers in the years 2014 to 2018 and in 2019. The debate interprets access to water as a human right and that women from the periphery are most affected by poor quality water. It was possible to identify the daily strategies to acquire water and perform their tasks, constituting a constant problem in their lives.

Keywords: Citizenship. Access To Water. Marajoaras Women.

Ana Maria Smith Santos – Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (CUMB/UFPA). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Assistente Social pela UFPA. E-mail: anasmiths@ufpa.br

Elizandra Gomes de Lima – Graduanda do 7º semestre da Faculdade de Serviço Social Campus Breves, é bolsista PIBIC PRODOUTOR/2019. E-mail: lillydelima.ldl@gmail.com

INTRODUÇÃO

O acesso à água no Marajó-PA tem sido pauta de debate no meio acadêmico, porém com poucas produções. Durante a tese e a execução do PIBIC/PRODOTOR (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador), iniciado em agosto de 2019, nossas hipóteses foram confirmadas. Identificamos que o público mais afetado na dificuldade em acessar a água de qualidade tem sido as mulheres. Neste artigo, mostraremos as experiências de quatro idosas residentes no núcleo urbano de Breves-PA, mesorregião do Marajó, e suas pelepas na busca pela água na região.

Os relatos colhidos trouxeram uma realidade vivenciada pelas depoentes que, por vezes, estavam cheias de emoções, lembranças remotas de um cotidiano tão próximo de muitos brevesenses. Reviver suas estratégias para adquirir a água também permitiu conhecer um pouco do passado no qual a cidade foi estruturada.

Para a escrita do artigo, tivemos como referências autores que nos possibilitaram compreender a correlação entre a água e a mulher, bem como analisá-la observando que a sua negação pode afetar diretamente pessoas de classe subalterna e de um determinado gênero, como no caso as mulheres no usufruto da cidadania. São eles: Gallo e Navarro (2018); Filho e Oliveira ([s.d.]).

O texto está dividido em três seções, além desta introdução e as Considerações finais. A primeira traz um diálogo entre a questão de gênero e o debate a respeito da água para o alcance da cidadania; a segunda apresenta um contexto de Breves e o Marajó em sua parte ocidental; e a terceira exhibe relatos e reflexões quanto às dificuldades das mulheres brevesenses em acessar a água.

1. Gênero e o Debate sobre a Água e Cidadania

Os direitos humanos e o debate da cidadania podem ser associados ao acesso às políticas públicas. Um estudo desenvolvido pelo BRK Ambiental e Instituto Trata Brasil ([s.d], p. 2) aponta que ter acesso à água tratada e ao saneamento faz parte dos direitos humanos defendidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) já de longos tempos.

Ainda segundo esse Documento desenvolvido pela BRK e Instituto Trata Brasil, o tema passou a ser associado ao debate de gênero e teve como um marco a Assembleia da ONU em 2016. Assim: “a igualdade de políticas públicas requer que se considere as necessidades materiais e estratégicas das mulheres” (BRK; INSTITUTO TRATA BRASIL, [s.d], p. 2), no que diz respeito à questão de cuidado com o seu ciclo menstrual e às responsabilidades atribuídas às mulheres de ter que realizar as tarefas domésticas, além do zelo com os membros da família.

O estudo, ao mesmo tempo, aponta que devido a essas responsabilidades com a limpeza doméstica e, até mesmo, por suas ocupações que estejam atreladas aos serviços domésticos, as mulheres são mais propícias às contaminações por uma água com dejetos humanos, por exemplo.

Gallo e Navarro (2018) explicam as representações construídas ao longo da história entre a mulher e a água, para isso, citam Fortes Júnior (2006), tecendo as seguintes considerações: “O autor discute que a associação entre o corpo e a água é tema de formulações poéticas dentro da história da arte, quer seja como simbologia da água como elemento fundamental para a vida.” (Fortes Júnior, 2006, *apud* GALLO; NAVARRO, 2018, p. 170). A título de exemplo, aludem as figuras mitológicas femininas ligadas à água, como: a Iemanjá, as sereias e as ondinas.

Em seguida, referem que os significados atribuídos na relação entre a mulher e a água não se restringem aos papéis sociais: “Por conseguinte, a água está presente na vida da mulher não apenas [...] [nos]: afazeres domésticos, beleza ou parto [...] [elas] se completam na literatura, cultura, na religião e até na arte” (GALLO; NAVARRO, 2018, p. 170). Continuam mostrando os avanços no debate de gênero, entretanto existem dados da ONU em 2016, os quais apontam o tempo gasto pelas meninas e mulheres na coleta deste recurso.

Assim, “em 2016, durante a Semana Mundial da Água, em Estocolmo, na Suécia, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) declarou que mulheres e meninas do mundo gastaram 200 milhões de horas por dia coletando água” (ONU, 2016 *apud* GALLO; NAVARRO, 2018, p. 173), o que em determinados lugares pode ser perigoso devido ao percurso longo caminhado quase diariamente. Assim: “muitas das vezes, as mulheres e as crianças se tornam vulneráveis à violência a aos abusos sexuais, durante o percurso da coleta de água.” (Neves-Silva e Heller, 2015 *apud* GALLO; NAVARRO, 2018, p. 174).

A partir destes dados, reforça-se o debate sobre a íntima relação entre as necessidades da família e a naturalização dada pela sociedade de que isto deve ser tarefa feminina. Observando a realidade brasileira e seus déficits quanto ao acesso ao saneamento, os impactos negativos podem ser mais sentidos pelo sexo feminino, incluindo as meninas, as adultas e as idosas. Fato que será debatido com mais profundidade nas próximas seções.

2. O Território e suas Contradições

A cidade de Breves possui pouco mais de 100.000 habitantes, estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para 2019. O acesso à cidade dá-se por meio hidroviário. A distância calculada em média é de 12 horas de navio de Belém-PA e 12 horas de Macapá-AP. Situa-se às margens do Rio Parauaú, porém, apesar da facilidade em acessar a água, nem todas as localidades dispõem deste recurso em estado potável.

No quesito território e ambiente do IBGE, o município apresenta dados com marcas de desamparo social: “6.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 13.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).” (IBGE, [s.d.]).

Breves é um município do arquipélago do Marajó (parte ocidental) cercado por água, como foi dito anteriormente, porém, contraditoriamente, em boa parte não é apropriada para o consumo. Existem áreas no bairro centro e na periferia que não há possibilidade de se ter poço artesiano devido ao excesso de ferro em formato de ferrugem presente na água. A Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), por sua vez, não tem cumprido com a obrigação de realizar a distribuição de água nos bairros mais afastados do centro. De acordo com Smith-Santos (2019, p. 26):

Para adquirir água, muitas famílias brevesenses, principalmente as mulheres, precisam agir logo cedo. Isso depende do bairro, pois atualmente há uma certa regularidade¹ de distribuição no bairro centro pela Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA (que não é de boa qualidade), porém em áreas de periferia as famílias usam água fornecida por carro-pipa (da prefeitura e de um político in-

¹ Dizemos certa regularidade por ser relativa a oferta de água, uma vez que no mês de setembro de 2018 o núcleo urbano passou por um racionamento de água por aproximadamente cinco dias, pois ocorreu problemas com a bomba de distribuição, afetando a grande maioria dos bairros brevesenses.

fluente na cidade), também utilizam água de córregos poluídos, ou ainda, procuram casas em que os vizinhos lhes concedem a retirada de seus poços artesianos.

Rocha (2017), citada por Smith-Santos (2019, p. 104), possui um estudo contemporâneo a respeito do abastecimento de água em Breves-PA, e, com base no relatório do Movimento pelo Direito ao Uso da Água (MDUA) de 2015, revela as dificuldades diárias dos moradores locais: “o abastecimento de água é restrito aos moradores do bairro Centro e no bairro Riacho Doce, porém a distribuição de água ocorre em período máximo de três horas por dia, e nos bairros mais afastados do centro este período diminui menos de uma hora.” (Rocha, 2017, p. 81 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 104).

Ainda de acordo com Rocha (2017, p. 75): “apesar de existirem oito bairros na área urbana de Breves, e existirem redes de água passando por todos eles, o sistema de abastecimento de água de Breves atende apenas os bairros centro e riacho doce”. Segundo a autora, a população dos demais bairros “utiliza soluções próprias” para conseguir água.

Smith- Santos (2019, p. 103) aponta:

No Plano Municipal de Assistência Social triênio 2013-2016, as informações do abastecimento de água mostram a precariedade do serviço público: “de acordo com a Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA o número de ligações ativas de água na cidade é de 5.423 e as clandestinas 1.800 aproximadamente” (SEMTRAS 2013: 14). Esse número significativo de ligações clandestinas parece ser o resultado de uma não priorização do serviço aos mais empobrecidos.

Durante a pesquisa de doutorado e a pesquisa do PIBIC, na medida em que realizávamos a incursão em campo nos bairros de periferia, era possível observar a população realizando a tarefa de fazer as ligações clandestinas da rede pública. Pode-se ter como explicação o fato de que as famílias vão crescendo ou se mudando e necessitam da água, porém a COSANPA não supre essa necessidade tão fundamental no dia a dia de uma família.

Foi possível identificar casos de bairros em que o abastecimento não satisfaz a necessidade de todos. Fato relatado por algumas idosas residentes há mais tempo no Riacho Doce e na Cidade Nova², que são obrigadas a buscar água em outras residências ou em escolas com poço artesiano.

Já na pesquisa do PIBIC, em uma das visitas em campo, percebemos um movimento cedo da manhã de mulheres idosas em frente às suas casas estendendo roupas ou varrendo seus quintais. Parte do seu tempo diário está destinada a dedicar-se aos afazeres domésticos e no cuidado com seus familiares, isso implica utilizar a água em diferentes tarefas.

Nos bairros de Breves, atualmente, a distribuição de água pela COSANPA é bastante falha. Torna-se comum ao transitarmos pela cidade vermos pessoas em motos ou carros de mão transportando galões de água para consumo ou para venda, além dos carros-pipa que abastecem alguns bairros de periferia. Há também escolas municipais ou espaços públicos fornecedores de água aos populares residentes em suas proximidades. Ao mesmo tempo, algumas famílias com mais condições financeiras costumam deixar torneiras acessíveis aos seus vizinhos ou àqueles que buscam tal recurso.

Os moradores de bairros que são supostamente amparados pela Companhia de abastecimento enfrentam duras rotinas em busca de armazenar este bem, como, por exemplo, ter que acordar

²Bairros de periferia do município.

de madrugada para encher suas caixas d'água. Assim, em busca de compreender melhor os problemas que as mulheres enfrentam, fizemos as entrevistas em suas residências.

3. Água da Torneira ou do Poço: relatos de dificuldades e exclusão

As idosas acompanhadas na pesquisa nos relataram fatos em suas vidas os quais são marcas do descaso praticado há anos no município. Os breveses, outrora jovens recém-chegados no núcleo urbano, foram crescendo com o encargo de uma rotina dura na providência por este bem precioso.

Na pesquisa de tese, foi possível identificar casos de bairros em que o abastecimento não satisfazia a necessidade de todos. Para este artigo, foram selecionadas três idosas acompanhadas na elaboração da tese, acrescida de outra, que foi entrevistada durante a pesquisa PIBIC/PRODOTOR 2019³; são elas: D. Vera⁴, de 71 anos, D. Jesus, de 81, D. Rosa, de 71 anos, e D. Mara, de 73 anos, respectivamente. São mulheres moradoras no núcleo urbano do município há mais 20 de anos, aproximadamente – todo esse tempo residindo em bairros periféricos.

Para compreendermos as dificuldades e os desafios enfrentados ao longo da vida dessas mulheres, foi necessário ouvir e registrar seus relatos orais, a fim de analisar as formas de violação de direitos a qual estão submetidas e transcrever o que nos foi transmitido por meio dos sentidos. Para Queiroz (1987, p. 36), “[...] o relato oral se apresentava como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; servia, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível.”

Em meio a esse processo, faz-se necessário conhecer a história contada por elas, sabendo que por intermédio destas obteremos conhecimento de como a dificuldade de acesso à água se reatualizou ao longo dos anos. Assim, através das narrativas das mulheres que contribuíram para este trabalho, será possível evidenciar as formas de exclusão a qual estão sujeitas.

A partir dos relatos colhidos durante a pesquisa de tese e o projeto do PIBIC, foram evidenciadas muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres marajoaras em obter acesso à água. No projeto de pesquisa PIBIC de 2019, foi possível colher o relato de D. Mara. A interlocutora salienta que sua mudança para o núcleo urbano não ocasionou uma garantia de acesso à água, mas tornou mais claro os seguintes problemas:

A gente pegava água nos baldes, era eu, meus filhos, meu primeiro marido pegava água lá. Até inclusive que tem uma mulher que se chama “Maria” para ela (...). A gente ia, era ela que morava lá numa casinha velinha sabe igual a minha, aí a gente pegava água lá, com muitos meses depois aí conseguiram passar a água [...]. (D. Mara, 2019).

Antes de ter acesso por meio de sua vizinha aos serviços da COSANPA, há aproximadamente uns 17 anos, D. Mara e sua família dependiam do que ela denomina por “ajuda” de pessoas conhecidas para conseguir água, haja vista estar em situação de extrema pobreza e não ter condições de pagar para perfurar um poço. Continua relatando as suas pelejas e a de seus vizinhos: “nós saíamos três horas da madrugada, todo mundo tinha que ir, chegava lá a gente fazia três filas com

³ Este projeto está sob o título: “A Luta pelo Acesso à Água em Breves Marajó-PA: um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas”.

⁴ Os nomes das idosas são fictícios para preservar o sigilo de suas identidades.

os baldes, tinha casa que davam dois baldes, de lá tinha que beber, lavar tua roupa, o dia todo.” (D. Mara, 2019).

Outro fator a ser destacado é a quantidade que lhes era fornecida ser limitada a dois baldes por pessoa, levando em consideração que a água é utilizada para várias funções domésticas e consumíveis, logo, é impossível suprir todas as necessidades humanas com esta pequena quantia em litros. É importante evidenciar que além da disponibilidade de água ser pequena e da dificuldade enfrentada em adquiri-la, há a possibilidade de ter riscos relacionados à saúde quando não há uma política de planejamento da gestão municipal de perfuração de poços ou mesmo de distribuição adequada de água aos munícipes.

A matéria *on-line* intitulada “Estudo evidencia os impactos da falta de saneamento básico na vida das mulheres brasileiras”, publicada no site do Instituto Trata Brasil, explica-se:

[...] a falta de acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário é uma das principais causas de incidência de doenças diarreicas, que levam as mulheres a se afastarem 3,5 dias por ano, em média, de suas atividades rotineiras. O afastamento por esses problemas de saúde afeta principalmente o tempo destinado a descanso, lazer e atividades pessoais. Meninas de até 14 anos são as maiores vítimas desse quadro, com índice de afastamento por diarreia 76% maior que a média em outras idades (132,5 casos de afastamento por mil mulheres contra 76). Já no caso da mortalidade, o déficit de saneamento é mais perigoso para a mulher idosa, que corresponderam a 73,7% das mortes entre as mulheres sem acesso ao saneamento. (FILHO; OLIVEIRA, [s.d., s. p]).

Sem água, uma família inteira pode sair prejudicada, entretanto, os impactos visivelmente se apresentam nas mulheres, como mencionado anteriormente, em especial as idosas, que possuem mais incidência a adoecer devido à inexistência de saneamento básico e ao acesso precarizado a uma água que pode não ser potável, provocando patologias capazes de levar à mortalidade senil.

Atualmente, D. Mara reside às margens do Igarapé do Bairro Cidade Nova II, no município de Breves, furo utilizado pelos moradores da localidade para retirar a água que será armazenada para o consumo diário.

A água entra suja no Igarapé porque vem da margem do rio que é pertinho. Todo mundo bebe daqui [sua família e vizinhos]. Muitos daqui puxam para terra a água daqui, tem cano aqui na beira dessa minha casa, imensidade de cano que o pessoal puxa. Eles vêm, ligam a bomba aí nas vizinhanças. E aí é a mesma coisa, aí que é a levantada tudo de água [aponta para o Igarapé] e aqueles que não podem botar bomba carregam na cabeça quando enche [a maré], porque a gente só enche água aqui na enchente, na vazante só se for para lavar uma casa, botar num chiqueiro de porco, porque ela vem descendo. Essa água vem descendo, ela vem lá de cima e esse Igarapé que passa aqui ele faz fundo lá no cemitério. Aí então é por isso que a gente só enche na enchente porque vem normal do rio aí a gente enche todos os baldes [...]. (D. Mara, 2019).

As pessoas residentes em torno do Igarapé do bairro Cidade Nova II enfrentam tais dificuldades por necessitarem da água para infinitas funções, inclusive para consumo. Mulheres como a

D. Mara realizam as técnicas que conhecem de tratamento dessa água em casa. Apesar de possuir poucos locais de armazenamento, improvisa para não ficar sem água.

A dificuldade que eu tenho, porque eu tenho pouca vasilha, eu ainda não comprei uma caixa para mim depositar, né? Aí eu só coloco nos baldes, mas eu limpo eles e o balde que eu deposito ou coo [filtro] água para beber, para fazer comida está separado, quando está sentando que é para fazer a alimentação do outro lado [...]. (D. Mara, 2019).

Outro obstáculo enfrentado é a inexistência de bomba elétrica em sua residência, visto ser necessária a realização do trabalho braçal, como D. Mara menciona nos relatos a seguir ao perguntarmos sobre a forma utilizada para captação da água: “Não tenho bomba, eu encho no braço mermo. É no braço, eu encho lá os baldes e carrego para dentro de casa [risos]. É assim.” (D. Mara, 2019).

Em relação aos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Breves (PA) em seu bairro, ela relata estar insatisfeita tanto com a situação da água quanto com as demais políticas públicas inacessíveis onde reside: “(...) Não, não tá bem completo, aí então é isso minha filha que eu acho, né? Eu acho uma dificuldade nisso, para nós que somos carentes nós precisamos de tudo [...]” (D. Mara, 2019).

Em seguida, relata as problemáticas que sua filha passa por residir no mesmo bairro, mas num local mais afastado da beira do Igarapé, e, consternada, a interlocutora expressa-se: “muitas das vezes, a minha filha, para ela não morrer de sede ela compra um garrafão de água. Quando não, ela se envergonha a ir lá naquela escola a pedir de lá [...]. Então é por isso que eu digo, será que esse prefeito não enxerga que as pessoas tão quase morrendo de sede? [...]” (D. Mara, 2019).

No município, a situação da água é precária, não havendo estratégias municipais de intervenção na não efetivação da política de saneamento básico, e apesar de existirem os serviços da COSANPA, a empresa não atende nem a metade da população que reside na zona urbana do município. De acordo com informações do Relatório Final nomeado de Levantamento da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Breves – PA (2013-2017) encaminhado ao Ministério Público do Pará em 2018:

A sede do município de Breves, segundo a Lei nº 2.195/2009, é composta por sete bairros: Cidade Nova, Santa Cruz, Riacho Doce, Jardim Tropical, Parque Universitário, Castanheira e Centro, e conforme os dados acima é possível perceber que na área urbana apenas 9,4% dos domicílios possuíam saneamento adequado, concentrando-se percentual elevado, 87,3% com saneamento semia-dequado. Ainda segundo dados do Censo, apenas 42,9% desta população tinham acesso à água potável em pelo menos um cômodo da residência; com relação à rede de esgoto adequada (geral ou fossa séptica), apenas 11,7% possuíam acesso ao serviço. (MPPA, 2018, p. 12).

Os dados acima apontam que o município, além de não efetivar a política de saneamento básico de maneira adequada, 42,9% da população tinham acesso à água potável, ou seja, a maioria da população não tem acesso a essa água, estando à margem da sociedade, em situação de vulnerabilidade social e econômica, ressaltando que os principais atingidos são as mulheres marajoaras, as quais estão mais expostas à desigualdade social e a múltiplos problemas sociais.

Em um material disponibilizado *on-line* pelo BRK Ambiental e do Instituto Trata Brasil, com o título *Mulheres & Saneamento*, tem-se ricas informações a respeito da desigualdade de gênero e o direito a água, como bem sintetizado no trecho abaixo:

As desigualdades de gênero ocorrem em todos os estágios da vida da mulher, da sua infância à sua velhice. Por isso é tão importante dar atenção às necessidades especiais das mulheres com relação ao direito à água e ao esgotamento sanitário nas diferentes fases de sua vida. É fundamental observar que a desigualdade de gênero no acesso aos serviços de água e de coleta de esgoto afeta também outros direitos humanos, como o direito das mulheres à saúde, segurança, moradia adequada, educação e alimentação. (Apresentação. *Mulheres & Saneamento*, [s.d], p. 2).

Dessa forma, a mulher é brutalmente violada em relação a todos os âmbitos de sua vida, pois o não acesso à água e as dificuldades enfrentadas para se ter esse bem acarretam prejuízos às outras áreas da vida, pois o tempo em que ela poderia estar estudando, trabalhando ou dedicando-se ao seu bem-estar, é ocupado com a busca e aborrecimentos por algo que deveria ser fornecido mediante a efetivação da política de saneamento básico.

É possível notar que os conhecimentos de tradição ribeirinha da moradora lhe auxiliam no que ela denomina de “prática da água” – momentos exatos e adequados em que ela pode armazenar a água em seu momento de enchente. Essa é uma das estratégias utilizadas ao consumir a água do igarapé, como também as demais mencionadas neste relato:

[...] Quando ela [a maré] enche é mais quem fica tomando banho, a criança vem tomar banho aí, só também que nós fazemos isso, nós não aceitamos sanitários na beira do Igarapé, nós não aceitamos jogar muito lixo no igarapé, [os vizinhos já têm um acordo?] Já toda a vizinhança. Quando começam a jogar saca no rio, a gente sai para procurar as pessoas, aí para reclamar e chamar a polícia, os conselheiros para ir lá para eles ajuntarem, ou jogar para terra, queimar, ou então juntar e jogar no carro do lixo. Por causa que a água aqui a gente pertence aqui para beber, e a gente toma também, a gente trata e toma também. (D. Mara, 2019).

Desse modo, é notório no relato da entrevistada o sentimento de pertencimento comunitário que os moradores possuem. Há uma espécie de acordo coletivo de proteger e preservar a água do Igarapé, um bem comum usufruído por todos. Como também é possível identificar o quanto essas águas são importantes para a vida local.

Para refletir as dificuldades de acesso à água, trouxemos também as narrativas seguintes, que foram extraídas da pesquisa de tese de uma das autoras. A exemplo de D. Vera, é uma senhora de 66 anos residente no bairro Riacho Doce, concedeu-nos suas entrevistas⁵, bem como acompanhamos seu cotidiano nos espaços do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou em sua residência. A rede de abastecimento chega até a sua casa, porém não existe uma regularidade nos horários de fornecimento; além disso, a água que consegue acessar é de péssima qualidade. Assim, necessita da boa vontade de vizinhos ou conhecidos donos de poços artesianos.

⁵No contexto da elaboração da tese de uma das autoras.

Seus filhos adultos, ao se casarem, procuraram morar em locais mais estratégicos, a fim de evitar uma dura rotina. Em seu depoimento, citou receber conselhos de uma filha para que busque se mudar para outro bairro devido à necessidade diária de água, contudo não pretende sair do bairro, cujas raízes foram criadas ao longo dos anos residindo lá.

Justifica-se com a seguinte frase: “Eu não sei o que eu vou encontrar em outro lugar” (D. Vera, 2018 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 103). Parece estar descrente de que em outros bairros estejam melhores que onde reside. O problema de abastecimento da água em Breves vem de longa data, e, a este respeito, Smith-Santos (2019, p. 104) cita Dione Leão (2018, p. 72-73):

Com relação ao fornecimento de água, em 1954, documentos da Câmara Municipal de Breves apontaram para um preliminar levantamento topográfico para a construção do abastecimento de água encanada na cidade, pois até então a água consumida pela população para beber e cozinhar vinha, na sua maioria, de um poço existente no hospital da cidade, que cedia diariamente para os moradores porções (latas) de água.

A partir do descrito pela autora citada, evidencia-se que a dura rotina encarada pelos moradores foi constituída na história do município. O trecho extraído de sua obra mostra também o costume forçado aos munícipes em conviver com o fracionamento da água em seu cotidiano. E assim continua:

Parte da população amontoava-se em moradias precárias, em cima de terrenos alagadiços no centro da cidade e nas periferias, praticamente sem água tratada, sem condições sanitárias satisfatórias, ficavam vulneráveis às contaminações e à possibilidade de expansão de epidemias. (Leão, 2018, p. 72-73 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 104).

De certo que ocorreram melhoras no saneamento em solo brevesense desde os anos de 1950, porém essas evoluções não são suficientes para atingir todos os moradores. Outro relato de D. Vera mostra como era a paisagem do bairro Riacho Doce nos idos de sua mudança para o núcleo urbano: “Nesse tempo do Gervásio ⁶, eles retiraram em massa [...] era só um caminhozinho, só Igapó, um bocado de mulheres tirou terreno.” (D. Vera, 2016 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 108). Apesar de atualmente o bairro estar com a paisagem modificada, ainda existem vias necessitadas de um sistema de esgoto e saneamento adequado. A interlocutora expressa, do seu jeito, uma compreensão da correlação entre a ausência de planejamento e os fatores que levaram seus vizinhos a se mudarem do bairro em que presenciou seu crescimento.

No relato a seguir, narra que estar em dia com o pagamento da conta de água não é uma garantia de conseguir acessá-la no município:

Muitos se foram [...]. Se mudam e vão embora, trocaram muitos, aqueles vizinhos de lá, só nós que seguramos lá, por causa da água, mais por causa da água [se mudaram] [...] Tem tempo que dá, passei muito tempo pegando água e nunca que dava água, pois receberam o papel que não pagou e não vinha, agora que começou a dar de novo. (D. Vera, 2016 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 108).

⁶Gervásio Bandeira Ferreira exerceu o cargo de prefeito de 1996 a 2000 e era filiado ao PMDB, atual MDB.

Tanto na etnografia realizada na pesquisa de tese quanto na pesquisa do projeto PRODOUTOR, identificamos que a necessidade da água pode contribuir para fortalecer os laços comunitários entre os moradores, quando as famílias com mais dificuldades conseguem ser amparadas por outras que dispõem de poço artesiano. Entretanto, a alternativa de cavar poços artesanais não é possível para todos, existem fatores a influenciar para que nem todas as famílias possam usufruir desses recursos, são razões econômicas ou ainda por questões físicas do local, uma vez que há um problema no solo de seus bairros ao serem inapropriados para a perfuração de poços.

Nas narrativas, ouvimos casos de rivalidades, e algumas idosas relataram situações de precisar solicitar água para pessoas não muito amistosas. A exemplo de D. Jesus, residente há mais de 30 anos no núcleo urbano de Breves, no bairro Cidade Nova.

Quando vim para cá, para a rua Gurupá, era tudo feio, tudo cheio de serragem, só ponte. Não tinha muita casa como tem agora, com o tempo foi melhorando, né? Quem viu antes e quem vê agora, né? Aqui era poço mesmo para pegar água, mas não era da minha casa. Quando a minha mãe morava aqui, eu precisava trabalhar, a gente se acordava três horas, quatro da manhã, se levantava, eu pegava umas vasilhas que tinha e ia encher água para deixar para a mamãe, porque se deixasse para de manhã eles trancavam o poço. Aí quando foi um dia eu disse para mim mesma: “eu ainda vou fazer um poço para mim para acabar com esse sofrimento”. (D. Jesus, 2018 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 113).

Na sua última entrevista, fez questão de mostrar seu poço conhecido como de “boca aberta”. Ela usa bomba d’água para encher sua caixa, porém relatou não servir para beber e fazer comida. Quando consumia a água de seu poço, sofria de crises intestinais, por essa razão passou a buscar água em uma escola localizada em frente à sua casa.

Outra idosa acompanhada na etnografia foi D. Rosa. Quando indagamos a respeito do acesso à água, nos explicou, indignada, comparando o tempo em que está na cidade e a condição que ainda se encontra a esse respeito. Para ela, só conseguiu ter acesso quando buscou, por conta própria, adquirir a tubulação para ligar a rede de distribuição até a sua residência. A narrativa a seguir aponta outro problema vivenciado com a falta de saneamento:

A nossa casinha era velha, velha [...]. Era só eu com o velho e o outro filho, quando dava água lançante vinha tudo no fundo, peixinho chega ficava boiando no jirau⁷. Aí nós pelejamos, pelejamos: “vamos embora velho, consertar nossa casa!”. Compramos telha, compramos tábuas, o velho ainda enxergava⁸, a telha aproveitamos, compramos tudo, daí mandei fazer por cima da casa velha. Daí levantamos a casa, agora não enche mais, só lá no quintal. (D. Rosa, 2018 *apud* SMITH-SANTOS, 2019, p. 114).

Considerou este feito realizado junto com seu esposo como uma vitória com a melhoria da vida. Queixa-se apenas do lixo que seu próprio filho costuma jogar na água, pois reside ao seu lado e D. Rosa se vê obrigada a limpar o quintal no período não chuvoso.

⁷ Jirau significa: “estrado de grade de varas sobre forquilhas cravadas no chão e que serve para guardar utensílios”. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>

⁸ Atualmente seu marido é deficiente visual.

As diferentes narrativas nos remetem que os problemas de abastecimento de água não se restringem à região marajoara. Souza-Fernandes (2018) alude as diversas exclusões pelas quais mulheres da América Latina sofrem, o que levou as bolivianas e as mexicanas a iniciarem guerras em seus respectivos países em prol da água. Na Bolívia, a insurreição ficou conhecida como: “Guerra del Agua de Cochabamba” (UDAETA, 2001, *apud* SOUZA-FERNANDES, 2018, p. 187), já no México o movimento foi liderado pelo: “Exército Zapatista de Mulheres em Defesa da Água” (GOMÉZ-FUENTES, 2018 *apud* SOUZA-FERNANDES, 2018, p. 190).

Para a autora, o protagonismo dessas mulheres impulsionou outras mulheres latino-americanas a seguir na luta pela água. Assim, foi registrado na Agenda 21 Global (1992), em seu capítulo 18, “O manejo dos Recursos Hídricos baseia-se na consciência da água como parte do ecossistema, recurso natural e bem econômico e social” (Agenda 21 Global, 1992 *apud* SOUZA-FERNANDES, 2018, p. 191). Isto significa o olhar que as gestões devem ter quanto a este recurso tão precioso à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos orais e a experiência etnográfica nos possibilitaram compreender parte do problema enfrentado pelas mulheres marajoaras. O exercício desenvolvido permitiu às pesquisadoras visualizarem a importância na promoção de estudos os quais possam desvelar a realidade local brevesse.

Nos esforçamos em reproduzir as narrativas das idosas e tentamos respeitar seus entendimentos e considerações quanto ao seu cotidiano, suas vivências e impressões sobre seus problemas sociais. Tais narrativas são reveladoras do descaso histórico pelos quais os moradores locais enfrentam e, ao mesmo tempo, nos mostram que pouco tem sido feito pelos gestores municipais em ações de políticas públicas.

O título do ensaio traz uma reflexão: “cidadania negada pela torneira ou pelo poço”. A intenção do apontamento foi de podermos refletir sobre que tipo de cidadania a sociedade marajoara está com dificuldades de alcançar? Diante do observado, foi possível constatar que este bem fundamental para o cotidiano acaba sendo um dos empecilhos para o alcance pleno da cidadania, uma vez que, mesmo pela torneira (rede de abastecimento) ou pelo poço, há inúmeras dificuldades para os breveses da classe subalterna adquirirem.

O texto não tem a intenção de dar por encerrada a discussão, pelo contrário, inicia um debate necessário que precisa de aprofundamento sobre o que ocorre em solo brevesse. Com o que foi observado e narrado, identificamos que as mulheres são alvo desta exclusão pela íntima relação que possui com a água desde a tenra idade até a sua velhice. Suas queixas são fundadas nos longos anos vividos na mesma peleja.

A cidadania, portanto, precisa ser ampla, compreende-se que o acesso básico de suas necessidades inclui também conseguir usufruir todos os dias de água potável, algo que, pelos seus relatos, não é fácil de adquirir. Todas as idosas presentes nesta pesquisa expressam o desejo por uma água que poderia ser um dos meios para contribuir com melhorias de suas vidas e de suas famílias. Cabe aos gestores estenderem suas ações em prol de facilitar a vida destas cidadãs, ansiosas por uma vida menos pesada e excludente.

REFERÊNCIAS

- BRK AMBIENTAL / INSTITUTO TRATA BRASIL/SD. Apresentação. In: *Mulheres & Saneamento*, p. 2-3, [s.d.]. Disponível em: <https://mulheresesaneamento.com/>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- FILHO, Rubens; OLIVEIRA, Gabriela. Estudo evidencia os impactos da falta de saneamento básico na vida das mulheres brasileiras. *Trata Brasil: Saneamento e Saúde*, [s.d.] Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/pesquisa-mulher/release.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.
- GALLO, Nathalie Cristine; NAVARRO, Anna Carolina L. Mulher e Água: definições e novas representações. *Labor & Engenho*, Campinas, SP, v. 12 n. 2, p.166-181, abr./jun. 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/labore.v12i2.8652742>. Acesso em: 08 nov. 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Breves: Panorama*, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). *Levantamento da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Breves – PA (2013/2017): relatório final* / Brenda Corrêa Lima Ayan, Danielly Laurentino Damásio, Mônica Rei Moreira Freire. Belém: Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, 2018. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Relatorio%20de%20Breves.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Oraís: “Do indizível ao Dizível”*. Centro de Estudos Rurais e Urbano. Departamento de Ciências Sociais. FFLCH. – USP: 1987. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=do_c_download&gid=38. Acesso em: 09 nov. 2019.
- ROCHA, Caroline Silva Nepomuceno. *Desafios para a universalização do abastecimento de água no município de Breves-Pará*. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- SMITH-SANTOS, Ana Maria. *Mulheres idosas entre bordas e agências: migração, política pública de assistência social e sociabilidade (Marajó-PA)*. 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- SOUZA-FERNANDES, Luciana. Água: um olhar Feminino. *Labor & Engenho*, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 182-196, abr./jun. 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/labore.v12i2.8652742>. Acesso em: 08 nov. 2019.

Enquadramentos da “Pec das Domésticas” no Jornalismo¹*Marcos de la “Pec de las Trabajadoras del Hogar” en Pediorismo**Frameworks of the “Pec of Domestic Workers” in Journalism*

Danila Cal
Maria Luiza Lopes
Thaís Rezende

Resumo: Analisa-se como são construídas no jornalismo paraense as representações e os lugares de trabalhadoras domésticas, antes e após a promulgação da “PEC das Domésticas” (66/2012). A ampliação de direitos gerou tensões, já que o trabalho doméstico é marcado pela subalternidade e atravessado por questões de gênero, raça e classe. Consideramos que o jornalismo participa da construção social da realidade e é um ator fundamental no debate público. Por meio de análise de conteúdo, examinamos as matérias jornalísticas sobre a PEC veiculadas no *Diário do Pará* e *O Liberal* de 2010 (início da tramitação) a 2016 (regulamentação). Concluímos que os jornais se preocuparam mais em manter os patrões informados a respeito dos novos gastos oriundos da PEC do que em dialogar e produzir conteúdo que contemple a trabalhadora doméstica.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Jornalismo. PEC das Domésticas.

Resumen: Analiza cómo se construyen las representaciones y lugares de las trabajadoras del hogar en el paraperiodismo, antes y después de la promulgación del “PEC de las trabajadoras del hogar” (66/2012). La expansión de derechos generó tensiones, ya que el trabajo doméstico está marcado por la subordinación y atravesado por cuestiones de género, raza y clase. Creemos que el periodismo participa en la construcción social de la realidad y es un actor fundamental en el debate público. A través del análisis de contenido, examinamos los artículos periodísticos sobre la PEC publicados en *Diário do Pará* y *O Liberal* desde 2010 (inicio del proceso) hasta 2016 (regulación). Concluimos que los periódicos estaban más preocupados por mantener informados a los empresarios sobre los nuevos gastos provenientes del PEC que por dialogar y producir contenidos que contemplen al trabajador doméstico.

Palabras clave: Trabajo Doméstico. Periodismo. “PEC de las trabajadoras del hogar”.

Abstract: It analyzes how the representations and places of domestic workers are constructed in Pará journalism, before and after the promulgation of the “PEC of the domestic workers” (66/2012). The expansion of rights generated tensions, since domestic work is marked by subordination and crossed by issues of gender, race and class. We believe that journalism participates in the social construction of reality and is a fundamental actor in the public debate. Through content analysis, we examined the journalistic articles about the PEC published in *Diário do Pará* and *O Liberal* from 2010 (beginning of the process) to 2016 (regulation). We concluded that the newspapers were more concerned with keeping employers informed about the new expenses coming from the PEC than with dialoguing and producing content that contemplates the domestic worker.

Keywords: Domestic work. Journalism. PEC of the domestic workers.

¹ Agradecemos a leitura e as contribuições críticas de Leandro Lage, que foram fundamentais para o aprimoramento deste artigo.

Danila Cal – Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação (UFMG). É Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA e uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Política na Amazônia (Compoa). Coordena o projeto de pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”, financiado pelo CNPq (Edital Universal/2016). E-mail: danila@ufpa.br

Maria Luiza Lopes – Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). Foi bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”. E-mail: malulopesgoes@gmail.com

Thaís Rezende – Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (2009), tem MBA em Gestão da Comunicação Empresarial (2011) e é mestra pelo Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Integra o Grupo de Pesquisa “Comunicação, Cultura e Amazônia” (Compoa) e participa do projeto “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre trabalho doméstico”. E-mail: thaisrezende@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apenas a partir de abril de 2013, por meio da Emenda Constitucional nº 72, os trabalhadores domésticos tiveram, no Brasil, a garantia de direitos trabalhistas básicos, como jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, horas extras, entre outros. Por meio da Lei Complementar 150, promulgada em junho de 2015, outros direitos foram assegurados, tais como, por exemplo, adicional noturno, obrigatoriedade de recolhimento do FGTS, seguro-desemprego. Tanto a discussão sobre a aprovação da PEC quanto a implementação da lei geraram repercussão social e midiática, sobretudo, a respeito das mudanças nas relações trabalhistas e, de certo modo, sobre o lugar que as trabalhadoras domésticas ocupam nas famílias no cenário contemporâneo.

Neste capítulo, analisamos como foram construídas no jornalismo paraense as representações e os posicionamentos discursivos de trabalhadoras doméstica, antes e após a promulgação da “PEC das Domésticas” (66/2012). A ampliação de direitos gerou tensões, já que o trabalho doméstico é marcado pela subalternidade e atravessado por questões de gênero, raça e classe (DAVIS, 2016; CAL, 2016; CARNEIRO; ROCHA, 2009). Consideramos que o jornalismo participa da construção social da realidade e é um ator fundamental no debate público (CARVALHO, 2009; MAIA, 2008). Por meio de análises de conteúdo e de enquadramentos, examinamos 46 matérias sobre a PEC publicadas nos principais jornais impressos do Pará, o *Diário do Pará* e *O Liberal*, no período entre o ano de 2010, que corresponde ao início da tramitação da PEC, e o de 2016, um ano após a regulamentação (Lei Complementar 150).

Em pesquisa anterior (CAL, 2016), investigamos como ocorreu, ao longo dos anos 2000, o debate público a respeito de uma forma específica de trabalho doméstico: o infantil, realizado por crianças e adolescentes e combatido por organizações sociais. Naquele momento, descobrimos que o lugar de fala nos *media* atribuído a trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas é prioritariamente marcado pela subordinação, vitimização e dominação (CAL, 2016). Essa construção simbólica repercutia na configuração política do trabalho infantil doméstico, encabeçada por organizações não-governamentais e organismos internacionais, “representantes auto-autorizados”, portanto, que atuavam “em nome de interesses e valores que acreditam que devem ter um impacto” ainda que sem autorização prévia dos concernidos (URBINATI; WARREN, 2008, p. 243).

Nesse sentido, considerando o potencial dos *media* para generalização de processos de debate público e de pré-estruturação da esfera pública (HABERMAS, 2003; MAIA, 2008), a discussão ampliada sobre o trabalho infantil doméstico como um problema público acabou por marginalizar a capacidade de atuação política das próprias afetadas na definição de quais posturas e políticas deveriam ser adotadas em relação a esse tipo de atividade. E essa situação foi influenciada pela percepção de que elas estavam sujeitas a um processo de dominação que não as permitia ter clareza sobre o que estava acontecendo no trabalho infantil doméstico. A dimensão crítica naquele debate coube aos especialistas e atores sociais. Essas conclusões dizem respeito, como dissemos, a um tipo específico de trabalho doméstico, que é o realizado por crianças e adolescentes. Contudo, as investigações que empreendemos anteriormente contribuem para construção de uma nova pergunta de pesquisa a partir do cenário de ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos adultos: como são construídos, no cenário jornalístico-midiático, as representações sobre o trabalho doméstico e os lugares das trabalhadoras? Também questionamos como os padrões são enquadrados nesse contexto.

Consideramos fundamental analisar os enquadramentos acionados pelos *media* para investigação de temas enraizados socialmente, como o trabalho doméstico. Até porque os *media* correspondem ao principal palco da esfera de visibilidade social e, por isso, são considerados a espinha dorsal da esfera pública (HABERMAS, 2009). Segundo o autor, “a comunicação pública é uma força que tanto estimula e orienta os desejos e as opiniões dos cidadãos, como, ao mesmo tempo, obriga o sistema político a se adaptar e a ser mais transparente” (HABERMAS, 2009, p.136).

Em termos geográficos, situamos nossa pesquisa no Norte do país, especificamente no Estado do Pará, que possui o maior contingente populacional da região. Historicamente, o trabalho doméstico nesse contexto é marcado pela exploração da mão de obra indígena (ARAÚJO, 2012) pelo trabalho infantil em casas de famílias (CAL, 2016). Uma prática que ainda persiste na Amazônia é a entrega de meninas de municípios do interior para famílias da cidade, por vezes, numa lógica de “apadrinhamento”, inicialmente com a intenção de facilitar acesso à educação, mas, em troca, exige-se o trabalho nas casas. São as chamadas “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2020; CAL, 2016; DANTAS, 2016).

De modo geral, o trabalho doméstico remunerado ainda é “caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio” (IPEA, 2019, p. 1). Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados em dezembro de 2019, a informalidade cresceu: em 2013, mais de 30% das trabalhadoras tinham carteira assinada, já em 2018 esse percentual chegou a 28,3%. O levantamento mostra ainda redução na proporção de mulheres ocupadas com o trabalho doméstico: em 1995 eram 17% e, em 2018, caiu para 14,6%, em média. O índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% entre brancas (IPEA, 2019).

A região Norte, de modo específico, enfrenta sérios desafios relacionados ao trabalho doméstico, como, por exemplo, a proporção de trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada e o salário médio menor do que a média nacional. Segundo Pinheiro, Fontoura e Pedrosa (2012), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), “na comparação regional, impressionam as desigualdades verificadas e as situações de extrema exclusão e precarização do emprego doméstico vivenciado por estas mulheres” (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2012, p. 102). De acordo com as autoras, no Sul e no Sudeste, a taxa trabalhadores domésticos com carteira assinada era de 32% e 33% respectivamente. No Nordeste era de 13,8% e, no Norte, 12,5%. “Isto significa que apenas 12 em cada 100 trabalhadoras nortistas são registradas e contam com a proteção do Estado frente a situações de vulnerabilidade permanente ou temporária” (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2012, p. 102). O trabalho doméstico, portanto, apresenta feições distintas de acordo com a região do país onde é realizado e, por isso, voltamos nossa investigação para o Norte do país, em especial ao Estado do Pará.

Optamos pela análise de jornais impressos locais para apreender o processo de debate público sobre a “PEC das Domésticas” num contexto regional desafiador para as trabalhadoras domésticas, como citado anteriormente. De acordo com Maia (2008), “as organizações da mídia, com seus recursos para disseminar informação para amplas audiências, e produzir uma esfera de visibilidade pública, desempenham um importante papel nesse processo” (MAIA, 2008a, p. 49). Consideramos ainda, como ponto de partida, que o perfil argumentativo do jornalismo impresso, com a possibilidade de mostrar diferentes pontos de vista, poderia proporcionar uma apreensão mais ampla do debate a respeito desse tema.

1. Debate Público, “PEC das Domésticas” e Representações Midiáticas

Habermas (2003) compara a esfera pública a uma caixa de ressonância, em que os problemas da sociedade civil são amplificados por meio da ação comunicativa e podem reverberar em tomadas de decisões políticas. O debate sobre a “PEC das Domésticas” tematizou a equiparação dos direitos das trabalhadoras aos já previstos para os demais trabalhadores e os desdobramentos sobre o cotidiano de trabalhadores e patrões. A visibilidade, sobretudo a repercussão midiática, foi fundamental para construção de opiniões públicas e de vontade política sobre esse assunto e, após a aprovação, os *media* foram centrais no processo de esclarecimento sobre a PEC, numa segunda via do processo de circulação do poder político por meio da esfera pública (HABERMAS, 2003). Questionamos neste capítulo sobre as representações e os enquadramentos discursivos de trabalhadoras e de patrões nesse processo.

Focalizamos o jornalismo, que assume papel essencial de “ator social” quando dá conhecimento sobre temas variados a públicos diversificados, de interesses múltiplos, por meio dos *media* (CARVALHO, 2009). “Nessa perspectiva, a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa” (CARVALHO, 2009, p. 1).

Carvalho destaca ainda o que chama de “contradições” do jornalismo e o considera como um campo social e uma prática marcados por contradições, silêncios, recortes da realidade social (CARVALHO, 2009). Assim, a forma como um texto é escrito, a posição dele na página, os títulos, legendas, cores, são escolhas estratégicas que dependem dos profissionais que fazem o jornalismo, que, por sua vez, têm seus repertórios próprios ou da linha editorial (CARVALHO, 2009).

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração no jornalismo são os “enquadramentos”. Enquadramentos são princípios organizadores compartilhados socialmente e persistentes ao longo do tempo (GOFFMAN, 1974; REESE, 2001). Nesse sentido, podemos compreendê-los como “esquemas de interpretação” (GOFFMAN, 1974). Para Goffman (1974), os enquadramentos ou quadros de sentido são princípios organizadores que permitem tornar determinada situação inteligível. Por essa razão, são eles que estruturam os acontecimentos e situam a participação e a posição de sujeitos neles. Portanto, gozam, em grande medida, de assentimento social e, principalmente, cultural. São padrões persistentes de entendimento de experiências no mundo. Para explicar esse conceito, o autor (1974; 1981) refere-se constantemente à pergunta: “O que é isso que está acontecendo aqui?”. Portanto, enquadramento diz necessariamente dos recursos sociais e culturais que as pessoas utilizam para definir uma situação.

Das formulações iniciais de Goffman (1974) até hoje, o conceito de enquadramento ganhou novos contornos e usos nos estudos de comunicação e política. Muitas pesquisas equivalem *frame* a angulações da maneira pela qual os assuntos políticos são abordados pelos *media* e/ou os efeitos que provocam na audiência (DRUCKMAN; NELSON, 2003; PORTO, 2004; DURFEE, 2006; HUANG, 2009; VIMIEIRO, 2010). Boa parte dessa trajetória acadêmica tem como premissa a ideia de que os jornalistas *constroem frames*. Outros estudos abordam de forma mais ampla a noção de enquadramento, considerando a sua *ressonância cultural* (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; REESE, 2001).

Sobre enquadramento e jornalismo, Carvalho considera que:

Narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante. (CARVALHO, 2009, p. 5).

De modo complementar, Soares (2007) afirma que analisar representações no jornalismo pressupõe examinar enquadramentos, “o que não significa um julgamento moral sobre a prática jornalística em si, mas a admissão de uma contingência própria do trabalho jornalístico” (SOARES, 2007, p. 53). É, portanto, inerente à atividade jornalística a produção e a mobilização de enquadramentos. Moura (2016, p. 56) destaca que a constituição das representações está além da racionalidade: “envolve questões relacionadas aos sentidos, que são construídos socialmente e, portanto, tem relações significativas também com elementos culturais de cada sociedade ou grupo social”.

Entretanto, Maia faz a ressalva de que o conceito de representação é “escorregadio e multifacetado” (MAIA, 2018, p. 62), porém, de modo geral, “envolve a produção de sentido por meio da qual os seres humanos se constituem e fazem ‘presentes’ ou ‘tornam visível’ o mundo social – objetos, pessoas, eventos, normas etc”. Sobre isso, Rothberg (2014, p. 412) argumenta que “Representar não é apenas expressar, mas também deixar de expressar; é reter, cortar, selecionar e encaixar a partir do que não foi eliminado”.

O jornalismo como “ator social” e como prática discursiva profissional atua selecionando acontecimentos e perspectivas, o que repercute na construção e na mobilização de representações e, por consequência, de enquadramentos, de tal forma que o jornalismo tanto ressoa enquadramentos que circulam na sociedade quanto participa da construção deles. Isso, por sua vez, traz consequências para os processos de debate público que envolvem necessariamente a mobilização de quadros de sentido, os quais servem de referência para que os sujeitos se coloquem discursivamente, entendam e discutam um assunto ou uma situação.

Nessa perspectiva, Maia (2009) refere-se à concorrência entre enquadramentos em situações de debate público: segundo a autora, os enquadramentos possuem uma ideia central “que delimita o campo interpretativo que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa” (MAIA, 2009, p. 308). A partir da metáfora da imagem, por exemplo, o enquadramento possui essa dimensão da delimitação, do recorte, da instituição de pontos de vista, de eixos em torno dos quais o debate vai orbitar, mas também de pontos de fuga, de foras de campo, do que “resta” de fora do quadro. Nesse sentido, o enquadramento também define o que fica de fora da disputa, o que pode, inclusive, emergir como consenso tácito ou temas não problematizados.

No caso do debate em torno da “PEC das Domésticas”, importante ressaltar elementos sociais que atuam também no processo de invisibilização das desigualdades relacionadas ao trabalho doméstico e influenciam o modo como os novos direitos dessas trabalhadoras – no feminino, já que é uma atividade em que as mulheres representam a grande maioria dos trabalhadores – são apresentados e discutidos na sociedade brasileira.

Fatores como gênero e raça contribuem para que a situação das trabalhadoras domésticas seja precarizada e seus direitos negligenciados. De acordo com pesquisa do Ipea (2019), em 2018, cerca de 6 milhões de mulheres eram trabalhadoras domésticas no país, sendo que, entre as mu-

lheres negras, essa é a principal ocupação. Além disso, há a lógica da divisão sexual do trabalho (OKIN, 2008; BIROLI, 2013), que alimenta a ambiguidade em torno do exercício do trabalho doméstico remunerado por mulheres.

Desde o período colonial, quando era desempenhado por pessoas escravizadas, o trabalho doméstico era desvalorizado e visto com inferioridade por estar associado à servidão (KOERICH, 2014). Nos lares brasileiros de diferentes classes sociais, é comum a presença de uma ou mais serviçais para desempenhar as tarefas domésticas, de tal forma que “ter” uma trabalhadora doméstica em casa é um sinal de distância da pobreza (BRITES, 2007). Essa força de trabalho predominantemente feminina é recrutada das camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, ligadas social e historicamente à herança escravagista.

Mais do que reconhecimento jurídico, a “PEC das Domésticas” representa uma conquista social significativa, conforme afirma Bernardino-Costa:

(...) o que está em questão não é simplesmente a inclusão das trabalhadoras por meio da conquista de direitos e equiparação aos outros trabalhadores no marco da sociedade brasileira. Está em questão também a discussão da sociedade brasileira enquanto uma sociedade que, ao privilegiar a representação e interesses somente de uma parte da sociedade – sintetizada pelo mundo dos patrões –, exclui, oprime e marginaliza a outra parte (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 59).

A aprovação da PEC foi um momento histórico na luta das trabalhadoras domésticas, pois representou o almejado reconhecimento de equiparação de direitos aos dos demais trabalhadores. De acordo com Bernardino-Costa (2015), o início da luta dessa categoria data de 1936, quando teve início o movimento das trabalhadoras domésticas, que tinha à frente Laudelina de Campos Melo, militante do movimento negro, com o objetivo de negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e os direitos trabalhistas. Desde então, mulheres que trabalham nos lares de família lutam pela garantia e ampliação de direitos. Entre as décadas de 1960 e 1980, por exemplo, elas mobilizaram campanhas para que as trabalhadoras morassem em suas próprias casas. Por todas as lutas e depois de anos de desprestígio dessa profissão na sociedade, a “PEC das Domésticas” é entendida pelos sindicatos, por especialistas e por parte dos atores políticos como uma reparação da sociedade para com toda a categoria por anos marginalizada. Santos *et al.* (2020) detalham o esforço das representantes sindicais para garantir a votação e aprovação da PEC no Congresso e uma atuação intensa junto a deputados e senadores.

Contudo, boa parte da sociedade, especialmente, a classe média, diretamente afetada pela mudança na legislação trabalhista, considerou a medida prejudicial e burocrática, uma vez que estava acostumada com a informalidade do trabalho doméstico sem horário definido, sem obrigação de assinar carteira e de recolher impostos, além de arcar com os demais direitos trabalhistas. A subalternização à qual as trabalhadoras domésticas estão submetidas socialmente e junto às famílias empregadoras está ligada diretamente às desigualdades sociais, legitimadas no país por um discurso meritocrático baseado exclusivamente em um ponto de vista econômico. Esse discurso divide a sociedade em classes em que a renda define a pessoa, sem levar em consideração as dimensões emocional, moral e cultural (SOUZA, 2009) e as estruturas sociais de dominação. Segundo Souza (2009), diferentemente da época em que escravos eram castigados com chicotes, a violência da modernidade é, em geral, simbólica, não aparece como violência, mas torna possível e explica a

naturalização das desigualdades, da dominação cotidiana injusta dos mais privilegiados sobre os menos privilegiados.

Os *media* têm o potencial de contribuir para a cristalização ou para os questionamentos de práticas sociais enraizadas social e culturalmente. Maia (2018) afirma ainda que os *media* são responsáveis por boa parte das informações e dos discursos que alimentam contextos comunicativos. Segundo a autora, as audiências refletem acerca dos materiais dos *media* e os utilizam em processos de discussão (MAIA, 2012; 2018). “Os *media* criam novas oportunidades, novas opções e novas arenas para que os sujeitos produzam sentido de si mesmos, da relação com os outros, o que frequentemente se entrelaça com as instituições e os padrões culturais arraigados” (MAIA, 2008b, p. 209, grifo no original).

Entretanto, como dissemos anteriormente, a tematização pública de questões sociais e políticas por meio dos *media* pode ser marcada por distorções, que ocorrem a partir de duas estratégias principais: invisibilidade/exclusão e estereótipos (MAIA, 2018). Sobre invisibilidade, Maia (2018) refere-se à ausência de grupos ou sujeitos subalternizados ou desfavorecidos, mas podemos acrescentar a isso a invisibilização de padrões opressivos estruturais da nossa sociedade, como o racismo. Ao analisarem a repercussão da “PEC das Domésticas” no jornal *Folha de S.Paulo* e na *Revista Veja*, na semana de promulgação da lei, Paradis e Sarmento (2016), por exemplo, observaram que houve um silenciamento em relação à discussão racial, apesar de a maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil ser negra. No *corpus* analisado por elas, as trabalhadoras raramente foram ouvidas. Também permaneceu silenciada no noticiário a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, a partir da qual os trabalhos domésticos e de cuidado são tradicionalmente atribuídos às mulheres.

A respeito dos estereótipos, Maia (2018) afirma, com base em Stuart Hall, que eles, por meio de características essencializadas e simplificadoras, reduzem as diferenças e a complexidade de pessoas e grupos. Dessa forma, converteriam-se em instrumentos de dominação, pois baseados em padrões de grupos hegemônicos.

Biroli (2017) oferece uma perspectiva relativamente distinta. Ela afirma que, como premissa, é necessário reconhecer que os estereótipos são parte integrante do trabalho jornalístico, por funcionarem como atalhos cognitivos e por participarem do processo jornalístico na definição de pautas, fontes e também das abordagens utilizadas. Desse modo, Biroli (2017) afirma que a proficuidade desse olhar não está em analisar se há ou não estereótipos no discurso jornalístico, mas sim buscar compreender “*como esses estereótipos funcionam em relações de poder concretas, em contextos determinados*” (BIROLI, 2017, p. 142, grifos no original). Isso porque:

As imagens tipificadas dos grupos sociais permitem mobilizar, mas do que referências comuns, julgamentos que, compartilhados, dão sentido aos acontecimentos. Os enquadramentos e os estereótipos que lhes dão sustentação se exprimem por meio de códigos morais relativamente estáveis. Ao colocá-los mais uma vez em circulação, o jornalismo contribui para essa estabilidade. (BIROLI, 2017, p. 139).

Para a autora, não se trata de identificar estereótipos como falsificações ou uma oposição entre as representações e a vivência concreta dos sujeitos e grupos, mas como artefatos morais e ideológicos “que atuam simbolicamente e têm efeitos concretos, interpelando os indivíduos ao mesmo tempo em que atualizam julgamento” (BIROLI, 2017, p. 143).

As circunstâncias e as condicionantes sociais que recaem sobre o trabalho doméstico são marcados por expectativas sociais padronizadas e por uma “moralidade da exploração” (CAL, 2017). Essas expectativas e cristalizações geradas pelos estereótipos e fortificadas através dos atalhos cognitivos são formadas com base em “valores universais”, rótulos que surgem e se estabelecem com o intuito de hierarquizar o mundo e normalizar posições sociais.

Partimos, então, dessas perspectivas teóricas e analíticas sobre as relações entre representações midiáticas, enquadramentos e estereótipos para analisar a cobertura jornalística sobre a “PEC das Domésticas”, enfocando como trabalhadoras e patrões são posicionados nesse contexto e como isso pode repercutir no debate público sobre o assunto.

2. Procedimentos Metodológicos

Para realização desta pesquisa, baseamo-nos na análise discursiva de conteúdo, tal como sistematizada por Mendonça e Simões (2012, p. 193), a partir da qual “busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa”. Como ponto de partida, desenvolvemos análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que consiste na sintetização e compreensão, especificamente neste caso, do conteúdo jornalístico encontrado nos jornais de maior circulação do Estado do Pará, a respeito do trabalho doméstico e da “PEC das Domésticas”. Selecionamos para análise as matérias jornalísticas produzidas entre 2010 e 2016 e publicadas nos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*¹.

Os procedimentos de coleta foram desafiadores porque os jornais locais, apesar de disponibilizarem versões digitais das edições impressas nos seus sites, não apresentam bons mecanismos de busca por palavras-chave. Optamos, então, por construir uma amostra de edições a partir de datas importantes da tramitação da PEC e também considerando dias comemorativos ao trabalho doméstico. Coletamos as matérias ainda dos dias anterior e posterior a cada uma dessas datas de referência. Executamos coleta manual por meio da leitura dos jornais nas datas selecionadas para amostra e da identificação de matérias sobre trabalho doméstico nessas edições. Além da pesquisa nos acervos online dos dois jornais, foi necessária busca presencial no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna (Belém-PA), pois não encontramos algumas edições nas versões digitais².

Após a finalização da coleta, procedemos com a sistematização dos dados, o que, primeiramente, demandou a criação de um livro de códigos (conjunto de variáveis a serem investigadas). O livro de códigos foi inspirado no construído por Cal (2016) e por Cal, Esteves e Nery (2018), ampliado, revisado e passou por uma série de discussões entre as integrantes do projeto de pesquisa³ a partir de análise exploratória do material empírico. Após a definição do livro de códigos, realizamos um treinamento de codificação com a participação de duas das bolsistas de iniciação científica do projeto.

¹ O jornal *O Liberal* foi fundado em 1946 e tem como mantenedora as Organizações Rômulo Maiorana, que possuem ainda canal de TV e portal de notícias afiliados à Globo e rádio local. O jornal *Diário do Pará* foi fundado em 1982 pela família do senador Jader Barbalho (MDB). Pertence ao grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), que é afiliada da Band no Pará, tem ainda um sistema integrado com portal de notícias, e rádio AM e FM.

² Agradecemos a participação neste trabalho da discente Letícia Rodrigues, bolsista de iniciação científica do projeto “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”, coordenado pela Prof^a Danila Cal e financiado pelo CNPq (Edital Universal 2016).

³ Agradecemos a participação nesse processo da discente Camila Fagundes Leal, também bolsista de iniciação científica do projeto “Mídia, debate público e negociação de sentidos sobre o trabalho doméstico”.

Neste trabalho, consideramos, além da identificação por jornal e da matéria, sete variáveis: a) **Editoria**, que diz respeito a qual caderno se encontra o conteúdo, a fim de constatar quais editorias abordam mais o assunto; b) **Capa**, aponta quais conteúdos possuíram destaque em chamadas na capa do veículo; c) **Formato**, consiste na categorização do tipo de conteúdo, além de onde foi produzido, se é regional ou não; d) **Assunto Principal**, categoria responsável pela determinação da temática central abordada pelo conteúdo, com objetivo de agrupar matérias semelhantes como pertencentes do mesmo grupo; e) **Fontes Consultadas**, tem como função listar todos os personagens que auxiliam na elaboração do conteúdo com suas falas, de forma direta, entre aspas, ou indireta, com o jornal o fazendo referência; f) o **Gênero do trabalhador doméstico** enquanto fonte, partindo do princípio de que os trabalhos domésticos a serem executados e abarcados pela lei são diversos e a necessidade de identificar quem foi chamado a se pronunciar como trabalhador doméstico; g) **Enquadramentos** sobre a PEC, sobre o trabalho doméstico e sobre as relações entre trabalhadoras e patrões. Para o escopo deste trabalho, focaremos nossa análise nesse último.

Em seguida à testagem do livro de códigos, iniciamos a construção do banco de dados e os resultados foram computados no *Excel*. Com a conclusão de todas as inserções, migramos os dados para o software *SPSS* para propiciar a criação de tabelas e de construção de matrizes analíticas.

3. Resultados e Discussão

Do total de 46 matérias, 24 foram publicadas no *Diário do Pará* e 22 em *O Liberal*. Quando selecionamos as matérias por períodos, 2010-2013 (tramitação e aprovação) e 2014-2016 (implementação e regulamentação), verificamos que maior frequência de publicação ocorreu no período de tramitação e de aprovação (31 em números absolutos, o que corresponde a 67,4%). No primeiro período, o *Diário do Pará* publicou uma quantidade maior de produtos jornalísticos sobre a PEC (18 no total, equivalentes a 62,1%) e, no segundo período, *O Liberal* publicou mais que o concorrente (9 no total, equivalentes a 60%). Ainda assim, observamos que a repercussão nas mídias impressas locais ocorreu, principalmente, a partir de datas comemorativas como o Dia Nacional da Empregada Doméstica, celebrado em 27 de abril, e nos períodos finais da tramitação da proposta de emenda constitucional no Senado, em 2013. Em relação à localização das matérias nas edições dos jornais, verificamos que a grande maioria das publicações se encontrava nos cadernos de política e de economia (38, 82,6%) enquanto as demais estavam nos primeiros cadernos (6 publicações, 13,05%) ou em outros lugares (2 publicações, 4,35%).

Em relação aos formatos dos conteúdos publicados, considerando o período total investigado, as maiores ocorrências foram de notícias (25 ocorrências, 54,4%) e de reportagens (16 ocorrências, 34,7%)⁴. A partir da preponderância de notícias, podemos dizer que o assunto foi tratado, no geral, a partir de sua dimensão factual e com pouco aprofundamento, porém no período de tramitação e de aprovação da PEC, foram produzidas quase tantas reportagens (11) quanto notícias (15), já entre 2014 e 2016 só identificamos cinco reportagens e dez notícias. Até 2013, a produção jornalística preponderante foi a de agências de notícias nacionais republicadas nos veículos locais (16 ocorrências, 51,6%). Desse total, foram 13 notícias e três reportagens de agências, sendo que, no primeiro período analisado, os jornais locais produziram mais reportagens (8) do que notícias (2). No segundo período, encontramos nove matérias locais (7 notícias e 2 reportagens) e seis de

⁴ Os demais resultados foram: coluna de opinião (3, 6,5%), charge (1, 2,2%) e editorial (1, 2,2%).

agências nacionais (3 notícias e 3 reportagens). Os dados demonstram que, durante a discussão sobre a aprovação da PEC, os jornais investigados buscaram agências de notícias para informar sobre os trâmites e, por meio de reportagens produzidas nas redações locais, objetivaram se aproximar do contexto regional, apresentando perspectivas de trabalhadoras domésticas e de patrões. A partir de 2014, porém, a prioridade da produção local passa a ser notícias factuais (7 ocorrências, 77,8% dos conteúdos locais).

No primeiro período, a PEC foi o assunto principal em 22 matérias (71%), sendo que, desse total, a maior ocorrência foi sobre as características da lei (36,4%), seguida por tramitação (27,3%). Outros assuntos que permearam o noticiário nos primeiros anos foram vivências no trabalho doméstico (19,3% do total de matérias) e as relações entre patrões e trabalhadoras (9,7%). No segundo período, a PEC e suas repercussões foram o assunto principal de 14 matérias (93,3%)⁵ e as subtemáticas mais recorrentes foram de orientações aos patrões e alertas sobre o não cumprimento da lei (57,1%), seguidas por características da PEC e da legislação dela decorrente (21,4%). Observamos, assim, um enfoque da cobertura noticiosa voltada, essencialmente, às informações sobre as características da PEC e de sua tramitação, assim como para o esclarecimento dos empregadores e também para chamar atenção a respeito de possíveis multas ou outros ônus associados à implantação da nova lei. Esses resultados também são corroborados quando identificamos as vezes em que o trabalho doméstico figurou nas capas dos jornais analisados:

Quadro 1 – Manchetes e chamadas de capa sobre o trabalho doméstico por jornal e por dia

*DP= Diário do Pará.

Data	Jornal	Tipo	Título
14/03/2013	DP*	Chamada	PEC está aprovada
20/03/2013	DP	Chamada	Em 1º turno, Senado aprova PEC das Domésticas
27/03/2013	DP	Manchete do jornal	Senado amplia direitos das domésticas
28/03/2013	O Liberal	Chamada	PEC das Domésticas eleva procura por diaristas
19/04/2013	O Liberal	Manchete do jornal	TST dá aval para banco de horas domésticas
23/04/2013	O Liberal	Chamada	Demissão sem justa causa rende multa de 10% do FGTS
22/05/2013	O Liberal	Manchete do jornal	Multa na demissão de doméstica fica em 40%
31/01/2014	O Liberal	Chamada	Renda de domésticas tem aumento de 6,2%
31/01/2014	DP	Chamada	Guia do FGTS: documento via internet
18/07/2014	O Liberal	Chamada	Registro de doméstica obrigatório até agosto
18/07/2014	DP	Chamada	Quem não assinar carteira será multado
06/08/2014	O Liberal	Chamada	Multa passa a valer a partir de amanhã
30/09/2014	DP	Chamada	Encargo com INSS: empregada doméstica
02/06/2015	O Liberal	Chamada	Dilma assina texto que regulamenta direitos
27/04/2016	DP	Chamada	No Pará, quase 1 mil crianças são empregadas domésticas

Fonte: Dados da pesquisa.

⁵ Os outros 6,7% correspondem a uma matéria sobre o trabalho infantil doméstico.

Em três momentos, o assunto foi a manchete dos jornais: um sobre a aprovação da PEC no Senado e outros dois sobre banco de horas e multa no caso de demissão sem justa causa. Podemos deduzir, a partir dos dados apresentados, que os interlocutores preferenciais dos jornais eram os empregadores.

Do total de fontes consultadas nas matérias, a maioria foi de especialistas (advogados e economistas principalmente), com 23,8% das ocorrências, seguidos por trabalhadoras domésticas e ex-trabalhadoras com 22,2% (sendo 17,5% ocupadas no serviço doméstico e 4,8 antigas trabalhadoras, inclusive sindicalistas); em terceiro lugar, ficaram os representantes do Legislativo, com 17,5%, e, em quarto, representantes de organizações não-governamentais (12,7%). Nesse último caso, o interlocutor mais recorrente foi Mário Avelino, presidente da empresa Doméstica Legal e da ONG a ela vinculada. Pelas próprias definições constantes no site da empresa e da ONG, a participação na discussão sobre a regulamentação da ampliação dos direitos dos trabalhadores parte, sobretudo, dos interesses dos patrões⁶. Os empregadores propriamente corresponderam a 9,5% das fontes consultadas.

Nas seções a seguir, deteremo-nos aos enquadramentos sobre as trabalhadoras domésticas e os patrões no contexto de discussão sobre a “PEC das Domésticas” e seus desdobramentos.

4. De Anjos a Trabalhadoras

A matéria “Domésticas em destaque” do jornal *Diário do Pará*, publicada no dia 27/04/2011, diz que “(...) as domésticas que já foram conhecidas como mucamas, servas e criadas, hoje são chamadas de ‘anjos’, ‘mãezonas’ e ‘donas do lar’ e se transformaram em ‘peças’ fundamentais na vida de muitos” (NUNES, 2011, p. A9, grifos no original). O texto da reportagem, ao buscar uma aproximação carinhosa com a figura da trabalhadora doméstica, recorre a estereótipos como “mãezonas”, “anjos”, como uma contraposição a modos de classificação que remontam ao período escravagista, mas recorre à objetificação das trabalhadoras se referindo a elas como “peças” fundamentais na vida de várias pessoas para contextualização do trabalho doméstico.

Como é uma matéria alusiva ao Dia da Trabalhadora Doméstica, trata-se, em princípio, de uma homenagem à trabalhadora, mas que é feita a partir do ponto de vista do que ela representa aos patrões, cuja relação é mostrada pelo viés romantizado. Na foto que acompanha a matéria, aparece a trabalhadora em segundo plano e, em primeiro, uma foto dos empregadores. Na legenda está escrito: “Francisca Negrão é empregada da família Barile há 26 anos: relação que já virou caso de amor”.

A psicóloga Ana Clara Barile, 26 anos, define a relação dela com a empregada doméstica Francisca Negrão como uma paixão. “Sou apaixonada por ela, considero como *minha segunda mãe*”. Pudera, Ana Clara convive com a “Fran”, como ela e o pai chamam a funcionária, desde que nasceu. Para Francisca, a intimidade conquistada ao longo dos anos *faz com que a afinidade com as pessoas da família só aumente*. “A própria Clara diz que eu sei muito mais das coisas da casa

⁶ A Doméstica Legal funciona como uma agência, que auxilia patrões e trabalhadores com a regularização e a contabilidade relativa ao contrato de emprego doméstico remunerado. Sobre a ONG, apesar de afirmar lutar pela “melhoria do emprego doméstico com ativa participação na elaboração de leis justas e equilibradas”, cita entre as conquistas da instituição benefícios para os empregadores, como, por exemplo, a redução do INSS patronal de 12% para 8%; dedução do INSS patronal no Imposto de Renda e a definição do trabalhador diarista com até duas diárias na semana. Ver mais informações em <https://www.domesticalegal.com.br/>.

do que ela mesma”, diz, rindo, a doméstica. Mas *o fato de ser praticamente da família* não limita os direitos profissionais. “Sou muito bem tratada, mas tenho todos os direitos que são disponibilizados para essas profissionais” (NUNES, 2011, p. A9, grifos nossos).

Interessante notar que, no período da tramitação, não há questionamento sobre a ideia de a trabalhadora doméstica ser parte da família, o que é, inclusive, reforçado pelo texto do jornal. Francisca é a “segunda mãe” de Ana Clara, que tem 26 anos, o que corresponde ao mesmo período em que “Fran” trabalha para sua família. A intimidade entre eles teria aumentado nesse tempo a ponto de ela ser “praticamente da família”. O fato de conhecer mais da casa do que a patroa é apontado como vantagem, mas pode se caracterizar como um reconhecimento ideológico, funcionando como uma espécie de incentivo à manutenção da relação opressiva por meio da “valorização” da trabalhadora (MAIA; CAL, 2018; CAL, 2016).

Na mesma matéria, outra patroa afirma: “Ela [se refere a outra trabalhadora doméstica] foi *um anjo* na minha vida. *Não gosto do termo 'empregada'*, até porque não consigo enxergar essa mulher assim. Para mim, ela é muito mais do que isso. *Faz parte da nossa família*” (NUNES, 2011, p. A9, grifos nossos). A recusa pelo termo “empregada”, pode significar também a recusa do reconhecimento de uma relação de trabalho e o “faz parte da nossa família” desconsidera uma grande distância social entre patroa e trabalhadora (BRITES, 2007; CAL, 2016).

Embora o título traga a ideia da trabalhadora em destaque, o que é priorizado são as relações com os patrões. Nessa matéria e no noticiário analisado, de modo geral, não são apresentadas muitas informações sobre os contextos particulares de vida das trabalhadoras domésticas, mas elas aparecem, principalmente, em função dos patrões. Curioso observar que isso reproduz um padrão encontrado em outras produções midiáticas, como as telenovelas (ESTEVES *et al.*, 2020).

Na reportagem “Dia todo dedicado às empregadas domésticas”, publicada pelo *Diário do Pará*, em 27/04/2012, a personagem principal é uma trabalhadora negra, o que possível identificar pela foto em que Maria Odnéia Mendes aparece de uniforme com as mãos encostadas a um vaso de flores que está na mesa da sala de jantar da casa da patroa. O texto comenta que Néia, como é chamada, aceita fazer a entrevista após insistência da filha da patroa e que está tímida por se sentar no sofá dos patrões, tornando evidente a existência e interiorização, a partir de uma cultura da servidão, de uma distinção entre o que seria o lugar dos patrões e o das trabalhadoras – a exemplo da recorrente expressão “Ponha-se no seu lugar!”. Esse espaço simbólico é marcado pelas desigualdades sociais e pela distribuição desigual de valor entre os sujeitos da nossa sociedade (SOUZA, 2009). No caso de Néia, ultrapassada a barreira dos lugares previamente distribuídos, ela toma conta do seu discurso e de sua posição de protagonista se recusando a cantar (“sem ceder à pressão do pedido de uma ‘palhinha’”, segundo a matéria) e ressaltando que nunca foi demitida, mas sempre passa no máximo três anos em uma casa porque enjoa (GOMES, 2012, p. A6).

Dilena de Medeiros, 35 anos, também é fonte da reportagem. Ela afirma que teve acesso a viagens e hotéis por meio da família empregadora e que é tratada sem distinção. Chama atenção no texto da reportagem a expressão “os patrões dividem a casa com ela”, em vez de informar que ela mora na residência dos patrões. Como seria essa divisão da casa? Quais partes caberiam à trabalhadora? Ela estuda pedagogia e, desde que foi aprovada no vestibular, possui um acordo com os patrões de que, quando passar num concurso ou for chamada para trabalhar na área da educação, poderá ficar na casa o tempo que precisar. “Em busca desse objetivo, antes das 7h, acorda e até às

16h tudo tem que estar pronto para ir à faculdade. Na volta, limpa o que ficou do jantar e entra a madrugada estudando” (GOMES, 2012, p. A6). Identificamos um endosso do material jornalístico ao discurso meritocrático (SOUZA, 2009), pois não há nenhuma problematização sobre essa rotina exaustiva e as condições de estudo dessa trabalhadora.

A marginalização do trabalho doméstico é apontada nas matérias, principalmente, a partir dos dados a respeito da informalidade e nas falas das sindicalistas:

"A nossa luta é pela equiparação e igualdade de direitos. Concentramos os maiores percentuais de trabalhadoras domésticas, mas é aqui que estão os piores patrões do planeta. Salários de R\$100,00 por mês, ainda são realidade na nossa região. Muita coisa já mudou, mas ainda há muito a avançar, por isso continuamos lutando”, argumenta a presidente. [Lucileile Reis, da Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica] (GOMES, 2012, p. A6, grifo nosso).

Na matéria “Falta de carteira assinada marginaliza domésticos”, publicada em *O Liberal*, no dia 27/04/2012, ouve-se Ana Maria, 34 anos, que trabalha como doméstica desde os 13 e afirma à reportagem que só teve carteira de trabalho assinada uma única vez. “É uma vida muito difícil. Gosto do que faço, mas acho que deveria ser uma profissão melhor reconhecida. Estou trabalhando há quatro meses em uma casa e a minha patroa não conversou sobre o assunto [a assinatura da carteira]” (FALTA..., 2012, p. 4, grifo nosso). Além disso, representantes dos trabalhadores domésticos denunciaram a falta de direitos:

A diretora da Federação dos Empregados Domésticos, Conceição Azevedo reclama da falta de valorização profissional. ‘A maioria dos patrões não assina carteira dos seus empregados. O trabalho doméstico é marginalizado por muitos no país. Nós não temos proteção trabalhista e tantos outros benefícios como o salário família, por exemplo’, afirma Conceição. (FALTA..., 2012, p. 4)

Após aprovação da “PEC das Domésticas”, as mudanças nas condições de trabalho são apresentadas e trabalhadoras e patrões são ouvidos:

Ivonete dos Anjos é empregada doméstica e aproveita as duas horas de intervalo para ler as revistas que gosta e acompanhar a novela durante o almoço. “Eu tinha hora para entrar e não tinha hora para sair. Agora tudo melhorou”, relata. A doméstica trabalha na casa da economista Márcia Paiva, que há dois meses também contratou uma babá para cuidar do filho. A economista explica que mesmo antes da PEC, sempre fez questão de contratar funcionários conforme determina a lei. “Eu sempre valorizei as minhas secretárias. Então, eu tento cumprir com as leis e criar um ambiente agradável tanto pra elas, quanto pra nós”, comenta. (SÓ 10%..., 2013, p. 9)

A trabalhadora ressalta que tinha uma jornada de trabalho indefinida com horário para chegar e não para sair, o que foi alterado após a aprovação da PEC. Essa informação foi recorrente. Em outra reportagem, a trabalhadora Marly Albuquerque disse: "agora eu tenho um horário certinho, entro e saio na hora determinada e recebo meus benefícios, não tenho do que me queixar" (GOMES, 2013, p. B7).

Em uma reportagem de 31/03/2013, o *Diário do Pará* faz um panorama dos direitos das trabalhadoras domésticas. Menciona que, desde setembro de 1973, as domésticas já podiam ter carteira assinada, mas a maioria permanece na informalidade. A reportagem consulta um sociólogo e um economista, mas invisibiliza a atuação das representantes das trabalhadoras domésticas nesse processo histórico de luta por direitos. É apresentada a afirmação de um sociólogo, segundo quem: “Não há mais o ranço escravocrata nessas relações de trabalho. As empregadas têm plena consciência de seus direitos e são as que mais reclamam na Justiça do Trabalho” (AGÊNCIA O GLOBO, 2013b, p. E4). A matéria ainda traz uma arte com um modelo de contrato a ser seguido pelos patrões.

Identificamos certo descompasso entre o texto de uma matéria e o que é dito pelas citações diretas das fontes. Enquanto o texto jornalístico afirma que seria muito cedo para saber se a PEC está gerando vantagens ou desvantagens, o advogado trabalhista consultado diz: “Para tudo existe um período de adaptação, os empregadores precisam entender que o trabalho doméstico é um emprego como todos os outros, e, muitas vezes, mais extenuante que alguns’, esclarece” (GOMES, 2013, p. B7). Ele faz ainda uma observação direcionada aos empregadores: “O que o empregador tem que fazer é desvincular a imagem da empregada doméstica de uma relação familiar, afetiva. *A relação entre patrão em [e] empregado é uma relação de emprego, como todas as outras’, alerta Carlos Esteves*” (GOMES, 2013, p. B7, grifos nossos).

Ao longo das nossas observações sobre a cobertura jornalística local sobre esse assunto, percebemos uma modificação no enquadramento da empregada doméstica como um “anjo” ou “alguém da família”, no período da tramitação, para o de uma trabalhadora que precisa ter seus direitos garantidos, no período de votação e após aprovação da PEC. Essa mudança é permeada de conflitos e tensões, fundamentalmente, relativos aos patrões e aos encargos que a garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas poderia gerar para as famílias empregadoras. Não houve discussão sobre a mitigação de condições desiguais estruturais das trabalhadoras domésticas, mas houve menção a partir da ex-empregada doméstica e ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Miranda Arantes, que destacou a importância de que as novas regras fossem acompanhadas de políticas públicas como creches e programas de aquisição da casa própria para trabalhadores domésticos (AGÊNCIA BRASIL, 2013, p. 9)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho doméstico apresenta raízes sociais e culturais que legitimam em grande medida uma cultura da servidão e também uma divisão sexual do trabalho, marcada não apenas por questões de gênero, mas também, e principalmente, de raça e de classe. Todos os trabalhadores domésticos consultados nas matérias eram mulheres, algumas pretas, como foi possível identificar nas fotos, mas não ocorreu uma racialização do debate. Apesar de que, em momentos pontuais, houve inferências relacionadas ao período da escravização, quando o jornal afirmou que, antes, as trabalhadoras eram vistas como “mucamas”, “servas” e passaram ser consideradas “anjos” nas casas das pessoas. Outro momento foi quando a articulista comparou a aprovação da PEC à abolição da escravidão.

Entender os estereótipos como “artefatos morais e ideológicos” (BIROLI, 2017) nos permite compreender como ideias como “anjos”, “mãezonas”, por exemplo, possuem uma atuação simbólica que gera efeitos concretos no modo como as trabalhadoras domésticas são consideradas

na nossa sociedade. Além da normalização do trabalho doméstico como âmbito feminino e de uma lógica do cuidado maternal, existe uma “moralidade da exploração” (CAL, 2017), que opera a partir de consensos tácitos, por vezes inadmitidos, que separam a nossa sociedade entre gente e subgente (SOUZA, 2009). Parte das pautas e das abordagens invisibilizadas ou silenciadas no noticiário tem relação com essa dimensão moral e simbólica pouco discutida, a qual se manifesta seja como discurso da meritocracia, seja como objetificação dessas profissionais.

Entretanto, as trabalhadoras domésticas ouvidas, mesmo quando afirmaram possuir boas relações com os patrões, destacavam a marginalização do trabalho doméstico, a insegurança em relação à falta de carteira assinada, a clareza sobre as longas jornadas de trabalho, as demandas dos movimentos sindicais e as mudanças com a nova legislação. O discurso do jornal, por meio do editorial e de algumas das fontes ouvidas, também destacou a importância de a sociedade compreendê-las como trabalhadoras, como sujeitas de direitos, o que foi fundamental no processo de debate público.

Nossa análise vai até 2016, ano em que houve um golpe parlamentar no Brasil, gerado em boa medida pelas insatisfações de parte da sociedade brasileira com políticas sociais distributivas e ampliação de direitos das classes subalternizadas. Desse conjunto, faz parte a equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas, que influenciou os modos de vida de trabalhadores domésticos em detrimento de costumes e privilégios, principalmente, da classe média brasileira.

Como afirma Moura (2016), a construção de representações possui relações com os sentidos produzidos, socialmente significados à luz de elementos sociais e culturais. Os enquadramentos, além de oferecerem um viés para observação dos fenômenos, também delimitam um campo de possíveis interpretações, o que alimenta o debate público e estimula ações. No caso analisado, verificamos uma modificação nos enquadramentos das trabalhadoras domésticas, muito menos como algo consolidado e mais como um campo de disputas em que o jornalismo figura como um ator social relevante.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Ministra diz que emenda não gera desemprego. *O Liberal*, Belém, 28 mar. 2013. Caderno Dinheiro, p. 9.

AGÊNCIA O GLOBO. Primeiro direito conquistado há 40 anos. *Diário do Pará*, Belém, 31 mar. 2013b. Caderno Economia, p. E4.

ARAÚJO, Wagner. Trabalho doméstico e servidão: trajetórias gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM. 2012. *Revista EDUCAmazônia*, Humaitá, ano 5, v. 8, p. 8-25, jan./jun. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes Subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2015.

BIROLI, Flávia. A reprodução de estereótipos no discurso jornalístico. BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 117-146.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BRITES, Jurema. Afeto e Desigualdade: gênero, geração e classe entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.

CAL, Danila. *Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: EDU-FBA/Compós, 2016.

CAL, Danila. Moralidade e a exploração do trabalho infantil doméstico: as visões de ex-trabalhadoras infantis e patroas. *Desidades*, v. 16, p. 31-44, 2017.

CAL, Danila; ESTEVES, Lorena; NERY, Erick Matheus. Jornalismo, gênero e desigualdades: análise das notícias sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (orgs). *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo / INTERCOM*. São Paulo: Life Editora, 2018, p. 245-261.

CARNEIRO, Maria; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p.125-142.

CARVALHO, Carlos Alberto. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2019.

DANTAS, Luísa. *AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?* Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada—Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 480 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 225-244.

DRUCKMAN, James; NELSON, Kjersten. Framing and deliberation: how citizens' conversations limit elite influence. *American Journal of Political Science* 47, p. 729-745, 2003,

DURFEE, Jessica. "Social Change" and "Status Quo": Framing Effects on Risk Perception: An Exploratory Experiment, *Science Communication*, 2006. Disponível em <<http://scx.sagepub.com/content/27/4/459>>. Acesso em 01 dez 2010.

ESTEVES, Lorena; LEAL, Camila; CAL, Danila; BRITO, Rosaly. Telenovelas, Interseccionalidade e Relações de Poder: representações midiáticas das trabalhadoras Domésticas. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico*. Curitiba: CRV, 2020 (no prelo)

FALTA de carteira assinada marginaliza domésticos. *O Liberal*, Pará, 27 abr. de 2012. Caderno Dinheiro, p. 4.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach, *The American Journal of Sociology*, Vol. 95, No. 1, p. 1-37, jul., 1989.

GOFFMAN, Ervin. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Havard University Press, 1974.

GOMES, Edmê. Dia é dedicado às empregadas domésticas. *Diário do Pará*, Belém, 27 abr. 2012. Caderno Belém, p. A6.

GOMES, Iaci. Dia é comemorado com sabor de vitória. *Diário do Pará*, Belém, 27 abr. 2013.- Caderno Economia, p. B7.

HABERMAS, Jürgen. *Europe: the faltering project*. Cambridge: Polity Press, 2009.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 57- 123.

HUANG, Huiping. Frame-Rich, Frame-Poor: an investigation of the contingent effects of media frame diversity and individual differences on audience frame diversity. *International Journal of Public Opinion Research*, Vol. 22 No. 1. p. 47-73, 2009.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil*. Publicado em 23 dez 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9>. Acesso em 08 out. 2020.

KOERICH, Bruna Rossi. Serviço doméstico no Brasil: continuidades e mudanças no perfil de trabalhadores e no amparo legal. *Anais do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*. Curitiba, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008b, p. 195-220.

MAIA, Rousiley C. M. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2 - Brasília, julho/dezembro de 2009, p. 303-340.

MAIA, Rousiley C. M. *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press, 2012.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia deliberativa: dimensões contextuais. In: MAIA, Rousiley C. M. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008a, p. 27-54.

MAIA, Rousiley C.M. Representação na mídia, construção de identidade e conflitos sociais: por uma abordagem teórica do Reconhecimento. In: MAIA, Rousiley C.M. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 59-86.

MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2019.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Um vez “cria” sempre “cria” (?): adoção, gênero e geração na Amazônia. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020 (no prelo).

MOURA, Flávia. *Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*. São Luís: EDUFMA, 2016.

- NUNES, Veríssia. Domésticas em destaque. *O Diário do Pará*, Pará, 27 abr. 2011. Caderno Belém, p. A9.
- OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, nº2. Maio/2008.
- PARADIS, Clarisse; SARMENTO, Rayza. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, vol. 19, núm. 2, pp. 83-94, 2016.
- PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação das Trabalhadoras Domésticas do País. In: Castro, Jorge; ARAÚJO, Herton (orgs). *Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 2*. Brasília: IPEA, 2012, p. 81-92
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Albino. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 74 a 104.
- REESE, Stephen. Prologue – Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research In: REESE, Stephen; GARDY Jr., Oscar; GRANT, August. *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of social world*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003, p. 07 a 31.
- ROTHBERG, Danilo. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. *Opin. Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 407-424, Dec. 2014.
- SANTOS, Delha; PAMPLONA, Elzalina; REIS, Lucileide; SOARES, Maria Luiza; CAL, Danila. “Ainda Tem Muita Luta Pela Frente”: trabalho doméstico, direitos, política e pandemia. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba: CRV, 2020 (no prelo).
- SÓ 10% das domésticas são legalizadas no Pará. *O Liberal*, Belém, 4 mai. 2013. Caderno Dinheiro, p. 9.
- SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: uma relação em crise. *LÍBERO*, São Paulo, Ano X - nº 20- 2007.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- URBINATI, N; WARREN, M. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, p. 387-412, 2008.
- VIMIEIRO, A. *Cultura Pública e Aprendizagem Social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

O Perfil das Vítimas de Femicídio na Região Metropolitana de Belém do Pará a partir das Reportagens do Caderno Policial do Jornal “Diário do Pará”, no Período de 2006 a 2015

El Perfil de las Víctimas de Femicidio en la Región Metropolitana de Belém do Pará a partir de los Informes de la Sección Policial del Diario “Diário do Pará”, de 2006 a 2015

The Profile of the Victims of Femicide in the Metropolitan Region of Belém do Pará from the Reports in the Police Section of the Newspaper “Diário do Pará”, from 2006 to 2015

Ana Doroteia Santos Dias

Resumo: O artigo analisa o crime de Femicídio a partir da análise do jornal *Diário do Pará*, entre os anos de 2006 a 2015. Os estudos sobre Femicídio destacam que esse crime geralmente faz parte do estágio final do histórico de violência doméstica. Sendo assim, o objetivo é traçar o perfil das vítimas encontradas no caderno policial do jornal e relacioná-las às estatísticas computadas pelo Mapa da Violência, visando entender como as mulheres amazônicas são representadas nos discursos jornalísticos e até que ponto o jornal contribui para a perpetuação das estruturas de opressão feminina. O recorte temporal do estudo é demarcado a partir da implantação da Lei nº 11.340 “Lei Maria da Penha”, em vigor a partir do dia 22 de setembro de 2006, e a Lei nº 13.104 sancionada no dia 09 de março de 2015, que criminaliza o Femicídio.

Palavras-chave: Femicídio. Gênero. Representação. Jornais. Mulheres Negras.

Resumen: El artículo analiza el delito de Femicidio a partir del análisis del diario “Diário do Pará”, entre los años 2006 a 2015. Estudios sobre Femicidio destacan que este delito suele formar parte de la etapa final de la historia de la violencia intrafamiliar. Por tanto, el objetivo es rastrear el perfil de las víctimas encontradas en la sección policial del diario y relacionarlas con las estadísticas computadas por el Mapa de Violencia, con el fin de comprender cómo se representan las mujeres amazónicas en los discursos periodísticos y en qué medida el diario contribuye a la perpetuación. estructuras de opresión femenina. El plazo del estudio está demarcado desde la implementación de la Ley N° 11.340 "Ley Maria da Penha" vigente desde el 22 de septiembre de 2006 y la Ley N° 13.104 sancionada el 9 de marzo de 2015 que tipifica como delito el Femicidio.

Palabras clave: Femicidio. Género. Representación. Periódicos. Mujeres Negras.

Abstract: The article analyzes the crime of Femicide from the analysis of the newspaper “Diário do Pará”, between the years 2006 to 2015. Studies on Femicide highlight that this crime is usually part of the final stage of the history of domestic violence. Therefore, the objective is to trace the profile of the victims found in the police section of the newspaper and relate them to the statistics computed by the Map of Violence, in order to understand how Amazonian women are represented in journalistic speeches and the extent to which the newspaper contributes to the perpetuation structures of female oppression. The time frame of the study is demarcated from the implementation of Law N°. 11,340 "Law Maria da Penha" in effect from September 22, 2006 and Law N°. 13,104 sanctioned on March 9, 2015 that criminalizes Femicide.

Keywords: Femicide. Gender. Representation. Newspaper. Black Women.

Ana Doroteia Santos Dias – Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará. Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – PPGNEIM - UFPA. E-mail: anadoroteiadiaz@gmail.com

INTRODUÇÃO

O assassinato de mulheres no Brasil tem uma característica específica categorizada como *Feminicídio* Íntimo, o maior contingente de vítimas tem a vida ceifada por parceiros ou ex-companheiros. São mulheres invisibilizadas, mortas tragicamente, espancadas, mutiladas, violentadas cruelmente, negligenciadas pelo Estado e Instituições públicas. São mortes silenciadas por uma sociedade alicerçada no patriarcado¹, dentro de uma construção cultural na qual as vidas protegidas pelo Estado e pela sociedade seguem padrões hierárquicos de poder. Nesse contexto, os assassinatos de mulheres, o genocídio da população negra e a morte de pessoas LGBTI em função de crimes homofóbicos, correspondem ao contingente de mortes menos valorizadas nessa hierarquia.

Os estudos sobre o *Feminicídio* destacam que esse crime, na maioria dos casos, é o estágio final do histórico de violência doméstica, isso significa dizer que “*Feminicídio* é uma palavra nova, criada para falar de algo que é persistente e, ao mesmo tempo, terrível: que as mulheres sofrem violência ao ponto de morrerem”². Assim, as mortes de mulheres no Brasil podem ser consideradas desfechos evitáveis, tendo em vista a omissão das Instituições Públicas responsáveis por coibir a violência contra a mulher e a naturalização do crime pela sociedade. Nesse cenário, emerge a importância de nomear o *Feminicídio* e chamar atenção para a necessidade de conhecer sua dimensão e contextos de forma mais acurada, além de desnaturalizar concepções e práticas enraizadas nas relações pessoais e instituições que corroboram a permanência da violência fatal contra as mulheres em diferentes realidades³.

O estudo propõe identificar, coletar e analisar as reportagens de assassinatos de mulheres publicados em um dos jornais impressos de maior circulação na Região Metropolitana de Belém, o “Diário do Pará”, no período de 2006 a 2015, tempo justificado pela implantação da Lei nº 11.340 conhecida como Lei Maria da Penha, em vigor a partir do dia 22 de setembro de 2006, e a Lei nº 13.104 sancionada no dia 09 de março de 2015, que criminaliza o *Feminicídio* (circunstância qualificadora do crime de homicídio)⁴.

No percurso metodológico utilizado, optou-se por verificar os cadernos policiais do periódico publicados nos doze meses de cada ano, durante os 10 anos nos quais a pesquisa se propõe analisar (2006-2015). Foram coletadas 388 reportagens do jornal “Diário do Pará” retratando casos de *Feminicídio* na Região Metropolitana de Belém, não sendo levados em consideração as tentativas de assassinato, as graves agressões e os casos de *Feminicídio* referentes às outras regiões do Estado do Pará. Os jornais estavam disponíveis para consulta no acervo de periódicos da Biblioteca Arthur Vianna, pertencentes à Fundação Cultural do Estado do Pará.

O artigo trabalha com a hipótese de que o jornalismo popular auxilia na perpetuação do discurso de dominação masculina e que essas narrativas corroboram para desumanização das vítimas

¹ O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

² Debora Diniz, antropóloga, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética. In: P.52. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Câmara dos Deputados 55ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa. Mapa da Violência contra a mulher. Brasília, 2018.

³ *Feminicídio: Invisibilidade Mata/ Organização: Débora Prado, Marisa Sanematsu; Ilustração Lígia Wang; editor: Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.*

⁴ BRASIL. Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm> Acesso em: 09 nov. 2018.

do crime de *Feminicídio*, não contribuindo de modo didático à problematização desse tema controverso e de saúde pública, pois categoriza tais fatos como crimes passionais ou como atos isolados.

1. Perfis das Vítimas de Feminicídio na Região Metropolitana de Belém do Pará

O objetivo desse tópico é demonstrar o perfil das vítimas encontradas nas reportagens do Diário do Pará e relacionar com as estatísticas computadas pelo Mapa de violência do Brasil, visando entender como as mulheres amazônidas são representadas nos discursos jornalísticos e até que ponto o jornal contribui para a perpetuação das estruturas de opressão feminina.

A pesquisa dos perfis das vítimas de *Feminicídio* na Região Metropolitana de Belém, que tiveram veiculação pelo jornal Diário do Pará, ocorreu com a separação de recortes característicos desses crimes, baseados no livro *Feminicídio: Invisibilidade Mata* do Instituto Patrícia Galvão e de dados estatísticos observados nos relatórios de violência contra a mulher⁵, assim, o enfoque desses dados foi direcionado para: o local do crime (casa ou via pública), o tipo de relacionamento da vítima com o assassino (familiar, namorado/marido, desconhecido ou ex parceiro), se houve testemunhas (familiares, filhos, vizinhos ou transeuntes), o tipo de arma utilizada (arma branca, arma de fogo ou outros instrumentos), a justificativa do crime pelo jornal (“ciúmes”, “não aceitava o fim do relacionamento”, tráfico de drogas, execução ou crueldade) e o bairro da vítima⁶. Nesse contexto, também foram observados, a partir das reproduções fotográficas do jornal, se a vítima e o assassino eram brancos, não brancos ou negros, considerando um julgamento baseado em conceitos como colorismo⁷.

Tabela 01: Os perfis dos casos de Feminicídio (2006-2015)

Local	Assassino	Testemunhas	Arma do Crime	Justificativa	Bairros Destacados
Casa 198	Namorado 49 Marido 63	Família 13	Arma Branca 109	Ciúme 34	Ananindeua 96
Via Pública 162	Ex parceiro 132	Filhos 42	Arma de fogo 195	Não aceitava a separação 43	Marituba 27
Outros 28	Desconhecido 144	Vizinhos 49	Estrangulamento 20	Tráfico 55	Icoaraci 22
Total: 388		Transeuntes 93	Lesões/espantamento 25	Execução 50	Castanhal 18
			Pauladas 31	Crueldade 149	Cabanagem 15
				Latrocínio 21	

Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Disponível na Biblioteca Arthur Vianna.

⁵ Machado, MRA. (Coord). et al. A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil. Governo Federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário; 2015.

⁶ Essas categorias serão especificadas, analisadas e explicadas a seguir.

⁷ Conceito que será explicado no tópico “Vidas negras Importam”.

Diante da tabela, é possível afirmar que, durante os 10 anos de reportagens analisados, os perfis do crime de *Feminicídio* são parecidos, a maior parte deles cometidos por pessoas do círculo social da vítima, em um total de 244 perpetrados por parceiros ou ex-parceiros (namorado 49, marido 63 e ex 132), no ambiente familiar, em muitos casos, tendo os filhos e familiares como testemunha, acontecendo majoritariamente em bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém, submetendo a mulher a extremo sofrimento e degradação. Nos anos de 2006, 2007 e 2008, notou-se quantidades relativamente parecidas de veiculação desses assassinatos, foram 26, 19 e 27 casos respectivamente publicados; de 2009 a 2013, a média de casos publicados foi em torno de 40 reportagens, sem considerar as continuações de reportagens; em 2014 e 2015, ocorreu uma média de 50 casos veiculados.

A partir disso, os perfis dos casos de *Feminicídio* encontrados nas reportagens do Diário do Pará serão analisados objetivando dar ênfase para algumas das características marcantes do crime, as quais podem elucidar conclusões sobre as representações femininas nos periódicos, propondo reflexões a respeito das relações encontradas nesses discursos e destacando os agentes sociais envolvidos.

Figura 1 – Reprodução Fotográfica do *Diário do Pará*. “Homem ‘despacha’ a namorada para o cemitério”



Memórias artísticas da brigada e seu trabalho a noite, Aécio Salgado do Diálogo na Vila apresenta de novo o caso com um cenário. Após o disparo, o matador fugiu do local

HOMEM “DESPACHA” A NAMORADA PARA O CEMITÉRIO

DURANTE BRIGA DO CASAL O HOMEM SAGOU A ARMA E DEU TRÊS TIROS NA MULHER

ADISON FERRERA

No final da noite de ontem, um discussão entre um casal de moradores acabou em crime, no bairro de Be-

lém, quando os dois começaram a se agredir. “Primeiro ele virou ela, depois ela jogou pedras nele e em seguida, ele sacou um revólver e atirou três disparos no peito dela”, revelou um morador da área, que pediu para não ter o nome divulgado.

Ainda de acordo com o morador, após os disparos, o assassino fugiu em um bicicleta, que foi detida na rua após de cerca de 10 minutos de busca. O caso foi registrado na delegacia de polícia local.

Os familiares da vítima não se identificaram.

DE MÃOS DADAS

No local, vários casacos foram encontrados e analisados por técnicos. “Tudo aponta para o fato de que o crime ocorreu em um momento de discussão entre os dois”, afirmou um delegado da delegacia.

Os familiares da vítima não se identificaram.

Polícia do Instituto Renato Chaves e polícia civil do Distrito de Itaipava estiveram no local. De acordo com o delegado Renato Chaves, responsável pela equipe da DIL, apesar dos primeiros relatos do crime serem apontados para um crime passionais, outras linhas de investigação não serão descartadas. “Confirmação foi levantada

depois de uma investigação detalhada pela polícia”, afirmou o delegado.

Familiares da mulher também estiveram no caso do crime, mas não quiseram informar o nome do agente matador, alegando a dor da vítima, e aguardando se o caso for julgado com dois homens e não com uma filha de sua vida perdida com a família. O caso foi registrado no Conselho Tutelar de Itaipava e deve ser investigado

Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Belém, 25 de julho de 2013. p.5.

A narrativa, no título da Figura 1, faz referência à história de Asmina Batista de Oliveira, 19 anos, morta pelo ex-namorado em julho de 2013. O jornal primeiro afirma “uma discussão entre um casal de namorados acaba em morte”, depois continua “a estudante discutia com um suposto namorado”, segundo as testemunhas, “primeiro ele xingou ela, depois ela jogou uma pedra nele e em seguida, ele sacou um revólver e efetuou três disparos no peito dela”⁸. A narrativa em questão recorre a esse título com o intuito de obter atenção à notícia, é um recurso compreendido dentro da esfera sensacionalista que busca diminuir a gravidade da morte e ridicularizar o crime, “despachar” é um termo presente no vocabulário paraense que faz alusão, em muitos casos, ao término de namoro.

Nesse contexto, emerge o debate sobre o uso da arma de fogo em crimes contra mulheres em Belém, tendo em vista que 195 dos casos encontrados foram executados com a arma de fogo, considerando que estes se dividem estatisticamente entre crimes protagonizados por parceiros ou ex-parceiros íntimos das vítimas, tráfico de drogas, casos de execução, latrocínio e crueldade. Ainda que o maior número de mortes veiculadas no jornal tenha ocorrido com armas de fogo, os números de mortes masculinas envolvendo o mesmo instrumento é maior na realidade brasileira, ocupando 73,2% dos casos, enquanto para mulheres são 48,8%⁹.

Diante disso, outro debate pertinente pode ser apontado a partir dos dados envolvendo arma de fogo nas reportagens, considerando que “somente em 2015, no Brasil, 41.817 pessoas sofreram homicídio em decorrência do uso das armas de fogo, o que correspondeu a 71,9% do total de casos”¹⁰, observa-se um cenário delicado, os *Feminicídios* por arma de fogo encontrados no jornal (excluindo os que não foram executados por pessoas do círculo social da vítima) referem-se a mortes por tráfico de drogas e execuções – essas mortes são resultados de dívidas com o tráfico, por denúncias contra traficantes da localidade, por disputas de áreas dessa comercialização ilegal, por vingança a algum parente da família com envolvimento no varejo das drogas (alguns desses casos ocorrem com as mães dos traficantes) e por violência direta contra a comunidade (quando algum traficante busca impor autoridade no local), esses dados não foram elencados na tabela dos perfis, mas foram retirados dos discursos jornalísticos do *Diário do Pará*.

Uma das grandes problemáticas em relação a estes casos é a distorção que ocorre na veiculação dessas notícias. No caso de usuárias de drogas, em grande parte das narrativas, nota-se insensibilidade e até mesmo espetacularização dos assassinatos, subtende-se nas reportagens que se a vítima não tivesse problemas com entorpecentes, fosse uma “cidadã de bem”, o desfecho letal não aconteceria. Como ocorreu no caso de Mariely Silva Miranda de 33 anos, onde o jornal intitula “Mulher perde a vida para as drogas”¹¹, nesse contexto, o jornal não discute a temática das drogas como problema social, estrutural e de saúde pública, como também não ocorre nos casos de *Feminicídio*.

⁸ *Diário do Pará*. Belém, 29 de julho de 2013. p.5.

⁹ WAISELFISZ, Jacobo Julio. op. cit. p.39.

¹⁰ CERQUEIRA, Daniel. (Coord). et. al. Atlas da Violência 2017. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. IPEA/FBSP. Rio de Janeiro, jun. 2017. p. 45.

¹¹ *Diário do Pará*. Belém, 01 de janeiro de 2012. p.3.

Figura 2: Reprodução Fotográfica do Diário do Pará. “Mulher perde a vida para as drogas”



Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Belém, 01 de abril de 2012. p.3.

A espetacularização emerge quando, em sua narrativa, o jornal busca atrair o leitor com o emocional, no caso de Mariely, destacando a fala de seu irmão. Abraçado ao corpo da irmã, lamentava sua morte “Eu te disse para sair dessa vida e você não me ouviu. Agora estamos chorando e o que vai ser dos teus cinco filhos”, disse Fabrício Miranda¹². O problema não se encontra somente na forma como o jornal veicula as notícias “Mulher é massacrada a tiros na porta de casa”¹³, “Mulher é eliminada com três tiros”¹⁴.

A reflexão que se deve fazer é que essas mulheres não foram mortas porque buscaram esse desfecho, por serem dependentes químicas ou terem tido envolvimento com o tráfico de drogas, elas morreram vítimas das estruturas políticas/sociais permeadas na realidade brasileira, estruturas fundamentadas nas condições de classe, a institucionalização da droga em áreas de periferia, o desemprego, a misoginia, as desigualdades de gênero em um mercado que emprega menos mulheres do que homens e onde a mulher recebe menos exercendo a mesma função de homens, e, por fim, racismo, pois a maior parte das pessoas que vivem na periferia são pessoas negras.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 78,5% da população mais pobre no Brasil são negros (pretos ou pardos), inversamente a 20,8% de pessoas brancas na mesma condição. Sendo 53,6% da população brasileira, pessoas negras, também são maioria nos dados de encarceramento, 726.712 pessoas encarceradas no Brasil em 2017, mais da metade era jovens de 18 a 29 anos e 64% eram negros¹⁵, e nos casos de assassinato, onde a cada 100 pessoas

¹² Ibidem. 01 de abril de 2012. p.3.

¹³ Ibidem. Belém, 07 de julho de 2014. p.3.

¹⁴ Ibidem. Belém, 15 de julho de 2014. p.2.

¹⁵ IBGE Mostra Cores da Desigualdade. Agência IBGE 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 14 jun 2019.

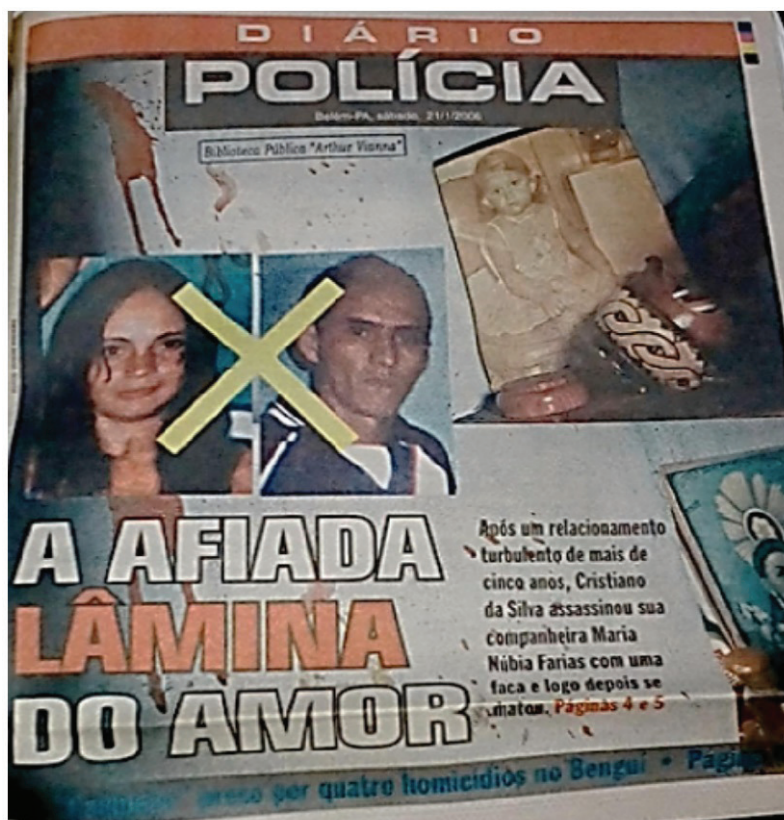
assassinadas, 71 são negras, segundo os dados o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum de Segurança Pública¹⁶.

2. “O Amor com a Corda no Pescoço”

Nesse tópico, serão tratados os casos de *Feminicídio* nos quais foram usadas armas brancas como faca, terçados, martelos, pedaços de pau e a força física dos algozes no que tange os assassinatos por asfixia, estrangulamento, lesões/espancamento. Esses casos foram divididos com o objetivo de destacar o nível de brutalidade exercida pelo assassino contra a vítima, isso não implica dizer que os outros desfechos letais não sejam considerados cruéis, mas a categoria crueldade foi utilizada na pesquisa quando o jornal não aponta uma justificativa para o crime e o mesmo ocorreu com as características de perversidade comuns ao crime em questão.

“O amor com a corda no pescoço”¹⁷ retrata a morte de Cilene Pinheiro dos Anjos, 35 anos, desfecho de uma relação conturbada com o marido, ela foi asfixiada até a morte por seu marido Sandro Melo Carneiro, de 32 anos, que após o ato tentou simular suicídio, amarrando a vítima pelo pescoço com uma corda no telhado. “A afiada lâmina do amor”¹⁸ noticia a morte de Maria Núbia Faria, 29 anos, assassinada com golpes de faca pelo marido, segundo o jornal, desfecho do relacionamento de 5 anos permeados por agressões.

Figura 3: Reprodução Fotográfica do *Diário do Pará*. “A afiada lâmina do amor”



Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Belém, 21 de janeiro de 2006. p. 4 e 5.

¹⁶ CERQUEIRA, Daniel. (Coord). et. al. Atlas da Violência 2017. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. IPEA/FBSP. Rio de Janeiro, jun. 2017.

¹⁷ *Diário do Pará*. 03 de junho de 2006. p. 4 e 5.

¹⁸ Ibidem. 21/ de janeiro de 2006. p. 4 e 5.

Os estudos publicados pelo Ministério da Justiça “*A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*”¹⁹, assim como o Mapa da violência de 2015, evidenciam que os *Feminicídios* Íntimos na maioria dos casos ocorre com objetos cortantes. Na pesquisa, foram identificados 109 assassinatos utilizando facas/terçados²⁰, 20 mortes por estrangulamento/asfixia, 25 por lesões/espantamento e 31 por pauladas, além dos números de casos serem altos, a maioria deles trata-se de casos perpetrados por parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Os crimes acontecem, na grande maioria dos casos, sem a vítima conseguir se defender, fugir, ou pedir socorro, são episódios de intenso ódio desferido pelo algoz.

Percebe-se através das narrativas que os assassinos continuam as ferindo mesmo depois de mortas, as características reveladas pelos estudos desse crime demonstram que os locais das lesões e o uso de extrema violência são comuns, as vítimas costumam ser gravemente feridas nas regiões da cabeça, rosto, pescoço, e nos locais que identificam a anatomia feminina como seios, ventre e vagina, buscando submeter a mulher a intenso sofrimento²¹. Nesses crimes, o caráter misógino fica evidente, o assassino não se contenta com a morte, ele expurga todo o ódio contra a vítima, contra a mulher, em muitos casos das reportagens, foi observado que as vítimas tiveram seu rosto desfigurado com a intensidade dos golpes desferidos pelos assassinos.

Nesse contexto, a grande maioria dos casos encontrados no Diário do Pará cumpre essa característica de barbaridade, “Mulher é assassinada com 12 facadas”²², “Jovem morre com 20 facadas”²³, “Amarrada e morta com 9 facadas”²⁴, “Matou a mulher com terçado na frente dos filhos”²⁵, “Namoro termina com gritos, facadas e morte”²⁶, “36 facadas”²⁷, “10 facadas no pescoço”²⁸.

A partir destes casos, pode-se enfatizar o primeiro caso de *Feminicídio* do Estado do Pará após a instauração da Lei do *Feminicídio*, ocorrido em 20 de abril de 2015. Ingrid Cássia Israel, 28 anos, foi assassinada por seu *personal trainer*, com quem tinha envolvimento afetivo/sexual. O algoz desferiu contra Ingrid 20 facadas, segundo o jornal, ele também utilizou uma tesoura. A vítima foi encontrada sem roupa no chão de seu quarto²⁹.

¹⁹ MACHADO, MRA. (Coord). et al. *A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Governo Federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário; 2015.

²⁰ É uma variante do sabre com lâmina reta ou ligeiramente curva, de ponta aguçada, usada tanto para cortar como para perfurar, popularmente conhecida em Belém do Pará.

²¹ *Feminicídio: Invisibilidade Mata/ Organização: Débora Prado, Marisa Sanematsu; Ilustração Lígia Wang; editor: Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. p. 38.*

²² *Diário do Pará*. Belém, 03 de maio de 2012. p.2.

²³ *Ibidem*. Belém, 06 de junho de 2012. Capa.

²⁴ *Ibidem*. Belém, 30 de julho de 2012. p.7.

²⁵ *Ibidem*. Belém, 20 de setembro de 2012. p. 9.

²⁶ *Ibidem*. Belém, 26 de setembro de 2012. Capa.

²⁷ *Ibidem*. Belém, 08 de dezembro de 2015.

²⁸ *Ibidem*. Belém, 23 de setembro de 2015.

²⁹ *Diário do Pará*. Belém, 21 de abril de 2015. p. 6 e 7.

Figura 4: Reprodução Fotográfica do *Diário do Pará*. “Universitária é assassinada com 20 facadas”



Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Belém, 21 de abril de 2015. p. 6 e 7.

O local do crime é outro padrão evidente dentro dos crimes de *Feminicídio Íntimo*. Comprovado também nas reportagens jornalísticas do *Diário do Pará*, diante dos 388 assassinatos veiculados, 198 foram cometidos em casa, 42 deles sendo testemunhados pelos filhos, contexto que sinaliza essas mortes dentro do ambiente familiar, considerando que 244 desses casos foi protagonizado por namorados, maridos ou ex-companheiros. Nesse sentido, pode-se entender que as mulheres estão inseguras em todos os ambientes que convivem, as reportagens desses crimes, muitas vezes, fazem alusão ao amor, mas não existe lógica entre esses excessos de ódio, menosprezo contra a mulher e o sentimento de afetividade, o que deve ser destacado nessas reportagens é a capacidade de ferir, a má formação da masculinidade desses algozes, o jornal deve promover o combate e conscientização a respeito do crime³⁰.

“No caso do feminicídio cometido por parceiros ou ex, muitas vezes eles matam a mulher em casa, no bairro ou no trabalho, na frente de outras pessoas. São comuns os casos em que o autor não faz questão de ocultar o crime de testemunhas, o que significa que exibir aquilo reforça sua masculinidade, ele se sente autorizado pela sociedade a ter controle de vida e morte sobre a mulher”, exemplifica Andrea Brochier Machado, perita criminal do Instituto Geral de Perícias do governo do Rio Grande do Sul. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 56).

³⁰ *Feminicídio: Invisibilidade Mata/ Organização: Débora Prado, Marisa Sanematsu; Ilustração Lígia Wang; editor: Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. p. 52.*

A masculinidade é, nesse cenário, observada como fator primordial para a permanência dos assassinatos de mulheres, existe uma formação cultural na sociedade que, em grande medida, ainda naturaliza, tolera e legitima os excessos de violência expressos quando o homem ceifa a vida de sua companheira por razões envolvendo ciúme, traição, fim do relacionamento. Nesse sentido, a sociedade tende a compreender que a vítima é culpada, como já apontando na pesquisa, esses *Feminicídios* lidos pelo judiciário como “passionais” eram compreendidos como razoáveis, por terem acontecido em razão da honra masculina.

Segundo a promotora Mariana Seifer Bazzo, nos casos de *Feminicídio*, fazem parte do discurso popular a busca por respostas do crime nas ações tomadas pela vítima, e não pelo autor do assassinato, existe uma afirmação implícita de que a mulher fez por “merecer” a violência³¹, buscou tal desfecho; talvez, se ela tivesse seguido os padrões de comportamento correto, ainda estivesse viva, fato que não aconteceria, a problemática encontra-se nas estruturas sociais impostas à formação de feminilidade e masculinidade. O fato da mulher adquirir autonomia, não obedecer os padrões comportamentais, jamais justificará a violência da qual é vítima, se a violência contra mulher não fosse banalizada e tolerada pela sociedade brasileira, nem negligenciada pelas instituições do Estado responsáveis por esses crimes, muitas dessas mortes seriam evitadas, pois sabe-se que o *Feminicídio* é a última fase de relacionamentos permeados pela violência em sua grande maioria³².

3. Requisites de Crueldade

Nesse artigo, a “crueldade” é um termo utilizado para auxiliar a análise quantitativa, com isso, não se pretende elencar o nível de barbaridade de cada crime, busca-se computar os *Feminicídios* Íntimos e não-íntimos nos quais foi possível observar o ódio ao gênero e quando o jornal não sugeriu uma justificativa durante a narrativa. Entram nesses casos mortes nas quais as vítimas receberam golpes a ponto de desfigurar o rosto, sofreram violência sexual, quando envolveu-se por uma noite com algum homem e teve sua vida tirada, mortas com muitos tiros, diversas facadas. Nota-se nesses casos que o desfecho poderia ser de menor intensidade, porém, como o ódio ao gênero é um elemento presente nesses crimes, pôde-se notar a crueldade mesmo quando o algoz não conhece a vítima.

São os casos de *Feminicídio* nos quais não foi possível identificar o assassino, geralmente essas notícias apontavam requintes de crueldade e violência sexual. Como exemplo desses casos, foram escolhidos duas mulheres conhecidas pelos moradores da localidade como “Morena”, os crimes aconteceram em Ananindeua, um aconteceu em 2013³³ e o outro, em 2014³⁴. A primeira “Morena” era garota de programa, sem mais identificações, o jornal aponta a idade dela entre 25 e 30 anos, “ela foi encontrada com a cabeça enterrada na vala”³⁵, com marcas de luta corporal, a imagem que acompanha a reportagem é chocante, demonstrando barbárie por parte do algoz.

³¹ Idem. p. 52.

³² Ibidem. p. 58.

³³ Diário do Pará. Belém, 02 de janeiro de 2013. p. 5.

³⁴ Ibidem. Belém, 14 de outubro de 2014. p. 3 e 4.

³⁵ Ibidem. Belém, 02 de janeiro de 2013. p. 5

Figura 5: Reprodução Fotográfica do *Diário do Pará*. “Garota de programa é morta com a cabeça na vala”



Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Belém, 02 de janeiro de 2013. p. 5.

A segunda "Morena" foi "torturada, assassinada e desovada em terreno baldio"³⁶, com aparentes 30 anos, sem mais identificações, ela foi encontrada "torturada, amarrada com arames, cordas, fitas adesivas e colocada dentro de sacos também fechados", a polícia não teve pistas para encontrar o assassino em ambos os casos. A imagem que acompanha a reportagem do assassinato de 2014 também é muito explícita e causa desconforto; em ambos os casos, a crueldade é evidenciada.

Figura 6: Reprodução Fotográfica do *Diário do Pará*. “Mulher é torturada e morta com golpes na cabeça”



Fonte: *Diário do Pará*. Belém, 14 de outubro de 2014. p. 3.

³⁶ Ibidem. Belém, 14 de outubro de 2014. p. 3 e 4.

Os contextos nos quais os *Feminicídios* ocorrem são plurais, eles podem acontecer no âmbito privado ou público, em diversas circunstâncias e contextos, o menosprezo em relação ao gênero feminino é a base para ocorrência desses fatos. Segundo a ONU mulheres³⁷, são assassinatos marcados pelos requintes de crueldade, sempre submetendo a mulher a grande sofrimento mental e físico, com a presença de tortura, alvejando as regiões do corpo associadas ao feminino, como aconteceu com as mulheres acima citadas³⁸.

4. Vidas Negras Importam

Tabela 02: Perfis das Vítimas e Assassinos (2006-2015)

	Negra (o)	Branca(o)	Não Branca (o)	Sem Identificação
Vítimas	64	36	104	184
Assassinos	37	9	44	291

Fonte: Jornal *Diário do Pará*. Disponível na Biblioteca Arthur Vianna.

Interpreta-se a partir da tabela que, nas reportagens nas quais puderam ser observadas a cor das vítimas e assassinos, existe uma significativa discrepância entre pessoas brancas e pessoas negras/não brancas. A quantidade de pessoas brancas envolvidas nesses crimes (onde as vítimas estavam expostas) é igual a 45 casos, enquanto que o número de pessoas negras/não brancas é de 249, envolvendo nesse cálculo as vítimas e algozes. A identidade racial dos algozes foi verificada quando o jornal disponibilizava fotografias deles, geralmente quando eram capturados pela polícia ou nos casos que eles cometiam suicídio após matar a vítima. A categoria “não branca” e “não branco” surge nessa pesquisa para se referir a pessoas negras de pele clara, metodologia adotada ao perceber que, em muitos casos, os corpos expostos eram negros, porém não retintos, por isso, faz-se necessário explicar o colorismo como quesito de análise, essa metodologia só foi possível em razão das imagens coletadas do ano de 2006 a 2015, com vítimas e assassinatos expostos, serem coloridas no periódico³⁹.

O conceito de colorismo foi cunhado pela primeira vez na década de 80 por Alice Walker⁴⁰ no contexto norte-americano, a partir disso adaptado por algumas autoras ao cenário brasileiro, a teórica Lélia Gonzalez⁴¹ suscita reflexões a respeito desse conceito que está atrelado tanto a discriminações como a privilégios. O colorismo torna-se eminente a partir do contexto de mestiçagem da popula-

³⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes Nacionais do Feminicídio para Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília-DF: ONU Mulheres Brasil. 2016.

³⁸ Feminicídio: Invisibilidade Mata. op. cit. p. 52.

³⁹ A categoria de análise definindo a identidade racial das vítimas e dos assassinos (não brancas e não brancos) não estava definida pelo jornal *Diário do Pará*, foi um critério definido pela autora do artigo, por compreender essa definição como coerente para a análise, a partir de Giovana Xavier da Conceição Nascimento em seu artigo “Os perigos dos Negros Brancos: Cultura Mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 199-1920)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 69, p.155-176, 2015. Destaco que esta análise pode ser refutada, visto que a raça no Brasil é autodeclarada/autodefinida. Minha intenção é demarcar um explícito recorte racial diante das violências aqui observadas.

⁴⁰ Alice Malsenior Walker (Condado_de_Putnam_(Geórgia), 9 de fevereiro de 1944) é uma escritora estado-unidense e ativista feminista. Romancista, contista, poetisa, ensaísta, feminista e ativista. Em 1983, aos 39 anos de idade, ganhou o Prêmio Pulitzer pelo aclamado romance *A Cor Púrpura*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-9-de-fevereiro-de-1944-nascia-alice-walker/>> acesso em: 14 jun de 2019.

⁴¹ Lélia Gonzalez é das vozes que desconstrói o mito da democracia racial denunciando que o sistema escravista-patriarcal brasileiro não se constitui sobre bases harmônicas, mas na violência racial e sexual que se reproduz desde a colonização na sociedade brasileira. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/colorismo-e-o-mito-da-democracia-racial/>> acesso em: 14 jun de 2019.

ção brasileira, ele situa-se nas relações sociais determinando os níveis de violência, oportunidades, ou, nos casos de *Feminicídio*, o direito à vida, baseados no tom de pele, quanto mais escura for a pele, mais vulnerável poderá estar sua qualidade de vida. Evidentemente, esse conceito não torna estáticas as dinâmicas sociais, assim, excluindo as exceções dessa análise, essa perspectiva corrobora com as estatísticas, principalmente ao focar as mulheres negras, entendendo aqui que as mulheres “não brancas” são também mulheres negras só que de pele clara.

Nesse contexto, Giovana Nascimento conceitua, a partir de autoras norte-americanas, o colorismo como “o sistema de segregação intrarracial baseado na tonalidade da pele, trazendo como consequência a ‘pigmentocracia’”. Ou seja, o privilégio da pele clara (*light skin*) em relação à escura (*dark skin*) no tocante às oportunidades de mobilidade social”⁴². Gonzalez aponta que os privilégios associados aos negros de pele clara no Brasil, estabelecendo hierarquias baseadas no colorismo, advém do período da escravidão, seguido pelas teorias eugenistas em 1883, que propagavam a miscigenação como a causa da degeneração racial e social, destacando que as capacidades humanas estavam ligadas a hereditariedade, perpassa a imagem negativa da mestiçagem propagada desde a década de 1930, alcançando o mito da democracia racial brasileira⁴³.

Esse processo é diretamente influenciado pelas políticas eugênicas e pelos valores da supremacia branca, que estimularam o colorismo negro, um sistema de hierarquização dos sujeitos com base na cor mais clara ou escura. (NASCIMENTO, 2015, p. 157).

Nesse sentido, o uso do colorismo para apontar a diferenciação entre as mulheres brancas e negras foi uma estratégia para dar visibilidade à realidade a que as mulheres negras estão submetidas, entendendo que, ao tratar de *Feminicídio*, mulheres negras de pele clara ou escura são as maiores vítimas, embora quanto mais escura a pele maior seja a vulnerabilidade da mulher. Segundo o Instituto Patrícia Galvão, as mulheres negras são 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica (Balanço do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher/2015), 53,6% das vítimas de mortalidade materna (SIM/Ministério da Saúde/2015), 65,9% das vítimas de violência obstétrica (Cadernos de Saúde Pública 30/2014/Fiocruz), 68,8% das mulheres mortas por agressão (Diagnóstico dos Homicídios no Brasil – Ministério da Justiça/2015), tem duas vezes mais chances de serem assassinadas que as mulheres brancas (Taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre as brancas e 7,2/100 mil entre as negras (Diagnóstico dos homicídios no Brasil. Ministério da Justiça/2015)⁴⁴.

O *Feminicídio* é um fenômeno presente em todos os âmbitos sociais podendo acometer todas as mulheres independentemente de sua raça, etnia, sexualidade, posição socioeconômica, e ser executado por todos os homens considerando os mesmos marcadores acima citados, no entanto, o recorte racial observado nas reportagens reafirma que pessoas negras e não brancas estão mais envolvidas nestes casos do que pessoas brancas. Como afirmam pesquisas sobre o tema, a desigualdade de gênero é um fenômeno perversamente social e democrático, violenta todas as mulheres, mas as vulnerabilidades não são as mesmas para todas, os riscos e a incidência são maiores a depender de categorias sociais ou identitárias⁴⁵.

⁴² NASCIMENTO, Giovana Xavier da Conceição. Os perigos dos Negros Brancos: Cultura Mulata, classe e beleza eugênia no pós-emancipação (EUA, 199-1920). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 69, p.155-176, 2015.

⁴³ GONZALEZ, Lélia. Colorismo e o Mito da Democracia Racial. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/colorismo-e-o-mito-da-democracia-racial/>> Acesso em: 14 jun. 2019.

⁴⁴ *Feminicídio: Invisibilidade Mata*. op. cit. p. 39.

⁴⁵ *Feminicídio: Invisibilidade Mata*. op. cit. p. 60.

Nesse sentido, somente o movimento de interseccionalização consegue aprofundar as diversas realidades presentes tanto nas relações sociais como na mentalidade que fomenta a realidade da violência de gênero no Brasil. Assim, ao interseccionar o debate sobre *Feminicídio*, destaca-se que é imprescindível romper o silêncio dessa realidade, é necessário mostrar que a vida de pessoas negras importa, sobretudo a de mulheres negras, entendidas como a antítese da branquitude e da masculinidade, como afirma a pesquisadora Grada Kilomba, “por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. [...] ocupamos uma carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos”⁴⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o *Feminicídio* das mulheres amazônidas e suas representações por meio do jornal Diário do Pará, permite afirmar que a morte de mulheres desencadeadas pelo ódio ao gênero se trata de uma problemática social, fundamentada em um contexto histórico marcado por relações assimétricas de poder – patriarcado – nos quais os homens são favorecidos. Os assassinatos de mulheres não são fatos isolados, existem no mundo todo, e são derivados da formação social das masculinidades e feminilidades baseadas em papéis de gênero, resultantes da supremacia racial, étnica, econômica e sexual.

Nesse sentido, compreende-se que as representações jornalísticas dos assassinatos de mulheres reflete esse cenário, entendendo o discurso/representação como associados às estruturas dominantes, pautadas no machismo, racismo, nas influências políticas, garantindo a supremacia de uma classe detentora de poder, o *Feminicídio* em si também é resultado dessa dominação, logo, o jornal Diário do Pará contribui de modo efetivo para a permanência dos discursos de dominação masculina e desumanização das vítimas desse crime.

Diante disso, essa pesquisa busca elucidar que as discussões a respeito da violência de gênero e dos assassinatos de mulheres envolvem definidos recortes sociais que subalternizam grande parte da população brasileira, envolvendo diretamente o contexto amazônico, refletindo nas representações encontradas do tema na Região Metropolitana de Belém do Pará. Dar visibilidade ao tema suscita um movimento político, ideológico e epistemológico que poderá promover reverberação social.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI, D. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

BARBOSA, M; Enne, ALS. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. *ECO-PÓS*- v. 8, n.2, ago-dez. 2005.

BORELLI, Andrea. *Matei por Amor*. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

⁴⁶ RIBEIRO, Djamila. Apud KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Munster: Unrat Verlag, 2012. p. 56.

BRASIL. Lei N° 13.104, de 9 de Março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.2015>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Sistemas de Comunicação na Amazônia. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, v. 14, n. 3, nov./dez. 2012.

CERQUEIRA, Daniel. (Coord). et. al. *Atlas da Violência 2017*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. IPEA/ FBSP. Rio de Janeiro, jun. 2017.

CHAUÍ, M. *Representação política e enfrentamento ao racismo*. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/palestra-marilena-chau>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Chauí em Sobre mulher e violência. *Perspectivas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, n. 4, 1985.

CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. Disponível em: <<https://goo.gl/KfjTSp>>. Acesso em: 29 maio de 2019.

DIÁRIO OFICIAL. República Federativa do Brasil – Estado do Pará. Ano CXXVIII da IOE 129 da República n° 33.799. Belém, 07 de fevereiro de 2019.

DIAS, ARF. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: Cortez; 2003.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O Gênero Negro: Apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016.

GARCIA, LP; Freitas, LRS; Hofelmann, DA. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. *Epidemiol Serv Saude*. 2013 jul/set; 22(3):383-94.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Estudos Sociais Hoje*, Brasília: ANPOCS, p. 223-244, 1984.

IBGE MOSTRA CORES DA DESIGUALDADE. Agência IBGE 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>> Acesso em: 14 jun 2019.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS; Cecília MacDowell. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, Universidade de Tel Aviv, em 2005.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla Bassanezi. (org) *Fontes históricas*. São Paulo: contexto, 2006.

MACHADO, MRA. (Coord). et al. *A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Governo Federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário; 2015.

MENEGUEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9):3077-3086, 2017.

NASCIMENTO, Giovana Xavier da Conceição. Os perigos dos Negros Brancos: Cultura Mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 199-1920). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 69, p.155-176, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Diretrizes Nacionais do Femicídio para Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília-DF: ONU Mulheres Brasil. 2016.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 37. Campinas: Editora Unicamp; 2011.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SAAD, Maria Amélia Pedro. *A Trama das Mulheres Invisíveis: Análise da Abordagem de Femicídio Íntimo no Jornalismo Popular*. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2018.

SELIGMAN, L. *Jornais Populares de Qualidade: ética e sensacionalismo em um novo fenômeno no mercado de jornalismo impresso*. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_10_lauraseligman.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SENADO. *Dialogando sobre Lei Maria da Penha*, 2016. Disponível em: <<http://saberes.senado.leg.br>>. Acesso em: 19 set. 2018.

WASELFSZ, Jacobo Julio. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. 1ª Edição, Brasília, 2015.

Uma Reflexão Sociológica do Desemprego entre as Mulheres no Brasil

Una Reflexión Sociológica del Desempleo entre Mujeres en Brasil

A Sociological Reflection of Unemployment among Women in Brazil

Ivanete Modesto do Amaral

Resumo: Este artigo procura refletir o desemprego definido inicialmente como uma categoria social objetiva – que se materializa em dados estatísticos institucionais/oficiais – e subjetiva – de percepção da realidade, onde esse fenômeno não afeta os indivíduos de maneira homogênea no espaço econômico da experiência de trabalho. É constituído pelas relações sociais, sobretudo pelas relações de gênero. Buscou-se estatísticas de órgãos oficiais como o IBGE e Ministério do Trabalho que, baseados na PNAD Contínua e Caged, mostram a vulnerabilidade das mulheres como as mais afetadas entre o contingente de desempregados no Brasil, nos anos 2017/2018. Os resultados apresentam o maior índice do desemprego recaindo sobre as mais jovens e com baixa escolaridade.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Desemprego. Sociologia Econômica. Gênero.

Resumen: Este artículo busca reflejar el desempleo inicialmente definido como una categoría social objetiva – materializada en datos estadísticos institucionales / oficiales – y subjetiva – de percepción de la realidad, donde este fenómeno no afecta a los individuos de manera homogénea en el espacio económico de la experiencia laboral. Consiste en relaciones sociales, especialmente relaciones de género. Se buscaron estadísticas de organismos oficiales como el IBGE y el Ministerio de Trabajo que, con base en PNAD Contínua y Caged, muestran la vulnerabilidad de las mujeres como las más afectadas entre el contingente de desocupados en Brasil, en los años 2017/2018. Los resultados muestran que la tasa de desempleo más alta recae sobre los más jóvenes y los menos educados.

Palabras clave: Mercado Laboral. Desempleo. Sociología Económica. Género.

Abstract: This article seeks to reflect unemployment initially defined as an objective social category – materialized in institutional / official statistical data – and subjective – of perception of reality, where this phenomenon does not affect individuals homogeneously in the economic space of work experience. It consists of social relations, especially gender relations. Statistics from official bodies such as the IBGE and the Ministry of Labor were sought, which, based on PNAD Contínua and Caged, show the vulnerability of women as the most affected among the contingent of unemployed in Brazil, in the years 2017/2018. The results show the highest unemployment rate falling on the youngest and the least educated.

Keywords: Labor Market. Unemployment. Economic Sociology. Genre.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo mostrar uma reflexão sociológica do desemprego entre as mulheres no Brasil, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao último trimestre de 2017 e início de 2018, complementando com informações da pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Sabe-se que a crescente ampliação do desemprego é um dos principais problemas brasileiros, segundo pesquisadores e estudiosos do assunto. É quase consenso de que a melhor forma para reduzir o desemprego é o crescimento econômico com geração de empregos. Tradicionalmente, o desemprego é maior entre as mulheres e, assim como os jovens, os pretos e pardos, a população feminina é ainda uma das mais afetadas pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. Isso parece evidente quando se considera a desigualdade social na inserção ocupacional, gerada a partir de padrões distintos como, por exemplo, níveis de rendimento, níveis de escolaridade, etc.

Observa-se que o desemprego feminino é ainda duradouro, menos visível e mais tolerado, difícil de sair desse cenário a partir dos instrumentos de medida estabelecidos, visto que as mulheres levam mais tempo desempregadas do que os homens. Isto parece não ser considerado um problema social, motivo que desperta reflexões sociológicas no sentido de que as mulheres continuam a ter menor representação entre a população ativa e maior entre os desempregados, sendo este um ponto importante para estudar o tema e mostrar a relevância da discussão.

Muito embora as mulheres venham cada vez mais ocupando um espaço significativo no mercado de trabalho, porém, uma observação maior sobre essa crescente inserção, revela a persistência de desigualdades em relação à condição masculina no que diz respeito às oportunidades, aos rendimentos e à qualidade de emprego. Isto significa dizer que, para a sociedade, ele (o desemprego feminino) parece ser menos grave, menos perturbador e menos preocupante onde, nas políticas públicas de emprego, a luta contra o desemprego das mulheres jamais foi colocada como prioridade (MARUANI, 2011), ainda que as mulheres sejam provedoras supostamente de 40% dos domicílios brasileiros e, em outros tantos, sua contribuição à renda familiar seja imprescindível.

No Brasil, a categoria desemprego como categoria estatística (objetiva) é considerada ambígua e marcada por tensões. Isto se explica, em parte, porque o processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego segue as normas internacionais definidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orientam a construção das estatísticas oficiais. Ou seja, essas normas seguem elas próprias certas representações do trabalho dominante nos países desenvolvidos que paralisam certo estado das relações sociais de classe naqueles países e exprimem, em termos estatísticos, a norma do “emprego estável”¹. São essas representações muitas vezes questionadas pelas instituições que propõem formas alternativas de medir o desemprego no Brasil, como o próprio IBGE.

Analisar o desemprego no Brasil não é algo simples se pensarmos que órgãos oficiais como o IBGE, por exemplo, utilizam conceitos, classificações e métodos prescritos no âmbito

¹ Nos argumentos de Meleu e Massaro (2017), a realidade da normatização do trabalho de caráter social, regulatório e balizador, também sente os reflexos do fenômeno globalizante, que empurra para a uniformização as relações entre capital e trabalho, desconhecendo, deliberadamente, realidades diferentes entre os diversos países do mundo.

da OIT para medição dos níveis de emprego. Isso acaba refletindo na complexidade que há no mercado de trabalho, até porque leva a questionamento dos próprios pesquisadores/especialistas de que não é possível analisar o mercado de trabalho brasileiro apenas com o Caged, uma vez que a economia tem uma alta taxa de informalidade. Por isso, a Pnad Contínua costuma ser mais utilizada no cálculo de desemprego.

Diante disso, levantam-se questionamentos assim descritos: a) qual é a definição de desemprego proposta pela OIT que os países devem seguir? b) Como é definida a categoria desempregado(a) no Brasil e quais são os critérios metodológicos? e c) Qual a taxa de desemprego entre as mulheres no Brasil e como é medido esse desemprego considerando que, no geral, o termo habitualmente utilizado pelas estatísticas oficiais é de “desocupado”? Essas questões estão no centro de discussão deste artigo e serviram de base para o objetivo que se propôs, o de analisar, numa visão sociológica, o desemprego das mulheres como categoria objetiva (estatísticas oficiais) e subjetiva (enquanto construção social).

Em um país como o Brasil, marcado por uma forte precariedade do trabalho, o que está em xeque é o próprio conceito de trabalho que, aliás, é uma problemática de consequência global. Assim sendo, as formas de desemprego, bem como as categorias da população ativa, os tipos de emprego, subemprego ou não empregos, são considerados elementos socialmente constituídos e, como tal, devem ser estudados.

Dessa forma, vale lembrar sob a ótica da sociologia econômica que não é mais possível compreender o mercado apenas como premissa da ação econômica ou como um mecanismo abstrato cujo estudo é feito de maneira estritamente dedutiva, mas como resultado concreto de formas específicas socialmente determinadas de interação social, isto é, compreendê-lo sob o ângulo social (estruturas sociais) onde o estudo sobre os seus mecanismos pode ser realizado de maneira “indutiva e subjetiva”. Nesse sentido, mercado de trabalho evidencia mecanismos de relações sociais (ABRAMOVAY, 2004).

No tocante à metodologia utilizada para a elaboração deste artigo, foram revistas fontes estatísticas dos órgãos oficiais no Brasil que trabalham com a medição do emprego e desemprego, isto porque o interesse por este estudo foi despertado quando da leitura sobre os resultados das pesquisas mostradas por esses órgãos, tais como: PNAD/IBGE, CAGED entre outros, que apresentaram índices elevados do desemprego das mulheres no último trimestre de 2017 e início de 2018.

A partir do conhecimento desses dados estatísticos, se despertou para uma reflexão mais aprofundada que levou a questionamentos já citados anteriormente, os quais ampliaram as leituras e releituras de autores da sociologia econômica, da sociologia do trabalho e, como complemento teórico, da sociologia do desemprego, sendo esta, aparentemente, uma perspectiva de leitura nova para a pesquisadora, que precisou entender melhor: o que significa a categoria social de desempregado? Justificando-se o estudo da abordagem sociológica do desemprego.

Como produto final deste estudo, o artigo estrutura-se em três seções e mais a Conclusão. A primeira seção trata da Introdução, que mostra uma rápida contextualização do tema, incluindo-se a justificativa, objetivo, problema e metodologia. Em seguida, na segunda seção, faz-se uma discussão das categorias teóricas centrais neste artigo: Mercado de Trabalho, Emprego/desemprego, gênero (mulheres desempregadas) se apoiando numa abordagem sociológica

(sociologia econômica, sociologia do Trabalho e sociologia do desemprego). Continuando, na terceira seção, apresentam-se os índices percentuais sobre o desemprego das mulheres no Brasil, ilustrados através de imagens visuais gráficas (infográficos) por órgãos oficiais, seguidos de uma breve discussão desses dados empíricos.

1. Elementos Histórico/Teóricos do Desemprego

Nas últimas décadas do século XX e nas atuais do século XXI, o crescimento do desemprego provocou uma retomada do debate teórico com relação às causas desse fenômeno que se manifesta em dimensão global. Desde o início dos anos setenta, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, alicerçado pelo pleno emprego e forte intervenção do Estado Protetor, que as taxas de desemprego começaram a crescer rapidamente, o que torna o desemprego um fenômeno durável. Aqui no Brasil, atinge parte expressiva da população trabalhadora.

Por muito tempo, o desemprego foi um tema de pesquisa que ficou limitado aos economistas, considerados os especialistas em estudar e avaliar as grandes transformações no mercado de trabalho. Na visão de estudiosos, o social ocupava um papel secundário, o que significa dizer, conforme as autoras Maruani & Reynaud (2004), que o desemprego permaneceu um objeto de estudo relativamente periférico, com pesquisas sociológicas muito distantes dos desempregados, pois mostrava estar mais próximo de temas como, por exemplo, a pobreza, do que dos tradicionais temas relativos ao mundo do trabalho: as empresas, as relações e processos de trabalho, a qualificação dos trabalhadores e as tecnologias, assuntos estes de grande interesse aos sociólogos. Assim, o tema do desemprego escapava aos quadros de referência estabelecidos pela sociologia do trabalho.

Contudo, foi no início dos anos 80 do século XX que as pesquisas sobre emprego e desemprego e, precisamente, uma sociologia do desemprego ganharam ênfase por meio de novos estudos e pesquisas que passaram a se consolidar em termos de categoria social. Nesse período, surgiram propostas teórico-metodológicas que vão iniciar uma abordagem do desemprego enquanto “categoria oficial” e “institucional”, que levam a uma abordagem dos processos subjetivos de categorização do desemprego a partir de pesquisas sobre vivências e experiências dos desempregados.

1.1 Definição do Desemprego pela Economia e Sociologia

Do ponto de vista econômico, o desemprego é analisado como o resultado de processos econômicos em transformação (produção e consumo, oferta e demanda de mão-de-obra, renda, lucro, investimentos, etc.) ou, como o resultado de um desequilíbrio, seja dos fatores econômicos e dos preços, seja dos mecanismos de regulação. Na visão de Proni (2015, p.1),

Empiricamente, as oscilações na taxa de desemprego acompanham as flutuações da atividade econômica: em períodos de depressão econômica o desemprego se torna uma questão social de maior proporção; em períodos de crescimento do nível de atividade o problema tende a diminuir. Mas, a causa do problema pode variar de acordo com o perfil dos desempregados, sendo neces-

sário verificar se a privação de trabalho é generalizada ou atinge só os grupos mais vulneráveis e medir o tempo médio que permanecem desempregados².

Com relação à parte teórica sobre o desemprego, o autor Proni argumenta:

O debate teórico sobre o desemprego exprime outro rol de preocupações, procurando discutir se o problema resulta de mecanismos inerentes ao desenvolvimento capitalista ou de interferências externas ao funcionamento dos mercados, se decorre de condições estruturais ou de atributos individuais. Do ponto de vista macroeconômico, pode-se argumentar que o desemprego corresponde a uma situação involuntária, na qual há geração insuficiente de postos de trabalho para ocupar o conjunto da população trabalhadora. Numa perspectiva microeconômica, pode-se supor que o desemprego decorre de escolha voluntária motivada pela generosidade do seguro-desemprego, que desestimula o desempregado a aceitar um salário menor (PRONI, 2015, p.1-2).

Por outro lado, em se tratando de análise de desemprego, os economistas Passos e Nogami (2005), argumentam que as causas desse fenômeno podem variar a partir de, pelo menos, quatro tipos de desemprego: 1) desemprego friccional ou natural – indivíduos que se encontram desempregados temporariamente, porque estão mudando de emprego ou, porque estão procurando emprego pela primeira vez. Recebe esta nomenclatura porque o mercado de trabalho, segundo os autores, opera com atrito, não combinando trabalhadores e postos disponíveis de trabalho, sendo que sua duração vai depender dos benefícios dados aos desempregados, como o seguro desemprego; 2) desemprego estrutural – consequência das mudanças estruturais da economia tais como, mudanças nas tecnologias de produção ou nos padrões de demanda dos consumidores; 3) desemprego sazonal – ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividades econômicas tais como agricultura e turismo, e que acabam causando variações na demanda de trabalho em diferentes épocas do ano; 4) desemprego cíclico (involuntário ou conjuntural) – ocorre quando se tem uma recessão da economia, o que significa retração na produção. As empresas são obrigadas a dispensar seus funcionários para cortar despesas.

Portanto, pode-se dizer que a maneira como os economistas analisam o problema, ou seja, a dimensão do desemprego no interior do mercado de trabalho, geralmente, é vista como resultante da insuficiência geral de demanda efetiva na economia nacional. E romper com esse modo de pensamento em direção a uma perspectiva sociológica significa não apenas problematizar o desemprego como categoria analítica, mas de abordá-lo como categoria prática a partir da qual os atores sociais concretos agem no mundo social. Significa dizer que o desemprego não deve ser olhado somente pelos dados das estatísticas oficiais, mas adotar uma *episteme*, um conhecimento metodológico/científico que possa compartilhar especificidades e objetos de estudo diferentes do conhecimento econômico, problematizando o desemprego em direção ao modo como este fenômeno aparece e é definido no mundo social, como uma categoria prática dos atores sociais, situados no mundo.

² A Organização Internacional do Trabalho define o desemprego como uma situação em que o indivíduo: i) não está economicamente ocupado, ii) está disponível para trabalhar e iii) tomou alguma providência para procurar um trabalho remunerado. Embora essa definição seja amplamente aceita, há controvérsia sobre a classificação de pessoas que trabalham de forma esporádica, provisória e improvisada, ou que não procuram trabalho porque estão desalentadas e sem perspectiva de contratação. Ou seja, a privação de um emprego pode se manifestar de maneiras distintas, dificultando a mensuração do fenômeno. Mas, em geral, tais nuances não são consideradas nas teorias sobre o desemprego (PRONI, 2015,p.1).

A noção de crise, por exemplo, num contexto do mercado de trabalho, refere-se, sobretudo, a uma crise de emprego. Nestes termos, as mutações no mercado de trabalho e o déficit estrutural de empregos manifestam-se não apenas por uma escassez na geração de novos postos de trabalho, mas também por um processo de precarização do emprego. Multiplicam-se as modalidades de contratação até então consideradas atípicas, como o contrato de trabalho por prazo determinado, o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, os estágios e os contratos relacionados à aprendizagem profissional.

Para a sociologia do desemprego, é a “norma do desemprego” que é posta em questão, tendo em vista a implosão da representação tradicional do desemprego como privação provisória e transitória de emprego. Na compreensão de Demazière (2003), o desemprego torna-se não apenas um fenômeno de massa, mas também uma experiência cada vez mais recorrente e prolongada nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. É um fato que produz um efeito importante tanto sobre as identidades desses trabalhadores privados de emprego como sobre o “estatuto social” dos mesmos, a partir das políticas públicas de tratamento e combate ao fenômeno.

Nas explicações de Demazière (2003), o desemprego é estudado em duas categorias: 1) analítica – estudado pelos cientistas sociais para investigar o mundo social; e 2) prática – mobilizado pelos atores sociais para interpretar e orientar seus comportamentos nesse mundo. Portanto, a proposta da sociologia do desemprego é pela categorização social, no sentido de que o desemprego é uma categoria prática onde a noção de crise do desemprego produz um efeito importante sobre as identidades dos trabalhadores sem emprego, problema crucial por parte dos desempregados de longa duração.

1.2. Definição do Desemprego pela OIT e a Categorização Estatística no Brasil

Para o autor Vargas (2008), a categoria desemprego como categoria estatística é ambígua e marcada por tensões. Por um lado, o processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego segue as normas internacionais definidas no âmbito da OIT, por outro, tensões internas à sociedade brasileira implicam a produção de novas formas de categorização estatística. Isto porque a causa do fenômeno do desemprego pode ter diferentes explicações, peculiares a cada nação. Segundo a PNAD Contínua/IBGE, o quantitativo de desocupados no Brasil, nos anos 2017/2018, era de 12,5 milhões de pessoas. Para Galeazzi (2002), isso leva a definir o desemprego como “a ausência de trabalho acompanhada da disponibilidade de trabalhar, com a busca por trabalho”. Ou seja, uma categorização utilizada pelo IBGE a partir das normas da OIT.

Nos argumentos de Vargas (2008), as normas definidas pela OIT caracterizam o desemprego a partir de três critérios fundamentais: 1) Estar sem trabalho remunerado durante o período de referência da pesquisa (semana precedente); 2) Estar imediatamente disponível para trabalhar; e 3) Procurar efetivamente um trabalho remunerado (semana ou 30 dias precedentes). Nesse caso, ela exclui todos aqueles que ocupam um trabalho ou emprego irregular, instável ou ocasional.

No Brasil, essa situação de emprego irregular é particularmente das pessoas que realizam os chamados “bicos” e “trabalhos eventuais”. As pessoas que não estão imediatamente disponíveis são também excluídas. É o caso, por exemplo, das mulheres que, desejando ter um emprego, não podem procurar ou assumir um trabalho por causa de responsabilidades e compromissos domésticos imediatos. Os desempregados mais velhos e os desempregados desencorajados que ficam

durante longos períodos sem procura e sem esperança de obter um trabalho, são também excluídos desta categoria devido à ausência de atitudes comportamentais concretas que atestem a procura de trabalho durante o período de referência.

Como em outros países, no Brasil existem diferentes instrumentos destinados à contagem do número de desempregados. As pesquisas do IBGE³ (PNAD Contínua) e do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged) constituem dois tipos distintos de metodologias destinadas a medir o fenômeno do desemprego. As diferentes maneiras de conceber o trabalho e de categorizar o desemprego, nestas pesquisas, expressam as tensões e ambiguidades das formas, relações e representações do trabalho e da privação do trabalho na sociedade brasileira.

Importante lembrar que o IBGE não utiliza o termo “desemprego” como indicador de “privação do trabalho” e, sim, refere-se ao termo “desocupação”. E, para ser considerado desocupado, o trabalhador precisa estar sem trabalho, à procura de trabalho e imediatamente disponível. A aplicação desses critérios fixados pela OIT para definir o desemprego é bastante problemática em um país como o Brasil, marcado pela forte presença de formas e relações de trabalho não assalariadas e altamente precárias.

O primeiro dos instrumentos de contagem dos desempregados são os censos demográficos, realizados no Brasil a cada dez anos (IBGE, 2010). No intervalo entre dois censos, realiza-se a contagem da população. A fase de coleta do Censo 2020, que compreende a aplicação do questionário básico e da amostra, será realizada entre os meses de agosto a outubro do próximo ano de 2021.

Ainda segundo o autor Vargas (2008), a partir do Censo de 2000, foram introduzidas várias inovações metodológicas no que se refere à questão do trabalho. Essas modificações visaram não apenas dar conta das transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos, mas também adequar às pesquisas realizadas no país às orientações internacionais. Para esse autor, as mais importantes modificações desse Censo foram:

a) Definição de atividade e o conceito de trabalho. Até o censo de 1991, o cálculo da população economicamente ativa – PEA era mais restrito, abrangendo tanto o trabalho remunerado (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) como o trabalho não remunerado na ajuda de algum negócio ou estabelecimento. Porém, apenas eram considerados ocupados os indivíduos que trabalhavam 15 horas semanais ou mais. Os que trabalhavam menos de 15 horas semanais eram considerados inativos.

b) O conceito de atividade e, portanto, de trabalho foi ampliado. Nesse sentido, passou-se a incluir na população ativa ocupada, os indivíduos ligados à produção doméstica para o autoconsumo e/ou que trabalham menos de 15 horas por semana sem remuneração. Tal modificação, ao ampliar a população economicamente ativa e ocupada, afetou diretamente o cálculo das taxas de desocupação que tendem a ser menores.

c) Idade de referência para definir a população em idade ativa. Antes de 2000, eram apenas passíveis de serem considerados ativos os indivíduos de 15 anos ou mais. A partir do censo de 2000, esse limiar é reduzido para 14 anos de idade, o que pode acarretar em alteração no cálculo da população economicamente ativa.

Vale ressaltar que, a partir da PNAD de 1992, o conceito de trabalho abrange os seguintes aspectos: trabalho remunerado (doméstico ou não doméstico); trabalho não remunerado para outrem (familiar ou não); e trabalho não remunerado no domicílio.

³ O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o órgão oficial brasileiro encarregado do sistema estatístico de medição do desemprego.

O processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego também está marcado pelas ambiguidades e tensões que perpassam o conjunto da sociedade brasileira e de seu mundo do trabalho. Isto significa dizer que, na publicação de seus indicadores, o IBGE apresenta várias definições para o desemprego:

- a) desemprego aberto – pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos sete dias;
- b) desemprego oculto pelo trabalho precário – pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou até doze meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste. Por outro lado, fala-se do desemprego oculto pelo desalento onde as pessoas não procuraram trabalho nos últimos trinta dias por desestímulos ou circunstâncias.

2. Sobre o Desemprego das Mulheres no Brasil: os dados dos Órgãos Oficiais

Uma reflexão importante, a partir das leituras realizadas, foi entender que o estudo do desemprego somente para um segmento, no caso o das mulheres, parece tornar-se algo relativamente fechado quando se verifica que o desemprego tem uma dimensão global, atinge todos os segmentos de trabalhadores e sua ampliação não se apresenta homogênea entre eles. É fato comprovado que o desemprego se mostra mais intenso no seu crescimento para pessoas do sexo feminino, mais jovens, com menor escolaridade. E as mulheres, que desejando ter um emprego e não podem procurar ou assumir um trabalho por causa de responsabilidades e compromissos domésticos imediatos, são excluídas. Por isso, ampliou-se o foco de discussão sobre o fenômeno do desemprego dados estatísticos mostram índices gerais.

Do ponto de vista estatístico, a análise do desemprego leva em consideração, inicialmente, duas dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, o cenário econômico e os movimentos que afetam a demanda por trabalho, a formação do que chamamos de população economicamente ativa (PEA). O aumento da população ativa pode ser um fator importante para explicar o aumento do desemprego. Em segundo lugar, a análise do desemprego leva em consideração os fatores que afetam a oferta de trabalho ou emprego. Uma baixa geração de postos de trabalho também pode ser um fator decisivo para explicar o desemprego.

Nesse sentido, o estudo do desemprego requer, acima de tudo, um olhar sobre o comportamento do mercado de trabalho inerente ao País, Região ou Estado em questão. Isso envolve dados de órgãos oficiais de pesquisa que procuram referenciar o mercado de trabalho no contexto de seu desempenho nos últimos anos. De um modo geral, no Brasil, para a análise do emprego e do desemprego, se utilizam dois indicadores importantes: 1) O CAGED, que mede os empregos formais (servidores públicos e trabalhadores com carteira assinada); e 2) PNAD/IBGE, que envolve tanto o mercado formal quanto o informal.

Os dados sofrem interferência das épocas do ano, as chamadas sazonalidades⁴, ou seja, o mercado de trabalho varia bastante durante o ano. Por exemplo, seja um trabalho no campo como colheita de grãos, que acontece normalmente no início do ano; seja um trabalho nas grandes cidades como compras de presentes no final do ano onde, culturalmente, esse movimento costuma

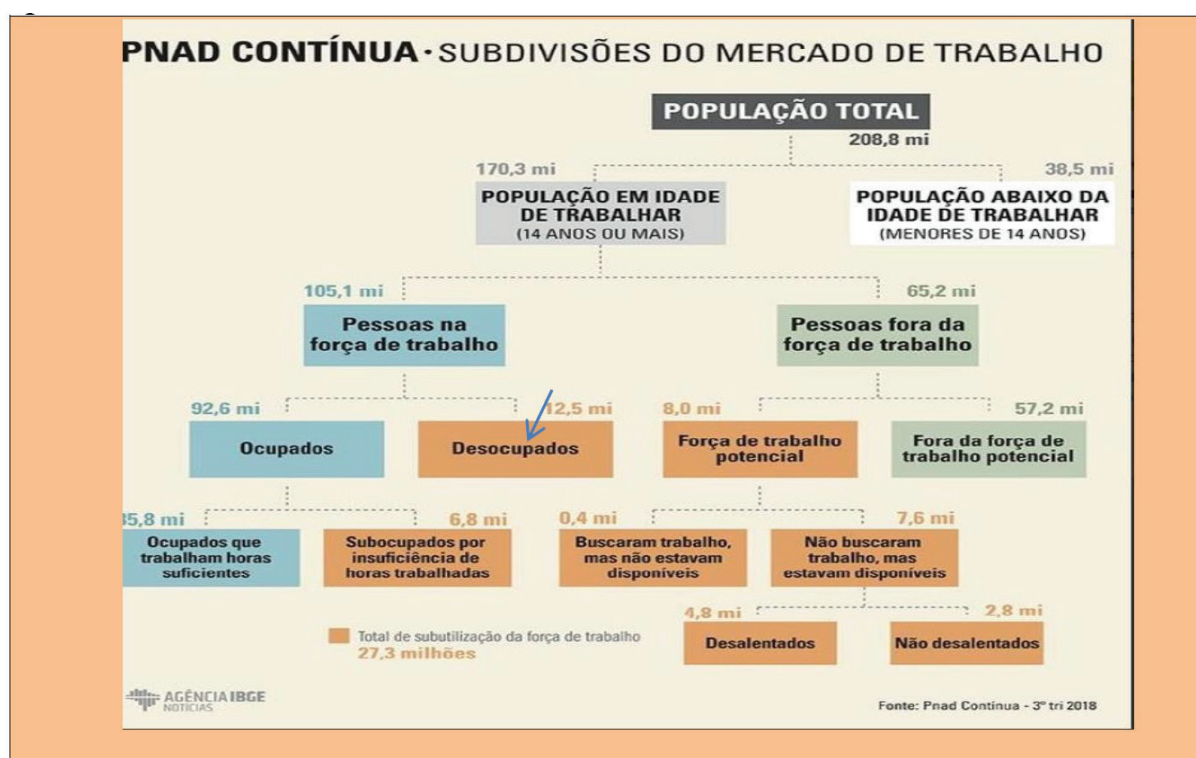
⁴O mercado de trabalho é muito afetado pelo que os economistas chamam de “efeito sazonal”, ou “sazonalidade”.

“aquecer” o mercado, isto vai exigir uma variação do mercado de trabalho. Daí porque se alega que ocorreu flutuações no número de empregados ou que há épocas e fatores que influenciam os níveis de emprego no Brasil. Por isso, os órgãos que trabalham com as pesquisas costumam confrontar taxas de desemprego sempre com o mesmo período dos outros anos para evitar grandes erros estatísticos.

Além das sazonalidades, os dados sofrem interferências da situação da pessoa, ou seja, pessoas que buscam vagas de emprego; pessoas que pararam de procurar emprego ou que trabalham menos do que gostariam. Isso vai refletir no seguinte: quando se fala que a taxa de desemprego “caiu”, nem sempre é algo bom, visto que, teoricamente, a queda pode significar que mais pessoas desistiram de buscar trabalho.

Dessa forma, observa-se que os dados são complexos e o mercado de trabalho também, lembrando que o Brasil, por exemplo, segue diretrizes da Organização Internacional do Trabalho assim como outros países – França, Estados Unidos e outros. E algo que chama atenção são as várias denominações que o IBGE utiliza na sua metodologia para explicar as múltiplas possibilidades do mercado de trabalho conforme o que mostra o Diagrama a seguir:

Figura 1: Diagrama sobre as denominações do IBGE para as múltiplas possibilidades do mercado de trabalho



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – 3º trimestre de 2018.

Considerando a figura acima, observa-se que o termo utilizado pela PNAD Contínua nas subdivisões do mercado de trabalho é “Desocupados” e não “Desempregados”, ao se referir às pessoas na força de trabalho. Esse é um ponto de reflexão que revela teoricamente a categoria de “privação do trabalho”, expressa a complexidade e extensão da problemática do desemprego no Brasil quando se depara com essas estatísticas oficiais. Observa-se os dados sobre o desemprego das mulheres, a seguir apresentados.

Figura 2 - Índice do desemprego por gênero no Brasil – último trimestre de 2017



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Souza. G1, 23/02/2018.

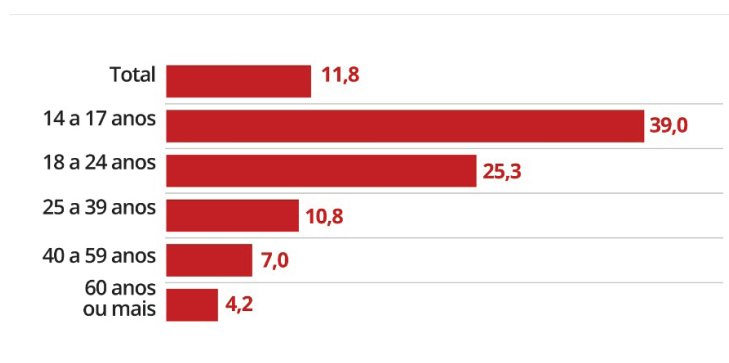
Os dados revelam na figura 2 que, entre as mulheres, o índice de desemprego encerrou o ano de 2017 em 13,4% em comparação com 10,5% entre os homens, de um total de 12,5 milhões de desempregados no Brasil.

Ao observar essas taxas de desemprego por sexo, constata-se que as taxas femininas são sempre superiores às masculinas. Tal indicador é um claro sinal de uma vulnerabilidade de gênero que penaliza as mulheres no mercado de trabalho. O desemprego expressa, de certa forma, o modo como as relações de gênero se constituem no Brasil. Ou seja, muitas vezes, a inserção subordinada das mulheres no mercado de trabalho acompanha-se de uma maior privação de emprego entre elas.

Se no final de 2017 a crise econômica se intensificava no Brasil, no segundo trimestre de 2018, o índice de desemprego divulgado pelo IBGE cresceu no cenário econômico brasileiro e no mercado de trabalho. Nesse momento, o país atingiu 13 milhões de desocupados, mostrando um mercado de trabalho ainda mais precário e flexível, com um grave problema social/estrutural onde o nível global do emprego (carteira assinada) diminuía significativamente. Portanto, cada vez mais, o desemprego é visto como um problema central em um país marcado por uma “velha” precariedade estrutural que se combina com um processo mais recente de precarização das relações de trabalho (reforma trabalhista, por exemplo).

Se formos considerar a idade, os dados mostram que as taxas de desemprego dos mais jovens são mais elevadas do que os mais velhos, conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3 – Índice do desemprego por idade – último trimestre de 2017



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Souza. G1, 23/02/2018.

Constata-se, a partir desse infográfico, a evolução diferenciada da taxa de desemprego segundo a faixa etária dos desempregados no último trimestre de 2017. Nesse caso, a população mais afetada pela falta de oportunidade no mercado de trabalho são as mulheres e os mais jovens – muito por conta da falta de experiência. Para trabalhadores na faixa etária entre 14 a 17 anos de idade, a taxa de desemprego esteve bastante elevada (39,0%) no período em análise. Na faixa etária entre 18 a 24 anos, a taxa de desemprego foi de 25,3%. Entende-se que o maior índice do desemprego atinge uma maioria de jovens mulheres.

Isto mostra que o desemprego cresceu muito mais para os jovens (entendendo-se também as mulheres jovens) do que para as demais faixas etárias. Essa situação leva a refletir, conforme Amaral (2014), que as influências do processo global e a persistência do elevado desemprego no Brasil aparecem como marca importante em pleno contexto de profundas mudanças econômicas e no mercado de trabalho, o qual exige grande competição e experiência. E o jovem, por exemplo, como um segmento da sociedade que se torna mais frágil na disputa por um posto de trabalho, encontra mais dificuldades em meio ao elevado excedente de mão de obra e a ausência de oportunidades ocupacionais em empregos regulares. Esses são alguns dos fatores decisivos na configuração desse desemprego para as faixas de idades mais novas.

Em relação à educação, as pesquisas mostram as maiores chances de emprego para quem tem maior escolaridade. Dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho mostram que o momento atual do mercado de trabalho para quem tem menos anos de estudos segue desfavorável. No ano de 2017, houve perda de 383,3 mil empregos no conjunto de todas as faixas de escolaridade entre analfabetos e ensino médio incompleto. No tocante ao comportamento do emprego por gênero, o CAGED constatou que os homens ganharam espaço no mercado de trabalho com a abertura de 21,6 mil vagas ocupadas por trabalhadores do sexo masculino. E as mulheres perderam 42,4 mil empregos com carteira assinada.

No comparativo dos anos de 2017 e 2018, observa-se que, em 2018, mais vagas foram abertas para profissionais com nível médio, superior incompleto e superior completo, conforme demonstrativo a seguir.

Figura 4 - Quadro de abertura de vagas de emprego por escolaridade

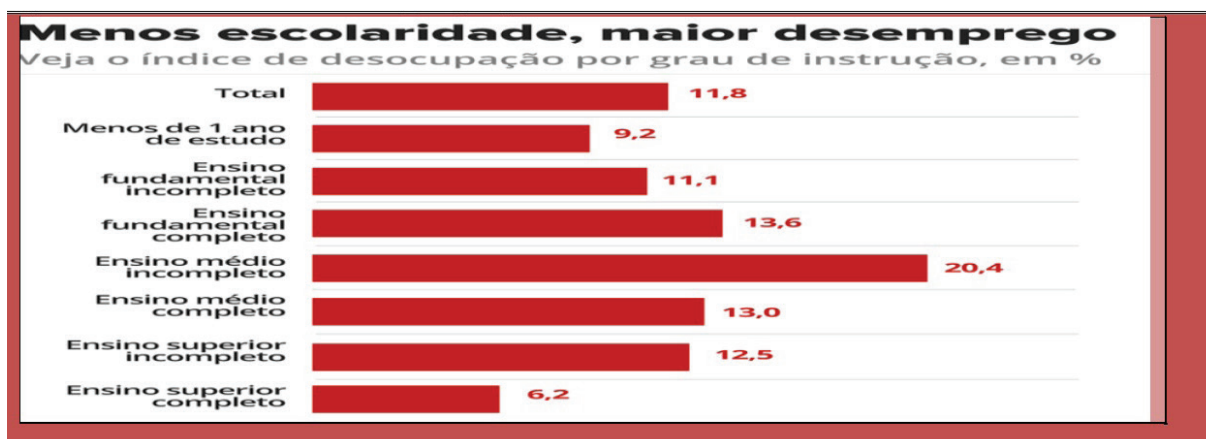
ESCOLARIDADE	2017	2018
Analfabeto	-4.109	-4.785
Até 5ª incompleto	-12.245	-9.195
5ª completo fundamental	-8.651	-6.861
6ª a 9ª fundamental	-24.791	-2.869
Fundamental completo	-49.331	-20.908
Médio incompleto	-23.382	6.672
Médio completo	106.714	266.075
Superior incompleto	10.867	26.423
Superior completo	75.978	137.909
Total	71.050	392.461

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED/Ministério do Trabalho, 09/2018.

Percebe-se, portanto, que as mudanças no interior do mercado de trabalho se apresentam mais desfavoráveis aos trabalhadores com menor escolaridade. Impacto direto, em certa medida,

dos setores de atividade econômica como o da construção civil e da indústria, que mais demitiram mão de obra por força da recessão nos anos citados. No ano de 2018, o quantitativo maior de vagas foi registrado entre os trabalhadores com ensino médio completo (266.075 vagas), seguido pelos que têm o ensino superior completo (137.909), superior incompleto (26.423) e médio incompleto, com 6.672 vagas. Nos demais níveis de educação, houve fechamento de vagas. Significa que quem tem menos escolaridade possui mais chance de ficar desempregado conforme registrado na figura 5.

Figura 5 – Índice do desemprego por escolaridade – último trimestre de 2017



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Souza. G1, 23/02/2018.

Observa-se no Infográfico (fig. 5) que o desemprego atingiu mais fortemente as mulheres e os indivíduos com escolaridade intermediária. A maior taxa de desemprego (20,4%) foi registrada para quem tem ensino médio incompleto. Nesse sentido, é possível refletir que, atualmente, a educação/escolaridade tem uma relação muito próxima com o mercado de trabalho/emprego. É igualmente observável, em termos de políticas de incentivo à participação das mulheres no mercado de trabalho, que o estímulo à escolarização, se possível, para além do ensino médio, é de extrema importância, porque as taxas de desemprego tendem a cair de forma considerável para esse segmento.

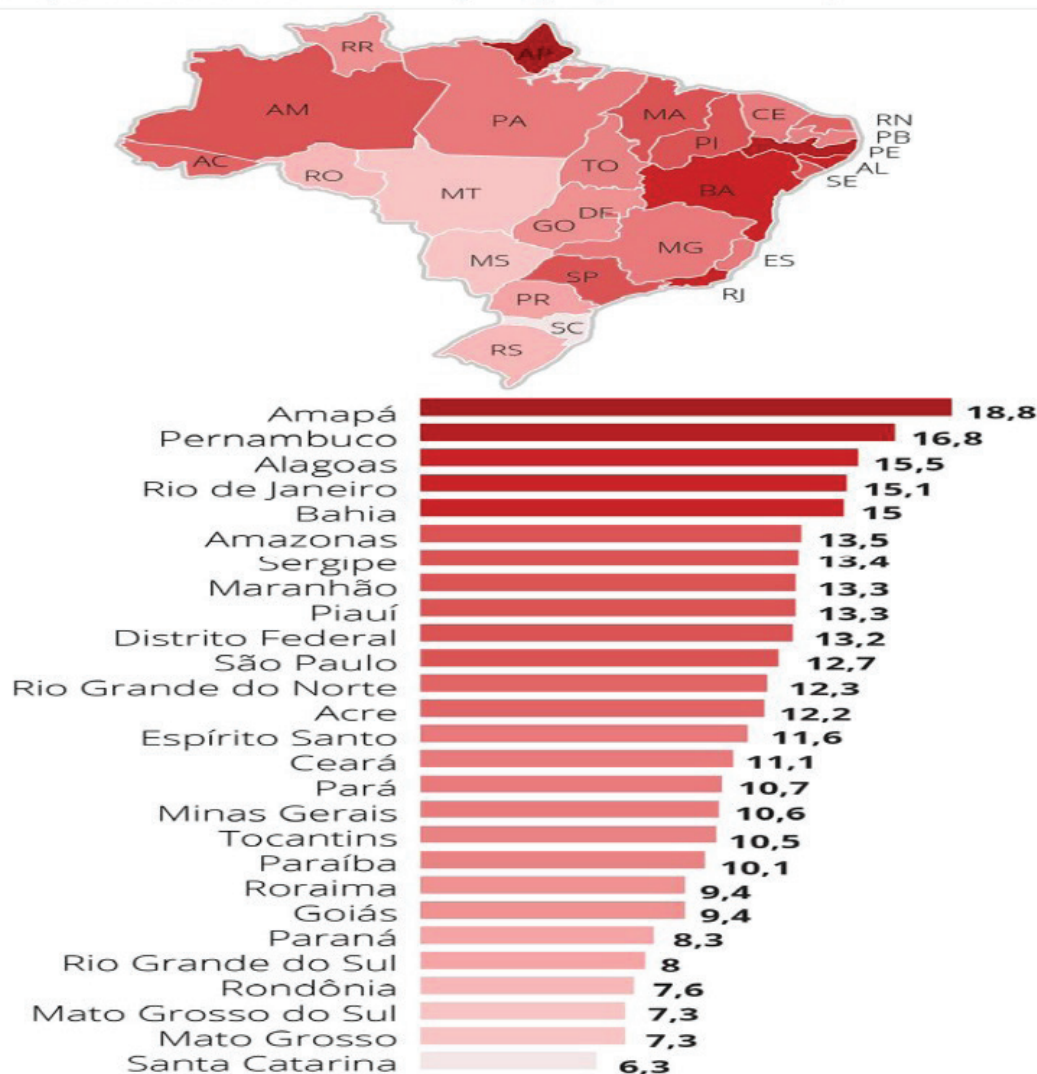
Em se tratando de análise do desemprego, os termos Emprego X Desemprego se entrecruzam, isto é, a dimensão que a problemática social assume no mercado de trabalho não pode ser adequadamente investigada através da análise de variáveis isoladas, expressas de forma linear nas taxas de desemprego aferidas pelas instituições encarregadas de produzir esses dados estatísticos. Daí porque as variáveis, sexo, idade, escolaridade etc. aparecem, por exemplo, nas estatísticas do emprego e do desemprego, visto que essas categorias são, antes de tudo, uma expressão dessas relações sociais nas quais os atores estão inscritos.

Lembrando novamente o último trimestre de 2017 e início de 2018, onde as taxas de desemprego no Brasil cresceram e atingiram 13 milhões de trabalhadores; é importante destacar que este é um fenômeno notável com efeito direto na esfera social, sobretudo para segmentos mais vulneráveis como as mulheres, jovens etc. De acordo com a PNADC/IBGE, nesse período do ano, o Brasil atingiu 13,7% de desocupados, sendo a maior taxa de desemprego já registrada. Numa comparação com o mesmo período desse ano de 2017, no ano de 2018, a taxa também se mantivera bastante elevada, representando 12,7% de pessoas desocupadas, reforçando uma leitura de crise econômica e crise do mercado de trabalho.

Quando se tenta identificar as taxas de desemprego por Estados do Brasil, no período crítico de elevação desse fenômeno (fim de 2017 e início de 2018), encontra-se uma constatação de que, em se tratando de desemprego, não são apenas as Regiões Norte e Nordeste as que possuem as maiores taxas, isto porque, teoricamente, essas Regiões são consideradas como as que lideram a pobreza e problemas sociais no país. As taxas do desemprego são elevadas e atingem todas as Regiões brasileiras.

Figura 6– Índice do Desemprego por Estado – último trimestre de 2017

Onde o desemprego é maior no Brasil
Veja a taxa de desemprego por estado, em %



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Monteiro e Karina Almeida. G1, 23/02/2018.

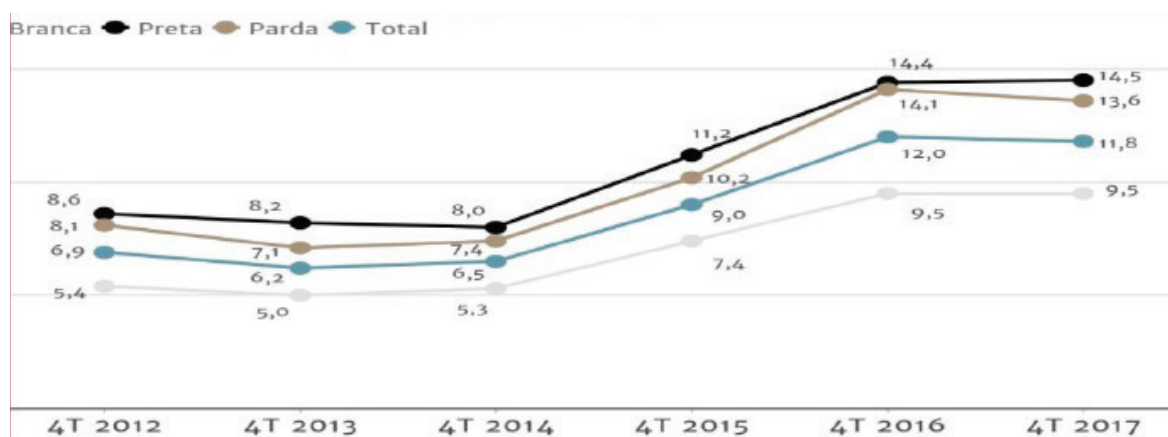
Conforme o demonstrativo acima, o Estado do Brasil onde o desemprego apresentou maior índice no fim de 2017 foi o Amapá, seguido de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram registrados os menores índices. Como as mulheres indicaram os maiores índices de desemprego, supõe-se que, em cada Estado do Brasil, elas sejam a maioria de desempregados.

No Boletim Mercado de Trabalho, nº 65, 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), informa que, assim como os jovens, as mulheres negras são mais vulneráveis, chegando a atingir uma taxa de 50% maior. Esse estudo mostra que a cada 1 ponto percentual a mais, na taxa de desemprego, as mulheres negras sofrem, em média, aumento de 1,5 ponto percentual. Para as mulheres brancas, o reflexo é de 1,3 pontos percentuais. Mas não são apenas as mulheres negras que aparecem em condição de maior vulnerabilidade. Jovens entre 18 e 29 anos também estão entre os mais afetados.

Importante lembrar que, na análise do trabalho, o IPEA compara a taxa de desemprego de cada Estado com a proporção de pessoas sem trabalho há, pelo menos, 12 meses e com a taxa de desemprego do grupo analisado em cada unidade da federação, apresentando, também, dados por faixa etária e escolaridade. Os resultados mostram uma menor diferença de sensibilidade da taxa de desemprego segundo o grau de instrução, com uma diferença de 0,3 p.p. entre trabalhadores com ensino médio incompleto e completo.

Conforme a PNADC/IBGE/2018, homens e pessoas brancas também estão à frente de mulheres e pessoas negras em relação ao rendimento mensal. No recorte por sexo feito pelo IBGE no fim de 2017, os homens ganhavam em média R\$ 2.476,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais) contra R\$ 1.884,00 (hum mil, oitocentos e oitenta e quatro reais) das mulheres, o que significa uma diferença de 23,9% a mais no rendimento deles. Brancos ganharam em média R\$ 2.896,00 (dois mil, oitocentos e noventa e seis reais), enquanto pretos e pardos ganharam R\$ 1.615,00 (hum mil, seiscentos e quinze reais), ou seja, uma diferença de 44% a mais para os brancos.

Figura 7 - Taxa de desocupação por raça



Fonte: PNADC/IBGE, 2017 – Adaptação do gráfico de Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil/03/2018.

No gráfico acima, observa-se uma evolução na taxa de desocupação das mulheres negras. Além da diferença nos valores da renda (informado anteriormente), as pessoas negras também têm desvantagem em relação às taxas de desemprego. Ou seja, conforme a figura acima, de 2012 a 2017, essas taxas aumentaram sucessivamente. Pessoas pretas atingiram 14,5%. Significa dizer que a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é maior.

CONCLUSÃO

Conforme exposto no conteúdo deste artigo, considera-se o desemprego enquanto categoria social objetiva aquela que se materializa em dados estatísticos institucionais e oficiais, ou seja, dados que constituem indicadores importantes para analisar profundas desigualdades da sociedade brasileira. As elevadas taxas de desemprego entre as mulheres, por exemplo, são reveladoras de uma situação de forte vulnerabilidade desse grupo social. De outra forma, considera-se o desemprego como categoria subjetiva, de percepção da realidade, a partir da qual ele não afeta os indivíduos de maneira homogênea no espaço econômico da experiência de trabalho, mas estes são diferentemente afetados quando se tratam de homens e mulheres, pessoas mais ou menos escolarizadas ou qualificadas profissionalmente.

Diante das rápidas contribuições apresentadas pelos autores sobre o desemprego, tanto do ponto de vista econômico quanto sociológico, refletiu-se que é possível compreender os mecanismos que tornam o segmento das mulheres, e também dos jovens, dos pretos e pardos, mais vulneráveis, na medida em que se leva em consideração o modo como se estruturam os papéis, as identidades e as relações que distribuem os indivíduos na sociedade conforme sua posição na estrutura social. Os jovens, por exemplo, constituem um grupo social que hoje certamente tem muita dificuldade de encontrar no mundo social e do trabalho um lugar em que possam se sentir reconhecidos.

Foi neste sentido que a abordagem do desemprego que se propôs refletir supõe considerá-lo um fenômeno constituído pelas relações sociais, sobretudo pelas relações de gênero, haja vista que os dados analisados sugerem que essas relações são marcadas por fortes tensões. De um lado, as mulheres tornam-se cada vez mais ativas, necessitando de maior igualdade entre os sexos com maior reconhecimento na vida social e participação no mercado de trabalho. Por outro, as mulheres continuam muito vulneráveis nesse mercado, apresentando taxas de desemprego mais elevadas que as masculinas. Isso indica que a divisão sexual tradicional dos papéis e responsabilidades entre homens e mulheres continua a estruturar o mercado de trabalho e a vida social de uma maneira geral. E mostra que existe a conservação das relações sociais de gênero, cuja mudança e resultado não se sabe ao certo qual será e quando será. Nesse caso, volta-se a pensar que são necessárias mudanças sociais como características importantes desse processo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. *Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais*. Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64.
- AMARAL, Ivanete Modesto do. 2014. *Os jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção*. Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED. 2018. *Evolução de Emprego do CAGED*. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego/>. Consulta em 2 de novembro de 2019.

_____. IBGE/2010. *Censo Demográfico: O que é?* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>. Consulta em 02 de novembro de 2019.

_____. IPEA/2018. *Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*. nº 65, outubro de 2018.

_____. IBGE/PNADContínua, 2017/2018. *Estatísticas do Trabalho*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal>. Consulta em 2 de novembro de 2019.

DEMAZIERE, Didier. 2003. *Le chômage*. Comment peut-on être chômeur? Paris, Éditions Belin, Disponível em: https://www.persee.fr/doc/forem_0759-6340_2003_num_83_1_2854_t1_0107_0000_7. Consulta em 1 de novembro de 2019.

FREYSSINET, Jacques. 2002. *Le chômage*. Paris: La Découverte, Disponível em: <http://www.cairn.info > revue-travail-genre-et-societe>. Consulta em 28 de outubro de 2019.

GALEAZZI, I. 2002. Desemprego. In: Cattani, Antonio David (Org.). *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4 ed. rev. ampl. - Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS.

LALLEMENT, Michel. 1995. *Comment les femmes participent-elles à la tragédie" du chômage? Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail*. nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS. Disponível em: <https://www.franceculture.fr>. Consulta em: 22 de outubro de 2019.

MARUANI, Margaret & REYNAUD, Emmanuèle. 2004. *Sociologie de l'emploi*. Collection Repères, Paris: La Découverte. Disponível em: <http://www.cairn.info/feuille>. Consulta em 22 de outubro de 2019.

MARUANI, Margareth. *Travail et emploi des femmes*. 2011. Paris, La Découvert, Coll. « Repères Sociologie ». Disponível em: https://www.persee.fr/doc/genre_1298-6046_2000. Consulta em 23 de outubro de 2019.

MELEU, Marcelino e MASSARO A. Langlois. 2017. O papel da O.I.T. frente aos desafios do mercado. *Revista Direito e Práxis*, On-line, version ISSN 2179-8966. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/19473>. Consulta em 1 de novembro de 2019.

PASSOS, Carlos R. M. e NOGAMI, Otto. 2005. *Princípios de Economia*. Porto Alegre, Ed. Thomson.

POZZEBOM, F. Rodrigues. 2018. *Mulheres e pessoas negras têm menor renda e são maioria entre desempregados no Brasil*. Disponível em: <http://.generonumero.media/mulheres-e-pessoas-negras-tem-menor-renda/>. Consulta em 1 de novembro de 2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt. 2015. *Teorias do desemprego: um guia de estudo*. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 256.

TOPALOV, Christian. 1994. *Naissance du chômeur*. 1880 – 1910. Paris, Albin Michel. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/forem_0759-6340_1995. Consulta em: 1 de novembro de 2019.

VARGAS, Francisco E. B. 2008. *Formes et expériences de privation de travail au Brésil : la construction sociale du chômage dans la perspective d'une sociologie des rapports sociaux*. Thèse de Doctorat en Sociologie. CNRS - Université de Paris 10.

Implicações sobre Desigualdade Ambiental Presente na Cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu”

Implicaciones para la Desigualdad Ambiental en la Cartilla “El Día en que la Vegetación Desaparecida”

Implications about Environmental Inequality in the Booklet “The Day in Which Mata Disappeared”

Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa

Carla Cilene Siqueira Moreira

Tânia Guimarães Ribeiro

Resumo: Este trabalho analisa a cartilha “O dia em que a Mata Sumiu”, do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV), com o objetivo de verificar a dimensão socioambiental da desigualdade e como esta se manifesta no discurso presente na cartilha e nas implicações direcionadas à população, sobretudo às mulheres, figuras centrais da política pública. Para isso, utilizamos a metodologia qualitativa baseada na leitura e observação crítica do seu discurso, articulada à literatura sobre desigualdade ambiental e estudos pós-coloniais, além de análises sobre o PBV e políticas afins. Argumentamos que os riscos ambientais afetam predominantemente grupos socialmente vulneráveis, configurando a distribuição desigual das consequências do desenvolvimento econômico. As dimensões da desigualdade de saber/poder identificadas são barreiras ao acesso dos direitos sociais, afetando a constituição da cidadania plena dessas populações, com importante reflexo sobre as mulheres.

Palavras-chave: Conservação. Desigualdade ambiental. Programa Bolsa Verde. Representação de Gênero. Amazônia.

Resumen: Este trabajo presenta un análisis sobre la cartilla "El día en que la Mata Desaparecida" del Programa de Apoyo a la Conservación Ambiental Bolsa Verde (PBV), con el objetivo de verificar la dimensión socioambiental de la desigualdad y como ésta se manifestaría en el discurso de los formuladores de la cartilla y en las implicaciones dirigidas a la población, sobre todo a las mujeres, figuras centrales de la política pública. Para este análisis se utilizó la metodología cualitativa basada en la lectura y observación crítica de su discurso, articulada a la literatura sobre desigualdad ambiental y estudios postcoloniales. Para este artículo, utilizamos análisis sobre el PBV y políticas afines, para comprender la política que guía la formulación de la cartilla. Argumentamos que los riesgos ambientales afectan predominantemente a grupos socialmente vulnerables, configurando la distribución desigual de las consecuencias del desarrollo económico. Las dimensiones de la desigualdad de conocimiento/poder identificadas son barreras al acceso de los derechos sociales, afectando a la constitución de la ciudadanía plena de esas poblaciones, con importante reflexión sobre las mujeres.

Palabras clave: Conservación. Desigualdad ambiental. Programa Bolsa Verde. Representación de Género. Amazonia.

Abstract: This work presents an analysis on the booklet "O dia em que a mata sumiu" of the Bolsa Verde Environmental Conservation Support Program (PBV) in order to verify the socio-environmental dimension of inequality and how it would manifest itself in the discourse of the policy makers and in the implications directed to the population, especially women, central figures of public policy. For this analysis we used the qualitative methodology based on reading and critical observation of his speech, articulated the literature on environmental inequality and postcolonial studies. For this article, we use analyses on the PBV and related policies, to understand the policy that gives rise to the formulation of the booklet. We argue that environmental risks predominantly affect socially vulnerable groups, configuring the unequal distribution of the consequences of economic development. The dimensions of inequality of knowledge/power identified are barriers to access to social rights, affecting the constitution of full citizenship of these populations, with an important reflection on women.

Keywords: Conservation. Environmental Inequality. Bolsa Verde Program. Gender Representation. Amazon.

Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa – Universidade Federal do Pará. Discente do curso de Graduação em Ciências Sociais. Bolsista do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica. Integrante do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: cffpessoa@gmail.com

Carla Cilene Siqueira Moreira – Universidade Federal do Pará. Discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Integrante do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: carlasiqueiramoreira@gmail.com

Tânia Guimarães Ribeiro – Universidade Federal do Pará. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: ptolomeu@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Trata-se de uma política socioambiental com duplo objetivo: i) a seguridade social das famílias rurais em situação de extrema pobreza residentes em áreas destinadas à conservação ambiental; ii) contribuir para a conservação do meio ambiente (MMA, 2019).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2014, o PBV abrangia a nível nacional 71.398 famílias em situação de extrema pobreza. A Amazônia é o bioma com maior cobertura do programa, com o Estado do Pará detendo a maior concentração, com 29.903 bolsistas. O Programa concedia, a cada três meses, o valor de R\$300,00 às famílias caracterizadas como extremamente pobres que residem em áreas consideradas prioritárias à conservação ambiental.

Em 2014, três anos após a implementação do programa, o MMA elaborou uma cartilha cujo objetivo era instruir os bolsistas sobre a importância da conservação dos recursos naturais mediante a transferência de renda. “O dia em que a mata sumiu” foi o nome dado à cartilha.

Neste trabalho, refletimos acerca do conteúdo e de alguns elementos presentes nesta cartilha. A abordagem é de cunho qualitativo, baseada na leitura e interpretação do material em questão, junto à literatura sobre desigualdade ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2013; HERCULANO, 2008; MORATO; KAWAKUBO, 2007) e estudos com a perspectiva pós-colonial (MIGNOLO, 2003; DUSSEL, 2005). Utilizamos também estudos que tratam do PBV e outras políticas afins, visando aprofundar a compreensão da política pública que enseja a formulação da cartilha (MOREIRA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018; SCHERER e SANTOS, 2015).

Nesse sentido, pretendemos analisar se há uma dimensão socioambiental da desigualdade e como esta se manifestaria no discurso dos formuladores da cartilha e nas implicações direcionadas à população por ela afetada, sobretudo às mulheres, figuras centrais da política pública.

O arranjo familiar predominante entre os cadastrados no PBV é o monoparental feminino, que caracteriza 36% das famílias, seguido por casal com filhos, que corresponde a 33% dos casos. Famílias monoparentais femininas situam-se, predominantemente, na faixa de extrema pobreza, diminuindo a sua recorrência nas outras faixas de renda (MDS, 2014).

A perspectiva pós-colonial presente nos estudos de Mignolo (2003) como saber subalterno e colonialidade do saber, nos estudos de Dussel (2005), nos ajuda a compreender o discurso da cartilha como um instrumento que pode expressar visões hegemônicas que, além de inferiorizar as populações, pode essencializá-las.

A colonialidade do conhecimento configura relações de saber hierárquicas que, de certa forma, invisibiliza a trajetória e a especificidade de povos que se distanciam da lógica que o modelo dominante ocidental impõe.

A episteme desenvolvida em um ponto geográfico específico que se afirma como o centro da racionalidade, subentende-se que haja uma periferia ausente de processos racionais. O modelo de Modernidade que passa a vigorar nas sociedades europeias é vista por Dussel (2005) como a “justificativa de uma práxis irracional de violência” (p. 29). *O mito da modernidade* se assenta, dentre outros aspectos, no ideal de que a civilização moderna seja a mais desenvolvida e superior, bem como haja uma exigência moral de “desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes” (DUSSEL, 2005).

Entendemos que o teor do material reflete concepções socialmente construídas, emitidas pelo poder estatal e traduzidas em políticas públicas, que retornam ao cotidiano dos cidadãos em questão. Reflete a visão que os idealizadores da política detêm acerca da população alvo do programa. A assertiva de que foi o governo quem “inventou um jeito de cuidar da natureza” contida na cartilha, desvela um saber que é moldado em relações de poder (MIGNOLO, 2003). O Estado, nesse caso, é quem tem o domínio de um saber específico e legítimo, que reduz ou desconsidera o saber outro da população. Dessa forma, a política pública é apresentada ao longo da cartilha, como a representação do saber e poder que o Estado detém para resolução dos problemas apresentados.

1. Desigualdade Ambiental

O conceito de desigualdade ambiental aponta o fato de que o modelo de produção vigente possibilita que os danos advindos de práticas nocivas, os riscos ambientais, recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico (ACSERALD, 2011; ACSELRAD *et al.*, 2012).

Morato e Kawakubo (2007) inferem que este conceito pode também ser analisado sob os termos de *Justiça Ambiental*, visto que reúne os princípios que certificam que não haja uma disparidade entre grupos sociais, das consequências ambientais negativas de atividades econômicas, políticas e programas (HERCULANO, 2002). E *injustiça ambiental*, por sua vez, refere-se ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior parcela dos danos ambientais às populações vulneráveis e de baixa renda (HERCULANO, 2002).

O uso da desigualdade ambiental enquanto categoria analítica é importante, pois a articulação que se faz ao pensar elementos sociais e ambientais expõe as consequências do desenvolvimento econômico que afetam os grupos sociais. Nesse trabalho, construímos a interpretação de que essa dimensão da desigualdade pode se expressar, também, numa atribuição desigual da responsabilidade sobre a conservação do meio ambiente.

No contexto brasileiro, as populações rurais, em especial as extrativistas, se voltam aos novos modelos de desenvolvimento e de políticas públicas e sociais (MOREIRA, 2017). Elas preveem a constituição da cidadania daquelas populações, que por longo tempo foram preteridas pela agenda governamental. O MMA, enquanto principal gestor da política na época de sua execução, entendia que a

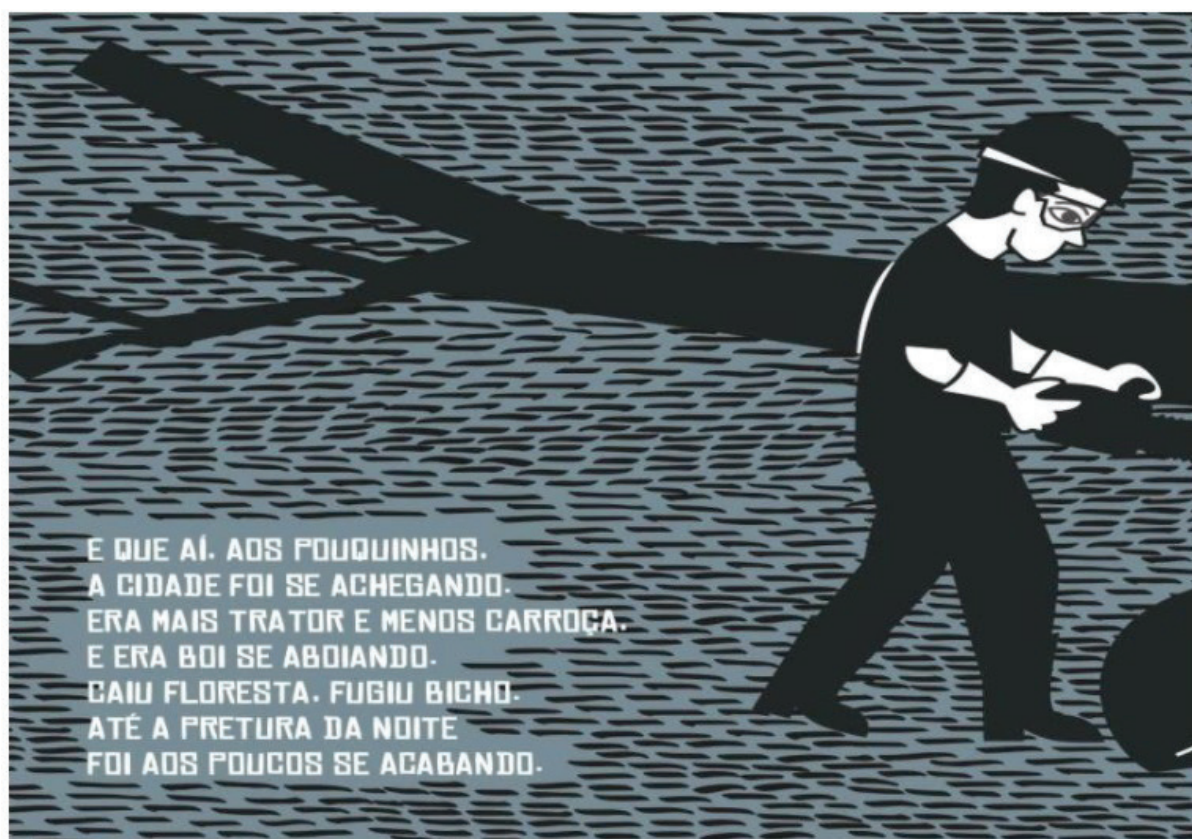
“transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas” (MMA, 2019).

Entretanto, vários obstáculos se inscrevem na realidade social, à efetivação dos objetivos deste novo modelo de desenvolvimento. Os dados do Cadastro Único apontam que a região Nordeste concentra 46% do total de famílias que têm como renda per capita até meio salário mínimo. Ademais, percebemos uma desigualdade regional, posto que, no Norte e Nordeste, mais de 70% das famílias cadastradas estão na extrema pobreza, enquanto nas outras regiões esse percentual de pobreza não atinge nem metade das famílias cadastradas (MDS, 2014).

No que se refere ainda às famílias cadastradas, 54% não têm acesso simultâneo aos serviços básicos, como abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica. Quanto menor a faixa de renda familiar per capita, menor o acesso simultâneo a serviços essenciais. (MDS, 2014).

A ideia de desenvolvimento pode ser observada na seguinte imagem e trecho extraídos da cartilha.

Figura 1 - Relação Urbano x Rural



Fonte: MMA, 2014

Esse trecho ilustra as consequências negativas do desenvolvimento subscrito no termo *cidade*, que altera a reprodução da vida no campo, afetando modos de vida humanos e não humanos. Ao mesmo tempo, se observa um tom de neutralidade ao não destacar os responsáveis pelo avanço deste desenvolvimento e suas consequências – como a devastação das áreas ambientais –, às áreas que a política visa atingir.

Contudo, em um trecho seguinte, sobressai o direcionamento de parte da responsabilidade aos bolsistas: “Só sobrou mesmo da mata, nas terras das gentes simples, que, às vezes, necessitada, também derrubava uma árvore, também levantava um pasto, também passava uma motosserra”. (MMA, 2014, p.7) O encargo desigual dos custos do desenvolvimento passa a ser naturalizado. Há também uma posição ambígua que ora afirma que a floresta é abundante em seus recursos, ora afirma que o processo de desaparecimento da natureza foi acelerado pela ação da população.

Foi conferido, em certa medida, o reconhecimento à população, quando nos deparamos com o trecho que alude a criação do PBV “[...] recompensando o *povo simples que lutava com nobreza*” (MMA, 2014, p.11). Ainda assim, tal reconhecimento pode fomentar a desigualdade, quando este

se torna sinônimo de uma obrigação que deveria ser imputada ao Estado (SCHERER e SANTOS, 2015; MOREIRA, 2017 RIBEIRO e SOUSA, 2018).

De acordo com Moreira (2017) em seu estudo sobre o PBV na Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Pará, além da responsabilização por parte do Estado às populações pobres rurais com a degradação do meio em que vivem, não há na cartilha “informações sobre os objetivos do Programa de promoção da cidadania e inclusão produtiva, sendo o foco voltado à conservação e a informações referentes à transferência de renda” (MOREIRA, 2017, p. 115).

Ainda assim, o PBV em si melhorou a perspectiva de qualidade de vida dado o aumento de renda obtido. Para algumas famílias, por vezes o valor recebido constitui a única ou principal fonte de renda, possibilitando especialmente maior autonomia das mulheres que o recebem (MOREIRA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018).

Por outro lado, as especificidades sociais não são devidamente retratadas, diante a diversidade das populações tradicionais. Essa generalização, além de desconsiderar aspectos regionais, contribui à essencialização destas populações como as únicas responsáveis pelo meio ambiente, além de reforçar alguns estigmas, que tem como pano de fundo a divisão sexual do trabalho que perpassa as relações de gênero.

2. O Papel de Gênero na Cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu”

O processo de essencialização que se constrói ao longo da cartilha evidencia o modo de como Estado representa as populações pobres, sobretudo as mulheres pobres e rurais, que são a ponte desse tipo de política. Para Feltran (2014), o dinheiro passa a ter o valor de mediador de conflitos entre grupos populacionais, se elevando ao papel que a lei e a moral poderiam exercer sobre esses grupos. Dessa forma,

esquadrinhar a “população” e essencializar os recortes produzidos, objetivando-os, seria a função primeira da maquinaria de governo; a partir dessa classificação, pode-se produzir valoração seletiva e desigual de recortes populacionais produzidos. O valor atribuído a cada recorte, devidamente objetivado nessas classificações, pode, em seguida, ser monetarizado. [...] assim se faz com o solo urbano, que se recortam os “nichos de mercado”; assim também se deve agora recortar as populações, tornadas ao mesmo tempo “público-alvo” de marqueteiros e programas de governo (FELTRAN, 2014, p.497).

Embora a sua análise se concentre em outros contextos no eixo urbano, sua contribuição é relevante na medida em que aborda a lógica de separar e classificar populações. No caso deste trabalho, transporta-se essa análise ao papel que é atribuído às populações que residem em áreas protegidas, objetivando-as como as responsáveis pela conservação de recursos naturais para que assim se tornem aptas a entrar no programa e receber uma “quantia em grana” (MMA, 2014, p.13).

Fica claro que essa essencialização é possível devido à lógica de poder que se construiu em torno do Estado na modernidade. Para Dussel (2005), um poder que se estabelece a partir de um marco geográfico específico e que outorga a si a legitimidade de desconsiderar saberes e práticas que fogem desse marco. Assim, para Feltran, os “classificados como pobres estariam imersos nas franjas da incompletude de processos estruturais da modernidade, daí a atribuição de 'atraso' que permeia as leituras [...] acerca dos setores populares” (FELTRAN, 2014, p.499).

A posição das mulheres, neste contexto, estaria no epicentro da transferência de renda, visto que são elas as responsáveis em receber e utilizar o pagamento em prol de práticas sustentáveis, na relação que a família estabelece com o meio natural.

Entende-se que esta configuração afeta sobremaneira as mulheres, uma vez que a divisão sexual do trabalho “não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela aos primeiros às funções de maior valor social” (SILVEIRA; FREITAS, 2007, p. 10).

Não se trata em afirmar que este seja o principal aspecto negativo do conteúdo da cartilha, mas é um elemento que ganha centralidade, uma vez que, às mulheres, é atribuída a condição de receber o valor transferido. Assim como todos os outros elementos ressaltados aqui, este poderia passar despercebido.

Contudo, ao longo da cartilha, o que nos é apresentado são figuras de personagens femininos realizando atividades tipificadas como atividades domésticas para a manutenção familiar. Ao passo que personagens masculinos exibem atividades econômicas, como a extração, sendo aqueles que se deslocam para além do domínio pessoal e, por isso, socialmente mais valorizados.

Figura 2 - A atividade das mulheres



Fonte: MMA, 2014

O papel da mulher tem sido rotulado socialmente como uma dona de casa, figura materna e responsável pela família e lar, enquanto o papel do homem é de garantir o sustento material. Devido a essa divisão, por muito tempo a mulher não fez parte de algumas questões ambientais ao qual ela é peça fundamental dentro da sociedade para a conservação de seu ambiente (ROSA *et. al.*, 2016).

Entretanto isto é um equívoco, posto que aproximadamente dois terços das mulheres de países mais pobres trabalham na agricultura (SOF, 2006), e no Brasil, em particular, várias mulheres

da área rural que realizam variadas atividades econômicas, se articulam e se organizam em movimentos sociais nacionais, como a Marcha das Margaridas. Nesse sentido, as

camponesas, indígenas, negras, mulheres urbano-marginais que conformam os feminismos populares do Sul são as mesmas que o paradigma de desenvolvimento oficial percebe unicamente como receptoras de programas, a partir da posição de subalternidade (BARRAGÁN *et al.*, 2017, p. 120).

Conforme dito anteriormente, a cartilha reflete e sintetiza concepções construídas socialmente, que são parte de um discurso, de um *frame*, que é moldado por relações de poder e ideologias. Dessa forma, o discurso formata identidades e relações sociais, influenciando os sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001). O olhar crítico exige dos elaboradores das políticas uma visão contextualizada, a fim de evitar representações generalizadas sobre os sujeitos da política.

Pode-se entender que há uma diferenciação simbólica nos desenhos da cartilha, que hierarquiza as práticas de homens e mulheres. A validade desse discurso demonstra como o saber hegemônico, além de subalternizar as populações tradicionais (MIGNOLO, 2003) com seus saberes e particularidades, ainda agrava a desigualdade de gênero.

Torreão (2007 *apud* ROSA *et. al*, 2016) infere que considerar a igualdade de gênero como forma de análise nas políticas públicas, revela que as questões reivindicadas por mulheres não só devem ser vistas em sua importância política, mas enquanto um fator estratégico para o alcance do desenvolvimento do meio ambiente e sustentabilidade. Rosa *et. al* (2016) aponta que não é suficiente apenas a inserção de mulheres em um modelo de desenvolvimento, se este processo ocorre através de programas assistencialistas e projetos de conservação que reproduzem e corroboram seu “papel tradicional” na sociedade.

Uma crítica importante que se faz ao discurso do modelo de desenvolvimento pode ser observada no trabalho das autoras feministas latino americanas Barragán *et al.* (2017), que apresentam como os diversos feminismos formularam suas concepções acerca da relação desenvolvimento e mulheres. Com especial atenção às produções fora do eixo europeu e americano, essas autoras entendem a retórica do desenvolvimento como um “discurso que tem desvalorizado sistematicamente outros saberes e provocado importantes efeitos de dominação – entre outros, sobre o corpo e a fala das mulheres” (BARRAGÁN *et al.*, 2017, p.90).

Para estas teóricas, as mulheres sempre operaram nos processos de desenvolvimento, dentro de suas culturas e sociedades específicas. Apontam também que o trabalho, doméstico ou não, foi essencial à manutenção de suas sociedades.

Estes apontamentos indicam que a desigualdade ambiental se apresenta, mesmo que sutilmente, no discurso da cartilha do PBV ao impor o dever da conservação dos recursos naturais apenas às famílias bolsistas e isentando outros atores, sejam do mercado ou Estado. Ademais, compreendemos que esta dimensão da desigualdade afeta sobremaneira a cidadania dessas populações, uma vez que o reconhecimento obtido se traduz cada vez mais na condição de responsabilidade e obrigatoriedade.

Outro aspecto importante é o papel dúbio da mulher, que é apresentada como a protagonista na questão da transferência de renda, contudo é diminuída na importância de suas atividades também produtivas. A essencialização da figura feminina no discurso da cartilha, a única a poder rece-

ber o valor, demonstra que, ao mesmo tempo que o fator renda pode gerar maior autonomia, pode, também, fortalecer desigualdades a partir da responsabilidade que a política pública determina.

Figura 3 - A mulher como “guardiã da floresta”



Fonte: MMA, 2014

Nesse trecho, a ilustração de uma mulher segurando um cartão que dá acesso à Bolsa denota a questão social de renda. A árvore ao fundo, pode ser entendida como a revitalização da natureza, proporcionada pela criação do PBV. É interessante observar a forma com que o governo tardiamente “inventou um jeito de cuidar da natureza”, pois o que se construiu ao longo da cartilha foi um imaginário que revela um processo de uma destruição quase total da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de saber e de poder se apresenta, ainda que sutilmente, no discurso da cartilha ao impor um dever apenas às famílias bolsistas, isentando outros atores. O modelo de escrita em cordel, que chega a ter um caráter lúdico, pode ofuscar e mesmo ocultar as implicações contidas nas entrelinhas e ilustrações da cartilha.

Por outro lado, inferimos que o aumento de renda condicionado pela política contribuiu para a maior autonomia das mulheres que o recebem como um ponto positivo, que pode ser ressaltado em futuras produções como desta cartilha em estudo. Bem como a política pública e seus benefícios podem e devem ser mostrados como o resultado de processos dinâmicos que ocorrem dentro de uma arena pública, e não como uma resolução vertical, idealizada como dádiva e convertendo direitos dos grupos sociais em obrigatoriedade e sujeito a rígidas condicionalidades.

A atribuição da responsabilidade em receber o valor em dinheiro às mulheres, mães de família, apresenta o aspecto negativo da essencialização feminina. A mulher continua a ser idealizada como o indivíduo que deve se preocupar com a família e o lar apenas, não tendo suas atividades produtivas valorizadas no conteúdo do material.

No que se refere especificamente ao programa, ele mostrou potencial para a cidadania das populações rurais e transformação da realidade, conforme se constata em alguns estudos feitos em duas reservas extrativistas da Amazônia (MOREIRA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018).

Porém, instrumentos como a cartilha são entraves para a efetividade da política, podendo sobrepor desigualdades – de gênero, de renda – e reforçando a permanência da desigualdade ambiental (PESSOA, 2019). Os cortes e a incerteza quanto à continuidade do programa agravaram a situação da pobreza e da desigualdade rural, tendo em vista o retorno de índices alarmantes no país.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 24. 2011.
- ACSERALD, et. al (Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental). Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental. *E-cadernos CES* 17, 2012.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinaga, et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, LANG e PEREIRA (Orgs.) *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Elefante Editora, 2017.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez. 2014.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Interfaces*, São Paulo, vol. 13, n1, 2008
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

MMA. *O Dia em que a Mata Sumiu*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

MMA. *Desenvolvimento Rural*. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2019.

MORATO, Rúbia Gomes; KAWAKUBO, Fernando Shinji. Análise Espacial da Desigualdade Ambiental na subprefeitura do Butantã, São Paulo - SP. *Hygeia Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Vol. 3, n.4, p. 66-73, Junho/2007.

MOREIRA, Carla C. Siqueira. *Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex marinha na Amazônia*. Dissertação, Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém, 2017.

PESSOA, Cláudia F. F. *Políticas públicas e sustentabilidade: entendendo a desigualdade a partir das unidades de conservação, 2019*. (Relatório Técnico- científico). Tânia Guimarães Ribeiro (orientação).

RIBEIRO, Tânia Guimarães; SOUSA, Paulo Victor. Cidadania, Renda e Conservação: percepções sobre uma política socioambiental na Amazônia. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, vol. VI, número especial, 2018.

ROSA, V. M.; SOUSA, K. F.; SZULCZEWSKI, N. A. S.; CARVALHO, A. V. Educação ambiental: o papel das mulheres na preservação do ambiente. *Natural Resources*, v.6, n.1, p.18-26, 2016

SCHERER, Elenise; SANTOS, Jander. Em defesa da floresta em pé: transferência de renda para as famílias guardiãs dos recursos ambientais na Unidades de conservação no estado do Amazonas. In: NASCIMENTO, Maria Antonia (Org.). *Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda*. Campinas, SP: Papel Social, 2015. p. 95-116.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Agricultura na sociedade de mercado: as mulheres dizem não à tirania do livre comércio*. São Paulo, 2006. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SILVEIRA, Maria Lucia; FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.

Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará

¿Desarrollo y equidad de género? Experiencia de un Proyecto de Generación de Ingresos para Mujeres en una Reserva Marina Extractiva en Pará

Gender Development and Equity? Experience of an Income Generation Project for Women in an Extractive Reserve in Pará

Ana Patrícia Reis da Silva
Maria Cristina Maneschy

Resumo: Análise da experiência do grupo Rede de Mulheres Caeteuaras, na Vila do Treme, município de Bragança, nordeste do Pará. Em que medida esse caminho favorece a equidade de gênero? Se elas assumem desproporcionalmente os cuidados com as pessoas, como conciliam produção, reprodução e a construção do grupo? Elas se inserem em uma Reserva Extrativista Marinha, um território de conservação ambiental. A metodologia da pesquisa é qualitativa, com entrevistas semi-diretivas e observação participante sobre o processamento de caranguejos, base da economia local. A invisibilidade do trabalho doméstico dificulta a organização das mulheres. Elas têm suas tarefas sobrepostas e nenhum controle sobre o produto do trabalho, dependendo dos intermediários que fornecem e escoam a matéria-prima. Através da Rede, procuram melhor posição na cadeia produtiva e a consciência de seu status de trabalhadoras extrativistas.

Palavras-chave: Gênero. Desenvolvimento Sustentável. Equidade. RESEX.

Resumen: Análisis de la experiencia del grupo Red de Mujeres Caeteuaras, en Vila do Treme, municipio de Bragança, noreste de Pará, Brasil. ¿En qué medida este camino favorece la igualdad de género? Si cuidan de manera desproporcionada a las personas, ¿cómo concilian producción, reproducción y formación del grupo? Forman parte de una Reserva Marina Extractiva, un área de conservación ambiental. La metodología de investigación es cualitativa, con entrevistas semidirectivas y observación participante sobre el procesamiento del cangrejo, base de la economía local. La invisibilidad del trabajo doméstico dificulta la organización de las mujeres. Tienen tareas superpuestas y no controlan el producto del trabajo, dependiendo de los intermediarios que suministran y entregan la materia prima al mercado. A través de su red, pretenden mejorar su posición en la cadena de producción y dar a conocer su condición de trabajadores extractivos.

Palabras clave: Género. Desarrollo Sostenible. Equidade. RESEX.

Abstract: Analysis of the experience of the women's group Rede de Mulheres Caeteuaras, in Vila do Treme, Bragança municipality, northeast of Pará State, Brazil. Does this route promote women's emancipation and gender equity? As women carry on most of care activities, how do they match production, reproduction, and their association building group developed? They are part of a Marine Extractive Reserve, an environmental conservation territory. The research methodology is qualitative, with semi-directive interviews and participant observation on crabs processing, a basis of the local economy. The invisibility of domestic work hinders their collective organization. Their tasks overlap and they have no control over their product, depending on middlemen who supply and flow the raw material into the market. Through their network, they mean to improve their position in the production chain and raise awareness of their status as extractive workers.

Keywords: Gender. Sustainable Development. Equity. RESEX.

Ana Patrícia Reis da Silva – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mail: ana.patty@hotmail.com

Maria Cristina Maneschy – Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mail: cristina@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo discute relações de gênero, trabalho e autonomia de mulheres, através da análise de uma experiência local de organização social e econômica. Trata do Projeto **Mulheres Pescando Autonomia**, que faz parte do que hoje se configura como **Rede de Mulheres Cateuaras**. Essa experiência é levada a efeito na Vila do Tremé, no município de Bragança, litoral do Estado do Pará.

O trabalho exercido por mulheres no setor informal, que é o caso das mulheres aqui pesquisadas, é significativo e crescente nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, uma das questões de interesse de pesquisa é: até que ponto essa via de inserção no mercado tem possibilitado a emancipação das mulheres e avanços na equidade de gênero em suas sociedades? Com efeito, estudos sobre mulheres e trabalho na perspectiva de gênero, em particular Helena Hirata (2016) e Uma Narayan (2005), levantam a necessidade de se observar em que medida fomentar o trabalho associativo para atuação no mercado informal implica em sobrecarga de trabalho, uma vez que elas continuam a assumir desproporcionalmente o trabalho dos cuidados, dentro e fora do lar. O trabalho associativo informal de mulheres, portanto, não é a panaceia que programas institucionais de combate à pobreza podem supor, uma vez que uma série de fatores ligados às hierarquias de gênero se mantêm.

Assim, levantam-se questões como as seguintes: a) como se dá a conciliação entre ambas as esferas, produtiva e reprodutiva, em casos em que grupos de mulheres se engajam em projetos coletivos de geração de renda? b) como se dá a delegação das atividades de cuidado a outrem, quando o trabalho ou a atividade associativa requerem mais tempo de dedicação? Por outro lado, trata-se neste estudo de uma Reserva Extrativista (RESEX), que é uma unidade territorial inscrita no quadro jurídico brasileiro das unidades de conservação, cujo propósito é conciliar economia e conservação ambiental, o que levanta pressões específicas sobre o trabalho e sobre a posição social das mulheres. Este estudo, portanto, refere-se à problemática da conciliação entre trabalho e cuidados, na perspectiva de gênero, em um contexto especial, que é o de um território de conservação ambiental. É um caso particular de estudo da questão mais geral sobre a interação entre a esfera da economia e dos cuidados.

Este artigo faz uma discussão sobre os conceitos de cuidado e trabalho, na ótica de gênero, com base em literatura de referência. Apresenta uma caracterização geral da Reserva Extrativista para, em seguida, analisar trechos de duas entrevistas semi-diretivas feitas em campo. Uma delas é com a representante de uma das organizações de apoio que estiveram na origem do Projeto Mulheres Buscando Autonomia. Outra, com uma das participantes ativas do grupo, que atua na produção da massa de caranguejos, uma das principais fontes de renda local e que absorve um contingente significativo de mulheres da comunidade. Nas entrevistas, analisa-se a origem do projeto, suas motivações e alguns limites à participação. Pretende-se evidenciar restrições ligadas à posição social das mulheres naquele contexto, destacando também como elas fazem a conciliação entre demandas tradicionais decorrentes da divisão sexual do trabalho e as da participação em grupo.

1. Trabalho e Cuidados, na Perspectiva de Gênero

Segundo a definição dada pelo Colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”, realizado em Paris, em 2013:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, é definido como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p. 18).

O cuidado é, portanto, uma esfera de atividades essenciais à vida coletiva, embora tenda a ser geralmente desvalorizada em termos econômicos e políticos. Para Danièle Kergoat (2016), socióloga do trabalho e do gênero, é preciso pensar na complexidade do cuidado e nas relações sociais em que ele se insere. Para tal, uma ferramenta analítica está nos conceitos de consubstancialidade, ou interseccionalidade, que consideram de forma dinâmica a intersecção da posição de gênero com diferentes eixos de desigualdade, como a raça, a classe, a etnia ou outros. Helena Hirata (2016), com base na abordagem de Kergoat (2016) sobre consubstancialidade, analisa o tema do cuidado (*care*), associando gênero, classe, raça e nação, já que seu estudo faz uma comparação da experiência de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em cuidados na França, no Japão e no Brasil. Essa perspectiva aponta para a manifestação de “opressões múltiplas e imbricadas” (HIRATA, 2016, p. 69). Kergoat (2012) destacou que a abordagem possibilita “pensar conjuntamente as dominações” e, portanto, conduz a uma crítica mais pertinente do *status quo* (apud HIRATA, 2016, p. 69).

No Brasil, como argumenta Sorj (2013), o cuidado mantém-se, em sua maior parte, na esfera privada das famílias. Prossegue a autora: “[...] quando desfamiliarizado, é muito consistente com o padrão de desigualdade socioeconômica do país” (Ibdem, p. 482). Visando sublinhar a intersecção entre desigualdade de gênero e de classe na experiência de mães de baixa renda que trabalham fora, a autora afirma, com base em dados censitários para o país como um todo.

A análise do trabalho das mães comparativamente ao dos pais e de outras mulheres nos conduz a concluir que as soluções privadas dos conflitos entre trabalho e família refletem e reproduzem as diferenças e desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Soluções privadas significam que as mães não estão disponíveis para integrar o mercado de trabalho em condições melhores, que lhes garantam mais autonomia e independência (SORJ, 2013, p. 484).

Essas discussões fundamentam o eixo de interesse deste estudo junto às mulheres “caeteuarras”, indagando-se como elas associam trabalho, associação e cuidados. Diversamente de mulheres de classes abastadas, elas são cuidadoras no âmbito familiar, buscando inserir-se no mercado, porém não tendo como delegar a outrem essas tarefas, no sentido que Hirata (2016) atribui ao termo delegar. E, também, não dispõem de estruturas coletivas ou de equipamentos públicos que possam assumir ou aliviar parte das tarefas do cuidar. Por outro lado, pode-se questionar qual o grau de autonomia no processamento e comercialização dos produtos, que seria alcançada pela participação no projeto coletivo. Ou seja, em que medida participar melhoraria sua posição nas redes de troca, diminuindo a dependência aos intermediários e possibilitando reterem uma parcela maior do valor de troca de seu produto?

Ou seja, trata-se de pensar conjuntamente as diferentes formas da divisão sexual do trabalho e as divisões de classe social, considerando-se as desigualdades de gênero. Historicamente, as análises feministas dominantes sobre as sociedades industriais afirmaram que o acesso a uma remuneração

neração monetária (a entrada, mesmo que parcial, no mercado de trabalho) era um avanço para as mulheres, pois permitia que elas ganhassem autonomia em relação à instituição familiar, geralmente dominada por homens, desmitificando, ao mesmo tempo, o caráter supostamente natural, portanto gratuito, das atividades que lhes eram atribuídas. Alguns destes aspectos estão presentes no universo de pesquisa aqui em foco. Todavia, trata-se de investigar com mais vagar como a intersecção entre gênero e classe se traduz em diferentes barreiras na experiência concreta dessas mulheres envolvidas em um projeto associativo.

Considera-se que o desenvolvimento sustentável, objetivo prioritário de uma RESEX, tem como um de seus eixos a equidade de gênero. Sobre equidade de gênero, pode-se recorrer a Carlos Prieto (2019), que afirma: “Quanto mais importante é a igualdade, mais importante é a ‘justiça’ no campo das relações de gênero” (PRIETO, 2019, p. 114).

Quando comparamos a situação de trabalho de homens e mulheres, são os parâmetros masculinos que fixam as normas, por se encontrarem em situação de vantagem em relação às mulheres. Partindo disso, tem-se a ideia de considerar a situação das mulheres como mais justas quando se aproximam da situação de privilégio dos homens. Porém, estamos discutindo neste momento atual no feminismo o termo “equidade”. Quando buscamos por equidade estamos falando de justiça, de oportunidades iguais independentemente de gênero, porém, levando em consideração que as pessoas são diferentes, diversas e plurais.

A situação das mulheres não privilegiadas por sua posição de raça e/ou de classe, no quadro da globalização, deve ser colocada no centro desta análise. Tal situação é profundamente diferente daquela das mulheres mais privilegiadas – embora todas sejam oprimidas, em diferentes graus, nas relações sociais de gênero.

Narayan (2005) discute porque o setor informal é maior nas economias do Terceiro Mundo do que no Primeiro e, nele, as mulheres têm presença muito expressiva. Essa força do setor informal seria herança do desenvolvimento desigual, provocado pelo colonialismo. A urbanização e, conforme o caso, a industrialização em países do Terceiro Mundo foi acompanhada de um grande contingente de pessoas expulsas das áreas rurais, mas com absorção desproporcionalmente menor nos mercados formais de trabalho. Já nos países do Primeiro Mundo, a industrialização criou mais empregos do que o número de artesãos e camponeses que ela arruinava, nas palavras da autora. Na periferia, ao contrário, criou menos empregos do que a força de trabalho liberada do campo e das cidades.

Em contextos de grande desigualdade nas relações de gênero, em que relações patriarcais continuam fortes, levantam-se desafios específicos para o tema da construção da equidade entre homens e mulheres através da participação nos mercados de trabalho. Historicamente, houve uma tendência à segmentação de gênero na formação dos mercados de trabalho, com mulheres participando em grande proporção do trabalho informal. A propósito, Narayan (2005) preocupa-se com o entusiasmo quanto ao “empoderamento das mulheres do Terceiro Mundo via micro empreendimentos no setor informal”. E, também, quanto aos supostos poderes do microcrédito na transformação das condições de vida e de trabalho das mulheres de baixa renda. De repente, o espírito empreendedor de mulheres pobres nesses contextos foi visto como resposta a seus problemas (NARAYAN, 2005, p.352).

Se voltarmos essa discussão para as mulheres trabalhadoras da pesca, temos ainda várias questões pertinentes que precisam de estudos mais aprofundados, seja na compreensão da equidade de gênero, seja na temática da economia, ou na segurança previdenciária, questão que tem ulti-

mamente gerado preocupação para as mulheres na pesca. Isso porque, segundo as últimas modificações na reforma da Previdência Social¹, a mulher pescadora não tem como comprovar facilmente sua atividade, mesmo que ela tenha envolvimento com processos de pós ou pré-captura. Notamos ainda que, apesar de terem crescido as pesquisas sobre gênero na pesca artesanal na última década, o mesmo não pode ser constatado para o caso das RESEX e os estudos de gênero e organização informal, conforme constatado através de levantamento bibliográfico.

2. A Vila de Treme e seus Trabalhadores da Pesca

As Reservas Extrativistas (RESEX) são unidades de conservação genuinamente brasileiras e, dentre as demais categorias previstas no Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Federal N°. 9.985 de 2000, apresentam uma série de particularidades. Constituem áreas de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas. Vislumbra-se nelas o uso sustentável dos recursos naturais e a implantação de estruturas voltadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades. São geridas por um Conselho Deliberativo e possuem seus Planos de Manejo, onde são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas de exploração, assim como os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica a serem desenvolvidos, entre outros aspectos.

A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú localiza-se no município de Bragança, nordeste do Estado do Pará. Possui área aproximada de 42.068,086 ha (cobrindo cerca de 20% da área total do município). Foi criada oficialmente em 20 maio de 2005 (ABDALA, SARAIVA E WESLEY, 2012). Seu território principal constitui-se de florestas de manguezais e as águas marinhas próximas. As áreas do entorno caracterizam-se por regiões de terra firme (áreas não alagadas), onde a vegetação predominante é a capoeira, entrecortada por igarapés rodeados por buritizais – matas nas quais há grande quantidade de buritizeiros (árvore nativa de nome científico *Mauritia Flexuosa*) –, além dos campos naturais alagados. O seu Plano de Manejo foi aprovado em dezembro de 2012 (Ibidem, p.27).

A Vila do Treme, lugar de pesquisa a que se refere este artigo, fica localizada a 18 km da cidade de Bragança, sede do município. A população de Vila do Treme era estimada em 7.000 mil habitantes em 2007 (MAGALHÃES *et. al.*, 2007), uma das vilas mais populosas do município. A pesca de caranguejos é uma das principais fontes de sobrevivência local. Os que praticam essa pesca são referidos como “tiradores”. O beneficiamento da carne do caranguejo tornou-se elemento chave para agregação de valor, bem como para inserção das mulheres no processo produtivo (Ibidem, p.02).

O manguezal apresenta papel ecológico fundamental nas zonas estuarinas e costeiras do país e é também fonte de recursos naturais para as comunidades locais. Segundo GLASER (2005), em estudo realizado em 2005, em Bragança, cerca de 83% dos moradores das comunidades pesqueiras localizadas nas proximidades do ecossistema manguezal retiravam seu sustento dos recursos naturais procedentes do manguezal. Destes, 64% estavam envolvidos na cadeia produtiva do caranguejo.

Entrevistas informais com tiradores de caranguejo na Vila do Treme indicaram que o caranguejo utilizado nas três fábricas de processamento de caranguejo lá situadas hoje é de origem de Vizeu, município vizinho ao de Bragança. As fábricas empregam mão de obra local e comercializam para a capital do Estado e, também, para o restante do país. As mulheres continuam sendo maioria na atividade de “catação” dos caranguejos – processo de retirada da carne do caranguejo de sua carapaça, depois de

¹ As mulheres que não exercem diretamente a atividade da captura não são reconhecidas facilmente como pescadoras.

cozido e esartejado; é a chamada “massa”. O trabalho é feito seja nas fábricas, que são unidades de processamento independentes, seja nas catações dentro das casas. Nas fábricas, os trabalhos de lavagem, cozimento e esartejamento dos caranguejos, que são considerados mais pesados, são feitos por homens. São eles que descarregam o caranguejo direto do caminhão (vindo de Viseu), realizam a limpeza do caranguejo e prosseguem nas etapas de cozimento e esartejamento. As mulheres, então, realizam a retirada da massa. Na cadeia produtiva do caranguejo, portanto, há uma marcada divisão sexual do trabalho. A atividade de captura do caranguejo nos mangues em escala comercial é, em sua grande maioria, feita por homens e às mulheres cabe a catação e o cuidado com o lar.

As mulheres e os homens que atuam no extrativismo de caranguejos podem ser classificados como trabalhadores da pesca, embora, como dito anteriormente, o reconhecimento das mulheres como membros dessa categoria é menos claro. Embora legalmente os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em atividades pós-captura tenham direito a essa classificação e aos correspondentes direitos previdenciários, o fato de que as mulheres se dediquem de modo menos contínuo ao trabalho remunerado contribui para diminuição do reconhecimento de sua condição profissional. Como trata Luceni Medeiros Hellebrandt (2017), em estudo sobre pesca de camarões no Estado de Santa Catarina, recentemente as atividades pré e pós captura no Brasil perderam o reconhecimento como “atividades de apoio à pesca”, o que desfavorece as beneficiadoras de pescados e mariscos. É o que mostra a autora:

[...] há uma definição de atividade pesqueira artesanal que contempla atividades de pré e pós captura. Estas atividades passam a serem legalmente denominadas de “atividades de apoio pesca” em 2015, e com o Decreto de 2017 desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Com o texto revogado, o Estado que antes denominava as etapas da atividade pesqueira onde as mulheres mais participam de “apoio à pesca”, agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Este processo torna legalmente invisível parte das mulheres da pesca (HELLEBRANDT 2017, p. 49).

Vale, ainda, recorrer ao estudo clássico de Diegues (1983) no Brasil, que analisou distintas formas pelas quais a produção pesqueira participa da economia capitalista e, em particular, o segmento da pesca artesanal. O autor ressaltou que por muito tempo o estudo dos pescadores e de sua produção fora marcado, no Brasil, por uma visão folclórica e idílica. O que era destacado era o modo de vida “pacato, indolente” ou de outro modo exalavam a coragem e os perigos enfrentados no mar, “em alguns casos se descreviam suas comunidades como entidades isoladas, alheias aos grandes processos econômicos, que marcaram a sociedade como um todo em seus vários ciclos econômicos” (DIEGUES, 1983, p. 7).

Autores como Diegues (1973; 1983), Duarte (1978), Mello (1985) e Maldonado (1986) deram contribuições expressivas, evidenciando como se deu a inserção da produção pesqueira ao quadro da acumulação de capital e da divisão social do trabalho no Brasil em diferentes contextos. Já na época, Diegues (1983) alertava para fatores de pressão sobre as comunidades locais de pescadores artesanais:

[...] a produção dos pescadores no Brasil, a relação entre essas populações humanas e seu meio-ambiente marinho e de águas interiores exigem um conhecimento mais sistemático e aprofundado. Esse conhecimento é ainda mais necessá-

rio no momento atual em que as comunidades de pescadores artesanais estão sob severa ameaça por causa da especulação imobiliária e da degradação ambiental, provocada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, sua cultura e suas formas de organização (DIEGUES, 1983, p. 5).

No ano de 1990, a antropóloga Lourdes Furtado publicou um estudo sobre as características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. Ela discutia como, a partir da década de 1970, implantou-se no Pará o parque industrial pesqueiro, sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia. Assim, a pesca industrial teve seu início em áreas de mar aberto, em locais onde os pescadores artesanais dificilmente conseguiriam chegar por conta do tamanho de suas embarcações e das técnicas empregadas. Houve, desde então, uma diversificação no Pará no que diz respeito ao setor pesqueiro, do ponto de vista técnico-social: de um lado o artesanal e, de outro, o industrial, ambos necessários para a economia do Estado e da região, porém, desigualmente aquinhoados no que tange a estímulos financeiros oficialmente definidos. O artesanal caracteriza-se por grande diversidade social e cultural. Os pescadores nos manguezais compõem esse contingente de trabalhadores artesanais da pesca (FURTADO, 1990, p. 02; MANESCHY, 1993; OLIVEIRA e MANESCHY, 2014).

A atividade de catação é uma das atividades que mais movimentam a economia da Vila do Treme. Feita de forma quase que exclusiva por mulheres, ela é realizada nas casas dos moradores da comunidade e nas fábricas, como dito acima. As catadoras recebem os caranguejos diretamente do patrão (que compra o caranguejo e “manda catar” para ele). O patrão é o agente que paga para que os coletores capturem o caranguejo nos mangues e ele repassa para as mulheres. Essa catação pode acontecer desde o período da madrugada e se estender durante o dia inteiro, o que faz com muitas mulheres adquiram doenças laborais. São, principalmente, males de coluna e lesões musculares nas mãos, por esforço repetitivo. Após o beneficiamento, as mulheres entregam a massa do caranguejo para o patrão e ele revende para os compradores de fora. Sua posição na intermediação propicia-lhe margens de lucro superiores tanto às dos pescadores quanto das catadoras.

3. Elementos da Construção de um Projeto de Geração de Renda e Autonomia por Mulheres na Reserva Extrativista

A pesquisa objetivou compreender as relações de gênero na experiência das participantes da Rede de Mulheres Caeteuaras. Para tanto, utilizou-se entrevistas semi-diretivas, dando espaço para elas falarem sobre a experiência de organização². Também se utilizou a observação participante em diferentes momentos da atividade da catação de caranguejo. A escolha deste método justifica-se por ser adequado, nesta etapa da pesquisa, entender qual o processo de organização do grupo, a partir das vozes dessas mulheres. Como dito anteriormente, estão em foco entrevistas feitas com duas pessoas que se configuram como atores importantes no processo. São elas, Iricina Aviz de Oliveira, assistente social e representante do CPP (Conselho Pastoral da Pesca³) na região Bragantina; e Dejanira Ferreira dos Santos, catadora de caranguejo e moradora da comunidade do Rio Grande.

²Depois de vários cursos de capacitação, o grupo de mulheres decidiu se transformar em uma rede de comercialização da massa dos caranguejos, a Rede de Mulheres Caeteuaras. À época da pesquisa de campo (2017), o grupo estava na fase de regularização, com a inscrição de CNPJ e obtenção de licenciamento ambiental para construção de uma cozinha comunitária.

³ Uma das pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Esta última é umas das lideranças da Rede de Mulheres Caeteuaras e uma das catadoras mais eloquentes do grupo. A primeira questão versa sobre um histórico do grupo.

P: Como começou o Projeto Pescando Autonomia?

Iricina: Com a atuação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) em algumas comunidades pesqueiras de Bragança, percebeu-se que havia um grupo considerável de mulheres na Vila do Tremé, em que a renda financeira da maioria delas era extraída diretamente da atividade pesqueira da extração da massa do caranguejo-uçá, e que elas não eram as donas da massa, apenas vendiam sua força de trabalho. Através de muitas reuniões na comunidade, surgiu a necessidade de melhorar a renda financeira dessas famílias, houve necessidade de uma capacitação profissional voltada para fortalecer a identidade profissional de pescador/a artesanal. E, ao mesmo tempo, agregar valores à massa do caranguejo. Foi então feito um projeto que viesse contribuir com a autonomia das pescadoras onde o CPP, junto à comunidade e num processo participativo, elegeu o nome do projeto “Pescando Autonomia”.

A fala indica que o objetivo inicial era de ampliar a geração de renda, através de uma melhor inserção no mercado – elas não eram donas da “massa”, dependiam dos intermediários – e através da capacitação técnica e da consequente “agregação de valor” ao produto. A notar que, em se tratando de alimento, elas também deviam adequar-se às normas sanitárias. Além disso, a organização visava o fortalecimento da “identidade profissional”. A fala denota que as trabalhadoras não tinham claramente definida uma identidade profissional, o que as excluía dos direitos sociais definidos para a categoria de trabalhadores na pesca, conforme apontado por distintos estudos sobre mulheres trabalhadoras na pesca (MANESCHY, SIQUEIRA E ÁLVARES, 2012; HELLEBRANDT, 2017).

O conjunto de objetivos deveria contribuir para autonomia dessas mulheres, como bem mostra o nome original do projeto: Pescando Autonomia. De acordo com a entrevistada, os vários apoiadores convergiam quanto aos objetivos. A visão comum era de que, por meio da associação, as mulheres superariam diversos entraves. Deve-se notar que os apoiadores também esperavam contribuir para a sustentabilidade do processamento de caranguejos, pois, como se sabe, essa atividade gera resíduos, com o descarte das carapaças. Sem o manejo adequado desse descarte, torna-se poluente nos manguezais e rios.

Por outro lado, há o problema das normas sanitárias do processo de catação. Em relação a isso, segundo o site JusBrasil⁴, em matéria de 2009, o Promotor de Justiça de Direito do Consumidor, Marco Aurélio do Nascimento, se reuniu então com os Promotores de Justiça dos municípios litorâneos do Pará que são os principais fornecedores de massa de caranguejo: Augusto Corrêa, Bragança, São Caetano de Odivelas, Salinas, Maracanã, Primavera e Viseu. Dessa reunião, participaram também representantes do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Na ocasião, foram discutidas as medidas que deviam ser tomadas para melhoria das condições do trabalho. O objetivo era traçar ações em conjunto para que fosse mais efetivo o combate às “pés-simas condições higiênico-sanitárias em que a massa de caranguejo é extraída”. Lendo a matéria na íntegra, chama atenção a fala de um dos presentes na reunião: “O trabalho é feito em mesas sujas, num espaço onde circulam animais e há desleixo com a limpeza”. Referiu-se também à participa-

⁴ Disponível em: <<https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1570489/belem-promotores-estabelecem-medidas-para-proibir-comercializacao-da-massa-de-caranguejo>>. Acesso em: 17 set. 2020.

ção de crianças no beneficiamento, sem os devidos cuidados com a higiene, conforme afirmou o Promotor de Justiça Marco Aurélio (BELÉM, 2009).

Por se tratar de uma produção que em parte é caseira, não há como evitar a extração da massa de caranguejos feita nas residências. Na época, portanto, o Ministério Público decidiu atuar para reduzir os problemas sanitários proibindo toda a comercialização da massa de caranguejos naqueles municípios. Nesse sentido é que as entidades de apoio também passaram a agir junto às produtoras familiares. Os apoiadores acreditavam que o grupo de produção possibilitaria o melhor enfrentamento do problema de poluição e da higiene, como esclarece a entrevistada Iricina Aviz (CPP):

Contribuir no processo de auto-organização e fortalecimento do grupo de produção; auxiliar na orientação e na adequação do grupo de pescadoras/marisqueiras às normas legais, priorizando as concepções da economia solidária; colaborar no desenvolvimento de alternativas na região para o combate ao grave problema da poluição por resíduos de caranguejo e realizar a 1ª Feira de Rede de Mulheres Caeteuaras em Bragança, dentro da Feira do Agricultor.

A segunda entrevista, com a catadora Dejanira, foi feita em sua própria casa, em um momento de pausa nos afazeres domésticos e no trabalho de catação do caranguejo.

P: O que a motivou para participar do projeto?

Dejanira: Primeiro motivo era melhorar a renda, a economia financeira mesmo. Depois, receber apoio. A gente queria fortalecer a categoria também, queria que o preço da venda da força de trabalho fosse justa [...] Outra coisa, a criação de um espaço físico para melhorar e valorizar a massa do caranguejo. E um sonho de ter a Casa da Pescadora.

Há uma notável convergência com os objetivos das organizações de apoio, conforme a entrevistada anterior indicou: melhor preço para o produto do seu trabalho e equipamentos que permitam elevar a qualidade e o valor agregado. No seu caso específico, ela menciona o “sonho” da Casa da Pescadora. Pode-se dizer que é um sonho ousado, fruto de um amadurecimento no reconhecimento pessoal de que elas são trabalhadoras da pesca. Ela também emprega o termo “marisqueiras” para se referir a elas.

A entrevista também abordou o que levou a formar a associação das mulheres no local. Novamente ela destaca o baixo valor obtido na venda do produto, a falta de visibilidade dessas trabalhadoras, o que inclui a adequação às normas sanitárias. Nas condições vigentes, a entrevistada refere-se ao trabalho informal que realizam como “estar na ilegalidade”.

Dejanira: Ausência de políticas públicas voltadas para essa categoria e [também] muitas mulheres vivem especificamente da extração da massa do caranguejo, mas o pagamento por quilo é de baixo valor [...] Agregar valor à massa do caranguejo [...] Dar visibilidade da mulher na pesca e possibilitar alternativas para que as pescadoras e marisqueiras da região pudessem sair da ilegalidade.

Chama a atenção, na fala da catadora, que a criação do Projeto e, depois, sua transformação em Rede seria uma maneira pela qual elas resistiriam ao mercado que não as inclui em termos sociais, pois não apenas os termos de troca são desfavoráveis – baixo preço pago pelo

comerciante à catadora –, mas também elas são invisíveis nesse mercado. Dejanira falou como pretendem “sair da ilegalidade”. São invisíveis como mulheres trabalhadoras da pesca e ofertantes de uma mão de obra barata, flexível e sem cobertura social. Vivem, portanto, opressão de classe e de gênero. E, além disso, exercendo uma atividade poluente devido ao problema do descarte dos resíduos.

Desde sua formação, o grupo teve oportunidade de participar de atividades de formação promovidas por organizações de apoio. A Figura 1 ilustra uma das oficinas de capacitação. Nessa oficina, elas utilizam a carapaça dos caranguejos, que geralmente é descartada e polui o meio ambiente. O objetivo era reaproveitar para fazer artesanato, gerando também outra oportunidade de renda.

Figura 1-Imagem de um curso de artesanato com as carapaças de caranguejo.



Fonte: IRICINA AVIZ

Durante o diagnóstico do projeto Pescando Autonomia⁵, percebeu-se que a maioria das mulheres que trabalhavam na catação do caranguejo, senão todas, não eram “donas da massa”, mas apenas “vendiam a sua força de trabalho”. Ou seja, elas dependiam de um atravessador que lhes fornecia o caranguejo tirado do mangue pelos pescadores para que elas fizessem a catação e

⁵No início do projeto, foi elaborado um diagnóstico social com questões de caracterização da comunidade local e das catadoras de caranguejo, que serviria de referência para as ações que foram executadas na comunidade.

entregassem o produto beneficiado ao atravessador. Elas viam nisso um fator a mais que deprimia o valor de troca do produto. Este ainda é um dos pontos principais em que o projeto atua e que merece ser alvo de pesquisas mais aprofundadas.

Em campo, diversas mulheres destacaram que, para participar das reuniões de formação junto com o grupo, precisavam “acordar mais cedo” e “adiantar o trabalho de casa”. Verifica-se que, salvo exceções, elas não têm a quem delegar esse trabalho e não contam com equipamentos coletivos para auxiliar. Quando o fazem, contam com outras mulheres da família. Este é um dilema enfrentado por muitas mulheres quando decidem participar de um processo de organização social, ou geração de renda, formal ou informal, conforme apontado na literatura sobre gênero e trabalho. A organização das atividades domésticas recai, em sua maioria, sobre a mulher, seja a própria trabalhadora, seja outras mulheres de seu círculo familiar.

Em nome da autonomia das mulheres, defendeu-se que o acesso à remuneração monetária corresponderia a um avanço. No entanto, embora as últimas décadas evidenciem que houve mudanças, pesquisas demonstram que ainda não se tem muito a comemorar. Dados recentes revelam que as mulheres são majoritárias a exercer o trabalho do cuidado, de acordo com Kergoat (2016). Como explicar, por exemplo, que as mulheres permanecem ampla maioria (92,6%) no trabalho doméstico remunerado no Brasil? E, nessa ocupação, o percentual de mulheres negras segue maior (KERGOAT, 2016, p. 17). Essa intersecção entre hierarquias de gênero e de classe se manifesta, também, na experiência de vida das catadoras, tanto no trabalho cotidiano quanto nos intentos de formar a associação produtiva.

No caso aqui em estudo, a sobrecarga de atividades sobre as mulheres é considerável, conforme apontaram os dados de campo. Esse é um desafio suplementar ao sucesso do projeto coletivo de geração de renda e de valorização profissional. Vale lembrar Narayan (2005) de que projetos de apoio a trabalhos informais não são panaceia para superação da pobreza e das opressões de gênero. A intersecção entre várias fontes de desigualdade na vida cotidiana amplia os desafios para a construção do desenvolvimento sustentável – objetivo da RESEX –, tendo como um de seus eixos a equidade de gênero.

Quanto ao objetivo de assegurar maior autonomia no processo produtivo, via condições mais favoráveis de comercialização, as componentes da Rede de Mulheres Caeteuaras relataram situações de conflito que enfrentaram no início de seu processo de organização. Evidenciaram que os “patrões” de então (compradores do produto) procuravam desmobilizar as reuniões e encontros do grupo. Por exemplo, passavam nas casas das mulheres para dizer que o projeto não iria dar certo e que elas iriam ficar sem renda alguma e que, portanto, não deveriam participar.

Sabemos que essa estratégia desmobilizadora de intermediários não é algo específico de uma região ou mesmo desta época em que vivemos. Na Vila do Tremé, o intermediário em questão tinha interesse em manter as fornecedoras dispersas no trabalho em suas casas, entregando individualmente o produto ao comprador, que ocupava assim praticamente uma posição de monopólio. Tratando-se de mulheres que combinavam cuidados com o lar e atividade produtiva, a mística da mulher cuidadora e complementadora da renda familiar contribuía para o baixo preço de seu trabalho e para seu baixo poder de barganha nas trocas.

A força de trabalho feminina foi, ao longo de séculos de transição para o capitalismo, empregada como recurso de baixar custos. Sobretudo, aquela menos organizada coletivamente e, muitas vezes, inserida nas muitas formas de trabalho a domicílio a serviço de contratadores em diversos ra-

mos de atividade no meio rural. Essa é uma característica do capital em sua forma mercantil, ainda atuante em muitas partes nos rincões amazônicos, na comercialização de produtos do extrativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta resultados iniciais de uma caminhada de pesquisa. A continuidade dos estudos contribuirá para o entendimento mais afinado da construção do desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero, já que estamos falando do território de uma reserva extrativista e, também, das pressões sobre as mulheres para garantirem sua produção e sua própria renda em contextos desfavoráveis.

A experiência analisada evidencia um processo em curso de conscientização pelas mulheres de sua posição social de trabalhadoras da pesca e, por conseguinte, conscientização de seu potencial organizativo, através da Rede, para melhorar suas condições de participação no mercado. Elas o fazem contando com apoios externos decisivos, a exemplo do CPP. Os desafios envolvem desde o como combinar as demandas de conciliação entre produção e cuidados, sobretudo para as que são mães, as hierarquias de gênero que restringem sua mobilidade, a baixa renda e os desafios materiais e tecnológicos de trabalharem com um produto perecível e que gera resíduos poluentes, dentre outros. Finalmente, superarem sua invisibilidade como produtoras locais no contexto da Reserva Extrativista.

Atualizar a agenda sobre as relações de trabalho é preocupação constante nos estudos sobre gênero e trabalho e nas organizações que atuam na promoção da equidade de gênero. Esse é um interesse que vai além das pesquisas acadêmicas, afinal, o mundo do trabalho não é só um campo de conhecimento, mas também caminho fundamental para mudar as desigualdades entre homens e mulheres. Isso porque o processo emancipatório só pode existir se for desenvolvido simultaneamente no âmbito coletivo e no individual. E se esse processo, no caso das mulheres, conseguir conjugar consciência de gênero, consciência de classe e, conforme o caso, também de raça.

Mesmo com avanços significativos, as mulheres ainda são excluídas das decisões em muitas nas organizações sociais formais e informais, porque a cultura prevalecente tende a seguir a lógica do interesse próprio, dentro de um padrão patriarcal. Por outro lado, há o longo processo histórico que sustenta a necessidade de diferenciação entre gêneros para manter uma relação de poder e hierarquia.

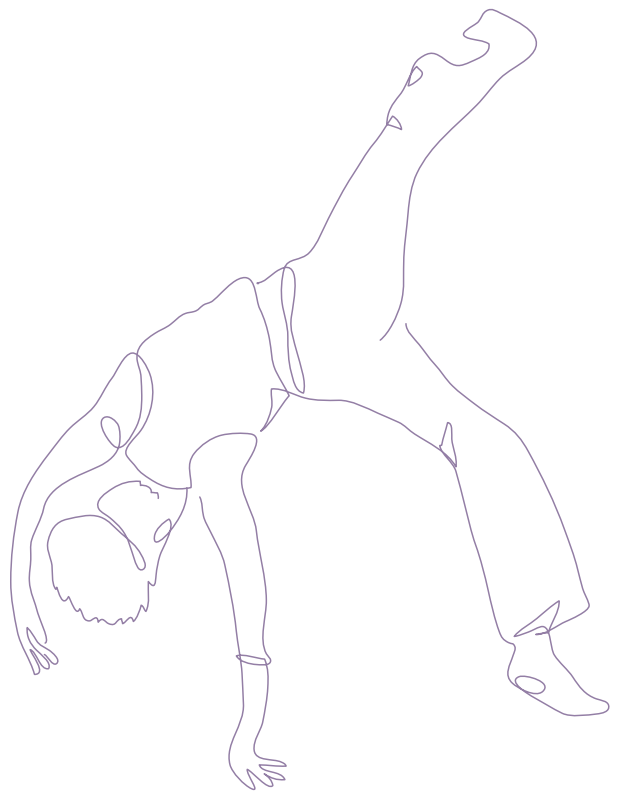
REFERÊNCIAS

ABDALA, G.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. 2012. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçú* - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio.

ADOMILLI G. K. 2000. *MÉTIS: história e cultura* – v. 8, n. 16, jul./dez, p. 97-119.

BELÉM, Promotores estabelecem medidas para proibir comercialização da massa do caranguejo. *JusBrasil*, Belém, 11 nov. 2009. Disponível em: <<https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1570489/beleem-promotores-estabelecem-medidas-para-proibir-comercializacao-da-massa-de-caranguejo>>. Acesso em: 17 set. 2020.

- DIEGUES, A.; VIANA, V. M. (orgs.). 2004. Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. In: DIEGUES, A. C. 1983. *Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos*. 2 ed. Ática. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP: CEC.
- DUARTE, F. D. 1978. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1978.
- FALQUET, J. 2016. *Transformações neoliberais do Trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 1 ed.
- FURTADO, Lourdes. 1990. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, v.6. n.1: 41-93.
- GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A L. 2005. *Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. Belém: UFPA/NUMA.
- HELLEBRANDT, L. M. 2017. *Mulheres da Z3- o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. Florianópolis. 173 p.
- HIRATA, H. 2016. *O cuidado em domicílio na França e no Brasil. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 1 ed.
- KERGOAT, D. 2016. *O Cuidado e a Imbricação das relações sociais. Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 1 ed.
- MAGALHÃES, A; COSTA, R.M.; SILVA, R.; PEREIRA, L.C.C. 2007. *The role of women in the mangrove crab (Ucides cordatus, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará)*. *Ecological Economics*. v.61. p. 559-565.
- MALDONADO, S. C. 2000. *No mar: conhecimento e produção* – In: DIEGUES, A. (ed) *Imagem das Águas*. Hucitec/Nupaub, São Paulo.
- MANESCHY, M. C. A. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; FIÚZA DE MELLO, A. (Orgs.). 1993. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 12-62.
- MANESCHY, Maria Cristina, Siqueira, Deis, & Álvares, Maria Luzia Miranda. 2012. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 713-737.
- MELLO, A. F. 1985. *A pesca sob o capital e a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, Universidade Federal do Pará. 1985
- NARAYAN, U. 2005. *Colonialism, gender, informal sector work and issues of social justice*. Vassar College (U.S.A. Anales de la Cátedra Francisco Suárez), v. 39. p 351-362.
- Oliveira, Marcelo do Vale, Maneschky, Maria Cristina Alves. 2014. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(1), 129-143.
- PRIETO, C. 2019. Na Espanha, o tempos das transformações. In: MARUANI, M. (org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- SORJ, Bila. 2013. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 478-491.



Juventude Rural no Trabalho da Agricultura Familiar na Comunidade do Espírito Santo do Itá, Santa Isabel – PA

Juventud Rural en el Trabajo de Agricultura Familiar en la Comunidad Espírito Santo do Itá, Santa Isabel – PA

Rural Youth in the Work of Family Agriculture in the Espírito Santo do Itá Community, Santa Isabel - PA

Matheus Gabriel Lopes Botelho

Ruth Helena Cristo Almeida

Resumo: O presente estudo objetiva identificar os fatores que levam os jovens da comunidade do Espírito Santo do Itá (Santa Isabel do Pará) a decidirem ou não pela sucessão geracional na agricultura familiar, enfocando suas dificuldades e perspectivas em relação às atividades econômicas da comunidade. Tal estudo envolveu pesquisa de campo, revisão de literatura buscando levantar dados relativos à juventude da comunidade. Segundo os entrevistados, no processamento da farinha não ocorre divisão de tarefas por sexo, diferente das observações da pesquisa de campo, onde se observa claramente essa divisão – como o processo de descascamento, realizado pelas mulheres e a etapa de torração da farinha, feita por homens.

Palavras-chave: Juventude Rural. Agricultura Familiar. Sucessão Geracional. Mulheres.

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo identificar los factores que llevan a los jóvenes de la comunidad de Espírito Santo do Itá (Santa Isabel do Pará) a decidir o no por la sucesión generacional en la agricultura familiar, centrándose en sus dificultades y perspectivas en relación con las actividades económicas de la comunidad. Dicho estudio involucró investigación de campo, revisión de literatura que busca recopilar datos relacionados con la juventud de la comunidad. Según los entrevistados, en el procesamiento de la harina no existe división de tareas por sexo, a diferencia de las observaciones de la investigación de campo, donde se observa claramente esta división, como el proceso de pelado realizado por las mujeres y la etapa de tostado de la harina realizado por los hombres.

Palabras clave: Juventud Rural. Agricultura familiar. Sucesión generacional. Mujer.

Abstract: The present study aims to identify the factors that lead young people from the Espírito Santo do Itá community (Santa Isabel do Pará) to decide or not by the generational succession in family farming, focusing on their difficulties and perspectives in relation to the community's economic activities. Such study involved field research, literature review seeking to gather data related to the community's youth. According to the interviewees, in the flour processing there is no division of tasks by sex, unlike the observations of the field research, where this division is clearly observed, such as the peeling process carried out by women and the roasting stage of the flour made by men.

Keywords: Rural Youth. Family farming. Generational Succession. Women.

Matheus Gabriel Lopes Botelho – Engenheiro Agrônomo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: math.botelho2194@gmail.com

Ruth Helena Cristo Almeida – Doutora em Ciências Agrárias. Docente e Pesquisadora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: ruthpara79@gmail.com

INTRODUÇÃO

O conceito de juventude é um desafio para muitos, pois, como categoria social, a juventude e a maturidade possuem uma fronteira caracterizada como um jogo de lutas em todas as sociedades, uma vez que são muito variadas as divisões de classes por idade, pois são segmentações construídas socialmente (STROPASOLAS, 2006).

O Estado do Pará é referência nacional no processamento de subprodutos da mandioca (*Manihot esculenta*) em casas de farinha. Essas atividades são caracterizadas por serem familiares e repassadas de pais para filhos ao longo de gerações, definindo, dessa forma, um processo de sucessão que atende aos critérios de hereditariedade e parentesco, de acordo com o contexto rural (FERNANDES, 2017). De acordo com Ferreira (2019), as comunidades rurais na Amazônia são formadas por jovens que almejam dar continuidade às atividades agrícolas realizadas pelos pais, e por aqueles que desejam realizar o processo de migração para as cidades por motivos específicos, como a busca de qualificação profissional e continuidade aos estudos nos centros urbanos.

A decisão de permanência no campo ainda acontece por afinidade de realização das atividades produtivas no meio rural. Neste sentido, a sucessão geracional no meio rural é caracterizada pela formação de uma nova geração de jovens agricultores que se dedicam ao controle do estabelecimento agropecuário. Porém, a decisão de permanência destes no meio rural está relacionada a condições objetivas internas e externas ao estabelecimento rural. Dessa forma, a sucessão geracional pode ser compreendida como um processo de continuidade dos jovens agricultores nas atividades desenvolvidas pelos pais no meio rural. Logo, o trabalho na agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento de aprendizagem para a juventude rural que almeja preservar o trabalho no campo ao longo de gerações (DINIZ, 2013). Dessa forma, a continuidade da agricultura familiar está associada à disposição, dos jovens filhos dos agricultores familiares, em suceder seus pais, sejam eles homens ou mulheres. O processo do êxodo de jovens do rural para as cidades é um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar (BRUMMER *et al.*, 2005).

Até meados dos anos de 1970, o processo de sucessão entre gerações de agricultores acontecia devido à tradição cultural que deixava as mulheres da família à margem do processo, sendo a primogenitura ou minorato, filho mais velho ou filho mais novo, respectivamente, as prioridades de acesso à sucessão na unidade de produção. Porém, percebe-se que, nos tempos atuais, a sucessão geracional ainda está relacionada com a masculinização no campo, uma vez que os agricultores, em sua maioria, ainda possuem uma preferência de escolha pelos filhos homens para dar continuidade nas atividades rurais desenvolvidas pelos pais, pois a recorrência do patriarcado no meio rural é uma realidade, atribuindo culturalmente ao homem o papel produtivo e à mulher, o papel reprodutivo, caracterizado pelo cuidado com os filhos e a realização dos afazeres domésticos (KISCHENER *et al.*, 2015). A reprodução da agricultura familiar ocorre de forma endógena, sendo, tradicionalmente, um dos integrantes da família o sucessor da unidade produtiva (CARNEIRO, 2001; SPANEVELLO, 2008).

Nestes termos, o presente estudo possui como objetivo identificar os fatores que levam os jovens da comunidade do Espírito Santo do Itá (Santa Isabel do Pará) a decidirem ou não pela sucessão geracional na agricultura familiar, enfocando suas dificuldades e perspectivas em relação às atividades econômicas da comunidade. Com objetivos específicos: apresentar o perfil dos jovens da comunidade estudada; avaliar a participação dos jovens no processamento dos

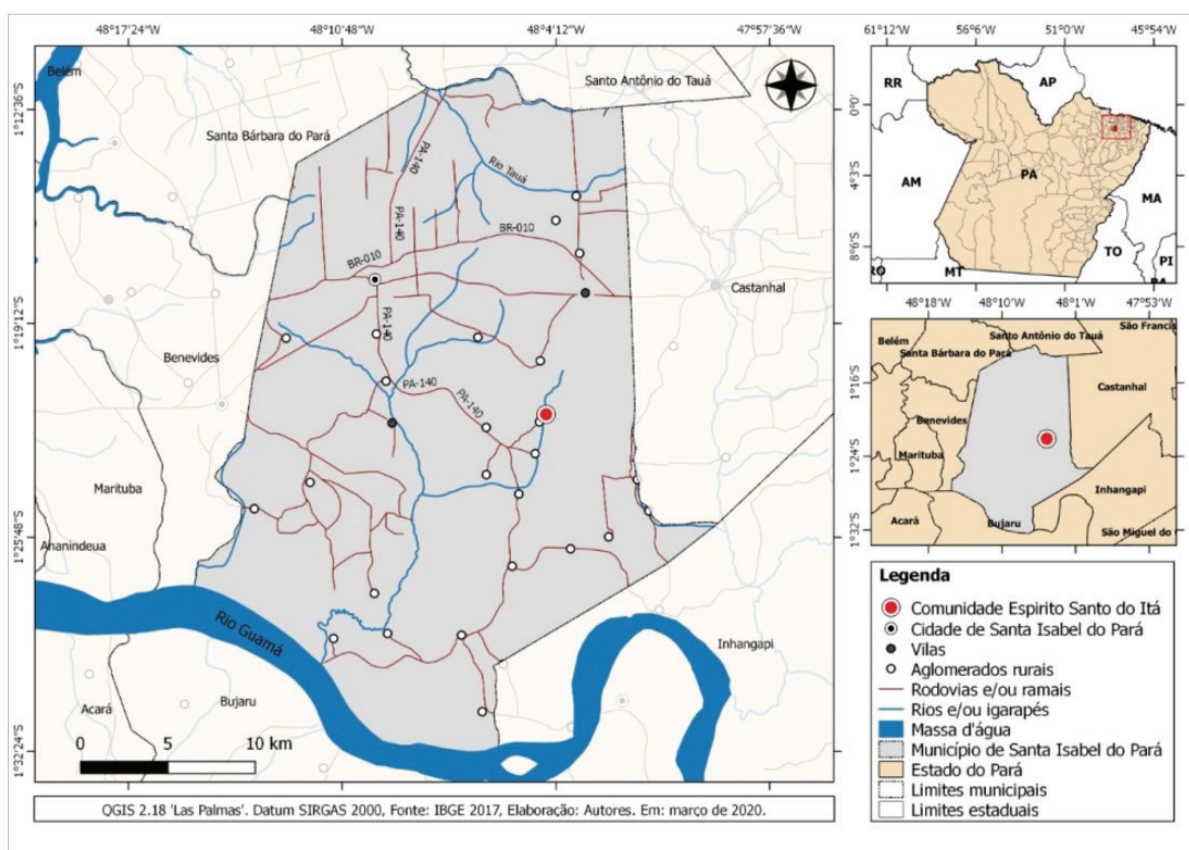
subprodutos da mandioca (*Manihot esculenta*) nas casas de farinha da comunidade; e levantar os principais motivos que levam os jovens da comunidade a decidirem pela permanência ou saída do campo e nas atividades econômicas familiares.

1. Material e Métodos

1.1. Área de Estudo

O trabalho foi realizado na comunidade do Espírito Santo do Itá, localizado a aproximadamente 20 km ao sul do município de Santa Isabel, nordeste do Estado do Pará, a 45 km da capital Belém. A comunidade possui as coordenadas geográficas entre o paralelo $1^{\circ}22'0''S$ e meridiano $48^{\circ}04'31''O$ (Figura 1). O principal acesso à área de estudo é realizado através das vias rodoviárias BR-316 e a rodovia estadual PA-140, realizando a integração das diversas localidades que existem na região (SALOMÃO, 2016).

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade do Espírito Santo do Itá.



Fonte: Autores (2020).

1.2. Coleta de Dados

O estudo envolveu pesquisa de campo, buscando levantar dados relativos à juventude rural da comunidade, como: problemas enfrentados, formas de lazer, acesso aos meios de comunicação e outros fatores que possam contribuir para o entendimento dos processos de decisão da sucessão geracional nas atividades rurais, condizente com a pesquisa realizada por Ferreira (2019).

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada na forma de um questionário, sendo aplicado a 30 jovens, de maneira aleatória, e que residem na comunidade, resultando em 15 homens e 15 mulheres, de acordo com os objetivos do trabalho. O questionário foi composto por perguntas fechadas e abertas com opção de justificativa, para a obtenção de dados numéricos relativos aos principais tópicos abordados na pesquisa, mas também levando em consideração a percepção dos jovens entrevistados.

A classificação do que é ser jovem no Brasil é realizada, em sua maioria, a partir do quesito faixa etária. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera jovem aquele que possui idade entre 15 a 29 anos, assim como considera Golgher (2010). Porém, nesta pesquisa, considerou-se como mais relevante a faixa etária de juventude definida pelos atores locais da comunidade, de acordo com a percepção destes, juntamente com a realidade social que considera a categoria de juventude como sendo um grupo social que está muito além da definição marcada pela faixa etária, de acordo com Abramovay e Esteves (2007). A tabela 1 apresenta a percepção dos jovens da comunidade em relação à faixa etária de juventude onde a maioria dos entrevistados afirmou que o período de juventude é compreendido entre 10 a 25 anos de idade (53,4%), diferindo do que o IBGE classifica. Uma vez que, de acordo com a percepção dos mesmos, a juventude pode ser iniciada a partir dos 10 anos de idade, pois os jovens relataram que o processo de maturidade é alcançado desde cedo para os mesmos da comunidade, com a prematura geração de filhos e o precoce compromisso de trabalho nas atividades agrícolas.

Tabela 1 – Distribuição dos jovens entrevistados de acordo com a percepção dos mesmos em relação à faixa etária de juventude.

Faixa etária (anos)	Nº de jovens	%
10 -- 24	2	6,6
10 -- 25	16	53,4
10 -- 26	2	6,6
12 -- 25	2	6,6
12 -- 20	3	10,0
12 -- 24	1	3,4
13 -- 19	3	10,0
15 -- 20	1	3,4
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A tabela 2 indica a idade dos entrevistados. A faixa etária das pessoas entrevistadas variou entre 11 a 24 anos. Sendo que a maioria dos jovens estava na idade de 17 e 23 anos, seguido de 12, 14, 15, 19, 16, 18, 20, 11, 13, 21 e 24 anos.

Tabela 2 – Distribuição e porcentagens dos jovens entrevistados de acordo com a idade.

Idade (anos)	N° de jovens	%
11	1	3,4
12	3	10,0
13	1	3,4
14	3	10,0
15	3	10,0
16	2	6,6
17	4	13,3
18	2	6,6
19	3	10,0
20	2	6,6
21	1	3,4
23	4	13,3
24	1	3,4
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os questionários foram preenchidos pelo entrevistador face a face com o entrevistado (Figura 2), condizente com o método de Michelat (1987). Este estudo se trata de uma pesquisa participante, que se define como uma investigação efetivada por meio da introdução e comunicação do pesquisador na comunidade (PERUZZO, 2017).

1.3. Análise de Dados

No que se refere à análise de dados, utilizou-se a quali-quantitativa. A análise qualitativa se refere à percepção dos atores locais sobre o fenômeno social que os cercam, e a análise quantitativa está relacionada aos levantamentos de dados numéricos relativos e percentuais relacionados com a permanência ou à saída dos jovens do campo e suas motivações para isso. Expressando as variáveis pesquisadas, com o foco no objetivo de pesquisa, os dados quantitativos possuem forma numérica e percentual. Visando a melhor ilustração de tais dados, esses foram apresentados em forma de tabelas e gráficos, considerando sempre a totalidade dos indivíduos envolvidos. Os dados quantitativos foram tabulados e sistematizados por meio do programa *Microsoft Office Excel*.

Os entrevistados assinaram um termo de autorização, para que os dados pesquisados sejam utilizados e demonstrados publicamente, com a finalidade de uso e divulgação do conteúdo disponibilizado pelos indivíduos envolvidos.

2. Resultados e Discussão

2.1. O Perfil dos Jovens

As localidades de nascimento dos jovens entrevistados foram: Sede do município de Santa Isabel (50,0%), comunidade do Espírito Santo do Itá (43,4%) e Macapá (6,6%), de acordo com a tabela 3.

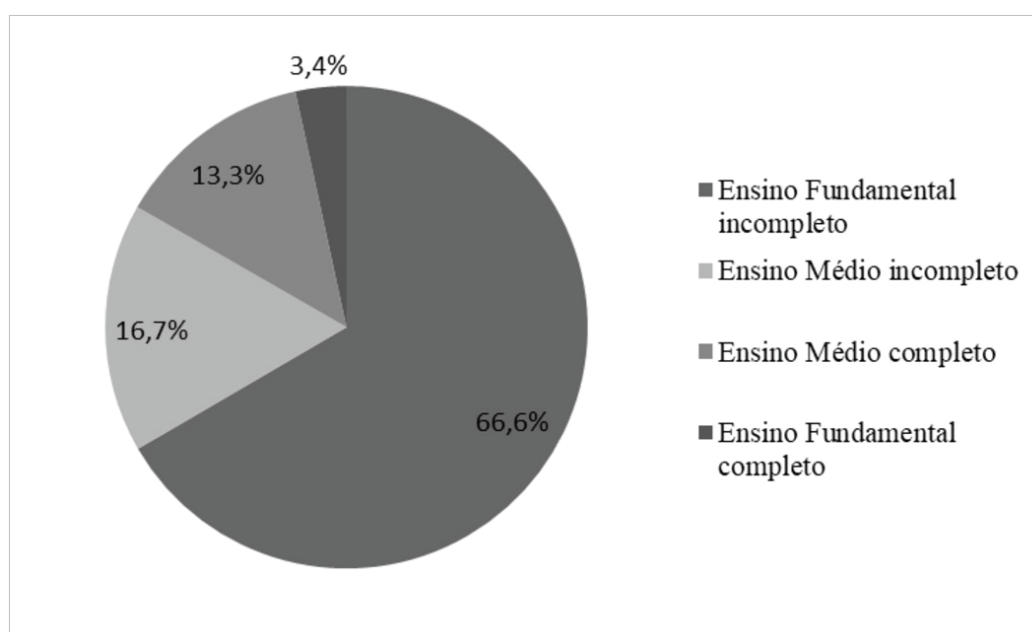
Tabela 3 – Localidades de nascimentos e porcentagens dos jovens entrevistados.

Localidades	N° de jovens	%
Santa Isabel	15	50,0
Comunidade	13	43,4
Macapá	2	6,6
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que se refere ao grau de escolaridade, constatou-se que 66,6% dos jovens possuem o ensino fundamental incompleto, 16,7%, o ensino médio incompleto, 13,3%, o ensino médio completo e 3,4%, o ensino fundamental completo, como mostra a Figura 2. Uma vez que é válido ressaltar que a comunidade possui o grau de escolaridade até o ensino fundamental, ou seja, os jovens que possuem o ensino médio incompleto ou completo estudaram em escolas que residem fora da comunidade, como nas cidades de Belém e na Sede de Santa Isabel. De acordo com Ferreira (2019), uma parcela significativa dos jovens rurais com baixa escolaridade anseia em dar continuidade aos estudos e ter uma boa formação, visando a obtenção de um bom emprego e melhoria de qualidade de vida.

Figura 2 – Porcentagens dos jovens entrevistados de acordo com o grau de escolaridade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Quando os entrevistados foram questionados a respeito de suas profissões, os mesmos afirmaram que são agricultores (93,4%), uma pessoa alegou ser jovem aprendiz (3,3%) e um jovem afirmou não possuir profissão (3,3%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição e porcentagens dos jovens entrevistados de acordo com a profissão que possuem.

Profissão	Nº de jovens	%
Agricultor (a)	28	93,4
Jovem aprendiz	1	3,3
Não possuem	1	3,3
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os jovens que possuem atividades no meio rural são aqueles que estão relacionados ao processamento de subprodutos da mandioca nas casas de farinha. Quando questionados sobre auxiliar os pais nas atividades de campo, a maioria dos jovens afirmou que realiza essa ajuda (86,7%) e alguns negaram, definindo 13,3% dos entrevistados (Tabela 5). De acordo com a pesquisa de campo realizada, observou-se que a maioria desses jovens estão inseridos em uma posição hierárquica de submissão com os pais, como afirma Castro (2005). Por outro lado, aqueles que negaram esse auxílio se recusam a dar continuidade aos trabalhos de campo realizados pelos pais, como aborda Spanevello (2011), não possuindo vocação para serem potenciais sucessores.

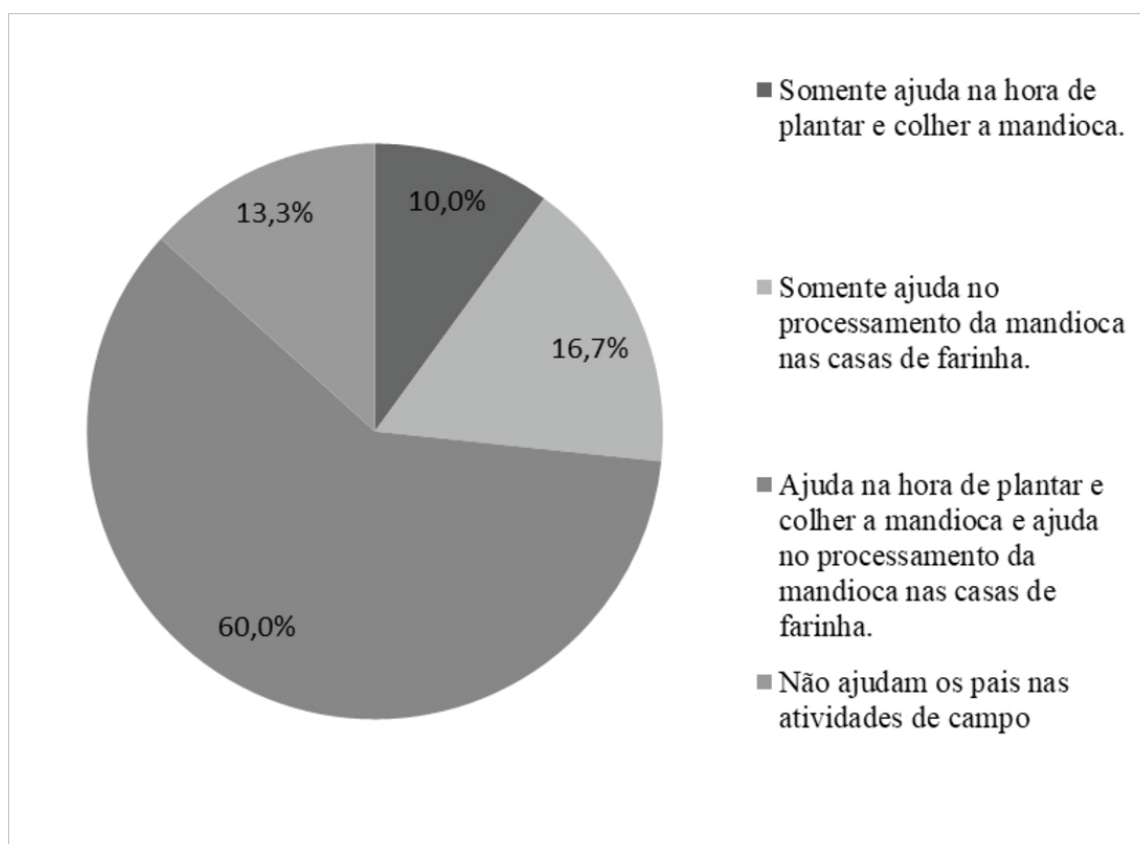
Tabela 5 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens de acordo com a prática de auxílio nas atividades de campo com os pais.

Respostas	Nº de jovens	%
Auxiliam	26	86,7
Não auxiliam	4	13,3
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quando questionados sobre quais atividades eles realizam para auxiliar os pais no meio rural, as principais respostas foram: ajuda na hora de plantar e colher a mandioca e ajuda no processamento da mandioca nas casas de farinha (60,0%); somente ajuda no processamento da mandioca (16,7%) e somente ajuda na hora de plantar e colher a mandioca (10,0%). Porém, alguns jovens afirmaram não realizar esse auxílio de atividades de campo com os pais, constituindo 13,3% dos entrevistados (Figura 3).

Figura 3 – Porcentagens dos jovens entrevistados de acordo com as atividades de campo que realizam para auxiliarem os pais nas atividades rurais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Uma quantidade significativa de jovens afirmou que recebe remuneração no auxílio das atividades de campo com os pais (70,0%), não sendo entre eles um valor fixo a ser pago, e que pode variar de acordo com a venda dos subprodutos nas feiras da cidade de Santa Isabel e ao período de safra da mandioca. Porém, 16,7% dos jovens entrevistados afirmaram que não recebem qualquer remuneração neste auxílio (Tabela 6).

Tabela 6 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens sobre a ocorrência de remuneração nas atividades de campo de auxílio para os pais.

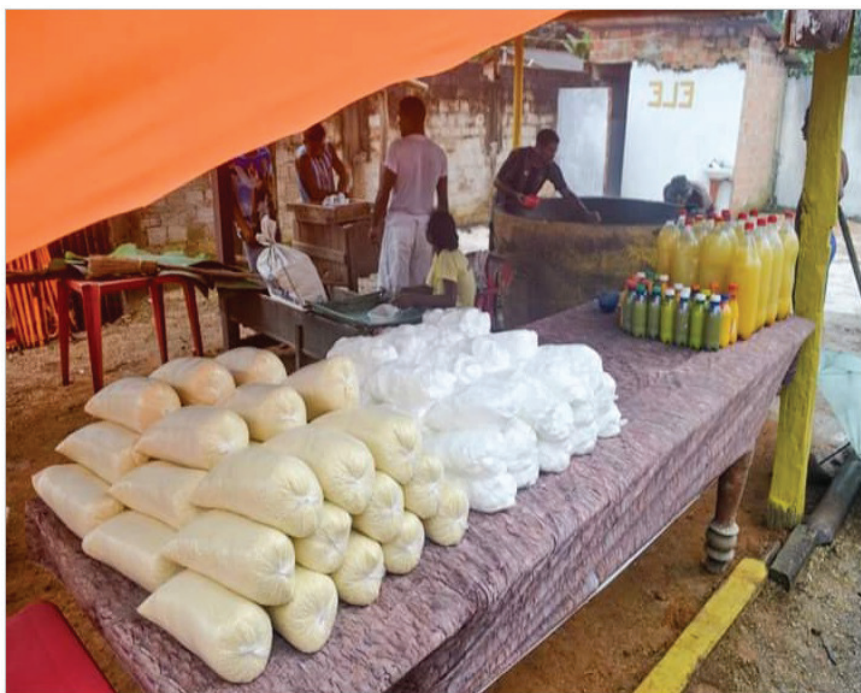
Respostas	Nº de jovens	%
Recebem remuneração	21	70,0
Não recebem remuneração	5	16,7
Não auxiliam os pais	4	13,3
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

2.2. A Participação dos Jovens no Processamento dos Subprodutos da Mandioca nas Casas de Farinha da Comunidade

De acordo com todos os jovens entrevistados, existem três tipos de farinhas produzidas na comunidade, sendo elas: farinha d'água, mista e seca. Podendo variar entre os subtipos: amarela e branca. Uma vez que essas variedades são obtidas por meio de diferentes métodos de processamento. A farinha d'água é feita por meio da fermentação e ao uso mais frequente da mandioca brava, ocasionando um produto com bem granulados. A mista é obtida mediante as misturas das massas de mandioca ralada e fermentada, antes da prensagem. A seca é obtida de raízes de mandioca secas à temperatura moderada ou alta. Os principais subprodutos da mandioca produzidos pela comunidade são: Goma, tucupi e farinha D'água (Figura 4). Como afirma Fernandes (2017), o Estado do Pará continua sendo o maior produtor nacional de mandioca, realizando, principalmente, a produção de farinha dos tipos: D'água, mista e seca.

Figura 4 – Subprodutos produzidos na comunidade e comercializados nas feiras da cidade de Santa Isabel (PA), como a farinha D'água, goma e tucupi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que se refere à comercialização desses subprodutos, todos os entrevistados afirmaram que as vendas são realizadas, principalmente, nas feiras da cidade de Santa Isabel (PA), e ocorre uma parcela pequena de comercialização dentro da comunidade, mas também as vendas são realizadas por meio de exportação para outros Estados ou países, juntamente com os subprodutos produzidos por outras comunidades vizinhas.

Quando perguntados sobre a participação nas etapas de processamento da mandioca nas casas de farinha, 28 jovens entrevistados alegaram participação nas atividades de processamento, e dois jovens negaram participação. A figura 5 mostra algumas etapas de preparação da farinha de mandioca.

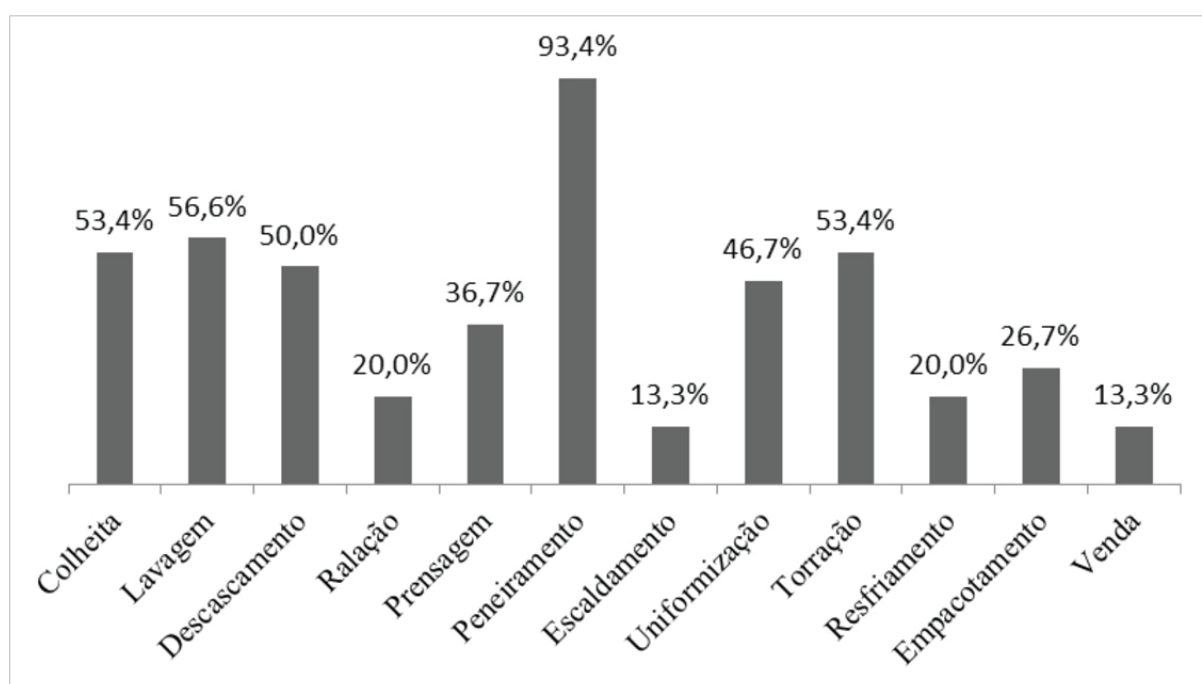
Figura 5 – Etapas do processamento da farinha de mandioca. Colheita das raízes de mandioca; Exclusão das raízes não saudias; Acondicionamento das raízes para o transporte em caixotes; Descascamento; Peneiramento; Escaldamento; Uniformização da farinha; Torração da farinha.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Os jovens entrevistados alegaram participar das seguintes etapas de processamento da farinha da mandioca: colheita (53,4%); lavagem (56,6%); descascamento (50,0%); ralação (20,0%); prensagem (36,7%); peneiramento (93,4%); escaldamento (13,3%); uniformização (46,7%); torração (53,4%); resfriamento (20,0%); empacotamento (26,7%) e venda (13,3%). Cada entrevistado relatou que realiza mais de uma etapa do processamento (Figura 6). Essas fases de produção são condizentes com as descritas por Almeida (2018), sendo que o autor aborda que essas etapas podem variar de acordo com a comunidade produtora. Dessa forma, observou-se que os jovens participam de todas as etapas do processamento dos subprodutos da mandioca. As casas de farinha artesanais da comunidade são os locais onde ocorre a maioria das fases do processamento realizadas de forma manual, com a utilização de utensílios rústicos, como afirma Modesto Júnior (2016).

Figura 6 - Porcentagens dos jovens entrevistados de acordo com as etapas de processamento da farinha de mandioca que realizam.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Segundo Muller (2004), a noção de gênero nos debates sobre juventude é de extrema relevância, isto porque tanto gênero quanto juventude estão pautados num debate analítico e político que deve ser levado em consideração. De acordo com os jovens entrevistados, no processamento da farinha não ocorre divisão de tarefas por sexo. Porém, segundo as observações da pesquisa de campo realizada e a literatura existente, algumas atividades são efetuadas por meio da divisão de trabalho por gênero, como o processo de descascamento realizado pelas mulheres e a etapa de torração da farinha feita por homens (Figura 7). Esse contexto exemplifica o estudo realizado por Kergoat (2009), pois a autora afirma a existência da divisão sexual do trabalho em comunidades rurais brasileiras, abordando atividades de campo específicas para mulheres e homens. Dessa forma, percebe-se, no decorrer da pesquisa, que o processo de masculinização do campo descrito por Kischener (2015) não é uma realidade na comunidade, uma vez que as mulheres jovens possuem ativa participação nas atividades agrícolas nas casas de farinha.

Figura 7 – Produção da farinha de mandioca. Atividade de descascamento da mandioca na casa de farinha; Etapa de torração da farinha.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

63,3% dos entrevistados afirmaram que o processamento da farinha da mandioca na comunidade é uma boa oportunidade de trabalho para os jovens, pois eles alegaram que é um método de geração de renda e ocupação para a juventude da comunidade, por não possuírem outras opções de emprego na localidade.

Porém, existem 36,7% dos jovens entrevistados que não consideram as atividades das casas de farinha como uma boa oportunidade de trabalho para a juventude rural, pois eles afirmaram que os jovens da comunidade não gostam de trabalhar nas casas de farinhas, uma vez que somente trabalham nessas atividades por não terem outra opção de trabalho e renda. *“Acho que os jovens da comunidade deveriam buscar outras oportunidades de trabalho e renda, fora da comunidade com o objetivo de melhoria de qualidade de vida e qualificação profissional”* (Relato de um jovem de 22 anos, morador da comunidade). Observa-se que esses jovens não possuem uma percepção de empreendimento comercial que a cadeia da mandioca pode oferecer, como afirma Fernandes (2017).

Esse contexto exemplifica a pesquisa de Vantroba (2009), que afirma que a permanência do jovem no campo irá depender das oportunidades que lhes são apresentadas, como opções de emprego e renda. Porém muitos jovens realizam as atividades pelas obrigações da tradição familiar e por não terem outra oportunidade de trabalho, principalmente, pela ausência de qualificação profissional, o que foi observado no decorrer da pesquisa. Condizente com este contexto, Siqueira (2004) argumenta que a decisão dos jovens de migrar para a cidade, em busca de trabalhos que não sejam relacionados ao meio rural, é proveniente do crescente desejo dos filhos e filhas de agricultores em não reproduzir a ocupação e as atividades dos pais no campo, dessa forma, prejudicando a sucessão geracional no campo.

2.3. O Processo de Sucessão Geracional

Verificou-se que os jovens entrevistados afirmaram, em sua maioria, que gostam de morar na comunidade do Espírito Santo do Itá (93,4%), quando questionados se gostam ou não de residir na localidade (Tabela 7).

Tabela 7 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens a respeito se gostam de morar na comunidade ou não.

Respostas	Nº de jovens	%
Gostam de morar na comunidade	28	93,4
Não gostam de morar na comunidade	2	6,6
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os jovens que afirmaram gostar de morar na comunidade abordaram os critérios de moradia, segurança e lazer. Considerando aspectos imateriais, como a tranquilidade. *“Gosto de morar na comunidade pela tranquilidade na moradia, falta de violência e acesso ao igarapé como minha principal forma de diversão”* (Relato de uma jovem de 21 anos, que reside na comunidade). Observa-se, neste caso, que o trabalho no campo não aparece como um critério de afinidade pelo lugar. Segundo Godoy (2009), existem diversos fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural, como a educação, o lazer e a cultura. O autor não configura o emprego ou trabalho no campo como principal ou único critério de estabilidade dos jovens no campo, mas considera um conjunto de iniciativas que devem ser feitas para contribuir para a melhoria das condições de vida dos mesmos.

Todavia, dois jovens afirmaram não gostar de morar na comunidade por motivos relacionados ao desejo de procurar oportunidades de trabalho em centros urbanos. *“Quero sair da comunidade para realizar os meus sonhos profissionais”* (Relato de uma jovem de 23 anos, moradora da comunidade). Os mesmos não destacaram nenhum motivo de afinidade de moradia na localidade.

Quando questionados se eles gostariam de realizar um planejamento de continuar morando na comunidade, a maioria dos jovens entrevistados afirmaram que desejariam continuar residindo na localidade (63,3%) pelos mesmos motivos que apreciam morar no lugar (Tabela 8). Porém, verifica-se que o número de entrevistados que querem se preparar para continuar residindo na comunidade é menor em relação aqueles que gostam de morar. Ou seja, gostar e querer ficar são aspectos bem diferenciados.

Tabela 8 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens a respeito se planejam continuar morando na comunidade ou não.

Respostas	Nº de jovens	%
Planejam continuar morando na comunidade	19	63,3
Não planejam continuar morando na comunidade	11	36,7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Assim, percebe-se que tanto os jovens que querem persistir em morar na localidade, quanto aqueles que não desejam, não apresentam a “disposição” necessária, a qual o autor Brummer (2005) enfatiza que é necessário ter para dar continuidade às atividades agrícolas de seus pais. Uma

vez que o trabalho na agricultura familiar não é citado pelos entrevistados como critério de planejamento de moradia.

Esse contexto pode ser comparado com a pesquisa de Ferreira (2019), que realizou um estudo sobre jovens de algumas comunidades das ilhas do município de Abaetetuba (PA), e constatou que uma parcela desses jovens possui o desejo de permanência por motivos de lazer e ao desejo de viver na tranquilidade do meio rural e livre da “agitação” de quem reside na cidade. No mesmo contexto, Kischener (2015) considera que, apesar das condições negativas que muitas vezes são encontradas no campo, como a exposição às tarefas que exigem força e o desgaste muscular, alguns jovens preferem estar no campo. Segundo o autor, a qualidade de vida no campo, na maioria das vezes, é melhor do que na cidade, onde não ocorre garantia de melhoria de vida.

Os jovens que não planejam continuar morando na comunidade gostariam de ir morar nas Sedes dos municípios de Santa Isabel e Belém, com o objetivo de buscar oportunidades profissionais e a realização de "sonhos" nas cidades grandes. Da mesma forma, o estudo de Ferreira (2019) afirma que uma parte dos jovens moradores das comunidades das ilhas do município de Abaetetuba (PA) preferem estar na cidade e não mais no campo, devido à falta de oportunidades profissionais no meio rural. Segundo a pesquisa de Weisheimer (2009), os jovens realizam o processo de migração em busca de oportunidades de emprego e carteira assinada nas cidades, pois eles possuem a percepção de que as ocupações urbanas são melhores nos critérios de qualidade de vida e remuneração, em comparação às áreas rurais.

De acordo com a Tabela 9, constatou-se que os principais motivos que levam (ou levaram), os jovens a pensarem em sair da comunidade são: busca de oportunidade profissional em emprego que não está relacionado com o meio rural; e busca de independência financeira, trabalhando assalariado mensalmente (46,6%) e estudar para, mais tarde, retornar para a comunidade com mais qualificação e poder (16,7%). Porém, 36,7% dos jovens afirmaram não terem o desejo de sair da comunidade.

Tabela 9 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens sobre os principais motivos que levam (ou levaram) os mesmos a pensarem em sair da comunidade.

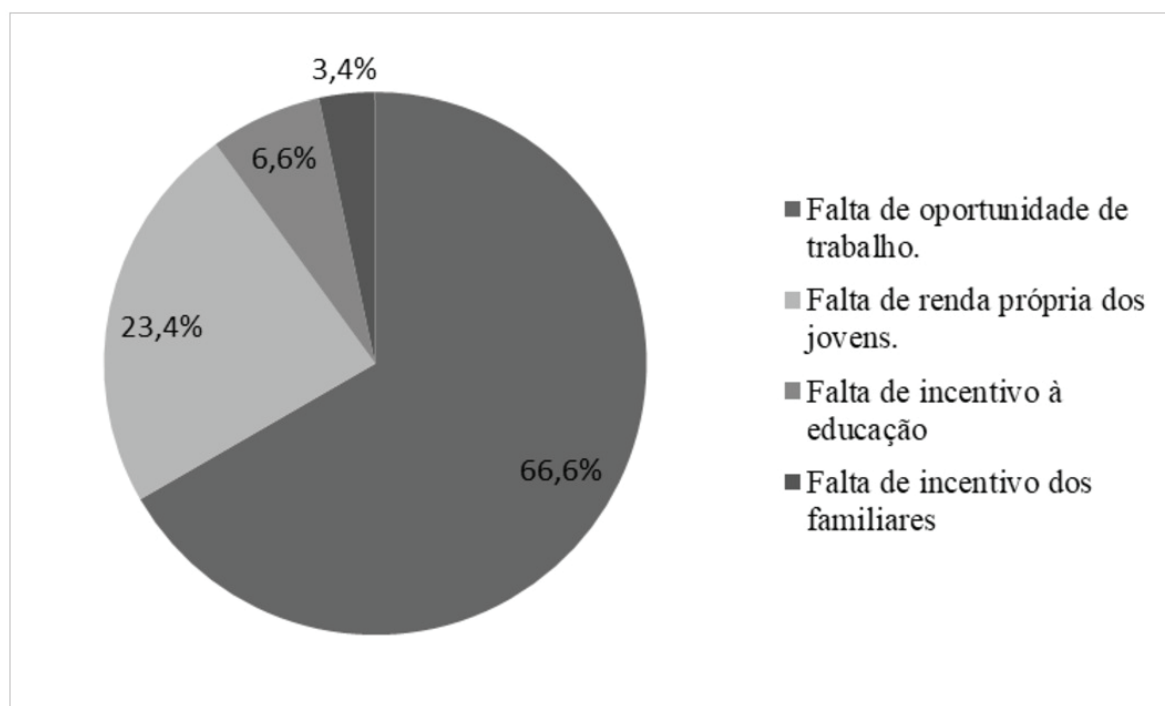
Respostas	Nº de jovens	%
Busca de oportunidade profissional em emprego que não está relacionado com o meio rural; e busca de independência financeira, trabalhando assalariado mensalmente.	14	46,6
Estudar para mais tarde retornar para a comunidade com mais qualificação e poder	5	16,7
Não pensa em sair da comunidade	11	36,7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que se refere à opinião dos jovens em relação à maior dificuldade encontrada pelos mesmos que vivem na comunidade, as principais respostas foram: Falta de oportunidade de trabalho (66,6%); falta de renda própria dos jovens (23,4%); falta de incentivo à educação (6,6%) e a falta de incentivo dos familiares (3,4%) (Figura 8). Dessa forma, percebe-se que os entrevistados somente

citam o trabalho como um dos aspectos negativos relacionados às maiores dificuldades encontradas pelos mesmos, no que concerne às oportunidades de emprego e renda. Sendo que a falta de estímulo à educação e a carência de encorajamento dos familiares também são citadas.

Figura 8 – Porcentagens dos jovens entrevistados em relação a opinião dos mesmos de acordo com a maior dificuldade encontrada pelos jovens que vivem na comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com a opinião dos jovens em relação a qual alternativa faria com que melhorasse a vida do jovem na comunidade, todos os entrevistados abordaram a mesma alternativa: como sendo a inclusão de cursos profissionalizantes que auxiliassem a melhorar a atividade rural, e cursos profissionalizantes que não estivessem relacionados com as atividades rurais, como informática, estética, entre outros. A opinião desses jovens pode ser comparada com a pesquisa de Ruzany (2012), pois aborda que os jovens possuem o desejo de ter acesso à educação e às outras áreas de conhecimento, como a informática, sem deixar de permanecer na localidade rural, o que permitiria uma inclusão de um conhecimento ilimitado e desconhecido para o meio rural.

Quando perguntados se os jovens acreditam que a agricultura familiar irá crescer ainda mais na comunidade e isso irá contribuir para a sua permanência, a maioria dos jovens afirmou que “Sim” (63,3%) e outra parte dos entrevistados, constituindo 36,7%, disseram que “Não” (Tabela 10). Os resultados coincidiram com as respostas dos jovens que planejam ou não continuar morando na comunidade e com aqueles que acreditam ou não que o processamento da mandioca nas casas de farinha é uma boa oportunidade de trabalho, configurando, dessa forma, uma concordância nas respostas. Porém, observou-se no decorrer da pesquisa o desejo da maioria dos jovens em sair da comunidade para buscar oportunidades profissionais nas cidades pelo fato de não considerarem as atividades agrícolas da localidade como uma boa oportunidade de trabalho, mesmo que a maioria as pratique por falta de outras opções de emprego.

Tabela 10 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens em relação se o jovem acredita que a agricultura familiar irá crescer ainda mais na localidade e isso irá contribuir para a sua permanência na comunidade.

Respostas	Quantidade de jovens	%
Acreditam	19	63,3
Não acreditam	11	36,7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os entrevistados que afirmaram, abordaram que isso irá favorecer para a geração de mais oportunidades de renda para os jovens que residem na comunidade, caso os mesmos não consigam encontrar boas oportunidades de trabalho nas cidades. Aqueles que negaram disseram que possuem o desejo de sair da comunidade para morar nos centros urbanos na busca de qualificação profissional. O desejo de sair desses jovens pode ser explicado por meio da pesquisa de Brumer (2007), pois afirma que, para a categoria dos jovens rurais, os principais fatores motivadores para a saída do campo estão relacionados às incertezas de rentabilidade, o que foi observado no decorrer da pesquisa. Ainda segundo a autora, a preocupação no que se refere aos aspectos estruturais que definem o lugar e o papel da juventude rural, que delimitam a liberdade de escolhas dos jovens, é recorrente na literatura sobre juventude rural. Portanto, nota-se que o aspecto econômico está ligado aos principais motivos que levam os jovens a permanecerem ou não no campo, uma vez que limitações econômicas ainda persistem no meio rural.

No que se refere às perspectivas dos jovens em relação ao futuro na comunidade, os entrevistados abordaram as seguintes respostas: boas, irei permanecer por mais um tempo e depois decido se continuo ou não (63,3%); e ótimas, irei continuar/voltar a trabalhar na agricultura e dar continuidade à atividade desenvolvida pelos meus pais (36,7%) (Tabela 11). Observou-se que os entrevistados tiveram dúvidas nessas respostas, dessa forma, constatando uma incerteza em relação à permanência no campo.

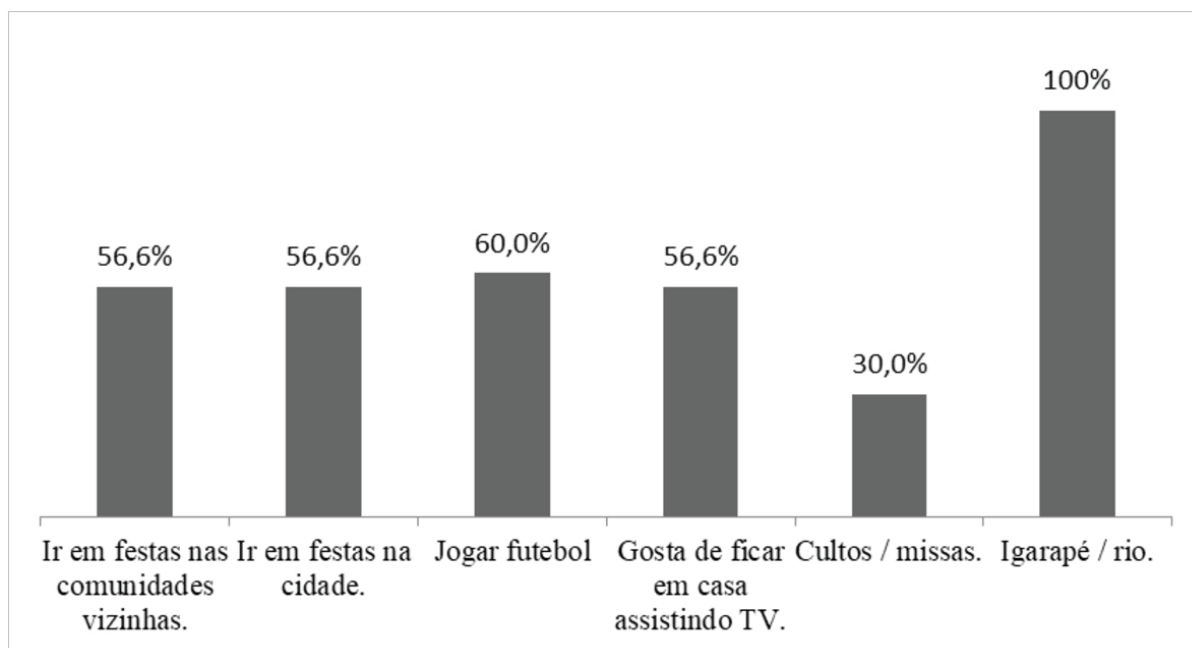
Tabela 11 – Respostas dos jovens entrevistados e porcentagens em relação às perspectivas dos jovens em relação ao seu futuro na comunidade.

Respostas	Nº de jovens	%
boas, irei permanecer por mais um tempo e depois decido se continuo ou não.	19	63,3
ótimas, irei continuar/voltar a trabalhar na agricultura e dar continuidade à atividade desenvolvida pelos meus pais.	11	36,7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que se refere à forma de lazer predileto dos entrevistados, eles abordaram que as principais formas de lazer são: ter acesso ao igarapé ou rio próximos da comunidade (100%); ir em festas nas comunidades vizinhas (56,6%); ir em festas nas cidades (56,6%); jogar futebol (60,0%); assistir televisão (56,6%) e frequentar cultos ou missas (30,0%). Sendo que cada jovem entrevistado abordou mais de uma resposta como forma de lazer predileto (Figura 9). Portanto, todos os entrevistados afirmaram que o acesso ao igarapé ou rio próximos da comunidade se configura como a principal forma de lazer dos jovens da comunidade (Figura 10).

Figura 9 – Porcentagens dos jovens entrevistados de acordo com as suas respostas em relação às formas de lazeres prediletos dos mesmos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 10 – Vista do igarapé na comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Dessa forma, de acordo com Kummer (2013), os jovens moradores de comunidades rurais realizam uma valorização dos espaços rurais no que se refere à apreciação da natureza local como principais formas de diversão.

CONCLUSÃO

Por meio das análises dos dados coletados, é possível afirmar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados. Dessa forma, observou-se que, para a geração atual da comunidade estudada, o perfil da maioria dos jovens é caracterizado pela ativa participação nas atividades do meio rural relacionadas ao processamento dos subprodutos da mandioca nas casas de farinha. Uma vez que a maioria desses jovens auxilia os pais nas atividades de campo.

Outro ponto importante que foi analisado no decorrer da pesquisa, é que os jovens entrevistados não percebem a divisão sexual de trabalho que acontece na comunidade, uma vez que, na localidade, ocorre a ausência da masculinização do campo, devido a ativa participação das mulheres jovens nas atividades de processamento nas casas de farinha.

A maioria dos jovens entrevistados afirmam que as atividades nas casas de farinha são uma boa oportunidade de trabalho e renda para a juventude rural, pela falta de outras opções de empregos neste meio. A outra parcela dos entrevistados, que negaram, também aborda que existe uma carência de oportunidades de trabalho para os jovens da comunidade, e, por isso, a maioria deles realizam atividades nas casas de farinha, por não terem outra escolha. Dessa forma, todos os entrevistados possuem percepções parecidas em relação às atividades agrícolas, por não as considerarem como prioridade de escolha.

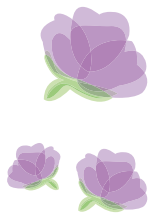
Um dos principais motivos que levam os jovens a pensarem em sair da comunidade é a busca de oportunidades profissionais. Por outro lado, a grande maioria dos entrevistados afirma que gosta de morar na comunidade e uma parcela significativa planeja continuar residindo na localidade por motivos de tranquilidade, segurança e lazer. Não configurando o trabalho de campo como motivo de permanência. Dessa forma, pode-se averiguar que os jovens da comunidade não estão dispostos a realizar a sucessão geracional das atividades agrícolas de forma espontânea, mas, sim, de forma induzida ou forçada, por não terem outra oportunidade de trabalho.

Portanto, nesta pesquisa, é possível analisar a juventude rural de uma comunidade periférica por meio dos desejos, realidades e perspectivas para o futuro. A maioria dos entrevistados são pessoas que almejam melhorar a qualidade de vida por meio da qualificação profissional. Porém, muitos desafios persistem para a saída dos jovens da comunidade. Uma das principais dificuldades apontada pelos mesmos é a falta de oportunidade de trabalho. Logo, por mais que a maioria dos jovens tenha afinidade de morar na comunidade, os mesmos possuem o desejo de sair para alcançar realizações profissionais. Portanto, é notório perceber que tratam-se de jovens com muitas vontades, desejos e perspectivas de um futuro melhor. Dessa forma, existem possibilidades de maiores estudos no que se refere à juventude rural, como a avaliação de políticas públicas voltadas para essa categoria social e a análise da organização dos jovens no contexto da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

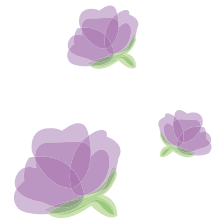
- ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas*. In.: ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. 2007.
- ALMEIDA, C. O et al. *Produção de mandioca no Brasil: o desafio do incremento de produtividade com preservação de solos*. Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2018. 36 p. (Documentos, 224).
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.
- BRUMER, A.; PANDOLFO, C.G; CORADINI, L. *Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil*. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência, poder. Florianópolis, 2005.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, n.1, p.22-55, 2001.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.
- DINIZ, Fábio Homero; BERNARDO, William Fernandes; Teixeira, Sérgio Rustichelli; MOREIRA, Marne Sidney de Paula Moreira. Sucessão na Agricultura Familiar – Desafios e perspectivas para propriedades leiteiras. In: *Alternativas para a produção sustentável da Amazônia*. Brasília, DF: Embrapa, 2013.
- FERNANDES, G. L. C. *Análises gráficas dos principais produtos agropecuários do Estado do Pará: Cultura da mandioca*. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1354300/32272142/An%C3%A1lise+de+Cen%C3%A1rios+-+Mandioca/a23876b7-97ba-aff7-8c95-5dd1578cbe12>>. Acesso em: 21 de Set. 2019.
- FERREIRA, E. M. *Entre o Campo e a Cidade: O Jovem Ribeirinho e suas Relações com o Processo de Migração na Região das Ilhas de Abaetetuba/PA*. 2019. Dissertação (Mestrado). Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- GODOY, Cristiane Maria Tonetto; PÉREZ, Flávia Inês Carvajal; WIZNIEWSKY, Jose Geraldo; GUEDES, Ana Cecília; MORAES, Cleia Dos Santos. *Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS*. Campo Grande, 2009.
- GOLGHER, A. B. *Diálogos com o ensino médio 3: o estudante jovem no Brasil e a inserção no mercado de trabalho*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; et al. (orgs.). *Dicionário crítico feminino*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-76.
- KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. *Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais*. Mundo Agrário, 16 (33), 2015.
- KUMMER, R. *Juventude rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de cerro azul, palma sola/sc*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNIOESTE, Toledo/PR. 2013.

- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1987. P.191-211.
- MODESTO JUNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B. Produção de farinha de mandioca e farinha de tapioca no estado do Pará com oportunidades de negócios para empreendedores e agricultores na Amazônia. In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. (Org.). *Farinheiras do Brasil: Tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca*. Matinhos: UFPR Litoral, 2016. p. 297.
- MULLER, E. Juventude e algumas questões e relações de gênero. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades: Dossiê Gênero*, n. 11, v. 5, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 29 out. 2020.
- PERUZZO, C. M. K. *Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação*. Vol. XXIII. Número Especial III, Colima, primavera 2017, pp. 161-190.
- RUZANY, M. H.; MOURA, E. A. F.; MEIRELLES, Z. V. *Adolescentes e jovens de populações ribeirinhas na Amazônia – Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Visão Social, 2012. 144p.
- SALOMÃO, G. N.; SALOMÃO, B. H. N.; SERRÃO, I. C. G.; ABREU, F. A. M. *Análises de constituintes maiores de águas subterrâneas na região de Espírito Santo do Itá, município de Santa Isabel, Pará, Brasil*. V Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. ISSN 2316 – 7637. 2016.
- SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de Siqueira. *As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural).
- SPANEVERELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SPANEVERELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e as implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas (UFSC)*, v. 45, p. 291-304, 2011.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis - SC: UFSC, 2006.
- VANTROBA, E. A.; *Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente*. Artigo apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Irati, 2009.
- WEISHEIMER, N. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.



Seção

C



Saúde, Violência e Resistências



Mulheres em Situação de Rua: o perfil das mulheres acolhidas no Abrigo João de Deus – Belém – PA

Mujeres em Situación de Calle: el perfil de las mujeres acogidas en el Abrigo João de Deus – Belém – PA

Women in a Street Situation: the profile of women received in the João de Deus Shelter – Belém – PA

Adriana Clícia Ferreira Ramos

Jessica da Silva de Sousa

Maria Goreth dos Santos Soeiro

Resumo: Este artigo objetivou conhecer o perfil das mulheres em situação de rua acolhidas no Abrigo João de Deus. Realizou-se análise documental em 08 prontuários referentes ao período de janeiro a agosto de 2019. O estudo teve abordagem quantitativa e qualitativa que permitiu caracterizar e analisar o perfil dessas mulheres. Os resultados apontaram que 63% das mulheres acolhidas são idosas, 62% não são alfabetizadas, 62% faziam uso de álcool e outras drogas, o conflito familiar com 50% dos motivos que levaram à situação de rua, 50% estão há mais de cinco anos institucionalizadas e 63% não possuem vínculo familiar. A análise dos dados evidenciou que essas mulheres passaram por um processo gradativo de perda de direitos e que a questão de gênero se constituiu em um agravante à situação de rua vivenciada por elas.

Palavras-chave: Mulheres. Situação de Rua. Acolhimento Institucional. Política Pública.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo conocer el perfil de las mujeres em situación de calle acogidas en el Abrigo João de Deus. Fue realizado un análisis documental en 08 prontuarios referentes al período de enero a agosto de 2019. El estudio tuvo un enfoque cuantitativo y cualitativo, que permitió caracterizar y analizar el perfil de estas mujeres. Los resultados obtenidos apuntan que 63% de las mujeres acogidas son ancianas, 62% no son alfabetizadas, 62% hacían uso del alcohol y otras drogas, el 50% de los motivos es el conflicto familiar, 50% están más de cinco años institucionalizadas y 63% no tiene vínculo familiar. El análisis de los datos evidenció que estas mujeres pasaron por un proceso gradual de pierdas de sus derechos y que la cuestión del género es un agravante para la situación de calle vividas por ellas.

Palabras clave: Mujeres. Situación de calle. Abrigo Institucional. Política Pública

Abstract: This article aimed to get to know the profile of homeless women sheltered in the Abrigo João de Deus. The document analysis was carried out in 08 medical records for the period from January to August 2019. The study had used a quantitative and qualitative approach that allowed to characterize and analyze the profile of these women. The results showed that 63% of the women welcomed are elderly, 62% are not literate, 62% used alcohol and other drugs, family conflict with 50% of the reasons that led to the street situation, 50% are more than five institutionalized years and 63% have no family ties. The analysis of the data showed that these women went through a gradual process of loss of rights and that the gender was an aggravating factor in their homeless experience on the street.

Keywords: Women. Street situation. Institutional Reception. Publicpolicy

Adriana Clícia Ferreira Ramos – Assistente Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ. E-mail: adrianacliciaas@gmail.com

Jessica da Silva de Sousa – Assistente Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ. E-mail: jessica.ssufpa@gmail.com

Maria Goreth dos Santos Soeiro – Assistente Social pela Faculdade Pan Amazônica – FAPAN. E-mail: gorethsantos33@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A existência de pessoas vivendo em situação de rua é uma das expressões da “questão social” presentes, principalmente, nas grandes capitais do Brasil, o que reflete a desigualdade e indiferença resultantes do modo de produção capitalista, que exclui parcela considerável da população, violando direitos básicos, como moradia (CF/88).

Para Yamamoto (2004), a “questão social” se manifesta atualmente, como resultado da reestruturação capitalista, que provoca graves consequências para a classe trabalhadora em razão das mudanças no campo do trabalho, agravada pela ausência do Estado na garantia dos direitos daqueles que se encontram socialmente vulneráveis. Para a autora, a gênese da “questão social” é advinda das transformações no mundo do trabalho, pois a acumulação do capital cresce na mesma proporção da miséria.

Desta forma, a “questão social” está fortemente arrolada à População em Situação de Rua (PSR), visto que a PSR é resultado do elevado grau de desigualdade social e econômica presente na sociedade capitalista, que estimula a pauperização, o desemprego, o emprego informal, entre outros problemas que contribuem para o aumento dos números de pessoas vivendo em situação de rua.

Silva (2009) considera o fenômeno da PSR como “uma expressão radical da questão social na contemporaneidade”. De acordo com sua análise, é necessário que se chegue aos piores níveis de degradação humana para que o Estado considere garantir os mínimos necessários a esta população.

Com objetivo de conhecer o perfil dessa população no país, foi realizada, em 2007/2008, uma pesquisa censitária em 71 municípios brasileiros, que apontou a existência de 31.922 indivíduos nessa situação, sendo 82% homens e 18% mulheres.

Em Belém, segundo uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará – UFPA em 2014, publicada pelo Instituto de Educação Matemática e Científica do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento, sob o título: “A População em Situação de Rua em Belém e Ananindeua - PA”, havia um contingente de 583 pessoas em situação de rua em Belém e Ananindeua. Destas, 16,3% eram mulheres.

Os motivos que conduzem à situação de rua, apontados na pesquisa nacional, são condições a que, muitas vezes, essas pessoas são expostas, tais como: uso de substâncias psicoativas (35,5%); desemprego (29,8%); conflitos familiares (29,1%). Motivos que, de alguma forma, estão relacionados uns com os outros, e/ou aparecem como consequência um do outro.

Entretanto, o que se pretende nesse estudo é dar maior atenção à situação de rua vivenciada por mulheres, a despeito de aparecerem em menor número em ambas as pesquisas apresentadas anteriormente, elas enfrentam maiores adversidades e das mais diferentes formas, destacando-se a vulnerabilidade social a que estão expostas, tanto pela questão de estarem vivenciando situação de rua, como pela questão de gênero.

Desta forma, se buscará traçar o perfil dessas mulheres que vivenciaram situação de rua e que, atualmente, residem no espaço de acolhimento Institucional Abrigo João de Deus – AJD, em Belém/PA.

1. Caminhos Metodológicos

A partir da autorização para a pesquisa de campo, concedida pela presidente do Abrigo João de Deus às assistentes sociais voluntárias e à assistente social coordenadora da instituição, foram adotadas as seguintes etapas para a realização deste estudo: pesquisa documental em 08 prontuários de atendimento das mulheres acolhidas na Instituição no período de janeiro a agosto de 2019; caracterização do perfil das mulheres a partir das seguintes variáveis: faixa etária, escolaridade, uso de álcool e outras drogas, motivos que levaram à situação de rua, tempo de institucionalização e vínculo familiar; posteriormente, realizou-se análise crítica de cada variável que apontou o perfil dessas mulheres.

2. Gênero no Contexto da PSR: algumas considerações teóricas

De acordo com Costa (2008), quando se fala em relação de gênero, se está falando de poder, na medida em que as relações entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.

Na perspectiva cultural patriarcal, somos frutos da educação diferenciada, baseada na desigualdade e na metamorfose das relações. Entende-se por patriarcado:

Organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril) (COSTA, 2008, p.05).

Na história da formação da sociedade brasileira, especialmente no período da colonização, o modelo de família que se estabeleceu foi o modelo patriarcal. Este modelo, como o próprio nome indica, caracteriza-se por ter como figura central o patriarca, ou seja, o “pai”, que é simultaneamente chefe do clã (dos parentes com laços de sangue) e administrador de toda a extensão econômica e de toda influência social perante a sociedade (SARTI, 2015).

Ainda de acordo com Sarti (2015), no Brasil, esse modelo de família começou a se formar logo no primeiro século da colonização, século XVI, a partir da herança cultural portuguesa, cujas raízes ibéricas estavam, nessa época, fortemente vinculadas com o passado medieval europeu. E a família patriarcal era o mundo do homem por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, e que tinham como maior aspiração as boas graças do patriarca.

Neste sentido, Borges (2009) diz que aos homens, em geral, se dispunha todos os tipos de regalias, a começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras com criadas e escravas, desde que fosse guardada certa discrição, enquanto que, às mulheres, desde que não se destinasse à procriação, tudo era proibido.

O patriarcado construiu a visão sobre o sexo feminino de forma violenta, desde os estágios da infância, onde este começa a se instalar na consciência de ambos os sexos para delinear seu futuro, moldando a mente dos indivíduos de tal forma que a desconstrução do modelo machista assimilado se torna difícil, já que este passa a ser um traço cultural da sociedade na qual se insere. O sistema patriarcal buscou formas de se justificar no meio social (BORGES, 2009).

Deste modo, conforme ressalta Borges (2009), a hierarquia pautada pela condição masculina era construída na afirmação de que este sexo era o dominante, enquanto as mulheres foram con-

vencidas de que seu lugar social era de subordinação, sendo fortalecida pelas instituições, a religião, a família e o próprio Estado, que serviram de apoio para sua expansão.

O debate sobre este tema tem se concentrado em diversos movimentos que levantam variadas possibilidades de interpretação sobre como a sociedade conduz e impõe as relações de gênero, seja como um debate em torno das relações de poder, bem como a questão da participação no mercado de trabalho e vida política, este discurso é encontrado nos movimentos feministas e de masculinidades (LISBOA, 2010).

Assim, de acordo com Lisboa (2010), as relações de gênero criam padrões fixos do que é próprio para o feminino e para o masculino e reproduzem estas regras como um comportamento natural do ser humano, criando condutas e modos únicos de se viver sua natureza sexual. Isto significa dizer que a questão de gênero tem uma ligação direta com a forma como estão organizados, na sociedade, os valores, desejos e comportamentos acerca da sexualidade.

A discussão em torno de gênero perpassa pela observação que fazemos das relações sociais, no trabalho, no lazer, na política etc. Convivemos permanentemente com relações de dominação, relações de poder. Entende-se, então, que o gênero é ainda uma das primeiras formas de distribuir e significar o poder, sendo que o que é classificado como masculino tende a ser mais forte, superior e poderoso, ao passo que o que é considerado feminino é visto como mais fraco, com menos poder, e por isso deve ficar sob a esfera de proteção e de submissão ao masculino (SARTI, 2015).

Nesse contexto, Borges (2009) assevera que, ao analisar a realidade em estudo do ponto de vista de gênero, percebe-se que aparecerão algumas diferenças e particularidades da situação de rua vivenciada por mulheres, que são resultantes da construção social que permeia a questão de gênero. Contudo, homens e mulheres estão expostos aos mesmos determinantes que conduzem a essa situação.

Para fins de melhor compreensão da PSR, se fará uso do conceito de População em Situação de Rua utilizado pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que o considera como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2008, p. 08).

Para Silva (2009), a problemática que envolve população em situação de rua é composta por múltiplos fatores, tanto estruturais (ausência de trabalho e renda, ausência de moradia etc.), quanto biográficos (doenças mentais, consumo de álcool e ou outras drogas, ruptura com os vínculos familiares etc.), ou, ainda, fatores como os desastres em massas (terremotos, inundações e outros).

Ainda segundo a autora acima, outros fatores cooperam, também, para a produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua na sociedade capitalista, havendo intrínseca relação entre si, entre eles: suas múltiplas determinações; expressão radical da questão social na contemporaneidade; localização nos grandes centros urbanos; o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta e a tendência à naturalização do fenômeno.

Desta forma, os determinantes que provocam tal situação estão diretamente ligados à questão estrutural da sociedade capitalista, que se expressam na ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social. Com isso, corroboram Ramos e Wanzeler:

Vale destacar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, por causa do sistema capitalista, contribuem de forma expressiva para o aumento desse segmento, uma vez que, a ausência de trabalho que se manifesta na vida dessas pessoas na forma de desemprego, traz consequências graves, pois é por meio do trabalho que a pessoa garante renda, para o mínimo de sua sobrevivência, o sujeito se desvincula das relações sociais que possuía e passa a buscar outras estratégias de sobrevivência. Quando não obtém êxito na busca de meios para sobreviver, essas pessoas passam a ocupar locais públicos como espaço de sua moradia. Com a dificuldade de acesso a condições mínimas de uma vida social digna, essa população irá fazer parte de uma parcela da sociedade, que sofre com a desigualdade, com a exclusão social e com a pobreza. (RAMOS; WANZELER, 2016, p. 24-25).

Assim, as relações conflituosas que se estabelecem entre capital e trabalho, desde a origem do sistema capitalista, contribuíram de forma decisiva para ao aumento desse segmento populacional cada vez mais socialmente vulnerável, em especial, o objeto desse estudo: as mulheres, que vivenciam tal situação.

3. Políticas Públicas de Atenção à População em Situação de Rua

Historicamente, a população em situação de rua sempre foi tratada pelo Estado de forma omissa, com ações pontuais e assistencialistas. A promulgação da Constituição Federal de 1988 instituiu o tripé da seguridade social brasileira, composta pela saúde, previdência social e assistência social, o que representou um marco para a proteção social no país. Segundo o Artigo 194 da CF/88: “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”. No que diz respeito à assistência social, a CF/88 traz:

Art. 203 A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Art. 204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 2012, P. 112)

Contudo, somente na década seguinte foram realizadas algumas reformas na política de assistência social, como homologação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, estabelecendo normas e critérios para a organização da assistência social no país (BRASIL, 2012, p.4). Ao mesmo tempo em que se organizavam os movimentos sociais que buscavam introduzir, nas agendas de discussão estatal, grupos que não tinham direitos legalmente garantidos, como a PSR. Merece destaque o protagonismo da própria população em situação de rua, que começou a se organizar com a criação do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, que teve participação decisiva para o início do reconhecimento dos direitos sociais a esse segmento.

Com a instituição da Política Nacional de Assistência Social no ano de 2004, foram estabelecidas a oferta de ações e serviços a grupos vulneráveis, estruturados pelo Sistema Único de Saúde, com articulação de ações, serviços e benefícios e que assegurou a cobertura da assistência social para a PSR. E, no ano de 2005, foi promulgada a Lei 11.258 de 30 de dezembro de 2005, que alterou a LOAS e constituiu a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua.

No ano seguinte, o Governo Federal criou um Grupo de Trabalho Interministerial-GTI, com a intenção de elaborar estudos e propor políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. Em 2007/2008, foi realizada a pesquisa nacional a fim de conhecer o perfil da PSR, e, em 2009, foi instituído o Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, formando a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Desta forma, foram constituídas as primeiras políticas públicas instituídas nacionalmente, voltadas às pessoas em situação de rua, com destaque à Política Nacional para a População em Situação de Rua e às políticas públicas formuladas especificamente para esse público, como, por exemplo, o Consultório na Rua e o Centro Pop. A Política Nacional para a PSR tem como princípios:

- I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- IV - Não-Discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;
- V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua. (BRASIL, 2008, p. 14).

Assim, por meio de muito tensionamento político e mobilização social, a PSR passa a ser reconhecida pelo Estado como um segmento com direitos de cidadania.

A PNAS divide os tipos de Proteção Social em Proteção Social Básica-PSB e Proteção Social Especial de média e alta complexidade-PSE, que, a partir da implementação do SUAS, passa a ofertar serviços específicos à PSR na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

A PSR é atendida em todos os níveis de proteções. Todavia, é por meio da PSE que se busca dar conta das particularidades demandadas pela PSR e tem a oferta de serviços desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social-CREAS, por meio do Serviço Especializado em Abordagem Social-SEAS, que atende demanda espontânea e realiza busca ativa nas ruas que fazem parte do seu território de abrangência, objetivando realizar oferta de serviços socioassistenciais. E ainda no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua desenvolvido no Centro POP, que faz parte da média complexidade. O serviço é ofertado a pessoas que moram e/ou sobrevivem de atividades desenvolvidas nos logradouros públicos.

O Serviço de Alta Complexidade irá ser demandado quando a PSR necessita de abrigo e acolhimento institucional. Compreendendo assim: serviços de proteção integral (moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido) para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Esse tipo de serviço de acolhimento institucional é ofertado pelo Abrigo João de Deus desde a década de 1980, porém, sem vínculo estatal, o que será apresentado no próximo tópico.

Assim, apesar dos avanços alcançados pela Política Nacional para a PSR, se observa que existem particularidades que merecem atenção, como a situação de rua vivenciada por mulheres.

Sabe-se que existe todo um estigma e marginalização que permeia a PSR de uma forma geral, porém, no caso da mulher, todo esse processo é acentuado em razão da dominação masculina. Sobre isso, asseveram Sarmiento e Pedroni:

O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. (BRAH, *apud* SARMENTO; PEDRONI, 2006)

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é constituído por homens e mulheres em situação de rua ou que tem trajetória de rua, e que lutam por criação e ampliação de políticas públicas voltadas a esta população. No entanto, percebe-se uma ausência de respostas que levem em consideração a questão de gênero, que está associada ao menor valor e importância das mulheres, ligado a um lugar de subordinação numa sociedade patriarcal, impregnada de conceitos machistas que buscam a todo custo obscurecer a necessidade dessa discussão.

Desta forma, no intento de conhecer um pouco mais sobre a realidade das mulheres que vivenciaram situação de rua e que hoje se encontram residindo no Abrigo João de Deus, e ainda fomentar a discussão em torno da temática, será apresentado o perfil de oito mulheres acolhidas, a partir da análise dos prontuários das mesmas.

4. Caracterização do Abrigo João de Deus

Antes de apresentar o resultado dessa pesquisa, faz-se necessário contextualizar esta Instituição de acolhimento para a PSR.

De acordo com o Estatuto Reformado do Abrigo João de Deus (2017), a instituição surgiu em 1981, por meio da idealização do padre Francisco Gugliotta, italiano, missionário da Ordem dos padres Xaverianos da Igreja Católica.

De acordo com o referido padre, este projeto teve início a partir do dia em que um homem em situação de rua o abordou na escadaria da Igreja das Mercês (centro de Belém) e lhe questionou a respeito de um lugar para se alimentar e descansar. Desta forma, por não ter naquele momento nenhum lugar para “abrigar” aquela pessoa, o padre decidiu reunir apoio com pessoas religiosas e criar um espaço para acolher pessoas naquelas condições. E, assim, com auxílio de alguns paroquianos da Igreja das Mercês e a doação de uma casa, nasceu o Abrigo João de Deus, em 1981, e inaugurado oficialmente em 1982, que se encontra localizado na Tv. Joaquim Távora, nº 305, bairro da Cidade Velha, Belém/PA.

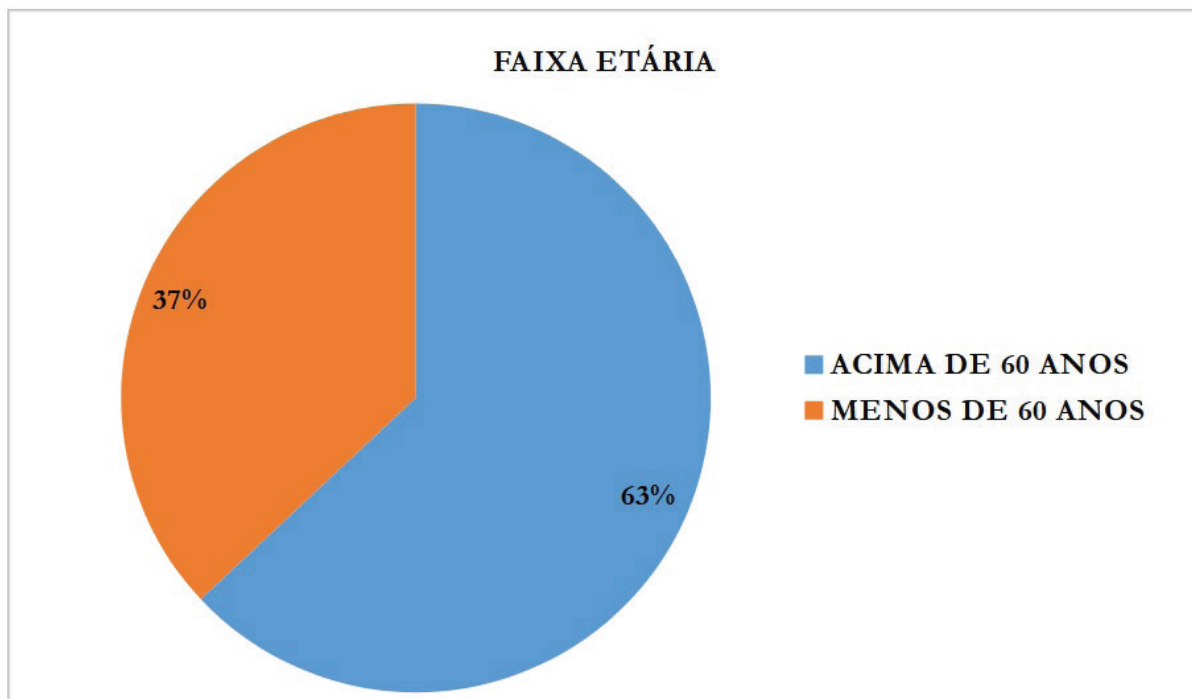
O Abrigo João de Deus é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, beneficente, filantrópica, cultural e de assistência social, sem cunho político ou partidário, que funciona como espaço de acolhimento de curta ou longa permanência, e é considerado de utilidade pública para a sociedade. Seu principal objetivo é fornecer acolhimento institucional e assistência às pessoas adultas em situação de rua e idosos, sendo priorizados os que apresentam algum tipo de enfermidade e que se encontram com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. (ESTATUTO DO ABRIGO JOÃO DE DEUS, 2017).

A instituição é mantida, principalmente, por meio de arrecadações feitas em eventos por sua diretoria voluntária e doações de parceiros em geral, que contribuem com materiais de higiene, limpeza, alimentação etc. e por meio de trabalho voluntário e, ainda, parceria com algumas instituições por meio de estágio supervisionado (Universidade Estadual do Pará-UEPA, Universidade Federal do Pará-UFPA, Universidade da Amazônia-UNAMA, Centro Universitário do Pará-CESUPA, Secretaria Municipal de Saúde-SESMA por meio do Consultório na rua etc.). Atualmente, a entidade tem como presidente a Irmã Maria Rayol Gonçalves (madre superiora), co-fundadora da obra e, como coordenadora, a Irmã Maria Goreth Soeiro. Possui, no seu quadro de funcionários, 10 (dez) profissionais contratados (uma contadora, um porteiro, um motorista, uma cozinheira, uma lavadeira, um de serviços gerais e quatro cuidadoras). A equipe técnica é composta por profissionais voluntários, entre estes, duas assistentes sociais, uma terapeuta ocupacional, dois advogados, quatro médicos geriatras, um clínico geral, uma enfermeira, um oftalmologista e uma dentista.

O Abrigo possui uma filial localizada em Marituba/PA, a casa Cidadela João de Deus, que passou a funcionar desde a década de 1990, com perfil voltado especificamente para idosos.

5. Resultados

Gráfico 1: Faixa etária



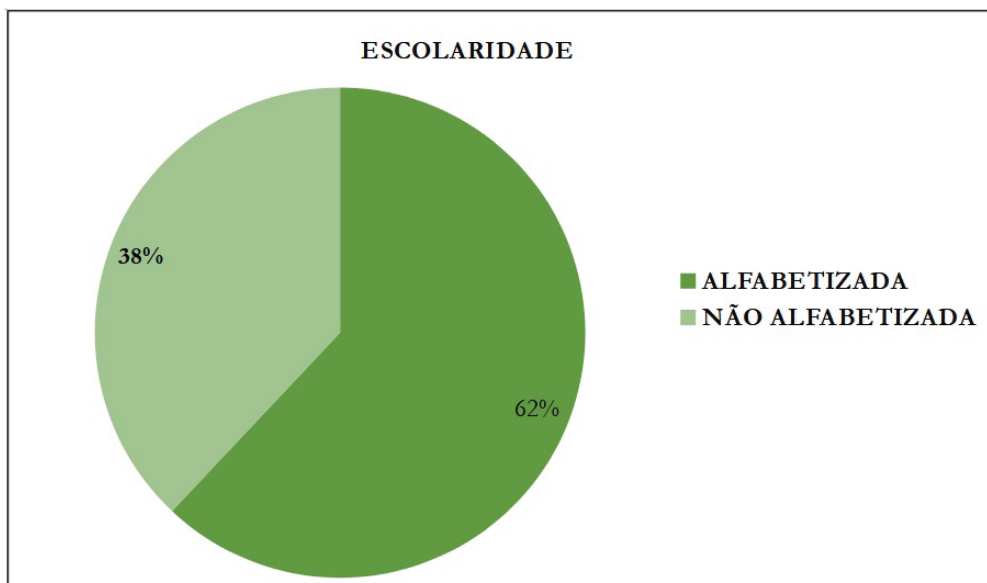
Fonte: Prontuário de atendimento individual, Abrigo João de Deus Belém/Pará.

Observa-se que, do universo pesquisado, 63% das mulheres residentes no AJD são idosas, ou seja, podemos inferir com isso que essas pessoas podem ter sofrido um processo gradativo de perda de direitos, ao ponto de chegarem a essa fase da vida e não terem garantidos direitos básicos como moradia (CF/88) e que, combinado com outros fatores, as fizeram vivenciar situação de rua e atualmente precisarem estar em uma instituição de longa permanência, já que agora sofrem dupla exclusão, conforme Brêtas:

O agravamento desta situação pode ser constatado quando o cenário observacional passa a ser a rua e/ou logradouros públicos dos grandes centros urbanos, nos quais é cada vez mais frequente nos depararmos com pessoas duplamente excluídas – por serem pobres e por serem idosas (Brêtas *et al.*, 2010, p. 477).

Assim, no que diz respeito ao acolhimento institucional de pessoas idosas, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais preconiza que deve ser de caráter provisório e excepcional – de longa permanência apenas quando esgotadas as possibilidades de autossustento e de convívio com os familiares –, sendo dever das instituições assegurar a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2014).

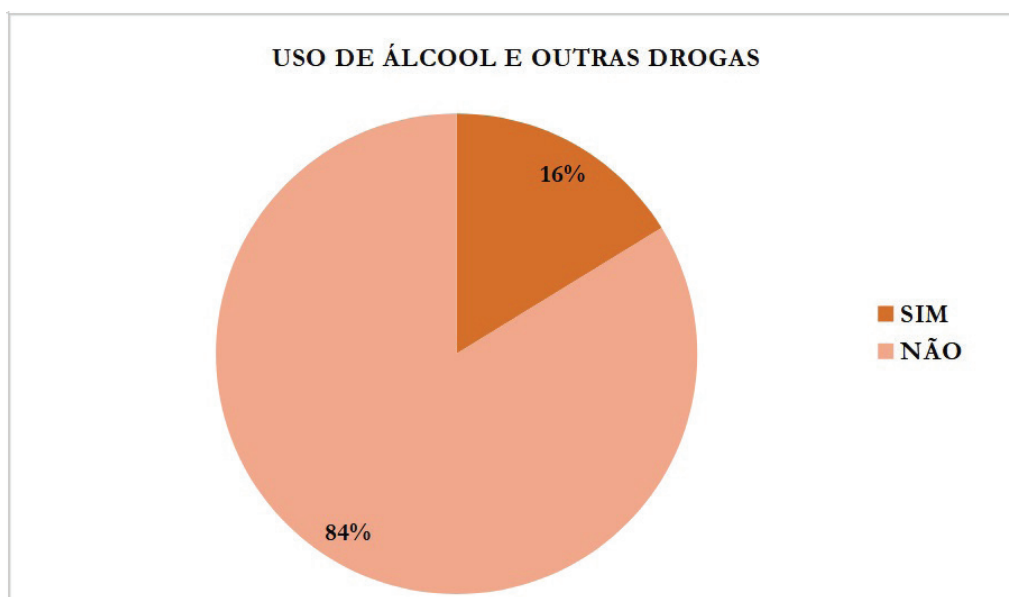
Gráfico 2: Escolaridade



Fonte: Prontuário de atendimento individual, Abrigo João de Deus Belém/Pará.

Apesar do percentual de mulheres alfabetizadas ser de 62%, o nível de escolaridade é baixo, a maioria tem somente o ensino fundamental incompleto. Esta baixa escolaridade está diretamente ligada à construção social de que, à mulher, foi dado o papel de cuidar da casa e da prole, e ainda às maneiras de sobrevivência adotadas pela PSR, que colabora para a execução de atividades informais e precárias desenvolvidas por este segmento populacional. Segundo Fraga (2011, p. 28), este fator está “ligado diretamente às condições do mercado de trabalho na lógica capitalista que não propicia condições de igualdade educacional aos indivíduos e prioriza a competitividade”.

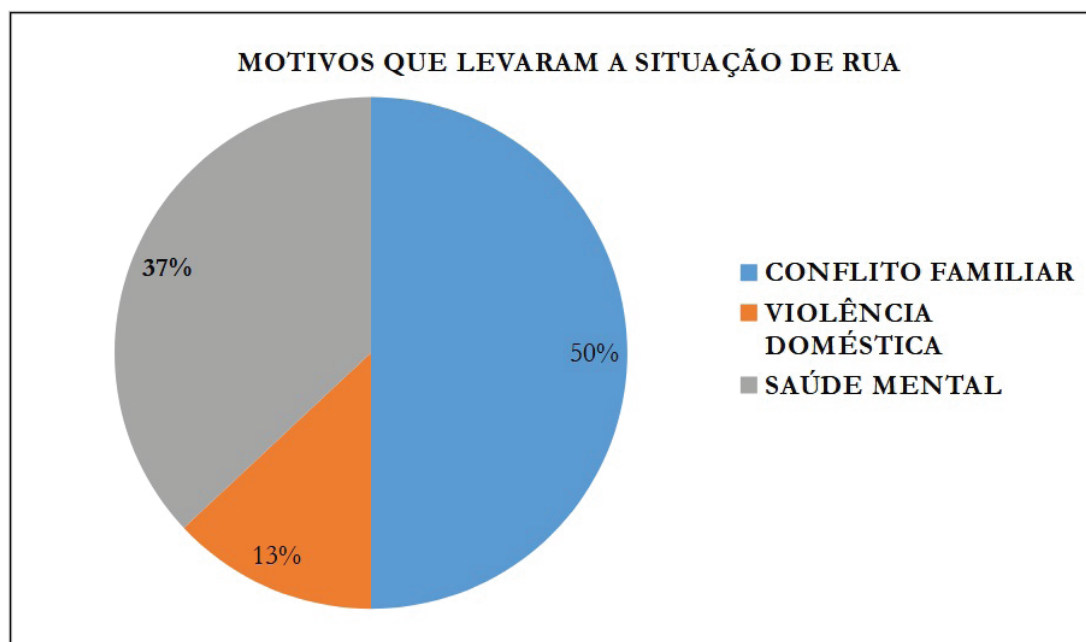
Gráfico 3: Uso de álcool e outras drogas



Fonte: Prontuário de atendimento individual, Abrigo João de Deus Belém/Pará.

Pode-se observar que um percentual de 16% das mulheres fez uso de álcool ou outras drogas durante o período em que estiveram nas ruas. De acordo com Silva (2009), o uso de álcool e outras drogas aparecem como um dos fatores que envolvem a população em situação de rua que estão relacionados a outros, e que, muitas vezes, aparece como consequência da vivência nas ruas, como uma forma de enfrentar dificuldades e privações vivenciadas em seu cotidiano.

Gráfico 4: Motivos que levaram à situação de rua

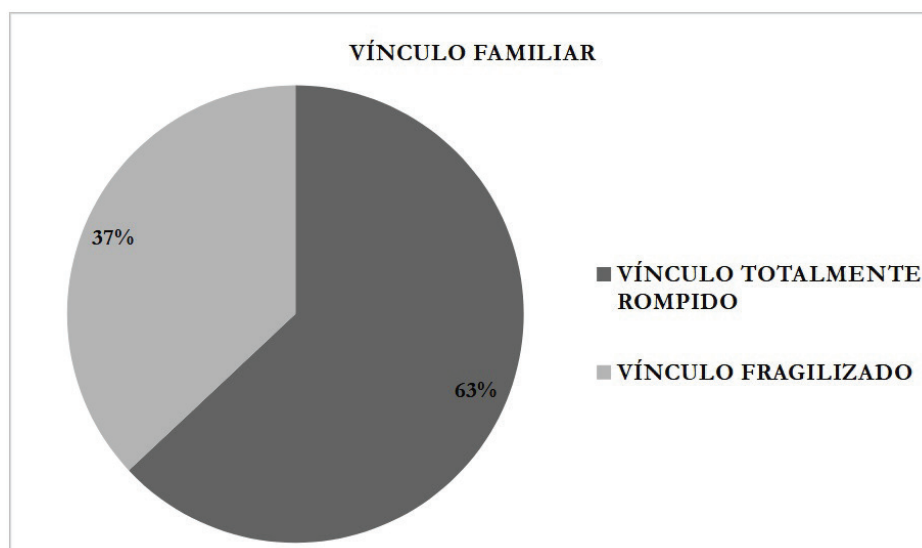


Fonte: Prontuário de atendimento individual, Abrigo João de Deus Belém/Pará.

De acordo com o gráfico 4, observou-se que 50% do universo pesquisado, tiveram como predominância os conflitos familiares, que se tornou a causa e/ou consequência da situação de rua. Sobre isto, Pereira e Gomes (2005) ressaltam que esta realidade pode ser explicada por conta do esgarçamento familiar, sendo a família um espaço de convivência permeado por conflitos e por diversos fatores interligados, entre eles, a desigualdade social é um dos motivos que mais levam ao desmembramento da família, já que os elevados níveis de pobreza excluem parte significativa de sua população ao acesso às condições mínimas dos direitos básicos, sendo expostas a risco pessoal e social.

Na realidade das mulheres institucionalizadas no AJD, percebe-se ainda que 37% têm algum tipo de transtorno mental e 16% sofreram violência doméstica. De acordo com Santana (2016), a realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua, como: pouca longevidade, fragilização e/ou rompimento dos vínculos familiares, violências domésticas, discriminação, direitos negados, entre outras expressões da questão social, colaboram para o aparecimento e/o agravamento dos transtornos mentais, que, por muitas vezes, são fatores que contribuem para que uma pessoa viva em situação de rua.

Gráfico 5: Vínculo familiar

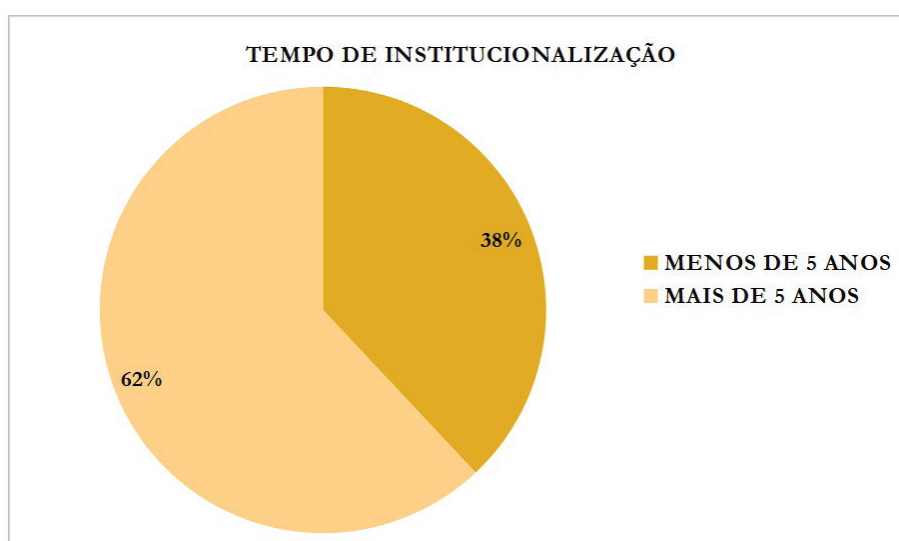


Fonte: Prontuário de atendimento individual, Abrigo João de Deus Belém/Pará.

Conforme o Gráfico 5, percebe-se que 63% das mulheres acolhidas têm seu vínculo familiar totalmente rompido. Como verificou-se no gráfico 4, o conflito familiar predomina entre os motivos que levaram à situação de rua. De acordo com Gomes e Pereira (2005), a família compreende a convivência entre seus membros e traz consigo a dimensão de sua complexidade, como seus encontros e desencontros, pois, por ser um espaço privilegiado de convivência, não significa que não haja conflitos nesta esfera.

Neste sentido, de acordo com as autoras mencionadas, por conta dos diversos conflitos neste espaço de convivência, muitas pessoas se afastam do seu ambiente de origem (esgarçamento familiar), perdendo o contato/convivência familiar e conseqüentemente sendo mais agravado pela situação de rua, quando muitos perdem até sua própria referência de família, naturalidade, cidadania e dignidade humana. Sobre esta realidade, Silva (2009) ressalta que a situação de rua é a expressão radical da questão social.

Gráfico 6: Tempo de institucionalização



Fonte: Prontuário de atendimento individual, Abrigo João de Deus Belém/Pará.

Percebe-se, no Gráfico 6, que 62% das mulheres pesquisadas estão institucionalizadas por mais de 5 anos consecutivos e, como já verificado no gráfico 5, a maioria tem seu vínculo familiar totalmente rompido. Ou seja, o trabalho para o fortalecimento de vínculo familiar, como preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial (2014), fica inviável neste processo, restando apenas o fortalecimento de vínculo comunitário. Assim, observa-se, a institucionalização de longa permanência acaba sendo uma realidade para as acolhidas do AJD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua é composta por homens e mulheres de diferentes etnias, raça, cor, faixa etária, orientação sexual etc. Apesar das pesquisas apontarem que o número de mulheres sempre é menor que o dos homens que vivem em situação de rua, não diminui a necessidade de dar enfoque a essa dura realidade. Tem-se em vista que a questão de gênero acaba por agravar ainda mais essa situação, em razão das especificidades demandadas por mulheres e, ainda, pela função historicamente construída em relação ao papel conferido à mulher na sociedade.

Observa-se que houve um significativo avanço no que concerne aos direitos sociais da PSR, a instituição da Política Nacional de Assistência Social promoveu ampliação e fortalecimento das redes assistenciais direcionadas à população em situação de rua, bem como a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Porém, dada a complexidade que envolve a atenção a esse segmento, torna-se necessário estudos mais cuidadosos no sentido de criar políticas que levem em consideração as especificidades principalmente no que diz respeito à questão de gênero.

A análise dos dados apontou que 63% das mulheres acolhidas são idosas, 62% não são alfabetizadas, 62% faziam uso de álcool e outras drogas, o conflito familiar como 50% dos motivos que levaram à situação de rua, 50% estão a mais de cinco anos institucionalizadas e 63% não possui vínculo familiar.

Podemos inferir, com isso, que essas mulheres passaram por um processo de negação de direitos que se estendeu por toda vida, e que chegam à condição de pessoas idosas tendo negados seus direitos básicos garantidos constitucionalmente, como por exemplo: moradia e direito à convivência familiar. Não tiveram acesso mínimo à educação, ficaram expostas ao uso de álcool e outras drogas. Verificou-se, ainda, que os conflitos familiares aparecem com o principal motivo que levou essas mulheres a vivenciarem situação de rua, seguido de algum tipo de transtorno mental, evidenciando que os fatores que envolvem a PSR estão relacionados uns aos outros.

Destarte, é imprescindível que se fomente o debate sobre essa temática, a fim de dar maior visibilidade a essa demanda, que faz parte de uma das mais degradantes expressões da questão social, a população em situação de rua, com todas as particularidades que envolvem a questão de gênero. Desta forma, as considerações feitas nesse estudo não se conformam como definitivas, sua complexidade e contradição necessitam de novas e constantes reflexões.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa nacional*
- _____. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, 2014.
- _____. *LOAS anotada: lei orgânica de assistência social*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf> Acesso em 15 ago. 2016.
- _____. *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, DF, 2008.
- BRÊTAS, A.C; MARCOLAN J.F; ROSA, A.S; FERNANDES, F. S; RAIZER, M, V. Quem mandou ficar velho e morar na rua? In: *Rev. Esc. Enferm USP*; v.44, n.2, p.476-81, 2010.
- BORGES, Andreia Raquel Fernandes. *Gênero – Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?* Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF%2006/Andreia%20Borges.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2019.
- COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. 2008. Disponível em: <http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2019
- FRAGA, Patrícia. “A rua de todos”: *Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- GOMES, M. A. PEREIRA, M. L. *Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília, n.3, Gráfica Odisséia, p. 09-32, 2004.
- LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, feminismo e serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão*. Revista Katálysis. Florianópolis. V. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2019.
- MITSCHEIN, Thomas A.... et al. *A população em situação de rua em Belém e Ananindena (Pará)*. Belém: IEMCI/ UFPA, 2014. Sobre a população em situação de rua. Brasília, DF, 2008.
- PARÁ, *Estatuto Reformado do Abrigo João de Deus*. 15p. Belém, 30 de setembro de 2017.
- RAMOS, A.C, FERREIRA. WANZELER, M.GARCIA. *População em Situação de Rua e o Serviço em Abordagem Social – SEAS do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Comércio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará. Belém. PA, 2016.
- SANTANA, Carmen Lucia Albuquerque de; ROSA, Anderson da Silva (orgs.). *Saúde, mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da assistência social*. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016.



SARMENTO, C.S.; PEDRONI, G. *Vulnerabilidade e Resistência: Um Estudo sobre as Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. *Família: redes, laços e políticas públicas* / Maria Amália FallerVital, Ana Rocha Acosta, (organizadoras). – 6. ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudo e Desenvolvimento de Projetos Especiais. PUC – SP. 2015.

SILVA, Maria Lucia Lopes Da. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.



Caracterização dos Delitos Contra a Mulher, no Âmbito Doméstico e Familiar em Belém-Pará

Caracterización de los Delitos Contra las Mujeres en el Ámbito Doméstico y Familiar en Belém-Pará

Characterization of Crimes Against Women in the Domestic and Family Environment in Belém-Pará

Alethea Maria Carolina Sales Bernardo

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Silvia dos Santos de Almeida

Resumo: Na década de 70, a violência contra a mulher passou a ser questionada e desde então pequenos avanços no que diz respeito à igualdade de gênero vêm se fixando na sociedade brasileira. Este trabalho objetiva apresentar a caracterização da violência contra mulher em Belém. Abordagem metodológica quantitativa, utilizando-se da técnica estatística de análise descritiva, dos registros policiais da Divisão Especializada em Atendimento à Mulher de Belém (2016-2018). Os resultados indicam que 34,4% das mulheres foram vítimas de violência psicológica, e que os delitos ocorrem no período noturno, aos finais de semana, motivados por ódio/vingança. De onde pode-se concluir que o quantitativo alarmante de vítimas agredidas representa perigo quanto à integridade física das mulheres, sendo, portanto, necessário o estudo do fenômeno para fomentar o desenvolvimento de ações preventivas e repressivas.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Vingança. Psicológica.

Resumen: En la década de los 70 se empezó a cuestionar la violencia contra las mujeres y desde entonces pequeños avances en materia de igualdad de género se han ido asentando en la sociedad brasileña. Este trabajo tiene como objetivo presentar la caracterización de la violencia contra las mujeres en Belém. Enfoque metodológico cuantitativo, utilizando la técnica estadística de análisis descriptivo, expedientes policiales de la División Especializada en Atención a la Mujer de Belém (2016-2018). Los resultados indican que 34,4% que fueron víctimas de violencia psicológica y que los delitos ocurren de noche, los fines de semana, motivados por el odio / venganza. Donde puedo concluyen que el alarmante número de víctimas golpeadas representa un peligro para la integridad actividad física de la mujer, es necesario estudiar el fenómeno, con el fin de desarrollo de acciones preventivas y represivas.

Palabras clave: Violencia. Género. Venganza. Psicológica.

Abstract: In the 70s, violence against women began to be questioned and since then small advances with respect to gender equality have been happening in Brazilian society. This work aims to present the characterization of violence against women in Belém. It applies the quantitative methodological approach, using the statistical technique of descriptive analysis of police records of the Specialized Division in Assistance to Women in Belém (2016-2018). The results indicate that 34.4 percent of the women were victims of psychological violence, and that the crimes occur at night, on weekends, motivated by hate / revenge. Where we can conclude that the alarming number of victims represents a danger in terms of the physical integrity activity of women, therefore, it is necessary to study the phenomenon, in order to develop preventive and repressive actions.

Keywords: Violence. Gender. Revenge. Psychological.

Alethea M. C. Sales Bernardo – Mestre do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPa). E-mail: alethebaernardo@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos – Docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPa), Doutor em Engenharia da Produção (UFSC). E-mail: ramosedson@gmail.com

Silvia dos Santos de Almeida – Docente do Programa de Pós-Graduação de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPa), Doutora em Engenharia da Produção (UFSC). E-mail: salmeidaufpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher faz parte da história do Brasil, e somente ao final da década de 1970 a temática ganhou visibilidade e passou a ser a prioridade dos movimentos feministas, principalmente com a realização de protestos em razão da absolvição pelos tribunais de assassinos de mulheres com base na tese da “legítima defesa da honra” (SANTOS, 2010). Nos anos 80, as mulheres conseguiram importantes avanços, a exemplo da representação política com a Constituição Federal de 1988 e a implantação das Delegacias de Defesa das Mulheres, com a primeira unidade inaugurada no Estado de São Paulo, em 1985, composta apenas de policiais do sexo feminino (SÃO PAULO, 1985).

A primeira Delegacia de Proteção à Mulher (DCCIM) foi criada no Estado do Pará em 1987, aos moldes da Delegacia de São Paulo (PARÁ, 1987) daquele ano e, por meio do Decreto N° 2.690, foi alterada para Divisão Especializada em Atendimento à Mulher em 2006, em razão de alterações previstas na Lei N° 11.340/2006, que atendeu, naquele ano, cerca de 7500 mulheres vítimas de violência doméstica (PARÁ, 2006). Com a promulgação da Lei Maria da Penha, se fez necessária a implantação de novas bases policiais, com meios eficientes de funcionamento, recursos humanos e materiais (SPANIOL; GROSSI, 2014).

Das 357 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres no Brasil, presentes em todas as capitais brasileiras, 17 funcionam no Estado do Pará, distribuídas geograficamente entre as Regiões Integradas de Segurança Pública- RISPS, para atender as vítimas de todo o Estado (PARÁ, 2017). Cabem às Delegacias Especializadas não só a investigação de crimes, como também possuem a função de organizar as informações dos registros, em forma de banco de dados, visando o estudo e o fomento de ações estratégicas no enfrentamento à violência doméstica.

Reconhecer que os danos causados pela violência doméstica e familiar contra a mulher atingem não somente a vítima, acarretam consequências para a família e, também, para a sociedade de um modo geral, é um importante passo. Assim como é preciso observar as especificidades da temática, conhecer a fundo as características da violência para realizar um planejamento estratégico, com diretrizes capazes de alcançar os pontos críticos da temática, a fim de alcançar resultados mais efetivos no sentido do enfrentamento à violência de gênero.

1. Metodologia

A metodologia de estudo constou da revisão de literatura, e foi desenvolvida por meio de abordagem metodológica quantitativa – Prodanov e Freitas (2013) ressaltam que, nesta abordagem, o pesquisador considera que tudo pode ser quantificável, de forma a classificá-los, analisá-los, utilizando-se de ferramentas estatísticas. E, para análise dos dados, utilizou-se a técnica descritiva, a qual tem como finalidade principal a descrição das características de determinado fenômeno, estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008). A área de abrangência do estudo compreende a 1ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), Belém (PARÁ, 2014), que, segundo IBGE(2018), estima-se que a capital paraense possua 1.485.732 habitantes, a 11ª dos 15 municípios mais populosos do país.

Os dados analisados foram fornecidos pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal-SIAC, por meio de planilha do Microsoft Excel – gerados diretamente do Sistema Integrado de Segurança Pública-SISP–WEB, totalizando 14.938 Boletins de Ocorrência Policial-BOPs de violência

contra a mulher, registrados na Divisão Especializada em Atendimento à Mulher DEAM-Belém, no período de 2016 a 2018 – e posterior formação de banco de dados (ainda utilizando o software Microsoft Excel) com as seguintes variáveis: i) Delito do Registro: Ameaça; Lesão Corporal; Injúria; Vias de fato; Perturbação da tranquilidade; Descumprimento de Medidas Protetivas, Difamação, Calúnia, Estupro, Constrangimento ilegal; ii) Causa presumível: Acidental; Alcoolismo/ Embriaguez; Alienação; Ambição; Ciúme; Devassidão; Entorpecentes; Imperícia/Imprudência/ Negligência; Ódio/Vingança; Outras; iii) Ano do Fato: 2016; 2017; 2018; iv) Dia da Semana do fato: Domingo; Segunda; Terça; Quarta; Quinta; Sexta; Sábado; v) Turno do Fato: Madrugada; Manhã; Tarde; Noite.

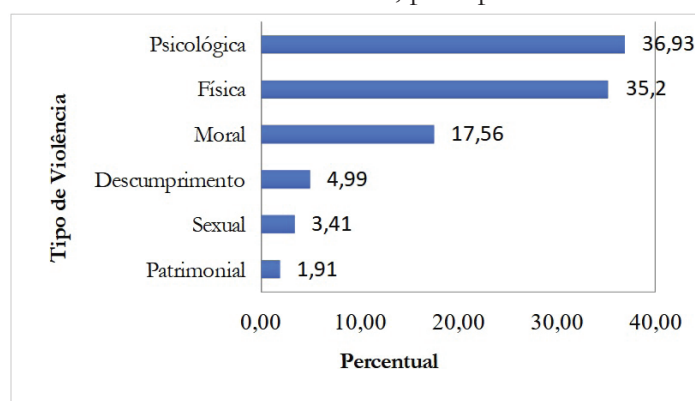
As variáveis foram analisadas por meio da técnica Estatística Descritiva de Dados, cujo objetivo é o de sintetizar valores de igual natureza, permitindo assim que se obtenha uma visão global da variação dos valores, organizando e descrevendo os dados por meio de tabelas, de gráficos com o auxílio do Programa Microsoft Office Excel 2010™ (Microsoft Corporation, Redmond, Estados Unidos) (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

2. Resultados

A Lei 11.340/2006, no Capítulo II, apresentou os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher, classificando-os em: (i) violência física; (ii) violência psicológica; (iii) violência sexual; (iv) violência patrimonial e (v) violência moral; e, em alteração recente, tipificou a conduta do descumprimento de medidas protetivas, atribuindo penalidade de detenção de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, em casos de não obediência à decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na referida legislação (BRASIL, 2006).

Conforme Gráfico 1, no triênio estudado, 36,93% das mulheres atendidas na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher de Belém relataram terem sido vítimas de violência psicológica, enquanto que 35,20% relataram violência física e 17,56% sofreram violência moral, ao passo que as violências sexual e patrimonial, 3,41% e 1,91% (respectivamente). No plano nacional, as mulheres brasileiras responderam terem sofrido mais violência física (67%) do que psicológica (47%), de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Data Senado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (BRASIL, 2017).

Gráfico 1: Percentual de Delitos contra a Mulher na cidade de Belém, no Período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2018, por tipo de Violência.



Fonte: Construção dos Autores com base em informações da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), 2019.

A violência psicológica pode ser entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, que controle ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização (BRASIL, 2006). Como por exemplo o delito de ameaça, o qual foi o mais registrado, com 5117 registros representando 35,8% das ocorrências. Outra forma de violência psicológica é a contravenção penal de perturbação da tranquilidade – que se caracteriza pela insolência, pelo desrespeito, quando não, pela grosseria e até pela ousadia (conforme Gandra, 2019) –, que foi citada 943 vezes, 6,6% dos BOPs (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade e Percentual de BOPs, por Delito (dez maiores) referente à violência contra a Mulher, registrados na DEAM-Belém, no Período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2018.

Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Delitos Registrados (Os Dez Maiores)	Ameaça	5117	35,8
	Lesão corporal	3644	25,5
	Injúria	1876	13,12
	Vias de fato	1160	8,11
	Perturbação da tranquilidade	943	6,6
	Descumprimento de medidas protetivas	686	4,8
	Difamação	386	2,7
	Calúnia	168	1,18
	Estupro	157	1,1
	Constrangimento ilegal	156	1,09
	Total	14293	100,00

Fonte: Construção dos Autores com base em informações da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), 2019.

As ocorrências de lesão corporal (25,5%, conforme Tabela 1) representam ofensas à integridade corporal ou à saúde, ou seja, conforme Cunha (2018), o tipo penal deseja proteger a saúde corporal, fisiológica e mental (atividade intelectual, volitiva ou sentimental da vítima). Por sua vez, a contravenção Vias de Fato, registrada 1160 vezes na DEAM Belém no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018, é consubstanciado em atos de ataque ou violência contra pessoa, desde que não caracterizem lesões corporais (GANDRA, 2019).

Dos boletins de ocorrência policial, 686 apontam para a não obediência à ordem judicial de restrição de aproximação ou contato da vítima, por exemplo. A conduta do crime de descumprimento de medidas protetivas surgiu apenas no ano de 2018 (BRASIL, 2018), entretanto, a desobediência das medidas protetivas é registrada na Polícia Civil do Estado do Pará desde o início da vigência da Lei 11.340.2006, razão pela qual há estatísticas de ocorrências antes mesmo da tipificação criminal (Tabela 1).

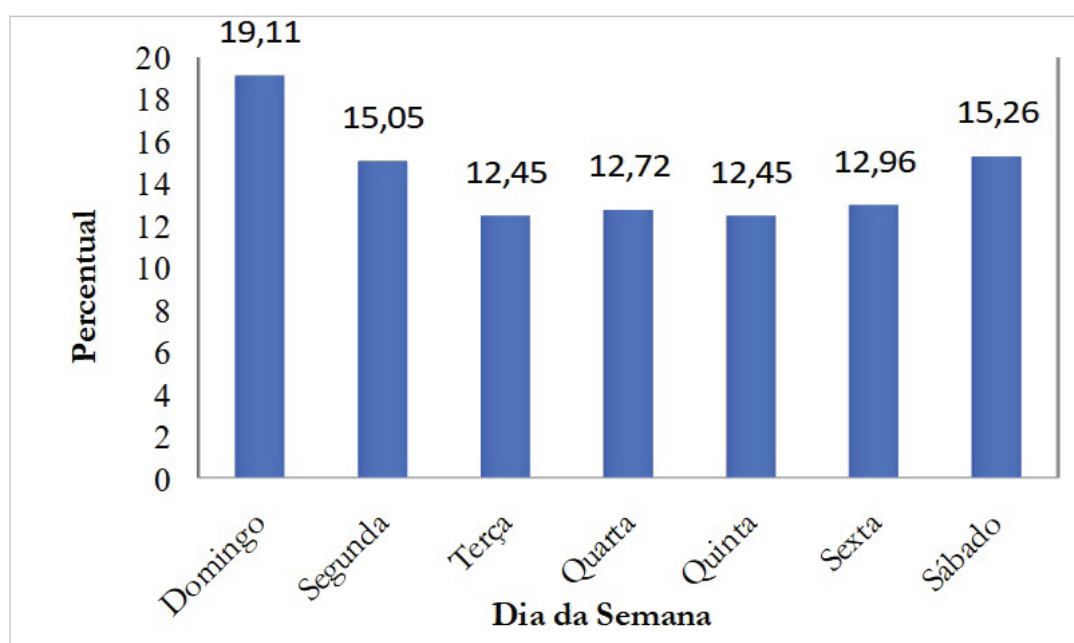
Tabela 2: Quantidade e Percentual de BOPs, por motivo do fato, referente à violência contra a Mulher, registrados na DEAM-Belém, no Período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2018.

Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Motivo do fato	Ódio/Vingança	6724	69,23
	Alcoolismo/Entorpecentes	1227	12,63
	Ciúme	1148	11,82
	Ambição	300	3,09
	Imperícia/ Imprudência/ Negligência	164	1,69
	Devassidão	128	1,32
	Alienação	17	0,18
	Acidental	5	0,04
	Total	9713	100,00

Fonte: Construção dos Autores com base em informações da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), 2019.

Sobre os boletins de ocorrência com descrição de motivação, a Tabela 2 mostra que a maioria dos casos de violência contra a mulher, registrados na DEAM Belém, são presumidamente causados por ódio ou vingança (69,23%), seguido do uso de substâncias capazes de alterar o funcionamento do corpo humano, como álcool e/ou entorpecentes (12,63%) e, ainda, como causa ciúme (11,82%). Os dados ratificam informações recebidas pelo serviço oferecido pelo Governo Federal onde mulheres podem registrar denúncias acerca de violência doméstica, o Disque 180 – as vítimas atendidas informaram como causa presumível dos fatos, denunciados ao serviço telefônico, o uso e/ou abuso de álcool ou entorpecente (29%), discussão (19%) e ciúme(17%) (BRASIL, 2017).

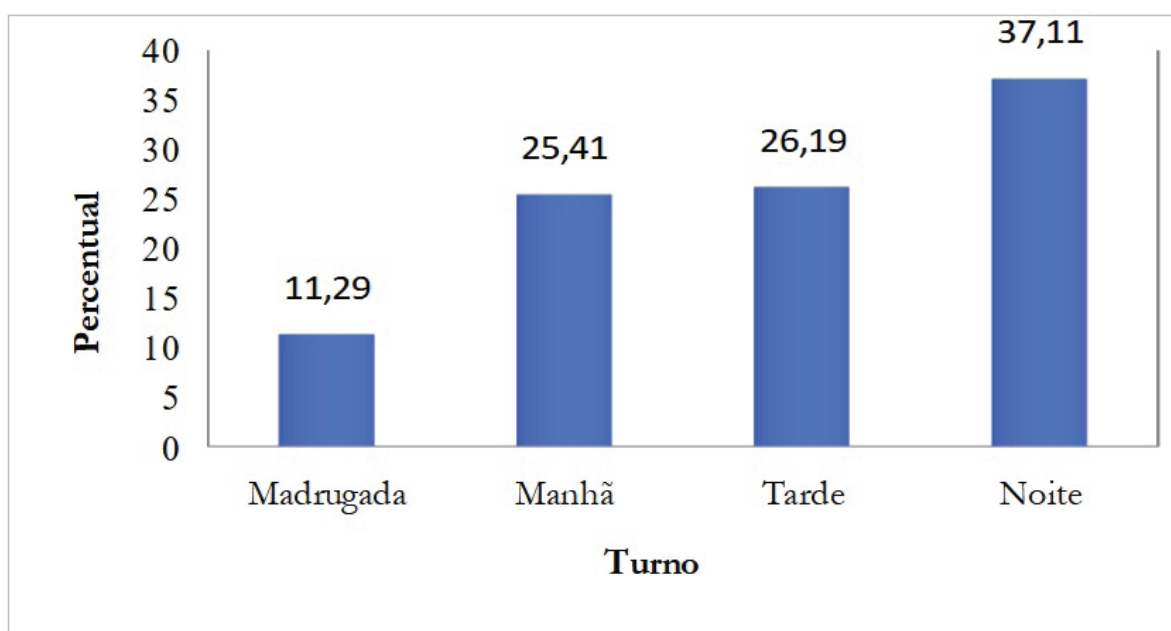
Gráfico 2: Percentual de Delitos contra a Mulher na cidade de Belém, no Período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2018, por dia da semana.



Fonte: Construção dos Autores com base em informações da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), 2019.

Quanto a frequência semanal, a maior parte dos delitos é identificada no Gráfico 2, aos domingos (19,11%), seguido de sábado (15,26%) e da segunda-feira (15,05%) dos registros. Nos dias de terça-feira (12,45%) e quarta-feira (12,72%), nota-se uma pequena redução das denúncias. Nas quintas-feiras (12,45%) e sextas-feiras (12,96%) as ocorrências aumentam com a aproximação do final de semana. O que pode ser relacionado com o aumento do tempo em que o autor da violência permanece no domicílio (MOURA; VASCONCELOS; PRATESI, 2009).

Gráfico 3: Percentual de Delitos contra a Mulher na cidade de Belém, no Período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2018, por turno do fato.



De acordo com o Gráfico 3, observa-se que a maior parte dos crimes ocorreram no período noturno (37,11%). Entretanto, Bernardo, *et al.* (2019) explicam que dos BOPs de violência doméstica registrados em Belém no mesmo período, a maior parte (44,73%) foi registrada no período noturno, porque, segundo os autores, as vítimas de violência doméstica não procuram imediatamente por atendimento na Delegacia Especializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo a caracterização dos delitos contra a mulher, no âmbito da violência doméstica e familiar em Belém, o conhecimento e os agrupamentos das informações são necessários para o diagnóstico do atual contexto da violência contra mulher, de maneira a fomentar o desenvolvimento de ações na prevenção e repressão a esses delitos. O objeto de análise nesse estudo versa quanto aos delitos contra as mulheres registrados na Divisão Especializada de Atendimento à Mulher em Belém, de janeiro de 2016 a dezembro de 2018, por meio de abordagem de análise estatística e na crítica dos dados apresentados.

Os resultados indicam que, acerca do tipo de violência sofrida, a violência psicológica se destaca (Ameaça, Perturbação tranquilidade), seguida da violência física (Lesão corporal e Vias de fato) e de violência moral, os delitos contra a honra (Injúria, Calúnia e Difamação) e, em menor

quantidade de registro, o descumprimento de medidas protetivas. Os registros de violência sexual e patrimonial aparecem de forma discreta.

De acordo, ainda, com os resultados obtidos, a maior parte dos delitos ocorre aos domingos, sábados e segundas-feiras no turno da noite, e com motivos presumíveis de ódio e/ou vingança e uso de substâncias capazes de alterar o funcionamento do organismo humano, como álcool e drogas. O pico de registros no primeiro dia útil da semana ocorre principalmente no início da noite, o que indica que as vítimas primeiro realizam suas atividades laborais e somente depois procuram a unidade Especializada para atendimento. De onde se pode concluir que a junção de elementos como final de semana, bebida alcoólica e período noturno representam o contexto de perigo quanto à violência contra a mulher.

Estes resultados apontam para um contexto de violência, extrema e fútil, contra as mulheres, após mais de uma década da Lei Maria da Penha, diante do quantitativo de registros. Representam também que os avanços legislativos acerca do tema, embora sejam positivos no sentido do empoderamento da mulher, da busca por justiça, ainda há a necessidade de evoluir quanto à repressão dos delitos – visto que quase 15 mil vítimas violadas em um triênio é inaceitável –, na busca pelo respeito e equidade de gênero.

Desta feita, a análise dos registros de violência contra mulheres é importante para planejamento estratégico da Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica Contra Mulher, permitindo que ações pontuais sejam direcionadas ao foco do problema. Assim como se sugere o estudo aprofundado das características dos autores da violência, de forma que, com informações mais detalhadas, possibilite a Rede de Acolhimento e Assistência de Mulheres e da Sociedade a desenvolver ações sentido de ações de prevenção e conscientização social visando ao hoje, ideológico, fim da histórica violência de gênero.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, A.M.C.S.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; SOUZA, J. G.; AMADOR, M. F.L. M. Caracterização da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Belém-Pará. In: Katiane da Costa Cunha; Karine Freitas Sousa; Leonardo Naves Reis; Leila Chagas de Souza Costa; Maria Riziane Prates. (Org.). *SEGURANÇA PÚBLICA: Mulheres*. 23ed. Praia: Uni-CV, 2019, v. 1, p. 235-246.

BRASIL. Presidência da República. *Lei N° 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Transparência. Coordenação de Controle Social. Serviço de Pesquisa Data Senado. *Violência Doméstica e familiar contra a mulher*. Jun. 2017.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 9.ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

CUNHA, R.S. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*. 6.ed., Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

GANDRA, T. *Leis Especiais para Concursos- Lei das Contravenções Penais*. Decreto-Lei Nº 3.688/1941. 2.ed., Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5.ed, São Paulo : Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2018*. População estimada, 2018.

MOURA, L.B.A., GANDOLFI, L., VASCONCELOS, A.M.N., PRATESI, R. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Rev Saúde Pública*. 2009;43(6):944-53.

PARÁ, Governo do Estado do Pará, Polícia Civil do Estado do Pará, *Portaria Nº 094*, de 16 de março de 1987. Belém, 1987.

PARÁ, Governo do Estado do Pará, Polícia Civil do Estado do PARÁ, *Decreto Estadual Nº 2.690/06*, de 18 de dezembro de 2006, Belém, 2006.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, *Resolução Nº 185, de 19 de fevereiro de 2012, aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública – RIISP, 2014*.

PARÁ, Governo do Estado do Pará, Polícia Civil do Estado do PARÁ, *Divisão de Atendimento a Vulneráveis- DAV- Relatório de procedimentos*, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 153-170, jun, 2010.

SPANIOL, M. I.; GROSSI, P. Análise da Implantação das Patrulhas Maria da Penha nos Territórios da Paz em Porto Alegre: avanços e desafios. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 13, n. 2, 2014.

A Romantização do Abuso pelas Histórias de Ficção

La Romantización del Abuso por Parte de las Historias de Ficción

The Romanticization of Abuse by Fiction Stories

Alice Cáritas Almeida Amarante

Resumo: O presente trabalho aborda a romantização do abuso pelas histórias de ficção, com ênfase em relacionamentos heterossexuais, onde a mulher é a vítima de abuso. Realizei entrevistas com mulheres vítimas de relacionamentos abusivos e associei os relatos obtidos com uma análise crítica de três ficções científicas que camuflam tais relacionamentos, em diálogo com autoras que também teceram suas considerações a respeito das obras. Com a finalização da pesquisa, conclui-se que a romantização do abuso pelas histórias de ficção, segue na contramão das lutas de combate à violência contra a mulher e que, portanto, é necessário que tenhamos sempre cautela com o que estamos consumindo e exaltando, para não contribuir ainda mais para que mulheres sofram presas em relacionamentos abusivos.

Palavras-chave: Romantização. Histórias de ficção. Relacionamentos abusivos. Violência contra a mulher.

Resumen: El presente trabajo aborda la romantización del abuso a través de historias de ficción, con énfasis en las relaciones heterosexuales, donde las mujeres son víctimas de abuso. Realicé entrevistas a mujeres víctimas de relaciones abusivas y asocié los reportes obtenidos con un análisis crítico de tres ficciones científicas que camuflan dichas relaciones, en diálogo con autores que también hicieron sus consideraciones sobre las obras. Con la finalización de la investigación, se concluye que la romantización del abuso a través de historias de ficción, va en contra de las luchas para combatir la violencia contra las mujeres y que, por lo tanto, es necesario que seamos siempre cautelosos con lo que estamos consumiendo y ensalzando. no contribuir más a que las mujeres sufran encarcelamiento en relaciones abusivas.

Palabras clave: Romanticización. Historias de ficción. Relaciones abusivas. La violencia contra las mujeres.

Abstract: This paper addresses the romanticization of abuse through fiction stories, with an emphasis on heterosexual relationships, where women are victims of abuse. I conducted interviews with women victims of abusive relationships and associated the reports obtained with a critical analysis of three science fictions that camouflage such relationships, in dialogue with authors who also made their considerations about the works. With the conclusion of the research, it is concluded that the romanticization of abuse by fiction stories, goes against the struggles to combat violence against women, and therefore, we must always be careful with what we are consuming and extolling, not to further contribute to women being trapped in abusive relationships.

Keywords: Romanticization. Fiction stories. Abusive relationships. Violence against women.

INTRODUÇÃO

O presente artigo configura-se como pesquisa bibliográfica, pois dialoga com autoras que pesquisam e estudam sobre relacionamentos abusivos e seus impactos na vida cotidiana. Parte da análise de uma série de problemáticas encontradas, especialmente, nos contos de fadas, que são um dos principais constructos da cultura da vulnerabilidade feminina e, conseqüente, naturalização de relações abusivas, desde a infância. Segue-se então uma análise mais profunda de três histórias de ficção que carregam um teor altíssimo de toxicidade de relações, mascaradas de romance. Tal análise encontra aporte teórico no diálogo com autoras que tecem suas considerações a respeito destas obras: o filme *Esquadrão Suicida*, onde conversarei principalmente com Nikkolly dos Santos Neto (2017), e a saga *Crepúsculo*, juntamente com a trilogia *50 tons de cinza*, onde partilharei de ideias de Priscila Santiago Sousa (2018). A fim de embasar as discussões referentes a relacionamentos abusivos e formas de violência, terei como aporte teórico Tânia Mendonça Marques (2005). Somam-se a isso os produtos obtidos em uma pesquisa de campo, que teve como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. Tratou-se de uma chamada pública, que foi feita em redes sociais, para que mulheres que já foram vítimas de relacionamentos abusivos (as quais mantenho o anonimato), e se sentissem confortáveis em compartilhar suas experiências, entrassem em contato para uma conversa, onde foi direcionado o caminho das perguntas. Elas poderiam se sentir à vontade para responder ou não questões específicas, além de acrescentar outros relatos que achassem pertinentes.

1. Contos de Fadas: felizes para sempre, quem?

- Queira perdoar-me, não pretendia assustá-la.
 - Oh não, não. Não é isso, mas é que você é...
 - Um estranho?
 - Uhum...
 - Mas não se lembra? Nós já nos encontramos.
 - Nós dois?
 - Sim, você mesmo disse. Uma vez num sonho.
- (A Bela Adormecida, 1959)

Quem nunca foi ao delírio cantando com a Bela pela aldeia e pelo palácio da Fera? Ou com a Cinderela, enquanto ela limpava a casa, com os ratinhos? Ou com a Branca de Neve, junto com os sete anões e com a Aurora, pelas florestas? E com a Barbie, então?! Com suas inúmeras histórias diferentes, cheias de aventuras e músicas originais?

Sem sombra de dúvida foram elementos marcantes de muitas infâncias, com os quais vivemos momentos felizes e criamos uma relação de afeto, que nos enchem de nostalgia quando vemos algo relacionado ou, principalmente, escutamos alguma das músicas imortais em nossos corações. Entretanto, aqueles momentos de prazer infantil foram um dos primeiros a inserir em nossas mentes discursos racistas, classistas, cis-heteronormativos¹, binaristas² e principalmente machistas.

¹ Esse termo vem sendo utilizado atualmente para substituir antigo “heteronormativo”, pois compreende-se não somente a heterossexualidade é compulsoriamente imposta, mas também a cisgeneridade, ou seja, que o gênero esteja em conformidade com o sexo.

² Quando se trata de gênero, considera a possibilidade apenas do masculino e feminino, sendo estes, determinados pela genitália das pessoas: masculino (para quem nasce com pênis) e feminino (para quem nasce com vulva).

As histórias infantis mais famosas do mundo desenvolvem-se em torno do amor. No geral, os enredos fantasiosos possuem uma personagem feminina que, depois de muito sofrer e superar conflitos, encontra no beijo do príncipe encantado a salvação que a garante o famoso “felizes para sempre”. Assim foi com A Branca de Neve, A Bela Adormecida, Rapunzel, A Pequena Sereia e também A Bela e a Fera. O que todas essas histórias têm em comum além do príncipe e do “felizes para sempre”? A felicidade dessas mulheres só foi atingida depois de encontrar o homem de suas vidas. (Priscila Santiago Sousa, 2018, p. 24).

Vimos mulheres (brancas e loiras) terem todos os seus problemas resolvidos por homens (brancos e ricos) e achamos incrível; torcemos pelo amor entre uma mulher e o homem que lhe aprisionou; comemoramos ao ver homens beijando mulheres desconhecidas e desacordadas. E, para além de tudo isso e de tantos outros fatos extremamente problematizáveis, romantizamos todas essas histórias.

É importante ressaltar que o binarismo cis-heteronormativo implantado socialmente faz com que, enquanto meninas são colocadas para assistirem contos de fadas e afins, meninos são postos diante de desenhos com mais ação, aventura e até mesmo agressividade.

Dessa forma, meninas crescem com a ideia de que devem ser delicadas e manter um padrão de beleza europeizado para esperarem seus “príncipes encantados”, pois precisam deles para serem sustentadas e terem todos os seus problemas resolvidos, almejando viver sua grande história de amor e acreditando que esse será o momento mais feliz da suas vidas. Em contrapartida, meninos crescem com o entendimento de que suas atitudes devem ser baseadas em força física e o mínimo de sensibilidade possível e, ainda, que é natural que homens sejam agressivos, o que faz com que se considerem superiores às mulheres.

Érica Renata de Souza, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Questões de gênero na infância e na escola*”, aponta:

Tenho sugerido, ao longo deste trabalho, que a agressividade assim como a violência, são apresentadas pelo discurso hierárquico de gênero como “características próprias” do gênero masculino, bem como as concepções das crianças também nos revelaram uma associação dos homens à força física, à coragem, etc (SOUZA, 1999, p. 175).

Crianças crescem, por fim, enraizadas em uma cultura machista que, naturalizando e romantizando esses aspectos de divisão de gênero, constrói uma hierarquia marcada pelo masculino como ser superior e dominante, gerando consequências gravíssimas, que se configuram como *masculinidade tóxica*.

Ao ultrapassarem a etapa da infância, alcançam a adolescência, onde os contos de fadas dão lugar a outras histórias já não tão fictícias assim. Histórias estas que são atravessadas pela realidade, que se alimentam dela para serem escritas: os romances.

Já mergulhadas na idealização de amor perfeito herdada da infância, na adolescência, período em que os hormônios estão aflorando os desejos e vontades ligadas às questões afetivo-sexuais, abrimos espaço com facilidade para que os romances penetrem nosso cérebro, nos levando a considerar outras formas do que é chamado de amor e, mais uma vez, almejar a reprodução do que lemos ou assistimos em nossas próprias vidas.

2. Relação Suicida

- O que temos aqui...?
- Vai fazer o que, me matar, senhor Coringa?
- O quê? Não, eu não vou te matar, eu só vou te machucar e vai doer demais!
- Você acha? Pois eu aguento! (Esquadrão Suicida, 2016)

Baseado nos quadrinhos da *DC Comics*, estreou em 2016, sob direção de David Ayer, o longa metragem *Esquadrão Suicida*, que levou às telas dos cinemas a missão de um grupo formado por supervilões que começam a trabalhar para o governo em troca de redução de suas penas carcerárias. Pela primeira vez, a personagem Harley Quinn, a ensandecida Alerquina, saiu dos quadrinhos e dos desenhos animados e ganhou vida em um filme.

Harleen Quinzel, mais tarde apelidada como Harley Quinn, foi criada para a série animada para televisão *Batman: A Série Animada*, aparecendo pela primeira vez em 1992. Após uma aceitação positiva do público, seus criadores, Paul Dini e Bruce Timm, incluíram a personagem em vários outros episódios e mais tarde ela também apareceria nos quadrinhos do Universo DC e posteriormente na adaptação para cinema *Esquadrão Suicida*. Ela aparece na trama como a psiquiatra de Coringa, que manipulada e seduzida pelo mesmo, desenvolve uma empatia pelo paciente ajudando-o a fugir do Asilo de Arkham e torna-se uma seguidora do vilão seguindo suas ordens em viés do sentimento que ela acredita ser amor. (Nikolly do Santos Neto, 2017, p. 172).

Alerquina e Coringa, desde os quadrinhos, já eram o “casal dos olhos” das(os) fãs, que naturalizavam e romantizavam o relacionamento de ambos, mesmo tratando-se explicitamente de um relacionamento abusivo. Ao serem levados às telas dos cinemas, o nível de romantização do casal pelo próprio filme alcançou níveis ainda maiores do que nos quadrinhos e desenhos. Na trama, não há uma preocupação por meio da produção de buscar meios para problematizar a toxicidade da relação, como aponta Thay (2016), que “os idealizadores de *Esquadrão Suicida* perderam uma grande oportunidade de lidar com o tema do relacionamento abusivo com as cores e dores reais que algo assim trás para a vida de uma pessoa”. Pelo contrário, o filme “enfeita” o relacionamento, causando a sensação de diminuição da gravidade do mesmo e, conseqüentemente, romantização do abuso sofrido por Alerquina.

A primeira cena de abuso disfarçado de amor que o filme mostra é quando conta a história de Alerquina, ainda doutora Harleen Quinzel, psiquiatra designada para tratar do caso do Coringa. Durante as sessões de terapia, começa a ser manipulada pelo palhaço e a desenvolver uma doentia paixão por ele, o que lhe leva, inconscientemente, a ajudá-lo a fugir do manicômio onde se encontrava.

A manipulação é uma das características mais marcantes de relacionamentos abusivos. O abusador, na maioria das situações, mostra-se doce e gentil, fala o que a vítima quer ouvir e começa a conquistá-la de tal forma que, em pouco tempo, ela se vê presa a um sentimento que lhe leva, inconscientemente, a obedecer a tudo que o abusador manda, mesmo não sendo da sua vontade.

De acordo com Tania Mendonca Marques:

As finalidades do abuso psicológico, conscientes ou não, são abalar a segurança da mulher com relação ao raciocínio lógico ao qual ela se baseou durante toda sua vida. Num relacionamento abusivo, a mulher é visivelmente submetida a um condicionamento operante: mesmo não gostando, ela está condicionada a antecipar aquilo que agrada ao marido, que não o irritará. (MARQUES, 2005, p. 86-87).

Dentre os relatos que eu ouvi de mulheres que sofreram relacionamentos abusivos, em todos estava inserida a manipulação como principal ferramenta do abusador. Nos relatos, houveram frases como *“ele fazia eu fazer tudo que ele queria”*; *“eu era muito besta pra ele, nem percebia que estava sendo manipulada”*.

Na seqüência, o filme nos coloca diante de uma cena de tortura: Coringa aprisiona a doutora e, antes de lhe aplicar um choque na cabeça, diz que não vai lhe matar, só vai lhe machucar e que vai doer demais, ao que ela responde que aguenta. Nesta cena, além da explícita violência física a qual Harleen Quinzel é submetida, podemos observar também que a manipulação alcança níveis mais elevados, fazendo com que ela acredite que é capaz de passar por situações de extrema dor e sacrifício por ele, o famoso *“se sacrificar por amor”*.

Mais uma vez, tal característica do relacionamento abusivo da ficção é constantemente encontrada na realidade. Inúmeras mulheres ficam extremamente obcecadas por seu abusador e mergulham em conflitos internos resultantes de várias atitudes que lhes causam uma série de desconfortos, como pude constatar nos relatos que obtive. Bastante foi falado sobre a instável relação consigo mesmas por não estarem satisfeitas com determinadas imposições e ordens, por serem submetidas a práticas que lhes causavam agonia, mal-estar ou até mesmo dor. *“Tinha que dizer pra ele onde eu ia, com quem e se ele não gostasse, eu não ia. Tinha que ter relações com ele mesmo quando eu não queria, porque ele fazia toda uma pressão psicológica pra eu aceitar aquilo”*.

É importante ressaltar que essa prática de ser induzida a manter relações sexuais, mesmo sem vontade, é uma situação cada vez mais corriqueira dentro dos relacionamentos, onde inúmeras mulheres que passam por isso nem se quer percebem que estão sendo vítimas de violência sexual.

Assim, considera-se violência sexual, a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual ou a participar de relações sexuais com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. (MARQUES, 2005, p. 93).

É preciso enfatizar, principalmente para nós mulheres que somos as maiores vítimas, que qualquer prática que ultrapasse a nossa vontade dentro de uma relação sexual é violência, e que não devemos ceder nos relacionar sexualmente com alguém apenas para satisfazer o desejo da pessoa, independentemente de ser namorado ou marido. Essa prática de manipulação para que ocorra o sexo, que automaticamente gera uma relação não prazerosa e, muitas vezes, incômoda e desconfortável para a parte manipulada, é estupro!

Relações abusivas implicam também no desenvolvimento de transtornos. Em alguns casos, os abusos sofridos acabam por manter a vítima ligada a seu agressor, criando a falsa ilusão de amor. A vítima não enxerga o parceiro como agressor, apenas como uma pessoa que a ama e retribui seu amor. O longo perí-

odo de intimidação manipulação e coação pode se transformar em uma relação de simpatia e até mesmo sentimento de amizade e amor na presença do agressor. Esse comportamento é classificado como Síndrome de Estocolmo e pode ser claramente aplicado à Harley Quinn. (NETO, 2017, p. 176).

Esta síndrome se instaura de maneira tão avassaladora em Harley que a admiração e paixão desenfreada pelo Coringa fazem com que ela passe a se sentir não apenas uma cúmplice dele e mais do que uma serva, considera-se propriedade do palhaço. Isso fica nítido ao observarmos seu uniforme, que se compõe de uma coleira com o apelido “Coringa”, uma jaqueta com os dizeres “propriedade do Coringa” e uma blusa onde se lê “*monstrinha do papai*”. Há ainda uma cena do filme em que o Coringa oferece Alerquina há um homem na boate e ela, prontamente, obedece a sua ordem. Percebemos, dessa forma, que Alerquina é reduzida a um objeto submisso ao Coringa e sente prazer em ocupar este lugar, como se fosse uma honra satisfazer aos desejos do seu amado.

Atravessadas por essas crises, muitas mulheres perdem a capacidade de enxergar o quão nocivo é o relacionamento em que estão envolvidas, naturalizando as atitudes de seu abusador e acreditando que isso seja normal entre os relacionamentos. “*Foi tudo muito sorrateiro, não percebi que estava em um relacionamento abusivo até sair de um, eu achava que isso acontecia em todos os relacionamentos*”.

De acordo com Nikolly dos Santos Neto, o filme nos permite identificar que, além da Síndrome de Estocolmo, a personagem também sofre um transtorno de personalidade histriônica, cuja principal característica é a necessidade que a pessoa desenvolve de estar em evidência, ser o centro das atenções o tempo todo.

Segundo o DSM-IV, o Transtorno de Personalidade Histriônica é caracterizado por um padrão de emocionalidade exagerada e comportamentos de busca de atenção. Inicialmente, são agradáveis com seu estilo dramático e animado de ser, mas com o tempo passam a ser evitados pelos outros pelo incômodo provocado por sua exigência inadequada de atenção. Muitas vezes, essas pessoas são influenciadas por pessoas ou situações, sendo muito vulneráveis às opiniões alheias. Em geral usam da aparência física para chamar atenção. Apresentam grandes dificuldades de relacionamento, mostram-se muito dependentes, tentando controlar seus parceiros através da sedução. (NETO, 2017, p. 177).

E mais uma vez o filme brinca com uma questão muito séria: rimos das atitudes de Alerquina, lhe achamos fofa, chata, tola, insuportável, mas raramente paramos para analisar a gravidade do fato de desenvolver transtornos psicológicos devido ao relacionamento abusivo que sofre, justamente porque o filme esforçou-se o suficiente para mascarar todas essas implicações problemáticas e preferiu que ovacionássemos o casal.

Para além da ficção, na realidade, inúmeros outros transtornos são identificados em vítimas de relacionamentos abusivos que acumulam graves problemas à sua saúde física e emocional, prejudicando sua forma de relacionar-se consigo mesmas e com as pessoas à sua volta, como depressão, ansiedade, baixa autoestima, entre tantas outras doenças extremamente graves para o bem-estar humano. “*Muita aflição, agonia, ansiedade, desespero.*”; “*Meu lado mulher tava destruído, eu me olhava no espelho e tava muito destruída, não via beleza, as pessoas diziam que meu cabelo e meu sorriso são lindos e não conseguia enxergar, minha autoestima foi pra merda*”.

Segundo Marques:

Manter a mulher em estado de ansiedade é outro método usado para controle psicológico. O homem toma providências para que ela nunca tenha certeza se ele irá machucá-la, se os seus esforços irão agradá-lo, enfurecê-lo, ou se pode cumprir suas ordens adequadamente. A incerteza é uma maneira de desestabilizar a mulher psicologicamente. (MARQUES, 2005, p. 87).

Ainda nos mostrando a origem de Alerquina, chegamos à cena em que o Coringa lhe pergunta se ela morreria e viveria por ele e ela responde que sim às duas perguntas e, em seguida, pula em uma banheira de ácido, demarcando o momento em que Harleen Quinzel transforma-se em Harley Quinn. Essa é a cena mais romantizada pela trama. Depois da atitude de uma mulher visivelmente transtornada e obcecada por seu abusador, o mesmo pula também na banheira de ácido para “salvá-la” e depois a beija, o que transmite ao espectador toda carga romantizada de que o homem pode ter inúmeros defeitos e até chegar a machucar a mulher, física ou psicologicamente, mas qualquer atitude sua que a faça se sentir minimamente valorizada faz com que este seja novamente colocado em um pedestal e considerado o melhor e mais romântico homem do mundo.

Demonstrar amor não significa que a relação seja saudável. O abuso psicológico pode ter consequências invertíveis, impactando severamente no modo de agir, na autoestima e confiança. A vítima passa a ver o parceiro como o dono da verdade, acreditando apenas no que o mesmo diz. O relacionamento abusivo dificulta a capacidade de ação da vítima em relação a seus interesses próprios, devido ao intenso controle e manipulação a que a mesma é submetida. (NETO, 2017, p. 175).

São esses lapsos de demonstrações afetivas que fazem com que muitas vítimas acreditem que, no fundo, seus abusadores as amam e, portanto, que esse amor é suficiente para manter e sustentar o relacionamento, como apontaram algumas das entrevistadas: “*acabei acreditando que o amor é a base...*”, “*depois eu voltei a ir na casa dele, ele se tornava um bom namorado*”.

3. Quantos Tons Têm um Crepúsculo?

- Como entrou aqui?
- Pela janela.
- Sempre faz isso?
- Só nos últimos meses. (Crepúsculo, 2018)

- Não chega perto de mim, eu preciso de espaço!
- Por favor, não faz isso, não desiste de mim...
- Eu só preciso pensar um pouco, tá?
- Não me deixe, você significa mais pra mim do que qualquer coisa. (50 tons de cinza, 2015)

Um dos best sellers que mais fez sucesso e colocou sua escritora como uma das mais bem pagas do mundo foi o idolatrado *Crepúsculo*. Não é novidade que, desde a publicação do primeiro livro, em 2005, pela escritora Stephenie Meyer, *Crepúsculo* virou uma das maiores febres literárias entre as(os) jovens, tornando-se uma das sagas que mais marcou a infância e adolescência de

inúmeras pessoas. O romance entre a garota de Phoenix de 17 anos, Isabella Swan, e o vampiro centenário, Edward Cullen, viralizou de tal forma que conquistou avassaladoramente o coração de inúmeras(os) fãs ao redor de todo o globo. De acordo com Priscila Santiago Sousa:

[...] viria a se tornar uma saga de quatro volumes, cinco adaptações para o cinema, dois livros spin offs recorde de vendas, sucesso de bilheteria e uma legião de fãs apaixonados e fiéis aos personagens da história que conquistou corações de milhares de pessoas ao redor do mundo. Em uma trama envolvendo humanos, vampiros e lobisomens, Meyer construiu na saga *Crepúsculo* um romance misterioso e sedutor que até hoje, treze anos após a primeira publicação, faz muito sucesso. (SOUSA, 2018, p. 42)

Devido ao enorme sucesso da saga, os personagens do universo de *Crepúsculo* transcenderam os livros de Stephanie Meyer e passaram a compor histórias escritas pelas(os) próprias(os) fãs, as chamadas *fanfics*³, narrativas derivadas de outras já existentes, onde se tem liberdade para propor e criar novas realidades e contextos a partir dos originais.

Essas produções de fãs são importantes não só para garantir entretenimento gratuito, como também para que novos autores se destaquem no meio literário e se profissionalizem. Cada vez mais as fanfics têm se tornado porta de entrada para o mercado editorial, como foi o caso de *Cinquenta Tons de Cinza*, série de livros assinados por E.L. James que começou como “Master Of The Universe”, *fanfic* baseada em *Crepúsculo* e que teve seus direitos autorais comprados para editora Arrow Books, além da garantia de adaptação cinematográfica. (SOUSA, 2018, p. 09).

Dessa forma, a trilogia *50 Tons de Cinza* de E.L. James, publicada em 2011, torna-se a mais famosa entre as fanfics de *Crepúsculo*, que, eternizado no coração das(os) fãs, ainda serviu de inspiração para uma história que rendeu três livros, seis anos depois de seu lançamento.

Assim como *Crepúsculo*, *50 Tons de Cinza* também fez grande sucesso, tanto nas livrarias quanto nas bilheterias, levando os mais diferentes tipos de público ao delírio com o romance erótico entre Anastasia Steele e o empresário Christian Grey.

Duas histórias com características semelhantes que alcançaram grande idolatria, lhes fazendo sair das páginas dos livros e adentrar os telões, emocionando fãs pelo mundo todo e que, entretanto, carregam em suas narrativas sérias problemáticas, novamente camufladas de romance.

Dessa forma, por se assemelharem em diversos aspectos, desenvolverei neste momento uma análise conjunta da saga *Crepúsculo* e da trilogia *50 Tons de Cinza*, não me prendendo especificamente aos filmes ou livros, mas sim fazendo um apanhado geral do conteúdo das narrativas para destacar e refletir a respeito das maiores problemáticas no que se refere a relacionamentos abusivos, inseridas nas mesmas.

Tanto Isabella Swan, quanto Anastasia Steele são meninas virgens que, segundo as narrativas, não possuem grandes atributos femininos, não possuem muita personalidade, tem baixa autoestima e bombardeiam-se de características negativas. São o perfeito retrato das inseguranças femininas, fazendo com que inúmeras mulheres vejam, retratadas nas personagens, ao menos uma de suas

³ Abreviação de “fanfictions”, no Brasil também popularmente conhecido apenas por “fics”.

inseguranças – já que essas parecem ter todas as inseguranças existentes no universo feminino – e, diante dessa identificação, comecem a sentir-se atraídas pelas histórias.

Ambas as protagonistas conhecem os homens que vem a ser seu par romântico na saga e os dois são caracterizados por homens bonitos, ricos, desejados e que passam uma imagem de inacessíveis.

Neste momento, já podemos identificar as primeiras pistas de machismo que nos levam de volta à realidade dos contos de fadas: mulheres frágeis e inseguras que necessitam encontrar seus príncipes encantados para resolverem todos os seus problemas, destacando ainda a beleza e o dinheiro como atrativos principais que as mulheres devem procurar em homens.

Os padrões e estereótipos sociais sempre assombraram a vida das mulheres, ditando regras sobre como devem ser e estar em sociedade. O advento do movimento feminista com suas discussões sobre empoderamento feminino vem aos poucos desconstruindo esses moldes conservadores e possibilitando processos de emancipação de diversas mulheres. Entretanto, exaltar as fragilidades femininas e a plena segurança e estabilidade masculina reforça nas mulheres o sentimento de impotência, de que não são autossuficientes para terem suas próprias conquistas e serem vitoriosas sozinhas, de que, no fundo, precisam mesmo de um homem que lhes faça sentir segura e protegida, mesmo que para isso devam se submeter a situações hostis e desagradáveis.

Em pleno século XXI, este pensamento pode parecer extremamente incoerente e retrógrado, porém ainda permanece latente em muitas mulheres que, frustradas por não conseguirem atingir os padrões impostos pela mídia, entram em grandes crises consigo mesmas, chegando a desenvolver doenças graves como bulimia e depressão.

Tão enraizadas no sentimento de inferioridade, muitas mulheres passam a se desvalorizar (como as protagonistas dos filmes) e, no momento em que algum homem lhe nota e lhe atribui um pouco mais de importância, tendem a imaginar que aquilo é um privilégio sem tamanho, ainda mais se forem homens como os personagens das tramas: ricos e poderosos.

Só até aqui, no começo da história, podemos considerá-la extremamente problemática. Entretanto, o nível de toxicidade destas narrativas só tende a aumentar e tornar-se mais sério e perigoso.

Depois que começam a se envolver, ambos os “mocinhos” dizem para suas supostas amadas que elas devem ficar longe deles, porque são perigosos. Edward chega a dizer para Bella que tem um desejo incessante pelo seu sangue como nunca teve na vida, por ninguém.

Este, para mim, é o ápice da falta de cuidado com o público juvenil, que é o principal consumidor desses produtos. Os casos de mulheres desaparecidas, espancadas, estupradas e mortas são números que nunca param de crescer. Saímos de casa e não sabemos se voltaremos vivas ou nos tornaremos estatísticas. Além disso, com o advento da internet e os avanços da globalização, crianças e jovens saem da segurança de suas casas através das redes de comunicação em massa e estão cada vez mais vulneráveis e expostos aos perigos do mundo lá fora, como, por exemplo, à manipulação de psicopatas pedófilos. E, diante de tudo isso, as narrativas de Stephenie Meyer e E. L. James induzem meninas a não fugirem de homens que lhes digam que são perigosos e que querem lhes matar, e sim a acharem isso fascinante, atrativo e aceitarem manter uma relação com esses homens.

Daí entramos nos comportamentos obsessivos que norteiam as histórias como um todo. Edward e Christian afirmam seu sentimento e desejo de posse por Bella e Anastasia. Atitudes como

perseguição, invasão do quarto, aparecer sem ser convidado e, até mesmo, colocar um rastreador na pessoa são vistas como bonitas e românticas, utilizando-se do argumento de que querem apenas o bem de suas amadas e que elas precisam de sua proteção a todo momento do dia.

Mais uma vez, as narrativas ressaltam a fragilidade feminina e dão respaldo para homens exercerem sobre mulheres esse tipo de comportamento obsessivo compulsivo, fazendo com que muitas, mesmo mergulhadas nas situações e sentimentos mais desagradáveis e desconfortáveis possíveis, se sintam privilegiadas por terem alguém que, em seu entendimento, lhes ama tanto a ponto de abdicar de sua própria vida, para estar em constante proteção da vida de sua suposta amada.

Enraizadas na manipulação psicológica na qual estão submersas, as protagonistas passam a desenvolver uma enorme dependência emocional por seus abusadores, que se transforma em submissão. As histórias falam bastante sobre a relação dos casais serem como a relação de um viciado e uma droga, que sem aquilo não são capazes de viver.

Sabemos que vício e pensamentos suicidas são graves problemas cada vez mais recorrentes na sociedade e, portanto, que precisam de sérios tratamentos de saúde. Exaltar vícios e morte é uma forma de implantar nas mentes a ideia de que tudo bem você ser dependente de algo ou de alguém, tudo bem você não conseguir viver sem uma pessoa e preferir tirar sua vida por isso, que o melhor a fazer, então, é lutar a qualquer custo para manter por perto o objeto de sua dependência ao invés de se livrar dela.

A dependência é outra das características mais comuns em relacionamentos abusivos. Consequência da manipulação, leva a vítima muitas vezes a viver em um universo particular com seu abusador, ignorando o resto do mundo e das pessoas que faziam parte de seu círculo de relacionamentos, sendo levada a acreditar que precisa dele, apenas dele e de mais ninguém para viver e ser feliz.

O isolamento da mulher de todos os seus ambientes sociais também é outra técnica de abuso psicológico. Esta pode ser considerada uma sub categoria do abuso emocional, podendo ser distinguida em seu foco em interferir e destruir, ou danificar a rede de apoio social da vítima e fazê-la inteiramente, ou amplamente dependente do parceiro abusivo para obter informações, interações sociais ou satisfação de necessidades emocionais. O isolamento social aumenta o poder do agressor sobre a vítima, mas também o protege. Se a vítima não tem contato com outras pessoas o agressor terá uma probabilidade menor de ter que enfrentar consequências legais ou sociais que podem encerrar o relacionamento. (MARQUES, 2005. p. 88).

Alguns dos relatos que coletei, trouxeram à tona esse tipo de situação. *“Os primeiros sinais que foram me deixando mal e eu não evitei, foi o fato dele começar a afastar de mim, meus amigos. Ele sempre dava a entender que meus amigos estavam errados, que eles queriam meu mal, queriam me separar dele e que ninguém me amava mais do que ele. Que eu não iria encontrar alguém como ele, porque só ele era capaz de amar alguém como eu. Aí fui me afastando dos meus amigos que sempre iam me mostrando como ele não prestava e ele me fazendo pensar que quem não prestava eram eles. Ele fazia eu entrar em conflito com meus pais para poder fazer do jeito que ele queria. Meus pais já vinham tentando me mostrar que o relacionamento não prestava e eu não queria ver porque achava que tava tudo bem, mesmo me sentindo mal.”*

Percebemos no relato uma dependência baseada em uma agressiva violência psicológica, que se aproveita da baixa autoestima e sentimento de inferioridade desenvolvido pela mulher e

agravado pelas atitudes do abusador, que fazem com que a mulher acredite que aquela situação massacrante e dolorosa é o máximo que alguém como ela merece e pode encontrar na vida, portanto, deixar aquela situação seria sinônimo de estar adquirindo seu passe livre para a solidão eterna. Sobre isso, aponta Marques:

O homem, psicologicamente abusivo pode, também, tentar controlar a mulher por meio de propaganda, em relação à auto-imagem dela. Assim, dia após dia, ele utiliza palavras de baixo calão para referir-se a ela. Maximiza os erros da mulher e os cria quando não os encontra. Aos poucos a propaganda do homem é enraizada profundamente na auto-percepção da mulher. (MARQUES, 2005, p. 87).

Chegamos, assim, a um ponto onde, partindo do princípio da manipulação, Edward e Christian assumem estratégias diferentes. Apesar de todo aspecto sombrio, misterioso e perigoso, Edward, durante quase toda trama, mantém a imagem de um galante cavalheiro romântico: mostra-se quase sempre gentil, educado, compreensivo, nunca agressivo fisicamente. Este é o principal motivo que faz com que, juntamente com Bella, uma legião de fãs apaixonem-se pelo personagem e sonhem em encontrar um Edward em suas vidas.

Faço questão, entretanto, de destacar que o protagonista age dessa forma *quase* sempre, pois, em alguns momentos, como quando revela para Bella sua verdadeira identidade, deixa que venham à tona seus instintos do predador que realmente é e reproduza um comportamento assustador e agressivo.

Tratando-se de vida real, inúmeros são os casos de mulheres que estão presas a relacionamentos cujos parceiros demonstram ser uns verdadeiros príncipes encantados de contos de fadas quase que cem por cento das vezes, até mesmo por muitos anos, mas que, em determinados momentos, tem lapsos de atitudes agressivas, que variam em diferentes níveis, geralmente começando com alterações no tom da voz ou alguns toques no corpo com aplicação maior de força, como apertar o braço ou empurrar.

Porém, por tratarem-se de casos que acontecem em pequena frequência e são encobertos por todas as outras atitudes de homem romântico, apaixonado – e manipulador – muitas mulheres aceitam permanecer nesses relacionamentos submetidas a estes episódios que, na maioria dos casos, vão se tornando mais frequentes e agressivos e tornando-se um verdadeiro terrorismo na vida da vítima.

Mesmo com a exposição de todos os pontos negativos de Edward, que fazem com que pareça inaceitável a idolatria do relacionamento abusivo que tem com Bella, percebemos que a falsa imagem que constrói de romântico, apaixonado, compreensivo e respeitador, torna mais fácil a manipulação psicológica de Bella e de todas as fãs da saga. O que dizer então da idolatria do casal de *50 Tons de Cinza*?

Christian é apresentado como adepto de BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo), que são práticas sexuais voltadas para dominação e submissão de diversas formas, incluindo coisas como imobilização, controle total da outra pessoa, sentir dor, etc. É importante ressaltar que as relações que envolvem as práticas de BDSM precisam ser consensuais e agradar a todas as pessoas envolvidas, ou seja, independente de quem seja dominadora(o), submissa(o) ou até mesmo transite entre os dois, todas(os) devem sentir prazer.

Assim como a maioria das pessoas que fazem críticas negativas sobre a trama, também deixo enfatizado aqui que em momento algum estou criticando as(os) adeptas(os) de BDSM, porém a trama faz com que a relação de dominador e submissa ultrapasse os limites do sexo e se instaure em todos os âmbitos da vida do casal.

Como já foi citado, as atitudes que demonstram a obsessão e possessividade de Christian em relação a Anastasia são inúmeras, porém, diferente de Edward, o protagonista de *50 tons de cinza* não se preocupa em mascarar suas atitudes abusadoras e se refere, explicitamente, a si mesmo como dominador e a Anastasia como sua submissa, para além do sexo.

O auge da trama é um contrato que Christian dá a Anastasia, onde, somente mediante a assinatura do mesmo, ambos poderão manter uma relação. As cláusulas do contrato são tão hediondas que se torna difícil, até mesmo, elencar as piores. Além de determinar que a *submissa* deve aceitar de bom grado e sem reclamar a quaisquer práticas sexuais que o dominador quiser e quando ele quiser, independentemente de sua vontade, o contrato também estipula que todos os outros âmbitos de sua vida também serão controlados por ele, e ela deverá, por exemplo, vestir, comer, beber, praticar exercícios, manter suas práticas de higiene de acordo com o que ele determinar e, ainda, ser obrigada a tomar anticoncepcionais, não se masturbar, tratá-lo como se fosse uma serva, entre tantas outras aberrações, mediante a castigos, caso não sejam cumpridas. Em síntese, o contrato representa uma auto declaração de propriedade.

Assim, decorre-se uma trama cheia de agressões, físicas psicológicas, sexuais, onde a protagonista é tratada com desprezo, machucada, estuprada, tem suas questões particulares ignoradas. O agressor consegue fazer a vítima acreditar que é um prazer satisfazê-lo, além de transferir a culpa de seus próprios atos para ela, fazendo-a sentir-se sempre culpada pelos erros dele.

Mais uma vez vemos a ficção entrar em choque com a realidade, nas palavras das mulheres entrevistadas. *“Ele jogava fora as coisas que eu dava pra ele, quando a gente brigava e fazia eu me sentir culpada”, “ele me traía e fazia eu me sentir culpada”, “vivía terminando comigo e eu que tinha que me humilhar pra voltar”, “eu falei que estava grávida e ele tocou o foda-se.”*

É importante destacar ainda que, na trama, o comportamento doentio de Christian é justificado por um trauma de infância que teve, perpetuando a recorrente descriminalização de agressores por serem taxados de doentes e não criminosos. Além disso, na sequência das histórias, Anastasia apresenta-se mais “empoderada”, dona de si, capaz de fazer uma reviravolta na vida do casal, evidenciando a falaciosa ideia da mulher guerreira, que pode e deve manter-se ao lado de seu amado até o fim, independentemente do nível de toxidade e abuso dentro do relacionamento, principalmente se ele tiver alguma doença, pois ela deve curá-lo.

A questão do uso de doenças e transtornos psicológicos como forma de chantagem psicológica tem estado cada vez mais frequente no cotidiano dos relacionamentos, o que demonstra que as pessoas, e principalmente as mulheres, não são ensinadas a colocarem a si mesmas, as suas questões, sua saúde física e mental, em primeiro lugar, deixando-se sempre em segundo plano e dando prioridade para a suposta saúde do outro.

E quando, em lapsos de sanidade mental, a protagonista da trama percebe o quanto o relacionamento está lhe fazendo mal e repensa sobre permanecer nele, vemos a mais famosa frase da história da romantização dos relacionamentos abusivos no cinema: *“por favor, não me deixe, você significa mais pra mim do que qualquer coisa”*. E mais uma vez segue perpetuando uma ideia problemática de que o abusador vai mudar, de que sempre vale a pena serem dadas outras chances por amor.

Nos relatos das entrevistadas, muito ouvi sobre essa crença na mudança, que às vezes até chegava a parecer que era real, mas, no fim das contas, a única coisa real foram graves traumas extremamente difíceis de serem curados e que, apesar de já estarem mais amenos, são marcas que permanecem até hoje.

Por um *The End* Mais Feliz

Ao me debruçar sobre a análise destas obras, percebi o quanto já deixei passar despercebido aos meus olhos a toxidade de tantas relações, mascaradas de romances pelas histórias de ficção, consequência de todo o contexto cultural em que somos inseridas(os) desde que nascemos, que nos levam a naturalizar situações problemáticas voltadas às questões de dominação de gênero.

É fato que HQs, assim como Contos de Fadas, são eternizadas no coração de fãs e tendemos a idolatrar as histórias de ficção que marcaram positivamente algum momento de nossas vidas, especialmente a infância. Entretanto, é necessário que tenhamos a mente aberta para olharmos com cada vez mais cautela, observarmos e propormos novas análises sobre os produtos que consumimos. Precisamos nos permitir enxergar em nossas queridas histórias de infância, aparentemente inofensivas, os constructos de uma sociedade cada vez mais machista e misógina.

Não é legal uma mulher que passa anos de sua vida com um homem que chega em casa alcoolizado, agredindo a tudo e a todas(os), por acreditar que deve manter a imagem de mulher guerreira e permanecer ao seu lado por amor, confiante de que um dia ele vai mudar e que ela será sua cura. Mulher não é remédio para curar ninguém, não é bonito nós termos que ser guerreiras. A sociedade nos impõe esse status que implica em uma carga muito desgastante e pesada que precisamos abandonar, lutando para que cada vez menos mulheres precisem assumir esse lugar que, portanto, não deve ser romantizado.

Infelizmente, enquanto muitas mulheres seguem nessa labuta constante pela sua emancipação e conscientização de outras mulheres, tais histórias de ficção caminham na contramão desse sentido, impulsionando a proliferação cada vez maior de relacionamentos abusivos, consequência da elevada idolatria e do consumo destas histórias, que implantam nas mentes o desejo de as verem reproduzidas em suas vidas.

O percurso deste trabalho nos leva a constatar que sair de um relacionamento abusivo é uma das coisas mais difíceis na vida de mulheres que estão inseridas neles e, para algumas, chega a ser impossível, pois passa por vários estágios, desde se reconhecer em uma relação tóxica, até ter coragem e condições (financeiras, psicológicas, etc.) suficientes para deixá-la, o que faz com que muitas mulheres passem a vida toda sem nunca conseguir se libertar.

Dessa forma, percebo a necessidade incisiva do trabalho de conscientização, diálogos sobre o assunto nos mais diversos setores sociais e a constante sensibilidade, principalmente por parte de nós, mulheres, de perceber as demandas internas de outras mulheres que estão a nossa volta (familiares, amigas, colegas de trabalho, etc.), observar se estão passando por algum tipo de abuso ou afins e o que podemos fazer para ajudá-las, tendo a sororidade como principal instrumento de luta pelas nossas vidas, sempre.

Faço deste artigo um disparador na minha vida, para outras pesquisas e trabalhos artístico-acadêmicos que se voltem à conscientização de outras mulheres quanto ao assunto, refletindo especialmente sobre maneiras concretas de atingir mulheres e meninas que se encontram em situações de vulnerabilidade social, sem condições de acesso a essas discussões e que todo o contexto em

que se inserem torna muito mais delicado e complexo seus processos de emancipação, mas que, entretanto, não podem ser negligenciadas, pois de nada adianta tanta produção de conhecimento se não alcançar os lugares onde mais se necessita dele.

Além disso, eu, enquanto arte-educadora, agrego tais discussões aos ambientes onde atuo, com destaque para as salas de aula, onde lido, em sua maioria, com crianças e jovens, pois acredito que o trabalho mais efetivo para essa mudança de pensamento romantizado sobre relações abusivas deva ser feito na infância, fase onde as crianças ainda estão despidas de preconceito e começando a construir suas noções sobre o que é certo ou errado.

Enquanto não pararmos de influenciar meninas a se apaixonarem por todo o contexto dos contos de fadas, estereotipando padrões de beleza – colonizadores e homogêneos – e de comportamento – dócil e frágil, perante a figura masculina – e fazendo-as acreditar que precisam de um príncipe em suas vidas para lhes proteger, cuidar e resolver todos os seus problemas, continuarão crescendo vulneráveis a um sistema de dominação opressor e reproduzindo práticas que prejudicam a elas mesmas.

Enquanto não começarmos a mostrar às adolescentes a realidade por trás das histórias romantizadas, deixando-as que acreditem que, seguindo pelos mesmos caminhos que as “mocinhas” dos filmes, vão acabar felizes para sempre com o amor da sua vida, seremos igualmente responsáveis por quando elas acabarem infelizes, espancadas, estupradas e até mesmo mortas.

As influências midiáticas possuem tamanha potência que é necessário um trabalho extremamente forte e coletivo para desmistificar o que está culturalmente enraizado. São conversas diárias com nossas crianças, jovens e também com pessoas adultas, em casa, na escola, nas ruas, em todos os locais aos quais temos acesso. É deixar claro que gritou, machucou, bateu uma vez, vai fazer de novo, generalizando sim! Porque não trabalhamos com exceções, trabalhamos com estatísticas, e pagar para ver se ele pode ser uma exceção é correr o risco de virar uma estatística. Nós não precisamos de mais estatísticas. Precisamos de mulheres cada vez mais fortes, emancipadas e lutando pelas vidas que já se foram, pelas que estão aqui hoje e pelas que ainda virão.


Por todas nós. Não romantizemos!

REFERÊNCIAS

50 TONS DE CINZA (Fifty Shades of Grey). Direção: San Taylor-Johnson. Produção: Michel de Luca, Dana Brunetti, E. L. James. Focus Features, Michel de Luca Productions, Tigger Street Productions. 2015, 128 min.

A BELA ADORMECIDA (Sleeping Beauty). Direção: Clyde Geronimi, Les Clark, Eric Larson e Wolfgang Reitherman. Produção: Walt Disney. Walt Disney Animation Studios, 1959. 75 min.

CREPÚSCULO (Twilight). Direção: Catherine Hardwicke. Produção: Mark Morgan, Greg Mooradian. Tempos Hill Entertainment, Maverick Filma, Imprint Entertainment, DMG Entertainment, 2008, 122 min.



ESQUADRÃO SUICIDA (Suicid Squad). Direção: David Ayer. Produção: Zack Snyder, Deborah Snyder, Colin Wilson, Geoff Johns, Steven Mnuchin. DC Entertainment, RatPac-Dune Entertainment, Atlas Entertainment, Warner Bros. Pictures. 2016, 122 min.

MARQUES, Tânia Mendonça "Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos [dissertação]." *Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia* (2005).

NETO, Nikolly dos Santos. Relações abusivas no cinema: uma breve análise da personagem Harley Quinn. Seja, gênero e sexualidade no audiovisual. Universidade Estadual de Goiás – UEG, campus Goiânia – Laranjeiras. 22 a 24 de novembro de 2017.

SOUSA, Érica Renata de. Questão de gênero na infância e na escola. - Campinas, São Paulo: [s, n.], 1999.

SOUSA, Priscila Santiago. 50 tons de crepúsculo: O RELACIONAMENTO ABUSIVO DO CASAL EDWARD E BELLA NAS FANFICS BRASILEIRAS

THAY. Abuso não é amor: porque a cultura pop deve parar de romantizar relacionamentos tóxicos. Violes: Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes. Postado em 19 de dezembro de 2016 - disponível em: <http://grupovioles.blogspot.com/2016/12/artigo-abuso-nao-e-amor-porque-cultura.html> Acesso em 08/11/19.



Doença Falciforme, Ancestralidade e Aconselhamento Genético: relações de gênero e direitos reprodutivos no Estado do Pará, Amazônia

Enfermedad de Células Falciformes, Ancestralidad y Asesoramiento genético: relaciones de género y derechos reproductivos en el Estado de Pará, Amazonía

Sickle Cell Disease, Ancestry and Genetic Counseling: gender relations and reproductive rights in the State of Pará, Amazonia

Ariana K. L. S. da Silva

Roseane B. T. Oliveira

Lígia A. Filgueiras

Resumo: A Doença Falciforme (DF) é a síndrome genética mais prevalente do mundo. No Brasil, 3.500 crianças nascem por ano com Anemia Falciforme (AF), a forma sintomática da doença, e 200 mil com o Traço Falciforme (TF), assintomáticos. No Pará, 1% da população possui AF e 4,4%, TF. Avaliamos sintomas clínicos, ancestralidade e autodeclaração de raça/cor. No Hemocentro regional do Pará, investigamos 60 pessoas com AF, com formulário semiestruturado, para compreender manifestações clínicas, relações sociorraciais, gênero, renda, direitos reprodutivos, aconselhamento genético e identidade. É incipiente o aconselhamento genético no Pará e inexistente um setor específico no Hemocentro. As pessoas relatam “evitar filhos porque podem nascer doentes”. 90% deles/as se autodeclararam negros/as, mas 41% tem DNA Europeu. As mulheres têm sintomas mais severos e convivem com renda 50% menor que os homens.

Palavras-chave: Doença Falciforme. Ancestralidade Genômica. Aconselhamento Genético. Direitos Reprodutivos. Amazônia.

Resumen: La anemia de células falciformes (AF) es el síndrome genética más prevalente en el mundo. En Brasil, cada año nacen 3.500 niños con AF, 200.000 con el rasgo de células falciformes (TF). En Pará, 1% de la población tiene AF y 4,4%, TF. Evaluamos síntomas clínicos, ascendencia y autodeclaración de raza/color. Investigamos 60 personas con AF, con cuestionario semiestructurado, para comprender manifestaciones clínicas, relaciones socio-raciales, género, ingresos, derechos reproductivos, asesoramiento genética e identidad. El asesoramiento genético es incipiente y no existe un sector específico en el Centro de Sangre. Las personas "evitan a los niños porque pueden nacer enfermos". El 90% de entre ellos se autodenominan negros, el 41% tiene ADN Europeo. Las mujeres tienen síntomas más graves y viven con un 50% menos de ingresos que los hombres.

Palabras clave: Enfermedad de Células Falciformes. Ancestralidad Genómica. Asesoramiento Genético. Derechos Reprodutivos. Amazonía.

Abstract: Sickle Cell Disease (SCD) is the most prevalent genetic syndrome of the world. In Brazil, 3,500 children are born a year with Sickle Cell Anemia (SCA) annually, 200 thousand with the Sickle Cell Trait (SCT). In the State of Pará, 1% of the population has SCA and 4.4% has SCT. Clinical symptoms, ancestry and race/color self-declaration were analyzed from 60 people with SCA from Pará Regional Blood Center, with semi structures form, to understand clinical manifestations, socioracial relationships, gender, income, reproductive rights, genetical counseling and identity. Genetic counseling in the State of Pará is incipient. People “avoid having children because they may be born sick”. 90% self-declared as black, but 41% have European DNA. Women have more severe symptoms and live with income 50% lower than men.

Keywords: Sickle Cell Disease. Genomic Ancestry. Genetic Counseling. Reproductive Rights. Amazonia.

Ariana K. L. S. da Silva – Docente da Universidade do Estado do Pará e da Secretaria de Educação do Estado do Pará, Pesquisadora do Grupo de Estudos em Bioantropologia do Pará – GEB/UEPA e Colaboradora do Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará – LEBIOS/UFPA. E-mail: arianabelem@gmail.com

Roseane B. T. Oliveira – Bióloga, Pesquisadora do Grupo de Estudos em Bioantropologia do Pará – GEB/UEPA e Auxiliar no Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará – LEBIOS/UFPA. E-mail: roseanebtavares@yahoo.com.br

Lígia A. Filgueiras – Docente da Universidade do Estado do Pará e da Secretaria de Educação do Estado do Pará, Pesquisadora do Grupo de Estudos em Bioantropologia do Pará – GEB/UEPA e Colaboradora do Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará – LEBIOS/UFPA. E-mail: ligiafilgueiras@gmail.com

INTRODUÇÃO

As hemoglobinopatias são distúrbios hereditários que afetam a hemoglobina humana, ou seja, elas são determinadas pela genética do indivíduo. Dessa forma, são produzidas hemoglobinas anormais que podem passar despercebidas ou até mesmo causar a morte do portador (Orlando *et al.*, 2000).

A hemoglobina S (*Hb S*) e C (*Hb C*) são as variantes mais frequentes no Brasil. Elas têm uma provável origem africana e estão presentes em nossa população em função do processo de colonização. Há, no entanto, outras variantes associadas com inúmeras alterações genéticas. Dessa forma, é importante que as hemoglobinopatias sejam diagnosticadas o mais cedo possível, por meio de exames laboratoriais. Em todo o país, um dos tipos de hemoglobinopatias mais comuns são as síndromes falcêmicas, porém elas apresentam prevalências diferenciadas (Orlando *et al.*, 2000).

A Doença Falciforme (DF) é a hemoglobinopatia genética mais prevalente em todo o mundo, estando associada a um evento microevolutivo e adaptativo ao vetor da malária na faixa de clima tropical do Continente Africano e Árabe-Indiano, porém, atualmente está difundida e presente nas Américas, Europa e Ásia (ANVISA, 2001; Naoum, 2000a; Naoum, 2000b).

No Brasil, a DF é uma síndrome comum, considerada a doença hereditária de maior prevalência no país e que é predominante entre as pessoas autodeclaradas pretas e pardas, ocorrendo também entre brancos devido o processo de fluxo gênico brasileiro (Guimarães e Coelho, 2010; ANVISA, 2001). Ela surge em função da mutação que acontece no gene da globina beta da hemoglobina, resultando numa hemoglobina anormal (*Hb S*). As pessoas que possuem a DF têm pais heterozigotos, ou seja, que possuem um dos genes modificados – o *Hb AS*, chamado de Traço Falciforme (TF), sendo, em geral, assintomáticos –, e que, em proporções mendelianas, têm 25% de chance de gerar um indivíduo com uma dose dupla desse gene anormal – o *Hb SS*, que é sintomático para Anemia Falciforme (AF), a forma mais grave da doença. A estimativa é de até 3.500 novos casos por ano de nascidos vivos com AF, o que faz com que a doença seja considerada um problema de saúde pública (ANVISA, 2001; Guimarães e Coelho, 2010).

Sendo uma doença crônica e hereditária, que causa complicações em vários órgãos e sistemas do corpo, como icterícia, AVC, dores musculares intensas, infecções, febre, úlceras e necroses ósseas, causando inúmeros momentos de internações hospitalares e tratamento rotineiro, ela afeta toda a família, pois prejudica o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas com AF (Guimarães e Coelho, 2010; ANVISA, 2001). Assim, é importante que seja feito o diagnóstico precoce da doença, como o Teste do Pezinho (Teste de Guthrie), para que seja tratada e acompanhada adequadamente. Isso pode evitar complicações e, conseqüentemente, reduzir a morbimortalidade do grupo em questão (ANVISA, 2001).

Segundo Kikuchi (2007), a triagem neonatal no Brasil está dividida em três fases específicas e, dependendo dos exames que vão sendo incluídos pelo Ministério da Saúde (MS), podemos classificar as fases da seguinte maneira: “Fase I – realiza fenilcetonúria e hipotireoidismo; Fase II – realiza fenilcetonúria, hipotireoidismo e doença falciforme; Fase III – realiza fenilcetonúria, hipotireoidismo, doença falciforme e fibrose cística” (Kikuchi, 2007, p. 334). Atualmente, o Estado do Pará está na Fase II de acesso a triagem neonatal (Naoum e Bonini-Domingos, 2007; Cardoso e Guerreiro, 2010; Silva, 2015).

De acordo com a ANVISA (2001), o aconselhamento genético é considerado uma ferramenta útil para orientar e/ou diminuir a incidência da DF em todas as regiões do Brasil. Assim sendo, Guimarães e Coelho (2010) afirmam que:

O aconselhamento genético tem a finalidade de nortear as pessoas sobre a tomada de decisões a respeito da procriação, ajudando-as a entender como a hereditariedade pode colaborar para a ocorrência ou risco de recorrência de doenças genéticas, como é o caso da anemia falciforme (Guimarães e Coelho, 2010, p. 1733).

Desse modo, o aconselhamento genético é considerado fundamental na orientação de pessoas com AF ou TF, pois contribui substancialmente para a escolha pessoal em relação à reprodutividade e planejamento familiar, principalmente, se ocorrer de forma humanizada, garantindo o direito reprodutivo dos casais e, em particular, para as mulheres, que correm todos os riscos de uma gravidez comum associada à AF e a outras hemoglobinopatias não menos importantes; mas esse tipo de serviço é pouco realizado em nosso país. Por outro lado, não existe um processo de cura específico para a AF, havendo somente terapias gênicas, que são muito limitadas, como o Transplante de Medula Óssea – TMO, que pode ser realizado apenas entre irmãos compatíveis, ainda em etapa de instrumentalização pelo MS (Bonzo, 2013; Guimarães e Coelho, 2010; Brasil, 2001).

É importante notar que não há uma conscientização ou sensibilização de indivíduos ou grupos com AF ou TF de forma institucionalizada em relação ao acesso do aconselhamento genético no Brasil, em especial, na Região Norte – salvo em alguns locais em fase de implementação, como em Tocantins (DNA e outros) e no Amazonas (Câncer)¹ –, o que não os priva do direito de se reproduzirem. No entanto, é fundamental que a população esteja ciente de alguns riscos genéticos, o que pode envolver também a forma de diagnóstico e tratamento da doença, o sofrimento, não só físico, mas também biopsicossocial de conviver com a AF, a rede de apoio e o acesso a tratamento e acompanhamento de saúde desde o nascimento até a fase adulta, que nem sempre é regular, com atendimento hematológico centralizado nas capitais, as dificuldades financeiras de manter o tratamento, além do enfrentamento do racismo, do racismo institucional, entre outras dificuldades. Nesse processo de aconselhamento, existe também o desafio de fazer pessoas sem acesso a informações em saúde ou educativas a entenderem sobre herança genética, ancestralidade, autocuidado, entre outras questões ligadas à AF (Guimarães e Coelho, 2010; Pina-Neto, 2008; Guedes e Diniz, 2007; Diniz e Guedes, 2013; Silva e Silva, 2013; Silva *et al.*, 2018).

Para Pina-Neto (2008, p. 24), há ainda “barreiras educacionais, linguísticas e sociais, sentimento de culpa, persistência de sentimentos de raiva e revolta contra profissionais, disfunções maritais, etc.”. Vale ressaltar que esse tipo de aconselhamento deve se basear em princípios éticos (Bertollo *et al.*, 2013; Guimarães e Coelho, 2010; Pina-Neto, 2008), ou seja, deve haver o comprometimento com esses princípios, como por exemplo: autonomia reprodutiva e pluralismo moral (Diniz e Guedes, 2003).

Assim, a importância do aconselhamento genético é uma questão em debate não apenas na Amazônia, Região Norte, Estado do Pará, como em todo o Brasil. É necessário buscar esforços para iniciar tais procedimentos para que os grupos afetados por alterações genéticas consigam as

¹ Ver os links: <https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/teste-genetico-podera-ser-feito-na-cidade-de-manaus> e <https://www.ulbra.br/palmas/imprensa/noticia/14468/ceulpulbra-a-o-pioneiro-em-exames-de-dna-no-tocantins>. Acesso em: 01.10.2019.

informações que têm direito (Bonzo, 2013; Silva, 2015). Nesse ínterim, estabelecemos objetivos com o intuito de tentar responder algumas categorias de análise bioantropológica sobre genética, ancestralidade, gênero e identidade sociorracial, como veremos a seguir.

A proposta geral do artigo tinha como objetivo principal estimar as correlações entre as manifestações clínicas, a ancestralidade genética e a autodeclaração de raça/cor de indivíduos com Anemia Falciforme no Estado do Pará, Amazônia, Brasil. Consideramos importante investigar um grupo de 60 pessoas com Anemia Falciforme a fim de compreender de que forma esses indivíduos vivenciavam as relações entre ancestralidade genômica, identidade étnico-racial, aconselhamento genético e direitos reprodutivos no Estado do Pará. De forma específica, objetivamos obter o teste de ancestralidade genômica de pessoas com AF atendidas no Hemocentro regional do Estado do Pará, a fim de correlacionar com os dados de autodeclaração de raça/cor e averiguar em que condições o grupo pesquisado tem acesso a aconselhamento genético e/ou garantia de seus direitos reprodutivos no Estado do Pará através da Hemorrede e demais serviços públicos.

1. Metodologia

Após a aprovação de projeto de pesquisa no Sistema Nacional de Ética em Pesquisa – SIS-NEP (Plataforma Brasil) para realizar estudos com seres humanos, na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará – HEMOPA –, analisamos um grupo de 60 pessoas com Anemia Falciforme (AF), a forma mais grave da doença, sendo também a síndrome genética mais prevalente ao redor do mundo. Durante 08 meses de pesquisa de trabalho de campo, utilizamos formulário semiestruturado e *conversas com finalidade*, indagando a respeito de dados clínicos, epidemiológicos e sociodemográficos de indivíduos de ambos os sexos, entre 10 e 46 anos de idade, cadastrados no referido hemocentro, a fim de compreender as relações entre as manifestações clínicas, a ancestralidade genômica e a autodeclaração de raça/cor de pessoas com AF no Estado do Pará (Minayo, 2000; Minayo, 2010).

A princípio, as perguntas sobre aconselhamento genético e direitos reprodutivos não haviam sido elencadas em nosso questionário de modo direto, contudo, tais relatos surgiram no decorrer dos diálogos com os investigados de forma espontânea, caracterizando as vicissitudes de conviver com uma doença crônica de caráter amplo e, para tanto, precisamos lançar mão de tais dados a fim de entender como a Hemorrede e demais espaços de serviços públicos que o grupo utilizava para tratamento e acompanhamento da AF lidavam com ambas as demandas (Guimarães e Coelho, 2010).

Em parceria com o Laboratório de Genética Humana e Médica da Universidade Federal do Pará – LGHM/UFGPA, no qual “foram realizadas análises de ancestralidade genômica conforme descrito por Santos et al. (2010), utilizando 61 Marcadores Informativos de Ancestralidade (AIMs)”. O método em questão empregou ainda “três reações de PCR multiplex com 16 marcadores de cada um foram feitas e os produtos de amplificação de PCR analisados por eletroforese, utilizando o sequenciador ABI Prism 3130 e software v.3.2 GeneMapper ID”. Para tanto, “as proporções de ancestralidade individuais foram estimadas usando software STRUCTURE v.2.3.3, assumindo as três populações parentais: Europeu, Africano e Ameríndio” (Silva, 2018, p. 29; Santos *et al.*, 2010).

As frequências gênicas estimadas de um grupo com uma doença crônica são importantes para aferir de que forma a ancestralidade genética pode influenciar em fatores associados a sintomas clínicos. Dessa forma, a abordagem bioantropológica aplicada buscou constatar também

o nível de gravidade da doença, a quantidade de sintomas severos e se tais dados podem ou não estar relacionados ao gênero, à renda e à autodeclaração de raça/cor dos interlocutores da pesquisa (Silva, 2018; Silva *et al.*, 2018; Silva e Silva, 2013; Naoum, 2011; Naoum, 2000).

Os dados estatísticos foram obtidos pelo Programa SAS ASSIST Software 9.4 (*Statistical Analysis System*), a fim de realizar “o cálculo dos dados, realizando estatística descritiva, testando a normalidade das variáveis quantitativas com as estatísticas de Durbin-Watson antes de realizar testes paramétricos, além disso, utilizamos testes não paramétricos quando os pressupostos de testes paramétricos foram violados” (Silva 2018, p. 31). Tais estatísticas utilizaram as categorias raça/cor, gênero, renda familiar, racismo e nível de escolaridade do grupo analisado e contribuíram para a realização de novas análises a partir dos relatos dos participantes da pesquisa, que dialogaram a respeito de informações clínicas sobre AF, aconselhamento genético e direitos reprodutivos, gerando resultados importantes do ponto de vista epidemiológico e biocultural (Silva e Silva, 2013; Piel, 2013; Panepinto *et al.*, 2009; Felix *et al.*, 2010).

2. Resultados

Oficialmente, não existe aconselhamento genético difundido ou organizado pela Hemorrede no Estado do Pará. O procedimento operacional padrão para obter informações sobre doenças crônicas ao nascer é o Teste do Pezinho (Teste de Guthrie), que detecta possíveis alterações genéticas e outras doenças em recém-nascidos em todo o território nacional. O Pará está na Fase II de cobertura da triagem neonatal, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, sendo que o Teste do Pezinho foi universalizado e/ou ampliado para o restante dos municípios paraenses apenas em 2010, com substancial número de subnotificações sobre AF e outros agravos (Silva, 2012; Silva, 2014; Kikuchi, 2007; Brunoni, 2002).

Entre os/as interlocutores/as entrevistados/as, era comum relatarem ignorar o agravo da AF até o nascimento de seus filhos ou filhas. Eles e elas afirmaram ainda que desconheciam as alterações genéticas que possuíam, assim como a probabilidade de gerar um bebê com uma doença grave. No decorrer das conversas, os/as participantes afirmaram que receberam do atendimento multiprofissional, não apenas no local da pesquisa, mas em Unidades Básicas de Saúde (UBS's), Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), hospitais de urgência e emergência na capital (Belém) e no interior, assim como em atendimentos clínicos nos setores públicos e privados em geral, diversas informações sobre a AF ser uma “doença de ancestralidade negra”, devido a provável origem da doença ser “africana” (Silva, 2018; Ramos *et al.*, 2016; Pante-de-Souza *et al.*, 1998).

Relatos não raros notaram a indicação sobre a necessidade de não ter outros filhos para que não nascessem com a mesma síndrome, sem considerar os fatores apropriados de probabilidade genética ou epidemiológica, além de ouvirem que a ocorrência da AF era devido a algum “parente negro na família”, porque nem todos os entrevistados possuíam um fenótipo “preto” ou “negro”, conforme podemos observar nos trechos descritos abaixo:

Elane - Se perguntam [*sobre a genética da família*]? Não, nunca ninguém me perguntou isso não [*no atendimento clínico*]. Só a cor; a cor, como eu falei, é amarela. Porque assim, quando eu era menor, eu não sabia que tinha, eu descobri a doença em 2008. Então eu sofri antes, eu sofri muito. Aí eu sentia muitas dores, aí tinha gente que falava que era frescura, tinha gente que falava que eu tinha que casar

com um médico, porque eu só vivia doente, essas coisas, sabe? Só que eu não sabia que eu tinha ainda. *[Tu tens irmãos?]*. Elane: Tenho, eram 5, o meu irmão faleceu agora, também de anemia falciforme, acho que deu um ataque cardíaco. *[Mas ele era paciente daqui?]*. Elane: Era, ele faleceu no dia que ele tinha consulta marcada, ele faleceu de madrugada. Tem mais três. Nunca fizeram o exame pra saber se tem, mas acho que eles não tem anemia, se tiver, só o traço, porque não sente tanto como a gente sentia. Nunca fizeram exame pra saber se tem o traço (Elane, Estudante de Ensino Médio, 24 anos, Abaetetuba).

André - Eu queria terminar *[os estudos]*, mas não pude. Fui impedido pela doença. Agora tô sem idade já, me preocupo mais com meus filhos. Às vezes só que eu me estresso. *[Se estressa com o que?]*. André: Comigo, com meus filhos. *[Quantos filhos tu tens?]*. André: Dois: ela e um. *[Eles têm o traço?]*. André: Todos dois. Filha do André *[que acompanhou o pai na entrevista]*: Eu tenho? André: Tem. Filha do André: Não sabia dessa! André: Hummm, já te falei! Eu conversei com vocês quando forem casar tem que vim aqui no *[referência em hematologia]*, tu e teu namorado, antes de namorar. Assim é teu irmão. *[Quantos anos o irmão dela tem?]*. André: 13, ela 11. *[Para poder fazer o planejamento familiar?]*. André: É, isso! *[Tu tens quantos irmãos?]*. André: Eu tenho 5. Agora eu tenho quatro porque um faleceu, tenho duas irmãs e dois irmãos. *[Algum tem AF?]*. André: Nenhum, nem traço, nem nada! *[Fizeste o teste para o Transplante de Medula Óssea?]*. André: Tô fazendo, até falaram, até comentei com a mamãe, eu disse: “Mãe, eu sou seu filho mesmo, não fui trocado no hospital? Aí ela disse: “Por que rapaz?”, porque só eu que tenho essa doença, eu sou todo diferente dos meus irmãos, só eu que sou calvo, só eu que tenho cabelo no peito, sou totalmente diferente dos meus irmãos, até o papai não tinha certas coisas, aí fico notando, né? Já pensei: Será que não me trocaram?”. *[Resposta da mãe]*: “Só se te trocaram, porque eu não sei, até onde eu sei tu é meu filho”. *[É o mesmo pai e a mesma mãe?]*. André: Mesmo pai, mesma mãe. Nós éramos 11, ela teve 11 filhos, a mamãe. Só ficaram adultos. Eu fui o último (André, Autônomo, 46 anos, Ilha do Marajó).

Elza - *[E sobre a tua genética na família?]* “Não *[no especialista]*. Não *[em qualquer posto de saúde]*. Já perguntaram na... *[plano de saúde privado]*. Mãe da

Elza: Perguntaram no atendimento clínico *[hematologista]*, quando descobriram que ela [Elza] tinha anemia falciforme, a doutora perguntou se na família tinha gente negra, assim pelo fato de ser clara *[não perguntaram sobre a cor da paciente]*. Elza: É... E tem aquelas piadinhas de vez em quando, tipo, é... Já me chamaram de vampiro, porque toma sangue, confundiram anemia falciforme com leucemia, me chamaram de amarela, pálida, mandaram colocar batom porque tava muito pálida. Mãe da Elza: Também falaram que eu fico inventando nome pra doença, que é leucemia, fico dizendo que é anemia, as pessoas que não entendem. Elza: Às vezes também quando, tipo, vai almoçar na casa de uma amiga, aí tem que tomar remédio, aí confunde com remédio controlado, tipo, fica perguntando sobre o remédio, se eu tenho que tomar porque tenho que controlar, essas coisas (Elza, Ensino Médio, 16 anos, Marabá).

Em relação aos direitos reprodutivos entre as pessoas com AF, podemos considerar que os mesmos nem sempre são levados em consideração de modo humanizado, pois, segundo Silva e Sil-

va (2013, p. 29), muitos pacientes com AF, tanto homens quanto mulheres, já viveram a experiência de receber conselhos sobre “evitar filhos por causa da anemia falciforme, que dá mais em gente de cor morena”, o que configura uma violação do acesso à escolha de gerar ou não prole devido a condição da AF. Por conseguinte, a atitude também pode ser considerada como racismo institucional, pois demonstra a ausência de uma política pública que considere a saúde da população negra de modo plural.

Na amostra estudada, as mulheres têm 18% de variação no número de manifestações clínicas em relação aos homens investigados, demonstrando uma variedade estatística de 2,34 sintomas clínicos mais graves (severos) quando comparados não apenas à quantidade total de manifestações clínicas como também no que se refere à gravidade de sintomas de todo o grupo. Sendo assim, podemos ponderar que a categoria “gênero” é um fator substancial a ser considerado na análise da sintomatologia da AF, o que pode estar associado a episódios hormonais, gravidezes, ciclos menstruais, dupla ou tripla jornada de trabalho, entre outros fatores a serem pesquisados (Elenga *et al.*, 2016; Wandner *et al.*, 2012; Burnes *et al.*, 2008).

Outro item importante em relação ao gênero é que a renda familiar mensal é 50% menor entre as mulheres quando equiparadas ao salário mensal dos homens, o que também pode contribuir para a situação de maior vulnerabilidade social para o grupo feminino, fator fundamental que deve influenciar no agravamento da AF entre elas (Silva *et al.*, 2018; Figueiró e Ribeiro, 2017; Amaral, 2015).

No que se refere à ancestralidade genômica, temos a maior porcentagem de DNA Europeu, somando 41% do total de entrevistados, seguido de DNA Africano, representando 30,2% da amostra e DNA Ameríndio, com 28,8%. Todavia, 91% dos/a entrevistados/as se autodeclararam negros ou pardos. O DNA (DNA Autossômico) é o resultado genético da soma de genes herdados tanto do pai quanto da mãe e é largamente utilizado para estimar o perfil populacional em diversas regiões do mundo, especialmente em países com alto índice de flutuação genética, como é o caso do Brasil (Silva, 2015; Santos *et al.*, 2010; Cardoso *et al.*, 2010).

Entender a relação entre DNA (genótipo) e autodeclaração de raça/cor (fenótipo) é interessante do ponto de vista epidemiológico e étnico devido às condições socio-históricas e à desigualdade sociorracial da sociedade brasileira que demarcam o cotidiano de nossa população. Assim sendo, confrontar dados de raça/cor, gênero, renda, DNA, aconselhamento genético e direito reprodutivo ainda é um desafio em pesquisas de caráter interdisciplinar, porém a compreensão de elementos biológicos e culturais contribuem para nos aproximarmos da complexidade que engloba a AF na Amazônia, no Brasil e ao redor do mundo.

CONCLUSÕES

Na pesquisa realizada no principal centro de referência hematológica do Pará – HEMOPA, os relatos dos interlocutores entrevistados demonstram que ainda não existe um espaço de aconselhamento genético de forma institucional no local referido, a não ser de forma indireta, em geral, durante o atendimento clínico ou multiprofissional no hemocentro.

Os dados epidemiológicos e sociodemográficos da AF no Estado do Pará necessitam de maior atenção dos órgãos de saúde pública, pois a aplicação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, como o Quesito Cor, Saúde Quilombola, entre outros, ainda é uma realidade

distante a ser implementada, considerando não apenas os aspectos socioculturais de influência africana e indígena como também a diversidade genética da população paraense.

Quando se trata de aconselhamento genético, deve-se ter em mente que: a) este será um momento em que, durante as consultas hematológicas, será transmitida a um paciente/pessoa com AF que há o risco provável de ocorrer uma doença genética a ela/e e/ou à sua família; b) que a/o mesma/o precisa compreender o diagnóstico, a doença em si, as possíveis condutas, quais as consequências para algum membro da família; c) este é o momento de discussão dos métodos mais adequados e alternativas de tratamento disponíveis para o paciente, levando em consideração os riscos, objetivos familiares, situação psicológica, padrões religiosos e éticos, com respeito e apoio irrestrito em suas decisões.

Tendo como base todas essas informações, pode-se avaliar a situação reprodutiva do paciente/pessoa com AF para que, com isso, o paciente/casal e sua família possam entender como a história genética de sua condição pode influenciar as próximas gerações, ou seja, haverá esclarecimentos sobre a sua genômica de modo amplo, visando o tratamento, as consequências psicológicas, socioeconômicas e a prevenção de doenças genéticas e, o mais importante de tudo: atender a livre escolha das mulheres com AF ou TF que queiram levar adiante a gravidez, garantindo o seu direito reprodutivo e amplo acompanhamento de saúde para que os possíveis riscos sejam dirimidos.

Apesar disso, de acordo com a nossa pesquisa, o aconselhamento genético e o direito reprodutivo não foram observados de forma direta, sendo que tais papéis não estão claramente definidos em se tratando da rede de atendimento interna do hemocentro, o que contribui com a fragilidade do grupo pesquisado. Em relação à AF, muitos pacientes e famílias acometidos desconhecem a sua condição médica, ou foram informados de modo muito limitada sobre a dimensão de ter um agravo genético.

No decorrer das entrevistas, observamos outras problemáticas em torno da doença, tais como: grande parte dos entrevistados não residem na capital, tendo que se deslocar até Belém para obter atendimento, configurando o pouco acesso a serviços e procedimentos hospitalares de urgência, emergência e de acompanhamento clínico-hematológico; enfrentamento do racismo devido a AF ser considerada uma “doença de negro”, ocasionando culpa; racismo institucional; estigmatização, dentre outras.

Não existe uma definição em relação a quem tem o dever ético de aconselhar geneticamente uma pessoa com uma condição genética peculiar, mas é de comum acordo que haja uma equipe multidisciplinar, com profissionais habilitados, ou através de programas de orientações tanto genéticas quanto sociais e psicológicas, a fim de apresentar às pessoas com AF todas as informações em saúde necessárias sobre a sua condição genética, garantindo um aconselhamento humanizado e institucionalizado de fato, conformando-se em um direito humano e de plena cidadania.

Desse modo, é necessário que políticas públicas em saúde da população negra sejam urgentemente adotadas no Estado do Pará a fim de que o aconselhamento genético seja parte da rotina não apenas do hemocentro, mas de outros serviços de saúde que atendam as pessoas diagnosticadas com anemia falciforme, assim como aqueles com as demais síndromes e hemoglobinopatias variantes, para que as/os cidadãs/os sejam devidamente respeitadas/os em seus direitos de saúde genética e reprodutiva.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. L.; Almeida, N. A.; Santos, P. S.; Oliveira, P. P.; Lanza, F. M. 2015. Perfil sociodemográfico, econômico e de saúde de adultos com doença falciforme. *Rev. Rene*, 16 (3): 296-305.
- ANVISA. 2001. *Manual de Diagnóstico e Tratamento de Doença Falciformes*. - Brasília: ANVISA, 142p.
- BERTOLLO, E. M. G et al. 2013. O processo de Aconselhamento Genético. *Arq. Ciênc Saúde*, Jan-mar 20 (1) 30-6.
- BONZO, M. E. 2013. *A importância da triagem neonatal e do aconselhamento genético na doença falciforme*. Monografia (Graduação em Medicina). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Faculdade de Medicina, p. 33.
- BRUNONI, D. 2002. Aconselhamento genético. *Ciênc. Saúde Coletiva*, vol.7 no.1. São Paulo 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232002000100009>. Acesso em: 02.Nov. 2019.
- BURNES, D. P. R.; Antle, B. J.; Williams, C. C. et al. 2008. Mothers raising children with sickle cell disease at the intersection of race, gender, and illness stigma. *Health & Social Work*, v. 33, issue 3; p. 211-220.
- CARDOSO, G. L. & Guerreiro, J. F. 2010. Molecular characterization of sickle cell anemia in the Northern Brazilian State of Pará. *American Journal of Human Biology*, (22): 573-577.
- DINIZ, D. & Guedes, C. 2003. Anemia falciforme: um problema nosso, uma abordagem bioética sobre a nova genética. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p.1761-1770. Acesso em: 09 Nov. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600020>.
- ELENGA, N.; Adeline, A.; Balcaen, John; Vaz, T.; Calvez, M.; Terraz, A.; Accrombessi, L.; Carles, G. 2016. *Pregnancy in sickle cell disease is a very high-risk situation: an observational study*. *Obstetrics and Gynecology International*, v. 2016, Article ID 9069054, 5 p. <http://dx.doi.org/10.1155/2016/9069054>.
- FELIX, A. A.; Souza, H. M.; & Ribeiro, S. B. F. 2010. Aspectos epidemiológicos e sociais da doença falciforme. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*, 32(3): 203-208.
- FIGUEIRÓ, A. V. M. & Ribeiro, R. L. R. 2017. Vivência do preconceito racial e de classe na doença falciforme. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 26, n.1, p.88-99.
- GUEDES, C., e D. Diniz. 2007. Um caso de discriminação genética: o traço falciforme no Brasil. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva* 17 (3): 501-520.
- GUIMARÃES, C. T. L. & Coelho, G. O. 2010. A importância do aconselhamento genético na anemia falciforme. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1):1733-1740.
- MINAYO, M. C. S. 2000. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. São Paulo – Hucitec – Abrasco, 269 p.
- _____. 2010. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 132 p.
- NAOUM, P. C., e C. R. Bonini-Domingos. 2007. Dificuldades no diagnóstico laboratorial das hemoglobinopatias. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia* 29 (3): 226- 228. São José do Rio Preto.
- NAOUM, P. C. 2000a. Interferentes eritrocitários e ambientais na anemia falciforme. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia* 22 (1): 05-22.

_____. 2000b. Prevalência e controle da hemoglobina S. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia* 22 (Supl. 2): 342-148.

_____. 2011. Sickle cell disease: from the beginning until it was recognized as a public health disease. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia* 33 (1): 07-09.

ORLANDO, G. M. et al. Diagnóstico laboratorial de hemoglobinopatias em populações diferenciadas. *Rev.bras.hematol.hemoter.*, 2000, 22 (2): 111-121.

PANEPINTO, J. A. et al. 2009. Impact of family income and sickle cell disease on the health-related quality of life of children. *Quality of Life Research*, v. 18, n. 1, p. 5–13.

PANTE-DE-SOUSA, G.; Ribeiro, R. C. M.; Santos, E. J. M.; Zago, M. A. & Guerreiro, J. F. 1998. Origin of the hemoglobin S gene in a northern Brazilian population: the combined effects of slave trade and internal migrations. *Genética Molecular e Biologia* 21 (4): 427-430.

PIEL, F.B. et al. 2013. Global burden of sickle cell anaemia in children under five, 2010–2050: modelling based on demographics, excess mortality, and interventions. *PLoS Med*, 10 (7): e1001484.

PINA-NETO, J. M. Genetic counseling. *J Pediatr (Rio J)*. 2008;84(4 Suppl):S20-26. Doi:10.2223/JPED.1782.

RAMOS, B. R. A.; D'Elia, M. P. B.; Amador, M. A. T.; Santos, N. P. C.; Santos, S. E. B.; Castelli, E. C.; Witkin, S. S.; Miot, H. A.; Miot, L. D. B.; Silva, M. G. 2016. Neither self-reported ethnicity nor declared family origin are reliable indicators of genomic ancestry. *Genetica*, DOI 10.1007/s10709-016-9894-1, 7p.

SANTOS, N. P. C.; Ribeiro-Rodrigues, E. M.; Ribeiro-dos-Santos, Â. K.C.; Pereira, R.; Gusmão, L.; Amorim, A.; Guerreiro, J. F.; Zago, M. A.; Matte, C.; Hutz, M. H.; Santos, S. E. B. 2010. Assessing individual interethnic admixture and population substructure using a 48-insertion-deletion (INSEL) ancestry-informative marker (AIM) panel. *Human Mutation*, v. 31, p. 184-190.

SILVA, A. K. L. S. & Silva, H. P. 2013. Anemia falciforme como experiência: Relações entre vulnerabilidade social e corpo doente enquanto fenômeno biocultural no Estado do Pará. *Amazônica Revista de Antropologia (Online)* 5 (1):10-36.

SILVA, A. K. 2015. O contexto epidemiológico e biossocial da doença falciforme no Estado do Pará, Amazônia, Brasil. *Revista da ABPN*, (7)16: 103-127.

SILVA, A. K. 2018. *A Doença Falciforme na Amazônia: As Interseções entre Identidade de Cor e Ancestralidade Genômica no Contexto Paraense*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 145 p.

WANDNER, L. D.; Scipio, C. D.; Hirsh, A. T.; Torres, C. A.; Robinson, M. E. 2012. The perception of pain in others: how gender, race, and age influence pain expectations. *The Journal of Pain*, v. 13, n. 3: pp 220-227.

A Implementação de Políticas Públicas no Combate à Violência Contra as Mulheres no Pará (2015-2018)

La Implementación de Políticas Públicas en la Lucha Contra la Violencia Contra las Mujeres en Pará (2015-2018)

The Implementation of Public Policies in the Fight Against Violence Against Women in Pará (2015-2018)

Carla Ramirez

Raquel Serruya Elmescany

Resumo: A Lei Maria da Penha institui a obrigatoriedade dos Estados em implementar políticas públicas voltadas a combater a violência de gênero, como a criação de serviços especializados. No entanto, observa-se desafios na implementação destes serviços, como restrições orçamentárias e descontinuidade das políticas, em especial na região Amazônica. Analisa-se o processo de implementação das políticas públicas de gênero no Estado do Pará a partir dos recursos alocados pelo governo estadual nos últimos 4 anos no programa Pro Paz Mulher. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa são descritivos e exploratórios, com base em dados secundários e bibliográficos. Os resultados mostram que, apesar dos avanços na estruturação legal e administrativa, há limitações na expansão da rede, ausência de integralidade dos serviços e que, apesar dos crescentes investimentos financeiros, foram atendidas menos pessoas a cada ano, com aumento da taxa anual de homicídios de mulheres no Estado, indicando a ineficiência do Programa.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Políticas Públicas. Violência contra as Mulheres.

Resumen: La Ley Maria da Penha establece la obligación de los Estados de implementar políticas públicas encaminadas a combatir la violencia de género, como la creación de servicios especializados. Sin embargo, hay desafíos en la implementación de estos servicios, como las restricciones presupuestarias y la discontinuidad de las políticas, especialmente en la región amazónica. Analiza el proceso de implementación de las políticas públicas de género en el Estado de Pará, por intermedio de los recursos asignados por el gobierno estatal en los últimos 4 años en el programa Pro Paz Mulher. Los procedimientos metodológicos de esta investigación son descriptivos y exploratorios, basados en datos secundarios y bibliográficos. Los resultados muestran que a pesar de los avances en la estructuración legal y administrativa, existen limitaciones en la expansión de la red, falta de integralidad de los servicios y que, a pesar de las crecientes inversiones financieras, cada año se atendía a menos personas, con un aumento en la tasa anual de homicidios de mujeres en el Estado, lo que indica la ineficiencia del Programa.

Palabras clave: Ley Maria da Penha. Políticas Públicas. Violencia contra la Mujer.

Abstract: The Maria da Penha Law establishes the obligation of states to implement public policies aimed at combating gender-based violence, such as the creation of specialized services. However, there are challenges in the implementation of these services, such as budgetary constraints and discontinuity of policies, especially in the Amazon region. This article analyzes the process of implementation of gender public policies in the State of Pará, from the resources allocated by the state government in the last 4 years in the Pro Paz Mulher program. The methodological procedures of this research are descriptive and exploratory, based on secondary and bibliographic data. The results show that despite advances in legal and administrative structuring, there are limitations in the expansion of the network, lack of integrality of services and that, despite the increasing financial investments, fewer people were attended each year, with an increase in the annual rate of homicides of women in the State, indicating the inefficiency of the Program.

Keywords: Maria da Penha Law. Public Policies. Violence Against Women.

Carla Ramirez – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa SIGMA - Sistemas, Interdisciplinaridade e Gestão na Amazônia, coordenado pelo Prof. Dr. Josep Pont Vidal (UFPA). Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: ramirecarla@gmail.com

Raquel S. Elmescany – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa SIGMA - Sistemas, Interdisciplinaridade e Gestão na Amazônia e do grupo GOPPCA - Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia, ambos coordenados pelo Prof. Dr. Josep Pont Vidal (UFPA). Mestre em Gestão Pública (PPGGP/NAEA/UFPA). Especialista em Administração Pública, Planejamento e Orçamento (FGV). Graduada em Ciências Contábeis (UFPA). Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará. E-mail: rse@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um fenômeno social ainda persistente que aflige a vida de mulheres e meninas, manifestando-se em situações de submissão e intimidação da mulher, seja pelo uso da força física ou simbólica (BANDEIRA, 2014). Trata-se, também, de uma questão de saúde pública global (HEISE; PITANGUY; GERMAIN, 1994; GARCIA-MORENO *et al*, 2015; RUIZ-PEREZ, CASTAÑO; CASES-VIVES, 2007) que requer ação tanto dos governos quanto da sociedade para a erradicação.

A experiência da violência doméstica afeta a saúde física, psicológica e mental das mulheres, gerando consequências, tais como: lesões/hematomas, dores crônicas, transtornos de estresse pós-traumático, depressão, maior exposição a contrair doenças sexualmente transmissíveis (HIV, clamídia e gonorreia) e abuso de substâncias ilícitas e álcool (WORLD..., 2013; GARCÍA-MORENO *et al*, 2015). A violência também repercute nas gerações futuras, visto que mulheres que experienciam agressões durante a gestação aumentam os riscos de abortos espontâneos, partos prematuros com nascimento de bebês abaixo do peso e interrupção precoce do aleitamento materno (MEZZAVILLA *et al*, 2018; SARKAR, 2008; SUGG, 2015).

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) tornou-se o principal instrumento legal para coibir e punir a violência doméstica e familiar praticada contra mulheres. Difere-se por ser uma norma de caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial (BASTOS, 2016) que prevê a criação de uma rede de serviços especializados (Juizados, Defensorias Públicas, Centros de Referência) que atuem de maneira sistêmica com os serviços já existentes, como as Delegacias Especializadas e Casas Abrigo.

No entanto, no que se refere à implementação desta rede de serviços especializados, as ações previstas na lei ainda esbarram em diversas fragilidades, tais como: oferta de serviços insuficientes e concentrado nas capitais dos Estados, falta de orçamento específico e carência de profissionais atuando nestes serviços (CAMPOS, 2015; BRASIL, 2013, OBSERVE, 2011).

O presente artigo tem por objetivo investigar a implementação do Programa Pro Paz Mulher, a política pública adotada no Estado do Pará, a partir da análise dos recursos orçamentários alocados pelo governo estadual através da Fundação Pro Paz entre os anos de 2015 a 2018, por intermédio de seus indicadores de insumo, produto e resultado (JANNUZZI, 2002, 2004, 2005). A avaliação deste programa é importante, pois se trata de uma experiência pioneira na Região Amazônica no enfrentamento à violência contra a mulher e recebeu reconhecimento internacional da ONU em 2015¹, porém ainda carece de investigações mais aprofundadas sobre a atuação no Estado do Pará sob o viés orçamentário.

Desta maneira, o presente trabalho organiza-se nas seguintes seções: esta introdução; uma breve explanação sobre a Lei Maria da Penha e sua importância como política pública; detalhamento do Programa Pro Paz Mulher, realizado em Belém; a análise dos indicadores Pro Paz com a política de combate à violência doméstica; as considerações finais sobre o tema; e as referências utilizadas no estudo.

1. Metodologia

Neste artigo, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter descritivo, exploratório e qualitativo, com base em dados secundários. Como técnica de pesquisa, realizou-se, em um primeiro momento,

¹Fonte: PRO PAZ MULHER (2019)

um levantamento bibliográfico e análise documental (CELLARD, 2008) de materiais já publicados sobre o tema da implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher a partir da Lei Maria da Penha em 2006, bem como sobre o Programa Pro Paz Mulher, com o intuito de estabelecer um panorama ao leitor.

Em um segundo momento, buscou-se a apuração de indicadores relativos ao Programa Pro Paz Mulher, executado pela Fundação Pro Paz. Foram coletados como documentação base: os Plano Plurianuais do período (2012-2015 e 2016-2019) no site da atual Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (seplad.pa.gov.br), e as Leis Orçamentárias referentes aos anos de 2015 a 2018.

Em seguida, foi aplicada a metodologia proposta por Januzzi (2002, 2004, 2005), categorizando os indicadores disponíveis como de insumo (financeiros), de produto e de resultado, buscando os respectivos dados nos sistemas correspondentes.

Os indicadores de insumo foram obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, que consolida os dados orçamentários, financeiros e contábeis do Estado do Pará. Foram buscados os dados da dotação inicial, dotação atualizada e despesa realizada do Programa estudado, ao que foram extraídos e consolidados em planilha Excel para análise e síntese. Da mesma forma, buscou-se os dados financeiros por município no Sistema Gestão de Programas do Estado do Pará (GP Pará), disponível em portal da internet (gp.pa.gov.br). Estas informações foram conferidas com as publicadas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais e dados de despesa disponíveis no portal da transparência do Estado (<http://www.transparencia.pa.gov.br/>).

Os indicadores de produto foram obtidos a partir dos dados coletados nos Relatórios de Avaliação de Programas 2015-2018 (SEPLAN, 2016, 2017, 2018, 2019), disponibilizados no site da atual Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (seplad.pa.gov.br).

Por fim, os indicadores de resultado foram obtidos no Atlas da Violência 2019, disponibilizado pelo IPEA, a taxa de homicídios de mulheres por unidade federativa, de 2007 a 2017 (IPEA, 2019), diante da limitação da disponibilidade desses dados segregados em sistemas estaduais.

2. A Lei Maria da Penha como Política Pública

A Lei Maria da Penha (LMP) é o resultado da ação bem-sucedida de “*advocacy* feminista”, tornando-se um marco no enfrentamento à violência doméstica e na defesa das mulheres no Brasil (BARSTED, 2011). No que tange às inovações, a LMP tipifica as formas de violência (a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), unifica os procedimentos judiciais, cria as Varas e Juizados Exclusivos em Violência Doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias, prevê a concessão de medidas protetivas de urgência, amplia a participação de outros setores no atendimento à mulher, tais como assistência social e saúde, e estimula as políticas educacionais na prevenção da violência e mudança cultural (CAMPOS, 2015; PASINATO, 2015).

No campo de construção das políticas públicas de enfrentamento à violência, dois aspectos interconectados são importantes de serem analisados: o primeiro é que a LMP prevê ações articuladas dos setores de Justiça, Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e Educação em colaboração com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário². Fica sob a responsabilidade dos

² Conforme previsto nos artigos 9º, 29º e 35º da LMP.

Estados e Municípios a criação de serviços especializados de redes³ articuladas intersetorialmente de atendimento à mulher em situação de violência (BUGNI, 2016).

O segundo aspecto diz respeito à criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) em 2003, com o status de Ministério, que funcionou como a espinha dorsal de implementação da Lei Maria da Penha (PASINATO, 2015). Dentre as principais funções da SPM, destaca-se a formulação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, implantação das Normas Técnicas e Diretrizes de Uniformização dos serviços oferecidos pela Rede de Atendimento e a apresentação orçamentária de atividades de enfrentamento à violência contra as mulheres⁴.

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, o vice-presidente Michel Temer implementou a Reforma Ministerial que extingue os ministérios da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, vinculando-os ao Ministério da Justiça e Cidadania. Em junho de 2018, ocorreu uma nova mudança institucional com a criação do Ministério dos Direitos Humanos com leque amplo de áreas de atuação, como: igualdade racial, pessoa idosa, crianças e adolescentes, pessoa com deficiência, políticas para Mulheres, LGBT e educação em direitos humanos.

Com a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro em 2018, por meio da Medida Provisória nº 870, o governo federal realizou mudanças significativas na estruturação dos Ministérios, com a extinção de pastas do Esporte, Cultura, Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, Trabalho e Segurança Pública e a criação do Ministério da Economia e da Cidadania. No que tange às políticas das mulheres, a pasta do Ministério de Direitos Humanos muda para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, abrangendo a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNP).

É importante salientar que a perda de status ministerial da SPM nos últimos quatro anos acarretou, do ponto de vista orçamentário, em cortes nas políticas públicas de promoção da autonomia e enfrentamento à violência do Governo Federal. De acordo com os dados disponíveis no Portal SIGA BRASIL⁵ apontam que, em 2015, foram destinados R\$ 127,1 milhões de reais reservados do Orçamento para a SPM e, em 2018, o valor caiu para 42,9 milhões (valores corrigidos pelo IPCA).

3. O Programa Pro Paz Mulher no Pará

O Pro Paz Integrado (PPI) é um serviço especializado no atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência no Pará, administrado pela Fundação Pro Paz⁶, órgão da admi-

³ O conceito de rede é definido como “atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção”. A Rede de Enfrentamento inclui os órgãos (hospitais, serviços de atenção básica à saúde, Centro de Referência de Assistência) responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero e dos serviços de atendimento e a Rede de Atendimento (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, DEAM, Juizados de Violência Doméstica e Familiar) que englobam os serviços especializados no atendimento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011).

⁴ De acordo com o Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (2016), a SPM foi responsável por gerir quatro programas no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2008-2011: Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, Gestão da Transversalidade de Gênero das Políticas Públicas, Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

⁵ O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre o orçamento público federal que permite o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>

⁶ A institucionalização da Fundação Pro Paz ocorreu em dois momentos distintos: a primeira em 2013, com a Lei Estadual n. 7.773/2013, e a segunda com a Lei Estadual n. 8.097/2015.

nistração indireta, dotado de autonomia financeira e vinculação ao Gabinete do Governador. Em 2014, é criado o Pro Paz Mulher (PPM), constituindo-se em um desdobramento do modelo de política pública no atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nesse sentido, o Pro Paz Mulher (PPM) visa integrar os serviços especializados como assistência social, psicologia, policial, pericial e judicial em um mesmo espaço, oferecendo atendimento humanizado e integral às usuárias. Assemelha-se parcialmente com a metodologia de atendimento oferecida pela Casa da Mulher Brasileira (CMB), presente em 5 Estados (Mato Grosso do Sul, Paraná, Ceará, Maranhão e Distrito Federal)⁷.

As políticas de enfrentamento à violência contra a mulher não se restringiram ao Pro Paz Mulher. Na gestão da governadora Ana Julia Carepa (2007-2010), o Pará aderiu ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e sancionou o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (I PEPM)⁸. Em 2008, foi criado o Centro de Referência Maria do Pará (CRMP) com o objetivo de suprir as exigências da LMP, oferecendo serviços de assistência à mulher em situação de violência com uma abordagem transversal de gênero e de direitos humanos, composta por uma equipe multidisciplinar de profissionais (REIS, 2010).

Atualmente, o Pro Paz Mulher possui oito núcleos espalhados pelo Estado do Pará, sendo que, nos municípios de Belém e Tucuruí, a estrutura física do CRMP foi incorporada pelo PPM, enquanto outros municípios, como Capanema e Abaetetuba, tornaram-se Centro de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM) (SOUZA, 2016).

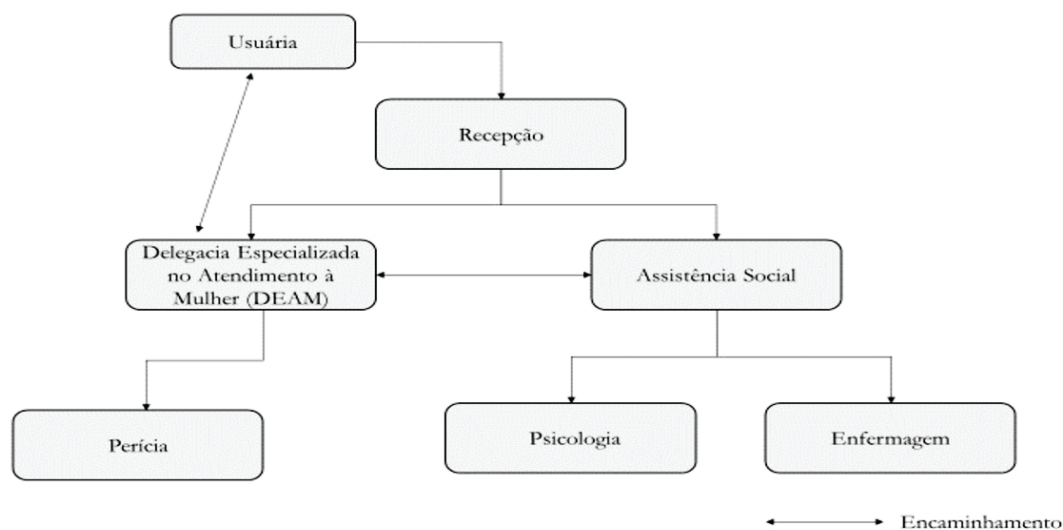
O atendimento subdivide-se nas etapas presentes na Figura 1: na primeira, o acolhimento/orientação da usuária é realizado pela recepção, que faz os encaminhamentos para a assistência social ou para a delegacia. Na assistência social, realiza-se a escuta da usuária, o preenchimento do instrumento técnico, o acompanhamento do caso, a avaliação da necessidade de abrigo e o encaminhamento para os outros serviços da Rede Especializada, como o caso do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) mais próximo da residência da mulher em situação de violência.

Posteriormente, o atendimento na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) consiste no registro do boletim de ocorrência, instauração do inquérito policial, encaminhamento do processo à justiça, solicitação de exames periciais e expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas. No setor pericial, são realizados os exames de lesões e a coleta de material biológico para encaminhamento à análise no laboratório. No setor de psicologia são realizados os acompanhamentos das usuárias, podendo ocorrer a emissão do laudo psicológico e a participação em audiência tanto do perito quanto do psicólogo quando convocados.

⁷ Os serviços disponíveis na CMB são: atendimento psicossocial; alojamento de passagem; orientação e direcionamento para programas que visam a autonomia econômica da mulher, integração com os serviços de saúde e socioassistencial e a presença de órgãos da Rede de Atendimento.

⁸ É criada a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) que, através da Coordenadoria de Promoção dos Direitos da Mulher, tinha a função de acompanhar a gestão e execução do I PEPM.

Figura 1 – Fluxo de Atendimento do Pro Paz Mulher/DEAM.



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir do Relatório cedido pela Fundação Pro Paz (2018).

Não obstante, a implementação destes serviços oferecidos em Belém apresenta diversos entraves, como: o atendimento da assistência social limita-se ao acolhimento inicial às mulheres, não prevendo uma etapa de diagnóstico mais aprofundado e monitoramento; a ausência de integralidade dos serviços oferecidos como o jurídico e pericial com funcionamento restrito (SOUZA; VELOSO; PINHEIRO, 2018); e a carência de dados consolidados referentes ao número de atendimentos e perfil socioeconômico das mulheres atendidas disponibilizados ao público das unidades do programa⁹.

4. Análise dos Indicadores da Política de Combate à Violência Doméstica do Pro Paz

Inicialmente, o Programa Pro Paz era realizado por intermédio de vários órgãos da administração estadual, como o Centro de Perícia Renato Chaves, a Fundação Santa Casa de Misericórdia, a Secretaria de Estado de Saúde Pública, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a Secretaria de Estado de Assistência Social, e órgãos da segurança pública.

Com o estabelecimento da Lei Estadual n. 8.097/2015, o programa constituiu a Fundação Pro Paz, dotada de autonomia administrativa e financeira, passando a fazer parte da administração indireta do Poder Executivo Estadual do Pará. Os gastos, antes pulverizados em órgãos distintos, passaram a constar em detalhamento próprio da Fundação nos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais do Estado¹⁰.

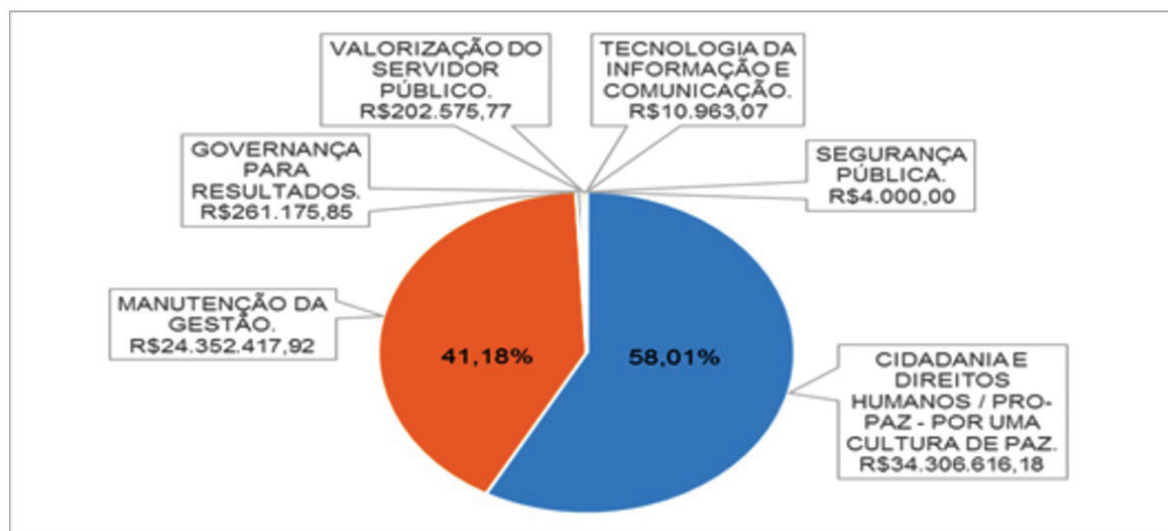
De 2015 a 2018, a Fundação executou despesas no valor de R\$59,1 milhões (SIAFEM, 2020). Deste total, R\$34,3 milhões foram gastos com a atividade fim da fundação, por meio do Programa “Pro-Paz – Por uma Cultura de Paz”, criado em 2015 e posteriormente incorporado

⁹ Parte das observações sobre o Programa Pro Paz Mulher provém da participação da autora como bolsista voluntária no projeto de pesquisa “Efetividade e superação dos entraves dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar do Estado do Pará 2007-2014” (Chamada Universal MCTI/CNPq n°1 /2016) escrito, apresentado e coordenado pela Doutora Maria Luzia Miranda Álvares, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes (GPEM), da Universidade Federal do Pará.

¹⁰ Para os fins deste artigo, não se consideraram as despesas realizadas pelos demais órgãos executores, que realizaram dispêndios de 2013 a 2015 com o programa, fazendo-se a opção por um recorte apenas da Fundação Pro Paz.

ao Programa “Cidadania e Direitos Humanos”, parte do Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará, como se vê no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Despesas da Fundação Pro Paz, por Programa Orçamentário (em R\$)



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir de dados extraídos do SIAFEM (2015 a 2018).

Isso significa que pouco mais da metade das despesas da Fundação se destinam à atividade fim (58,01%), enquanto o restante dos gastos se dá com a manutenção da gestão (41,18%) e outros programas de apoio ao funcionamento da fundação (0,81%).

De acordo com os Planos Plurianuais e respectivas leis orçamentárias, o Programa “Cidadania e Direitos Humanos” (doravante, entendendo-se incluído neste o programa de 2015 Pro-Paz – Por uma Cultura de Paz), no que compete à Fundação, possui como desmembramento as seguintes ações orçamentárias: ProPaz nos bairros; ProPaz Juventude; ProPaz Integrado; Implantação de espaços ProPaz Integrado; ProPaz Cidadania; Mover – Sistema de Garantia de Direitos; ProPaz Arte e Cultura; e ProPaz Escola. Os dispêndios no período de 2015 a 2018 estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Despesas por ação do Programa Cidadania e Direitos Humanos (em R\$)

Ação orçamentária	Despesa Realizada	%
PROPAZ NOS BAIRROS	14.729.532,41	42,93%
PROPAZ JUVENTUDE	10.852.387,67	31,63%
PROPAZ INTEGRADO	4.533.549,00	13,21%
IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS PROPAZ INTEGRADO	671.930,00	1,96%
PROPAZ CIDADANIA	1.755.939,46	5,12%
MOVER - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	1.002.954,89	2,92%
PROPAZ ARTE E CULTURA	479.747,06	1,40%
PROPAZ ESCOLA	280.575,69	0,82%
Total do Programa Cidadania e Direitos Humanos / Pro-Paz - Por uma Cultura de Paz (2015 a 2018)	34.306.616,18	100,00%

Nota: Eventuais alterações na nomenclatura das ações, ocorridas de um ano para o outro, foram consolidadas para simplificar a análise.

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir de dados extraídos do SIAFEM 2015 a 2018 (SIAFEM, 2020).

É possível perceber que não há no planejamento orçamentário uma ação detalhada para cadastro das despesas voltadas especificamente ao combate à violência contra a mulher, sendo os registros realizados na ação “Pro-Paz Integrado”, que engloba custos tanto com o atendimento às mulheres como de crianças e adolescentes em situação de violência – e que registra R\$4,5 milhões de despesas no período.

Logo, no escopo do orçamento não existe uma diferenciação para o “Programa Pro-Paz Mulher”, e sim uma ação orçamentária que trata de todos estes casos. Assim, percebe-se que o controle social e o acompanhamento das despesas do Pro-Paz Mulher é prejudicado pelo tratamento desta política pública como ação orçamentária integrada a outros atendimentos.

Considerando que a forma como o orçamento foi constituído impõe esta limitação na análise, optou-se por avaliar os indicadores do Pro Paz Integrado, conforme a metodologia sugerida por Jannuzzi (2002, 2004, 2005), avaliando os indicadores de insumo (financeiros), de processo e de resultado¹¹.

O Pro Paz Integrado teve dispêndios na ordem de R\$4,5 milhões de 2015 a 2018, representando 13,21% do total das despesas com o programa, e gastos para a implantação dos espaços na quantia de R\$671,9 mil, com obras, instalações e outras despesas. O detalhamento anual da execução financeira desta ação está disposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Execução financeira da ação “Propaz Integrado”, 2015-2018 (em R\$)

Ano	Execução Financeira			
	Orçamento Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Realizada (c)	% (c/b)
2015	-	17.274,50	16.399,50	94,93%
2016	610.000,00	478.799,50	462.868,31	96,67%
2017	809.760,00	1.103.937,00	948.209,31	85,89%
2018	351.616,00	3.106.186,82	3.106.071,88	100,00%
Total	1.771.376,00	4.706.197,82	4.533.549,00	96,33%

Nota: o primeiro ano apresenta valor menor que a média, por ter sido o ano inicial da fundação.

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir de dados extraídos do SIAFEM 2015 a 2018 (SIAFEM, 2020).

Observa-se que o Governo do Estado, por intermédio de seu orçamento anual e suplementos orçamentários durante a gestão, vem valorizando esta ação, aumentando de forma significativa os investimentos: de R\$462,8 mil gastos em 2016, a Fundação passou a investir R\$948,2 mil em 2017, praticamente dobrando o valor, e mais ainda em 2018, quando gastou R\$3,1 milhão com a ação. Considerando a localidade, tem-se a seguinte distribuição de despesas por município, como demonstra-se na Tabela 3:

¹¹ Os indicadores podem ser classificados de acordo com a natureza do que se indica: se recurso, classifica-se como indicador-insumo; se processo, como indicador-processo; se realidade empírica, como indicador-produto, conforme Jannuzzi (2002). Os indicadores-insumo (*input indicator*) correspondem às medidas associadas à alocação de recursos financeiros ou de equipamentos, para a consecução de um programa. Já os indicadores-processo (*throughput indicator*) são indicadores que traduzem o esforço operacional de alocação dos insumos. Por sua vez, os indicadores-produto (*output indicator*), ou de resultado, referem-se à realidade empírica, sendo medidas representativas dos avanços ou retrocessos das políticas formuladas.

Tabela 3 – Execução financeira da ação “Propaz Integrado”, 2015-2018

Município	2015	2016	2017	2018	Despesas Totais	%
Belém	13.262,00	446.531,70	911.824,77	1.347.341,30	2.718.959,77	59,97%
Outros mun.	3.137,50	16.336,61	36.384,54	1.758.730,58	1.814.589,23	40,03%
Total	16.399,50	462.868,31	948.209,31	3.106.071,88	4.533.549,00	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir de dados extraídos do GP PARÁ 2015 a 2018 (GP PARÁ, 2019).

Nota-se uma concentração anual de dispêndios na capital do Estado, Belém, exceto pelo ano de 2018, que concentrou mais gastos no interior. Há de se verificar, entretanto, se estes gastos corresponderam de fato a um esforço da Fundação em cumprir sua finalidade, motivo pelo qual se deve verificar o cumprimento das metas físicas planejadas para esta ação, no mesmo período, conforme se demonstra na Tabela 4.

Tabela 4 – Execução física da ação “Propaz Integrado”, 2015-2018

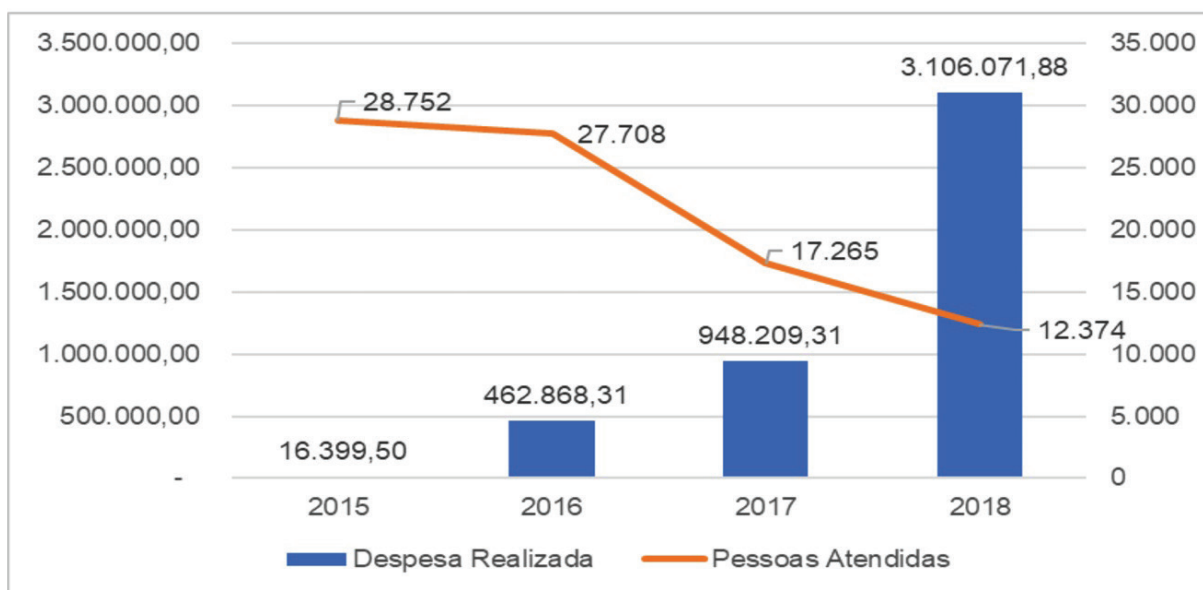
Ano	Execução Física (em unidades)				
	Produto	Un	Meta Prevista	Meta Realizada	%
2015	Pessoa Atendida	Um	48.220	28.752	60
2016	Pessoa Atendida	Un	17.765	27.708	156
2017	Pessoa Atendida	Un	21.045	17.265	82
2018	Pessoa Atendida	Un	21.184	12.374	58
Total	Pessoa Atendida	Un	59.994	57.347	96

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir dos dados coletados nos Relatórios de Avaliação de Programas 2015-2018 (PARÁ, 2016, 2017, 2018, 2019).

Novamente, há de se ressaltar que, pela forma que a ação orçamentária foi concebida, integrando atendimento de mulheres, crianças e adolescentes, o indicador selecionado para monitorar o processo também é de natureza agregada: “Pessoa atendida”. Dessa forma, não é possível conhecer de forma segregada quantas mulheres foram atendidas, com base nas fontes consultadas.

Apesar da limitação, a execução física indica que, a despeito dos gastos dispendidos pela Fundação, a ação tem alcançado cada vez menos resultados. Em 2015, foi estipulada uma meta de atendimento de 48 mil pessoas, tendo sido atendidas 28 mil, 60% do previsto. Em 2016, foram atendidas 27 mil pessoas pelo PROPAZ, a título desta ação de governo – que conseguiu superar a meta prevista, cumprindo 156% do que fora planejado no orçamento. Em 2017, por sua vez, há uma brusca redução do quantitativo de atendimentos, alcançando 17 mil pessoas, cumprindo 82% daquilo que foi estabelecido inicialmente. No entanto, tal percentual de execução física é razoavelmente compatível com a execução financeira deste ano, que somou 86% do planejado. Já em 2018, verifica-se que foram atendidas 12 mil pessoas, correspondendo a apenas 58% do que foi planejado inicialmente – sendo que 100% do orçamento previsto no ano foi gasto, e que no ano de 2018 representou o maior investimento do Governo nesta ação até então. O Gráfico 2, a seguir, demonstra esta desproporção:

Gráfico 2 – Comparativo da Execução Financeira e Execução Física da Ação – 2015 a 2018



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa a partir dos dados coletados no SIAFEM 2015-2018 (SIAFEM, 2020) e Relatórios de Avaliação de Programas 2015-2018 (PARÁ, 2016, 2017, 2018, 2019).

Isso explicita que, apesar da Fundação ProPaz estar investindo cada vez mais recursos na ação de atendimento integrado às crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, menos pessoas estão sendo atendidas pela ação a cada ano.

Diante do exposto, resta conhecer a efetividade da política pública mensurada por meio de indicadores de resultado. Buscando por informações, foram consultados os Relatórios de Avaliação de Programas, elaborados pela Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (SEPLAN), de 2015 a 2018. Em 2015, não se monitorou nenhum indicador de resultado específico quanto à efetividade do combate à violência contra a mulher, por não ter sido estabelecido nenhum parâmetro deste tipo no Plano Plurianual 2012-2015. Já em 2016, o Plano Plurianual estabeleceu como indicador de resultado a Taxa de Violência contra a mulher a cada 100 mil habitantes, estipulando uma meta a ser alcançada em 2019, segregada por regiões geográficas do Estado. No entanto, como a metodologia de mensuração estipulada pela SEPLAN estabelece a mensuração apenas ao final do período, não se acompanhou a evolução indicador a ano a ano, sendo divulgado como resultado da política pública desempenhada apenas em 2020, o que limita o acompanhamento e controle social da ação.

Buscando-se por outras fontes de informação, consultou-se o Portal da Transparência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, de onde foi possível baixar dados de criminalidade de 2012 a 2019 (SEGUP, 2019). No entanto, os dados disponibilizados ao público não apresentam classificação específica discriminando a incidência de crimes pela Lei Maria da Penha, impossibilitando o uso dos dados neste estudo. Também se consultou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, que apresentou a mesma lacuna informativa no que diz respeito aos dados disponibilizados ao público geral (SINESP, 2019).

Em consulta a dados secundários, verificou-se no Atlas da Violência 2019, disponibilizado pelo IPEA, a taxa de homicídios de mulheres por unidade federativa, de 2007 a 2017 (IPEA, 2019). Os dados do Pará disponíveis para o período estudado foram sintetizados na Tabela 5.

Tabela 5 – Homicídios de mulheres no Pará 2015-2017

Ano	Taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes no Pará
2015	6,4
2016	7,2
2017	7,5

Fonte: Atlas da Violência 2019 (IPEA, 2019).

É possível observar que o número de homicídios de mulheres no período cresceu, de 6,4 a 7,5 em 2017, valor considerado acima da média nacional para o mesmo período, o qual foi de 4,4 a 4,7 em 2017. No entanto, ressalta-se que a taxa de homicídio de mulheres sinaliza o aumento da violência letal¹², mas não abrange os outros crimes previstos pela Lei Maria da Penha, como a Lesão Corporal, a Ameaça e o Estupro, o que fragmenta a compreensão do número total de mulheres atingidas pela violência doméstica e familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maria da Penha institui mecanismos no combate à violência contra a mulher de forma integral que estão pautados no tripé da repressão, assistência e prevenção. Além disso, a Lei ampliou o debate público sobre o tema, tirando-o da invisibilidade. Buscou-se, com o presente artigo, analisar a política pública adotada no Pará no enfrentamento à violência contra a mulher entre os anos de 2015 a 2018.

Dentre os avanços, observa-se melhoria na infraestrutura da DEAM de Belém, ofertando um atendimento 24 horas, nos 7 dias da semana, e a estruturação do atendimento psicossocial oferecidos pelo Pro Paz Mulher para as mulheres em situação de violência.

Porém, obstáculos ainda persistem, como: a limitação da expansão da rede de enfrentamento na cidade e a ausência de integralidade de todos os serviços ofertados pelo Pro Paz Mulher. Das fontes públicas consultadas sobre o orçamento, observa-se que, apesar dos crescentes investimentos realizados pelo Estado, não reverberou em melhorias no atendimento, com menos pessoas atendidas a cada ano e o aumento da taxa anual de homicídio de mulheres, o que desperta para novos questionamentos em futuras pesquisas.

Ademais, a ausência de dados atualizados torna o controle social deficitário, não permitindo que haja um acompanhamento eficiente da política pública de enfrentamento à violência. A ausência de um painel de monitoramento mais detalhado sobre a política, bem como sua agregação orçamentária a outros tipos de atendimento, limitou a análise, representando uma necessidade de melhoria na transparência das informações disponíveis ao público.

¹²De acordo com o Atlas da Violência (2019), há indícios significativos, baseados na literatura internacional, de que uma significativa parcela das mortes violentas de mulheres ocorre dentro das residências e é praticada por conhecidos das vítimas.

Para a prospecção de futuros estudos, considera-se importante aprofundar as análises do orçamento público por programas voltados ao combate à violência doméstica e familiar, além de avaliar a qualidade do gasto público nesses programas. Conforme afirma Santos *et al* (2017), o orçamento público é um instrumento multidimensional de gestão e implementação de políticas públicas que exterioriza o planejamento e execução da administração pública em diversos setores sociais. Desta forma, seria relevante observar em que finalidade estes gastos têm sido empregados, para identificar medidas que possam promover mais eficiência, eficácia e efetividade das políticas para as mulheres, resultando em impactos sociais mais significativos àquelas que precisam, na busca do ideal da erradicação deste tipo de violência.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 449-69, maio/ago. 2014.
- BARSTED, L. L. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, C. H. (org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 13-42.
- BASTOS, A. M. *Violência doméstica e familiar contra a mulher e a atuação da Defensoria Pública do Pará: a defesa e assistência interdisciplinar ao “homem agressor” pelo NEAH- simbólico ou política pública de prevenção de delitos*. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Senado Federal. *Relatório Final*. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016*. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113341.htm. Acesso em: 24 abr. 2019.
- BRASIL. *Medida Provisória nº 870, de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>. Acesso em: 5 jun. 2019.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

BUGNI, R. P. *Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: uma análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal*. 2016. 216 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CAMPOS, C. H. A CPMI da Violência contra a Mulher e a Implementação da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 519-531, 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

GARCÍA-MORENO, C. et al. Addressing violence against women: a call to action. *The Lancet*. [s. l.], v. 385, n. 9978, p. 1685-1695, 2015.

GP PARÁ. *Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará - Consulta à ação "Propaz Integrado" 2015-2018*. Belém, 2019. Disponível em: <http://www.gp.pa.gov.br/acesso.asp>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HEISE, L.; PITANGUY, J.; GERMAIN, A. *Violence against women: the hidden health burden*. Washington, D.C.: The World Bank, 1994.

IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2019.

JANNUZZI, P. M. D. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1 p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, P. M. D. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas: elaboração de estudos socioeconômicos*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

JANNUZZI, P. M. D. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

MEZZAVILLA, R. S. et al. Intimate partner violence and breastfeeding practices: a systematic review of observational studies. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 94, p. 226-237, 2018.

OBSERVE: Observatório pela aplicação da Lei Maria da Penha. *Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais*. [S. l.]: Projeto Observe/UNIFEM. 2011.

PARÁ. *Lei ordinária nº 7.773, de 23 de dezembro de 2013*. Dispõe sobre a organização do Programa PROPAZ – PRESENÇA VIVA, por uma Cultura de Paz, e dá outras providências. Belém: Governo do Estado, 2013. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/708>. Acesso em: 5 jun. 2019.

PARÁ. *Lei ordinária nº 8.097, de 1 de janeiro de 2015*. Institui a Fundação PROPAZ no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Belém: Governo do Estado, 2015. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/1328>. Acesso em: 5 jun. 2019.

- PARÁ. *Relatório de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015: Exercício 2015*. Belém: Secretaria de Planejamento, 2016.
- PARÁ. *Relatório de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2016-2019: Exercício 2016*. Belém: Secretaria de Planejamento, 2017.
- PARÁ. *Relatório de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2016-2019: Exercício 2017*. Belém: Secretaria de Planejamento, 2018.
- PARÁ. *Relatório de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2016-2019: Exercício 2018*. Belém: Secretaria de Planejamento, 2019.
- PASINATO, W. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.
- PRO PAZ MULHER - atendimento humanizado à mulher em situação de violência doméstica, familiar e sexual no Pará. Belém, 2019. Disponível em: <http://www.propaz.pa.gov.br/pt-br/content/pro-paz-mulher-atendimento-humanizado-%C3%A0-mulher-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica-familiar-e>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- REIS, A. A. O Atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no Centro de Referência Maria do Pará: um balanço após dois anos de funcionamento. *Revista Nufem*, São Paulo, ano 2, n. 1, p. 134-139, jan./jun. 2010.
- RUIZ-PÉREZ, I.; CASTAÑO, J. P.; CASES-VIVES, C. Methodological issues in the study of violence against women. *Journal of Epidemiology & Community Health*, [s. l.], v. 61, p. 26-31, 2007.
- SANTOS, F. R. et al. O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 68, n. 1, p. 191-212, 2017.
- SARKAR, N. N. The impact of intimate partner violence on women's reproductive health and pregnancy outcome. *Journal of Obstetrics and Gynaecology*, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 266-271, 2008.
- SEGUP. *Portal da Transparência*. 2019. Disponível em: <http://transparencia.segup.pa.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- SIAFEM. *Programa "Propaz Integrado" 2015-2018*. Belém: Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, 2020.
- SINESP. *Portal do Sistema Nacional de Segurança Pública*. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/sinesp-1>. Acesso em: 10 nov 2019.
- SUGG, N. Intimate Partner Violence: prevalence, health consequences and intervention. *Medical Clinics of North America*, [s. l.], v. 99, p. 629-649, 2015.
- SOUZA, L. T. *Da expectativa à realidade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- SOUZA, L. T.; VELOSO, M. M. X.; PINHEIRO, I. Os Centros Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e a experiência do Pro Paz Mulher (Belém- Pará). *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 128-145, ago. 2018.
- WORLD Health Organization. *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.who.int/iris/handle/10665/85239>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

Políticas Públicas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência no Estado do Pará: da proposta orçamentária à implementação dos serviços

Políticas Públicas de Atención a Mujeres Víctimas de Violencia en el Estado do Pará: desde la propuesta de presupuesto hasta la implementación de los servicios

Public Policies to Assist Woman Victims of Violence in the States of Pará: from the budget proposal to the implementation of services

**Elcione da Silva e Silva
Maria Luzia Miranda Alvares**

Resumo: Este texto analisa parte da aplicação dos recursos estaduais e federais recebidos para implementação de políticas públicas para os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, no Estado do Pará, a saber, os Centros de Referência Especializados e Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres. O período estudado foi 2007 a 2016. Trata-se de um estudo de caso, com a metodologia usando procedimentos de levantamento de dados bibliográficos, documentais, orçamentários e entrevistas aplicadas/os aos gestores e funcionários/as atuantes nesses órgãos, utilizando-se o método quantitativo e qualitativo. Nos resultados, verificou-se que no planejamento orçamentário do Estado há políticas específicas com utilização de recursos federais conveniados, com ruptura organizacional na origem dos recursos e na estrutura dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, no decorrer desses 10 anos, devido à mudança de governo. Na construção e manutenção das políticas de combate à violência contra mulher, há diversos déficits, visto que os serviços implementados não funcionam de acordo com a Norma Técnica proposta pela SPM, e não atingem todos os municípios do Estado. Houve melhorias, mas o processo de aperfeiçoamento desses serviços e os recursos necessários precisam de maior atenção e investimento.

Palavras-chave: Violência de gênero. Políticas Públicas. Orçamento Público.

Resumen: Este texto analiza parte de la aplicación de los recursos estatales y federales recibidos para la implementación de políticas públicas para el servicio de atención a las mujeres víctimas de violencia en el Estado de Pará, Centros Especializados y Comisariías Especializadas en la atención a las Mujeres. El periodo estudiado fue 2007 a 2016. Se trata de un estudio de caso, con la metodología usando procedimientos de recogida de datos bibliográficos, documentales, presupuestarios y entrevistas aplicadas/os a los gestores y empleados/as activos/as en esas instituciones, utilizándose del método cuantitativo y cualitativo. En los resultados se constató que en la planificación presupuestaria del Estado hay políticas específicas que usan recursos federales con convenio, con una ruptura organizacional en el origen de los recursos y en la estructura de los servicios de atención a las mujeres víctimas de violencia, en el curso de estos 10 años, debido al cambio de gobierno. Hay muchas lagunas en la construcción y mantenimiento de las políticas de combate a la violencia contra la mujer, puesto que los servicios implementados no funcionan según la Norma Técnica propuesta por la SPM, y no llegan a todos los municipios del Estado. Ha habido mejoras, pero el proceso de perfeccionamiento de estos servicios y de los recursos necesarios deben tener mayor atención e inversión.

Palabras clave: Violencia de género. Políticas públicas. Presupuesto Público.

Abstract: This text analyzes part of the application of state and federal resources received for the implementation of public policies for services to assist women victims of violence in the state of Pará,

Elcione da Silva e Silva – Graduada em Ciências Sociais/UFPA. Mestranda no PPG em Sociologia e Antropologia/UFPA. E-mail: elcionesilvas2@gmail.com

Maria Luzia Miranda Alvares – Doutora em Ciência Política/IUPERJ. Coordenadora do GEPEM/UFPA. E-mail: luziamiranda@gmail.com

namely, the Specialized Reference Centers and Specialized Police Stations for Women. The study period was from 2007 to 2016. It is a case study, and the methodology included the search of bibliographic, documentary and budgetary data, as well as interviews with managers and employees in these agencies, using quantitative and qualitative methods. The results indicated that the budgetary planning of the state includes specific policies with use of federal resources through agreements. Due to the change of government, during these ten years there was an organizational rupture in the origin of resources and in the structure of the assistance services for women victims of violence. There are several deficits in the construction and maintenance of policies to combat violence against women, since the implemented services do not work in accordance with the SPM proposed Technical Standards, and do not reach all municipalities in the state. Improvements have been achieved, but the process of improving these services and the necessary resources need greater attention and investments.

Keywords: Gender Violence. Public Policy. Public Budget.

INTRODUÇÃO

A violência contra mulher consiste num problema persistente que atinge esse gênero nos mais diversos estratos sociais e em condições sociais e culturais distintas. É inegável a relação com a desigualdade social que se mantém no campo político, social, econômico e cultural. Todos os dias muitas mulheres adultas, jovens, crianças, idosas são violentadas fisicamente, moralmente, psicologicamente etc. Segundo dados compilados no dossiê Violências contra as mulheres, e em outros documentos acontecem 5 espancamentos a cada 2 minutos (FPA/SEAC, 2010), a cada 11 minutos ocorre um estupro, a cada 2 horas uma mulher é assassinada (FBSP, 2017), 503 mulheres são vítimas de agressão a cada hora (Data Folha/FBSP, 2017).

Esses números são alarmantes. Outro dado assustador apresentado nas estatísticas, são os crimes não registrados. Diante da situação, entende-se que a violência contra a mulher não é um fenômeno intolerável para o Estado e para a sociedade em geral, pois é decorrente de fatores sociais e culturais que garantem a hierarquia entre os gêneros. Portanto, esses dados refletem um problema que se mantém em índices altíssimos, mesmo com os recursos institucionais aplicados em serviços e atendimento no campo social.

Um avanço de grande importância foi a implementação da Lei Maria da Penha, em 2006, que deu início a uma nova realidade jurídica para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil.

As mobilizações dos movimentos de mulheres contribuíram para a construção da agenda de gênero, e, com base nas discussões ao longo das últimas décadas, políticas e programas de governos estaduais e municipais incluíram o tema sobre a situação de gênero com o foco sobre as mulheres.

No Estado do Pará, o combate à violência contra mulher através das políticas públicas, embora palidamente constituída desde meados da década de 1970, se fortaleceu com a assinatura do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, assinado em dezembro de 2007, pela governadora Ana Júlia Carepa (PT).

Na aplicação das políticas públicas, o orçamento se constituiu um dos principais esteios para sustentar e viabilizar tanto a elaboração como a implementação de políticas, neste caso, no atendimento às vítimas de violência doméstica. As políticas públicas necessitam de, primeiramente, um planejamento orçamentário definindo as prioridades recursais e as metodologias de ação.

O planejamento público, através dos Planos Plurianuais, as diretrizes orçamentárias e, por fim, o orçamento anual destinado será, dessa maneira, o gradiente escolhido para dar visibilidade a um processo essencial que define, na sua origem, quais as prioridades e demandas que serão atendidas, evidenciando, neste caso, o problema da violência contra mulher.

O objeto deste estudo trata do planejamento e percurso de investimentos públicos destinados à proteção da violência contra a mulher, no Estado do Pará, no período de 10 anos após a implantação da Lei Maria da Penha. A presente pesquisa deriva das atividades integradas ao projeto de pesquisa “Efetividade das políticas públicas e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na Região Metropolitana de Belém (2007-2014)”- CNPq [409572/2016-0], realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero – GEPEM, coordenado pela Prof.^a Dra. Maria Luzia Miranda Álvares, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais/IFCH/Universidade Federal do Pará – UFPA.

Algumas questões foram levantadas, para sustentação do que pretendemos construir para analisar o problema central: Como foram constituídas as políticas públicas para as mulheres no orçamento público do Estado do Pará? Qual a parcela destinada a investimento? Quais os programas, projetos e ações decorrentes desse plano? Quais os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, implementados no Estado do Pará?

A proposta foi desenvolver uma análise desses investimentos, desde a fase do planejamento das políticas, passando pela diretriz orçamentária, chegando ao orçamento anual disponibilizado a utilização dos recursos e a avaliação do processo. Assim, foi verificado, no orçamento público estadual, o que foi destinado para a promoção de políticas de combate à violência contra a mulher no período proposto, além da identificação dessas políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de violência, existentes do Estado, evidenciando os avanços e retrocessos na Rede de Atendimento.

Este texto é parte dos estudos para o trabalho final do projeto e sua importância está na necessidade de dar visibilidade a um dos aspectos fundamentais da formulação de políticas públicas, e que influi diretamente na efetividade dessas políticas e dos serviços. É evidente que a eficiência dos serviços não necessariamente está atrelada a altos investimentos, no entanto, sem investimentos não há políticas.

O recurso orçamentário disponível, ou a falta dele, nos planos e diretrizes governamentais direcionadas às mulheres, evidenciam a importância que é dada ao problema da violência contra mulher. Leva-se em consideração que há documentos nacionais e internacionais que tratam do problema da violência de gênero e exigem a posição do Estado, além dos índices continuarem a crescer, tanto no Brasil como no Estado do Pará.

Nesse sentido, o estudo tem por finalidade trazer dados que se achavam deficientes nos relatórios, como o da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM), e projetos onde foram minimamente expostos os investimentos do Estado do Pará, dificultando a análise mais abrangente, e acender o debate, a partir da amostra das

discrepâncias entre os planos e as execuções orçamentárias para que os gestores públicos que formulam as políticas públicas voltadas ao tema estudado continuem a consolidá-las, buscando melhorias e, portanto, garantindo a maior segurança e acolhimento às mulheres em situação de violência.

1. Um Caso em Estudo

Schranm define o estudo de caso como a tentativa de “iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões; por que elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultados”. (Scharanm, 1971 apud Yin 2015 p. 16). Nesse sentido, Yin (2015) reforça que o estudo de caso tem por objetivo entender um fenômeno do mundo real “especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (p.17). Portanto, a pesquisa estudo de caso é abrangente e não se limita a um procedimento de coleta de dados e nem a um aspecto o objeto de estudo.

Neste artigo, a pesquisa trata de um estudo de caso, com a metodologia usando procedimentos de levantamento de dados documentais e orçamentários, obtidos junto às secretarias estaduais de governo e aos órgãos que são responsáveis pelo planejamento e execução dessas políticas. Além disso, foi aplicado formulário de entrevistas aos gestores e as/aos funcionários/as atuantes nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, dados apresentados pelo método quantitativo e qualitativo, em conjunto.

Houve diálogo com a literatura sobre violência de gênero, feminismos, políticas públicas, partidos políticos, orçamento público e outros conceitos trabalhados na Ciência Política.

2. Gênero e Violência nas Abordagens sobre Políticas Públicas

As pesquisas sobre gênero, violência de gênero, especialmente a violência contra a mulher, apesar de não serem recentes, ganharam maior repercussão a partir dos anos 80, passando a constituir uma das áreas fundamentais para estudos feministas no Brasil. Autoras que abordaram essas questões como Scott (1988), Saffioti (2004), Butler (2003) trouxeram à luz outras perspectivas, divergindo da ideia de que gênero se tratava, simplesmente, da divisão biológica entre homem e mulher.

É evidente que estes estudos estão, também, ambientados no processo de redemocratização brasileira e a criação e fortalecimento dos movimentos de mulheres, os quais provocaram debates, buscando explicação para a posição social que favorecia a subordinação das mulheres.

Nas análises sobre a violência contra mulher, é evidenciado que este fato consiste num problema social que se entrelaça aos estudos de gênero, classes sociais, raça/etnia, é favorecido pelo sistema patriarcal. Assim, partindo da argumentação teórica das feministas, de acordo com Saffioti (2004), é reconhecendo as heranças da ordem patriarcal, que passamos a entender como as relações de gênero explicam as variadas formas de violência contra as mulheres.

Com efeito, os estudos sobre a violência contra as mulheres têm como ponto de apoio a hierarquia de poder nas relações de gênero, associada à cultura que defende papéis diferenciados para homens e mulheres, propiciando, assim, relações de desigualdade de gênero, onde as mulheres são colocadas em situação de inferioridade.

Em linhas gerais, entende-se gênero como uma construção social sobre o masculino e o feminino, ou seja, dizem respeito a símbolos culturais, organizações sociais, identidade e relações entre homem e mulher; bem como entre mulheres, evidenciando a hierarquia de poder. Como afirma Saffioti (2004), a desigualdade, longe de ser natural, é construída pela tradição cultural, pelas estruturas de poder patriarcal, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas construída com frequência. (Saffioti, 2004, p. 71).

Os estudos de gênero se intensificaram a partir da década de 1970 do século XX, juntamente com o fortalecimento dos movimentos feministas no Brasil. Portanto, a incorporação da questão de gênero nas políticas públicas é algo recente. Nesses estudos, no Brasil, compreende-se a influência direta dos movimentos sociais na criação das políticas públicas que garantem os direitos das mulheres.

De acordo com Marta Farah (2014, p. 47), “política pública pode ser entendida como um curso de ação do estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses”. Segundo Souza (2006, p. 2): “A formulação de políticas públicas constitui o estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

A agenda de gênero que se constituiu nos anos 1970 e se refere a assuntos relacionados essencialmente a temas e propostas formulados por mulheres dos movimentos feminista está integrada a uma mais abrangente que diz respeito à democratização e aos direitos humanos.

Inicialmente, houve resistência por parte do Estado na integração da situação de gênero às políticas públicas, no entanto, nas últimas décadas, vê-se uma maior abertura adotando-se leis e programas de proteção aos direitos das mulheres, devido ao processo de democratização e principalmente a luta em mobilizações do feminismo internacional, com a assinatura de pactos, tratados e acordos internacionais, na busca pela igualdade entre as pessoas.

3. Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado do Pará

Com base na agenda de gênero constituída ao longo das últimas décadas, políticas e programas de governos estaduais e municipais incluíram a questão de gênero e direcionando a mulher. Assim, antes da implantação da Lei Maria da Penha, no Pará, já havia políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher.

Em 1986, foi instituído no Estado do Pará o Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém (CMCF), regulamentado pela Lei nº 7.348. E um dos primeiros serviços foi a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM – em 1987. No entanto, só em 1997 foi implantada a Unidade de Atendimento Temporário – UAT – que consistia num espaço para abrigar mulheres em situação de risco. E foi a primeira instituição criada na região norte, acolhendo as mulheres vítimas de violência doméstica.

Conforme o relatório do Observatório Regional da Lei Maria Da Penha de 2011 (<http://www.observe.ufba.br/>), a UAT foi adequada à política de assistência social do Sistema de Único de Saúde de Assistência Social/SUAS – passando a ser uma casa abrigo inserida na estrutura da Fundação Papa João Paulo XXIII, órgão da administração direta responsável pelas políticas de assistência social no município de Belém. Estes serviços passaram a funcionar num mesmo espaço físico.

Contudo, é perceptível a fragilidade dessas ações enquanto políticas públicas efetivas, eficientes e eficazes. Nesse período, havia muitos desafios a serem enfrentados, pois vários fatores dificultavam o acesso aos serviços de atendimento especializado a vítimas de violência doméstica devido à extensão territorial do estado do Pará que restringia a locomoção das vítimas; além disso, eram poucos os recursos materiais e também havia déficits nos procedimentos de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

Em 1991, pela Lei nº 5.67, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM – composto por instituições do governo do Pará e representações dos movimentos de mulheres. É importante ressaltar que, até o ano 2005, a política de enfrentamento a violência contra mulheres no Estado se resumiam nas casas abrigos, delegacia da mulher, e um centro de referência.

Os serviços começaram a se expandir depois que o Estado aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em 2007, pacto assinado pela então governadora Ana Júlia Carepa (PT), ao criar a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH. Em abril de 2007, foi realizada a 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, na qual foi levantada a questão da violência e da situação das mulheres e reafirmada a necessidade de desenvolver políticas públicas eficazes para conter essa situação. Nessa Secretaria foram criadas dez coordenadorias, dentre elas a Coordenaria de Promoção dos Direitos da Mulher (CPDM), que durante os anos de 2008, 2009 e 2010 realizou diversas ações, iniciando com a elaboração de um diagnóstico sobre a situação da mulher do Pará, no qual retratava a realidade social da violência de gênero mostrando a necessidade de intervenções e enfrentamento mais urgentes e abrangentes.

De acordo com a assistente social Rosana Moraes (2012)¹, o governo do estado do Pará foi um dos primeiros a aderir ao Plano Nacional, e, dessa forma, procurou fazer um diagnóstico sobre a situação das mulheres paraenses, levando em consideração os indicadores sociais e demográficos – educação, trabalho e renda, saúde, violência, organismos de políticas para as mulheres, de controle social e movimentos sociais existentes, além de serviços destinados ao atendimento às mulheres em situação de violência, que teve como resultado, o projeto “Ações Integradas para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado do Pará”, enviado à Brasília em setembro de 2007, objeto de convênio pactuado entre a SPM/PR e o Governo do através da SEJUDH/ CPDM.

A atuação da CPDM foi muito importante, nesse período, na construção dos projetos. Esses projetos são apreciados, e iniciam-se as ações da rede de enfrentamento a violência contra as mulheres. Como resultado, foram criados os Centros de Referências Maria do Pará em vários municípios do Estado, serviço que se destaca como marca do governo estadual no enfrentamento à violência contra mulher (com abordagem mais detalhada em outro tópico).

Além disso, foram realizadas melhorias da infraestrutura e capacitações dos profissionais atuantes nos serviços, além das realizações de eventos como a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres (20/11 a 10/12). Também foi criada a Câmara de Monitoramento e Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e um Sistema de Informação sobre Violências contra as Mulheres (SIV – Mulher), entre outras ações.

A CPDM foi reconfigurada e, atualmente, é denominada Coordenação de Integração de Política para Mulheres - CPIM, e suas ações foram reduzidas, com a equipe sendo responsável, basicamente, por dois projetos que são o de capacitação e o monitoramento da rede. É importante

¹ Rosana Moraes atuou como técnica na Coordenadoria da Mulher, na gestão de 2008/2010.

ressaltar que houve uma reconfiguração na política não apenas em nível estadual, mas também em nível nacional. Nesse sentido, houve cortes, a CPIM não mais elaborou projetos, consequência também da falta de abertura para financiamento federal, a SPM deixou de lançar os editais, assim, os cortes vieram de cima e foram afetando a política do Estado.

Com influência das três conferências nacionais dos direitos da mulher (2004, 2007, 2008), colocaram-se várias propostas de enfrentamento à violência, e a CPDM e o CEDM elaboraram o I Plano Estadual de Políticas as Mulheres, aprovado através do Decreto n. 2150, de 4 de março de 2010, publicado no Diário Oficial no dia 15 de março de 2010, o qual foi baseado no Plano Nacional, que prevê políticas para as mulheres do Estado.

3.1. Centros de Referência “Maria do Pará”

De acordo com a Norma técnica, era necessário um serviço especializado de atendimentos às mulheres vítimas de violência de forma abrangente; nesse sentido, é criado o Centro de Referência Maria do Pará (CRMP). O Projeto “Maria do Pará” nasce com o intuito de oferecer serviços de prevenção, promoção, defesa e reparação à mulher em situação de violência, numa gestão articulada onde os serviços pudessem ser integrados, garantindo a eficácia no atendimento aos usuários.

Dessa forma, os CRMPs visavam realizar o atendimento multidisciplinar, com os profissionais da área da assistência social, psicologia, pedagogia, enfermagem, terapia ocupacional. E tinham a proposta de trabalhar em conjunto com outros órgão e serviços. Um dos diferenciais do serviço era o atendimento para as crianças, filhas/os das mulheres vitimadas.

O primeiro Centro de Referência foi inaugurado em março de 2008, em Belém. Nesse ano, foram atendidas 463 mulheres. Nos anos posteriores, foi implantado em outros municípios. Assim, na gestão de 2008 a 2010 da CPDM, foram construídos e implantados 09 (nove) Centros de Referências “Maria do Pará”, nos Municípios de Belém, Santarém, Capanema, Xinguara, Abaetetuba, Tucuruí, Jacundá, Ananindeua e Itaituba. Com o total de atendimento de 2.224 mulheres. Os CRMPs funcionavam de 08h às 18h de segunda a sexta e, em Belém, o serviço se estendia às manhãs de sábado.

De acordo com entrevista com gestores dessa política, o Pará foi referência nacional no atendimento de forma diferenciada às mulheres vítimas de violência, porque tinha uma equipe qualificada de profissionais para trabalhar essa questão, uma forma especial de atender às mulheres. Esse serviço foi essencial num período em que ainda estavam se constituindo as políticas de combate à violência no Estado, no entanto, houve déficits nessas políticas, como relatado no relatório do OBSERVE, em 2011:

Os espaços destinados ao atendimento para as mulheres não são adequados e representam um desrespeito a sua dignidade, violando todas as recomendações nacionais e internacionais quanto ao atendimento para mulheres em situação de violência, que deve ser pautado na privacidade e no respeito a sua situação de vulnerabilidade. As condições são precárias também para os (as) funcionários (as) que não encontram estruturas físicas e materiais adequadas para o desempenho de suas atividades. (OBSERVE, 2011. p. 21).

Ressalte-se que, apesar do projeto prever o atendimento jurídico, somente depois de um ano de funcionamento a defensoria passou a prestar atendimento uma vez por semana, reafirmando-se como mais um serviço psicossocial. (Souza, 2016, p. 167)

Os Centros de Referência Maria do Pará foram criados durante um governo estadual de esquerda (2007-2010), era uma política de governo, no entanto, com a eleição de um partido opositor (2011-2014), essa política começou a ser desarticulada e foi desenvolvida outra agenda: o Pro Paz Mulher. Em alguns municípios, os antigos Centros Maria do Pará passaram a ser absorvidos pelo Pro Paz Mulher, como foi o caso de Belém e Tucuruí. Em outros municípios, como Capanema e Abaetetuba, foram reestruturados em Centros de Referência de Assistência Social.

De acordo com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI de Violência contra Mulher, foi denunciado pelos movimentos que “os Centros de Referência de Atendimento à Mulher estão sendo descaracterizados e fechados paulatinamente e não funcionam à tarde” (CPMI, 2013, p. 494).

3.2. PROPAZ Mulher

O Pro Paz Integrado foi criado desde 2004, tornando-se o principal serviço público estadual especializado no atendimento às crianças, adolescentes, e, a partir de julho de 2014, com atendimento às mulheres em situação de violência no Pará. Em todo o Estado, foram implantados sete (07) núcleos do Pro Paz Integrado entre os anos de 2012 a 2018, distribuídos nas regiões do Xingu (Núcleo de Altamira), Guajarina (Núcleo de Paragominas), do Lago de Tucuruí (Núcleo de Tucuruí), Baixo Amazonas (Núcleo de Santarém), Bragantina (Núcleo de Bragança), Marajó (Núcleo de Breves) e Carajás (Núcleo de Marabá), além de contar com o suporte nas unidades da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) localizadas em todas as regiões do Pará.

Em Belém, o Pro Paz Mulher oferece um serviço específico às mulheres, num espaço onde funciona, junto com a DEAM e vários outros serviços de atendimento. Foi a partir da construção desse espaço na capital paraense que o serviço foi implantado nos outros municípios do Estado, mas se constitui com uma dinâmica diferente. Nos interiores funciona o Pro Paz Integrado que atende crianças, adolescente e mulheres no mesmo espaço, e, de acordo com a coordenadora do desse serviço², não há o judiciário.

Percebe-se que o que diferencia o Pro Paz Mulher dos Centros de Referência Maria do Pará é a inclusão de mais serviços como as Delegacias, a Defensoria Pública, o Ministério Público, no entanto, diante da falta de recursos humanos dos demais órgãos, é oferecido basicamente o atendimento policial e psicossocial. Como apresenta Souza (2018): “Segundo a coordenadora do Pro Paz Mulher, o fato de ter uma sala do Poder Judiciário e do Ministério Público não garante integração com os órgãos de justiça, pois cada um tem o seu sistema e sua dinâmica de atendimento”.

O horário de funcionamento do Pro Paz Mulher é o horário comercial, de 8h às 18h de segunda a sexta, e esse é um ponto negativo, pois a demanda dos casos de violência é maior nos finais de semana. Assim, as mulheres são orientadas a voltar no outro dia para ter atendimento psicossocial, e muitas delas não voltam.

Esse déficit no serviço é questionado tanto pelos movimentos de mulheres quando pelos funcionários, como ressalta a Coordenadora³, que, para funcionar 24 horas, além da questão orça-

²Entrevista com a enfermeira Raquel Soares, coordenadora do PROPAZ.

³Entrevista com Raquel Soares.

mentária é necessário um perito para que o serviço funcione efetivamente, além da necessidade de mais recursos humanos, e isso já é um déficit, ou seja, a falta pessoal.

3.3. Avaliação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência: visão dos gestores das políticas

A Delegacia da Mulher é o serviço especializado mais antigo e geralmente é a porta de entrada para a rede de atendimento à mulher vítima de violência. Para Pasinato e Santos (2008, p. 34), as delegacias da mulher “constituem ainda a principal política pública de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres”.

Até o ano de 2011, em todo o Estado do Pará haviam cinco (05) Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Belém, Marabá, Santarém, Castanhal e Paragominas). Atualmente, há 17 DEAMs, duas localizadas na Região Metropolitana, em Belém e Ananindeua, e as outras quinze estão localizadas no interior do Estado: Breves e Soure, no Marajó; Castanhal, Capanema, Bragança, Abaetetuba, Barcarena e Paragominas, no nordeste do Estado; Altamira, no sudoeste do Estado; Marabá, Parauapebas, Redenção e Tucuruí, no sudeste do Pará, e Santarém e Itaituba, no oeste paraense. Assim, todas as Regiões de Integração contam com uma Delegacia da Mulher.

A “Norma Técnica...” é um importante instrumento para impulsionar as melhorias no funcionamento das DEAMs, e faz parte do desafio da implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. De início, houve muita dificuldade no estabelecimento dessas normas e, ainda há.

Em Belém, a DCCIM (Divisão de Crimes contra a Integridade da Mulher, 1987) não tinha uma sede própria e estava localizada em um prédio cedido pela SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, assim, encontrou grandes dificuldades para se adequar às normas, segundo Souza (2018),

A delegacia possuía um modelo que passou a ser muito criticado pelos movimentos de mulheres, pois comportava em um mesmo espaço: uma triagem, um setor social, um setor policial, um abrigo para mulheres ameaçadas de morte (Unidade de Acolhimento Temporário – UAT) e a carceragem para os homens que abrigava também presos trazidos de outras delegacias. (SOUZA p. 138, 2018)

Um dos problemas era o espaço físico, que não foi criado para abrigar a demanda do serviço especializado, mantendo o abrigo no mesmo espaço onde havia, também, a carceragem, um agravante para a sensação de segurança da vítima, e o abrigo deve necessariamente ser mantido em local sigiloso.

Só em 2014 foi inaugurada a nova sede da DEAM⁴, vinculada ao Programa Pro Paz Mulher, portanto, os serviços funcionam num mesmo prédio⁵, e reúnem atendimentos, policial pela DEAM; psicossocial; de perícia criminal do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”; sala de atendimento para a Defensoria Pública e sala de audiências. De acordo com a Delegada⁶,

Quando a vítima chega na delegacia ela é primeiro acolhida pelo serviço social, onde ela vai narrar o que aconteceu, e será redigido numa ficha, nesse atendimento, os assistentes já farão os encaminhamentos sociais, então, se aquela mulher precisa além de um atendimento policial, ela precisa resolver a questão

⁴ A construção desse prédio teve início no governo de Ana Júlia Carepa, dois anos antes de sua saída do governo do Estado.

⁵ Endereço: Travessa Mauriti nº 2394 - Bairro Marco. Município: Belém.

⁶ Entrevista confidencial, concedida ao GEPEM.

dela de separação, de solução da união de fato, de guarda das crianças, essa assistente já vai fazer o encaminhamento pra defensoria, ou pro conselho tutelar, enfim, tudo o que aquela vítima daquele momento disser que ela está precisando, porque o serviço social as vezes pode nem ter uma questão policial, pode até nem ter um crime, muitas vezes ela vai pra pedir orientação. Caso a vítima peça, ou a assistente social perceba que é caso policial, a vítima é encaminhada para o atendimento policial, e a partir da ficha vai registrar o boletim de ocorrência e oferecer para a vítima o que a lei Maria da Penha oferece. (ENTREVISTA, 2017)

Esse processo no atendimento pode ser demorado, cerca de 2 horas se seguir o fluxo normalmente⁷. De acordo com Souza (2018, p. 139) “tem causado insatisfação nas mulheres que querem ser atendidas imediatamente pela polícia, o que provoca desistência de ocorrência, por parte das mulheres devido à demora nesse fluxo”.

Vale considerar outro ponto levantado pelo escrivão: muitas mulheres querem um resultado imediato, como por exemplo, a prisão do acusado, e muitas vezes isso é improvável, e por isso desistem de realizar a denúncia; mas se esta mulher passa pelo atendimento psicológico primeiro é mais provável que ela dê continuidade com a denúncia, pois tem um acompanhamento. Assim, “seria fundamental a estruturação de um protocolo que delimitasse melhor o curso do atendimento e o papel de cada setor”. (SOUZA, 2018, p. 139).

Com o funcionamento e concentração dos serviços num mesmo espaço, facilita a articulação na rede de atendimento Belém. De acordo com a delegada, atualmente há ligação com outros serviços, como as casas abrigo, a Santa Casa de Misericórdia, e ressalta ainda que o ideal seria ter uma equipe do centro de perícias no Pro Paz em período integral, pois há esse serviço apenas em dias marcados, justamente por não ter agente pericial suficiente. Com relação ao ambiente físico, o prédio tem uma boa estrutura.

A DEAM/PROPAZ de Belém atende mulheres dos municípios da Região Metropolitana, e, mais recentemente, com a criação da DEAM de Ananindeua, a demanda pode ter sido reduzida. Quanto às DEAMs do interior do Estado, todas funcionam juntamente com a Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (DEACA). O horário de funcionamento é das 8h às 12h e das 14h às 18h de segunda a sexta, não há plantão nos finais de semana nas DEAMs, apenas na delegacia comum, que encaminha para DEAM. Com exceção da DEAM de Santarém, que tem plantão 24h nos finais de semana, sendo esta uma conquista recente⁸.

Foi relatado nas nove DEAMs visitadas pela equipe de pesquisa do Projeto Efetividade.../GEPem, sem exceção, que o principal problema para o bom funcionamento é o número limitado de servidores, ou seja, é a falta de recursos humanos, devido a demanda ser grande e concentrar duas delegacias num mesmo ambiente, assim ficando sobrecarregados. Os servidores acumulam outras funções, como por exemplo, em Castanhal, onde está a DEAM que mais realiza procedimento em todo o Estado, por dois anos consecutivos. O desvio de função é recorrente até mesmo na DEAM de Belém, que tem um corpo de funcionários mais estruturado.

Outro problema que é recorrente em todas as delegacias é a má articulação com a área da saúde, com o encaminhamento para o IML. Em todas as delegacias visitadas, foram relatados problemas ou dificuldade para realizar o exame de corpo de delito, ou a mulher reclamou do

⁷ Informação dada pelo escrivão, numa visita da equipe de pesquisa do Gepem à DEAM, no dia 5 de novembro de 2017.

⁸ Plantão passou a funcionar a partir de abril de 2018.

atendimento etc., foi relatado até mesmo a recusa no atendimento. Nesse sentido, a solução apontada foi ter um perito especializado atrelado ao sistema da DEAM/PROPAZ. Isto é mais provável nos lugares onde funciona o Pro Paz Integrado, entretanto, existem apenas 07 (sete) núcleos em todo o Estado.

Nos municípios onde existe o Pro Paz Integrado, o serviço é mais abrangente, mas ainda há déficits. Nos municípios onde este órgão não existe, as dificuldades para o bom atendimento às vítimas de violência aumentam. Por isso, é importante que o PPI chegue a outros municípios, pois a rede de atendimento ainda é muito deficiente.

4. Situação Orçamentária e de Planejamentos no Pará: 2007 a 2016

Vários aspectos devem ser considerados ao analisar o orçamento público, sua utilização e eficiência. Neste trabalho, um ponto será avaliado dentro do orçamento do Estado do Pará, sobre as políticas específicas direcionadas para as mulheres. Na LOA⁹ está todo o orçamento, os recursos disponibilizados, no entanto, este não necessariamente é obrigatório de ser utilizado e investido, isso vai depender da gestão governamental, das prioridades, e de outros fatores. No orçamento público do Estado do Pará, existem as políticas específicas direcionadas às mulheres, as quais serão apresentadas a seguir.

Como vimos, no processo de formulação de uma política pública, é essencial que haja avaliação, e esta deve estar presente em todas as etapas. Nesse sentido, na avaliação dos Planos Plurianuais - PPAs¹⁰ disponibilizada pela Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento, podemos notar que os recursos disponibilizados nas LOAs não foram utilizados em sua totalidade, nem nas ações, nem nos programas e muito menos pelos órgãos. Os recursos disponibilizados para as ações detêm especificações ao direcionamento a várias regiões do Estado, porém, os investimentos não chegam a grande parte dessas regiões.

No ano de 2007, as três ações específicas de combate à desigualdade de gênero fizeram parte do programa “Começar de Novo”, que tinha como objetivo garantir atendimento à mulher vítima de violência e discriminação. Os dados orçamentários disponibilizados para cada ação foram apresentados nas LOAs, no entanto, não há registros dos recursos que foram devidamente utilizados, e também não há dados referentes aos resultados físicos de implementação das ações, não haviam relatórios e dados avaliativos disponibilizados para o ano de 2007.

Dentre as ações elaboradas no PPA 2008-2011, duas são direcionadas ao combate da violência de gênero. A ação de Implementação das Ações dos Centros “Maria do Pará”, que objetivou garantir o atendimento multidisciplinar às mulheres vítimas de violência, sob responsabilidade da SEJUDH. Através desta ação, foram realizados 475, 544, 1.358 atendimentos, nos anos de 2008, 2009, 2010 respectivamente.¹¹

⁹ A Lei Orçamentária Anual – LOA – é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no período de um ano.

¹⁰ É um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

¹¹ Para uma avaliação detalhada sobre a LOA, PPA, LDO e demais políticas orçamentárias de um governo estadual cf. o Relatório Final do PIBIC/UFPA desta autora, período de 08/2018 a 07/2019, referente ao Projeto de Pesquisa “Efetividade das políticas públicas e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na Região Metropolitana de Belém (2007-2014)”. Outras informações dos dados orçamentários somente situados no texto entre planos & custos cf. https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa2008-2011/aval_ppa_2008_2010.pdf

Tabela 1: Detalhamento dos resultados físicos da Ação “Implementação das Ações dos Centros Maria do Pará”

Produto	2008			2009			2010		
	PPA	Realizado	%	PPA	Realizado	%	PPA	Realizado	%
Mulher atendida	4.620	475	10	4.620	544	12	4.620	1.358	29

Fonte: SEPLAN

As ações não atingiram a meta de atendimentos previstos no planejamento de nenhum dos anos de vigência do programa. E não foram disponibilizados dados referentes ao ano de 2011. Com relação aos recursos orçamentários, não há informações sobre os recursos aplicados na ação Implementação das Ações dos Centros “Maria do Pará”.

De acordo com a coordenadora¹² da CDPM, ao ser estruturada a formação da Coordenaria, foi criada uma equipe mínima para produzir os projetos, ressaltando que o governo do Estado não tinha recursos específicos pra essa política, então, a maneira de levar adiante os projetos era fazer uma pactuação entre o Governo do Estado e o Governo Federal, e isto foi feito através do Sistema de Convênios – SICONV. O quadro a seguir mostra os projetos financiados com recursos federais.

Quadro 1: Projetos com recursos federais

Projetos	Conveniente	Responsáveis	Vigência	Recursos disponibilizados
“Projeto de Ações Integradas para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado do Pará”.	SPM/ PR	DCDH/ CPDM	2008- 2010	1.702.239,11
“Ampliação consolidação da rede de serviços especializados de atendimento à mulheres em situação de violência no Estado do Pará”.	SPM/ PR	DCDH/ CPDM	2009- 2010	1.994.000,00
Campanha dos 16 dias de Ativismo Pelo fim da violência no Pará.	SPM/ PR	DCDH /CPDM	2009- 2010	292.956,00
Formação de gestores e servidores da rede de atendimento a mulher em situação de violência.	SPM/ PR	DCDH /CPDM	2009- 2010	150.000,00
Implantar e equipar o Centro de Referência “Maria do Pará”, como ação de Enfrentamento da violência contra a Mulher no Município de Jacundá.	SPM/ PR	DCDH/ CPDM	2009- 2010	150.000,00

Fonte: Relatório da CPDM. 2010.

¹²Entrevista.

Os recursos dessas ações foram disponibilizados pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, ou seja, recursos federais. Não há informações sobre os recursos estaduais executados nesse período.

Outra ação foi a “Realização das Ações de Combate à Violência de Gênero”, executada pelo Centro de Perícias Científicas, PC e PM, e teve como objetivo garantir a integridade física, moral e psíquica da mulher. Em relação aos dados orçamentários, foi investido, no período 2008-2010, o total de R\$ 1,47 milhão, equivalente a 99% dos recursos disponíveis, e nesse período foram realizados 36.664 atendimentos, os quais representam 137% da meta inicial, que correspondia a 26.708 atendimentos.

Vale ressaltar que em 2010, os recursos financeiros disponibilizados foram de 1.783% maior do que os recursos disponibilizados em 2009. No entanto, o número de atendimentos realizados, de 9.543 atendimentos, foi inferior ao dos anos anteriores. Já em 2011, a ação apresentou um resultado de 10.831 atendimentos dos 15.835 programados, ou seja, 68,4%.

No Plano Plurianual 2012-2015, foram identificadas quatro ações direcionadas ao combate da violência contra mulher e reparo da desigualdade e de gênero. A ação “Implantação de Delegacias da Mulher”, a qual não foi executada nos exercícios de 2012 e 2013. Com isso, a ação foi incluída no projeto “Implantação dos Espaços Pro Paz integrado”, nos exercícios de 2014 e 2015. (SEPLAN, 2016)

A ação “Implementação de ações para Garantia dos Direitos das Mulheres”, que tinha como meta possibilitar o protagonismo da mulher nas regiões em cinco municípios, foi executada em apenas três municípios (Abaetetuba, Ananindeua e Belém), com realização de reuniões e palestras sobre a temática.

Apesar de a ação ter sido programada pela SEJUDH e CPC, somente a primeira apresentou execução física, ou seja, promoveu a ação realizando 12 eventos com a proposta adotada. Os recursos orçamentários foram utilizados minimamente, apenas 9% do disponibilizado. As atividades decorrentes desta ação passaram a ser realizadas no âmbito da ação "Promoção da Educação em Direitos Humanos", no mesmo Programa, nos exercícios de 2014 e 2015.

A ação “Pro Paz Mulher”, que no ano seguinte foi renomeada como “Pro Paz Integrado Mulher”, que tinha por objetivo garantir o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres em situação de violência, foi executada pelo CPCRC, Polícia Civil, SEAS e SEJUDH, que programaram atender a demanda de diversos municípios integrantes das 12 Regiões de Integração. Em 2012, foram realizados 25.337 atendimentos, ultrapassando a meta proposta; e, em relação ao investimento financeiro, foi utilizado 2% do disponibilizado.

No ano de 2013, a execução da ação se concentrou nas regiões Metropolitana, Xingu, Baixo Amazonas e Lago de Tucuruí, e foram realizados 19.201 atendimentos, que corresponde a 64% do número proposto, e foi utilizado 42% do orçamento disponibilizado para o exercício. No exercício 2014-2015, esta ação foi incorporada à Ação "PRO PAZ Integrado", potencializando a atuação do Estado quanto ao enfrentamento à violência. O financiamento ocorreu exclusivamente com recursos ordinários do Estado, embora na previsão inicial constassem recursos de convênios que não foram efetivados.

A ação Pro Paz Integrado foi executada pelo CPCRC (Centro de Perícias Científicas Renato Chaves), FSCMPA (Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará), PCPA Polícia Civil

do Estado do Pará), SEAS (Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo), SEJUDH (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará) e SESPA (Secretaria de Estado de Saúde Pará) que programaram realizar atendimento nos municípios das 12 regiões de integração. Neste exercício, o atendimento específico à mulher em Belém foi disponibilizado com o funcionamento do Pró Paz Integrado Mulher, que realiza atendimentos e encaminhamentos necessários de acordo com cada situação apresentada.

No interior do Estado, foi implantado o Núcleo de Paragominas. Os recursos financeiros aplicados são oriundos do Tesouro Estadual, e foram investidos 97% da dotação atualizada, que era de 1,3 milhões. No resultado físico, a ação obteve um resultado de 27.595 atendimentos no ano do exercício (2014), o que corresponde a 57% do resultado esperado. No exercício de 2015, esta ação foi executada pelo CPC "Renato Chaves", FSCMPA, Polícia Civil e Fundação PRO PAZ.

De acordo com a SEPLAN, os atendimentos foram registrados nos espaços Pro Paz Integrado de Belém (20.474), Santarém (2.853), Tucuruí (913), Altamira (902), Paragominas (559) e em mais 26 municípios do Estado. Os recursos financeiros aplicados são originários do Tesouro do Estado e do Fundo Estadual de Saúde.

A ação “Implantação de Espaços Pró-Paz Integrado”, que teve como meta viabilizar espaços para o atendimento integrado de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, faz parte da Ação de Agenda Mínima de governo. Na realização desta ação, foi implantado o Espaço Pró-Paz Integrado de Paragominas; além deste, foram implantados o Pro Paz Mulher/DEAM em Belém, e o PRO PAZ Integrado de Altamira, por meio de recursos do Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP), além disso também foi concluída a reforma do espaço Pró Paz Integrado em Tucuruí.

A ação foi financiada com operações de crédito interna (SEGUP) e recursos ordinários do Tesouro Estadual e foram investidos 100% do valor disponibilizado, que corresponde a R\$ 241.000,00. Já em 2015, a ação tinha como programação inicial a implantação de unidades em Belém, Breves, Castanhal e Parauapebas, com um valor de \$3 milhões.

Com a reprogramação ocorrida no exercício, esse valor foi reduzido para R\$ 619 mil e aplicado na continuidade da obra do Núcleo de Atendimento Integrado em Belém, que finalizou o exercício com 55% de medição física, e na aquisição de equipamentos para a nova Fundação. A implantação dos espaços de Breves e Castanhal foram reprogramadas para o PPA 2016/2019. A ação é financiada com recursos ordinários do tesouro estadual.

Com relação aos recursos federais disponibilizados por meio do SICONV, em 2011, foram disponibilizados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos à SEJUDH recursos no valor de R\$ 312.956,00 para realização do projeto “Sensibilização e Capacitação Dos Profissionais Da Rede de Atendimento a Mulher”. Foram acolhidos quatro projetos, no ano de 2012:

- O projeto Monitoramento e Diagnóstico das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Estado do Pará, para o qual foram disponibilizados R\$ 210.000,00. Na execução, foi relatada dificuldade de conciliar os prazos do convênio com a realização da meta, devido à redução inesperada do número de profissionais da Coordenação de Promoção dos Direitos da Mulher- CPDM (que atualmente está sendo suprida). (SEJUDH).
- O Projeto “Apoio a Ações da Coordenadoria e do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos Da Mulher”, com valor de 600.000,00.

- Para o Projeto Capacitação de profissionais para atendimento a Mulheres em situação de Violência: em foco o atendimento a vítimas de tráfico de pessoas, foi disponibilizado recursos no valor de 271.340,00.
- Para o projeto “Implantação e Implementação da Casa-Abrigo para Mulheres em Situação de Violência e Risco na Região do Marajó / Breves”, foi disponibilizado o valor de 222.222,22. Porém, esta ação não foi executada.

Desde 2012 não foram registrados convênios com o governo federal para políticas de combate à violência contra a mulher. Ao adentrar o orçamento direcionado às políticas para mulheres no Estado do Pará, são perceptíveis dois momentos diferentes no que diz respeito à origem dos recursos aplicados nas políticas e serviços da rede de atendimento à mulher vítima de violência.

Nos primeiros anos relacionados ao período pesquisado, grande parte dos recursos utilizados veio de fontes federais, ainda que conste recursos nos orçamentos estaduais, não há dados referentes a aplicação, como já exposto.

A SEJUDH, através da Coordenadoria da Mulher, tinha uma atuação muito boa, que foi perdendo força, principalmente quando o Estado assume outro governo, com estratégias diferentes, mesmo havendo uma tentativa com o projeto de Apoio a Ações da Coordenadoria e do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos da Mulher.

Do outro lado, a criação da Fundação Pro Paz, pode garantir a concentração de recursos e o melhor aproveitamento na implementação das políticas, mas ainda com a problemática da descentralização das políticas específicas para mulheres, pois a demanda também inclui crianças e adolescentes.

Nesse sentido, um dos principais problemas referentes a esse tema é a descentralização do orçamento direcionado às políticas para mulheres, ter o orçamento distribuído em diversos órgãos sendo um empecilho, já que há diversas outras prioridades. O ideal seria a criação de uma secretaria de política para mulheres no Estado, pois concentraria os recursos e teria maior liberdade de investimento.

Outro momento se apresenta no orçamento público do Estado, mesmo se mantendo o governo, o Plano Plurianual apresenta conotações diferentes. O PPA 2016-2019, que teve como orientação estratégica em sua elaboração a ênfase na regionalização, a qual já se apresentava nos planos anteriores.

Assim, foram identificadas quatro (04) ações neste plano para o exercício de 2016. A ação de Implantação de espaço do PROPAZ Integrado foi executada como previsto na LOA, na Região Marajó, no município de Breves, atingindo a meta física proposta; já a execução orçamentária teve modificação, o valor inicial era de R\$ 99.000 (noventa e nove mil reais), foi atualizado para R\$ 462.000 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais) e utilizado integralmente.

A ação de Capacitação dos Profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, programada pela SEJUDH para as regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará, Marajó, Rio Caeté e Xingu, foi elaborada com objetivo de qualificar agentes públicos no tema, em alinhamento ao Plano Estadual de Políticas para Mulheres. Foi utilizado 87% do recurso disponível, que corresponde a 19 mil reais, e esta ação apresentou como única fonte de recursos o tesouro estadual. Já com relação à meta física, observou-se baixa execução, apenas 18% do planejado.

Uma das principais atividades no período foi a realização do Encontro da Rede de Serviços de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, como atividade integrante da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, em Belém.

A ação Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher também foi programada pela SEJUDH para as regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará e Marajó, e alinha-se ao Plano Estadual de Políticas para Mulheres. Foi utilizado apenas 9% dos recursos, ressaltando-se que o recurso previsto na LOA foi de 60.000 reais e o valor da dotação atualizada foi de 461.000; teve crescimento significativo, mas a utilização foi de 41.000 mil reais, abaixo da dotação inicial.

No entanto, a ação apresentou 100% da meta física. A ação Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência, sob responsabilidade da Fundação PROPAZ, foi programada e executada pela Fundação PROPAZ, Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMP e CPC Renato Chaves, que desenvolveram ações por meio de equipes multidisciplinares.

Esta ação obteve resultado superior ao previsto em oito regiões de integração que possuem atuação do PRO PAZ Integrado: Belém (17.430), Santarém (3.228), Tucuruí (1.110), Altamira (1.100), Paragominas (577), Castanhal (2.940), Breves (426) e Bragança (897). Com relação aos atendimentos resultantes desta ação, observa-se que, por incluir crianças e adolescentes, não é possível ter os dados exatos dos atendimentos às mulheres vítimas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o enfoque esteve em torno do orçamento público e das políticas para as mulheres, como evidenciado. Verificou-se que há políticas específicas para as mulheres no planejamento orçamentário do Estado do Pará, e os investimentos específicos são direcionados à questão da violência. O problema da violência envolveu diversos órgãos, os quais atendem a diversas demandas, portanto, os recursos vieram de diferentes fontes.

O período analisado abrangeu quatro Planos Plurianuais (PPAs), onde foram identificadas políticas e estratégias diferentes, além de ter uma ruptura ideológica, já que é marcado por dois governos opositores, de direita e esquerda. Assim, houve uma quebra na estrutura das políticas e nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Com relação ao Centro de Referência especializado, de um lado, estão os Centros de Referência Maria do Pará, sendo implementados num momento em que a política de enfrentamento à violência contra mulher no Estado começa a crescer, também por impulso da política nacional; porque os recursos aplicados são de origem federal, não há registros de recursos estaduais para essa política, pelo menos não de forma específica apresentados pela SEPLAN.

Até 2010, ano que termina o mandato governamental de Ana Júlia Carepa (PT), foram disponibilizados o valor total de 4.289.195,11 para construção e implantação dos centros, bem como para o fortalecimento da Coordenadoria da Mulher e realização de campanhas. Ainda foi identificado, através do SICONV, recursos para a DEAM no valor de 1.171.572,00.

De outro lado, estão os Núcleos do Pro Paz Mulher e Pro Paz Integrado, fazendo parte do programa em outro mandato governamental, o de Simão Jatene, e teve como principal fonte os recursos estaduais. Nos anos de 2011 a 2015, foi feito investimento no valor total de 3.921.000,00 na implantação e funcionamento do Pro Paz Mulher e Pro Paz Integrado.

É importante ressaltar que recursos se concentraram na Região Metropolitana de Belém e, até 2015, apenas seis núcleos foram implantados em todo o Estado; atualmente existem 09 núcleos. O investimento foi menor se comparado ao período anterior. Dos recursos federais, foi identificado o valor total de 1.616.518,22 para realização de capacitação, monitoramento, apoio à coordenadoria da mulher e, também, para a construção de casas-abrigos, nos anos de 2011 e 2012. Portanto, não houve convênios nos últimos anos, e isso se dá devido à desestruturação da Secretaria Nacional de Política para Mulheres-PR, ao reconfigurar em outra forma e deixar de manter o status de ministério.

A mudança de governo e a descontinuidade de uma política já existente para a elaboração de uma nova, com atribuições semelhantes, influenciam na melhoria dos serviços e afeta a população que os utilizam, além de aumentar a demanda de recursos para uma “nova” rede de articulação.

Levando em consideração que a formulação do Pro Paz Mulher tem dimensões mais abrangentes do que os Centros Maria do Pará, no entanto, o serviço só é disponibilizado na região metropolitana, nas outras regiões dispõe de um serviço que inclui outro público, não é exclusivo às mulheres. Além disso, o PPI funciona com déficits, não sendo oferecidos todos os serviços que lhe é atribuído. Assim, em questão de funcionamento, se assemelha aos centros Maria do Pará.

Verificou-se que os serviços que são a porta de entrada para a rede de atendimento a mulheres vítimas de violência funcionam de maneira defeituosa. O atendimento dos centros de referência não funciona nos finais de semana, justamente quando a demanda é maior, nem mesmo as DEAMs apresentam atendimento em tempo integral.

Dentre as delegacias visitadas, apenas Belém e Santarém dispõem de atendimento nos finais de semana. É um avanço ter dezessete (17) DEAMs em todo o Estado. Ainda que com déficits, apresentam atendimento especializado às mulheres, que se sentem mais acolhidas, no entanto, a problemática da falta de recursos humanos atrelado às altas demandas dificultam o bom funcionamento da DEAM.

As capacitações são esporádicas nas Delegacias especializadas e, quando se trata das delegacias comuns, é quase inexistente, ainda que as normas exijam que as delegacias comuns devam ter capacitação na área da violência doméstica e familiar e estejam aptas para atender às vítimas. Mas, isso não é uma realidade no Estado.

Outra problemática é referente aos dados sobre o perfil das usuárias que são fragmentados e parciais nas delegacias. Houve dificuldade para adquirir os dados da violência doméstica e familiar, feminicídio, ou qualquer tipo de violência sofrida pelas mulheres pelos órgãos responsáveis no Estado. Foi relatado pelas delegadas que há informações detalhadas sobre as vítimas, como cor, idade etc., nos Boletins de Ocorrência, mas os dados não estão sistematizados. Para reunir as informações com dados detalhados, seriam necessários verificar os BOs um a um, e isso demanda tempo, além da disponibilização desses dados pelas delegacias.

É evidente que houve avanços nas políticas de combate à violência contra mulher no Estado no decorrer desses 10 anos, mas ainda há muito a ser melhorado, principalmente nas regiões do interior do Estado. A Região Metropolitana detém uma estrutura muito boa tanto física quanto de funcionalidade, mas ainda não atingiu a proposta das normas técnicas dos centros de referências e nem das delegacias especializadas. A criação da Fundação Pro Paz é um avanço no que diz respeito à concentração dos recursos, pois, com orçamento próprio, tem maior liberdade de investimentos. Nesse sentido, o ideal seria a criação de uma secretaria de política para mulheres no Estado.

Como dito, esta pesquisa focou no orçamento público e em alguns serviços específicos e, diante da complexidade do objeto investigado, que envolve diversas políticas públicas, bem como os atuantes dos serviços; os atores sociais tanto da sociedade civil quando da esfera do governo; e a necessidade de diversos saberes para compreensão e análise do objeto, se faz necessária a ampliação dos estudos em alguns de seus aspectos, que poderão ser aprofundados em investigações futuras.

Portanto, alguns pontos podem ser mais explorados como a articulação da rede de enfrentamento à violência, considerando os principais problemas que atravessam a boa articulação da rede. Além disso, é interessante entender a concepção de violência e as políticas pela percepção da sociedade civil, das mulheres que utilizam os serviços, dando voz aos vários atores sociais envolvidos. No âmbito da política de combate a violência, pode-se focar no público pouco explorado, como os agressores.

As políticas construídas foram resultado de um longo processo de estudos, reivindicações, mobilizações por parte dos movimentos sociais, especialmente feministas e de mulheres. Por isso, é essencial que movimentos de mulheres paraenses se fortaleçam, assim como os conselhos da mulher existentes em todo o Estado e a criação de novos, para que haja debate sobre o enfrentamento da violência de gênero e a busca por meios a fim de romper com o silêncio e se desvencilhar das violências que atravessam o cotidiano da sociedade paraense. É importante estreitar a relação desses movimentos com a gestão governamental, especialmente com os órgãos que promovem as políticas para mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVARES, M. L. M. *Projeto de Pesquisa Efetividade e superação dos entraves na articulação dos Serviços de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Pará (2007-2014)*.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. In: *Revista Estudos Feministas*. P. 47-71. 2004.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LISBOA, João. ALVARES, Gerson. *Orçamento Público e planejamento: a estrutura do PPA, LOA e LDO*. Artigo apresentado à REDOR/2016.

PINTO, Céli Regina. *Elementos para uma análise de discurso político*. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821>.

Políticas Públicas: Conceitos e Práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

PRADO, D. e SANEMATSU, M. (2017). *Feminicídio: #invisibilidadeMata*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburg.

RIBEIRO, Rosana. Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: um olhar na realidade do Estado do Pará. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 2, jul./dez., 2012

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. Editora Graphium, 2004.

SANTOS, C.L.F. *Plano Plurianual e Orçamento Público*. 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. *Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2008, p. 34.

SCOTT, JOAN. 1988. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução de Cristine Rufino Dabat. Recife: SOS-Corpo. 1988 (mimeo).

SEPOF. *Proposta para Implementação do Orçamento Participativo do Estado do Pará*. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Belém, 2007b.

SOUZA, T.L. Os Centros Referência De Atendimento À Mulher Em Situação De Violência E A Experiência Do Pro Paz Mulher. (Belém-Pará). *Revista de Estudos Empíricos em Direito Brazilian Journal of Empirical Legal Studies* vol. 5, n. 2, ago 2018, p. 128-145.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão na literatura. *Sociologias (online)*. Porto Alegre, No. 16, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: 05.10.2012

WASELFSZ, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Brasília - DF: www.mapadaviolencia.org.br.

XEREZ, Sebastião. A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza - CE, v.1, n.43, nov. 2013. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-do-orcamento-publico-e-seus-instrumentos-de-planejamento>.

YIN. Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e método*. 5º edição. São Paulo. Bookman, 2015.

Documentos:

I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres no âmbito do Estado do Pará. DIÁRIO OFICIAL Nº. 31624 de 15/03/2010

Governo do Estado do Pará. Diagnostico institucionais das DEAMs e UATs dos municípios polos. 2007.

Marias do Pará – proteção e defesa da mulher. Cadernos Direitos Humanos N 1.

Relatório de Gestão Da Coordenadoria De Promoção Dos Direitos Da Mulher (CPDM) - 2008 a 2010.

Relatório final da Comissão Parlamentar Mista De Inquérito (CPMI): Violência contra mulher. Disponível em: <http://ww2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481>.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência* - CRAMS. Brasília. 2006.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Norma Técnica de Padronização das Delegacias. Especializadas de Atendimento às Mulheres* – DEAMS (Edição Atualizada. – 2010). Brasília. 2010.



O Empoderamento Feminino no Processo de Rompimento do Ciclo de Violência Doméstica

El Empoderamiento Femenino en el Proceso de Romper el Ciclo de la Violencia Domestica

Women's Empowerment in the Breakdown Process of Domestic Violence Cycle

Mariana Ferreira Bezerra
Carla Figueiredo Marinho Saldanha

Resumo: O presente artigo é resultado do recorte estabelecido na pesquisa que vem sendo realizada junto a uma rede de mulheres vítimas de violência doméstica no município de Igarapé Açú, localizado na Região Nordeste do Estado do Pará. O mesmo visa compreender como mulheres que se encontravam em relacionamentos violentos conseguiram se ‘desvencilhar’ de seus agressores, tendo o empoderamento feminino como ponto de partida. Para isso, além da leitura realizada que direcionou nosso olhar, foi realizado o mapeamento das interlocutoras, que nos narraram suas histórias de vida, expandindo assim as possibilidades de análise. Analisar a partir dessa perspectiva nos fez entender a importância do empoderamento no combate à violência doméstica, pois, ao realocar os focos de poder, recupera a autoestima e possibilita a igualdade entre os gêneros.

Palavras-chave: Empoderamento. Violência Doméstica. Mulheres.

Resumen: Este artículo es resultado del enfoque establecido en la investigación que se ha realizado con una red de mujeres víctimas de violencia intrafamiliar, en el municipio de Igarapé Açú, ubicado en la Región Nororiental, en el estado de Pará. Tiene como objetivo comprender cómo si se encontraban en relaciones violentas, lograban 'desprenderse' de sus agresores, con el empoderamiento femenino como punto de partida. Para ello, además de la lectura que dirigía nuestra mirada, se realizó el mapeo de los interlocutores, quienes nos narraron sus historias de vida, ampliando así las posibilidades de análisis. Analizar desde esta perspectiva nos permitió comprender la importancia del empoderamiento en el combate a la violencia intrafamiliar, ya que al reasignar los focos de poder recupera la autoestima y posibilita la igualdad entre géneros.

Palabras clave: Empoderamiento. Violencia Domestica. Mujeres.

Abstract: The present article is the result of the cut established by in the research that has been carried out with a network of women victims of domestic violence, in the municipality of Igarapé Açú, located in the Northeast Region, in the state of Pará. It aims to understand how women who were in violent relationships they managed to 'get rid' of their aggressors, with female empowerment as a starting point. For this, in addition to the reading that directed our gaze, the mapping of the interlocutors was made, who narrated their life stories to us, thus expanding the possibilities of analysis. Analyzing from this perspective made us understand the importance of empowerment in combating domestic violence, since by reallocating the focuses of power, it regains self-esteem and enables equality between genders.

Keywords: Empowerment. Domestic Violence. Women.

Mariana Ferreira Bezerra – Graduanda de Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Monitora de Sociologia na Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: marryfbc@gmail.com

Carla Figueiredo Marinho Saldanha – Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós Graduação em Antropologia e Sociologia - PPGSA/ UFPA. Professora Substituta na Universidade do Estado do Pará- UEPA. Graduada em Ciências Sociais e Letras. Especialista em Planejamento de Áreas Amazônicas - FIPAM XXI/ NAEA. E-mail: marinhocarla83@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mulher por anos tem sofrido com a cultura machista que a inferioriza e a coloca como destituídas de poder. Entre os fatores que as levaram a tal situação estão: ideologias biologizantes, que estabeleciam sua diferença biológica como fator para discriminar e oprimir; assim como ideologias pautadas na religião, que prezava pela família tradicional (homem, mulher e filhos). “As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio” (BEAUVOIR, 1970, p. 16). A construção do “eterno feminino” foi usada para abafar manifestações femininas sobre os direitos trabalhistas durante a revolução industrial no século XIX, e disseminava a figura da mulher ideal, que seria a frágil, sensível, com vocação para os afazeres do lar e da maternidade. Assim, não teve um fato histórico marcante que definiu a inferioridade feminina, é uma ideologia construída socialmente por um gênero dominante que não quer perder seus privilégios, “[...] a construção social na supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina” (SAFFIOTI, 1987, p.29).

O patriarcado estabelece a sociedade em volta do patriarca, logo, do homem, determina as relações de poder como unidirecional, na qual a mulher se encontra no patamar abaixo. Essa cultura machista, incorporada, faz com que muitas mulheres não questionem o que é imposto. A submissão é naturalizada como se fizesse parte de sua essência biológica, quando na verdade “somos seres sociais, afinal de contas, e internalizamos as ideias através da socialização” (ADICHIE, 2014, p.37). Como afirma Durkheim (2000), esse binarismo estabelecido entre os gêneros foi criado por uma lógica que está composta dentro da hierarquia social. É uma unidade do conhecimento que se estende da coletividade ao universo.

Essas classificações opressoras geram uma série de consequências à mulher em sua vivência. Já que foram criadas para se reprimir, não falam e não exprimem seus desejos sexuais, são passivas, “como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’” (BOURDIEU, 2002, n.p). Desde a infância, somos ensinadas como devemos nos comportar e agir, porém não de uma forma autônoma, mas sim em função do agente dominador, “[...] criamos as meninas de maneira bastante pernicioso, por que as ensinamos a cuidar do ego frágil do sexo masculino” (ADICHIE, 2014, p.33). A virilidade do homem, se constitui nessa relação, um aspecto do seu poder e deve ser provado perante a sociedade, é o poder do macho, que não demonstra emoções, que sustenta a família, que é potente no sexo.

Essa virilidade legitimadora do seu poder constitui, também, segundo Saffioti (1987), na castração do homem, no qual reprime sua sensibilidade e seus desejos em prol do bom desempenho do papel de “macho”. Uma forma de demonstrar sua “masculinidade” é a prática de violência doméstica. Pois no casamento ele é o chefe da família. “Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito” (SARTI, 1994, p.78). Logo, muitas mulheres se submetem por anos à violência de seus companheiros e cônjuges, pois lhe foi repassado cada papel social estabelecido dentro da união. E, como afirma Louro (2007), papéis sociais são normas e regras arbitrárias, padrões de comportamento que enclausuram as identidades dos sujeitos, que não dão conta da complexidade social. A padronização do comportamento resulta muitas vezes na rotinização da violência sem ação da vítima para a denúncia, o que prejudica muito o combate ao problema social.

1. Violência Doméstica e Empoderamento

A violência é discutida na lei Maria da Penha (11.340/2006), na qual é definida em seu Artigo 5º “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). E pode ser classificada em: a) Física, em que é ferida a integridade e saúde corporal da mulher; b) Psicológica, que consiste em ameaças, diminuição da autoestima, chantagem, violação do direito à liberdade; c) Sexual, que é obrigar a manter, presenciar ou participar de relação sexual sob ameaça, coação ou uso da força e ainda proibir o uso de contraceptivos, forçar matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição; d) Patrimonial, no qual configura a retenção, subtração e destruição de bens e objetos, entre outros; e) Moral, que consiste em calúnia, injúria e difamação. (BRASIL, 2006)

A violência doméstica, dificilmente se constitui apenas de um tipo de violência, em muitos casos, acontece mais de um ou todos os tipos de violência. “As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral.” (SAFFIOTTI, 2011, p.75). Essas mulheres, porém, são silenciadas devido à ideologia patriarcal de dominação, na qual a violência está enraizada culturalmente como “normal” em relações afetivas. Esse fator faz com que dados estatísticos levantados a partir das denúncias registradas nas delegacias sejam incompletos quanto à realidade de fato. Isso resulta, assim, na invisibilização da violência.

Como mesmo se evidencia em uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança, em parceria com o instituto de pesquisa Data folha em 2019, “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil - 2º edição”, que levantou dados quantitativos a partir de abordagem pessoal em pontos de fluxo no país. Os dados levantados mostram que cerca de 39% das mulheres sofrem ou sofreram violência doméstica praticada por seus companheiros ou ex-companheiros, e, ainda, que cerca de 52% do total de mulheres que sofreram violência não fizeram nada, se calaram diante do fato ocorrido. Outro fator importante levantado pela pesquisa foi o maior índice de violência sobre mulheres pretas (BRASIL, 2019). O preconceito racial em torno do seu passado histórico de subordinação, no qual a mulher negra encontra-se abaixo do homem e da mulher branca e ainda abaixo do homem negro, faz com que a opressão social a partir do patriarcado seja ainda mais árdua, e a dominação masculina sobre elas, mais violenta.

Segundo Saffiotti (1987), o sistema de dominação está pautado em um sistema único de poder em que se relacionam Patriarcado-racismo-capitalismo, no qual são categorias indissociáveis para compreender toda a opressão sobre o gênero feminino. Ela afirma que a luta de classes isoladamente não se faz suficiente para combater a violência contra a mulher, pois até mesmo revolucionários de esquerda são capazes de agredir suas parceiras tão violentamente quanto conservadores de direita, e ainda se dissimular perante a sociedade como um homem desconstruído. O ideal para o dominador é não perder sua posição de privilégio, de detentor do poder.

Diante disso, pode-se perceber o quanto violência e poder estão intimamente relacionados. E o empoderamento surge nas discussões feministas no EUA em meados dos anos 70, com o objetivo de reconduzir os focos de poder, para que funcione, em coletividade, como capacitador e não como forma de opressão. Sardenberg (2006) afirma que o termo dentro do feminismo tem um fim em si próprio, pois significa autonomia, autodeterminação e libertação das opressões de gênero. Porém esse termo tem sido usado atualmente com significado difuso e contrário à essência feminista.

“Um movimento que antes priorizava a solidariedade social e agora celebra empreendedores femininos. Uma perspectiva que antes valorizava o ‘cuidado’ e a interdependência e agora encoraja o crescimento individual e meritocracia” (FRASER, 2017, p.2). Ou seja, se tornou um elemento individualizante, voltado apenas para o crescimento econômico. Como exemplo, citam-se os sete princípios criados pela ONU mulheres em 2010, voltados para a inserção da mulher na comunidade empresarial. Conforme Cândido e Freitas (2016), esses princípios têm como objetivo estabelecer a igualdade de gênero e aumentar a participação feminina nas atividades sociais e econômicas de maneira igualitária. Não obstante, para Fraser (2017), essa outra significação do empoderamento feminino só age a favor do individualismo (neo)liberal e do crescimento do capitalismo. Pontua a necessidade de retomar o verdadeiro objetivo do empoderamento feminino de tornar mulheres autônomas, donas de si e, ainda, de promover a mobilização feminina para lutarem contra as desigualdades de gênero.

É esse conceito que é importante para o estudo da superação da violência contra a mulher. “O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade” (LEON *apud* SARDENBERG, 2006, p.5). É na união entre as oprimidas que criam forças para combater um problema social tão complexo e frequente que é a violência doméstica.

2. Caminhos Metodológicos

Diante da necessidade de se trabalhar a violência doméstica como uma relação de poder, ou melhor, como a legitimação do poder do macho, buscou-se compreender como o empoderamento feminino contribui para o rompimento do ciclo de violência. Para isso, foram coletadas narrativas de duas moradoras do município de Igarapé-Açu/PA, tendo como ponto de partida o uso de entrevistas abertas, pois “é uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.92). Assim, a história de vida dessas mulheres revelaram, além da violência sofrida por anos, os reflexos do empoderamento no rompimento desses relacionamentos. Mostrou o que essas mulheres fizeram para romper com a rotina de uma relação violenta cronificada. “A violência doméstica tende a se transformar em rotina. Esta, todavia, não deixa de ser passível de ruptura.” (SAFFIOTI, 1999, p.454).

A coleta da história de vida é essencial para a pesquisa em questão, pois, para Minayo (1999), faz o informante reviver o momento passado de forma a retomar emoções e sensações inerentes ao acontecimento. Permite que o próprio pesquisado construa um pensamento crítico sobre sua própria experiência e relate para o pesquisador suas interpretações do vivido. É uma técnica que propicia uma variedade de dados relevantes que serão essenciais para posterior teorização. A memória, nesse método, é um elemento fundamental para compreender a realidade à época dos acontecimentos que se quer investigar. Além de ser uma forma de analisar o discurso e os signos a partir de como o informante se recorda dos fatos. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...]” (HALBWACHS, 1990, p.71).

Não houve maiores dificuldades de contactar as informantes, dado que as interlocutoras fazem parte do meu ciclo de amizade e por anos fui confidente dessas mulheres. O campo foi apresentado a mim, “o envolvimento com o campo pode inclusive começar antes do desembarque do antropólogo em ‘sua aldeia’ e prosseguir mesmo quando ele já a abandonou” (SIL-

VA, 2015, p. 27). Esse fator foi um dos pontos cruciais para escolha do tema da pesquisa, por observar a importância que o empoderamento feminino tem na vida dessas mulheres. Gostaria de salientar que, apesar de fator desencadeador da autonomia e superação da violência, o empoderamento feminino não é o único no combate à violência doméstica. Os demais fatores serão explanados no decorrer do trabalho.

Visando a integridade, foram usados pseudônimos escolhidos pelas próprias informantes. Os nomes escolhidos fazem referência a pedras naturais de significados místicos, e que dizem muito respeito à personalidade de cada uma. Segundo o esoterismo, **Quartzo rosa** está atrelado ao amor e **Ônix**, à força e superação. Isso demonstra como cada uma se define, enquanto a primeira é muito aflorada em emoções, a outra se vê como resiliente dos traumas vividos.

A coleta das informações, através de anotações escritas e gravações de áudio, foram realizadas após a autorização verbal prévia das pesquisadas, após a explicação dos objetivos do estudo e finalidade dos resultados. A “explicitação dos métodos e procedimentos utilizados pelo pesquisador, de modo que fique claro ‘como’ foram obtidas as informações” é essencial para a ética do estudo. (LUDCKE e ANDRÉ, 1986, p. 52)

3. Dialogando com o Campo

A construção da imagem da família patriarcal baseia-se na estrutura hierarquizante no qual cada um detém seu papel. A família se torna, nesse sentido, o espelho da criação dos filhos e o centro de referência moral com a sociedade. “A idéia de família compõe-se, então, de três peças: o casamento (o homem e a mulher) a casa e os filhos” (SARTI, 1994, p.92). O pai, nessa estrutura, é o patricarca, o detentor de poder para falar pela família, o “chefe”, ao qual o restante deve respeito. A mãe é a responsável pelo âmbito doméstico. “A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como o homem e a mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família” (SARTI, 1994, p.77).

Não obstante, as mulheres da pesquisa não tiveram as famílias de origem pautadas nesse modelo. A Quatzo rosa, de 29 anos, foi criada pela avó e pelo avô, e a Ônix, de 28 anos, foi criada pela avó e não conheceu o pai. Essa realocação da referência de pai e mãe, segundo Sarti (1994), é relativa e implica em uma flexibilidade das categorias. Ambas presenciaram e participaram de situações de violência familiar, a primeira, por parte do avô que agredia sua avó, que se resignava devido aos dogmas a igreja. A segunda, por parte da mãe, em que se agrediam verbalmente e fisicamente. Mesmo assim, com as experiências vividas, construíram famílias tradicionais. “É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina.” (BOURDIEU, 2002, n.p.).

A violência nos relacionamentos afetivos geralmente não acontece no início. A fase em que ambos se apaixonam é, segundo Bourdieu (2002), uma trégua milagrosa que se dá, em que a necessidade do homem se mostra viril e sua vontade de dominar parece anulada. “Durante o nosso namoro eu não me lembro que ele tenha me agredido, nem verbalmente e nem fisicamente, acho que depois da convivência” (ÔNIX, 2019). Passada essa fase, em que o amor predomina ambos, o sentimento de dominador retorna e, com a convivência, o homem vê a necessidade de manter a mulher sob seu controle. “Até mesmo a linguagem que empregamos dentro do casamento é reveladora: frequentemente é uma linguagem de posse, não de parceria.” (ADICHIE, 2014, p. 37).

Morais e Rodrigues (2005) afirmam que, nesse primeiro estágio, é uma relação de confiança, porém os estágios posteriores configuram o rompimento dessa confiança, tal como: 1) primeira agressão e sentimento de culpa; 2) vítima assume o modelo mental do agressor; 3) desenvolve uma síndrome semelhante a “síndrome de estocolmo”, chamado “síndrome da mulher espancada”. Essa síndrome constitui sintomas como dependência, idealização e defesa do agressor, raiva, desesperança, culpa álcool e drogas e não denunciam por medo.

Eu insistia na relação porque a gente acha que é amor na verdade né, a gente acha que a gente tem aquela esperança de que vai mudar né “ah! ele vai mudar”, “Ah! vai ser diferente”, “Ah! porque ele chorou, porque ele disse que vai mudar” e nada muda. (ÔNIX, 2019)

Como se pode perceber, a mulher se mantém no relacionamento devido ao amor idealizado que resulta em omissão das violências praticadas contra ela e por medo de perdê-lo. Essa relação entre dominado/dominador é de dependência emocional. É a construção do habitus defendido por Bourdieu (2002), no qual “os dominados aplicam categorias do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação [...]. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos” (n.p.).

O que me deixava triste é que eu passava fome com ele e mesmo assim ele me traía. Depois pedia desculpa, chorava e eu perdoava achando que ia mudar [...]. Eu me acostumei com a presença dele, eu achava que não conseguiria viver sem ele. Eu era muito apaixonada por aquele homem. (QUARTZO ROSA, 2019)

Além disso, há a crença de que a mulher irá mudar o companheiro, torná-lo uma pessoa melhor, e assim se submete a violências que destroem vários aspectos de sua vida social gradualmente, inclusive, em casos extremos, à morte.

O sentimento de onipotência experimentado pela maioria das mulheres transforma-as, não em cúmplices, conduta que exigiria plena consciência do contexto social, econômico e político que comporta as relações patriarcais de gênero, mas em colaboradoras, em inocentes úteis. (SAFFIOTI, 2002, p.69)

É relatado, em ambos os casos, que as agressões mútuas eram frequentes. É quando a relação violenta se cronifica. “Essas cenas revelam que a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação no qual os parceiros ensinam a criar novas formas de relacionamento, sem empregar recursos que levem a um acordo, a um entendimento ou a uma negociação das decisões” (GREGORI, 1993, p.149). A permanência na relação, ou seja, o ato de consentir nesse caso não é somente porque a mulher almeja estar com o agressor, e, sim, devido à falta de conhecimento das estruturas que lhe oprimem. Para ela, é natural e é o correto a se fazer em prol da sua família. Como mesmo afirma Saffioti (1999), esse consentimento só é a aparência do fenômeno, pois a consciência da mulher dominada é diferente da consciência do dominador. Ou seja, falam de categorias sociais em que um exerce o poder sobre o outro, logo, não consentir, e sim ceder diante da violência e das pressões sociais.

Aconteceu uma vez de eu estar grávida do H., Eu tava grávida do meu segundo filho, eu tava com uns seis meses eu acho, então como já falei eu não aceitava drogas né, então ele tinha sumido o dia todo e eu já conhecia. Então quando ele chegou em casa, como falei, sempre fui muito pra frente e então fui tirar satisfação, mas fui tirar satisfação conversando com ele, em nenhum momento eu agredi ele. Ele tava bebido e com certeza ele tava drogado, porque ele tava bastante alterado, e eu tava com seis meses e essa minha gravidez foi um pouco complicada, eu tive uns problemas de saúde nessa gravidez e aí ele me agrediu muito dessa vez, que eu fiquei com o joelho muito inchado e a gente morava numa vila e as pessoas, no caso a dona da vila e o dono da vila tiveram que entrar em casa, porque eu já tinha caído né e ele continuava me batendo. (Ônix, 2019)

Em muitos casos também, essa violência é associada ao consumo de álcool, falta de emprego e ao uso de drogas. No entanto, esses fatores não são justificativas para a agressão, pois a “violência, todavia, já está contida nos homens em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças a assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero. Problemas de ordem financeira e álcool são apenas facilitadores do processo de violência.” (SAFFIOTI, 1999, p.449). Além disso, pode-se perceber a omissão da sociedade perante o acontecido, pois, mesmo com um ambiente com várias famílias, só interferiram porque a vítima estava grávida, e ainda quando as agressões se tornaram muito sérias.

Ele é um cara muito machista né, até hoje, tipo: homem trabalha e mulher fica em casa Até hoje eu recebo uma pensão né, eu sou pensionista do Estado, eu sempre recebi essa pensão mesmo estando com ele, só que nesse tempo essa pensão não dava pra mim me manter. Eu não tinha condições de alugar uma casa, de pagar luz, água e ficar com meus filhos. (ÔNIX, 2019)

Como se pode perceber, outro fator que pesa para que essas mulheres não abandonem seus maridos é a dependência financeira. Porém, percebe-se também que eles agem para mantê-las nessa condição, pois não as deixam trabalhar.

Ele não deixava eu estudar, não pagava curso pra mim. Eu consegui um emprego, mas quando eu tinha que ficar até mais tarde na loja, ele não entendia, sentia ciúmes. Fiquei só um mês lá. Uma vez, nessas festas de fim de ano, fiquei o dia todo em pé atendendo clientes e quando saí morta de cansada, ele tava na frente da loja com minha filha pra eu amamentar. (QUARTZO ROSA, 2019)

Muitas mulheres também vivem com o agressor devido aos filhos. Pois cabe à mulher o papel fundamental de mãe, o julgamento da sociedade da mãe que deixa o marido e “não pensa nos filhos” pesa quando ela vai fazer uma denúncia, ou sair de casa. “Então eu fui muito covarde né? É, pra preferir viver com ele desse jeito, amando ele eu acho né, na minha cabeça, pensando que pudesse ser amor, melhor do que voltar pra casa da minha mãe, com filho na barriga e outro já grandinho.” (ÔNIX, 2019).

Em muitos casos, a própria família induz a mulher a suportar a violência em prol da manutenção da moral da família. Como podemos ver na fala da interlocutora, ela tinha medo dos

julgamentos de voltar para a casa da mãe com dois filhos. Além disso, quando o pai faz seu papel de zelar e cuidar dos filhos (sem ser uma tarefa atribuída só à mulher), isso serve de justificativa para que a mulher suporte a violência sofrida: “Você tem que perdoar ele, porque pelo menos ele te ajuda com as meninas, faz as coisas dentro de casa e não gasta o dinheiro dele com prostituta.” (QUARTZO ROSA, 2019). Assim, não há um perfil específico do abusador, pois ele pode ter uma vida social absolutamente normal e aparentar boa índole, mas ser violento no ambiente doméstico.

Nunca se conseguiu estabelecer o perfil do agressor [...], uma vez que, geralmente, eles possuem um emprego no qual se relacionam convenientemente, desempenhando a contento também outros papéis sociais visíveis. Na esfera privada, todavia, obscurecida pela invisibilidade, muitos homens comportam-se violentamente, contando com a mudez da companheira dominada e, se esta denunciá-lo, com o auxílio de sua libada reputação, se não houver marcas corporais, finalmente, com a impunidade. (SAFFIOTTI, 1999, p.451)

Diante das discussões acima, vimos o quanto é necessário o empoderamento feminino. Uma das formas de romper com essa opressão sofrida pelo gênero feminino. “O ideal seria uma organização de gênero que se mantivesse no mesmo patamar, quanto à probabilidade do exercício de poder, homens e mulheres” (SAFFIOTTI, 1999, p.461). O processo de empoderamento é um questionamento que vai surgir em torno das forças sistêmicas que oprimem as mulheres. O impulso, segundo Morais e Rodrigues (2005), é externo, através de leituras, vídeos, palestras ou qualquer outro meio que lhe traga conhecimento desse sistema patriarcal dominador que influi sobre ela. Essa é a primeira fase elencada por Stromquist (*apud* SARDENBERG, 2006): a cognitiva, que desenvolve a criticidade das vítimas.

Uma parcela das mulheres consegue romper com a relação dominada/dominante, saindo do estado de não-conhecimento para o de conhecimento. Sua consciência perde as características de dominada e passa a ter uma visão de conjunto das relações de gênero. Mais do que isto, muitas lançam-se na luta pela ampliação da cidadania feminina, fazendo uma leitura dos direitos humanos a partir da óptica de gênero. (SAFFIOTTI, 1999, p. 453)

A segunda fase é a psicológica, que é a internalização de sentimentos contrários ao medo, tais como autoestima e autoconfiança.

Antes eu não podia usar um hidratante, eu sou louca por hidratante, mas só podia usar de fosse pra ele. Eu não podia me depilar, porque se eu tivesse me depilando era pra alguém. Fiz academia uma vez, mas quando ele viu que eu tava emagrecendo começou a sabotar minha dieta. Levava lanches pra casa e comia na minha frente sabendo que eu tava fazendo um esforço enorme pra não comer. Hoje em dia, eu uso os hidratantes que quero, pratico o esporte que amo, que é o vôlei. (QUARTZO ROSA, 2019)

Como afirma Bourdieu (2002), a dominação masculina que objetifica a mulher faz com que elas se sintam inseguras com o próprio corpo. Destarte, reduz sua autoestima para satisfação do ego masculino. O incômodo com a prática de esporte também se dá pelo fato de o corpo feminino

mudar sua significação de corpo apenas para o olhar do outro e passa a atribuir-lhe uma função ativa, este constitui, então, a sua própria ação diante da sociedade.

A terceira fase é a política, em que reconhece as desigualdades de poder e possibilita maior mobilização coletiva. Segundo SILVA (2017), A mobilização das mulheres têm sido importante para a visibilidade dos crescentes números de violência doméstica, para combater a desigualdade de gênero e para desnaturalizar valores discriminatórios.

A partir do momento que tu vê que tal mulher conseguiu superar isso, tu se espelha. Se ela conseguiu, eu também posso conseguir. Depois que a Lei Maria da Penha veio, quantas mulheres já não deixaram de morrer e também quantas já não morreram. Eu acho que a gente tem que se unir, pra não deixar que isso aconteça, assim como aconteceu comigo. (ÔNIX, 2019)

A quarta e última é a econômica, que garante independência financeira. “O meu curso de cabeleira me ajudou muito, assim como os meus laços, agora eu tenho meu dinheiro” (QUARTZO ROSA, 2019). Como afirmado anteriormente, não é só o empoderamento que é capaz de romper com o ciclo de violência contra a mulher. É necessária ainda uma ação do Estado e da sociedade. A desconstrução não deve ser feita apenas com as mulheres, mas com homens também, afinal, eles são o centro do patriarcado e devem compreender seus papéis enquanto opressores no sistema.

Existem as leis vigentes de proteção à mulher, que são: a lei Maria da Penha (11.340/2006) que fez mudanças significativas no código penal em seu parágrafo 9º do artigo 129, esses agressores podem, a partir dessa mudança, serem presos em flagrante e podem ter sua prisão preventiva decretada, banimento da pena alternativa e o aumento da detenção de um ano para três anos (BRASIL, 2006); e a lei de feminicídio (13.104/15) que torna crime hediondo a violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, no qual foi, ainda aprovado em 2018, em plenário, o agravamento da pena para 12 a 30 anos de reclusão. (BRASIL, 2015)

Existem também as DEAMs (Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher), no qual, segundo Silva (2017), constituem o primeiro contato que as vítimas têm com o Estado em busca de solução para o problema. Para maior efetivação do órgão, é necessário que haja uma rede articulada entre defensoria pública, Instituto Médico Legal, Tribunal de Justiça e ainda profissionais capacitados em gênero para atender às demandas. Os Centros de Referências como o CRAS (Centro de referência em assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), também são imprescindíveis no atendimento à mulher vítima de violência, pois “são espaços de atendimento psicológico, social, educacional, de orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência.” (SILVA e CARRERA, 2017, p. 105). Segundo as autoras acima, a educação também é um meio eficaz de combater a violência contra a mulher. É importante que docentes da educação básica estejam cientes do sistema de dominação que incide sobre as mulheres e ensinem seus alunos sobre igualdade e respeito aos direitos humanos.

Outro ponto importante é a rede de apoio, que constituem família e amigos que podem fornecer não só a proteção contra a violência, como também podem dar o apoio financeiro para que saiam dessa condição. Sem essa rede de apoio, o impacto é a “vulnerabilidade frente à violência, já que os sujeitos se mostram isolados e sem apoio afetivo” (LETTIERE e NAKANO, 2011, p.5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos perceber o quanto o empoderamento favorece a autonomia e impulsiona transformações significativas nos relacionamentos violentos. As mulheres não são as culpadas, como vários ditados do senso comum costumam afirmar. São vítimas de um sistema integrado de dominação, em que pesa sua condição feminina, sua categoria de classe e sua cor de pele, pois, quando negras, sofrem uma dominação tripla. A mulher não consegue se emancipar sozinha, precisa-se muito mais do que apenas “querer” sair dessa condição.

O “querer” romper com o ciclo de violência é importante sim, pois demonstra que a vítima já passou pela primeira fase de se situar e compreender as forças sistêmicas opressoras. Não obstante, como explanado no trabalho, necessita-se muito mais que isso. O Estado tem um papel imprescindível nessa luta, pois deve romper com os paradigmas vigentes que o constituem. A impunidade faz com que muitos casos não cheguem à justiça, além da burocracia que prejudica o andamento do processo. O aumento de pena e mudanças legislativas é necessário, porém a garantia do cumprimento deve ser a prioridade no enfrentamento à violência doméstica.

A constituição de estereótipos moralistas sobre as mulheres também fazem com que não haja a denúncia e ainda podem servir como forma de inverter a situação para culpabilizá-las. Por isso, a transformação da sociedade é também o outro ponto essencial no processo, pois é perpetuadora das desigualdades sociais através da tradição, do machismo inculcado. Assim, pode-se concluir que o empoderamento feminino age, sim, como colaborador dessa conscientização e de fator essencial na luta contra a violência doméstica, mas que deve estar atrelado a uma luta conjunta, que resulte em mudanças, não só em casos específicos, mas também em todas as instituições sociais em que o sexismo está solidificado.

A realização de estudos sobre gênero é essencial para ampliar o olhar sobre a temática e promover intensificação da luta, afinal, o conhecimento é um dos primeiros impulsionadores do empoderamento e mobilização feminina contra a violência. O que evidencia os pontos de opressão que são invisibilizados por uma cultura machista que é capaz de chegar às diversas camadas sociais. Logo, o estudo sobre empoderamento também está atrelado às possibilidades de estudos sobre outros mecanismos de enfrentamento e sobre outras relações de poder em que violência se faz presente, como por exemplo, em relacionamentos homoafetivos. Este caminho nos possibilita pensar um relacionamento firmado com base no respeito mútuo, buscando, assim, tornar mais possível a igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL, *Lei de Feminicídio*. Lei 13.104/2015. o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência da República, 2015.

BRASIL. *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. 2 ed. Fórum Brasileiro de segurança pública. 2019.

CÂNDIDO, E.C.; FREITAS, S.A. *O empoderamento feminino: uma abordagem discursiva*. In: VI seminário Internacional da América Platina (VI SIAP) e I colóquio Umbral de estudos fronteiriços. Campo Grande: UEMS, 2016.

DURKHEIM, Émile. Algumas formas primitivas de classificação. In: *Coleção Grandes Cientistas Sociais – Émile Durkheim*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2000. P.183-203.

FRASER, Nancy. *Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo – e como resgatá-lo*. The Guardian. 2007.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. As desventuras do vitimismo. In: *Revista Estudos Feministas*, vol.1, CIEC/UFRJ, 1993, p.143-149.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos tribunais LTD, 1990.

LETTIERE, A; NAKANO, A.M.S. Violência Doméstica: as possibilidades e os limites do enfrentamento. *Rev. Latino-am Enfermagem*. nov-dez, 2011. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LUDCKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORAIS, M. O.; RODRIGUES, T. F. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo da violência doméstica. *Revista de ciências humanas*, Viçosa, v.16, n.1, p.89-103, 2016.

SAFFIOTI Heleith I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2 ed. São Paulo: Graphium editora, 2011.

_____. A violência de gênero no brasil atual. In: *Estudos Feministas*, 1999. p. 443-461.

_____. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: *Cidadania e Gênero*, Campinas: Núcleo dos estudos de gênero - UNICAMP, 2002, p.9-20.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva Feminista. In: I Seminário Internacional: Trilha do empoderamento de mulheres – projeto Tempo, Salvador. *Anais...* Salvador, NEIM/UFBA, 2006.

SARTI, Cynthia. *A Família como Espelho: Um Estudo Sobre a Moral Dos Pobres Na Periferia de São Paulo*. 1994. 215 f. São Paulo: USP, 1994. Tese (Doutorado em Antropologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, Lana Cláudia Macedo da. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E EDUCAÇÃO: DE-SAÍOS E PERSPECTIVAS DA DEAM/BELÉM, PARÁ, BRASIL. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X . Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1495290975_ARQUIVO_VIOLENCIACONTRAAMULHEREEDUCACAO.pdf . acesso em: 8 de setembro de 2019.

SILVA, L. C. M ; CARRERA, A.D.M. Em Briga de Marido e Mulher a Educação Mete a Colher. *Cardernos de Gênero e Diversidade*, vol. 03, n. 01, jan-abr, 2017. p.96-113. <https://portalseer.ufba.br/inder.php/cadgendiv>. Acessado em: 04 de setembro de 2019 às 16:45 hrs

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-Brasileiras*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

“Uma Aparência Sã e Florescente”: representações da saúde feminina nos jornais paraenses (1910 – 1920)¹

“Una Apariencia Saludable y Floreciente”: representaciones de la salud de la mujer en los periódicos de Pará (1910 - 1920)

“A Healthy and Flourishing Appearance”: representations of women's health in the Pará newspapers (1910 - 1920)

Yasmin Carina Nunes Nogueira
Franciane Gama Lacerda

Resumo: Durante a chamada crise da economia da borracha na Amazônia (1910 a 1920), os jornais paraenses publicavam diariamente vários anúncios que propagavam o ideal de corpo feminino saudável, higiênico e belo. Partindo disso, o objetivo principal deste artigo é investigar os discursos das propagandas referentes à saúde e à higiene feminina em jornais paraenses entre 1910 a 1920 e, especificamente, identificar as propagandas direcionadas ao público feminino, bem como entender as representações femininas veiculadas nas propagandas encontradas. Para isso, foram pesquisadas propagandas nos jornais *Folha do Norte* e *Estado do Pará*. Observou-se características recorrentes que apontavam o sexo como dado biológico determinante no surgimento de doenças nas mulheres, além da constante associação entre saúde e beleza, nos levando a entender quais corpos femininos eram vistos como saudáveis e belos.

Palavras-chave: Mulheres. Propagandas. Saúde. Crise da borracha. Pará.

Resumen: Durante la llamada crisis de la economía del caucho en la Amazonía (1910 a 1920), los periódicos de Pará publicaron diariamente varios anuncios que propagaban el ideal de un cuerpo femenino sano, higiénico y hermoso. En base a esto, el objetivo principal de este artículo es investigar los discursos de los anuncios referidos a la salud e higiene femenina en los periódicos paraense entre 1910 y 1920 y, en concreto, identificar los anuncios dirigidos al público femenino, así como comprender las representaciones femeninas mostradas en los anuncios encontrados. Para ello, se realizaron búsquedas publicitarias en los periódicos *Folha do Norte* y el *Estado de Pará*, observándose características recurrentes que apuntaban al sexo como determinante biológico en la aparición de enfermedades en las mujeres, además de la asociación constante entre salud y belleza, lo que nos lleva a comprender qué los cuerpos femeninos eran vistos como sanos y hermosos.

Palabras clave: Mujeres. Anuncios. Salud, Crisis del caucho. Pará.

Abstract: During the named crisis of the rubber economy in the Amazon (1910 to 1920), newspapers from Pará published daily several advertisements that propagated the ideal of a healthy, hygienic and beautiful female body. Based on this, the main objective of this article is to investigate the discourses of advertisements referring to female health and hygiene in paraense newspapers between 1910 and 1920 and, specifically, to identify advertisements aimed at the female audience, as well as to understand the female representations shown in the advertisements found. To this end, advertisements were searched in the newspapers *Folha do Norte* and *Estado do Pará*. Recurring characteristics were observed that pointed to sex as a biological determinant in the emergence of diseases in women, in addition to the constant association between health and beauty, leading us to understand which female bodies were seen as healthy and beautiful.

Keywords: Women. Advertisements. Health. Rubber crisis. Pará.

¹ O texto é resultado do Plano de Trabalho intitulado *Representações da saúde e de doenças femininas em jornais paraenses no contexto da crise da borracha (1910-1920)*, e da pesquisa para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História desenvolvida por Yasmin Carina Nunes Nogueira, sob a orientação da Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda na Faculdade de História da UFPA. Tal pesquisa é vinculada ao Projeto “*A onda que nos vai submergir*”: *seringueiros, natureza e trabalho no contexto da crise da borracha no Pará (1910-1920)*, coordenado pela referida professora.

Yasmin Carina Nunes Nogueira – Graduada de Licenciatura em História na Universidade Federal do Pará. E-mail: yasminnunes35@gmail.com

Franciane Gama Lacerda – Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. E-mail: francianeglacerda@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os incômodos de senhoras e o meio fácil de combatê-los.

Quando senhoras, na execução de seus labores domésticos, não se sentem de súbito atacadas por um cançasso, dores nas cadeiras, nas pernas, nas costas, dôr de cabeça, tonturas, calafrios, perturbações de visões sem que possam atinar com a origem dos males que as acabrunham e sem causa aparentes que justificariam tão grandes incômodos, os atribuem logo a fadiga práticas ou excessos de trabalhos. Entretanto, em geral, tudo provém de perturbações genitais e é principalmente a idade crítica com seu cortejo e doenças incubadas ou manifestas que as permitem que as determina, por aí so ou complicada com o athristismo. [...]

A Saúde da Mulher combate as suspensões, flores brancas, cólicas uterinas, hemorragias, irregularidades menstruais, reumatismo etc. [...] (Jornal Estado do Pará, 1914, p. 6).

Na primeira década do século XX, uma leitora ou leitor que folheasse as páginas do jornal paraense *Estado do Pará*, poderia se deparar com o anúncio acima do medicamento “A Saúde da Mulher”. De fato, no início do século XX, os jornais diariamente propagandeavam o ideal do corpo feminino saudável e belo, por meio de reclames de remédios e produtos variados. Desse modo, apontavam o sexo como dado biológico determinante na condição de doenças nas mulheres, isto é, as mulheres estavam condicionadas à loucura, histeria e ataques nervosos. Além disso, o cansaço, as dores e as indisposições que as assolavam não seriam resultados dos “excessos de trabalhos”, mas, sim, das “perturbações genitais” resultantes da manifestação da “idade crítica”, o qual fica evidente no anúncio acima de um medicamento bastante popular em 1914, denominado *A Saúde da Mulher*. Diante disso, era necessário controlar o corpo e a “natureza” das mulheres para que esses “males” não as impedissem de cumprir os seus papéis estabelecidos socialmente, tais como: a realização dos “labores domésticos” e o cuidado com a família, vistas como base do projeto normalizador proposto pelo novo Estado Republicano (MATOS, 2011, p. 129).

Nesse contexto, uma parte da economia amazônica girava em torno da atividade extrativista da borracha, que começava a demonstrar sinais de crise em virtude da concorrência asiática (SANTOS, 1980, p. 225). No Pará, desde meados do século XIX, a borracha se constituiu como principal produto voltado para o comércio internacional, permitindo o maior surto econômico já verificado na região. Sarges considera que, na cidade de Belém, houve investimentos no setor público, por meio de calçamentos das ruas, construções de palacetes residenciais, praças entre outros, visando reorganizar e embelezar o espaço urbano da capital paraense (SARGES, 2000, p. 46).

Essas mudanças no traçado urbano estariam associadas a um processo de modernização, pautado em parâmetros de civilização, higienização e de manutenção da saúde familiar. Além disso, buscavam também alterar os hábitos e os comportamentos dos indivíduos, utilizando-se de um discurso higienista e moralizador, o qual estabelecia padrões normativos e práticas que penetravam o espaço público, como também do privado, sendo as cidades e as pessoas compreendidas como um corpo doente que precisava ser curado (CANCELA, 1997, p. 35).

Para isso, vários profissionais estavam inseridos e fizeram parte desse projeto modernizador, entre eles, os médicos e farmacêuticos. Era dever destes e da família assegurar a saúde feminina, por ser considerada de grande importância à sociedade. Ainda que as mulheres não compartilhassem a mesma posição social dos homens, na condição de mãe e esposa, eram responsáveis – além dos

cuidados do lar – pela educação dos filhos e pelo bem-estar dos seus maridos. Por esse motivo, a discussão acerca da saúde das mulheres acontecia, nesse momento, em vários lugares: desde as revistas e jornais até as escolas e faculdades de medicina (VACARO, 2011, p. 22).

Partindo dessas ideias, a principal questão de interesse desse artigo é investigar o discurso encontrado nas propagandas referentes ao corpo feminino saudável e belo, veiculadas nos jornais o *Estado do Pará*² e a *Folha do Norte*³ entre os anos de 1910 a 1920. E, de modo específico, identificar as propagandas voltadas para as chamadas “senhoras” e entender as representações femininas presentes nesses anúncios. O corte cronológico apresentado corresponde ao fim da gestão do intendente Antônio Lemos em Belém, cuja higienização pública e o serviço sanitário se constituíram em um dos principais pontos das ações governamentais. Igualmente, o período escolhido volta-se também para os primeiros anos da chamada crise da economia da borracha. Momento em que ocorre uma diminuição das exportações de látex determinada pela concorrência asiática (WOLFF, 1999).

1. Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa, dois jornais paraenses foram escolhidos: *Estado do Pará* e a *Folha do Norte*. Um dos critérios para a escolha do *Estado do Pará* foi o fato deste corresponder ao corte cronológico da pesquisa, trazendo cotidianamente em suas páginas informações e notícias do contexto da chamada crise da borracha. Esse jornal também é o único disponível para o período (1910-1920) e local (Pará) selecionados nas ferramentas de buscas do site da Hemeroteca Digital Brasileira⁴. Do mesmo modo, o jornal *Folha do Norte*, muito lido na capital paraense na época, também permite pensar as vivências urbanas de vários sujeitos os quais, na primeira década do século XX, experimentavam na capital paraense as contradições da modernidade e da crise da economia da borracha.

A historiadora Tânia de Luca alerta sobre trabalho com jornais, pois não devemos somente verificar o que se escreveu, mas também como se escreveu, identificando-se o público ao qual era destinado, o motivo, os proprietários, o período e outras muitas especificidades (LUCA, 2008, p. 142). Assim, ao nos voltarmos para esses periódicos paraenses, observamos que o *Estado do Pará* e a *Folha do Norte* tiveram papel importante na difusão do discurso higienista da época.

Entre os conteúdos dos jornais, buscou-se por propagandas de medicamentos e/ou produtos referentes aos cuidados com o corpo. Especialmente os anúncios cujos conteúdos se direcionavam direta ou indiretamente às “senhoras”, “senhoritas”, “mães”, “donas de casa”, a qualquer outro termo designado às mulheres, com ou sem a ilustração da figura feminina, foram analisados. Embora, na grande maioria das vezes, as últimas páginas de ambos os jornais fossem dedicadas quase que exclusivamente às publicidades, e, as primeiras, às notícias, manchetes, artigos de opiniões entre outros, os jornais foram integralmente verificados.

Os periódicos escolhidos para a pesquisa foram, portanto, responsáveis pela divulgação de várias propagandas que disseminavam o ideal do corpo belo e saudável, os quais reforçavam os

² Jornal diário e independente, fundado em 1911 pelo político Justo Chermont. Inicialmente, combateu a gestão do intendente Antônio Lemos e apoiava o adversário político Lauro Sodré. Saiu de circulação em 1980. (Jornais Paraoaras: catálogo, p. 241)

³ Jornal de circulação diária, independente, noticioso, político e literário. Foi criado em janeiro de 1896 por Enéas Martins, Cipriano Santos e outros com o objetivo de lutar pelo desenvolvimento político e social da região combatendo a política de Antônio Lemos e defendendo o Partido Republicano Federal, cujo um dos chefes era Lauro Sodré (Jornais Paraoaras: catálogo, p. 154). As edições estão disponíveis na Biblioteca Pública Arthur Vianna na seção de microfilmes.

⁴ Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

papéis sociais do masculino, representando o homem como forte, trabalhador e provedor da família e do feminino como esposa, mãe e cuidadora do lar. Segundo Santos, tratar as propagandas encontradas em jornais como fonte histórica possibilitou “um trabalho que não esteja somente no campo do verbal ou do escrito. Mas de imagens que representam também a possibilidade de leitura da vida social”. Santos ressalta ainda que as propagandas não podem ser entendidas como simples ilustrações ou “panoramas da época”, e, sim, como “representações do vivido associada a perspectiva da história como construção do que selecionamos como passado” (SANTOS, 2006, p. 2).

Nesse sentido, Maria Izilda S. de Matos (2011), ao abordar questões de masculinidade e representações dos corpos em discursos médicos, reclames de remédios e higiene, destaca que a publicidade não somente teve a intenção de influenciar e vender, mas também de modificar comportamentos, hábitos, educar e informar. Para Mattos, enquanto “produto cultural” a propaganda “reproduzia expectativas e práticas que circulavam socialmente; não inventava sentidos, mas recriava e reforçava, além de vender estilos de vida, sensações, emoções, visões de mundo e desejos, dentro de certa margem de autonomia dos receptores.” (MATOS, 2011, p. 133). Dessa forma, sendo os periódicos e as propagandas uma produção humana, são decorrentes de manipulações, de interesses pessoais, não podendo escapar de uma análise crítica do historiador (MACHADO, 2007).

Compreende-se que a pesquisa apresentada se volta para as perspectivas das questões de gênero, uma vez que os estudos sobre as mulheres e sua participação na política, no trabalho e nos movimentos sociais ganharam notoriedade e possibilitaram novos espaços, em particular, após a incorporação de gênero como categoria de análise histórica. Maria Izilda S. de Matos afirma que: “Como nova categoria o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os historiadores desse tema.” (MATOS, 1998, p. 64).

Segundo Joan Scott (1994), o surgimento desse campo específico de pesquisa, na Europa e nos Estados Unidos, relacionou-se à política feminista, cujo ápice alcançou os anos de 1960 e 1970. Num primeiro momento, tinha como pressuposto reintegrar as mulheres à História. A autora lançou críticas quanto a esse modo de tratar a “história das mulheres” desse período, pois estava colocando a mulher numa posição marginal em relação aos assuntos masculinos dominantes e universais, causando nenhuma transformação, uma vez que não se tratava de questões que evidenciavam os motivos pelos quais as mulheres eram ignoradas no processo histórico, ou seja, não se explicava a ausência da atenção às mulheres no passado. Dessa maneira, não se alterava as definições estabelecidas dessas categorias (SCOTT, 1994, p. 14 – 15).

Assim, a introdução da categoria gênero representaria o novo paradigma da história, pois, de acordo com a autora, é visto como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é o gênero um primeiro modo de significar as relações de poder”, ou seja, o gênero não como sinônimo de mulher, mas como uma categoria de análise histórica que possibilite compreender mais claramente as relações de poder existentes entre homem e mulher. Portanto, além de reconhecer que existe uma história das mulheres e que esta tem suas próprias especificidades, é necessário – como nos alerta Scott – a construção de um aporte teórico que responda por que as mulheres foram excluídas da história e que possa efetivamente promover mudanças epistemológicas que transformem a dicotomia entre o feminino e o masculino (SCOTT, 1995, p. 21).

2. Os Anúncios: na saúde e na doença

O leitor de jornais paraenses deparava-se constantemente nas páginas dos periódicos com notícias e anúncios relacionados à saúde e às doenças. Entre as notícias dos jornais que circulavam na capital e no interior do Pará, era possível encontrar vários anúncios de profissionais de saúde de diferentes áreas: dentistas, oculistas como o Dr. Chaves de Freitas⁵. Alguns desses profissionais também destacavam-se propagando a cura de doenças femininas e a atenção na hora dos “partos”, a exemplo de médicos como o Dr. Macedo Costa, “especialista em partos e moléstias das senhoras”; “Do parteiro e operador Dr. Appio Medrado” e do Dr. Virgílio Mendonça, cujas especialidades eram “partos, moléstias das senhoras, das crianças e dos países tropicais”⁶. Tais anúncios sugerem especialidades médicas voltadas para o trato com o corpo e com partes específicas desse corpo, como: os dentes, os olhos, e a momentos da vida como o momento do nascimento e a infância.

Nos periódicos pesquisados, as propagandas de medicamentos para as dores de dentes e de produtos para a higiene bucal passaram a fazer parte das páginas dos jornais paraenses como os comprimidos *Bayer de aspirina*, *Odontolina – pasta, pó e elixir*⁷, *Dentol*⁸ e a *Pasta Dentalb* que, conforme o anunciante, seriam a “garantia de saúde e beleza”⁹. Além disso, não era incomum encontrar em uma mesma página anúncios de inúmeros dentistas como o do “Dr. Jefferson Ramos formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”¹⁰, o do “norte americano Dr. Julio Weinberger”¹¹ e o do “Dr. Álvaro Lima formado pela Faculdade de Medicina da Bahia.”¹².

Maria Izilda S. de Matos, no livro *Por uma possível História do Sorriso*, apontou que “entre as enfermidades bucais mais pautadas destacava-se a cárie talvez pela sua frequência ou por ser a maior causadora de dores e perda de dentes”. Ainda segundo Mattos, “vinculava-se a cárie, à falta de asseio, má alimentação e à qualidade da água” (MATTOS, 2018, p.48). Por isso, não era incomum na *Folha do Norte* e no *Estado do Pará* anúncios de medicamentos como a aspirina *Bayer* para aplacar as dores de dentes.

Ao lado disso, várias colunas sobre os benefícios de uma boa alimentação, da higiene, dos cuidados com o corpo, dos bons hábitos e comportamentos eram frequentemente publicadas. No jornal *Folha do Norte*. O Dr. Amilcar de Souza alertava na coluna *Hygiene natural* que quem vivia “numa casa má, quem se vestir de forma anormal, quem procurar todos os gozos desde manhã até a noite – evidentemente está em condições favoráveis à entrada de doenças, seja de que natureza for.”¹³.

Nesse contexto, a ideia da saúde é associada aos bons hábitos das pessoas e à higiene da casa e de seus moradores. Experimenta-se também uma certa associação entre a saúde e a modernização da limpeza realizada nas casas dos grupos mais abastados. Tem-se, assim, o consequente uso de eletrodomésticos. Tais bens de consumo no Estado do Pará, possivelmente, ainda eram novidades,

⁵ O oculista Dr. Chaves de Freitas cujo atendimento se dava na rua João Alfredo n. 69 entrada pela Travessa S. Mathews. *Estado do Pará*, sexta – feira, 18 de maio de 1918, p. 2.

⁶ A Clínica Médico Cirúrgica do Dr. Macedo Costa localizava-se na Rua dos Mundurucus n. 20. *Estado do Pará*, sexta-feira, 18 de maio de 1918, p. 2. Do parteiro e operador Dr. Appio Medrado. *Estado do Pará*, sábado, 21 de março de 1914, p. 3. O Dr. Virgílio Mendonça atendia na travessa Doutor Moraes. *Estado do Pará*, quinta-feira, 27 de abril de 1911, p. 4.

⁷ Higiene da Bocca. *Estado do Pará*, quinta-feira, 27 de abril de 1911, p. 4.

⁸ Faceira em 8 dias. *Folha do Norte*, quarta-feira, 12 de janeiro de 1910, p. 4.

⁹ Desde a mais tenra idade. *A Semana*, sábado, 18 de janeiro de 1919, página não identificada.

¹⁰ *Estado do Pará*, segunda-feira, 4 de setembro de 1916, p. 7.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ Higiene Natural. *Folha do Norte*, quinta – feira, 27 de julho de 1911, p. 1.

fazendo, assim, parte da vida de um reduzido número de famílias. Exemplar nesse sentido, era uma espécie de alerta acerca da lavagem das vestimentas realizadas, muitas vezes, fora dos domicílios por meio do trabalho das lavadeiras.

Assim, o *Estado do Pará*, em um anúncio de máquinas de lavar, alertava sobre os perigos do hábito de se mandar lavar as roupas fora de casa, uma vez que, segundo o anunciante, poder-se-ia “veicular diferentes germes de moléstias”. Desse modo, recomendava-se às “donas de casas” as quais eram responsáveis pela “saúde do esposo e dos filhos” e do “serviço e vida doméstica” que se atentassem para o modo como as “lavadeiras” realizavam a lavagem das roupas. De acordo com a propaganda, “as pessoas que se empregam neste mister moram em habitações acanhadas sem conforto e mal associadas onde quase tudo se acumula e mistura.”. Dessa forma, as roupas poderiam ficar expostas a “ratos, baratas, pulgas”, a “fezes humanas e de animais”, bem como a “doentes de moléstia contagiosa” como tuberculose, varíola e sarampo.¹⁴

Por meio do anúncio das máquinas de lavar, é possível também compreender quais os espaços e quais sujeitos não eram prioridade no combate às doenças pelos governantes e pela imprensa do período. De fato, enquanto às “donas de casas”, que poderiam consumir tal produto, é sugerido a compra de uma máquina de lavar roupas para evitar contágios, para as “lavadeiras” e a precariedade de suas habitações nada é indicado. Vemos, pelo que sugere o próprio anúncio, uma cidade marcada por muitas desigualdades sociais.

Logo, percebemos que, mesmo diante de uma profunda crise econômica, as questões referentes à vida saudável não deixaram de fazer parte do dia a dia da sociedade belenense. Um bom indicativo dessa preocupação foram as diversas propagandas de medicamentos veiculadas na imprensa paraense. Mattos assevera que muitas vezes as “ações publicitárias focalizavam prioritariamente as mulheres, destacando-as como consumidoras – por intermédio delas, influenciavam a mudança de hábitos e comportamentos de toda a família”. Conforme a autora, “as conexões entre beleza e feminilidade não foram exclusividade desse contexto, entretanto, a novidade estava na articulação entre beleza-cuidados-higiene-ciência” (MATOS, 2018, p. 87).

3. “As Enfermidades Próprias das Senhoras”

Imagem 1 - Regulador Uterino “Carvalho”



Fonte: Jornal Estado do Pará, 1911, p. 3.

¹⁴ Higiene e Electricidade. *Estado do Pará*, terça-feira, 8 de dezembro de 1914, p. 1.

Em 1911, o jornal *Estado do Pará* destacava o anúncio acima do *Regulador Uterino Carvalho*, o qual era vendido na Farmácia e Drogaria Belém. Dentre outras funções, o referido remédio serviria para acalmar os “acessos nervosos e histéricos”, tratados pelo anunciante como “enfermidades próprias das senhoras”. Essas enfermidades seriam causadas pelas irregularidades do ciclo menstrual, portanto, era necessário regularizá-lo. Daí o nome desse medicamento.

Propagandas de medicamentos que prometiam regularizar o fluxo menstrual e dar “vigor aos órgãos gestatórios da mulher”, eliminando as chamadas “doenças uterinas”, ocuparam bastante espaço na imprensa paraense. Isso se deve, especialmente, porque o útero era visto como o órgão central do corpo feminino, devido a sua ligação com a fertilidade e por ser considerado um dos grandes responsáveis pelas suas doenças. Além disso, determinariam as suas funções sociais, incluindo comportamentos emocionais e morais (CONCEIÇÃO, 2012, p. 37). Alguns médicos do período, aponta Chrislene Santos (2006), pregavam que a busca pelo desenvolvimento intelectual pelas mulheres poderia afetar os seus úteros causando esterilidade e até mesmo resultar em suas mortes. Dessa maneira, constantemente, medicamentos destinados às mulheres garantiam, entre outras especificidades, um útero sadio e o controle de seu estado emocional (SANTOS, 2006, p. 114).

Neste contexto, a medicina acadêmica no Pará ainda buscava consolidar o seu prestígio, firmar as suas práticas científicas e monopolizar a arte de curar¹⁵. Para isso, seria necessário combater a medicina popular praticada pelos ditos pajés, espíritas, ciganos, parteiras e curandeiros, por exemplo (RODRIGUES, 2008, p. 51). Práticas que ainda faziam parte do cotidiano paraense não somente da população pobre, como também das “ricas senhoras e distintivos cavalheiros do Pará dos tempos da borracha.” (RODRIGUES, 2008, p. 154). A imprensa paraense constantemente noticiava a medicina popular rodeada de polêmicas, envolvendo prisões, “falhas” e até mortes, tornando-se assim um meio fundamental para a divulgação de informações a respeito de medicamentos e da construção e legitimação dos discursos da ciência médica (MESQUITA, 2017, p. 77).

Na imprensa, não foi incomum um chamado de atenção das leitoras e leitores para os cuidados com as eventuais “falsificações” e “imitações” de produtos farmacêuticos nas mensagens publicitárias. Por isso, informava-se os locais onde estavam autorizadas as vendas, como a *Pharmacia e Drogaria de Belém* localizada na “rua conselheiro João Alfredo 101”¹⁶. Ainda mais, muitos propagandistas enfatizavam a aprovação do seu remédio pela classe médica ou pelas instituições de saúde. Estratégias publicitárias que buscavam, dessa forma, evidenciar a sua credibilidade em detrimento de outros medicamentos propagandeados. Possivelmente, tal prática era para desqualificar outras formas de pensar a cura que coexistiam com a medicina científica.

Assim, os anunciantes do *Regulador Uterino “Carvalho”* declaravam que o seu produto era “aprovado pela diretoria do serviço sanitário do Estado do Pará”. Do mesmo modo, os anunciantes das *Gottas Salvação da Mulher*¹⁷, medicamento “infalível em todas as curas de doenças uterinas”, informavam ser “aprovada pela Exma. Inspectoria de Hygiene”. Já outros reclames, visando a credibilidade do medicamento, optavam simplesmente por dizer que o produto era “recomendável pelos médicos”, sem citar os nomes dos tais profissionais.¹⁸ Além da aprovação, o *Regulador Uterino*

¹⁵ Sobre o assunto ver: FIGUEREDO, Aldrin Moura de. Anfiteatro de cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do Século XX. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 273 – 304.

¹⁶ *Regulador Uterino “Carvalho”*. *Estado do Pará*, domingo, 26 de novembro de 1911, p. 3.

¹⁷ *Estado do Pará*, segunda-feira, 7 de agosto de 1911, p. 4.

¹⁸ Entre os medicamentos que diziam em seus anúncios que eram “recomendável pelos médicos”, porém sem nomeá-los encontrava-se o *Somatose* e o *Emulsão de Scott*.

“*Carvalho*”, por exemplo, alegava ser premiado com medalhas de ouro nas exposições: nacional, realizada em 1908 no Rio de Janeiro, e duas internacionais, Bruxelas (1910) e Turim (1911), ambas cidades europeias. Desse modo, a premiação seria um importante diferencial do medicamento em relação aos outros anunciados¹⁹.

Em novo anúncio, as leitoras e leitores paraenses se deparavam com a representação do mau humor feminino. Dessa vez, não associado às moléstias do útero, mas, sim, à enxaqueca e à má digestão. Entretanto, o que chama atenção é a preocupação maior do anúncio em qualificar as mulheres como mau humoradas do que com a enxaqueca. Ao fazer uso regularmente das *Pílulas de Reuter* para colocar fim às enxaquecas, o bom humor voltaria, prometia o anúncio²⁰.

Imagem 2 - *Pílulas de Reuters*



Fonte: Jornal Estado do Pará, 1919, p. 3.

Colocar em segundo plano as enfermidades que seriam curadas pelo uso do produto não foi uma característica exclusiva das propagandas das *Pílulas de Reuter*. Pelo que se observa nos anúncios pesquisados, esta era uma estratégia bastante utilizada pelos propagandistas do período, principalmente quando queriam reforçar que o seu remédio garantiria, sobretudo, “beleza”. Logo, não é difícil reparar que além de propagarem “acessos nervosos e histéricos” como algo específico da condição da mulher, reguladores e outros medicamentos disseminavam a ideia de que saúde e beleza eram indissociáveis no universo feminino. É o caso do *Emulsão de Scott*, remédio indicado para anêmicos e raquíticos. Em sua propaganda, enfatiza-se o suposto caso da “bela senhorita Sara Silva” que antes era “fraca e anêmica” e, após o uso do medicamento, se encontrava “robusta e formosa”²¹.

¹⁹ *Regulador Uterino “Carvalho”*. *Estado do Pará*. Belém, domingo, 26 de novembro de 1911, p. 3.

²⁰ *Estado do Pará*, quinta-feira, 2 de janeiro de 1919, p. 3.

²¹ *Folha do Norte*, sábado, 16 de abril de 1910, p. 3.

Imagem 3 - Trecho do anúncio Emulsão de Scott



Fonte: Jornal Folha do Norte, 1910, p. 3.

Igualmente ocorre em outro suposto exemplo, como o da “Srta. Leonor Pedrozo”, “embelezada” pelo *Emulsão de Scott*. Conforme o anúncio, “nada desfeia mais o rosto das senhoritas como a cor macilenta, cravos, espinhas, eczema e outras erupções da pele que provém das impurezas do sangue”. O uso de *Emulsão de Scott* daria à “tez a cor rosada que é distintivo de beleza e saúde”²². Dessa forma, as fontes pesquisadas nos permitem compreender não somente o que a elite paraense, possível consumidora, entendia por saúde, higiene e doenças, mas também quais eram as suas concepções de beleza.

Pelos textos e ilustrações presentes nas propagandas analisadas, é possível sugerir que as mulheres consideradas belas e higiênicas eram especialmente mulheres jovens e brancas. Os medicamentos prometiam, juntamente com a cura de doenças, a juventude, o aperfeiçoamento das formas, a pele alva, isto é, “beleza”, “boa aparência”, como costumavam propagar. Dessa maneira, a ausência de corpos que não correspondiam ao padrão imposto nos permite compreender quais corpos eram marginalizados por serem vistos naturalmente como sujos e doentes, ou seja, os corpos não brancos.

Assim, as leitoras do jornal *Folha do Norte* poderiam encontrar a promessa do *Creme Simon*²³ de que seus produtos “branqueavam e suavizavam a pele”. Porém, essa marca não era a única alternativa das leitoras caso quisessem eliminar as “moléstias da pele” ou o que denominam ser “traços da velhice”²⁴. “Sem gastar muito e sem esforço”, conseguiriam ter “uma pele macia, branca, bela, de uma magnífica aparência”²⁵, para isso, bastariam adquirir o *Sabonete Reuter*. Esses produtos que anunciavam curar “defeitos da aparência” feminina como “manchas no rosto”, “cabelos brancos”, “rugos”, por vezes, pareciam mais cosméticos do que remédios, mas raramente assim foram cha-

²² *Folha do Norte*, sábado, 8 de janeiro de 1910, p. 3.

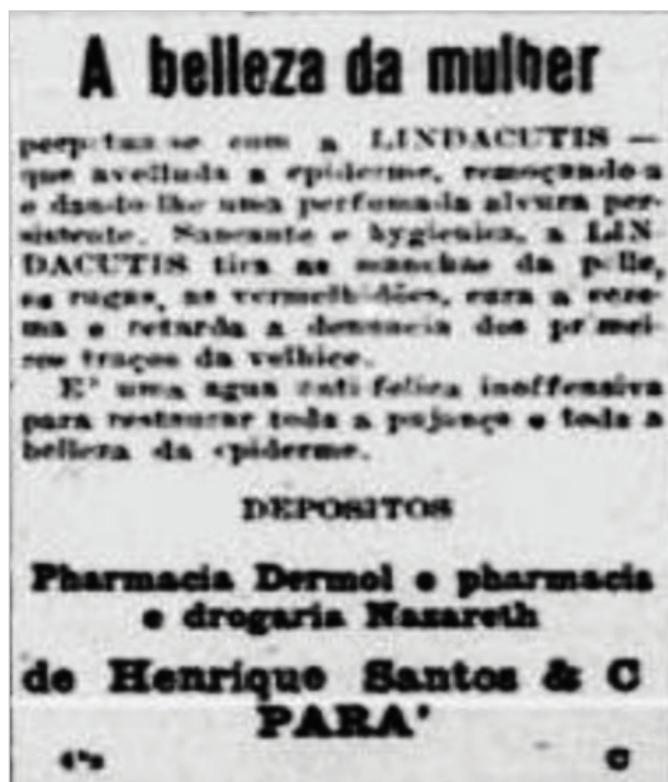
²³ Para senhoras. *Folha do Norte*, sexta – feira, 11 de março de 1910, p. 3.

²⁴ A beleza da mulher. *Estado do Pará*, quarta–feira, 7 de fevereiro de 1917, p.6.

²⁵ Beleza ao alcance de todos. *Estado do Pará*, sábado, 21 de março de 1914, p. 8.

cados pelos propagandistas (SANT'ANNA, 1995, p. 103). Ao mesmo tempo, tem-se um ideal feminino marcado por preconceitos pela cor, uma vez que se vincula a beleza à pele branca, a qual aparece como algo que pode ser conquistado pelo uso de determinados produtos.

Imagem 4 - A beleza da Mulher



Fonte: Estado do Pará, 1917, p. 6.

No anúncio de um aparelho de massagem chamado *Vibrador Elétrico Prmieer*, publicado em 1911, também estava presente a concepção de que uma mulher saudável seria uma mulher bonita, ou seja, jovem, branca e robusta. Embora o uso do *Vibrador* seja indicado contra enfermidades que assolam qualquer pessoa independente do sexo como “dor de cabeça” e “indigestão”, o anunciante diz ser indispensável “no toucador das senhoras”, pois fazia “desaparecer as rugas, realçando a beleza” e desenvolvendo “os contornos do busto, hombros e braços.”²⁶

Nesse mesmo sentido, encontra-se o *Somatose*, medicamento indicado tanto para homens quanto para mulheres por combater a má digestão e estimular o apetite. Entretanto, as propagandas eram estrategicamente direcionadas de modo diferentes e, em alguns casos, ocupavam no mesmo dia a mesma página do jornal²⁷. Para o público feminino, é colocado a ilustração de uma mulher jovem, branca e com uma expressão calma seguido da palavra-chave: aparência. O propagandista afirma que não será conquistada “uma aparência sã e florescente” por meio dos chamados “remédios de beleza” e que estes seriam meios artificiais e, portanto, prejudiciais à saúde, sendo sempre o recomendável pelos médicos o *Somatose*²⁸.

²⁶ Estado do Pará, domingo, 7 de agosto de 1911, p. 4.

²⁷ É o caso das propagandas “O homem de negócios” e “Dores de dentes” dos comprimidos “Bayer” de Aspirinas. Estado do Pará, segunda-feira, 4 de janeiro de 1915, p. 5; e “As terríveis dores de cabeças” e “mau tempo” também dos comprimidos “Bayer” de Aspirina. Estado do Pará, quarta-feira, 4 de novembro de 1914, p. 6.

²⁸ Uma aparência sã e florescente. Estado do Pará, quarta-feira, 4 de novembro de 1914, p. 6.

Imagem 5 - Uma aparência sã e florescente



Fonte: Jornal Estado do Pará, 1914, p. 6.

Se, para o público feminino, saúde e beleza eram inseparáveis, nas propagandas para o público masculino, o que se via era saúde sendo associada principalmente à intelectualidade, à força física e à virilidade. O contrário de um homem saudável seria o homem velho, imponente, fraco, impossibilitado de trabalhar e, por conseguinte, corresponder ao seu papel social enquanto provedor e chefe da família. Assim, um homem cabisbaixo e aparentemente cansado aparecia na propaganda do *Somatose*, acrescentado pelo título “os vencidos da vida”²⁹.

O anunciante então garantia que, ao tomar o medicamento, o homem se tornaria “empreendedor e ativo” e conseguiria “ver realizadas as suas aspirações.”. Já no anúncio do *Depurativo “Hemosono” Lyra*, o assegurava curar “radicalmente” sífilis, raquitismo, úlceras, entre outras doenças³⁰. Para tal, o jornal *Estado do Pará* trazia a figura masculina como jovem, branco, exibindo músculos e força física ao dominar o que aparenta ser uma serpente, representando como metáfora o corpo do homem saudável.

²⁹ *Estado do Pará*, quinta-feira, 29 de outubro de 1914, p. 6.

³⁰ Sobre a sífilis ver: HENRIQUE, Márcio Couto & AMADOR, Luiza Helena Miranda. *Da Belle Époque à cidade do vício: o combate à sífilis em Belém do Pará, 1921-1924*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p. 359-378.

Imagem 6 - Depurativo “Hemosano” Lyra



Fonte: Estado do Pará, 1913, p. 7

Machado, a partir da observação sobre a representação do homem saudável nas propagandas de medicamentos encontradas em jornais de Florianópolis, afirma que passou a ser frequente, nas primeiras décadas do século XX, encontrar nos artigos e reclames a imagem do corpo apolíneo – referente ao deus grego Apolo – e outras referências à mitologia greco-romana para ilustrar homens. Estes, assim como no *Depurativo “Hemosano” Lyra*, apareciam enfrentando serpentes ou outros animais grandes e ferozes (MACHADO, 2007).

Essa estratégia de produzir propagandas diferentes de um mesmo medicamento para o público masculino e feminino, segundo Vanderlei Machado, foi uma forma de reforçar os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Dos homens, esperava-se que fossem provedores de suas famílias, e, das mulheres, que garantissem um lar harmonioso, sendo uma boa mãe e esposa. Para isso, seria necessário que seus corpos fossem higiênicos e saudáveis, isto é, jovens e brancos. Sendo fortes e viris, no caso masculino, e belo, no caso feminino. O oposto disso seria um indicativo de doença (MACHADO, 2007). Portanto, além das propagandas indicarem um padrão de beleza, também atribuíam à vida saudável o bom comportamento social.

As fontes pesquisadas permitem sugerir que o principal público-alvo seriam as chamadas “senhoras” ou “donas de casas” – provavelmente mulheres da elite paraense cujo papel se diferenciava dos exercidos pelas “donas de casas” das camadas populares. Ainda que a crise econômica da borracha tenha afetado a renda de algumas delas, essas mulheres burguesas da sociedade belenense continuavam formando um grupo consumidor que movimentava o comércio e a circulação de bens (MARTINS JUNIOR, 2010, p. 114).

O fato do perfil feminino ilustrado, conforme já foi enfatizado, ser de mulheres brancas, jovens e, por vezes, mulheres com vestimentas de trabalho doméstico, com aventais e/ou exercendo ou interrompendo uma atividade como varrer a casa, em virtude dos seus males, atributos

que reforçavam o papel social da mulher como esposa, mãe e cuidadora do lar (MACHADO, 2007; FREITAS, 2008, p. 16), também nos levam a perceber qual era o público o qual os comerciantes se referiam.

Imagem 7 - A Saúde da Mulher



Fonte: Folha do Norte, 1913, p. 4.

Assim *A Saúde da Mulher*³¹, um dos produtos mais anunciado do Brasil (BUENO; TAITELBAUM, 2008, p. 63), representava a sua potencial consumidora nas propagandas veiculadas nos jornais paraenses. Os seus textos publicitários, nem sempre curtos, prometiam pôr fim a inúmeros “incômodos”, termo utilizado pelos anunciantes para denominar os males que assolavam as “senhoras”. Um desses textos, intitulado: “Os incommodos da Edade Critica”, junto da iconografia de uma mulher idosa com roupas pretas segurando um óculos, afirmava que “uma senhora, quando chega aos 40, aos 50 anos, geralmente sofre profunda alteração da saúde. São os incômodos da idade crítica manifestada por hemorragias uterinas, nos ovários, tontura [...]”.

³¹ Como parte da estratégia publicitária, os produtores de *A Saúde da Mulher* também lançaram um almanaque exclusivo, o qual circulou em todo o território nacional, em que informavam, além dos seus anúncios, cartas de leitoras, horóscopos, entre outras questões. O almanaque foi considerado um sucesso, chegando a alcançar recordes históricos, inovando e, dessa forma, entrando para a história da publicidade brasileira (SANTOS; GERMANO, 2020; BUENO; TAITELBAUM, 2008). Nos jornais paraenses pesquisados, era frequente encontrar mais de um anúncio de *A Saúde da Mulher* em uma mesma página, a exemplo do *Estado do Pará*, domingo, 25 de janeiro de 1914, p. 7.

Imagem 8 - os incommodos da Edade Critica



Fonte: Jornal Estado do Pará, 1914, p. 8.

Nota-se que o texto, bem como a imagem que o acompanha, exploram a concepção de que a chegada dos 40, 50 anos, certamente entendido por “velhice”, intensificava e é favorável ao surgimento de uma variedade de “incômodos”. Embora não garantisse retardar a chegada da “idade crítica”, o propagandista prometia que, com o uso d’*A Saúde da Mulher*, “essa crise” passaria “suavemente”³².

As “senhoras” paraenses não eram o público-alvo somente de medicamentos voltados para os seus “incômodos”. Ao lado da imprensa e dos médicos, a mulher burguesa, por ser a responsável pelo lar e ser considerada uma “educadora nata”, foi vista como uma importante aliada para difundir os preceitos higiênicos e de saúde, visando, dessa maneira, tornar o país uma nação civilizada (CONCEIÇÃO, 2008, p. 12). Cunha e Nascimento (2008), ao trabalharem com propagandas de medicamentos populares no início do século XX, destacaram que “na sua grande maioria, tais propagandas eram voltadas para o público feminino e mesmo as de cunho mais geral, colocavam em cena a mulher como a grande ‘semióloga médica’ da família”. Desse modo, a “mãe era o objetivo de convencimento dos propagandistas”. Isto se dava porque, conforme os autores, “os cuidados gerais da família estavam sobre sua supervisão e nada mais natural para o mercado capitalista convencer a quem tem a responsabilidade de decidir” (CUNHA; NASCIMENTO, 2008, p. 1).

Diante disso, em 1910, a *Folha do Norte* trazia a propaganda do *Pó Rogé*³³, voltada para as “As mães que têm filhos com prisão de ventre”. No mesmo ano, o reclame de um outro medicamento, o *Iodolina de Ob*³⁴, trazia o suposto caso de uma mãe chamada Martha Nunes em um anúncio com o título “o que só uma mãe pode fazer por uma filha”. Mesmo sem a presença de uma ilustração de

³² *Estado do Pará*, quarta-feira, 11 de fevereiro de 1914, p. 8.

³³ *Folha do Norte*, julho de 1910, p. 4.

³⁴ *Folha do Norte*, junho de 1910, p. 4.

mulher segurando, medicando ou rodeada de crianças – características recorrentes nas propagandas de medicamentos indicadas para as crianças –, as duas peças publicitárias mencionadas deixam bem evidentes que se direcionavam às mulheres que eram mães.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da chamada crise da borracha na Amazônia tem sido estudado por várias perspectivas, especialmente no que tange às questões econômicas, considerando-se os impactos da perda do monopólio gomífero pela região, em virtude da concorrência da borracha asiática. Uma outra perspectiva de estudo desse contexto se volta às práticas que dizem respeito à sociabilidade, ao lazer, às práticas higienistas e, até mesmo, sobre a saúde e a doença. Desse modo, uma possibilidade de pesquisa que permite os entendimentos desta sociedade é a que diz respeito às múltiplas experiências vivenciadas pelas mulheres. Este foi o caminho de uma investigação ainda inicial que trilhamos nesse texto, enfatizando anúncios de jornais voltados quase sempre para as chamadas “doenças de senhoras”. Tal perspectiva permite a investigação de sujeitos sociais, nesse caso mulheres, quase sempre envolvidas nos negócios da borracha de forma indireta. Assim, tratou-se aqui de pensarmos nas representações femininas no espaço da cidade de Belém, nesse contexto de declínio das exportações de látex, a partir de anúncios de remédios e produtos voltados para esse público.

Diante disso, podemos entender que mulheres, taxadas em alguns anúncios como histéricas, mau humoradas, estressadas e nervosas, muitas vezes, apenas por se desviarem mesmo que minimamente dos papéis sociais impostos a elas, tiveram seus problemas de saúde associados à causa de problemas no ambiente privado e público no qual circulavam. Dessa forma, a publicidade e o consumo de medicamentos específicos para um público feminino pode ser um meio para se entender as representações sobre as mulheres no início do século XX e compreender seu papel social na construção da “ordem” e do “progresso” republicano.

O campo de pesquisa sobre saúde feminina é bastante vasto e abrange variadas perspectivas. Lembramos novamente que este trabalho se trata de uma investigação inicial. Há questões e enfoques teórico-metodológicos que ainda devem ser levantados e trabalhados, assim como cruzamentos entre novas fontes que podem ampliar o debate colocando em evidência outras experiências vivenciadas pelas mulheres relacionadas à saúde e à doença. Pode-se pensar assim em práticas médicas voltadas para as mulheres e exercidas por mulheres. Também, pode-se pensar em questões voltadas para as práticas de exercícios físicos por mulheres e como tais questões foram entendidas. Tais perspectivas de pesquisa são um caminho para se investigar a experiência feminina no Estado do Pará nas primeiras décadas do século XX.

No presente texto, tomou-se como objeto de pesquisa uma dessas possibilidades, que foram anúncios de remédios e produtos veiculados na imprensa paraense e voltados para doenças relacionadas às mulheres. Partindo-se da cidade de Belém/PA, observou-se que nas páginas dos periódicos era constante a veiculação de anúncios que prometiam resolver problemas como: enxaquecas, fraquezas do corpo e da mente, manchas da pele, nervosismos, dentre outros.

Nos discursos das propagandas dos jornais paraenses pesquisados, é possível notar dois aspectos relacionados exclusivamente à figura feminina: o primeiro é referente à ideia de que certas doenças estavam condicionadas às mulheres – ataques nervosos e histéricos. O segundo refere-se

às propagandas para as mulheres, as quais eram frequentes encontrar a garantia não apenas da saúde, mas também da beleza. Por vezes, os anunciantes sugeriam que um corpo feminino saudável seria necessariamente um corpo feminino de “boa aparência”. Essas características, na grande maioria das vezes, não eram enfatizadas nas propagandas direcionadas exclusivamente para o público masculino. No caso deles, intelectualidade, virilidade e força física foram os atributos ressaltados. Contudo, em ambos os casos, um único modelo de corpo era destacado: o corpo branco, jovem e comprometido com as funções sociais impostas a eles. Isto é, no caso da mulher, o de boa mãe, esposa e cuidadora do lar.

Além disso, percebeu-se que, entre as responsabilidades exclusivas da “mãe”, encontrava-se a saúde dos filhos e das filhas, pois, quando os anunciantes pretendiam vender medicamentos indicados para as crianças, voltavam-se geralmente para as mulheres. Portanto, a mulher saudável era aquela considerada bonita, bem vestida, que realizava todo o trabalho doméstico, que cuidava de sua família e que, por isso, contribuiria também para a “ordem” e o “progresso” da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: Secretária de Estado de Cultura, Desporto e Turismo, 1985.
- BUENO, Eduardo; TAITTELBAUM, Paula. *Vendendo saúde: a história da propaganda e medicamentos no Brasil*. Brasília: Anvisa, 2008.
- CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do século XX*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campina, 1997.
- CONCEIÇÃO, Sarasvati Yakchini Zridevi. *Educando mulheres, vendendo saúde: propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920*. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação e Educação, Curitiba, 2012.
- CUNHA, S. R. M; NASCIMENTO, L. M. *Em Imagem da saúde: a medicalização da mulher em propagandas de fármacos do início do século XX*. Disponível em: <http://www.ufac.br/pesquisa/artigos/Saulo-e-Luciana.pdf> . Acesso em 14 de out. de 2019.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.
- FREITAS, Patrícia de. A propaganda junto aos médicos: os anúncios nas primeiras décadas de publicações da revista de ginecologia e d'Obstetrícia. *Caderno Espaço Feminino*, v. 20, n. 02, 2008.
- HENRIQUE, Márcio Couto & AMADOR. Luiza Helena Miranda. Da Belle Époque à cidade do vício: o combate à sífilis em Belém do Pará, 1921-1924. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p. 359-378.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111 – 153.

MACHADO, Vanderlei. A saúde da mulher e a virilidade masculina: imagens de corpos e gênero em anúncios de medicamentos – Florianópolis (1900 – 1930). *Nuevo Mundo – Mundo Nuevos*, v. 7, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/4013>. Acesso em 14 de out. de 2019.

MARTINS JUNIOR, R. J. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). 2010. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 67 – 75, 1998.

MATOS, Maria Izilda S. de. Cabelo, barba e bigode: Masculinidade, corpos e subjetividades. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 125 – 143, 2011.

MATOS, Maria Izilda S, de. *Por uma possível História do Sorriso: institucionalização, ações e representações*. São Paulo: Hucitec, 2018.

MESQUITA, Elaine Cristina da Silva. *Dissonância nos discursos e práticas sobre a saúde e as doenças das mulheres em Belém do Pará (1890 -1920)*. Tese (Doutorado em História Social). 2017. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). 2008. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SANT'ANNA, Denise Bernizzi de. Cuidando de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, Denise Bernizzi de (Org.). *Políticas do Corpo: Elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, p. 128, 1995.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Chrislene Carvalho dos. História e Propaganda: análise de corpos femininos em imagens publicitárias na década de 20. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 9. Abril, 2006. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=9. Acesso em 16 out. 2019.

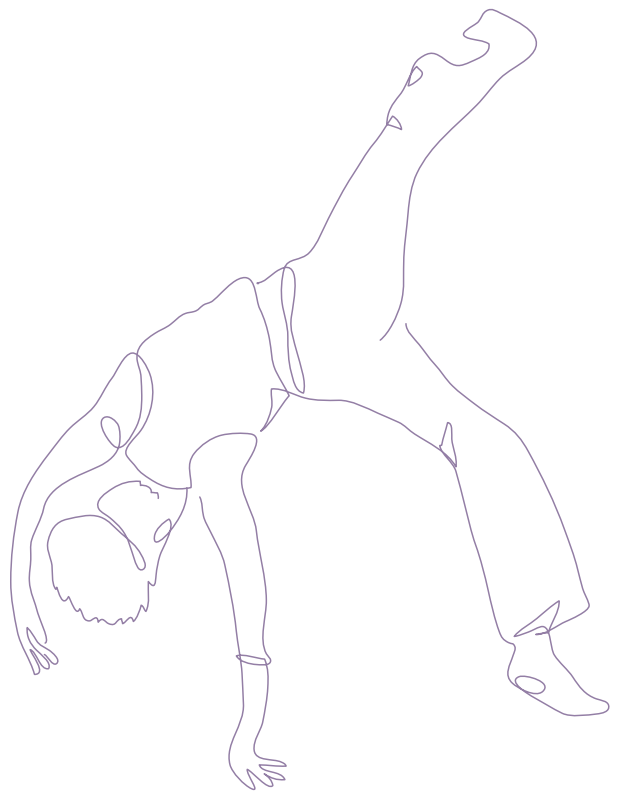
SARGES, Maria Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)*. Belém: Paka - Tatu, 2010.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In. BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63 – 96.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. v. 2, jul./dez. 1995.

VACARO, Juliana Suckow. *A Construção do Moderno e da loucura: mulheres no Sanatório Pinel de Pirituba (1929 – 1944)*. Dissertação (Mestrado em História social). 2011. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe. “E não desapareceram... A sobrevivência na floresta (1913-1945)”. In: WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 93-152.



Gestoras e os Casos de Sexismo, Machismo e Invisibilidade nas Escolas do Campo

Gestoras y Casos de Sexismo, Machismo e Invisibilidad en las Escuelas Rurales

Managers and Cases of Sexism, Machismo and Invisibility in Rural Schools

Alandienis Souza Santos
Anna Maria Alves Linhares

Resumo: Este artigo socializa o resultado de uma pesquisa realizada com gestoras de escolas do campo da cidade de Tomé-Açu (PA), abordando a histórica invisibilidade das mulheres e a violência dos processos de educação no campo, especialmente o machismo que atinge as gestoras. Para tal, a metodologia utilizada foi a entrevista com mulheres gestoras de escolas do campo na cidade de Tomé-Açu. Tendo como objetivos: reconhecer os desafios e superações profissionais relacionados ao gênero dessas mulheres, a partir das relações estabelecidas entre elas e os demais funcionários da escola, além de evidenciar as diversas formas de preconceitos, machismo, sexismo nas escolas do campo do município, sob a ótica das gestoras pesquisadas e, principalmente, dar voz às gestoras do campo e suas superações e dificuldades nas escolas do interior. Ao fim do trabalho, apresenta-se uma sugestão de plano de aula interdisciplinar sobre feminismo, a ser utilizado nestas instituições de ensino.

Palavras-chave: Gestoras. Escolas do Campo. Feminismo. Tomé-Açu.

Resumen: Este artículo socializa el resultado de una investigación realizada con administradores de escuelas en el campo de la ciudad de Tomé-Açu, PA, abordando la invisibilidad histórica de las mujeres y la violencia de los procesos educativos en el campo, especialmente el machismo que afecta a los administradores. Para ello, la metodología utilizada fue la entrevista a mujeres gestoras de escuelas rurales de la ciudad de Tomé-Açu. Teniendo como objetivos: reconocer los desafíos y logros profesionales relacionados con el género de estas mujeres, a partir de las relaciones que se establecen entre ellas y el resto de empleados de la escuela, además de resaltar las diversas formas de prejuicio, sexismo, sexismo en las escuelas del interior del municipio, bajo la perspectiva de los gestores investigados y principalmente para dar voz a los gestores de campo y su superación y dificultades en las escuelas rurales. Al final del trabajo, presentas una sugerencia de un plan de lecciones interdisciplinario sobre feminismo, para ser utilizado en escuelas rurales.

Palabras clave: Gestores. Escuelas Rurales. Feminismo. Tomé-Açu.

Abstract: This article socializes the result of a research carried out with managers of rural schools in the city of Tomé-Açu, PA, addressing the historical invisibility of women and the violence of education processes in the countryside, especially the machismo that affects women managers. To this end, the methodology used was the interview with women managers of rural schools in the city of Tomé-Açu. Having as objectives: to recognize the challenges and professional overcoming related to the gender of these women, from the relationships established between them and the other school employees, besides highlighting the various forms of prejudice, machismo, sexism in the rural schools of the municipality, under the optics of the surveyed managers and mainly give voice to the field managers and their overcoming and difficulties in the field schools. At the end of the paper, a suggestion of an interdisciplinary class plan on feminism, to be used in rural schools, is presented.

Keywords: Managers. Rural Schools. Feminism. Tomé-Açu.

Alandienis Souza Santos – Licenciada em Educação do Campo, Ciências Humanas e Sociais pelo IFPA, Especialista em História Agrária da Amazônia Contemporânea pela UFPA e professora de história da educação básica no campo no município de Tomé-Açu, PA. E-mail: alandienissouzasantos@gmail.com

Anna Maria Alves Linhares – Professora de História da Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua. Graduada e mestra em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela UFPA. E-mail: annlinhares@yahoo.com.br e annalinhaires@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A Histórica Invisibilidade da Educação dos Povos do Campo

A exclusão e dualismo se fizeram presente na educação do nosso país e influenciou fortemente os povos do campo, que por décadas foram marginalizados. A eles foi destinada a educação rural, pois o que lhes restava eram os professores menos qualificados, os prédios (quando existiam) menores e com estruturas físicas e pedagógicas discutíveis, merenda e transporte escolar precários, além de um currículo copiado das escolas da cidade, deixando claro que os indivíduos do campo não necessitavam de educação, apenas os da cidade.

As iniciativas governamentais de fazer educação para os povos do campo eram pensadas a partir da lógica urbana, fazendo, assim, com que a falha fosse inevitável, devido as diferenças do campo e da cidade. Dessa forma, a educação era rural e não do campo. Até que, em 2001, o MEC aprovou as Diretrizes específicas para a Educação do Campo, reconhecendo quem são os sujeitos do campo e deixando claro que a educação deles deveria ser diferente e de qualidade, valorizando sua identidade.

O termo Educação Básica do Campo só passou a ser assim utilizado em Luziânia-GO, a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Já o termo Educação do Campo, que a substitui, foi definido a partir das discussões do Seminário Nacional em Brasília, em 2002, segundo Caldart (2012). Para que esse termo faça sentido, é necessário valorizar a identidade dos sujeitos, seus modos de vida e saberes, compreendendo a importância da terra para eles e usá-la como temática no currículo dessas escolas.

Os movimentos sociais se fizeram atuantes na concepção de escola do campo que temos nos dias atuais, conforme Molina e Sá (2012, p. 326) enfatizam: “a concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação”. E essa educação exige especificidades de seus sujeitos.

As escolas são compostas por muitas mulheres fortes e determinadas, sendo possível observar que se organizam em busca de seus objetivos há algum tempo. Temos, em 1995, como exemplo, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reunia as mulheres dos movimentos autônomos, da CPT, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), segundo Paludo e Daron (2012).

Muitas são as pautas da luta dos movimentos de mulheres, que são contra o modelo capitalista e patriarcal, por uma sociedade mais igualitária, que as reconheçam e as valorizem, contra a opressão, discriminação, violência e pela sua dignidade. A união e as reivindicações desses movimentos culminaram com a demarcação de datas históricas para todos nós; como o 8 de março que é o dia Internacional da mulher, 12 de agosto, morte de Margarida Alves, dia de luta contra a violência no campo, pela ampliação dos direitos previdenciários, pela saúde pública, por um novo projeto de agricultura, pela Reforma Agrária, pela campanha de documentação e pela formação política.

1. Mulheres: a invisibilidade e a violência

Algumas dúvidas nos acompanham quando a temática é voltada para a mulher e suas produções acadêmicas, seus conhecimentos, importância para sociedade e até o tratamento destinado

a nós durante milênios. A questão principal dessa indagação se faz presente no momento em que descobrimos que a participação e produção de mulheres sempre existiu, no entanto, a invisibilidade em relação aos homens também as acompanhou.

Atualmente, temos um pouco mais de espaço para debatermos questões de gênero e seus desdobramentos, mesmo enfrentando embates. Este trabalho é fruto de resistência, uma vez que os espaços educativos em que estamos inseridas são repletos de machismo e misoginia. Porém, o não aparecimento da figura feminina em fatos históricos importantes em diversas sociedades nos impõe barreiras reais ao tentar analisar ações de mulheres na sociedade patriarcal.

Acreditou-se por muito tempo que, ao falar dos homens, se estaria contemplando, também, as mulheres de forma igual, sabe-se que isso não corresponde à realidade. Quando se estuda sobre as mulheres da Grécia do período clássico (sécs. V-IV a. C.), um dos entraves é o fato de que grande parte dos documentos foram feitos por homens e, dessa forma, são carregados de visões, idealizações masculinas sobre o feminino.

Quando mulheres passaram a se perceber numa categoria mulher, politicamente falando, passaram a ter o diferencial de pertencerem ao um grupo estudado e, assim, o olhar tornou-se mais real e cheio de sentimentos, apesar de sermos mulheres diversas. Só pelo fato de estarmos sendo mencionadas por outras mulheres, estudadas por nós mesmas, não deixando apenas que homens olhem, falem ou escrevam por nós, é revolucionário.

Mudança, luta e revolução são termos conhecidos das mulheres, assim também como a violência. O mapa de homicídio de mulheres no Brasil, Waiselfisz (2015) conceitua o feminicídio como “as agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte”. O mapa também aponta características das vítimas, sendo que “com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País” (p. 7).

A taxa de homicídio das mulheres brancas vem caindo, e das negras, alarmantemente subindo. O machismo inculcado na sociedade favorece os dados citados anteriormente e as escolas do campo devem estar atentas às diversas formas de preconceito e exclusão, seja de gênero, sexo, religião, situação social ou cor da pele. Mas, também, as famílias devem repensar a forma de criar e educar suas crianças.

Apesar das mudanças ocorridas para as mulheres, elas ainda precisam conhecer, assimilar e fazer uso do feminismo, empoderando-se e buscando empoderar outras mulheres. A sororidade é urgente em uma sociedade que propaga o machismo desde as crianças.

2. Ser Educadora do Campo da Cidade de Tomé-Açu

As mulheres gestoras que deram cheiro, sabor e vida a essa pesquisa foram quatro e têm entre trinta e quarenta anos. Estão atuando no campo de três a quinze anos e relataram suas vivências pessoais e profissionais, assim identificando, reconhecendo os moldes sociais relacionados aos papéis destinados à mulher e aos homens, com o desafio de ser mulher do campo, local este marginalizado por séculos. Por receio de represálias, algumas das entrevistadas disseram preferir serem identificadas por codinomes. Assim, adentrar o universo das minhas informantes foi tarefa difícil e delicada.

Uma das quatro entrevistadas respondeu muito superficialmente as questões abordadas no questionário para elaboração deste artigo. As respostas correspondiam apenas a sim ou não. Dessa

forma, o que se pode observar é certo receio de que outros indivíduos possam analisar suas respostas e criticá-las de alguma forma por isso, ou seja, passar por qualquer tipo de represália. Ela, também, pode ter preferido se abster e não expor sua opinião sobre os temas sugeridos, o que nos leva a refletir sobre o temor que muitas mulheres têm de protagonizar ações, demonstrar conhecimento. Um dos objetivos deste trabalho é, justamente, demonstrar a importância e força das gestoras do campo da cidade de Tomé-Açu.

Duas das quatro gestoras atuam em escolas multisseriadas e as outras duas em escolas pólos. Estas últimas atuaram como coordenadoras pedagógicas antes de aceitar a função de gestoras. Para facilitar o entendimento, por sugestão das informantes, elas serão identificadas como: gestora da escola pólo 1¹, gestora da escola pólo 2², gestora da multissérie 1³ e gestora da multissérie 2⁴.

As escolas multisseriadas correspondem àquelas em que o gestor por muito tempo foi e, em Tomé-Açu, ainda é reconhecido pelo termo professor dirigente, pois é aquele que, além de lecionar, executa a parte administrativa da escola, que, por sua vez, está localizada em uma comunidade que tem um número pequeno de alunos e eles estão em séries/ano diferentes e estudam juntos.

A escola do campo, seja multissérie ou polarizada⁵, precisa ser uma das principais motivadoras da afirmação da identidade dos camponeses, além de mostrar a importância da tradição e valorização da agricultura familiar. Só assim deixará de expulsar seus jovens dela, uma vez que estes não se sentem representados e sem enraizamentos na localidade.

As escolas em que as pesquisadas atuam são compostas mais por mulheres do que por homens. E existe um estereótipo atribuído aos gestores, principalmente se o cargo for exercido por alguém do sexo feminino, como bem mostrou a gestora da escola pólo 1: “Algumas vezes, talvez pelo meu tipo físico e pela minha simplicidade aparente no vestir, às vezes, quando estamos reunidos em equipe e alguém chega procurando a diretora, percebo que o olhar da pessoa procura alguém com outras características”.

Sobre os estereótipos ensinados desde a infância, Adichie, em 2017, disse que os “estereótipos de gênero são tão profundamente incutidos em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade” (p. 28). De fato, é difícil nos despir de tais estereótipos, porém, é nossa missão como educadoras ensinar nossas crianças o respeito à diversidade, à valorização da mulher, que o machismo mata e o feminismo liberta. Também é importante demonstrar que as mulheres lutam por visibilidade.

3. As Gestoras das Escolas do Campo: machismo e feminismo

É necessário criatividade, sensibilidade e imaginação na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino. Soihet e Pedro (2007, p. 296) afirmam que “estamos, preparadas para fazer frente àqueles que, na academia, ainda não nos reconhecem como parceiras plenas, tentando relegar-nos a posições periféricas em face do caráter ‘secundário’ de nossas preocupações”. Não nos curvemos ao patriarcado! Segundo Silva (2015):

¹ Usamos este pseudônimo para manter em sigilo a identidade da entrevistada.

² Usamos este pseudônimo para manter em sigilo a identidade da entrevistada.

³ Usamos este pseudônimo para manter em sigilo a identidade da entrevistada.

⁴ Usamos este pseudônimo para manter em sigilo a identidade da entrevistada.

⁵ Escola localizada no campo que funciona com anos iniciais e finais, podendo até ter ensino médio modular da educação básica. E recebe alunos de outras comunidades.

Patriarcado é uma palavra que deriva do grego *pater* cuja referência é de um território comandado por um homem, ou seja, todos os indivíduos que se diferem da fisionomia de adulto do sexo masculino são subordinados aos mandos e desmandos da figura soberana que, na família, é representada pelo pai. É caracterizado apenas pela autoridade máxima masculina, mas também pela total submissão e subordinação da mulher social, econômica e sexualmente, sendo tratada como uma extensão de todos os bens possuídos pelo homem. (p.70)

No livro “Sejamos todos feministas”, Adichie (2015) declara que a palavra “feminista” tem um peso negativo: a feminista odeia os homens, odeia sutiã, odeia a cultura africana, acha que as mulheres devem mandar nos homens; ela não se pinta, não se depila, está sempre zangada, não tem senso de humor, não usa desodorante. Estes são estereótipos criados sobre a mulher que afirma ser feminista. Não se pode esquecer, também, que muitas mulheres são contra o feminismo, e isso revela a força do patriarcado.

O movimento feminista foi de suma importância para nós, mulheres, fazendo com que nos vejamos como personagem principal de nossas vidas, tendo poder de decidir e opinar abertamente ou até tornando a sociedade mais sensível aos obstáculos enfrentados por nós. Porém, em muito precisamos melhorar como sociedade para sermos mais justos e democráticos. Um exemplo é a maior participação das mulheres na política para, assim, dialogarmos sobre temáticas femininas que são atualmente decididas por homens no congresso. O feminismo é libertador.

O machismo e o desrespeito com nosso corpo atingem todas nós na rua, em casa, entre amigos e familiares, até no trabalho. Algumas das gestoras já foram surpreendidas com cantadas por parte de alunos, funcionários ou pais de alunos, com olhadas indiscretas, cochichos, principalmente as que são solteiras. A gestora da multissérie 2 declarou: “finjo que nem é comigo”. Por que geralmente com as solteiras? Porque eles têm medo dos maridos das casadas. Homens têm receio de outros homens e não de mulheres. Essa gestora acredita que, se fosse casada, talvez o assédio não acontecesse. Logo, uma mulher solteira pode ser vista como alguém que merece ser desrespeitada.

O estado civil de uma mulher não define seu caráter, e há a disputa entre mulheres. Falta a sororidade, que faz com que mulheres se ajudem, lutem juntas e não umas contra as outras como o patriarcado deseja. Compactuo com Chimamanda, que, em seu livro intitulado “Sejamos todos feministas”, afirma que nós criamos nossas filhas para enxergar as outras mulheres como rivais e não como irmãs de lutas e dores. Nós, mulheres, temos os corpos vigiados pela sociedade e pelas igrejas.

A gestora da multissérie 2 comentou: “O preconceito existe”, e reiterou: “alguns alunos respeitam mais os gestores que as gestoras, pois ele é visto com mais temor, a palavra dele parece mais forte. Mas, vejo as gestoras mais flexíveis, alguns gestores são extremamente autoritários, machistas e têm atitudes pesadas e desnecessárias para com os demais funcionários da escola”, finalizou ela.

As mulheres enfrentam diversas dificuldades para atuar nesse cargo, por diversos motivos, sejam eles de cunho pessoal ou profissional. Uma delas relatou que não podia sair para um bar ou festa na cidade que era severamente criticada. Mas, apesar das angústias que mulheres sofrem na sociedade, as gestoras não acreditam que, se fosse um homem na gestão da escola, algumas situações seriam diferentes ou mais fáceis, uma vez que a escola tem profissionais qualificados para diversas funções e habilidades. A gestora da escola polo 1 destacou que “nos casos de tarefas mais pesadas fisicamente, entra em ação a parceria e o trabalho em equipe”.

A gestora da multissérie 2 destacou que sua fala foi interrompida diversas vezes por pais que eram chamados para falar sobre o comportamento de seus filhos. E complementou apontando outra atitude machista: “organizei um torneio de futebol na escola e o vigia e os pais dos alunos tomaram a frente por acharem que eu não conseguiria”. Essas ações machistas podem parecer sutis ou explícitas nas falas dos sujeitos.

Ter a fala interrompida é apenas uma das ações machistas como bem lembrou a gestora da escola polo 1, dizendo que já teve ideias furtadas por homens e que eles ficaram com o mérito, quando ela atuava como coordenadora pedagógica, e que isso aconteceu incontáveis vezes. A gestora relatou, também, casos de preconceito entre alunos, uma vez que as escolas são ambientes que recebem sujeitos muitos diferentes, com visões de mundo ainda limitadas.

Ao lidar com o PDE, que é o Plano de Desenvolvimento da Escola, considerado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) como um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, Mais Alfabetização, Novo Mais Educação e outros programas que envolvem dinheiro e prestação de contas, algumas gestoras já sentiram certa estranheza como se tivessem inaptidão para a função.

A gestora da escola polo 1 declarou: “com incapacidade, não, com desconfiança, sim... por isso procuro prestar contas de cada centavo”. Todas as gestoras que contribuíram com este artigo são graduadas, três delas especialistas, ou seja, instruídas e aptas a atuar em seus respectivos cargos. Mesmo assim, o fato de serem mulheres é o suficiente para que duvidem de seu trabalho.

É possível listar sugestão de temas a serem trabalhados nas escolas do campo, e há experiências concretas e positivas sobre as temáticas citadas, como no município de Tomé-Açu, em que há o SOMEF ⁶(Sistema de Organização Modular do Ensino Fundamental), que leva o Ensino Fundamental maior às escolas do campo há 11 anos e, desde 2016, inseriu no currículo do sistema a disciplina Educação Ambiental e ERER (Educação para as relações étnicas e raciais), além do TC (Tempo Comunidade), em que professores e alunos desenvolvem atividades envolvendo a comunidade escolar, com aulas de campo, entrevistas na comunidade e outras ações.

Para lutarmos por nossos direitos, é preciso conhecê-los, para valorizarmos as conquistas passadas é necessário estudar a história dessas mulheres. Exemplo disso é o voto feminino. Muitas mulheres criticam o feminismo sem saber que o movimento contribuiu para a obtenção dessa conquista, por exemplo. Pensando nessas questões, deixamos aqui uma sugestão de aula interdisciplinar sobre feminismo para escolas do campo, haja vista que, se nos propomos a trabalhar isso em sala de aula, temos que começar a colocar em prática, e a nossa intenção aqui é apresentar plano de aula para que seja utilizado por educadoras e educadores que têm interesse em trabalhar a temática de gênero no ensino básico por um mundo menos violento e misógino para todas nós.

4. Sugestão de Plano de Aula Interdisciplinar sobre Feminismos nas Escolas do Campo.

I Identificação Nome da escola do campo: _____

II Disciplinas: Língua portuguesa, Matemática, História e ERER, Geografia e Estudos Amazônicos, Ensino Religioso, Artes, Educação Física, Inglês, Ciências. Nomes dos educadores envolvidos e suas disciplinas: _____

⁶ Trata-se do sistema modular que tem sua grade curricular específica para o campo e que funciona apenas nos anos finais (6º, 7º, 8º e 9º) da educação básica em escolas do campo no município de Tomé-Açu, com um número pequeno de alunos, onde é inviável o funcionamento do ensino regular. A pedagogia dos projetos sempre foi o carro-chefe, hoje é o Tempo Comunidade.

III Turma: 9º ano

IV Justificativa:

Trabalhar essa temática faz-se necessário, uma vez que as mulheres são invisibilizadas pela sociedade patriarcal. Conceituar o termo Feminismo conhecendo a luta das mulheres do campo, possibilitando ao aluno a compreensão do papel da mulher na sociedade contemporânea, contribui no empoderamento dos sujeitos do campo.

III- Objetivo: Conceituar o termo Feminismo conhecendo a luta das mulheres do campo.

IV- Competências e habilidades

- Identificar em textos (poema, música ou vídeo) a objetificação do corpo da mulher. (Língua Portuguesa.)
- Comparar a questão salarial de homens e mulheres no mercado de trabalho em gráficos. (Matemática)
- Compreender como surgiu o movimento feminista e suas conquistas (História)
- Reconhecer o estereótipo da mulher negra (ERER)
- Respeitar ambos os gêneros conhecendo os privilégios dos homens na sociedade. (Ensino Religioso)
- Compreender o papel da mulher na sociedade no passado e atualmente (Geografia)
- Conhecer o Movimento de Mulheres Camponesas-MMC e a participação das nortistas. (Ciências)
- Identificar as pautas do MMC relacionadas à agricultura. (Educação Ambiental) -Identificar as formas de violências sofridas pelas mulheres do campo e conhecer a Marcha das Margaridas (Geografia)
- Conhecer artistas femininas e seus trabalhos (Artes)
- Valorizar as mulheres no esporte (Educação Física)
- Interpretar e conhecer os termos: manterrupting, bropropriating, mansplainingegaslightin e conhecer a biografia de Angela Davis (Inglês)

V- Conteúdo das aulas

- A objetificação do corpo da mulher. (Língua Portuguesa.)
- Mulheres e questão salarial (Matemática)
- História do movimento feminista e suas conquistas (História)
- O estereótipo da mulher negra na sociedade (ERER)
- Patriarcado e os privilégios dos homens na sociedade. (Ensino Religioso)
- O papel da mulher na sociedade no passado e atualmente (Geografia)
- Movimento de Mulheres Camponesas-MMC. (Ciências)
- Pautas do MMC (Educação Ambiental)
- Violências contra mulheres do campo e a Marcha das Margaridas (Geografia)
- Artistas femininas (Artes)
- Mulheres no esporte (Educação Física)

- Manterrupting, bropropriating, mansplaining e gaslightin (Inglês)

VI- Metodologia e tempo estimado

- Ler o dossiê “Feminismo, História e Poder”, de Celí Regina Jardim Pinto, para entender como surgiu o movimento feminista. Dividir a turma em grupos e debater as principais conquistas do movimento (História) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Ler o texto buscando interpretar, ver o videoclipe ouvindo a música: “Respeita as mina”, de Kel Smith. Abrindo para o debate com a turma em forma de roda de conversa. (Língua Portuguesa.) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Ler o texto: “Mulheres ganham 20% a menos que homens, segundo IBGE”, de Bia Cardoso, do site “Blogueiras Feministas”, e analisar os dados no site do IBGE. Em seguida montar gráficos com os dados. (Matemática). Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Ler o texto e ouvir a música “Mulheres Negras” de Izalú e dialogando em forma de perguntas para a turma sobre o texto e escrever um texto enaltecendo a figura feminina negra, não apenas com elogios físicos mas também sua luta e conquistas (ERER). Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Dividir a turma em grupos; destinar a cada grupo a leitura um capítulo do livro “Sejamos todos feministas”, de Chimamanda Ngozi Adichie e traduzido por Christina Baum, apresentando em forma de seminário (Ensino Religioso) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Dividir a turma em grupos; destinar a cada grupo a leitura um capítulo do livro “Como educar meninas feministas”, de Chimamanda Ngozi Adichie. Produzir um texto sobre a compreensão que tiveram do livro, dialogando sobre o papel da mulher na sociedade no passado e atualmente (Geografia) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Apresentar o texto: “Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista”, de Valdete Boni, já resumido previamente pelo professor. Fazer a leitura com a turma e debater os pontos principais. (Ciências) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Utilizar também o texto: “Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista”, de Valdete Boni, dialogar sobre a agricultura e as mulheres localmente, quais atividades exercem as mulheres da comunidade, quais culturas plantam, dentre outros. (Educação Ambiental) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Apresentar em slide, resumidamente, trechos do “Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil”, de Julio Jacobo Waiselfisz, identificando as formas de violências sofridas pelas mulheres do campo. O professor explica o movimento denominado a Marcha das Margaridas e sugere que alunos relatem possíveis violências sofridas por mulheres na comunidade. (Geografia) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- O professor dialoga com os alunos sobre a invisibilidade da mulher na sociedade e sugere uma pesquisa (em grupo) na internet sobre artistas femininas e seus trabalhos, cada grupo pesquisa uma arte diferente (escritoras de livros e poemas, cantoras, artista plásticas, dentre outras) e apresenta a pesquisa em forma de slides. (Artes) Tempo: 2 aulas de 45 min.
- Dialogar com a turma a supervalorização dos homens em certos esportes (ex: futebol), comparando o mesmo esporte praticado por mulheres, enfatizando a questão salarial e visibilidade na mídia. Após isso, assistir o filme: “Menina de ouro” com a turma. Questionar

os alunos sobre o que acharam do filme e as dificuldades encontradas pela personagem principal. (Educação Física) Tempo: 3 aulas de 45 min. 11

- O professor apresenta os termos em inglês: *manterrupting*, *bropropriating*, *mansplaining* e *gaslightin* para a turma, assim como sugere a tradução. Depois, debatem juntos sobre o significado das palavras e questiona se as mulheres da turma já sofreram essas violências e se os homens da sala já praticaram, assim como o que cada um sentiu sofrendo ou praticando a ação. (Inglês) Tempo: 2 aulas de 45 min.

VII- Recursos: Livros, Artigos, poemas, textos, data show, caixa de som, computadores.

VIII- Avaliação de aprendizagem e sugestões.

Em cada aula, a avaliação será específica. No entanto, no geral, analisa-se a discussão realizada, a interpretação dos textos e dos debates, o empenho dos alunos nas apresentações em grupo e, assim, identifica-se a assimilação da temática por parte de alunos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo na Luta

Continuamos sendo desmerecidas e desrespeitadas por homens ou até por outras mulheres em diversas situações. Os abusos são incontáveis e podem parecer sutis, mas são rotineiros. Às vezes, podem aparentar ao agressor que não afetam, porém causam inseguranças e, em muitos casos, podem ser até fatais.

Como pesquisadoras, nos sentimos impulsionadas a socializar este trabalho e principalmente expor abertamente o que passamos no cotidiano violento em que vivemos. Não podemos aceitar que nos impeçam de sermos ativas, produtivas academicamente, que sejamos ou façamos o que quisermos por medo de retaliações machistas e sexistas. Ensinar que mulheres não podem fazer certas coisas só pelo fato de serem mulheres é errado. (ADICHIE, 2017, p. 20).

Reforçar estereótipos que desqualificam negros, gays, mulheres e homens não contribui com as mudanças que necessitamos na sociedade e que almejamos em nossas escolas. Não podemos mais permitir que continuem violentando simbolicamente as educadoras do campo, as gestoras e a todas as outras mulheres pelo simples fato de sermos quem somos: mulheres.

Esperamos que as escolas do campo consigam levar aos seus educandos e famílias, através de métodos pedagógicos, o respeito à diversidade (de gênero, religião, sexo, e outros), valorizando a figura da mulher na sociedade, pois nós desempenhamos papéis importantes. Não basta defendermos a causa, precisamos problematizar nas salas de aulas, salas dos professores, secretaria, diretoria, na roda de amigos e familiares.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas: um manifesto. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. *Dicionário da Educação do Campo*./ Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. *Dicionário da Educação do Campo*./ Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- PALUDO, Conceição. DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). *Dicionário da Educação do Campo*./ Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SILVA, AD. Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero. In: *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 51-100.
- SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300 – 2007.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª Edição Brasília – DF – 2015.

“Que Mulher Capoeira!”: trajetórias de resistência feminina na capoeira no Pará do século XXI

“¿Que Mujer Capoeira!”: trayectorias de resistencia femenina en la capoeira en el Pará del siglo XXI

“What a Capoeira Woman”: the trajectory of female resistance in the capoeira of Pará in the 21st century

Luciane de Sena Camões

Resumo: Este artigo intenciona discutir a trajetória de algumas capoeiristas no Pará, mulheres de diferentes lugares, espaços e estilos, interlocutoras de minha pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2017 e 2019. O título “Que mulher capoeira”, trata-se de um dos indícios históricos mais antigos de mulheres como capoeiras. Atualmente há um número significativo de capoeiristas ocupando esses espaços, entretanto a luta por visibilidade, protagonismo e lugar de fala continua constante. Neste trabalho, analiso as trajetórias de resistência de algumas capoeiristas atuantes no Pará e as relações de gênero evidenciadas. De modo específico, busco refletir sobre suas experiências na capoeira e as ações de fortalecimento. Com a pesquisa, nota-se avanços quanto ao reconhecimento e graduações, mas as mulheres continuam vivenciando situações de violência e reprodução do machismo e sexismo.

Palavras-chave: Mulheres Capoeiras. Gênero. Feminismo negro.

Resumen: Este artículo tiene el propósito de discutir la trayectoria de algunas capoeiristas en el Pará, mujeres de distintos lugares, espacios y estilos, interlocutoras de mi investigación del curso de maestría realizado entre los años de 2017 a 2019. El título “Que mujer capoeira”, versase de uno de los indicios históricos más antiguos de las mujeres como capoeiras. Actualmente hay un número significativo de capoeiristas ocupando esos espacios, todavía la lucha por visibilidad, protagonismo y lugar de habla continua constante. En este trabajo analizo las trayectorias de resistencia de algunas capoeiristas actuantes en el Pará y las relaciones de género evidenciadas. De forma específica, busco reflejar sobre sus experiencias en la capoeira y en las acciones de fortalecimiento. Con la investigación, notase los avances en relación al reconocimiento y los grados, pero las mujeres siguen vivenciando situaciones de violencia y la reproducción del machismo y sexismo.

Palabras clave: Mujeres Capoeiras. Género. Feminismo negro.

Abstract: This article intends to discuss the trajectory of some women capoeiristas in Pará, who are from different places, locations and styles, interlocutors of my master degree research made between 2017 and 2019. The title “What capoeira woman”, is one of oldest historical evidence of women as capoeiras. Nowadays there are a large number of capoeiristas on these spaces, however the struggle for visibility, protagonism and place for speech gets on with constantly. In this paper I analyze the resistance trajectories of some active women capoeiristas in Pará and the gender relations noticed. Specifically, I seek to reflect on their experiences in capoeira and the actions that make this purpose becomes stronger. The research shows advances in recognition and graduation, but women still have experienced situations of violence and reproduction of machismo and sexism.

Keywords: Capoeira women. Gender. Black feminism.

Luciane de Sena Camões – Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEEA/UFPA. Especialista em Educação para as relações Etnicorraciais – ERER/IFPA. Licenciada Plena em Pedagogia – UFPA, membro do grupo de pesquisa História em Campo. E-mail: lucycamoes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de minha pesquisa acadêmica de mestrado realizada entre 2017 e 2019, onde realizo uma discussão teórica sobre o feminino na capoeira no Pará a partir de uma perspectiva de gênero. Uma história que durante séculos foi silenciada e que vem sendo reconstruída em um contexto de lutas e resistências. Até o século XX, “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo” (PERROT, 2017, p. 17), pois a sociedade patriarcal era pautada por uma hegemonia masculina, sendo palco de lutas e resistências.

As capoeiras¹ de outrora estão entre o contingente de mulheres que fugiam da representação estereotipada do feminino. Essas mulheres citadas como “arruaceira”, “desordeiras”, da “pá virada”, “vagabundas”, dentre outras (OLIVEIRA; LEAL, 2009), eram mau vistas pela elite da época. Na verdade, elas apareciam nos noticiários e boletins de ocorrência como maus exemplos, era o caso de Jerônima Cafusa, mulher negra escravizada e capoeira. Cafusa, assim como outras capoeiras, “desconstruía a representação do feminino, reforçadas pelos discursos do patriarcado” (CAMÕES, 2019, p. 57). O título deste trabalho “Que mulher capoeira!” é a epígrafe do jornal “A Constituição” de novembro de 1876, “o caso mais antigo de prisão de uma mulher capoeira” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 149).

É interessante ressaltar fontes históricas para evidenciar que a participação do feminino na capoeira não é algo recente. Durante séculos foi construída uma história única sobre a capoeira, onde homens assumiam o lugar de protagonistas. Jerônima é uma referência histórica do feminino na capoeira e é partindo desse e outros indícios que a história da capoeira vem sendo (re) escrita, onde mulheres assumem o lugar de protagonistas.

No Pará, mulheres como Maria Meia-noite, Joana Maluca e Jerônima Cafusa ficaram reconhecidas pela prática da vadiagem², mulheres que lutaram e resistiram ao sistema de opressão patriarcal e que contribuem para que novas capoeiristas construam formas de resistência para permanecer nessa prática. Vale ressaltar que a capoeira como uma manifestação da cultura negra continua sendo alvo de preconceitos e discriminações, os quais se tornam muito mais evidentes quando direcionados ao feminino. Nesse sentido, realizo um diálogo sobre as trajetórias de resistência de algumas capoeiristas atuantes no Pará no século XXI e as relações de gênero evidenciadas em suas práticas. De modo específico, analiso suas experiências na capoeira e as ações de fortalecimento construídas.

Sendo assim, realizei uma pesquisa de campo participante, norteadada pela abordagem qualitativa, pois, segundo Chizzotti (2003), há um convívio denso com o objeto pesquisado, facilitando a análise dos dados. Para análise dos dados, busco contribuições da antropologia interpretativa de Geertz (2008), a qual utiliza a etnografia como uma interpretação densa.

Fazer etnografia é como ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p. 7).

¹ O termo capoeiras está sendo utilizado como sinônimo de capoeiristas, porém em outros momentos é utilizado como a luta.

² O termo vadiagem é utilizado como sinônimo de capoeira.

A interpretação densa tem sido um exercício que antropólogos/as têm realizado para analisar os fatos da forma mais fiel possível. Neste trabalho, conto com o auxílio de instrumentos utilizados por antropólogas/os e que são primordiais para realização da análise da pesquisa. Para análise das entrevistas, busco as contribuições de teóricos que dialogam sobre história oral, pois as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Sendo assim, as fontes históricas tornam-se primordiais para a compreensão das trajetórias das mulheres capoeiras.

O trabalho está dividido em três seções: na primeira seção, intitulada “Capoeiristas no Pará do século XXI”, é realizado um apanhado histórico sobre a participação do feminino na capoeira, a qual passa de uma história única para uma história de mulheres, e analisado alguns dados referentes ao perfil das capoeiristas. Na segunda seção, “Tê, viva as mulheres camará: as experiências do feminino na capoeira”, é realizada a análise do processo de entrada das capoeiristas nos grupos em que atuam e as experiências de mulheres gestantes na capoeira. Na terceira seção, “A menina é boa bate palma pra ela: a solidariedade feminina e a construção de resistências”, é realizado um diálogo sobre a formação de coletivos de capoeira e sua importância para construção de ações de enfrentamento. Os diálogos foram realizados partindo de contribuições dos escritos sobre gênero e feminismo negro, uma vez que essas discussões são necessárias para análise sobre o feminino nas práticas de capoeira.

1. Capoeiristas no Pará do Século XXI

A prática de vadiagem foi ganhando novas configurações ao longo dos séculos, a qual passa de uma história de homens capoeiras, como retratada em alguns escritos, a uma história das mulheres. Pires (2001) analisa alguns casos de prisões de capoeiras, onde algumas mulheres são citadas, porém suas participações são justificadas como casos raros, ou colocadas como algo exótico. Questões como essas contribuíram para que a história da capoeira fosse marcada pela supremacia masculina.

Adichie (2019) fala sobre os perigos de uma história única, pois “a história única cria estereótipo, e o problema com o estereótipo não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que a história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26). Toda e qualquer história tem sua importância, mas não podemos colocá-las como única, pois as histórias podem ser (re)contadas a partir do momento que surgirem novos indícios, novas fontes.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a capoeira passa por algumas modificações, tornando-se proibida de acordo com o código penal de 1890. Nesse contexto, mulheres e homens, especialmente das camadas mais baixas, eram constantemente vigiados (OLIVEIRA; LEAL, 2009). Nesse momento histórico, a rua “simbolizava o espaço do desvio, das tentações” (SOIBET, 2017, p. 365), lugar onde “bêbados”, “prostitutas” e capoeiras trafegavam livremente.

Nesse sentido, não há como negar que a participação do feminino na prática de vadiagem contribuiu para quebrar “a norma de comportamento imposto a mulher, permeado por uma cultura de passividade feminina, na qual brigar com muitas pessoas era um comportamento reservado ao homem, atributo de extrema masculinidade” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 128). As capoeiras desconstruíam a representação do feminino disseminada pelos discursos daquele contexto histórico. Atualmente o cenário de vadiagem é outro, e a capoeira está dividida em dois estilos, pois desde

a primeira metade do século XX, na Bahia, são criados dois novos estilos de capoeira, a capoeira angola de mestre Pastinha e a regional de mestre Bimba (REGO, 1968).

Atualmente, a participação do feminino na capoeira está cada vez mais significativa. No Pará, temos uma mestra de Capoeira atuante em Belém e uma mestra reconhecida *in memoriam*, além de contramestras, treineis/treinelas, professoras, dentre outras. É um dado mínimo diante do número de mestres de capoeiras homens no Estado, entretanto é possível perceber que as mulheres continuam resistindo e persistindo nas práticas de vadiagem.

A persistência com certeza é um adjetivo que pode ser relacionado às trajetórias das capoeiras, uma vez que estas, por serem mulheres, vivenciam situações onde os estereótipos de gêneros são constantemente fortalecidos. Nos espaços de capoeira, é possível perceber que esses estigmas construídos sobre o feminino são estabelecidos através das relações de poder, em um contexto de dominação.

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que é uma ideologia machista, mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social (SAFFIOTI, 2015, p. 36).

Os estereótipos de gênero são reproduzidos entre homens e mulheres de forma “naturalizada”, sendo necessário ter prudência na tentativa de analisar as práticas de capoeiras e desconstruir tais estereótipos. Nesse sentido, analiso alguns dos relatos de minha pesquisa de campo realizado com as capoeiristas de diferentes espaços e cidades. Estas mulheres realizam diferentes estilos de jogos: das 19 (dezenove) entrevistadas, todas têm idades superior a 20 anos, 08 (oito) estão ligadas ao estilo angola e 11 (onze), ao estilo regional. Vale ressaltar que há um número superior de mulheres com idades até 40 anos, e um número mínimo de mulheres com idades superiores a 40.

De acordo com esses dados, nota-se que a idade tem influenciado no tempo de prática, o que está diretamente relacionado ao apoio da família, à compreensão do grupo quanto ao processo de gestação e às difíceis jornadas de trabalho de uma mulher. Questões evidenciadas nos relatos de algumas capoeiristas.

De acordo com os dados observados, das 19 capoeiristas entrevistadas, 12 são mães, aproximadamente 63%. Dentre as capoeiristas mães os dados se dividem: 08 engravidaram quando estavam na capoeira (ativas), ou seja, 66% do total das capoeiristas mães. Entre as capoeiristas ativas que engravidaram: 06 continuaram treinando até o final da gestação, ou seja, 75%; os outros 25% se afastaram da capoeira no período gestacional. Sendo assim, o número de mulheres que continuaram a treinar mesmo estando em estado gestacional foi bem superior se comparado às mulheres que se afastaram (CAMÕES, 2019, p. 119).

Atualmente é bem mais comum visualizarmos mulheres gestantes participando dos treinos de capoeira, mas será que as mulheres que passam por processos naturais como a gestação são incentivadas a prosseguir nesta prática? Gisele (Tsunami), uma das lideranças do Movimento Capoeira Mulher - PA, em entrevista realizada no ano de 2018, realiza uma reflexão sobre essa situação.

Outra coisa que eu bato de frente, eu aprendi e tem que ser repassado. É que processos naturais da nossa vida, não é término de trabalho. Quê que eu quero dizer com isso? É que algumas pessoas dizem: ai eu parei de cá... Mulheres! Mulheres tu sabe, né? Que a mulher, ela é incentivada a desistir; que a mulher tem que ser cem por cento pra ela estar em algum lugar. Enquanto que o homem basta ele ser só sessenta por cento que ele enfrenta, que ele encara e ele consegue o objetivo dele. A mulher nunca se sente preparada. Ela sempre quer está cem por cento pra poder encarar uma situação. Dentro da capoeira existem os processos naturais. Esses processos naturais, exemplo: gravidez. Se você é mulher, se você engravida, se você sofre um processo natural por conta da gravidez. Você fica nove meses. De repente você tem uma gravidez de risco [...] enfim, qualquer tipo de processo natural, que faz parte do ser humano, faz parte da essência do ser humano. É natural, não tem pra onde correr. Eu não posso dizer que a mulher parou de capoeira. – Pelo amor de Deus! Ela só para de capoeira, se depois, ao dar à luz, ela não quer mais. Existem muitas pessoas que falam assim: olha, eu tenho dez anos de capoeira, mas eu parei três vezes porque eu tive que dar à luz. Isso é um processo natural, um processo natural. Eu não posso dizer que por um processo natural da existência da humanidade, eu parei tal coisa, entendeu? Então, isso também não é um motivo pra desmerecer a graduação de uma pessoa (CAMÕES, 2019, p. 116).

A fala da capoeirista Gisele (Tsunami) é necessária para reflexão do feminino na capoeira e para compreensão da gravidez como um processo natural da vida. No trecho “ela é incentivada a desistir, que a mulher tem que ser cem por cento pra ela estar em algum lugar”, fica evidente que a mulher necessita constantemente provar sua capacidade para homens, porque a capoeira é um espaço de reprodução de práticas machistas e sexistas, onde mulheres não aparecem como parâmetros de referência. Nesse sentido, “o poder do macho não é exercido apenas no seio dos grupos conservadores, estando também presente no interior dos contingentes progressistas e até mesmo radicais de esquerda” (SAFFIOTTI, 1987, p. 17), e em espaços comunitários como os dos treinos e rodas de capoeira.

O poder do macho tem sido justificado ao longo da história por um “mito” sobre a fragilidade feminina, pois “a norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando de afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua” (FONSECA, 2017, p. 517). Sendo assim, a rua não era considerada um espaço seguro para as mulheres, entretanto era o espaço dos e das capoeiras.

Apesar de toda carga de responsabilidade que recai sobre a vida das capoeiristas e o esforço constante realizado para dar continuidade a tais práticas, é necessário construir o sentimento de solidariedade mútua, de modo que o crescimento feminino na capoeira seja coletivo. É possível perceber que, das 19 capoeiristas que participaram da pesquisa, 07 tinham entre 01 a 05 anos de prática, 03 entre 06 a 10 anos, 04 entre 11 e 15 anos, 01 entre 16 a 21 anos, 01 entre 21 a 25 anos, e 02 com mais de 26 anos de prática. É possível depreender a partir desses dados que, quanto mais tempo de prática na capoeira, há um número menor de capoeiristas. Quanto às atividades de trabalho e a escolaridade.

15% de nossas interlocutoras trabalham efetivamente com a capoeira, as 85% restantes tem suas profissões. No que diz respeito a formação escolar e acadêmica: 26% das capoeirista possuem nível médio; 15% o nível superior, 26%

o superior incompleto; e 26% tem nível superior e fizeram pós-graduação. A partir desses dados percebemos que 67% das capoeiras possuem nível superior ou estão concluindo. Isso quer dizer que as capoeiristas estão buscando formações acadêmicas (CAMÕES, 2019, p. 114).

Assim, é notório que algumas mulheres assumam a responsabilidade de grupos, mas essa não é a sua renda principal. Além disso, mulheres estão adentrando os espaços acadêmicos para realizar diálogos teóricos sobre as suas práticas. É importante citar que esses diálogos têm contribuído para a reflexão e desconstrução de práticas machistas, sexistas e opressoras na capoeira.

2. “Iê, Viva as Mulheres Camará”: as experiências do feminino na capoeira

Início esta seção com uma chula de capoeira³, uma louvação em homenagem às mulheres. Falar sobre as capoeiristas na contemporaneidade, partindo das referências do passado, tem um peso gigantesco, visto que as mulheres de outrora vivenciaram um contexto de repressão e a luta por protagonismo, uma vez que a capoeira era representada como uma prática eminentemente masculina. Atualmente, as experiências vivenciadas pelo feminino na capoeira continuam sendo permeadas por estereótipos de gênero e relações de poder.

Partindo desse contexto histórico de desconstrução de práticas machistas, é importante ressaltar o processo de entrada de algumas capoeiristas, evidenciando suas limitações iniciais para o ingresso nos grupos de capoeira. Sendo assim, nesta seção será dialogado sobre as experiências vivenciadas por algumas capoeiristas e as relações de gênero estabelecidas. Os estereótipos de gênero são reproduzidos constantemente nos espaços de capoeira, de forma naturalizada, sendo necessário realizar um exercício de problematização e reflexão sobre a prática.

[...] quando nos propomos a discutir a produção de diferenças e desigualdades de gênero, considerando todos esses desdobramentos do conceito, também estamos ou deveríamos estar, de algum modo, fazendo uma análise de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes, em função tanto de seu gênero quanto em função de articulações de gênero com raça, sexualidade, classe social, religião, aparência física, nacionalidade, etc. (MEYER, 2003, p. 19).

Nesse sentido, é importante ressaltar que as questões de gênero devem ser analisadas partindo dos marcadores sociais de raça, classe, etnia, sexualidade, dentre outros. Isso se deve ao fato de que o movimento feminista esteve “por um longo tempo, prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 118). A capoeira como uma manifestação cultural negra necessita ser refletida partindo desse contexto, onde a mulher é duplamente discriminada pelo fato de ser mulher e negra. hooks (1995) sustenta a ideia de que a mulher negra é duplamente estigmatizada como inferior, por sua condição racial e de gênero.

Embora os homens “enfrentem o racismo, não enfrentam os preconceitos de gênero” (hooks, 1995, p. 475), a realidade histórica e social sobre a participação do feminino na capoeira nos leva a perceber o contexto de repressão ao feminino nessa prática. As experiências do feminino foram marcadas por situações de preconceito e discriminações, mas o desconhecimento dos limites do

³“Cântico de capoeira, realizado ao final da ladainha, quando acontece a saudação entre o solista e os demais jogadores” (LIMA, 2007, p. 88).

corpo, o processo de gravidez e a falta de apoio da família são compreendidos como “limitadores” para o ingresso e permanência na capoeira.

Para muitas mulheres, o processo de entrada na capoeira foi marcado por um período de aceitação da família. Uma vez que a capoeira tem sido alvo de práticas discriminatórias e racistas, como o genocídio de comunidades negras, especialmente as oriundas de áreas periféricas. “Vadios, bêbado de profissão e desordeiros eram as qualificações atribuídas aos capoeiras” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 153) desde o século XIX. A negatividade do termo “vadio”, especialmente quando atribuído ao feminino, contribuiu para efetivar as discriminações e o machismo.

A angoleira Juliene, uma das interlocutoras da pesquisa, relata o seu processo de entrada na capoeira.

[...] o papai e a mamãe não gostavam né! Ai não, a capoeira é coisa de vagabundo, não sei o que, também não tinha oportunidade, não tinha acesso em outros lugares. E ai além de, esse contato que eu tive a partir do pai do meu filho, mas e depois também com as meninas né. Foi importante para mim assim a presença delas e o convite né para eu ficar, mas acabou que depois elas acabaram saindo do grupo, foram: umas viajaram, outras foram treinar em outros lugares e durante muito tempo, eu fiquei sendo a única mulher grupo em Belém, até crianças assim quase não iam, era só meninos (JULIENE, entrevista realizada em 2018).

No relato de Juliene, é possível perceber o preconceito existente sobre a capoeira, a qual é identificada como uma prática realizada por vagabundos, entretanto é notável o incentivo de outras mulheres do grupo para que Juliene treinasse com elas. Aqui é perceptível o sentimento de irmandade, acolhida e solidariedade, também é possível perceber uma mulher negra e angoleira como a única mulher em um espaço permeado por homens. A capoeirista Jamile (Pretta) também relata que sua entrada na capoeira foi marcada pelo preconceito da família, especialmente de seu pai e sua tia, que viam a capoeira como “coisa de menino”, “coisa de preto”, “de vagabundo” e “só de homens”.

A partir dos relatos, é possível perceber que ser preto/a está carregado de uma representação estigmatizada de raça. O “racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial” (GOMES, 2017, p. 98). Sendo necessário desconstruir tais estereótipos. Além das situações de racismos, as capoeiristas citam situações ligadas ao corpo na capoeira.

[...] os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros. É pouco relevante definir quem tem a iniciativa dessa “marcação” ou quais suas intenções, o que importa é examinar como ocorrem esses processos e esses efeitos” (LOURO, 2016, p. 85).

Dessa forma, o corpo é uma construção histórica marcada por simbolismo e significações que variam de espaços e sujeitos. O corpo na capoeira costuma ser representado como forte, mas, dentre os inúmeros ensinamentos deixados por mestre Pastinha, compreende-se que o corpo do/a capoeirista é ancestral, pois o/a capoeirista “lança mão de inúmeros artifícios para enganar e distrair o adversário. Finge que se retira e volta-se rapidamente. Pula para um lado e para o outro.

Deita-se e levanta-se. Avança e recua. Finge que não está vendo o adversário para atraí-lo” (PASTINHA, 1988, p. 27).

Na capoeira, o corpo é malicioso, porque a malícia, assim como a mandinga, faz parte da capoeira, mas esse corpo não pode ser utilizado para violência. “Os grandes mestres frequentemente condenam a violência gratuita, o exibicionismo barato e a necessidade de medir forças” (BARBOSA, 2005a, p. 83). Então, a capoeira não exige apenas a força, mas o controle do corpo, para descobrir seus limites. Mas o corpo feminino foi historicamente reprimido, fomos ensinadas a esconder o corpo como forma de proteção. A angoleira e feminista Daélem (Dadá), em entrevista no ano de 2018, relatou a sua relação com o corpo.

Eu sempre tive um espírito de liberdade, mas quando eu entrei na capoeira Angola, eu vi que o meu corpo, por mais que eu tivesse a cabeça livre, mas o meu corpo. Eu senti, eu vi que o meu corpo historicamente foi reprimido, ele é reprimido. Então, assim, uma dificuldade com a ginga, de mexer o quadril [...] (CAMÕES, 2019, p. 123).

No relato da angoleira Dadá, é possível perceber que o histórico de repressão do corpo feminino contribuiu para que ela, assim como a maioria das mulheres, não tivesse autonomia sobre o próprio corpo. A capoeira tem contribuído para que o feminino tenha mais liberdade com o corpo, a fim de descobrir seus limites. Mas corpos masculinos e femininos são compreendidos de maneira diferenciada, baseados na “pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos masculinos e femininos” (MEYER, 2003, p. 17), e essa representação estigmatizada do corpo é constituída através das relações de poder, estando muito presente nas formações hierárquicas estabelecidas dentro dos grupos.

Vale ressaltar que há capoeiristas homens que se utilizam da força física para desmotivar as mulheres nessa prática. Uma situação como essa foi vivenciada por Érica Catita (mestra de capoeira que segue o estilo regional em Belém). Em depoimento, mestra Catita ressalta que, em seu primeiro dia de treino de capoeira, no ano de 1987, foi recebida com uma rasteira. A rasteira é um movimento comum da capoeira, mas, para alguém inexperiente, pode causar uma queda violenta. Em entrevista realizada no ano de 2018, mestra Catita relata essa experiência.

Logo de início do treinamento, eu já fui recebida com uma rasteira. Levei uma rasteira que eu acredito que foi assim, tipo uma forma de intimidação. Será que tu vai aguentar? Será que tu vai querer mesmo?

- Mas de quem?

Do professor! (CAMÕES, 2019, p. 89).

Assim como mestra Catita, outras mulheres também sofreram alguma forma de violência na capoeira, violência que muitas vezes são justificadas pelo estilo de jogo, ou por uma falsa “igualdade” no jogo. Essa “igualdade” deve ser problematizada, pois quando pensamos em igualdade, tão discutida nos diálogos feministas, ela está relacionada à igualdade de direitos e oportunidades, a qual é pensada em termos equidade, solidariedade e alteridade.

Quando eu conheci a [capoeira] angola, eu vi que as mulheres podem tá ali dentro inseridas e conhecer o próprio corpo. Porque quando eu iniciei, eu não sabia fazer a bananeira de... a bananeira né, e o professor Leal [contramestre]

sempre falava, é, que isso é com o tempo que vai construindo, a pessoa conhecer o seu próprio corpo, a gente te limitações, e a gente pode superar essas limitações. E eu percebo que com os treinos regularmente o meu corpo tá se adaptando a esses movimentos que a capoeira angola tem. E hoje eu já consigo fazer várias movimentações assim que pra mim eu olhava e era impossível, mas, é, eu fui, me colocara assim que é possível sim e eu tô descobrindo isso com o tempo (LUCENILDA, entrevista realizada em 2018).

A angoleira Lucenilda, assim como a maioria das mulheres, tinha “limitações” com o seu corpo, entretanto a capoeira contribuiu para ela tivesse mais autonomia sobre o mesmo. Além disso, Lucenilda fala sobre o incentivo de seu formador quanto à superação de limites, a qual só é alcançada com o treino. Esse incentivo aos aprendizes tem um valor simbólico significativo.

Para valorizar a capoeira como um ritual e não como um simples esporte/luta, os praticantes da Capoeira Angola costumam elogiar o “jogo bonito”, ou seja, aquele em que existe a interação, parceria e diálogo entre as diversas facetas do jogo (BARBOSA, 2005a, p. 84).

Mas, independente do estilo de jogo, é importante incentivar, acolher e se solidarizar com os/as aprendizes, reconhecendo o esforço que todos/as vêm realizando para permanecer nesta prática. Nesse exercício de reconhecimento e solidariedade, é necessário refletir sobre como as mulheres mães ou em processo de gestação estão sendo acolhidas em seus grupos. A angoleira Juliene participou das atividades de seu grupo até o sexto mês de gestação.

No sexto mês, eu já tava com a barriga um pouco maior. Na verdade já parei de treinar mais porque eu precisava trabalhar, e me concentrar para chegada do meu filho né. Mas aí em relação ao grupo, sempre teve um entendimento né, de que as vezes não dava pra ir porque eu tava enjoada né, porque eu tinha que fazer outras coisas, cuidar do corpo, mas sempre tive presente né, mesmo que de forma indireta assim, compartilhando as coisas, ajudando na produção, né, com esse tipo de coisa, né, não diretamente tá treinando (JULIENE, entrevista realizada em 2018).

A angoleira Juliene é artesã e trabalha de forma autônoma, ela precisou se afastar dos treinos de capoeira para se dedicar ao trabalho e conseguir recursos financeiros para montar o enxoval de seu bebê. No período de sua gestação, pôde contar com a compreensão de seu grupo quanto às suas “limitações”. Vale ressaltar que, no período de gestação, seu grupo que treinava capoeira angola na UFRA ficou sem espaço, mas, nesse mesmo período, eles ganharam um prêmio de dança e ficaram realizando oficinas de dança no bairro da Terra Firma/Belém-PA; depois, ganhou um intercâmbio onde realizou atividade de capoeira em Belo Horizonte. Em seu retorno ao Pará, seu grupo continuava com as dificuldades relacionadas ao espaço de treino, período em que se afastou, retornando aos treinos antes de seu filho completar um ano.

Ingrid Japinha também engravidou quando treinava em seu antigo grupo de capoeira regional. A capoeirista também se afastou dos treinos logo que soube da gravidez, mas em outra situação.

Depois de dois anos [treinando capoeira], eu engravidei na capoeira, quando eu tava com uns quatro, cinco meses eu parei de treinar, só parei, simplesmente parei, é, fui morar pro interior, pro Marajó, não treinei mais capoeira, voltei e comecei a trabalhar. Fiquei sete anos sem ter contato com a capoeira, sem mesmo ver capoeira, nem pela internet nem nada (INGRID JAPINHA, entrevista realizada em 2018).

Japinha atualmente é praticante de capoeira angola, mas sua experiência inicial é de um grupo de capoeira regional da qual participou por dois anos, até o momento que soube da sua gravidez. Segundo Japinha, seu afastamento foi ocasionado por vergonha de ter engravidado.

Antes de quatro meses eu treinava normal, como se não tivesse grávida, a gente fazia os alongamentos, a gente fazia o jogo, é os treinos pesados. A gente fazia, por exemplo, o abdominal e ai depois pisavam na nossa barriga pra enrijecer.

E quando foi que tu descobriu que tu estavas grávida?

Em uma roda de capoeira eu fui jogar. Foi uma roda de aniversário, não lembro de quem, e um aluno, um capoeirista, foi jogar comigo e fez um jogo mais duro e me deu, me carregou, tipo pelo joelho, pela perna assim e me jogou no chão de costas e nisso eu bati as minhas costas, só que eu levantei, fui embora, pedi desculpas, não sei o que, e fui embora. Ai quando eu cheguei em casa eu comecei a sangrar.

[...]

Por que tu pediu desculpa?

Porque eu sentia isso, eu ficava com vergonha, eu achava que eu tinha sido culpada.

[...]

Qual foi o posicionamento de teu mestre? ou isso foi com teu mestre?

Não, a roda ela continuou (INGRID JAPINHA, entrevista realizada em 2018).

A partir do relato de Japinha, percebemos como situações de violência são justificadas como jogo. Neste relato, a capoeirista carregava o sentimento de culpa, chegando a pedir desculpa ao “companheiro” de roda, pois, para ela e outros/as capoeirista, aquele jogo era “normal”, por ser um dos movimentos de capoeira. Nesse sentido, precisamos compreender os limites de uma movimentação “normal”, e nos questionar se aquele movimento é “normal” para quem? O patriarcado como sistema de dominação masculina tem contribuído para que nós mulheres sejamos culpabilizadas, mesmo quando estamos na condição de vítimas. Uma vez que “mulheres são treinadas para sentir culpa” (SAFFIOTI, 2015, p. 24).

Sendo assim, é necessário pensarmos em “estratégias de resistência” (GONZALEZ, 1982) para podermos refletir sobre as situações de violência e opressão presentes nos espaços de capoeira. Diante dos relatos, julgo importante evidenciar experiência de capoeirista que tiveram o apoio para continuarem treinando até o final da gravidez. É o caso da angoleira Antônia (Lira), a qual fala sobre a sua experiência de gestação e após a gestação.

Até oito meses e meio eu ainda tava treinando capoeira, e a movimentação eu fazia o que eu dava conta. [...] Agora, eu nunca me meti na roda de

ninguém grávida. Eu não tenho coragem. Augusto algumas vezes: Tem que entrar! eu não tenho coragem, não tenho mesmo de entrar, eu entrei numa roda grávida em Santarém porque o mestre Bel me convidou, foi essa que eu tava com quatro meses. Ai eu entrei e ele foi super cuidadoso, mas era o meu mestre, né. Eu nunca entrei na roda além dessa, eu fiz treino a minha gravidez inteira, eu treinei dentro das minhas possibilidades. [...] nos primeiros três meses de gravidez eu só fazia alongamento, ai treinei depois quando eu parei, eu fiquei seis meses sem treinar, seis meses, eu engordei muito eu tava cirurgiada, cesária. Ai fiquei seis meses sem treinar, e depois dos seis meses eu já comecei a treinar devagar. O treinel ia passando exercícios diferenciados para mim e eu já comecei a treinar, porque eu sou bem bruta mesmo. Na verdade eu sou meio que brutona mesmo, e ai para eu ficar sem treinar era bem difícil, mas a minha principal dificuldade com a maternidade é, ainda é hoje, organizar essa logística de treinar cuidar do Luanda. Luanda é o meu chicletinho, então embora ele esteja dentro do grupo ele exige uma atenção, e ai é muito difícil para mim (LIRA, entrevista realizada em 2018).

Neste relato é perceptível a preocupação em manter os treinos contínuos, mas de forma diferenciada, de acordo com os seus limites. Em seus treinos, ela contou com o apoio e orientação de seu contramestre. Após a gestação, nos dois primeiros anos de vida de seu filho, a angoleira Lira apresentou maiores dificuldades para manter os treinos regularmente. Assim como Antônia (Lira), a capoeirista Jamile (Pretta) também passou por um processo de gestação e conseguiu participar dos treinos nesse período. Em entrevista realizada no ano de 2018, a capoeirista relata sobre sua experiência.

Como o meu companheiro ele é mestre de capoeira. Então, eu não tive dificuldade nenhuma, né. Tinha o receio de me machucar, todo mundo apreensivo, ansioso, né. Ah não joga, meu Deus, essa menina é doida. Não deixa ela jogar, cuidado. Ai, quando eu via que a roda tava muito calorosa. Ai não, deixa eu tocar, deixa eu me aquietar um pouquinho. Eu me aquietava. Só que eu joguei e viajei grávida, sozinha (eu e a Yoko, minha amiga). Viajei pro Maranhão, só nós duas. Joguei lá, horrores [...] Ai eu joguei, todo mundo, meu Deus, essa menina é doida, não sei o quê. Toma cuidado com ela, mas consegui né, dentro das limitações, mas joguei bastante. Toquei, conversei, dialoguei. Foi a primeira vez que eu sai sozinha [...] (CAMÕES, 2019, p. 127-128).

A capoeirista Pretta, assim como Lira, tem como companheiro afetivo seu formador. Esses formadores vivenciaram a experiência de treinar mulheres gestantes, as quais participaram dos treinos e rodas de capoeira dentro de suas “limitações”. De certa forma, esses formadores passaram por processos de aprendizagem, uma grande oportunidade para que eles e outros homens dos grupos percebessem que mulheres grávidas, assim como mães, devem ser acolhidas nesses espaços. Situações como essa contribuem para reflexão sobre esse e os outros processos que fazem parte do cotidiano feminino como a menstruação e TPM, por exemplo.

3. “A Menina é Boa Bate Palma pra Ela”: a solidariedade feminina e a construção de resistências

Início esta seção com a frase de um corrido de capoeira⁴ que, há alguns anos, vinha sendo cantado no masculino. Na verdade, a letra desse corrido, como a de muitas cantigas de capoeira, era cantada para homens, reafirmando a supremacia masculina na capoeira, algo que tem sido desconstruído especialmente pelas capoeiristas ligadas ao movimento feminista. Sendo assim, foi realizada uma releitura da letra desse corrido, valorizando a presença do feminino nas rodas de capoeira.

A história da capoeira no Pará foi (re)contada e (re)construída pelas diversas vozes das mulheres atuantes no Estado no século XXI. Essa história de mulheres reais, assim como as capoeiristas de outrora, suas lutas por protagonismo e suas conquistas, contribuem com a reflexão de que ainda há muito para se alcançar nas práticas de vadiagem. Apesar das capoeiristas estarem alcançando graduações e terem conquistado espaço de fala, ainda há muitas batalhas pela frente. Sendo assim, é importante reconhecer a relevância que os diálogos feministas, e especialmente o feminismo negro, teve e ainda têm em meios às inúmeras ações de enfrentamento para conquistar espaço e reconhecimento na capoeira.

O Movimento Negro sempre esteve “identificado com as lutas populares e com luta pela democratização do país” (CARNEIRO, 2003, p. 118), a participação de mulheres negras no movimento feministas contribuiu para construção de uma nova categoria de feminismo, o feminismo negro, desconstruindo uma visão universalizante sobre as mulheres.

[...] no feminismo negro brasileiro, a perspectiva de gênero é uma variável teórica que não pode ser dissociada de outros eixos de opressão, uma vez que, em sociedades multirraciais, pluriculturais e racista, como o Brasil, o racismo determina a própria hierarquia do gênero (FERNANDES, 2016, p. 705).

Nesse sentido, os diálogos construídos pelo feminismo negro servirão de base para análise da participação do feminino na capoeira, evidenciando as situações de racismo, opressão e a desconstrução dos estereótipos de gênero.

“Falar de racismo, opressão e de gênero, é visto geralmente como algo chato, mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de decisão sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando o poder (RIBEIRO, 2017, p. 80).

Esse é um exercício necessário para deslegitimar práticas em que o “poder do macho” é evidenciado. “o pensamento sexista continua a apoiar a dominação masculina e a consequente violência” (hooks, 2018, 99). Sendo assim, é importante a construção de vínculos de solidariedade para efetivação de formas de resistência. Quando falamos sobre solidariedade feminina, estamos falando sobre alteridade, sobre compreensão.

A solidariedade feminina na roda de capoeira pode se fazer presente em diferentes situações: quando a roda é transformada em espaço de acolhida; quando mulheres mães são trazidas para roda; quando mulheres sentem-se a vontade para jogar, sem serem “cortadas” (retiradas) do jogo por homens; quando mulhe-

⁴“Cântico de capoeira que marca o instante em que o jogo pode ter andamento, quando o coro é fundamental, devendo entrar desde o início” (LIMA, 2007, p. 92).

res têm oportunidades de tocar e cantar na roda; quando, nestes espaços, os corpos femininos não são erotizados; quando um homem não se sente “humilhado” por sofrer um golpe de uma mulher; quando mulheres não são assediadas; quando mulheres são valorizadas, incentivadas; quando as experiências do feminino, nas rodas de capoeira, são problematizadas; quando discursos e comportamentos sexistas são questionados (CAMÕES, 2019, p. 110).

O sentimento de solidariedade contribuiu para que grupos de mulheres se reunissem para lutar pelo direito de participarem das rodas ativamente: cantando, jogando e tocando. Além disso, atualmente as capoeiras estão se organizando em grupos e construindo coletivos feministas de capoeira. Esses coletivos têm contribuído com as discussões em torno de suas práticas, construindo cartas de repúdio, rodas feministas e lutando pelo fim da violência contra mulher dentro e fora dos espaços de capoeira. No âmbito nacional, mestra Janja, mulher negra, angoleira, acadêmica e feminista, é um dos mais importantes nomes na luta antirracista e feminista na capoeira angola. Mestra Janja é a pioneira nas discussões e realizações de ações do feminismo angoleiro.

Ela é uma pessoa encabeçadora dessas discussões [sobre o feminismo angoleiro]. É quem deu a cara à tapa, né, nessas situações. Então ela é a nossa grande liderança dentro do RAM, é a Janja né. É uma referência de mulher na capoeira, embora eu, por exemplo, eu tenho outras referências de jogo, que é a Gegê. A minha referência de jogo de capoeira é a Gegê, porque eu não conheço a prática dela, né. A prática enquanto sujeito mulher, conheço o jogo, sei que é uma mulher capoeirista. É a minha referência de mestra mulher. Mas a Janja, além de tudo ela é uma mulher negra, traz na pele, no corpo (lésbica negra). Trás no corpo os marcadores sociais muito fortes (ANTONIA LIRA *apud* CAMÕES, 2019, p. 74).

Antônia Lira cita mestra Janja como uma grande referência para as angoleiras, sendo uma liderança na Rede Angoleira de Mulheres (RAM). A RAM foi criada no ano de 2004⁵ para construir diálogos e ações de resistência, as quais se intensificaram com a construção de um grupo virtual no ano de 2017. O grupo virtual tem contribuído para intensificar diálogos, aproximar mulheres de diferentes lugares do Brasil e de outros países, e fortalecer ações como rodas feministas de capoeira e de conversas, eventos, manifestações públicas e cartas de repúdio.

No Pará, o Movimento Capoeira Mulher (MCM) foi construído a partir de uma proposta de desconstrução de práticas machistas e para contribuir com o protagonismo feminino na capoeira. A capoeirista Gisele (Tsunami), ressalta sobre a criação do MCM.

[Sílvia Leão] pensou o Movimento Capoeira Mulher, por conta da dificuldade que ela observava não só na vida pessoal, como dentro da capoeira. Então, aquela história, a história da discriminação, a história do machismo, ela era muito... ela é muito forte dentro da capoeira! Então, ela percebeu isso, e ela viu o potencial das mulheres. Essas palavras tipo: protagonismo, iniciativa feminina, tudo era muito pensado por ela [...] (GISELE TSUNAME, entrevista realizada em 2018).

⁵ Informações retiradas do Jornal da capoeira, edição 52 de 4/dez a 10/dez de 2005. Disponível: <<http://www.capoeira.jex.com.br/cronicas/encontro+europeu+de+angoleiras>> Acesso: 05 de outubro de 2018.

Nesse sentido, Silvia Leão, a mestra Pé de Anjo, era uma mulher que pensava à frente de seu tempo e já se preocupava com a participação do feminino na capoeira. A história de luta e resistência de Silvia Leão, desde a criação do MCM no ano de 2002, foi primordial para o seu reconhecimento como mestra de capoeira (*in memoriam*). Mas vale ressaltar que mestra Janja foi protagonista no processo de reconhecimento de mestra Pé de Anjo, pois, no ano de 2016, quando participava do “I Colóquio Patrimônio, Gênero e Saberes Tradicionais”, conheceu a sua história de resistência e a reconheceu como mestra.

Ações como essa demonstram que o envolvimento coletivo e práticas de solidariedade estão contribuindo para que as mulheres conquistem espaços de fala e protagonismo na capoeira. O Feminismo negro e angoleiro têm sido relevantes nos debates construídos sobre o feminino na capoeira. Atualmente, temos outros coletivos feministas como o “Bando da Brava” que vem lutando pela desconstrução de estereótipos de gênero e a valorização de mulheres e homens, cis ou trans, pois a capoeira é para todos/as, “ela é para o deficiente, ela é para o gordo, ela é para o magro, ela é para o jovem e ela é para o velho” (ILCA BATATONA, entrevista realizada em 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço, falamos sobre algumas experiências do feminino na capoeira, partindo de diálogos construídos no III capítulo da dissertação de Camões (2019) e outros relatos que não haviam sido evidenciados em outros escritos. A partir dos relatos, foi possível perceber que, na atualidade, houveram muitas mudanças na história da capoeira, mudanças que não estão apenas ligadas à sua divisão em dois estilos, mas à configuração dos jogos e ao aparecimento dos coletivos feministas.

Embora o feminismo não seja diretamente responsável pela presença da mulher na capoeira, ele legitimou a reivindicação de igualdade entre os sexos, deu impulso a vários debates sobre a paridade de gênero e garantiu novas propostas de vida para as mulheres. Portanto o grande número de mulheres que participam ativamente de esporte, que colocam a sua energia e o seu poder aquisitivo no mercado de trabalho e que lutam pelos direitos da mulher teve papel decisivo na sua infiltração na capoeira, pois os homens capoeiristas já não podiam facilmente segregar e discriminar a ala feminina (BARBOSA, 2005, p. 14).

As lutas feministas foram cruciais para a desconstrução de práticas machistas e opressoras. Entretanto, entre diálogos e ações de resistência, os estereótipos de gênero continuam sendo reproduzidos nesses espaços. Vale ressaltar a relevância de homens e mulheres lutarem de forma coletiva contra qualquer forma de discriminação, padronização e opressão, para que todos/as sejam reconhecidos/as nesses espaços, pois “ser feminista em qualquer sentido autêntico do termo é querer para todas as pessoas, femininas ou masculinas, a libertação dos padrões dos papéis sexistas, de dominação e opressão” (HOOKS, 2014, p. 139). Portanto, o feminismo tem contribuído para que ações de resistência sejam construídas para tirar as capoeiristas do contexto de invisibilidade.

REFERÊNCIAS

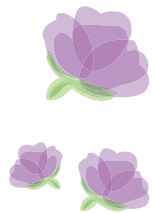
- ADICHIE, Chimamanda: *O perigo de uma única história*. Tradução Júlia Romeu. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.
- BARBOSA, Maria José Somelarte. A mulher na capoeira. *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, Volume 9, 2005, p 9-28 (Article).
- BARBOSA, Maria José Somelarte. Capoeira: A gramática do corpo e a dança das palavras. *Luso-Brazilian Review* 42:1, p. 78-99, 2005a.
- CAMÕES, Luciane de Sena. “*Elas jogam, tocam e cantam*”: práticas e discursos sobre a experiência histórica de mulheres capoeiristas no Pará. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17 (49), 2003.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10. Ed. 4ª impressão. São Paulo: contexto 2017. P. 510-553.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. -1. Ed, 13. Reimpr. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco zero. 1982. Coleção 2 pontos: v. 1.
- hooks, bell. Tradução Ana Luiza Libânio. *O feminismo nosso é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*. N. 2, Ano 3, 2º Semestre. 1995.
- LIMA, Mano. *Dicionário de Capoeira*. Brasília: Conhecimento editora, 3ª ed. Revista ampliada, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. Ed. 3 reimpr. Belo Horizonte, 2016.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L. et al. *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- REGO, waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador, Editora Itapoan, 1968. Versão digital.
- PASTINHA, Mestre. *Capoeira angola*. 3. Ed. Salvador, Bahia, 1988.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução, Denise Bottmann 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj. história*, São Paulo, (15), abr. 1997.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo horizonte (MG). Letramento. Justificando, 2017 (feminismos plurais).

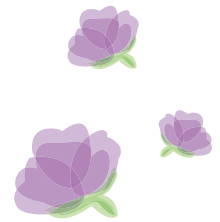
SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero patriarcado violência*. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10. Ed. 4ª impressão. São Paulo: contexto 2017. P. 362-400.



Normas de Publicação



A **Revista Gênero na Amazônia** (www.generonaamazonia.com/www.generonaamazonia.ufpa.br) é uma publicação semestral (julho e dezembro) do GEPEM/UFPA, indexada no International Standart Serial Number (ISSN). Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar; a revista recebe trabalhos **inéditos** sob a forma de artigos e/ou resenhas bibliográficas, assim também traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as.

Neste sentido:

1 - Os textos devem ser enviados para: generonaamazonia@gmail.com no formato de arquivo doc, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e postado no Correio para: GEPEM – Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH – Altos) – Av. Augusto Corrêa, s/n – Guamá, 66075-110 – Belém/PA.

2 - Os trabalhos submetidos à publicação serão avaliados pelo Conselho Científico e analisados por pares (especialistas reconhecidos e de notório saber, de diferentes instituições e países), todos pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação. O texto encaminhado aos avaliadores não terá identificação da autoria. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.

3 - A informação sobre a origem do trabalho deverá ser fornecida pelos autores (apresentação em encontros e publicação em Anais) e será repassada aos pareceristas quando iniciar o processo de revisão por pares. Se o artigo for aceito para publicação, a informação será disponibilizada aos autores.


4 - O/a(s) autor/a (es/s) e co-autores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.

5 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica) e/ou depoimentos **ipsis litteris/ipsis verbis**, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

6 - No caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

5.1 - Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/abstract (cada um em torno de **130 palavras/ 860 caracteres**, com espaço – tradução especializada em espanhol e inglês, incluindo os títulos do artigo), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/ a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

- 
- b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11 (citações com mais de 3 linhas) e 10 (legendas e notas);
 - c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;
 - d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);
 - e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;
 - f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos (Ex: Anexo A; Anexo B etc.);
 - g) exige-se severa revisão gramatical.

5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
 - a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
 - b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
 - c) resumo informativo = descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
 - d) resumo do conteúdo da obra = assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
 - e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/elaborado/constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c**, **d**, **e** sejam apresentados em seção com título específico.

